

Recebimento em: 01/10/2025

ESTADO DO MARANHÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Servidor

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE DEMANDA

DFD nº 063/2025 – DAAC/CMI

Pelo presente instrumento, encaminhe-se à consideração do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Imperatriz - MA o Documento de Oficialização de Demanda – DOD para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Serviços de Consultoria Jurídica conforme abaixo especificado:

UNIDADE REQUISITANTE:	Departamento Administrativo e Atividades Complementares	
RESPONSÁVEL PELA FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA:	Danyelle Walkiria Flor da Conceição	MATRÍCULA: Portaria nº 001/2025

1. Identificação da Demanda**1.1. Objeto:**

- ☐ Aquisição de materiais de consumo;
- ☐ Aquisição de materiais permanente ou equipamento;
- ☐ Prestação de serviços não continuado;
- ☐ Prestação de serviços continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra;
- ☐ Prestação de serviços continuado com dedicação exclusiva de mão de obra;
- ☒ Prestação de serviços técnicos de natureza predominantemente intelectual;
- ☐ Prestação de serviços de engenharia.

1.2. O presente documento manifesta a necessidade da contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Consultoria Jurídica, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

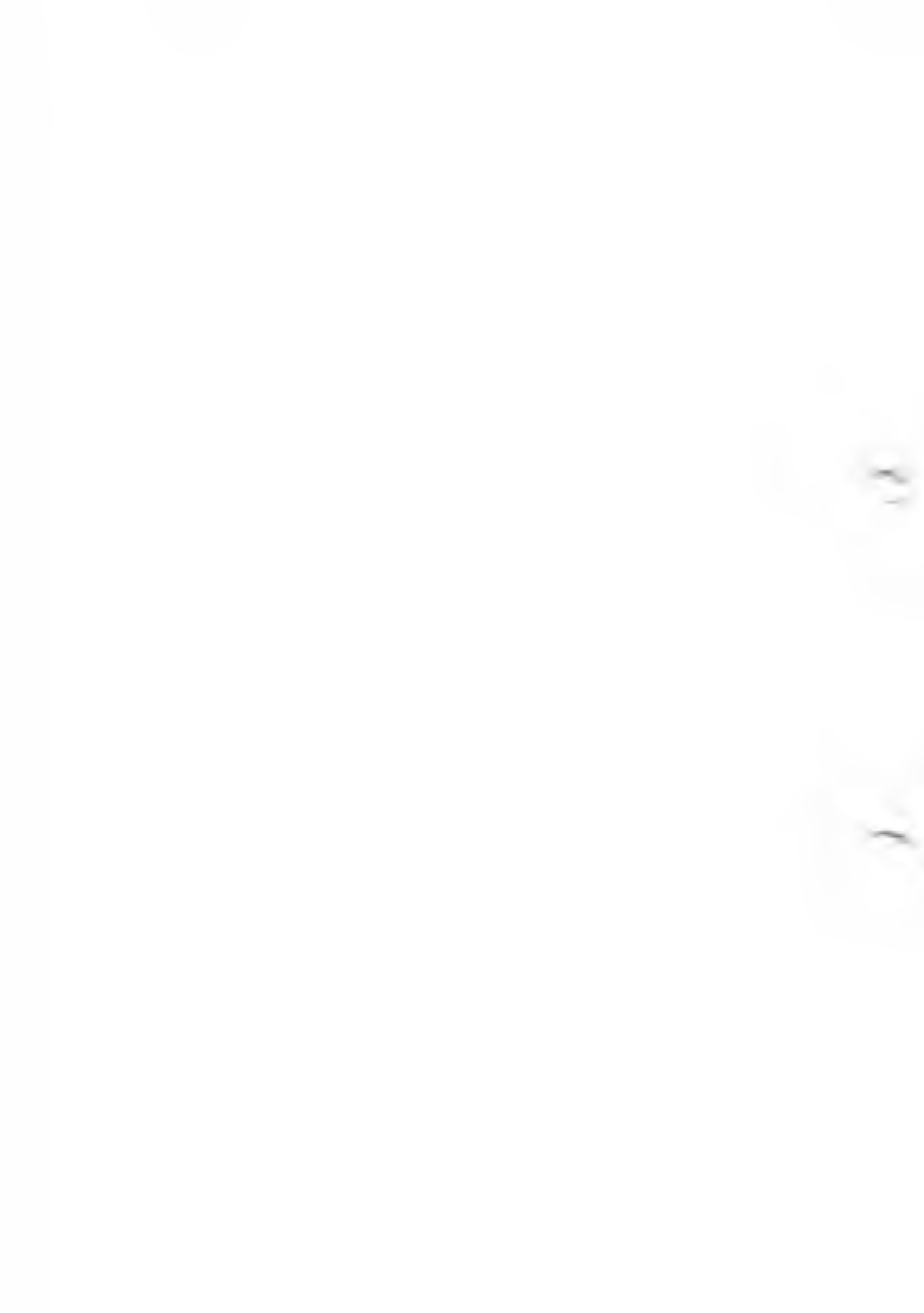
1.3. O objeto deverá ser executado:

1.3.1. Forma de Execução: O objeto será executado conforme especificações técnicas previamente definidas, utilizando métodos de trabalho que garantam o resultado fim.

1.3.2. Local de Execução: A execução do objeto deverá ser realizada no seguinte endereço: Câmara Municipal de Imperatriz – MA, sito na Rua Simplicio Moreira, nº 1185, Centro, Imperatriz – MA e por meio remoto/virtual.

1.3.3. Prazo de Execução: O prazo de execução do objeto será de doze meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, prorrogáveis por iguais períodos até o limite de 10 (dez) anos, nos moldes do que preconiza o art. 107, da Lei nº 14.133/21, dada a essencialidade dos serviços.







ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

1.3.4. Prazo de Garantia: A contratada deverá observar o disposto na Lei nº 8.078/90 - CDC.

1.3.5. Necessidade de Profissional: Em se tratando de serviços técnicos singulares de notória especialização, os profissionais que integram o quadro da pessoa jurídica a ser contratada deverão ser dotados de capacidade técnica compatível com o objeto em termos qualitativos.

1.3.6. Modalidade de Aquisição/Prestação: A contratação ocorrerá por meio de inexigibilidade e o objeto deverá ser contratado em lote único.

1.3.7. Imediato ou Cronograma: A execução do objeto seguirá um cronograma de execução definido em conjunto com a contratante, de forma a otimizar o processo e garantir a qualidade.

1.3.8. Informações Adicionais: A Contratada deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e pessoal necessários à perfeita execução contratual.

2. Justificativa da Necessidade de Contratação

2.1. A presente solicitação se faz necessária, considerando as necessidades da Procuradoria da Câmara Municipal de Imperatriz, onde os serviços demandados consistem na elaboração e orientação de ações judiciais complexas e pareceres nas áreas jurídico- administrativa sobre matérias financeira, orçamentária, licitatória, bem como projetos de leis de maior complexidade e outros instrumentos normativos que demandem conhecimento técnico e especializado para além das atividades regulares e cotidianas, considerando a notória especialização da Contratada em Direito Administrativo.

2.4. O objeto demandado consta da listagem do Plano Anual de Contratações da Câmara Municipal de Imperatriz – MA, no exercício de 2025.

3. Quantidade do Objeto

3.1. Para atender a demanda pelo período anual se estima o consumo, conforme as quantidades estabelecidas na tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE SERVIÇO	QUANTIDADE TOTAL
1	Contratação de empresa especializada na prestação de Serviços de Consultoria Jurídica	Mês	12

3.2. Estimou-se a quantidade do(s) item(ns) a ser(em) contratado(s) com base em necessidades solicitadas pelos setores competentes. No entanto, esta poderá ser realinhada conforme conclusões obtidas nos Estudos Técnicos Preliminares.

4. Previsão de Data em que Deve Iniciar a Execução do Objeto:

4.1. A execução do objeto está prevista para iniciar a partir do mês de novembro de 2025.

4.2. A data prevista poderá sofrer alterações considerando a dinâmica administrativa e os trâmites para a consecução da contratação.





**ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**


DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

4.3. O futuro contratado deverá iniciar a execução do objeto no prazo indicado na Ordem de Serviço.

5. Indicação do Servidor ou Equipe que irá elaborar o Estudo Técnico Preliminar

IDENTIFICAÇÃO DO INTEGRANTE	
NOME DO SERVIDOR	Deivon de Aguiar Santos
MATRÍCULA	PORTARIA/GRAT/PR nº 001/2025
LOTAÇÃO	Assessor do Departamento Administrativo Responsável pelo Estudo Técnico Preliminar

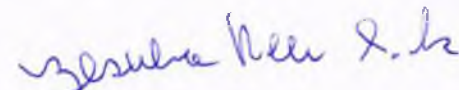
5.1. Os servidores acima foram cientificados acerca da atribuição constante neste item conforme assinatura a seguir

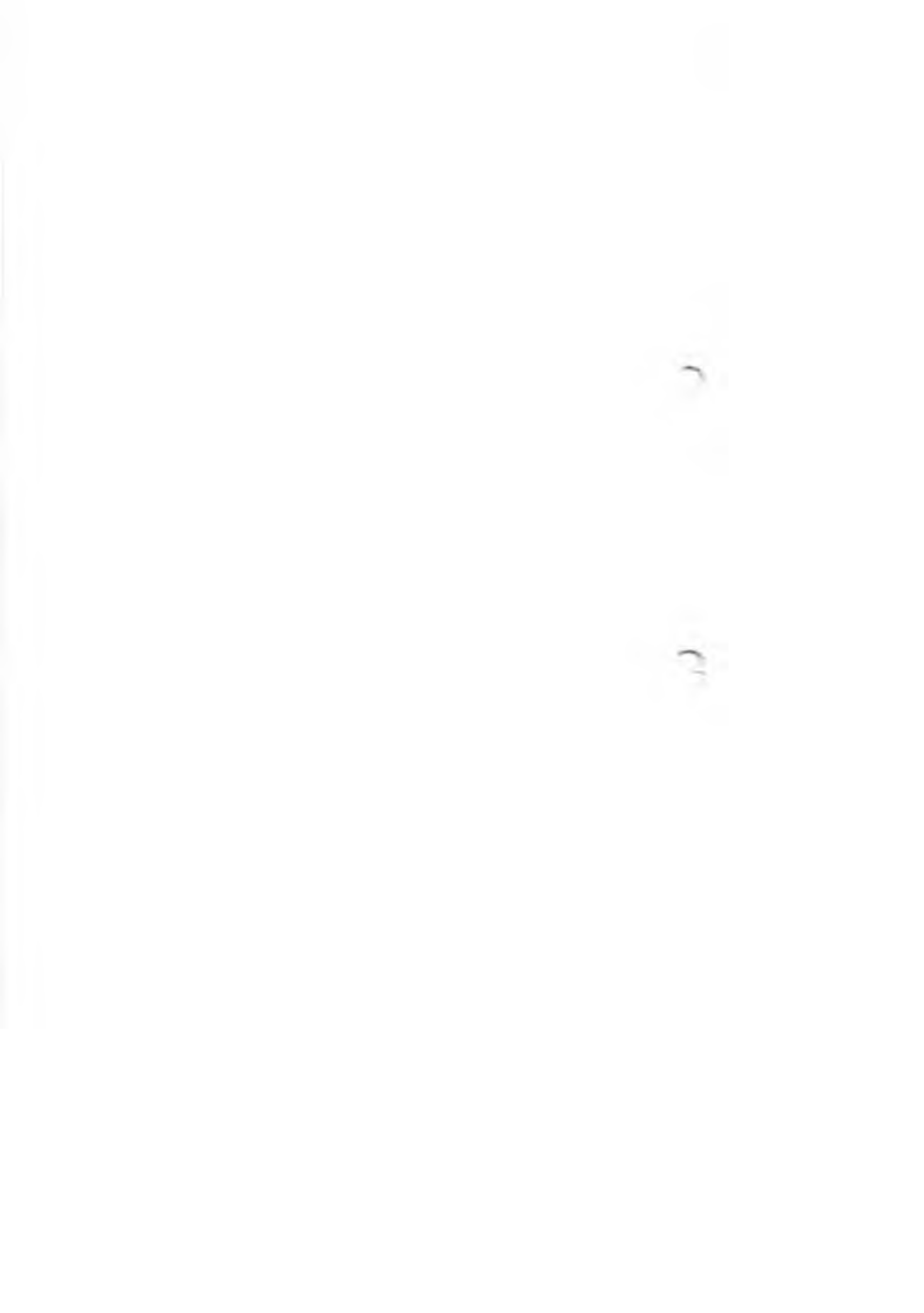

Deivon de Aguiar Santos
Assessor do Departamento Administrativo
Responsável pelo Estudo Técnico Preliminar
PORTARIA/GRAT/PR nº 001/2025

6. Indicação do Servidor ou Comissão que irá Atuar na Fiscalização da Contratação

IDENTIFICAÇÃO DO INTEGRANTE	
NOME DO SERVIDOR	Zesielson Ribeiro Sérgio Silva
MATRÍCULA	PORTARIA /DIV/PR Nº 037/2025
LOTAÇÃO	Chefe de Gabinete da Presidência

6.1. O servidor acima foi cientificado da atribuição constante neste item conforme assinatura a seguir:


Zesielson Ribeiro Sérgio Silva
Fiscal do Contrato
PORTARIA/DIV/PR nº 037/2025





ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

7. Responsabilidade pela Formalização da Demanda e Conteúdo do Documento

7.1. Certifico que a formalização da demanda acima identificada se faz necessária pelos motivos expostos no presente documento, e que este traz os conteúdos previstos na Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, conforme modelo constante no Anexo II daquela IN.

7.2. Ademais, atesto ser verdade as informações descritas neste instrumento.

7.3. Diante do exposto, submeto-lhe o presente Documento de Formalização de Demanda para apreciação e aprovação para que, por fim, se dê os demais encaminhamentos pertinentes. Vindo a aprová-lo, queira encaminhá-lo para autoridade competente.

Imperatriz/MA, 20 de outubro de 2025.

Danyelle Walkiria Flor da Conceição

Danyelle Walkiria Flor da Conceição
Diretora do Departamento Administrativo e Atividades Complementares
Portaria nº 001/2025

Autoridade Superior:

Declaro que estou ciente da demanda e autorizo o prosseguimento do feito.	Declaro que estou ciente da demanda. No entanto, não autorizo o prosseguimento do feito, pelas razões em anexo.
Data: <u>20/10/25</u>	Data: ____/____/____
Assinatura: <u><i>Alhemir Jr.</i></u>	Assinatura: _____

2

11



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ETP nº 036/2025 – DAAC/CMI

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que melhor atenderá à necessidade descrita abaixo. O objetivo principal é identificar a necessidade e verificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

Este documento visa auxiliar o Departamento Administrativo e Atividades Complementares no planejamento da contratação de empresa especializada na prestação de serviços de consultoria jurídica do Poder Legislativo Municipal.

Ademais, como documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de contratação, este instrumento tem por finalidade caracterizar o interesse público envolvido, identificar a melhor solução dentre as possíveis e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Formalização de Demanda – DFD nº 063/2025 – DAAC/CMI, Processo Administrativo nº 091/2025, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo Termo de Referência ou Projeto Básico, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

- 1.1. Objeto:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de Assessoria e Consultoria Jurídica para atender as necessidades da Câmara Municipal de Imperatriz.
- 1.2. Modalidade de Contratação:** Inexigibilidade de Licitação.
- 1.3. Fundamentação:** Serviços singulares e notória especialização.

2. JUSTIFICATIVAS

- 2.1. Para a contratação:**





ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



A presente justificativa tem por finalidade demonstrar a necessidade, a adequação legal e a conveniência administrativa da contratação direta, por inexigibilidade de licitação, de serviços advocatícios especializados a serem prestados à Câmara Municipal de Imperatriz/MA.

O objeto da contratação consiste na **prestação de serviços jurídicos de natureza singular e notória especialização**, voltados à orientação institucional, legislativa e administrativa desta Câmara, especialmente em matérias relacionadas ao direito público, controle interno, gestão orçamentária e conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis à Administração Pública.

A **complexidade técnica do objeto excede as atribuições rotineiras de consultoria jurídica**, exigindo domínio aprofundado e interdisciplinar nas áreas de Direito Legislativo, Administração Pública, Contabilidade Jurídica Pública, Responsabilidade Fiscal e Controle Externo.

Trata-se de **serviços que demandam atuação estratégica, com impacto direto sobre o planejamento institucional e a segurança jurídica dos atos praticados pela Câmara, em especial no que se refere à interlocução com órgãos de controle como o Ministério Público, Tribunais de Contas e Controladorias**. Essa complexidade se acentua diante do fato de a Câmara possuir legislação própria, regulamentações específicas e uma rotina administrativa que exige suporte jurídico contínuo e qualificado.

Embora a Câmara conte com um Procurador Jurídico efetivo, verifica-se que a **estrutura atual não possui capacidade técnica e operacional suficiente para atender à totalidade das demandas institucionais, dada sua complexidade, especialização temática e volume**. As tarefas que se pretende contratar exigem dedicação exclusiva e conhecimento altamente especializado, não sendo adequadamente absorvíveis pela atual estrutura interna, o que caracteriza a inadequação da prestação do serviço pelos quadros permanentes da Casa Legislativa.

Importante destacar que, conforme entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no Tema 309 da Repercussão Geral (RE 656.558), **a existência de Procuradoria Jurídica não constitui, por si só, impedimento para a contratação direta de serviços advocatícios especializados**. O que se exige é a demonstração da real necessidade, da





ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



singularidade do objeto, da notória especialização do contratado e da compatibilidade do preço praticado.

Nesse contexto, **é fundamental ressaltar que a avaliação da necessidade da contratação e da adequação da estrutura interna deve ser realizada pela própria Administração contratante, que melhor conhece sua realidade funcional e institucional.** Assim, a Câmara, ciente de suas limitações operacionais e do elevado nível de responsabilidade exigido pelas demandas técnicas que enfrenta, exerce sua competência legal para deliberar sobre a conveniência da contratação externa.

A escolha do escritório a ser contratado baseia-se em critérios objetivos de notória especialização, consubstanciados na **reconhecida experiência, reputação e qualidade técnica dos profissionais envolvidos**, cujos antecedentes em matérias similares conferem a segurança necessária à execução do objeto.

Em tais casos, a contratação exige o chamado **"toque do especialista"**, conceito que expressa a atuação técnica diferenciada, pautada em conhecimentos que vão além do domínio comum, e **cuja entrega depende da confiança específica e qualificada depositada no profissional contratado**. O próprio STF reconhece que o agente público detém margem de liberdade técnica para avaliar a experiência dos profissionais e reputar aquele que melhor atende ao interesse público e à utilidade pretendida. Essa competência discricionária, quando exercida com base em critérios técnicos e legais, justifica plenamente a confiança administrativa depositada no contratado.

Importa destacar também que a contratação pretendida está diretamente alinhada aos **princípios da eficiência e da supremacia do interesse público**, orientadores da atuação da Administração Pública. A Câmara Municipal, ao buscar o suporte de corpo técnico jurídico altamente qualificado e de notória especialização, visa garantir o **respaldo institucional necessário à tomada de decisões sensíveis e complexas, amparando-se no melhor suporte técnico confiável disponível no mercado**, com foco na legalidade, regularidade e efetividade de sua atuação legislativa e administrativa.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



Ademais, destaca-se que a cidade de Imperatriz ocupa posição estratégica no Estado do Maranhão e em toda a Região Tocantina, configurando-se como o **segundo maior centro urbano, político e econômico do Estado e importante polo de integração regional com os estados vizinhos**. Sua relevância, portanto, vai além da densidade populacional e da atividade econômica: trata-se de um território com forte presença institucional, demandas públicas complexas e intensa interlocução com órgãos de controle e esferas de governo.

Nesse contexto, **a Câmara Municipal de Imperatriz exerce papel fundamental como poder legislativo local**, sendo responsável não apenas pela elaboração normativa, mas também pelo acompanhamento das políticas públicas, fiscalização financeira e controle dos atos da Administração.

A complexidade dos temas enfrentados e a responsabilidade institucional exigem da Câmara suporte jurídico altamente especializado, com sólida experiência em demandas complexas e atuação em tribunais superiores e demais órgãos de controle, a fim de resguardar os interesses da cidade com o mais alto grau de técnica, segurança e assertividade jurídica.

Quanto à remuneração, destaca-se que **os valores propostos são justos e compatíveis com a complexidade, os riscos e o nível de responsabilidade exigido**, observando a média de preços praticados pelo escritório em contratações anteriores de mesma natureza. Tal compatibilidade assegura a razoabilidade da despesa e atende aos princípios da economicidade e da eficiência, sem comprometer a qualidade da prestação dos serviços.

Dessa forma, **a contratação direta pretendida atende integralmente aos requisitos do art. 74, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 e às balizas fixadas pelo Supremo Tribunal Federal no Tema 309**, estando adequadamente fundamentada quanto à necessidade institucional, à singularidade do objeto, à notória especialização do contratado, à inviabilidade de competição e à compatibilidade do preço com o mercado e com o interesse público.

2.2. Para a inexigibilidade de contratação:

2.2.1. Do fundamento legal



PODER LEGISLATIVO

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



A contratação direta por inexigibilidade de licitação encontra amparo no art. 74, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, que assim dispõe:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: (...) III – contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: (...) b) pareceres, perícias e avaliações em geral; (...) e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;

O §1º do mesmo artigo estabelece que se considera de notória especialização o profissional ou empresa que, em razão de **seu conceito no campo de atuação**, demonstrado por desempenho anterior, experiência, publicações, estrutura técnica e demais requisitos pertinentes à sua área de atividade, **revela-se o mais adequado e essencial à plena satisfação do objeto contratual**.

No caso sob análise, os serviços advocatícios se enquadram, por expressa previsão legal, como técnicos e singulares, conforme o art. 3º-A da Lei nº 8.906/1994 (Estatuto da Advocacia), incluído pela Lei nº 14.039/2020:

Art. 3º-A. Os serviços profissionais de advogado são, por sua natureza, técnicos e singulares, quando comprovada sua notória especialização, nos termos da lei.

A singularidade dos serviços jurídicos reside, pois, não apenas em sua complexidade técnica e caráter intelectual, mas principalmente no **"toque do especialista"**, ou seja, na marca pessoal deixada pelo profissional ou pela equipe técnica na execução do objeto.

Assim, como bem define Celso Antônio Bandeira de Mello, de modo geral, são singulares todas as produções intelectuais sempre que for observada a marca pessoa do profissional:

Serviços singulares são os que se revestem de análogas características. De modo geral são singulares todas as produções intelectuais, realizadas isolada ou conjuntamente – por equipe – sempre que o trabalho a ser produzido se defina pela marca pessoal (ou



PODER LEGISLATIVO

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



coletiva), expressada em características científicas, técnicas ou artísticas importantes para o preenchimento da necessidade administrativa a ser suprida. (Curso de Direito Administrativo, Malheiros, 2002, p. 482.)

No mesmo sentido, Eros Roberto Grau reforça que os serviços singulares só podem ser prestados de forma confiável por um determinado profissional ou empresa:

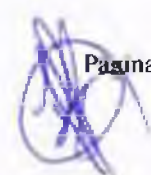
Singulares são porque apenas podem ser prestados, de certa maneira e com determinado grau de confiabilidade, por um determinado profissional ou empresa. (...) Ser singular o serviço, isso não significa seja ele necessariamente o único. Outros podem realizá-lo, embora não o possam realizar do mesmo modo e com o mesmo estilo de um determinado profissional ou de uma determinada empresa. (RDP 99/70, Inexigibilidade de Licitação – serviços técnicos especializados – notória especialização.)

Essas definições doutrinárias reforçam que **a singularidade não exige exclusividade absoluta, mas peculiaridade na forma de atuação e confiabilidade**, aspectos que tornam inviável a competição e justificam a contratação direta.

No caso concreto, destaca-se ainda que **a singularidade dos serviços está intrinsecamente vinculada à relação de confiança entre o gestor público e o escritório contratado**, relação essa que é da essência da advocacia e que, por sua natureza, não pode ser definida por critérios objetivos típicos de licitação, como menor preço ou técnica e preço.

Trata-se de prestação de serviço *intuitu personae*, baseada na reputação, experiência e segurança jurídica transmitidas pelo contratado ao ente público.

Adicionalmente, conforme o entendimento firmado pelo STF no Tema 309 da Repercussão Geral (RE 656.558/SP), a contratação direta de serviços jurídicos é possível desde que observados os seguintes requisitos: (i) inadequação da prestação do serviço pelos integrantes do Poder Público; e (ii) cobrança de preço compatível com a responsabilidade profissional exigida pelo caso, observado, também, o valor médio cobrado pelo escritório de advocacia contratado em situações similares anteriores.





ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



No caso da Câmara Municipal de Imperatriz, verifica-se que **os serviços pretendidos envolvem matérias de elevada complexidade técnica, como controle interno, legislação orçamentária, assessoramento institucional e cumprimento das diretrizes da Lei nº 14.133/2021**, o que excede a capacidade operacional da Procuradoria Jurídica da Casa, atualmente composta por apenas um procurador.

Embora exista estrutura jurídica interna, isso não impede, por si só, a contratação externa, como também reconhecido pelo STF, desde que haja real necessidade e adequada motivação, o que se verifica no presente caso.

Por fim, o preço proposto encontra-se alinhado com o valor médio praticado pelo escritório em contratações similares anteriores, sendo compatível com a natureza e responsabilidade do serviço, em atenção aos princípios da economicidade, eficiência e razoabilidade.

Portanto, restando caracterizada a inviabilidade de competição, a natureza singular e intelectual do objeto, a notória especialização do contratado e a adequação do preço praticado, está plenamente justificada a adoção da inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, III, da Lei nº 14.133/2021, com respaldo doutrinário, jurisprudencial e normativo amplamente reconhecido.

2.2.2. Da inviabilidade de competição

Os serviços objeto da presente contratação não se confundem com atividades jurídicas rotineiras, padronizadas ou de caráter meramente operacional. **Trata-se de prestação de natureza eminentemente intelectual e especializada, que envolve análise normativa complexa, assessoramento jurídico estratégico e elaboração de pareceres técnicos voltados à conformidade dos atos administrativos e legislativos, em matérias sensíveis como controle interno, planejamento institucional, direito financeiro e normatização própria da Câmara Municipal de Imperatriz.**



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



A execução adequada dessas atividades exige, além de domínio técnico elevado, profundo conhecimento da realidade institucional da Câmara, suas particularidades administrativas, legislativas e a jurisprudência consolidada dos órgãos de controle. O serviço, portanto, demanda **atuação personalizada, continuidade interpretativa e confiança técnica**, sem prejuízo das competências da Procuradoria Jurídica da Casa, que permanece atuando em suas atribuições ordinárias e permanentes.

Conforme reconhecido pela doutrina e pela jurisprudência do STF (Tema 309), a singularidade do objeto, a confiança na expertise do profissional contratado e a natureza *intuitu personae* da relação jurídica configuram **hipótese típica de inviabilidade de competição**, uma vez que não há critérios objetivos ou impessoais que permitam mensurar a qualidade da prestação por meio de licitação convencional, como o critério de menor preço.

Assim, evidenciada a natureza singular e intelectual do serviço, a notória especialização do contratado e a impossibilidade de comparação objetiva entre potenciais prestadores, está plenamente caracterizada a **inexigibilidade de licitação**, nos termos do art. 74, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

2.2.3. Da notória especialização do Contratado

O escritório **Daniel Leite & Advogados Associados**, inscrito no CNPJ nº 09.181.344/0001-19, detém notória especialização na prestação de serviços jurídicos voltados à Administração Pública, especialmente no âmbito municipal. **Sua atuação é reconhecida em diversos entes federativos, com ênfase em Câmaras Municipais e Prefeituras**, onde desenvolve trabalhos técnicos em áreas como gestão institucional, planejamento orçamentário, consultoria legislativa, controle interno e assessoramento jurídico estratégico, sempre em conformidade com os marcos legais e jurisprudenciais aplicáveis.

Com **mais de 20 anos de atuação no Estado do Maranhão**, o escritório consolidou-se como referência na advocacia pública, atuando de forma destacada perante a Justiça Estadual, Federal e Eleitoral, em relevantes demandas, administrativas e em



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



defesa de diversos agentes políticos do Estado, o que demonstra sua ampla experiência e credibilidade no cenário jurídico regional.

O corpo técnico do escritório é composto por profissionais com sólida formação acadêmica e comprovada experiência prática em Direito Público, Direito Administrativo, Direito Financeiro e Legislativo, o que assegura a prestação de serviços especializados com elevado padrão de qualidade e segurança jurídica. **Sua atuação consolidada demonstra aderência plena ao conceito de notória especialização previsto no art. 74, §1º, da Lei nº 14.133/2021**, o qual exige que o contratado apresente reputação firmada com base em desempenho técnico anterior, estudos, publicações e aparelhamento compatível com a complexidade do objeto contratado.

Importante destacar que o próprio STF, ao julgar demanda envolvendo a contratação deste mesmo escritório pela Câmara Municipal de Imperatriz, não identificou qualquer vício ou irregularidade no procedimento, reconhecendo a legitimidade e regularidade da contratação direta por inexigibilidade de licitação, nos moldes exigidos pelo Tema 309 da Repercussão Geral (RE 656.558/SP). Tal precedente reforça a segurança jurídica da presente contratação, bem como a conformidade da escolha com os parâmetros constitucionais e legais que regem a Administração Pública.

Nos termos do entendimento firmado pelo STF, para que seja válida a contratação direta de serviços advocatícios especializados é necessário que estejam demonstrados: (i) a singularidade do objeto, (ii) a notória especialização do contratado, (iii) a inviabilidade de prestação adequada pelos quadros permanentes da Administração, e (iv) a compatibilidade do preço praticado com o valor de mercado. **Todos esses requisitos encontram-se atendidos no presente caso.**

A familiaridade do escritório com a realidade institucional da Câmara Municipal de Imperatriz, somada ao seu histórico de atuação em diversos entes municipais, o torna plenamente qualificado para oferecer soluções jurídicas integradas, alinhadas às normas locais, regulamentos internos e peculiaridades legislativas da Casa Legislativa. Trata-se, portanto, de





ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



profissional cuja reputação e especialização técnica conferem o grau de confiança necessário à execução do objeto, conforme exigido pela lei e pela jurisprudência constitucional vigente.

2.2.4. Da inadequação da modalidade pregão para o objeto

Registra-se que o pregão eletrônico, modalidade anteriormente utilizada para contratação semelhante, é destinado exclusivamente à aquisição de bens e serviços comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos.

No caso dos serviços jurídicos especializados, a natureza predominantemente intelectual e a subjetividade técnica do objeto impedem a definição de critérios objetivos de julgamento, o que torna o pregão inadequado e juridicamente incompatível com o objeto ora pretendido.

Assim, a contratação direta por inexigibilidade não apenas encontra respaldo legal, como corrige a impropriedade procedimental anterior, adequando a forma de contratação ao regime jurídico aplicável.

2.3. Previsão no Plano Anual de Contratações:

Face o exposto e em observância ao que aduz o inciso IX da IN/SEGES nº 40/2020 a contratação pretendida está em conformidade com os ditames legais, uma vez que encontra previsão no Plano Anual de Contratações para o exercício de 2025.

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Sugere-se como requisitos da contratação:

3.1.1. O objeto do presente estudo abrange a contratação de pessoa jurídica de direito privado para prestação de serviços advocatícios especializados de natureza contenciosa e consultiva extraordinária, em matérias específicas justificadas pela inexistência de capacidade técnica ou funcional da Procuradoria da Câmara para atendimento da demanda.





ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



- 3.1.2. A atuação do serviço contratado será dirigida ao Presidente da Câmara, aos Chefes de Departamento à Procuradoria, envolvendo conhecimentos técnicos especializados aferidos consoante indicação, demanda ou solicitação da Procuradoria ou por intervenções conjuntas. De forma geral, os serviços consistem na defesa dos interesses da Câmara em processos e procedimentos administrativos e judiciais de natureza extraordinária, cujas demandas serão entregues à CONTRATADA, a quem caberá assistir à esta Administração, por meio:
- 3.1.2.1. Análise, interpretação e elaboração da legislação administrativa vinculada ao Direito Público Administrativo Municipal, Estadual e Federal, observadas as demandas do Município e os instrumentos de Planejamento do Governo;
- 3.1.2.2. Consultoria e orientação nos procedimentos administrativos, com atuação conjunta à Procuradoria, sobretudo com relação à atuação junto aos processos administrativos que resultarem em contratações públicas, vedada a emissão do parecer disposto no art. 53 da Lei Federal nº 14.133/2021 ;
- 3.1.2.3. Consultoria quanto à elaboração de editais de licitação, contratos e atos administrativos complexos e extraordinários, conforme indicação ou solicitação do Departamento de Licitações.
- 3.1.2.4. Realização de palestras, estudos, audiências e reuniões a serem realizadas por meio de visitas técnicas à Câmara Municipal de Imperatriz, por profissional vinculado à Contratada, para prestação de serviços no local, emissão de pareceres de natureza complexa, orientação e capacitação de pessoal, dentre outros;
- 3.1.2.5. Elaboração ou alteração de Regulamentos, Decretos, Projetos de Lei vinculados ao Direito Público Municipal, quando a matéria demandar alto grau de complexidade, conforme indicação ou solicitação da Procuradoria Municipal, em atuação conjunta;
- 3.1.2.6. Elaboração de pareceres jurídicos, afetos à área do Direito Público Municipal, orçamentária e financeira, que fujam ao conhecimento jurídico mediano, conforme indicação ou solicitação da Procuradoria desta Câmara Municipal, em atuação conjunta, ou ainda, observadas as demandas do Presidente da Casa;

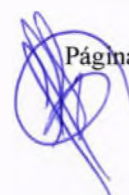


ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



- 3.1.2.7. Elaboração de Defesa e acompanhamento da Câmara Municipal em processos em trâmite junto aos Tribunais de Contas ou demais órgãos de controle externo, que envolvam conhecimento técnico especializado e de complexidade extraordinária, na respectiva área de Direito em debate, dos processos de exercícios correspondentes à realização dos serviços, oferecendo a defesa preliminar e o recurso contra eventual julgamento desfavorável;
- 3.1.2.8. Acompanhamento e orientação nos processos administrativos extraordinários, assim considerados aqueles indicados pela Procuradoria da Câmara Municipal, cuja assessoria ou consultoria seja por ela demandada;
- 3.1.2.9. De acordo com o demandado, elaboração de minutas de projeto de lei de alta relevância para a municipalidade, inclusive Regimento Interno desta Casa, plano de cargos e salários dos servidores e estrutura administrativa da Câmara, emendas ao Código Tributário Municipal, bem como análise de projetos de leis de iniciativa do Poder Executivo de alto impacto jurídico, orçamentário e financeiro para o Município, como o estatuto do servidor público municipal, Código Tributário, estrutura administrativa, lei orgânica, entre outros;
- 3.1.2.10. Consultoria e emissão de pareceres nas áreas administrativa, constitucional, tributária, ambiental, urbanística, financeira e demais áreas do direito administrativo, notadamente em procedimentos extraordinários, assim considerados aqueles indicados pela Procuradoria da Câmara, cuja assessoria ou consultoria seja por ela demandada;
- 3.1.2.11. Elaboração e protocolo de petição inicial nas ações de natureza complexa propostas pela Câmara Municipal de Imperatriz ou de contestação/defesa/resposta, exceções e impugnações, representação em audiência, recursos, atuação na fase de execução, incluindo as manifestações a respeito de cálculos de liquidação, eventuais medidas incidentais, comprovados com os respectivos protocolos;
- 3.1.2.12. Elaboração e protocolo de razões e/ou contrarrazões, minutas e/ou contraminutas de recursos, incluídos agravos, embargos de declaração, outros tipos de embargos





ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

e recursos dirigidos aos Tribunais Superiores, comprovados com os respectivos protocolos;

3.1.2.13. Patrocínio de todas as ações judiciais, incidentes processuais e medidas acessórias que decorram diretamente das causas sob responsabilidade da CONTRATADA, tais como embargos de terceiros, medidas cautelares, pedidos de antecipação de tutela, habilitações de crédito, protesto por preferência e suscitação de dúvida, dentre outros, desde que vinculados aos processos originários e devidamente comprovados por protocolo;

3.1.2.14. Acompanhamento do encerramento/arquivamento do processo, comprovado com a entrega da certidão de encerramento e arquivamento do processo e de cópia do(s) mandado(s) de pagamento(s) ou de registro ou do(s) alvará(s) judicial(ais), se for o caso, ao Poder Legislativo;

3.1.2.15. a Execução das providências cabíveis em razão de intimações de despachos, decisões, sentenças, bem como a realização de audiências, diligências e outras medidas na área de contencioso judicial que o caso reclamar;

3.1.2.16. Atuação nas ações ajuizadas, nas suas respectivas fases, ou a serem ajuizadas perante a esfera judicial, observadas as demandas da Câmara Municipal de Imperatriz;

3.1.3. Da execução dos serviços

3.1.3.1. Os serviços deverão ser executados "IN-LOCO" na sede da CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ, ou de forma remota utilizando -se de ferramentas eletrônicas para a realização de reuniões, devendo o contratado dispor de funcionário(s) qualificado(s) para a execução dos serviços junto a PROCURADORIA, como também no acompanhamento a distância dos serviços necessários ao fielmente cumprimento do objeto da licitação e na sede da empresa CONTRATADA a fim de dinamizar as ações em prol do Câmara.

3.1.3.2. A Administração disponibilizará, durante a vigência do contrato, espaço físico e equipamentos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos quando realizados na sede da Câmara que deverão ser executados no horário de funcionamento da

6

7



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



PROCURADORIA das 07:30hrs às 13:30hrs, quando necessário, ficando o custo de manutenção destas instalações à cargo da Administração.

- 3.1.3.3.A Administração será responsável pelo custeio e disponibilização de todo material de escritório necessário ao bom e regular andamento dos trabalhos, quando os trabalhos forem realizados “in-loco”;
- 3.1.3.4.A CONTRATADA deverá dispor de funcionário(s) devidamente capacitado(s), advogado devidamente com registro regular junto à OAB, com ampla experiência no mercado;
- 3.1.3.5.O(s) Funcionário(s) da empresa CONTRATADA terão acesso aos documentos e junto com os demais funcionários da Câmara Municipal, e farão todos os serviços necessários ao bom e fiel cumprimento as leis de ordem da Administração Pública, sua confidencialidade é de suma importância para o desempenho da função, não sendo aceito a retirada de nenhum documento do setor sem a devida autorização;
- 3.1.3.6.Qualquer desconformidade na realização dos serviços será comunicada pela Comissão de Recebimento/Fiscal de Contrato, obrigando-se a empresa a realizar novamente e/ou substituir os serviços no prazo máximo de 01 (um) dia, sob pena de incidir nas penalidades por descumprimento total do contrato, ficando o custo do transporte por conta da empresa contratada
- 3.1.3.7.O pagamento será mensal, condicionado à entrega do relatório dos serviços prestados no período, acompanhado da nota fiscal correspondente. O recebimento provisório será realizado pelo servidor designado, mediante conferência dos serviços executados e assinatura do respectivo comprovante de entrega, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021;
- 3.1.3.8.Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os serviços executados estão em desacordo com a proposta, com defeito, fora da especificação ou incompletos, após a notificação por escrito à contratada serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanada a situação.
- 3.1.3.9.A aceitação é condição essencial para o RECEBIMENTO DEFINITIVO do serviço, que será realizado exclusivamente pelo recebedor, através da aposição, data e assinatura do carimbo de “Atesto” na Nota Fiscal/Fatura.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



- 3.1.3.10. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem ético-profissional pela perfeita entrega do objeto pactuado, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento.
- 3.1.3.11. Elaboração de pareceres jurídicos em resposta à consultas formuladas por escrito ou verbalmente, num prazo máximo de até 03 (três) dias, ou conforme o caso, após o recebimento da consulta;
- 3.1.3.12. Assessoramento ao contratante na elaboração e encaminhamento de anteprojetos de leis de interesse da Câmara Municipal de Imperatriz;
- 3.1.3.13. Proposição de ações judiciais que sejam de interesse da Câmara Municipal de Imperatriz.
- 3.1.3.14. Acompanhamento, elaboração de defesas, contra-argumentos, interposição de recursos, inclusive a elaboração dos recursos de apelação ou ordinário, embargos declaratórios, embargos infringentes, agravos e agravos regimentais, recorrer à instâncias superiores e promover todos os atos jurídicos necessários nas diversas ações em que a Câmara Municipal de Imperatriz for parte;
- 3.1.3.15. Representação extrajudicial da Câmara Municipal de Imperatriz para solução de questões de grande relevância;
- 3.1.3.16. Ajuizamento e/ou acompanhamento de ações de Execução Fiscal que vierem a ser propostas pelo Município para a cobrança de sua Dívida Ativa;
- 3.1.3.17. Assessoria “in loco”, se for o caso, sendo que tais serviços judiciais ou consultorias prestadas fora da cidade-sede do escritório do contratado.
- 3.1.4. Considerando que a interrupção na prestação dos serviços pode prejudicar as atividades e o funcionamento desta Casa de Leis, recomenda-se a contratação continuada do serviço, sendo a vigência plurianual mais vantajosa. Portanto, vislumbra-se um prazo de vigência de 1 (um) ano, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021

3.2. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:





ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



- 3.2.1. Documentação relativa à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômico-financeira, à regularidade fiscal e trabalhista, à regularidade fiscal perante as Fazendas Públicas federal e municipal, além do cumprimento do disposto no artigo 7º, XXXIII da Constituição Federal. Esses requisitos estão previstos nos artigos 62 e 63 da Lei nº 14.133/2021.
- 3.2.2. Considerando a singularidade dos serviços e, por conseguinte, a necessidade de contratação de profissional de notória especialização, recomenda-se que seja adotada, para fins de comprovação da capacidade técnica da contratada, a apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a experiência na execução de objeto semelhante ao da contratação, nos termos do artigo 67 da Lei nº 14.133/2021.

3.3. Do regime de execução

- 3.3.1. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global, nos termos do artigo 6º, inciso XXVIII da Lei nº 14.133/2021.
- 3.3.2. Na empreitada por preço unitário (art. 6º, XXVIII, Lei nº 14.133, de 2021), o valor é fixado por preço certo de unidades determinadas e os pagamentos correspondem à medição dos serviços efetivamente executados, de modo que os riscos dos contratantes em relação a diferenças de quantitativos são menores. Tal regime é mais apropriado para os casos em que não se conhecem de antemão, com adequado nível de precisão, os quantitativos totais da obra ou serviço: a execução das “unidades” se dará de acordo com a necessidade observada, com a realização de medições periódicas a fim de quantificar os serviços efetivamente executados e os correspondentes valores devidos (TCU. Acórdão 1978, de 2013-Plenário, TC 007.109, de 2013-0, relator Ministro Valmir Campelo, 31.7.2013).
- 3.3.3. Na empreitada por preço global, cada parte assume, em tese, o risco de eventuais distorções nos quantitativos a serem executados, que podem ser superiores ou inferiores àqueles originalmente previstos na planilha orçamentária da contratação. Esse regime pressupõe um adequado nível de precisão das especificações e quantitativos do serviço, fornecendo aos licitantes todos os elementos e informações



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



necessários para o total e completo conhecimento do objeto e a elaboração de proposta fidedigna (art. 6º, XXIX, Lei nº 14.133, de 2021), para evitar distorções relevantes no decorrer da execução contratual (TCU. Acórdão 1978, de 2013-Plenário, TC 007.109, de 2013-0, relator Ministro Valmir Campelo, 31.7.2013).

3.3.4. No caso concreto analisado neste Estudo, a escolha do regime de execução "Empreitada por Preço Global" se deve aos seguintes fatores:

- a) O estudo aponta para a escolha de uma modalidade que remunera o serviço a ser efetivamente executado, ou seja, as especificações e quantidades são precisamente mensuradas. Este modelo permite a precisa indicação dos quantitativos e custos inerentes à execução dos serviços e tem demonstrado eficácia para o processo de pagamento e controle.

4. DO PROCEDIMENTO PARA ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A quantidade a ser contratada levou em consideração o encerramento do contrato nº 20230405.02.2023, com vigência até o dia 06 de abril de 2025, por meio do Primeiro Termo Aditivo (Anexo IV) com a empresa DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 09.181.344/0001-19 (Anexo III).

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Em se tratando de procedimento de contratação direta por inexigibilidade de licitação ante a singularidade dos serviços e a notória especialização dos profissionais a serem contratados faz-se necessária a indicação das soluções de mercado.

5.1. Análise das soluções:

5.1.1. Considerando a restrição de mercado decorrente da natureza da contratação a ser promovida, identificou-se a seguinte solução para o atendimento da necessidade a que se refere o presente estudo.

5.1.1.1. Prestação de serviços de continuados de consultoria jurídica.

- a) É o modelo mais adequado ao atendimento das necessidades da administração posto que são serviços que demandam atuação estratégica, com impacto direto sobre o planejamento institucional e a segurança jurídica dos atos praticados





ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



pela Câmara, em especial no que se refere à interlocução com órgãos de controle como o Ministério Público, Tribunais de Contas e Controladorias.

Vantagens	Desvantagens	Riscos
<ul style="list-style-type: none">• Serviço continuado;• Especialização e Qualidade Técnica;• Agilidade no atendimento sem sobrecarregar a estrutura interna;• Prevenção de riscos, evitando falhas que possam acarretar em passivos judiciais	<ul style="list-style-type: none">• Não se aplica.	<ul style="list-style-type: none">• Não se aplica.

5.2. Identificação das soluções:

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (OU CENÁRIO)	
1	Abertura de processo de inexigibilidade de licitação para contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de assessoria e consultoria jurídica para atender as necessidades da Câmara Municipal de Imperatriz.

5.3. Análise comparativa das soluções:

REQUISITO	SOLUÇÃO	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública?	Solução 1	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A Solução está disponível no Portal do Software Público Brasileiro? (quando se tratar de <i>software</i>).	Solução 1	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>





ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



A Solução é composta por <i>software</i> livre ou <i>software</i> público? (quando se tratar de <i>software</i>).	Solução 1	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
A Solução é aderente às políticas, premissas e especificações técnicas definidas pelos Padrões de governo ePing, eMag, ePWG? (quando se tratar de <i>software</i>).	Solução 1	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
A Solução é aderente às regulamentações da ICP-Brasil? (quando houver necessidade de certificação digital).	Solução 1	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
A Solução é aderente às orientações, premissas e especificações técnicas e funcionais do e-ARQ Brasil? (quando o objetivo da solução abranger documentos arquivísticos).	Solução 1	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Haverá a necessidade de capacitação de servidores para a execução da contratação?	Solução 1	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Haverá a necessidade de adequação do espaço físico da instituição para execução da solução?	Solução 1	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Haverá necessidade de aquisição de bens pela instituição para execução da solução?	Solução 1	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



5.4. Pesquisa de mercado:

- 5.4.1. No afã de alcançar a solução suficiente à contratação promovemos o levantamento de mercado por meio da análise das alternativas cabíveis e pertinentes ao objeto e, na oportunidade, chegou-se à conclusão de que, por se tratar de serviços técnicos singulares de notória especialização, sua oferta de mercado é restrita, razão porque se mostra necessária a deflagração do competente procedimento de contratação direta.
- 5.4.2. Essas características demonstram a singularidade da solução ofertada pela empresa Daniel Leite & Advogados Associados, cuja atuação é respaldada por portfólio, atestados técnicos e histórico de contratações com outros entes públicos, devidamente documentados neste Estudo Técnico Preliminar (em anexo).
- 5.4.3. Assim, considerando tratar-se de procedimento de inexigibilidade de licitação, em que não se mostra possível a disputa de preços entre interessados em contratar com a administração ante a inviabilidade de competição, a pesquisa de mercado e a definição dos preços foram obtidos por meio de contratos similares firmados pelos profissionais cuja contratação é pretendida, restando comprovada a razoabilidade e equivalência do valor proposto pelos mesmos. Os documentos relativos à pesquisa de preços estão contidos no Anexo III.
- 5.4.4. Nos quadros a seguir, apresenta-se as propostas recebidas para a Solução 1 e a média dos valores totais por item:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID	QUANT	VALOR UNIT 1	VALOR UNIT 2	VALOR UNIT 3
1	Prestação de serviços especializados em Assessoria e Consultoria Jurídica que não se enquadrem pela sua natureza aos trabalhos rotineiramente pelo corpo permanente, inclusive contencioso administrativo e judicial, com ênfase na promoção de ações e acompanhamento processual de demandas de	MÊS	12	R\$ 15.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 40.000,00



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



interesse da Câmara Municipal de Imperatriz, com elaboração de pareceres, consultoria na organização político-administrativa, termos de ajuste, parcerias administrativas, assessoramento na elaboração das prestações de contas bimestrais, trimestrais, anuais e de instrumentos de planejamento (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentárias Anual), dentre outras demandas jurídicas de interesse da Câmara Municipal de Imperatriz, de modo a garantir a melhoria na qualidade dos serviços públicos e resguardar os direitos da Municipalidade					
--	--	--	--	--	--

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID	QUANT	V. MÉDIO UNIT	V. MÉDIO TOTAL
1	Prestação de serviços especializados em Assessoria e Consultoria Jurídica que não se enquadrem pela sua natureza aos trabalhos rotineiramente pelo corpo permanente, inclusive contencioso administrativo e judicial, com ênfase na promoção de ações e acompanhamento processual de demandas de interesse da Câmara Municipal de Imperatriz, com elaboração de pareceres, consultoria na organização político-administrativa, termos de ajuste, parcerias administrativas, assessoramento na elaboração das prestações de contas bimestrais, trimestrais, anuais e de instrumentos de planejamento (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentárias Anual), dentre outras demandas jurídicas de interesse da Câmara Municipal de Imperatriz, de modo a garantir a melhoria na qualidade dos serviços públicos e resguardar os direitos da Municipalidade	MÊS	12	R\$ 28.333,33	R\$ 339.999,96

5.4. Soluções identificadas como inviáveis:

Não houve soluções consideradas inviáveis.

5.5. Análise comparativa dos custos:



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



5.5.1. A Solução 1 – A contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de assessoria e consultoria jurídica para atender as necessidades da Câmara Municipal de Imperatriz, apresentou 3 (três) pesquisas de mercado, sendo:

Pesquisa 1: O valor obtido na pesquisa 01 é proveniente do Primeiro Termo Aditivo do Contrato nº 20230405.002.2023 da Câmara Municipal de Imperatriz/MA, perfazendo valores unitários conforme a coluna **VALOR UNIT 1** da tabela supracitada, resultando no valor unitário mensal de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e valor total, considerando a vigência contratual de 10 (dez) meses, de e valor total, considerando a vigência contratual de 12 (doze) meses, de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais).

Pesquisa 2: O valor obtido na pesquisa 02 é proveniente do Contrato nº 202503054/2025 - CPL/PMA da Prefeitura Municipal de Araisos/MA, perfazendo valores unitários conforme a coluna **VALOR UNIT 2** da tabela supracitada, resultando no valor unitário mensal de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) e valor total, considerando a vigência contratual de 12 (doze) meses, de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).

Pesquisa 3: O valor obtido na pesquisa 03 é proveniente do Contrato nº INEX-002-2025 da Prefeitura Municipal de Miranda do Norte/MA, perfazendo valores unitários conforme a coluna **VALOR UNIT 3** da tabela supracitada, resultando no valor unitário mensal de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) e valor total, considerando a vigência contratual de 12 (doze) meses, de R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais).

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

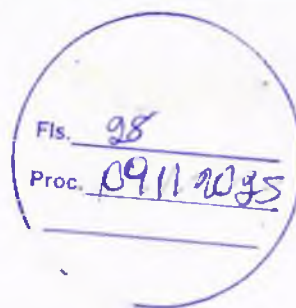
6.1. Considerando o estudo realizado e o levantamento das soluções possíveis para o suprimento da necessidade em questão, considerou-se a mais adequada e economicamente viável, a(s) seguinte(s) solução(ões):

Diante do exposto, verifica-se que a contratação direta por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, configura-se como a **via juridicamente adequada, legalmente permitida e tecnicamente recomendada** para atender à necessidade da Câmara Municipal de Imperatriz/MA.



PODER LEGISLATIVO

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



A presente contratação reúne todos os pressupostos exigidos pela legislação e pela jurisprudência consolidada do STF (Tema 309), quais sejam: (i) a natureza técnica e singular dos serviços advocatícios especializados; (ii) a notória especialização do escritório contratado, evidenciada por sua reputação, experiência comprovada e qualificação técnica de sua equipe; (iii) a inviabilidade de competição, diante do caráter personalíssimo e intelectual da prestação; e (iv) a inadequação da estrutura interna atual para absorver a complexidade das demandas jurídicas institucionais da Casa Legislativa.

Além disso, a escolha do escritório Daniel Leite & Advogados Associados representa a **solução que melhor atende ao interesse público primário**, assegurando à Câmara Municipal de Imperatriz respaldo jurídico qualificado, com atuação estratégica, técnica e segura. Trata-se de **escritório com mais de duas décadas de experiência no Estado do Maranhão, atuação em todas as instâncias do Judiciário — incluindo causas complexas perante os Tribunais Superiores — e histórico de defesa institucional de agentes políticos e entes públicos, inclusive com precedente favorável em análise anterior pelo próprio STF quanto à regularidade da contratação por inexigibilidade por esta mesma Casa Legislativa.**

Assim, devidamente demonstrados os fundamentos legais, técnicos e institucionais que justificam a medida, conclui-se pela regularidade, oportunidade e conveniência administrativa da contratação pretendida, em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência, supremacia do interesse público e segurança jurídica que regem a Administração Pública.

7. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO/AGRUPAMENTO DE ITENS

7.1. O parcelamento da solução não é recomendável, devendo optar-se pelo agrupamento dos itens em lote único, por ser o ideal no caso em tela, do ponto de vista da eficiência técnica, haja vista que assim o gerenciamento dos serviços permanecerá sempre a cargo de um único contratado, resultando num maior nível de controle dos serviços por parte da administração, concentrando a responsabilidade e a garantia dos resultados numa única pessoa jurídica.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



7.2. Desta feita, pelas razões expostas, recomendamos que a contratação não seja parcelada, por não ser vantajoso para a administração e por representar possível prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado.

8. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DESEJADOS

A Administração almeja com a contratação da pretensa solução, em termos de economicidade, eficácia, eficiência e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos, os seguintes resultados:

Em termos de economicidade, a efetivação da melhor contratação viável, especialmente quanto ao melhor custo benefício, relativamente a contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos profissionais no assessoramento e consultoria visando o aperfeiçoamento das ações e processos na área jurídica da Casa Legislativa.

Com relação a eficácia, o atendimento de todas as demandas logísticas e funcionais, no suporte as atividades finalísticas da Administração, junto a unidade gestora da Câmara Municipal de Imperatriz/MA, inerentes aos correspondentes serviços a serem prestados, já devidamente relacionados.

Pretende-se ainda assegurar a continuidade da prestação regular de tais serviços, com demanda notadamente crescente e do uso racional dos recursos financeiros disponíveis.

Da mesma forma, entende-se que a prestação dos serviços elencados no presente estudo, além de promover confiabilidade à gestão, significa a possibilidade de fortalecimentos das ações de cunho jurídico desenvolvidas no âmbito deste Poder Legislativo.

9. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

9.1. Não há providências a serem tomadas previamente à celebração do contrato.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado para a contratação da solução 1 é de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), conforme quadro a seguir:



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID	QUANT	V. UNT.	V. TOTAL
1	Prestação de serviços especializados em Assessoria e Consultoria Jurídica que não se enquadrem pela sua natureza aos trabalhos rotineiramente pelo corpo permanente, inclusive contencioso administrativo e judicial, com ênfase na promoção de ações e acompanhamento processual de demandas de interesse da Câmara Municipal de Imperatriz, com elaboração de pareceres, consultoria na organização político-administrativa, termos de ajuste, parcerias administrativas, assessoramento na elaboração das prestações de contas bimestrais, quadrimestrais, anuais e de instrumentos de planejamento (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentárias Anual), dentre outras demandas jurídicas de interesse da Câmara Municipal de Imperatriz, de modo a garantir a melhoria na qualidade dos serviços públicos e resguardar os direitos da Municipalidade	MÊS	12	R\$ 15.000,00	R\$ 180.000,00

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não há contratações que guardam relação/afinidade com o objeto deste Estudo Técnico Preliminar, sejam elas já realizadas ou contratações futuras.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

Não se vislumbram impactos ambientais decorrentes desta contratação.

13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

A viabilidade da contratação se justifica, pois ao longo do estudo verificou-se que a solução proposta no item 6 se mostra mais adequada, econômica e eficiente para o atendimento da necessidade apresentada.

☒ Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



☐ Esta equipe de planejamento declara **inviável** esta contratação com base neste

Estudo Técnico Preliminar.

13.1. Aprovação e assinatura:

Em vista das informações apresentadas neste documento e considerando que foram cumpridos todos os requisitos para sua elaboração, estão de acordo com as soluções os agentes públicos signatários.

Imperatriz-MA, 23 de outubro de 2025

Deivon de Aguiar Santos
Assessor do Departamento Administrativo
Responsável pelo Estudo Técnico Preliminar
PORTARIA/GRAT/PR nº 001/2025

Aprovação da Autoridade Competente:

Considerando a declaração de viabilidade de contratação dos setores técnicos,
APROVO o Estudo Técnico Preliminar, na forma da Lei.

Imperatriz-MA, 14 de 10 de 2025

Adhemar Alves de Freitas Júnior
Presidente da Câmara Municipal



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



ANEXO I
MAPA DE RISCOS

FASE DE ANÁLISE

- (X) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor
(X) Gestão do Contrato

ANÁLISE DE RISCOS

RISCO 01: Selecionar equipe inadequada para realizar o planejamento da contratação.			
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
ID	Dano		
1.	Realizar estudo falho, incompleto ou impreciso, podendo ocasionar prejuízos na contratação		
ID	Ação Preventiva	Responsável	Período
1.	Escolher equipe com conhecimentos suficientes para os estudos em tempo hábil para que não haja prejuízos durante a fase de planejamento	Setor Requisitante	
ID	Ação de Contingência	Responsável	Período
1.	Substituir membros da equipe planejamento que não estejam apresentando bom rendimento.	Setor Requisitante / Setor de Licitações	Fase de planejamento
2.	Capacitar os servidores escolhidos para o planejamento.	Setor Requisitante / Setor de Licitações	Fase de planejamento





ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES



3.	Designar membros com mais experiência em contratações.	Sector Requisitante / Sector de Licitações	Fase de planejamento
----	--	--	----------------------

RISCO 02: Contratada não manter as condições de habilitação durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.			
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
ID	Dano		
1.	Rescisão contratual		
ID	Ação Preventiva	Responsável	Período
1.	Averiguar periodicamente a regularidade da Contratada	Fiscal do Contrato	Execução contratual
ID	Ação de Contingência	Responsável	Período
1.	Advertir por escrito a Contratada quando constatada a situação de irregularidade, com vistas a regularização, sob pena de rescisão contratual e responsabilização com sanções administrativas previstas em lei.	Fiscal do Contrato	Execução contratual

Imperatriz-MA, 23 de outubro de 2025.

Deivon de Aguiar Santos
Assessor do Departamento Administrativo
Responsável pelo Estudo Técnico Preliminar
PORTARIA/GRAT/PR nº 001/2025



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

ANEXO II

PESQUISA DE PREÇOS





PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAIOSES
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ N.º 06.450.191/0001-70

CONTRATO DE INEXIGIBILIDADE N.º 20250328001/2025

INEXIGIBILIDADE N.º 014/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 202503054/2025 - CPL/PMA

CONTRATO DE INEXIGIBILIDADE QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAIOSES/MA E A EMPRESA DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS.

Por este instrumento particular, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAIOSES/MA**, ente de direito público, situada na Rua Sete de Setembro, s/nº, Centro - CEP n.º 65.570-000, na cidade de Araíóses/MA, inscrita no CNPJ (MF) sob n.º 06.450.191/0001-70, neste ato, representada pelo Prefeito Municipal o Sr. **JOÃO CÂNDIDO CARVALHO NETO**, portador da carteira de identidade n.º 038633252009-9 SESP/MA e inscrito no CPF sob o n.º 099.155.913-49, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 09.181.344/0001-19, sediado(a) na Rua das Juçaras, n.º04, Quadra 44, Jardim Renascença, na cidade de São Luís/MA, neste ato representado(a) por **DANIEL DE FARIA JERÔNIMO LEITE**, inscrito no CPF n.º 799.588.933-04, portador da OAB/MA 5991, tendo como e-mail para correspondência eletrônica dandara@danielleiteadvogados.com, doravante designado **CONTRATADO**, tendo em vista o que consta no **PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 202503054/2025 - CPL/PMA**, em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da modalidade **INEXIGIBILIDADE N.º 014/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **contratação de serviços de assessoria jurídica no âmbito judicial e tributárias para atender as necessidades do município de Araíóses/MA**, nas condições estabelecidas no Termo de Reterência.

1.2. O valor do presente Contrato é de **R\$ 360.000,00 (Trezentos e sessenta mil reais)**, em conformidade com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, conforme quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VL UNIT	VL TOTAL
I	Contratação de serviços de assessoria jurídica no âmbito judicial e tributárias para atender as necessidades do município de Araíóses/MA.	MÊS	12	R\$ 30.000,00	R\$ 360.000,00
VALOR TOTAL DE R\$ 360.000,00 (TREZENTOS E SESSENTA MIL REAIS)					

DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA:

BANCO DO BRASIL

Ag: 2953-x

c/c: 39371-1

1.2.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÍÓSES
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ N.º 06.450.191/0001-70

objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

- 1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 1.3.1. O Termo de Referência;
 - 1.3.2. O Aviso de Contratação Direta;
 - 1.3.3. A Proposta do contratado;
 - 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. A vigência da contratação terá início a partir da data de sua assinatura com início em **28/03/2025 até 28/03/2026**, condicionada sua eficácia após a publicação do seu extrato na imprensa oficial.
- 2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.3. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – SUBCONTRATAÇÃO

- 3.1. É vedada a Subcontratação desta Contratação.

CLÁUSULA QUARTA - PAGAMENTO

- 4.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE

- 5.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de **01 (um) ano** contado da data da celebração do instrumento contratual.
- 5.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IGPM-IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 5.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 5.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 5.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAIOSES
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ N.º 06.450.191/0001-70

5.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

5.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

5.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

6.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

6.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

6.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

6.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

6.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

6.7. Cientificar o órgão de representação judicial da **CONTRATANTE** para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

6.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente *impertinentes*, *meramente protelatórios* ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

6.9. A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

6.10. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

6.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

6.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAIOSES
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ N.º 06.450.191/0001-70

7.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

7.2. Entregar o objeto nas condições estabelecidas neste edital;

7.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

7.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

7.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

7.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

7.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedor – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- a)** prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b)** certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c)** certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d)** Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;
- e)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

7.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

7.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

7.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

7.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAIOSES
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ N.º 06.450.191/0001-70

7.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

7.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

7.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

7.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d. da Lei n.º 14.133, de 2021.

7.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

7.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

7.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

7.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

7.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

7.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA OITAVA- GARANTIA DE EXECUÇÃO

8.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA NONA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAIOSES
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ N.º 06.450.191/0001-70

serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei n.º 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

IV. Multa: Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 20% (vinte por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

9.3. O atraso superior a 60 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n.º 14.133, de 2021.

- a) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 10.1, de 5% a 20% do valor do Contrato;
- b) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 10.1, de 5% a 20% do valor do Contrato;
- c) Para infração descrita na alínea "b" do subitem 10.1, a multa será de 5% a 20% do valor do Contrato;
- d) Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 10.1, a multa será de 5% a 20% do valor do Contrato.

9.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei n.º 14.133, de 2021)

9.4.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

9.4.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei n.º 14.133, de 2021).

9.4.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

9.4.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAIÕES
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ N.º 06.450.191/0001-70

contratar.

9.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei n.º 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n.º 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n.º 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

9.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei n.º 14.133, de 2021).

9.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei n.º 14.133, de 2021).

9.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n.º 14.133/21.

9.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

10.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

10.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

10.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAIOSES
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ N.º 06.450.191/0001-70

10.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n.º 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

10.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

10.4. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

10.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

10.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.5.3. Indenizações e multas.

10.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

10.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

02 PODER EXECUTIVO

02 02 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE ARAIOSES

04 Administração

04 122 Administração Geral

04 122 0203 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04 122 0203 2005 0000 MANUT. E FUNCIONAMENTO DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa JURÍDICA

02 PODER EXECUTIVO

02 04 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE ARAIOSES

04 Administração

04 122 Administração Geral

04 122 0204 SECRETARIA DE FINANÇAS

04 122 0203 2005 0000 MANUT. E FUNC. DA SEC. MUNICIPAL DE FINANÇAS

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa JURÍDICA

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAIOSES
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ N.º 06.450.191/0001-70

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

12.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e a manifestação da procuradoria do município,

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.

13.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n.º 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n.º 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - FORO

15.1. Fica eleito O foro da Comarca de Araíoses no Estado do Maranhão, será o competente para dirimir dúvidas ou pendências resultantes deste Contrato.

15.2. E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Araíoses/MA, 28 de março de 2025.

JOAO CANDIDO CARVALHO
NETO:09915591349

Assinado de forma digital por JOAO
CANDIDO CARVALHO
NETO:09915591349
Dados: 2025.03.28 12:02:04 -03'00'

JOÃO CÂNDIDO CARVALHO NETO
CPF n.º 099.155.913-49
Prefeito da cidade de Araíoses/MA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAIOSES/MA



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAIOSES
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ N.º 06.450.191/0001-70

DANIEL DE FARIA
JERONIMO LEITE

Assinado de forma digital por
DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE
Dados: 2025.03.28 14:26:59 -03'00'

DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS

CNPJ n.º 49.162.710/0001-07

Representante Legal: Daniel de Faria Jerônimo Leite

OAB/MA 5991

CPF n.º 799.588.933-04

TESTEMUNHA:
CPF:

TESTEMUNHA:
CPF:



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDA DO NORTE

Av. Comércio, 183 – Centro – CEP: 65495-000
CNPJ: 12.553.806/0001-96

CONTRATO Nº INEX-002-2025

CONTRATAÇÃO DE ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE ASSESSORIA JURIDICA NO AMBITO JUDICIAL E TRIBUTÁRIO, EM APOIO AS ATIVIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDA DO NORTE/MA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDA DO NORTE, E O ESCRITÓRIO DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS, CNPJ Nº. 09.181.344/0001-19.

O Município de Miranda do Norte - MA, através da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, inscrita no CNPJ nº. 12.553.806/0001-96, com sede na Rua do Comércio, 183, Centro, CEP 65495-000, Miranda do Norte - MA, neste ato representada pelo Sr. **Saulo Rennan da Silva Mendes, Secretário Municipal de Administração e Finanças - SEMAF**, portador do CPF nº 034.755.273-08, nomeado através da Portaria N.º 113/2024GP, doravante denominado representante da **CONTRATANTE**, o Escritório **DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº. **09.181.344/0001-19**, com sede na Rua das Juçaras, Nº 04, Quadra 44 - Jardim Renascença - São Luís/MA, neste ato representado pelo sócio/administrador Sr. **Daniel de Faria Jeronimo Leite**, brasileiro, casado, advogado (OAB/MA nº. **5991**), RG nº. 59007796-1 SSP-MA e CPF nº. **799.588.933-04**, têm, entre si, ajustado o presente Termo de **Contrato nº 002-2025**, decorrente da Inexigibilidade de Licitação nº **002/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas e com base na Lei (74 da Lei nº 14.133/2021).

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a Contratação de Escritório de Advocacia para Prestação de Serviços Contínuos de Assessoria Jurídica no Âmbito judicial e tributário, em apoio as atividades da Prefeitura Municipal de Miranda do Norte - MA, conforme especificações estabelecidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS DOCUMENTOS CONTRATUAIS

Integram o presente Contrato, independentemente de transcrição, o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 002/2025 e a Proposta de Preços da CONTRATADA.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDA DO NORTE

Av. Comércio, 183 – Centro – CEP: 65495-000
CNPJ: 12.553.806/0001-96

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor global deste Contrato é de **R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais)**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A quantificação do contrato se dará conforme planilha abaixo:

OBJETO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO
Prestação dos serviços técnicos especializados, sob forma de patrocínio judicial sem caráter de exclusividade, preferencialmente em segundo grau e instância especial ou extraordinária, abrangendo, todos os atos e adoção de providências necessárias a defesa dos interesses do município, bem como serviços de assessoria jurídica especializada nas atividades que envolvam planejamento fiscal, arrecadação, atualização, constituição, lançamento, e cobrança de crédito tributário, incluindo consultoria às atividades de auditoria, de levantamento e recuperação de ativos fiscais, assessoria na inscrição de dívida ativa e na emissão de documentos próprios de controle de arrecadação, diversos ramos do direito, com exceção de assessoria em licitação, controle, trabalhista e dos processos acompanhados diretamente pela procuradoria municipal.	UNID.	12 MESES	R\$ 40.000,00

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e quaisquer outras necessárias ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária

0203 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO e FINANÇAS	
03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO e FINANÇAS	
04.122.0002.2103.0000	Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal
3.3.90.35.00	Serviços de Consultoria

Rua do Comércio, 183– Centro. Cep: 65.495-000
Miranda do Norte – Maranhão



PREFEITURA DE
**MIRANDA
DO NORTE**
Maranhão 2011 & 2012



ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDA DO NORTE

Av. Comércio, 183 – Centro – CEP: 65495-000

CNPJ: 12.553.806/0001-96

3.3.90.39.00

Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do (74 da Lei nº 14.133/2021), sendo a CONTRATADA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

A vigência do CONTRATO será por 12 (doze) meses, contado a partir da data de sua assinatura

PARÁGRAFO ÚNICO: Por se tratar de serviços contínuos, a vigência do presente contrato poderá ser prorrogada sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, em observância aos ditames insculpidos no art. 107, da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO

O presente contrato não poderá ser objeto de subcontratação, no todo ou em parte.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada pela Secretaria Municipal de Administração, designando um servidor como fiscal, que anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização.

PARÁGRAFO ÚNICO - A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, imperfeições técnicas, vícios ou emprego inadequado ou de qualidade inferior, e na ocorrência destes, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE, em até 30 (trinta) dias após o fornecimento, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, cabendo ao servidor responsável atestar as notas fiscais que deverão ser emitidas em 02 (duas) vias.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDA DO NORTE

Av. Comércio, 183 – Centro – CEP: 65495-000
CNPJ: 12.553.806/0001-96

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE, diretamente na Conta Corrente da CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os preços avençados em decorrência do presente contrato, não serão reajustados no período de no mínimo um ano.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caso os pagamentos sejam efetuados após o prazo estabelecido no caput desta cláusula, a CONTRATANTE se obriga a pagar multa diária de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, até o limite de 10% (dez por cento), desde que para tanto não tenha concorrido à empresa.

PARÁGRAFO QUARTO - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, pelo descumprimento deste contrato, sem que isso gere direito ao reajustamento do preço ou correção monetária.

PARÁGRAFO QUINTO - Fica o contratado obrigado a manter durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

As obrigações da Contratada obedeceram ao previsto no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

As obrigações da Contratante obedeceram ao previsto no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

As sanções são aquelas previstas no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

I - Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas da Lei nº 14.133/2021), sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência;

II - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS COMUNICAÇÕES

Qualquer comunicação entre as partes a respeito do presente Contrato, só produzirá efeitos legais se processada por escrito, mediante protocolo ou outro



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDA DO NORTE

Av. Comércio, 183 – Centro – CEP: 65495-000
CNPJ: 12.553.806/0001-96



meio de registro, que comprove a sua efetivação, não sendo consideradas comunicações verbais.

CLÁUULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

Na forma da Lei nº 14.133/2021, o contrato será publicado na imprensa oficial.

CLÁUULA DÉCIMA SEXTA - DA VINCULAÇÃO

O presente Contrato se vincula ao Termo de Referência e à proposta da Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o foro de Itapecuru – Mirim/MA, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, perante 02 (duas) testemunhas que também os subscrevem.

Miranda do Norte/MA, 23 de janeiro de 2025.

SAULO
RENNAN DA
SILVA
MENDES:03475⁸
527308

Assinado digitalmente
por SAULO RENNAN
DA SILVA
MENDES:0347552730
Data: 2025.01.23
10:46:28-03'00'

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDA DO NORTE

Saulo Rennan da Silva Mendes
Secretário de Administração e Finanças
Contratante

DANIEL DE FARIA
JERONIMO LEITE

Assinado de forma digital por
DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE
Dados: 2025.01.23 11:11:48 -03'00'

DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS

Daniel de Faria Jeronimo Leite

CPF nº. 799.588.933-04

sócio/administrador

Contratada

TESTEMUNHAS:

CPF Nº

CPF Nº

Rua do Comércio, 183– Centro. Cep: 65.495-000
Miranda do Norte – Maranhão



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

ANEXO III



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ



CONTRATO Nº 20230405.002.2023.
PROC. ADM. Nº 004/2023

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI
CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ – MA E
A EMPRESA DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS.**

Por este instrumento particular, a **CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ - MA** inscrita no CNPJ sob o nº 69.555.019/0001-09, com sede na Rua Simplicio Moreira, nº 1185, Centro, Imperatriz – MA, neste ato representada pelo(a) Presidente, pelo Presidente, Sr. Amauri Alberto Pereira de Sousa, portador(a) da Cédula de Identidade nº 0356144120089 e do CPF nº 790.825.133-15, a seguir denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS**, situada na Rua das Juçaras, nº 04, Quadra 44, Jardim Renascença, São Luís –MA., inscrita no CNPJ sob o nº 09.181.344/0001-19, neste ato representada pelo Sr. Daniel de Faria Jerônimo Leite, portador da OAB/MA 5.991 a seguir denominada **CONTRATADA**, acordam e justam firmar o presente Contrato, nos termos da Lei nº 8.666/93, assim como pelas cláusulas a seguir expressas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

- 1.1. O presente contrato tem por objeto a Contratação de pessoa jurídica de direito privado para a realização dos Serviços de Consultoria Jurídica, de modo a atender as necessidades da Administração Pública da Câmara Municipal de Imperatriz - MA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO DESTE INSTRUMENTO E FUNDAMENTO LEGAL:

- 2.1. Este contrato tem como amparo legal a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 002/2023 e rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e sujeitando-se aos preceitos de direito público e aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. A proposta de preços da empresa vencedora passa a integrar este contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL:

- 3.1. Pelo objeto ora contratado, a Contratante pagará à Contratada o valor global de R\$ 130.800,00 (cento e trinta mil e oitocentos reais).

ITEM	DESCRIÇÃO	Unid.	Quant.	PREÇO	
				Unitário	Total
1	Prestação de serviços especializados em Assessoria e Consultoria jurídica que não se enquadrem, pela sua natureza aos trabalhos rotineiramente prestados pelo corpo permanente, inclusive contencioso administrativo e judicial, com ênfase na promoção de ações e acompanhamento processual de demandas de interesse da Câmara Municipal de Imperatriz, com	Mês	12	R\$ 10.900,00	R\$ 130.800,00

Rua Simplicio Moreira, nº 1185, Centro, Imperatriz – MA

CNPJ 69.555.019/0001-09

Fone. (99) 3524-3359

Página 1 de 8



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ



198

elaboração de pareceres, consultoria na organização político-administrativa, termos de ajuste, parcerias administrativas, Assessoramento na elaboração das prestações de contas bimestrais, quadrimestrais, anuais e de instrumentos de planejamento (Plano plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei orçamentária anual), dentre outras demandas jurídicas do interesse da Câmara Municipal de Imperatriz, de modo a garantir a melhoria da qualidade dos serviços públicos e resguardar os direitos da Municipalidade.				
--	--	--	--	--

CLÁUSULA QUARTA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DOS RECURSOS:

- 4.1 As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Câmara Municipal de Imperatriz - MA, classificada conforme abaixo especificado:

Órgão: CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ UNIDADE: CÂMARA MUNICIPAL
Projeto Atividade: 01.122.0001.2-002 – MANUT. DAS ATIVIDADES E PROJETOS DA CÂMARA
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO – PESSOA JURÍDICA

- 4.2 Em caso de prorrogação contratual ou alteração dos respectivos créditos orçamentários, as despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento vigente, devidamente classificadas em termo de aditamento de contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA:

- 5.1 O presente contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e terá vigência de 12 meses.

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE EXECUÇÃO:

- 6.1 O recebimento do objeto ora licitado dar-se-á de acordo com o art. 73, II, "a" e "b" da Lei nº 8.666/93.
- 6.2 O recebimento e atestado da execução dos serviços dar-se-á por comissão ou servidor designado pelo Requisitante, que fará a verificação da sua conformidade com a proposta apresentada, e ainda, quanto à qualidade, assiduidade, pontualidade e quantidades solicitadas na ordem de serviços.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ



CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO:

- 7.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA, mediante a apresentação de Nota Fiscal/fatura, acompanhada da respectiva Ordem de Serviços e das certidões de regularidade fiscal: Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND do INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, FGTS (Certidão de Regularidade do FGTS), emitida pela Caixa Econômica Federal, diretamente na conta que o fornecedor apresentar no ato da contratação, para o que deverá, na oportunidade, informar o nome do Banco e número da agência e conta corrente onde deverá ocorrer o crédito, não sendo permitidas alterações futuras sem a anuência das partes interessadas.
- 7.1.1 Banco: Banco do Brasil
- 7.1.2 Agência: 2953-X
- 7.1.3 Conta: 39371-1
- 7.2. É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Contrato, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento e indenização pelos danos decorrentes.
- 7.3. A fatura não aprovada pela Câmara Municipal de Imperatriz - MA será devolvida à contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.
- 7.4. Para cada ordem de Serviço, a contratada deverá emitir nota fiscal/fatura correspondente a mesma.
- 7.5. Nenhum pagamento será efetuado ao contratado caso o mesmo se encontre em situação irregular perante a Seguridade Social e Tributos Federais, conforme item 7.1 desta cláusula.
- 7.6. Não haverá distinção entre condições de pagamento para empresas brasileiras e estrangeiras.

CLÁUSULA OITAVA – DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO:

- 8.1. Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, a Administração poderá restabelecer a relação pactuada, nos termos do art. 65, inciso II, alínea d, da Lei nº 8.666/93, mediante comprovação documental e requerimento expresso do contratado.

CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

- 9.1. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre as quantidades, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA EM DECORRÊNCIA DE ATRASO DE PAGAMENTO:



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ



200

- 10.1 O não pagamento da fatura, por culpa exclusiva da contratante, no prazo estabelecido neste instrumento, ressalvado o contido no item 7.3 da cláusula sétima, ensejará a atualização do respectivo valor pelo IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, utilizando-se a seguinte fórmula:

$$VA = \frac{VDI}{INI} \times INF, \text{ onde:}$$

VA = Valor Atualizado

VDI = Valor Inicial

INI = IGP-M/FGV na data inicial

INF = IGPM/FGV na data final

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS:

- 11.1 Os preços contratados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência do presente contrato, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

11.1.1. Os preços contratados que sofrerem revisão não ultrapassarão aos preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época da assinatura do contrato.

11.1.2. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços contratados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor competente desta Casa Legislativa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

- 12.1 O contrato poderá ser alterado nos termos do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, mediante as devidas justificativas. A referida alteração, caso haja, será realizada através de termo de aditamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO:

- 13.1 A contratante indicará uma pessoa de seu preposto para exercer as atividades de fiscalização da qualidade dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

- 14.1 A CONTRATADA se obriga a:

14.1.1 Executar o objeto conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

14.1.2 Reparar, corrigir, remover, substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 24hrs (vinte e quatro) horas prorrogável por iguais e sucessivos

Rua Simplicio Moreira, nº 1185, Centro, Imperatriz – MA

CNPJ 09.555.019/0001-09

Fone: (99) 3524-3359

Página 4 de 8



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ



201

- 15.1. A rescisão do contrato terá lugar de pleno direito, a critério da contratante, independentemente de interposição judicial ou extrajudicial, em conformidade com o art. 55, inciso IX, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações nos casos previstos nos artigos 77, 78 e 79 da referida lei.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS PENALIDADES:

- 16.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto do presente contrato, a Administração da entidade contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as seguintes sanções:

- I - Advertência, que será aplicada por meio de notificação via ofício, mediante contra-recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da Administração;
- II - 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor da Nota de Empenho em caso de atraso na execução do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial ou total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- III - 5% (cinco por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, em caso de atraso superior a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial ou total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.
- IV - 15% (quinze por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, em caso de atraso na execução do objeto ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- V - 20% (vinte por cento) sobre o valor da Nota de empenho, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

- 16.2. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato ou documentos equivalentes que dela poderão advir, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no Sistema de Cadastro deste Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

- 16.3. As sanções previstas no inciso I e no parágrafo primeiro desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos "II" e "III", facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

- 16.4. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a empresa Contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

- 16.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas junto ao cadastro de fornecedores da entidade contratante, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado

períodos com apresentação das devidas justificativas, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;

- 14.1.3 Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à administração ou a terceiros;
- 14.1.4 Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a entrega dos serviços, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá;
- 14.1.5 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;
- 14.1.6 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;
- 14.1.7 Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da entrega dos serviços;
- 14.1.8 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990)

14.2. A **CONTRATANTE** se obriga a:

- 14.2.1. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa fornecer os serviços de acordo com as determinações do Termo de Referência;
- 14.2.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 14.2.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 14.2.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 14.2.5. Pagar à Contratada o valor resultante da execução dos serviços, na forma do contrato;
- 14.2.6. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO DO CONTRATO:



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ



por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS ILÍCITOS PENAIS:

- 17.1. As infrações penais tipificadas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA TROCA EVENTUAL DE DOCUMENTOS:

- 18.1. A troca eventual de documentos entre a contratante e a contratada, será realizada através de protocolo.

18.1.1. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS:

- 19.1. Os casos omissos serão resolvidos às luzes da Lei nº 8.666/93 com suas alterações posteriores, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO RESUMIDA DESTE INSTRUMENTO

- 20.1. Em conformidade com o Artigo 61, Parágrafo Único, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a publicação resumida deste instrumento de contrato e seus aditamentos (se houver), será efetuada na imprensa oficial, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO:

- 21.1. Fica eleito o foro da Comarca de Imperatriz - MA, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da interpretação deste contrato com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento contratual, que foi impresso em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas para que surtam seus legais e jurídicos efeitos.

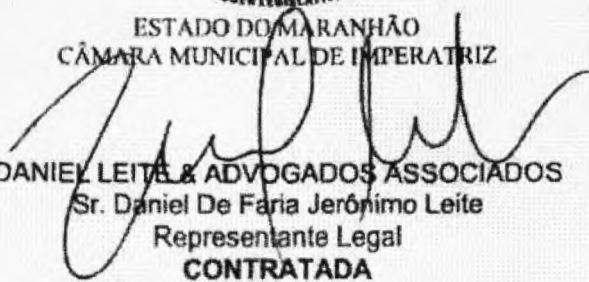
Imperatriz - (MA), 05 de abril de 2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
Sr. Amauri Alberto Pereira de Sousa
Presidente
CONTRATANTE

Rua Simplicio Moreira, nº 1185, Centro, Imperatriz – MA
CNPJ 69.555.019/0001-09
Fone: (99) 3524-3359
Página 7 de 8



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ


DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS
Sr. Daniel De Faria Jerônimo Leite
Representante Legal
CONTRATADA



Testemunhas:

Nome: Yasmir do Pimentel CPF nº 033.485.843-70
Nome: Gláucia D. Alves CPF nº 066.150.013-65

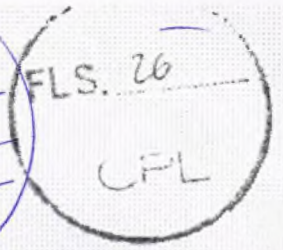


ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

ANEXO IV



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ



Nº 008/2024

**20230405.002.2023, QUE ENTRE SI CELEBRAM A
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ E A EMPRESA
DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS.**

Por este instrumento particular, a CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ/MA inscrita no CNPJ sob o nº 69.555.019/0001-09, neste ato representada pelo Presidente, Sr. Amauri Alberto Pereira de Sousa, portador(a) da Cédula de Identidade nº 0356144120089 e do CPF nº 790.825.133-15, a seguir denominada CONTRATANTE, e a empresa **DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS**, situada na Rua das Juçaras, nº 04, Quadra 44, Jardim Renascença, São Luís - MA., inscrita no CNPJ sob o nº 09.181.344/0001-19, neste ato representada pelo Sr. Daniel de Faria Jerônimo Leite, portador da OAB/MA 5.991 a seguir denominada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo n.º 013/2023, e nos termos da Lei nº 8.666/93 e nas demais normas legais aplicáveis, conforme abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a Contratação de pessoa jurídica de direito privado para a realização dos Serviços de Consultoria Jurídica, de modo a atender as necessidades da Administração Pública da Câmara Municipal de Imperatriz - MA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Aditivo prorroga a vigência do contrato por mais 12 (doze) meses contados a partir do dia 06 de abril de 2024, de acordo com Art. 57, inciso II da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO TERMO DE ADITIVO

O valor total deste termo de aditivo para cobrir as despesas relativas ao reequilíbrio econômico-financeiro para ambas as partes, é de R\$ 15.00,00 (quinze mil reais) mensais, pelo período de 12 (doze) meses, totalizando o valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais).

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente Aditivo ocorrerão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

UNIDADE: CÂMARA MUNICIPAL

Projeto Atividade: 01.122.0001.2-002 – MANUT. DAS ATIVIDADES E PROJETOS DA CÂMARA

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO – PESSOA JURÍDICA

CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições do contrato original, não alteradas pelo

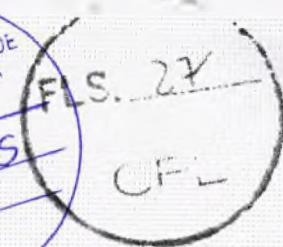
Rua Simplício Moreira, nº 1185, Centro, Imperatriz – MA

CNPJ 69.555.019/0001-09

Fone: (99) 3524-3359



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ



presente Termo Aditivo.

E, por se acharem justas e contratadas, e depois de lido e achado conforme, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias, sem rasuras, perante 02 (duas) testemunhas, que também o subscrevem, para maior validade jurídica.

Imperatriz (MA), 06 de abril de 2024.

P/ CONTRATANTE:

Sr. Amauri Alberto Pereira de Sousa

Presidente

DANIEL DE FARIA

Assinado de forma digital por
DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE
Dados: 2024.04.06 11:48:12 -03'00'

JERONIMO LEITE

P/ CONTRATADO:

DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS

Sr. Daniel De Faria Jerônimo Leite

Representante Legal

TESTEMUNHAS:

NOME:

CPF-Nº:

NOME:

CPF-Nº:

Rua Simplicio Moreira, nº 1185, Centro, Imperatriz – MA

CNPJ 69.555.019/0001-09

Fone: (99) 3524-3359



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

DESPACHO

À Sra.
Rayanne Ribeiro de Holanda
Controladora Geral da Câmara Municipal de Imperatriz

Assunto: Solicitação de análise e manifestação técnica em atendimento ao artigo 30, inciso V, alínea f, da Lei Ordinária nº 2.015/2024.

Senhora Controladora,

Encaminham-se os presentes autos à Vossa Senhoria para que seja realizada a análise e manifestação técnica, sobre a matéria a seguir detalhada, em atendimento ao disposto no artigo 30, inciso V, alínea f, da Lei Ordinária nº 2.015/2024.

Tratam-se os autos de solicitação para Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de Assessoria e Consultoria Jurídica para atender as necessidades da Câmara Municipal de Imperatriz/MA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

A presente solicitação se justifica pela necessidade de obter parecer técnico da Controladoria Geral da Câmara Municipal de Imperatriz, órgão competente para a análise e interpretação de questões relacionadas à aplicação da Lei nº 14.133/2021 e da Lei Ordinária nº 2.015/2024, de forma a garantir a correta aplicação da legislação e a segurança jurídica dos atos administrativos a serem praticados.

Após a análise os autos deverão ser remetidos ao Departamento Administrativo para prosseguimento do feito.

Atenciosamente,

Imperatriz/MA, em 23 de outubro de 2025.

Danyelle Walkiria Flor da Conceição
Diretora do Departamento Administrativo e Atividades Complementares
Portaria nº 001/2025

Recelir: 14/11/2025
hs: 09:59h.
maria solidade



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO



**LISTA DE VERIFICAÇÃO – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
CONTRATAÇÃO DE ESCRITÓRIO ESPECIALIZADO EM CONSULTORIA JURÍDICA**

Processo nº: 036/2025

Data de recebimento: 13 de novembro de 2025

Data de devolução: 14 de novembro de 2025

Itens mínimos obrigatórios para a elaboração do ETP, conforme art. 18, § 1º da Lei nº 14.133/2021				
É preciso que o ETP evidencie o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos				
Nº	Descrição	Páginas	Atende a exigência?	Observação
1	Consta a descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público?	6 - 15	Atende	Justifica na necessidade de contratação direta de serviços advocatícios especializados para atender demandas complexas da Câmara de Imperatriz/MA, que extrapolam a capacidade da procuradoria interna. O objeto exige notória especialização e atuação estratégica em direito público e controle institucional. Fundamenta-se no art. 74, III da Lei nº 14.133/2021 e no Tema 309 do STF.
2	Há demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual?		Atende	Item 25 do PCA
3	No caso de compra ou de locação de bens, foi considerado no ETP os custos e os benefícios de cada opção,		Não se aplica	

CCM



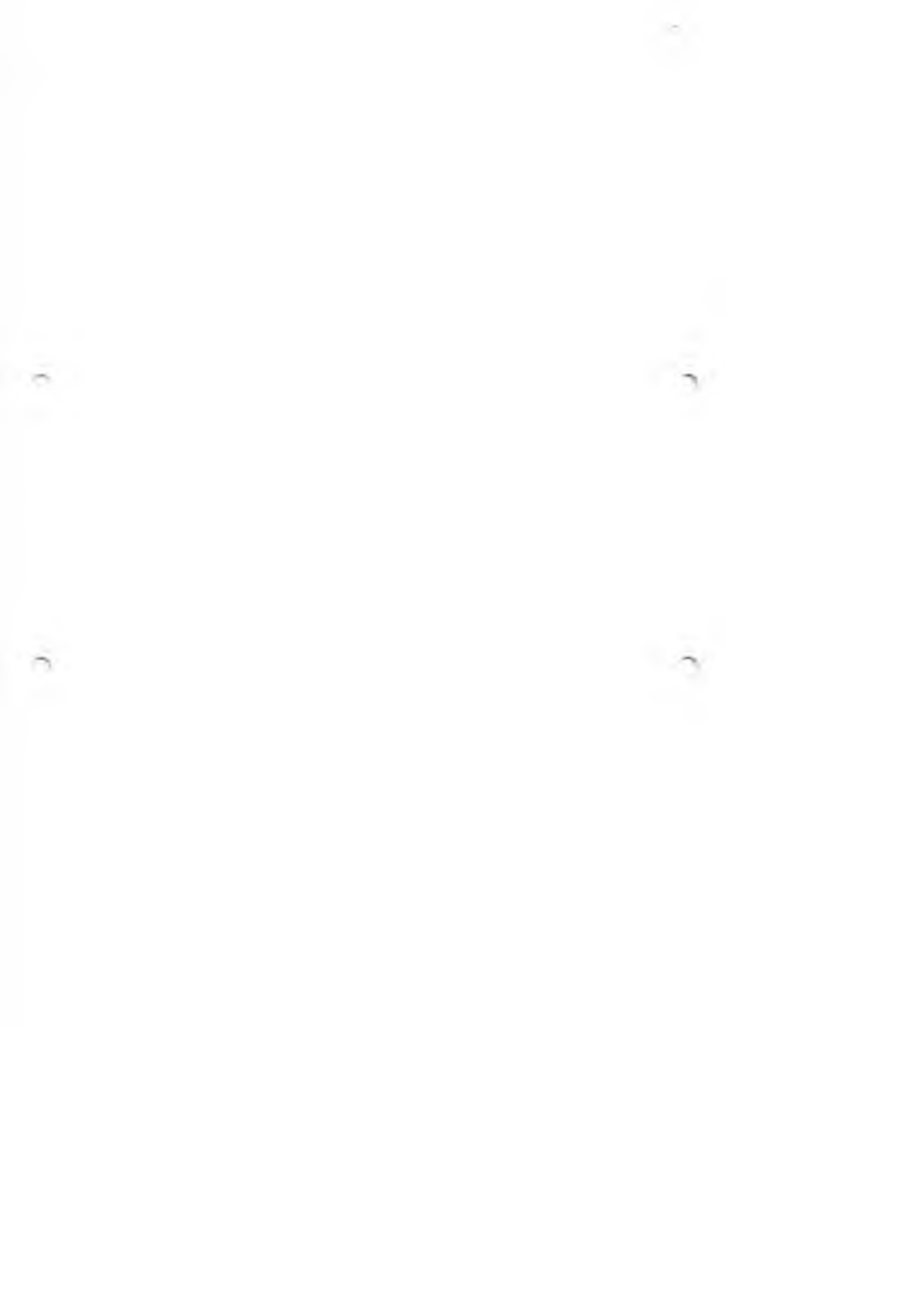


ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO



	com indicação da alternativa mais vantajosa? ¹			
4	Os requisitos que a solução contratada deverá atender, incluindo os requisitos mínimos de qualidade, foram delineados?	15 - 22	Atende	Os requisitos foram delineados no item 3 do documento, incluindo critérios de qualificação técnica, bem com capacidade para atuação em demandas jurídicas e complexas e extraordinárias.
5	Consta a estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte?	22	Atende	A estimativa das quantidades foi fundamentada em contratos anteriores da própria Câmara Municipal de Imperatriz.
6	Consta levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar?	22 - 27	Atende	Concluiu-se que a solução mais eficiente é a contratação direta por inexigibilidade, ante a natureza do objeto, desde que obedecidos os critérios do Tema 309 do STF.
7	Consta a estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte?	27	Atende	A estimativa do valor da contratação considerou contratações semelhantes, tanto da Câmara Municipal, quanto de outros órgãos e entes federativos.
8	Consta descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso?	27 - 28	Atende	A solução encontrada foi a contratação direta por inexigibilidade do escritório Daniel Leite e Associados, nos termos do Tema 309 do STF.
9	Consta a justificativa para o parcelamento ou não da contratação?	28 - 29	Atende	O parcelamento da contratação foi considerado adequado porque os serviços advocatícios demandados possuem natureza integrada,

¹ Art. 44 da Lei nº 14.133/2021: Quando houver a possibilidade de compra ou de locação de bens, o estudo técnico preliminar deverá considerar os custos e os benefícios de cada opção, com indicação da alternativa mais vantajosa.





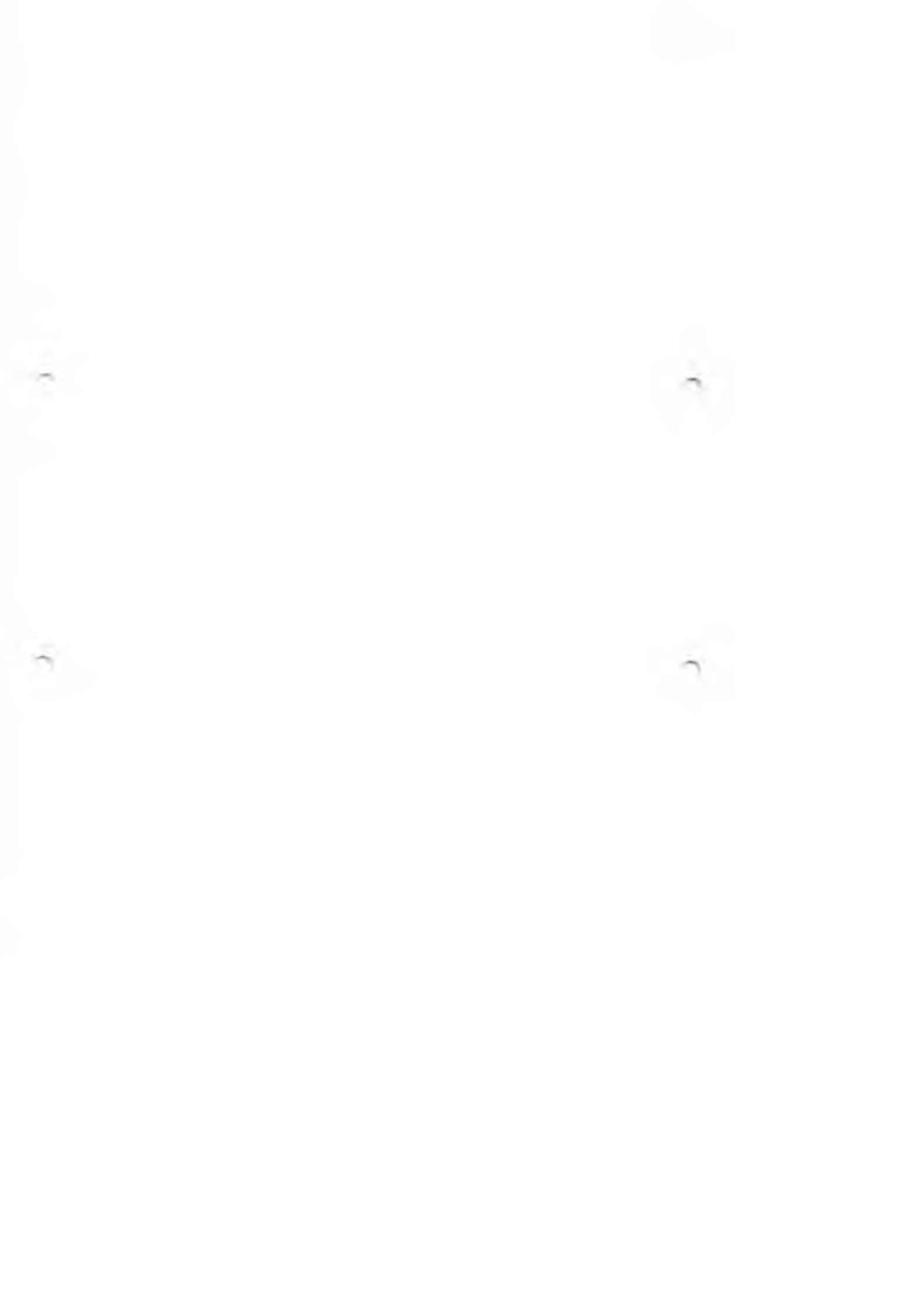
ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO



				contínua e estratégica, exigindo unidade de coordenação e coerência técnica.
10	Consta demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis?	29	Atende	Considerou o aperfeiçoamento dos processos da área jurídica e das unidades gestoras.
11	Consta providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual? Caso contrário, há justificativa?	29	Atende	Não foram identificadas providencias prévias.
12	Consta contratações correlatas e/ou interdependentes? Caso contrário, há justificativa?	30	Atende	Não foram identificadas contratações correlatas.
13	Consta descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras? Caso contrário, há justificativa?	30	Atende	Não foram identificados impactos ambientais decorrentes da contratação.
14	Consta o posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina?	30	Atende	Conclui pela viabilidade técnica, legal e orçamentária da contratação (item 13).
15	Consta a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual?	32 - 33	Atende	O mapa de risco consta no Anexo I do documento.

Após verificação dos elementos mínimos exigidos para a elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP), nos termos do art. 18, §1º da Lei nº 14.133/2021, conclui-se que o presente estudo atende, de forma geral, aos requisitos legais e técnicos.





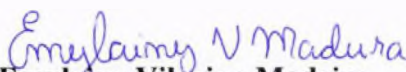



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

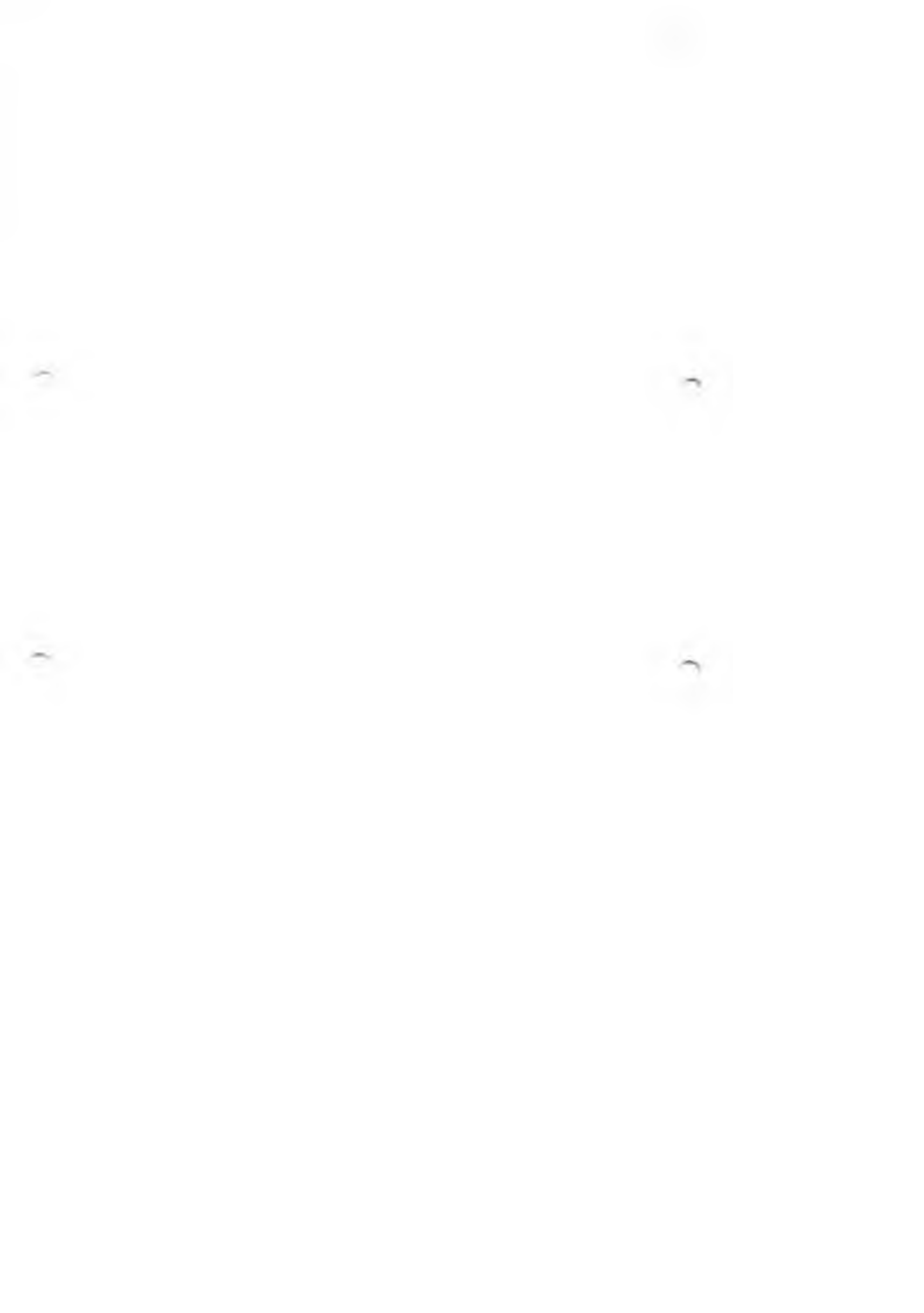


O documento demonstra, com base fundamentada, a necessidade da contratação, a melhor solução disponível, os aspectos de viabilidade econômica, os riscos envolvidos e os mecanismos de controle e mitigação adotados.

A abordagem adotada está em consonância com os princípios da boa governança, gestão de riscos e controle interno, conforme previsto na Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01/2016. Dessa forma, o ETP revela-se adequado para subsidiar as etapas subsequentes do processo de contratação, com foco na eficiência, legalidade e interesse público.


Emylainy Vilarino Madeira
Assessor Técnico do Departamento de
Controle Interno


Rayanne Ribeiro de Holanda
Controladora-Geral da Câmara Municipal de
Imperatriz





ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

OFÍCIO	Nº 208/2025
---------------	--------------------

DO: DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES
PARA: GABINETE DA PRESIDÊNCIA
ASSUNTO: Aprovação de Estudo Técnico Preliminar

Imperatriz/MA, 14 de Novembro de 2025

À Sua Excelência, o Senhor
Adhemar Alves de Freitas Júnior
Presidente da Câmara Municipal

Senhor Presidente,

O Departamento Administrativo e Atividades Complementares vem por meio deste requerer que seja **APROVADO** o Estudo Técnico Preliminar em anexo, cujo objeto consiste no registro de preços para a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de Assessoria e Consultoria Jurídica para atender as necessidades da Câmara Municipal de Imperatriz, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

Sem mais para o momento, aproveitamos e ensejo para elevar nossas reais considerações e apreço.

Atenciosamente,

DANYELLE WALKIRIA FLOR
DA CONCEIÇÃO 96861339334
Assinado de forma digital por
DANYELLE WALKIRIA FLOR DA
CONCEIÇÃO 96861339334
Dados: 2025.11.14 08:46:08 -0100'

Danyelle Walkiria Flor da Conceição
Diretora do Departamento Administrativo e Atividades Complementares
PORTARIA/NOM/PR nº 001/2025





ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
GABINETE DA PRESIDÊNCIA



DESPACHO

Considerando que o Estudo Técnico Preliminar se constitui como documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação;

Considerando que o Estudo Técnico Preliminar foi elaborado em conformidade com as diretrizes do art. 18, §1º e seguintes da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021

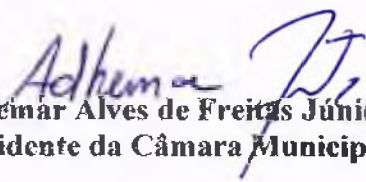
Considerando que consta posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina, e que a contratação foi declarada como viável pela Equipe de Planejamento, conforme (fls.06-61);

Considerando a análise e manifestação técnica do Controle interno (fls. 63-66);

APROVO o Estudo Técnico Preliminar (fls.06-61).

Encaminhe-se ao Departamento Administrativo e Atividades Complementares para as providências cabíveis para prosseguimento do feito.

Imperatriz – MA, 14 de novembro de 2025


Adhemar Alves de Freitas Júnior
Presidente da Câmara Municipal



**ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

Ao Sr.
HEYDER JOHNN DE MENDONÇA AYRES
Contador desta Casa Legislativa

Senhor Contador,

Solicito de V. Senhoria, informações sobre a existência de disponibilidade orçamentária para custeio da despesa referente a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de Assessoria e Consultoria Jurídica para atender as necessidades da Câmara Municipal de Imperatriz, em atendimento ao art. 72, IV da Lei nº 14.133/2021.

Valor estimado: R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais).

Imperatriz, Estado do Maranhão, em 14 de novembro de 2025.

DANYELLE WALKIRIA
FLOR DA
CONCEIÇÃO:96861339334

Assinado de forma digital por
DANYELLE WALKIRIA FLOR DA
CONCEIÇÃO:96861339334
Dados: 2025.11.14 08:45:09 -03'00'

Danyelle Walkiria Flor da Conceição
Diretora do Departamento Administrativo e Atividades Complementares
Portaria nº 001/2025



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

CNPJ: 69.555.019/0001-09




Conforme solicitado, segue a dotação orçamentária para:

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de assessoria e consultoria jurídica para atender as demandas da Câmara Municipal de Imperatriz.

Órgão: CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
Unidade: 01 - CÂMARA DE IMPERATRIZ
Ação Função: 01 Sbfunção: 122 Programa: 0001 Projeto/Atividade/Oper.Especial: 2-002 01.122.0001.2-002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES E PROJETOS DA CÂMARA
Natureza da Despesa 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte de Recursos

500 Recursos não Vinculados de Impostos

Câmara Municipal de Imperatriz em 14 de novembro de 2025.


HEYDER JOHNN DE MENDONÇA AYRES
Contador/CRC-10809 - MA



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

OFÍCIO	Nº 209/2025
--------	-------------

DO: DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES
PARA: GABINETE DA PRESIDÊNCIA
ASSUNTO: Aprovação de Termo de Referência

Imperatriz/MA, 17 de novembro de 2025

À Sua Excelência, o Senhor
ADHEMAR ALVES DE FREITAS JÚNIOR
Presidente da Câmara Municipal

Senhor Presidente,

O Departamento Administrativo e Atividades Complementares vem por meio deste requerer que seja **APROVADO** o Termo de Referência em anexo, cujo objeto consiste na Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de Assessoria e Consultoria Jurídica para atender as necessidades da Câmara Municipal de Imperatriz, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

Outrossim, esclarecemos que as despesas se encontram em consonância com a LDO, LOA e PPA. (art. 16, II, da LC nº 101/00).

Sem mais para o momento, aproveitamos e ensejo para elevar nossas reais considerações e apreço.

Atenciosamente,

DANYELLE WALKIRIA FLOR DA CONCEIÇÃO
Assinado de forma digital por
DANYELLE WALKIRIA FLOR DA
CONCEIÇÃO-96861339334
CONCEIÇÃO-96861339334 Dados: 2025.11.17 11:11:16 -03'00'

Danyelle Walkiria Flor da Conceição
Diretora do Departamento Administrativo e Atividades Complementares
Portaria nº 001/2025

Ciente em: 37/11/2025.

OBS:

Adhemar Freitas Jr.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de Assessoria e Consultoria Jurídica para atender as necessidades da Câmara Municipal de Imperatriz, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

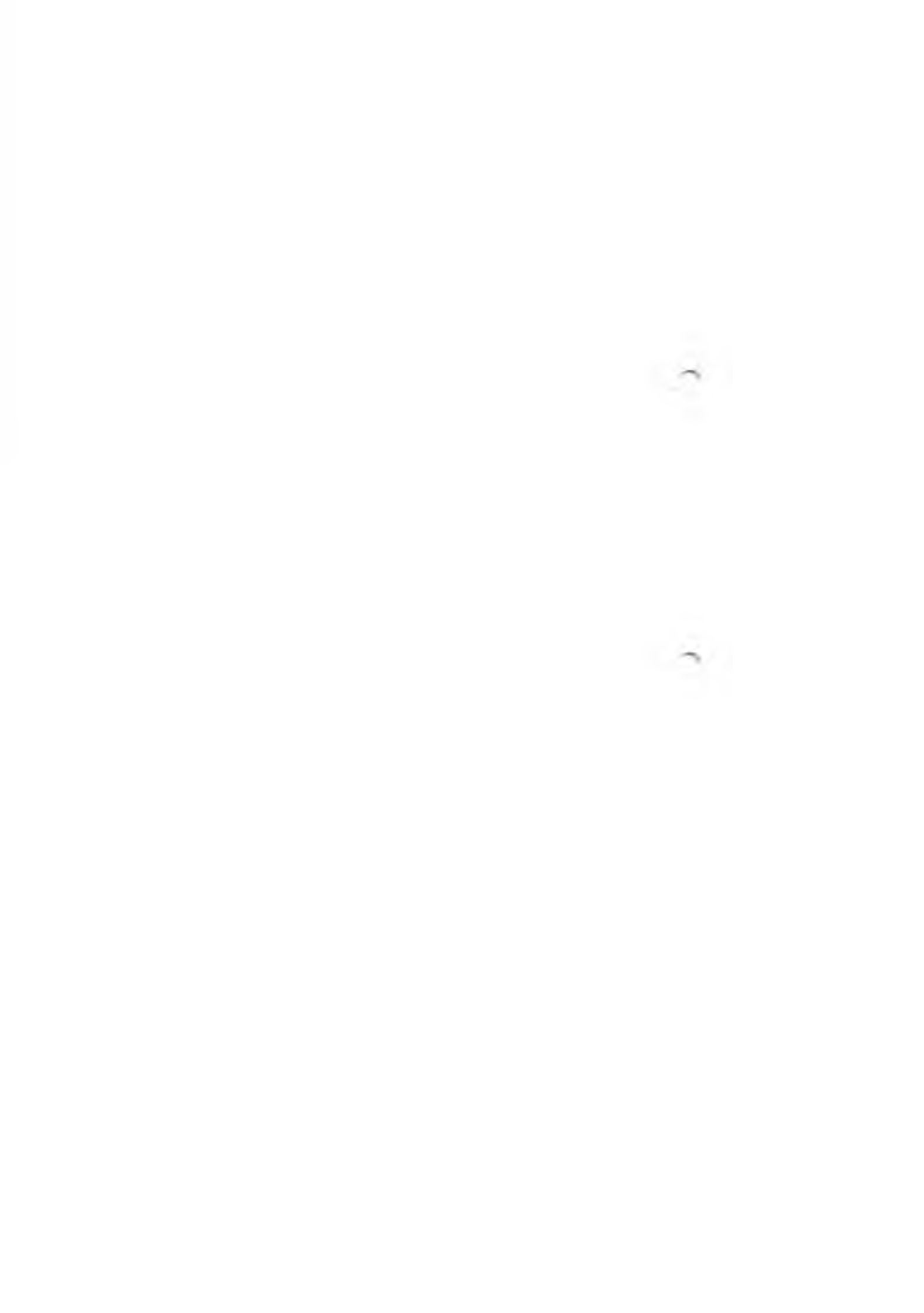
1.2. Especificações e quantitativos do objeto:

1.2.1. Os itens do presente Termo de Referência possuem as seguintes especificações, apresentação e quantitativos:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID	QUANT	V. UNT.	V. TOTAL (DOZE MESES)
1	Prestação de serviços especializados em Assessoria e Consultoria Jurídica que não se enquadrem pela sua natureza aos trabalhos rotineiramente pelo corpo permanente, inclusive contencioso administrativo e judicial, com ênfase na promoção de ações e acompanhamento processual de demandas de interesse da Câmara Municipal de Imperatriz, com elaboração de pareceres, consultoria na organização político-administrativa, termos de ajuste, parcerias administrativas, assessoramento na elaboração das prestações de contas bimestrais, quadrimestrais, anuais e de instrumentos de planejamento (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual), dentre outras demandas jurídicas de interesse da Câmara Municipal de Imperatriz, de modo a garantir a melhoria na qualidade dos serviços públicos e resguardar os direitos da Municipalidade	MÊS	12	R\$ 15.000,00	R\$ 180.000,00

1.3. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como singulares e executados pessoa jurídica/profissionais de notória especialização, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO





ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

A presente justificativa tem por finalidade demonstrar a necessidade, a adequação legal e a conveniência administrativa da contratação direta, por inexigibilidade de licitação, de serviços advocatícios especializados a serem prestados à Câmara Municipal de Imperatriz/MA.

O objeto da contratação consiste na **prestação de serviços jurídicos de natureza singular e notória especialização**, voltados à orientação institucional, legislativa e administrativa desta Câmara, especialmente em matérias relacionadas ao direito público, controle interno, gestão orçamentária e conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis à Administração Pública.

A **complexidade técnica do objeto excede as atribuições rotineiras de consultoria jurídica**, exigindo domínio aprofundado e interdisciplinar nas áreas de Direito Legislativo, Administração Pública, Contabilidade Jurídica Pública, Responsabilidade Fiscal e Controle Externo.

Trata-se de **serviços que demandam atuação estratégica, com impacto direto sobre o planejamento institucional e a segurança jurídica dos atos praticados pela Câmara, em especial no que se refere à interlocução com órgãos de controle como o Ministério Público, Tribunais de Contas e Controladorias**. Essa complexidade se acentua diante do fato de a Câmara possuir legislação própria, regulamentações específicas e uma rotina administrativa que exige suporte jurídico contínuo e qualificado.

Embora a Câmara conte com um Procurador Jurídico efetivo, verifica-se que a **estrutura atual não possui capacidade técnica e operacional suficiente para atender à totalidade das demandas institucionais, dada sua complexidade, especialização temática e volume**. As tarefas que se pretende contratar exigem dedicação exclusiva e conhecimento altamente especializado, não sendo adequadamente absorvíveis pela atual estrutura interna, o que caracteriza a inadequação da prestação do serviço pelos quadros permanentes da Casa Legislativa.

Importante destacar que, conforme entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no Tema 309 da Repercussão Geral (RE 656.558), **a existência de Procuradoria Jurídica não constitui, por si só, impedimento para a contratação direta de serviços advocatícios especializados**. O que se exige é a demonstração da real necessidade, da



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

singularidade do objeto, da notória especialização do contratado e da compatibilidade do preço praticado.

Nesse contexto, **é fundamental ressaltar que a avaliação da necessidade da contratação e da adequação da estrutura interna deve ser realizada pela própria Administração contratante, que melhor conhece sua realidade funcional e institucional.** Assim, a Câmara, ciente de suas limitações operacionais e do elevado nível de responsabilidade exigido pelas demandas técnicas que enfrenta, exerce sua competência legal para deliberar sobre a conveniência da contratação externa.

A escolha do escritório a ser contratado baseia-se em critérios objetivos de notória especialização, consubstanciados na **reconhecida experiência, reputação e qualidade técnica dos profissionais envolvidos**, cujos antecedentes em matérias similares conferem a segurança necessária à execução do objeto.

Em tais casos, a contratação exige o chamado **"toque do especialista"**, conceito que expressa a atuação técnica diferenciada, pautada em conhecimentos que vão além do domínio comum, e **cuja entrega depende da confiança específica e qualificada depositada no profissional contratado.** O próprio STF reconhece que o agente público detém margem de liberdade técnica para avaliar a experiência dos profissionais e reputar aquele que melhor atende ao interesse público e à utilidade pretendida. Essa competência discricionária, quando exercida com base em critérios técnicos e legais, justifica plenamente a confiança administrativa depositada no contratado.

Importa destacar também que a contratação pretendida está diretamente alinhada aos **princípios da eficiência e da supremacia do interesse público**, orientadores da atuação da Administração Pública. A Câmara Municipal, ao buscar o suporte de corpo técnico jurídico altamente qualificado e de notória especialização, visa garantir o **respaldo institucional necessário à tomada de decisões sensíveis e complexas, amparando-se no melhor suporte técnico confiável disponível no mercado**, com foco na legalidade, regularidade e efetividade de sua atuação legislativa e administrativa.

Ademais, destaca-se que a cidade de Imperatriz ocupa posição estratégica no Estado do Maranhão e em toda a Região Tocantina, configurando-se como o **segundo maior centro urbano, político e econômico do Estado e importante polo de integração regional com os**



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

estados vizinhos. Sua relevância, portanto, vai além da densidade populacional e da atividade econômica: trata-se de um território com forte presença institucional, demandas públicas complexas e intensa interlocução com órgãos de controle e esferas de governo.

Nesse contexto, **a Câmara Municipal de Imperatriz exerce papel fundamental como poder legislativo local**, sendo responsável não apenas pela elaboração normativa, mas também pelo acompanhamento das políticas públicas, fiscalização financeira e controle dos atos da Administração.

A complexidade dos temas enfrentados e a responsabilidade institucional exigem da Câmara suporte jurídico altamente especializado, com sólida experiência em demandas complexas e atuação em tribunais superiores e demais órgãos de controle, a fim de resguardar os interesses da cidade com o mais alto grau de técnica, segurança e assertividade jurídica.

Quanto à remuneração, destaca-se que **os valores propostos são justos e compatíveis com a complexidade, os riscos e o nível de responsabilidade exigido**, observando a média de preços praticados pelo escritório em contratações anteriores de mesma natureza. Tal compatibilidade assegura a razoabilidade da despesa e atende aos princípios da economicidade e da eficiência, sem comprometer a qualidade da prestação dos serviços.

Dessa forma, **a contratação direta pretendida atende integralmente aos requisitos do art. 74, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 e às balizas fixadas pelo Supremo Tribunal Federal no Tema 309**, estando adequadamente fundamentada quanto à necessidade institucional, à singularidade do objeto, à notória especialização do contratado, à inviabilidade de competição e à compatibilidade de preço com o mercado e com o interesse público.

2.1. Previsão no Plano de Contratações Anual:

2.1.1. Face o exposto e em observância ao que aduz o inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e Art. 7º, inciso IX da IN 40/2020 da SEGES a contratação pretendida está em conformidade com os ditames legais, uma vez que encontra previsão no plano anual de contratações.

2.2. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DA MODALIDADE FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação do presente objeto se dará por **Procedimento de Inexigibilidade de licitação Contratação Direta**, pelo critério de julgamento **por item**, que fundamenta-se no art.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

74, inciso III, alínea c, da Lei nº 11.133/2021, demais legislações correlatas, aplicando-se subsidiariamente, no que couber.

3.2. A licitação e a contratação reger-se-ão pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto nº 68.304, de 9 de janeiro de 2024, bem como pela Lei Ordinária nº 2.015/24, a Resolução nº 001/2024, e, nas suas alterações, aplicando subsidiariamente demais normas regulamentares pertinentes à espécie.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. A descrição dos requisitos da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5.2. Sustentabilidade:

5.2.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

5.3. Subcontratação

5.3.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.4. Garantia da contratação

5.4.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:

5.4.1.1. A garantia contratual somente será exigida quando a complexidade do valor da contratação importar em consideráveis riscos de prejuízos à Administração em razão do inadimplemento do contratado, o que não é o caso dos autos.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1. A atuação do serviço contratado será dirigida ao Presidente da Câmara, aos Chefes de Departamento à Procuradoria, envolvendo conhecimentos técnicos especializados aferidos consoante indicação, demanda ou solicitação da Procuradoria ou por intervenções conjuntas. De forma geral, os serviços consistem na defesa dos interesses da Câmara em processos e procedimentos administrativos e judiciais de natureza extraordinária, cujas demandas serão entregues à CONTRATADA, a quem caberá assistir à esta Administração, por meio:



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- 6.1.1.1. Análise, interpretação e elaboração da legislação administrativa vinculada ao Direito Público Administrativo Municipal, Estadual e Federal, observadas as demandas do Município e os instrumentos de Planejamento do Governo;
- 6.1.1.2. Consultoria e orientação nos procedimentos administrativos, com atuação conjunta à Procuradoria, sobretudo com relação à atuação junto aos processos administrativos que resultarem em contratações públicas, vedada a emissão do parecer disposto no art. 53 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 6.1.1.3. Consultoria quanto à elaboração de editais de licitação, contratos e atos administrativos complexos e extraordinários, conforme indicação ou solicitação do Departamento de Licitações;
- 6.1.1.4. Realização de palestras, estudos, audiências e reuniões a serem realizadas por meio de visitas técnicas à Câmara Municipal de Imperatriz, por profissional vinculado à Contratada, para prestação de serviços no local, emissão de pareceres de natureza complexa, orientação e capacitação de pessoal, dentre outros;
- 6.1.1.5. Elaboração ou alteração de Regulamentos, Decretos, Projetos de Lei vinculados ao Direito Público Municipal, quando a matéria demandar alto grau de complexidade, conforme indicação ou solicitação da Procuradoria Municipal, em atuação conjunta;
- 6.1.1.6. Elaboração de pareceres jurídicos, afetos à área do Direito Público Municipal, orçamentária e financeira, que fujam ao conhecimento jurídico mediano, conforme indicação ou solicitação da Procuradoria desta Câmara Municipal, em atuação conjunta, ou ainda, observadas as demandas do Presidente da Casa;
- 6.1.1.7. Elaboração de Defesa e acompanhamento da Câmara Municipal em processos em trâmite junto aos Tribunais de Contas ou demais órgãos de controle externo, que envolvam conhecimento técnico especializado e de complexidade extraordinária, na respectiva área de Direito em debate, dos processos de exercícios correspondentes à realização dos serviços, oferecendo a defesa preliminar e o recurso contra eventual julgamento desfavorável;
- 6.1.1.8. Acompanhamento e orientação nos processos administrativos extraordinários, assim considerados aqueles indicados pela Procuradoria da Câmara Municipal, cuja assessoria ou consultoria seja por ela demandada;



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- 6.1.1.9. De acordo com o demandado, elaboração de minutas de projeto de lei de alta relevância para a municipalidade, inclusive Regimento Interno desta Casa, plano de cargos e salários dos servidores e estrutura administrativa da Câmara, emendas ao Código Tributário Municipal, bem como análise de projetos de leis de iniciativa do Poder Executivo de alto impacto jurídico, orçamentário e financeiro para o Município, como o estatuto do servidor público municipal, Código Tributário, estrutura administrativa, lei orgânica, entre outros;
- 6.1.1.10. Consultoria e emissão de pareceres nas áreas administrativa, constitucional, tributária, ambiental, urbanística, financeira e demais áreas do direito administrativo, notadamente em procedimentos extraordinários, assim considerados aqueles indicados pela Procuradoria da Câmara, cuja assessoria ou consultoria seja por ela demandada;
- 6.1.1.11. Elaboração e protocolo de petição inicial nas ações de natureza complexa propostas pela Câmara Municipal de Imperatriz ou de contestação/defesa/resposta, exceções e impugnações, representação em audiência, recursos, atuação na fase de execução, incluindo as manifestações a respeito de cálculos de liquidação, eventuais medidas incidentais, comprovados com os respectivos protocolos;
- 6.1.1.12. Elaboração e protocolo de razões e/ou contrarrazões, minutas e/ou contraminutas de recursos, incluídos agravos, embargos de declaração, outros tipos de embargos e recursos dirigidos aos Tribunais Superiores, comprovados com os respectivos protocolos;
- 6.1.1.13. Patrocínio de todas as ações judiciais, incidentes processuais e medidas acessórias que decorram diretamente das causas sob responsabilidade da CONTRATADA, tais como embargos de terceiros, medidas cautelares, pedidos de antecipação de tutela, habilitações de crédito, protesto por preferência e suscitação de dúvida, dentre outros, desde que vinculados aos processos originários e devidamente comprovados por protocolo;
- 6.1.1.14. Acompanhamento do encerramento/arquivamento do processo, comprovado com a entrega da certidão de encerramento e arquivamento do processo e de cópia do(s) mandado(s) de pagamento(s) ou de registro ou do(s) alvará(s) judicial(ais), se for o caso, ao Poder Legislativo;



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- 6.1.1.15. a Execução das providências cabíveis em razão de intimações de despachos, decisões, sentenças, bem como a realização de audiências, diligências e outras medidas na área de contencioso judicial que o caso reclamar;
- 6.1.1.16. Atuação nas ações ajuizadas, nas suas respectivas fases, ou a serem ajuizadas perante a esfera judicial, observadas as demandas da Câmara Municipal de Imperatriz;
- 6.1.1.17. Os serviços deverão ser executados “IN-LOCO” na sede da CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ, ou de forma remota utilizando -se de ferramentas eletrônicas para a realização de reuniões, devendo o contratado dispor de funcionário(s) qualificado(s) para a execução dos serviços junto a PROCURADORIA, como também no acompanhamento a distância dos serviços necessários ao fielmente cumprimento do objeto da licitação e na sede da empresa CONTRATADA a fim de dinamizar as ações em prol do Câmara.
- 6.1.1.18. A Administração disponibilizará, durante a vigência do contrato, espaço físico e equipamentos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos quando realizados na sede da Câmara que deverão ser executados no horário de funcionamento da PROCURADORIA das 07:30hrs às 13:30hrs, quando necessário, ficando o custo de manutenção destas instalações à cargo da Administração.
- 6.1.1.19. A Administração será responsável pelo custeio e disponibilização de todo material de escritório necessário ao bom e regular andamento dos trabalhos, quando os trabalhos forem realizados “in-loco”;
- 6.1.1.20. A CONTRATADA deverá dispor de funcionário(s) devidamente capacitado(s), advogado devidamente com registro regular junto à OAB, com ampla experiência no mercado;
- 6.1.1.21. O(s) Funcionário(s) da empresa CONTRATADA terão acesso aos documentos e junto com os demais funcionários da Câmara Municipal, e farão todos os serviços necessários ao bom e fiel cumprimento as leis de ordem da Administração Pública, sua confidencialidade é de suma importância para o desempenho da função, não sendo aceito a retirada de nenhum documento do setor sem a devida autorização;
- 6.1.1.22. Qualquer desconformidade na realização dos serviços será comunicada pela Comissão de Recebimento/Fiscal de Contrato, obrigando-se a empresa a realizar



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

novamente e/ou substituir os serviços no prazo máximo de 01 (um) dia, sob pena de incidir nas penalidades por descumprimento total do contrato, ficando o custo do transporte por conta da empresa contratada

- 6.1.1.23. O pagamento será mensal, condicionado à entrega do relatório dos serviços prestados no período, acompanhado da nota fiscal correspondente. O recebimento provisório será realizado pelo servidor designado, mediante conferência dos serviços executados e assinatura do respectivo comprovante de entrega, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021;
- 6.1.1.24. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os serviços executados estão em desacordo com a proposta, com defeito, fora da especificação ou incompletos, após a notificação por escrito à contratada serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanada a situação.
- 6.1.1.25. A aceitação é condição essencial para o RECEBIMENTO DEFINITIVO do serviço, que será realizado exclusivamente pelo recebedor, através da aposição, data e assinatura do carimbo de “Atesto” na Nota Fiscal/Fatura.
- 6.1.1.26. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem ético-profissional pela perfeita entrega do objeto pactuado, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento.
- 6.1.1.27. Elaboração de pareceres jurídicos em resposta à consultas formuladas por escrito ou verbalmente, num prazo máximo de até 03 (três) dias, ou conforme o caso, após o recebimento da consulta.
- 6.1.1.28. Assessoramento ao contratante na elaboração e encaminhamento de anteprojetos de leis de interesse da Câmara Municipal de Imperatriz;
- 6.1.1.29. Proposição de ações judiciais que sejam de interesse da Câmara Municipal de Imperatriz.
- 6.1.1.30. Acompanhamento, elaboração de defesas, contra-argumentos, interposição de recursos, inclusive a elaboração dos recursos de apelação ou ordinário, embargos declaratórios, embargos infringentes, agravos e agravos regimentais, recorrer à instâncias superiores e promover todos os atos jurídicos necessários nas diversas ações em que a Câmara Municipal de Imperatriz for parte;



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- 6.1.1.31. Representação extrajudicial da Câmara Municipal de Imperatriz para solução de questões de grande relevância;
- 6.1.1.32. Ajuizamento e/ou acompanhamento de ações de Execução Fiscal que vierem a ser propostas pelo Município para a cobrança de sua Dívida Ativa;
- 6.1.1.33. Assessoria “in loco”, se for o caso, sendo que tais serviços judiciais ou consultorias prestadas fora da cidade-sede do escritório do contratado.
- 6.1.1.34. Considerando que a interrupção na prestação dos serviços pode prejudicar as atividades e o funcionamento desta Casa de Leis, a contratação continuada do serviço, sendo a vigência plurianual mais vantajosa. Portanto, vislumbra-se um prazo de vigência de 1 (um) ano, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 7.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 7.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 7.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, e/ou pelos respectivos substitutos.

7.5. Da fiscalização e acompanhamento do contrato:

- 7.5.1. O fiscal do contrato acompanhará a execução, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, e realizará o recebimento provisório do objeto mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo;
- 7.5.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;
- 7.5.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- 7.5.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- 7.5.5. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;
- 7.5.6. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
- 7.5.7. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- 7.5.8. Cabe ainda ao fiscal do contrato:
- 7.5.8.1. Esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências que surgirem na execução do objeto contratado;
- 7.5.8.2. Expedir por meio de notificações e/ou relatório de vistoria as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução contratual;
- 7.5.8.3. Proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições referentes à execução contratual;
- 7.5.8.4. Adotar medidas preventivas de controle do contrato, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, e da realização de serviços acessórios, se for o caso;
- 7.5.8.5. Conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, e se for o caso, dos serviços acessórios;
- 7.5.8.6. Proceder às avaliações dos serviços executados pela contratada;
- 7.5.8.7. Exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;
- 7.5.8.8. Determinar a substituição, mediante justificativa, de empregado subordinado a contratada, inclusive de empregados de eventuais subcontratados, ou a própria subcontratada, que, a seus critérios comprometam o bom andamento dos serviços;
- 7.5.8.9. Receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou se for o caso, dos serviços acessórios;
- 7.5.8.10. Dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;
- 7.5.8.11. Conferir notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes, documentos exigidos para o pagamento bem como verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada e, após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação.
- 7.5.9. A fiscalização do contrato será realizada pelo(a) servidor(a) **Zesielson Ribeiro Sérgio Silva**, PORTARIA/DIV/PR Nº 037/2025, que acompanhará a execução dos serviços pelo contratado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos e determinando o que for





ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEML

necessário à regularização de falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

- 7.5.10. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos;
- 7.5.11. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em extinção do contrato, conforme disposto no Capítulo VIII do Título III e Capítulo I do Título IV, ambos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.6. Da gestão do contrato:

- 7.6.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- 7.6.2. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- 7.6.3. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;
- 7.6.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;
- 7.6.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;
- 7.6.6. Caberá ao gestor do contrato sugerir à autoridade competente a renovação, a prorrogação ou alteração dos contratos, ou sugerir a realização de novo procedimento licitatório ou de contratação direta, de acordo com as necessidades da Administração;



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- 7.6.7. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;
- 7.6.8. O gestor do contrato analisará os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, analisará eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato, decidirá provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços, e decidirá os requerimentos e reclamações relacionadas à execução contratual;
- 7.6.9. O gestor do contrato analisará os documentos referentes ao recebimento do objeto do contrato;
- 7.6.10. Ao gestor do contrato caberá ainda, quando necessário, convocar e coordenar reuniões, registradas em Ata, com a participação da contratada e dos fiscais, a fim de serem alinhados os procedimentos de acompanhamento da execução contratual, da forma de apresentação dos documentos exigíveis para realização do pagamento e conclusão da execução contratual;
- 7.6.11. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
- 7.7. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, quando for o caso:
- 7.7.1. Os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- 7.7.2. Os recursos humanos empregados em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
- 7.7.3. A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados, conforme proposta vencedora, observando-se as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como marca, qualidade e forma de uso;
- 7.7.4. A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- 7.7.5. O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e
- 7.7.6. A satisfação do público usuário.
- 7.8. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos servidores designados para a gestão e fiscalização do contrato deverão ser comunicadas à autoridade superior imediata, em tempo hábil, com as respectivas anotações dos fatos, para a adoção das medidas cabíveis.
- 7.9. Caberá ao gestor e fiscal do contrato, e aos seus substitutos a estreita observância da Lei Ordinária nº 2.015, de 05 de abril de 2024.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. Do recebimento do objeto:

- 8.1.1. O pagamento será mensal, condicionado à entrega do relatório dos serviços prestados no período, acompanhado da nota fiscal correspondente. O recebimento



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

provisório será realizado pelo servidor designado, mediante conferência dos serviços executados e assinatura do respectivo comprovante de entrega, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021;

- 8.1.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta;
- 8.1.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 07 (sete) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
- 8.1.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado;
- 8.1.5. Para as contratações decorrentes de despesas será preferencialmente, comparados com os preços praticados pelo o fornecedor junto a o outras instituições. da Lei nº 14.133/2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 3 (três) dias úteis;
- 8.1.6. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;
- 8.1.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a contratada será comunicada para emissão de Nota Fiscal no que tange à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;
- 8.1.8. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo;
- 8.1.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço, e nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, e não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8.2. Da liquidação

- 8.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma deste item, prorrogáveis por igual período;



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- 8.2.2. O prazo de que trata o subitem anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021;
- 8.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 8.2.3.1. O prazo de validade;
 - 8.2.3.2. A data da emissão;
 - 8.2.3.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 8.2.3.4. O período respectivo de execução do contrato;
 - 8.2.3.5. O valor a pagar; e
 - 8.2.3.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 8.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *online* ao Sistema de Cadastro de Fornecedores adotado para a realização da contratação tal como SICAF ou, na impossibilidade de acesso aos referidos Sistemas, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021;
- 8.2.6. A Administração deverá realizar consulta aos sistemas supramencionados para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas;
- 8.2.7. Constatando-se, junto a tais sistemas, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante;
- 8.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;
- 8.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa;



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

8.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto aos sistemas (SICAF).

8.3. Prazo de pagamento

8.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

8.4. Forma de pagamento

8.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de inexigibilidade de licitação, com fundamento na hipótese do art. 74, III, "c", da Lei nº 14.133/2021.

9.2. Regime de execução

9.2.1. O regime de execução do contrato será **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**.

9.3. Exigências de habilitação:

9.3.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.3.1.1. Habilitação jurídica:

9.3.1.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

9.3.1.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede,

9.3.1.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

- 9.3.1.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.3.1.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n° 77, de 18 de março de 2020;
- 9.3.1.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.3.1.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.3.1.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei n° 5.764, de 16 de dezembro 1971;
- 9.3.1.1.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 9.3.1.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista:**
- 9.3.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.3.1.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n° 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.3.1.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.3.1.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa,



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

- 9.3.1.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.3.1.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.3.1.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 9.3.1.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal;
- 9.3.1.2.9. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.3.1.3. Qualificação Econômico-Financeira:

- 9.3.1.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 9.3.1.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
 - 9.3.1.3.2.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, comprovando;
 - 9.3.1.3.2.2. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
 - 9.3.1.3.2.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped;
- 9.3.1.3.3. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação;
- 9.3.1.3.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);
- 9.3.1.3.5. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.3.1.4. Qualificação Técnica

- 9.3.1.4.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso, com a comprovação de no mínimo 50% do quantitativo a ser contratado.
- 9.3.1.4.1.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- 9.3.1.4.1.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
- 9.3.1.4.1.3. O interessado em contratar disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10. DAS PENALIDADES

- 10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 10.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 10.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- 10.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 10.2.4. Multa:
- a) Moratória de 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
 - b) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - b 1.) atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
 - c) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 5% do valor do Contrato.
 - d) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 20% do valor do Contrato.
 - e) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 3% do valor do Contrato.
 - f) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 3% do valor do Contrato.
 - g) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 3% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
- 10.3. A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 10.3.1. Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - 10.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - 10.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - 10.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 10.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/21 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022

11. DA ANTICORRUPÇÃO

11.1. Em demonstração de comprometimento e responsabilidade, as partes declaram conhecer e concordar integralmente com o estabelecido na Lei nº 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, e se comprometem a observar e a fazer observar, inclusive por seus



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação e de execução do objeto contratual.

11.2. Sendo assim, na execução do presente contrato, é vedado à requisitante e ao contratado e/ou ao empregado, preposto e/ou gestor seu:

- a) Ao longo da vigência deste ajuste e após, prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada, ou a quem quer que seja;
- b) Comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 12.846/2013;

12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O valor estimado da contratação de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), conforme.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1 As despesas decorrentes deste processo licitatório correrão por conta das dotações previstas na Lei Orçamentária do Exercício vigente:

Órgão: Câmara Municipal de Imperatriz **Unidade:** Câmara de Imperatriz **Ação Função:** 01
Subfunção: 122 **Programa:** 0001 **Projeto/Atividade/Oper. Especial:** 2-002 01.122.0001.2-002 –
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES E PROJETOS DA CÂMARA **Natureza da despesa**
3.3.90.39.00.00 – Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica **Fonte de Recursos:** 500 –
Recursos não vinculados de Impostos

Imperatriz/MA, 17 de novembro de 2025.

DANYELLE WALKIRIA
FLOR DA
CONCEIÇÃO: 96861339
334

Assinado de forma digital por
DANYELLE WALKIRIA FLOR DA
CONCEIÇÃO 9686133934
Data: 2025.11.17 11:25:33
+03'00'

Danyelle Walkiria Flor da Conceição

Diretora do Departamento Administrativo e Atividades Complementares

Portaria nº 001/2025

APROVO o Termo de Referência nos moldes delineados, à vista do detalhamento descrito no referido documento.

Adhemar Alves de Freitas Júnior
Presidente da Câmara Municipal



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
GABINETE DA PRESIDÊNCIA



DESPACHO

Tratam-se os autos de solicitação de Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de Assessoria e Consultoria Jurídica para atender as necessidades da Câmara Municipal de Imperatriz, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas.

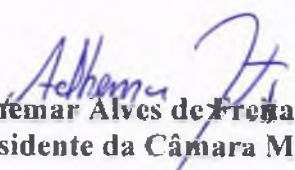
APROVO o Termo de Referência (fls. 68-93), na forma da lei, cujo valor total é de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais).

Ante o exposto, demonstrada a oportunidade e a conveniência da contratação, AUTORIZO a formalização do procedimento licitatório no valor total anual estimado de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) estando o presente processo em condições da Diretoria Administrativa dar início aos procedimentos licitatório na modalidade INEXIGIBILIDADE de licitação, nos termos da Lei.

À vista das informações trazidas aos autos, DECLARO o cumprimento dos incisos I e II do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que a despesa está adequada à Lei Orçamentária Anual e compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e ainda com o Plano Plurianual.

Encaminhem-se os autos do processo ao Departamento de Licitações e Contratos para providências necessárias ao prosseguimento do feito.

Imperatriz – MA, 17 de novembro de 2025


Adhemar Alves de Freitas Júnior
Presidente da Câmara Municipal





Procuradoria Geral

PORTARIA

PORTARIA/NOM/PR Nº 074/2024

PORTARIA/NOM/PR Nº 074/2024 Imperatriz/MA, 18 de novembro de 2024. Altera composição da Equipe de Apoio para atuarem em licitações no âmbito da Câmara Municipal de Imperatriz e dá outras providências. O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, conforme art. 52-A, da Lei Ordinária nº 1.888/2021: RESOLVE: Art. 1º - Fica alterada a composição dos membros da Equipe de Apoio à Licitação da Câmara Municipal de Imperatriz da seguinte forma SWYANNE ARAMAKI MENEZES SALES CALADO, PORTARIA/NOM/PR Nº 073/2024, JANIELZA CORREA COSTA RIBEIRO, PORTARIA/NOM/PR Nº 047/2024 e MARIA DOMINGAS BANDEIRA DA SILVA, PORTARIA/NOM/PR Nº 086/2023. Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário. GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ, ESTADO DO MARANHÃO AO DÉCIMO OITAVO DIA DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2024. Amauri Alberto Pereira de Sousa Presidente da Câmara Municipal

Publicado por: MARIO HENRIQUE RIBEIRO SAMPAIO

Código identificador: 2x6sokdddg2024111811153

PORTARIA/NOM/PR Nº 075/2024

PORTARIA/NOM/PR Nº 075/2024 Imperatriz/MA, 18 de novembro de 2024. Dispõe sobre a nomeação de servidor para atuar como Gestor de Contrato junto ao Departamento de Licitação. O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, conforme art. 26, inciso VII, alínea "a", do Regimento Interno RESOLVE Art. 1º - Nomear o(a) senhor(a) GIDELJONES FERNANDES SENA inscrito(a) no CPF sob o nº 808.060.313-87, para exercer a função de GESTOR DE CONTRATOS, estruturado no DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS. Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. GABINETE DA PRESIDÊNCIA

DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ, ESTADO DO MARANHÃO AOS DÉCIMO OITAVO DIA DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2024. Amauri Alberto Pereira de Sousa Presidente da Câmara Municipal de Imperatriz

Publicado por: MARIO HENRIQUE RIBEIRO SAMPAIO

Código identificador: 15zkocz1112024111811153

PORTARIA/NOM/PR Nº 076/2024

PORTARIA/NOM/PR Nº 076/2024 Imperatriz/MA, 18 de novembro de 2024. Dispõe sobre a nomeação de servidor para exercer função de Agente de Contratação junto ao Departamento de Licitações. O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, conforme art. 26, inciso VII, alínea "a", do Regimento Interno RESOLVE Art. 1º - Nomear o(a) senhor(a) VICTOR GABRIEL AQUINO DA SILVA inscrito(a) no CPF sob o nº 067.478.393-07, para exercer a função de AGENTE DE CONTRATAÇÃO, lotado no DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS. Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ, ESTADO DO MARANHÃO AOS DEZOITO DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2024.

Amauri Alberto Pereira de Sousa Presidente da Câmara Municipal de Imperatriz

Publicado por: MARIO HENRIQUE RIBEIRO SAMPAIO

Código identificador: lfeckircy020241118111121

Departamento de Recurso Humanos

PORTARIA/NOM/PR Nº 073/2024

De 18 de novembro de 2024. Dispõe sobre a nomeação de servidor para provimento de cargo em comissão. O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, conforme art. 26, inciso VII, alínea "a", do Regimento Interno RESOLVE Art. 1º - Nomear o(a) senhor(a) EMYLAINE VILARINO MADEIRA, inscrito(a) no CPF sob o nº 032.680.293-29, para exercer o cargo em comissão de ASSSADOR DE PLANEJAMENTO, com remuneração fixada nos termos do Anexo III da Lei

SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3 mensagens

CPL Câmara Municipal de Imperatriz

<dl.itz.agentedcontratacao2025@gmail.com>

Para: contato@danielleiteadvogados.com, dandara@danielleiteadvogados.com

18 de novembro de

2025 às 09:39

SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de Assessoria e Consultoria Jurídica para atender as necessidades da Câmara Municipal de Imperatriz, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Imperatriz- MA.

Solicitamos a colaboração desta empresa, no sentido de enviar os documentos pertinentes à regularidade jurídica (ato constitutivo e CNPJ), fiscal (prova de regularidade junto a Fazenda Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Trabalhista), qualificação técnica (atestados) e qualificação econômico-financeira (balanço dos dois últimos exercícios financeiros exigíveis na forma de lei e certidão negativa de falência), em até 03 (três) dias úteis, a contar do recebimento desta.

As informações prestadas por essa empresa serão aportadas ao procedimento administrativo de contratação por inexigibilidade, tombado sob o nº 091/2025.

Certo de contarmos com o pronto atendimento a esta solicitação, reiteramos nossos mais sinceros votos de consideração.

Atenciosamente,



[Texto das mensagens anteriores oculto]



3 anexos

 **PROPOSTA DE PREÇOS IMPERATRIZ[1].pdf**
182K

 **DOCUMENTAÇÃO COMPLETA_VOLUME-01 (pg-1).pdf**
9925K

 **DOCUMENTAÇÃO COMPLETA_VOLUME-02 (pg-46).pdf**
9987K

Dandara Lobato <dandara@danielleiteadvogados.com>

18 de novembro de 2025 às 10:24

Para: CPL Câmara Municipal de Imperatriz <dl.itz.agentedetratacao2025@gmail.com>

Em 18/11/2025 09:39, CPL Câmara Municipal de Imperatriz escreveu:

[Texto das mensagens anteriores oculto]

2 anexos

 **DOCUMENTAÇÃO COMPLETA_VOLUME-03 (pg-106).pdf**
9947K

 **DOCUMENTAÇÃO COMPLETA_VOLUME-04 (pg-278).pdf**
9642K





ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ



DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO

DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS

CNPJ nº 09.181.344/0001-19





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 09.181.344/0001-19 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 24/05/2007
NOME EMPRESARIAL DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS		PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 69.11-7-01 - Serviços advocatícios		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 223-2 - Sociedade Simples Pura		
LOGRADOURO R DAS JUCARAS	NÚMERO 04	COMPLEMENTO QUADRA44
CEP 65.075-230	BAIRRO/DISTRITO RENASCENÇA I	MUNICÍPIO SAO LUIS
UF MA		
ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE (98) 2311-721 / (98) 2311-721	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 24/05/2007
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 13/08/2025 às 11:02:07 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



**INSTRUMENTO DE ALTERAÇÃO
CONTRATUAL N° 005 (INCLUSÃO
DE SOCIO) E CONSOLIDAÇÃO DO
CONTRATO SOCIAL.**

DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Maranhão, sob o n°. 5991 e CPF sob o n°. 799.588.933-04, residente e domiciliado na Rua dos Curiós - Quadra 13 - Lote 17 - Jardim Renascença - São Luís - MA, CEP: 65 075-130.

LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Maranhão, sob o n°. 6542 e CPF sob o n°. 838.778.273-49, residente e domiciliado na Rua dos Angelins n°. 31 - Quadra 10 - São Francisco - São Luís - MA - CEP: 65076-030.

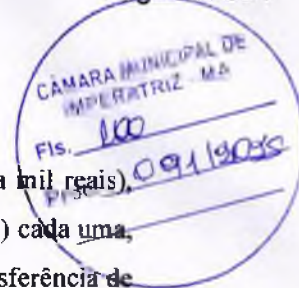
JOAO DA SILVA SANTIAGO FILHO, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Maranhão sob o n° 2690, CPF n° 074.967.293-53, residente e domiciliado na Rua 11, Quadra 23, Casa 38, Cohatrac III, São Luís - MA- CEP: 65.054-685.

Sócios da sociedade de advogados de nome " DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS ", constituída legalmente por contrato social devidamente arquivado e registrado na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Maranhão sob n° 192, no livro "B-03", FIs. 116, com sede na Rua das Juçaras, n° 04, Quadra 44, Renascença, São Luís - MA, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o n° 09.181.344/0001-19, firmam nesta oportunidade o presente instrumento para quinta alteração seguida de Consolidação do CONTRATO SOCIAL da sociedade acima mencionada, assim o fazendo através das cláusulas constantes abaixo:

DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA PRIMEIRA: Nesta oportunidade, e na melhor forma de direito, inclui-se da sociedade o socio a seguir identificado:

JARDEL ADRIANO VILARINHO DA SILVA, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Maranhão sob o n° 17194, CPF n° 651.301.383-88, residente e domiciliado na Rodovia MA 203, Quadra B, Casa 73, Condomínio Alphaville Araçagy, Araçagy, Paço do Lumiar - CEP: 65.130-000.



CLÁUSULA SEGUNDA. O Capital Social da sociedade de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), representado por 40.000 (quarenta mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional e após cessão e transferência de quotas, e da admissão dos sócios, fica distribuído entre os sócios como se segue:

Socio	Nº de Quotas	%	Valor R\$
DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE	30.400	76	30.400,00
LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	6.400	16	6.400,00
JOAO DA SILVA SANTIAGO FILHO	2.000	5	2.000,00
JARDEL ADRIANO VILARINHO DA SILVA	1.200	3	1.200,00
Total	40.000	100	40.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA: Sendo estes os ajustes que deveriam ser feitos, permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e parágrafos não modificados por esta alteração e, em razão das alterações acima referidas, os sócios resolvem consolidar o contrato social, conforme as cláusulas e condições seguintes:

**DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA
SOCIEDADE DE ADVOGADOS "DANIEL LEITE
& ADVOGADOS ASSOCIADOS"**

CLÁUSULA PRIMEIRA (RAZÃO SOCIAL). A sociedade utilizara a razão social de "DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS".

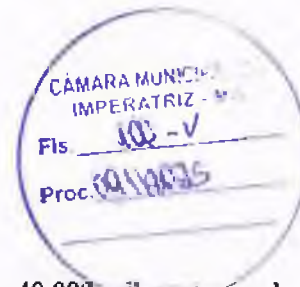
Parágrafo Único - Em caso de falecimento de sócio cujo nome constar da razão social, fica facultado a manutenção da denominação atual.

CLÁUSULA SEGUNDA (SEDE). A sociedade tem sede na cidade de São Luís, no Estado do Maranhão, na Rua das Juçaras, Quadra 44, Casa 04, Renascença I, CEP nº. 65.075-230.

CLÁUSULA TERCEIRA (OBJETO). A sociedade tem como objetivo o exercício da advocacia, sendo vedada, a consecução de qualquer outra atividade.

CLÁUSULA QUARTA (PRAZO). O prazo de duração da Sociedade é indeterminado, tendo início em 26 de março de 2007.

CLÁUSULA QUINTA (CAPITAL SOCIAL). O capital social, inteiramente subscrito e



integralizado, e de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), dividido em 40.000 mil quotas, cada uma com o valor nominal de R\$ 1,00 distribuído entre os sócios da seguinte forma:

Socio	Nº de Quotas	%	Valor R\$
DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE	30.400	76	30.400,00
LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	6.400	16	6.400,00
JOAO DA SILVA SANTIAGO FILHO	2.000	5	2.000,00
JARDEL ADRIANO VILARINHO DA SILVA	1.200	3	1.200,00
Total	40.000	100	40.000,00

CLÁUSULA SEXTA (RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS). Além da sociedade, o socio responde subsidiaria e ilimitadamente pelos danos causados aos clientes, por ação ou omissão no exercício da advocacia, sem prejuízo da responsabilidade disciplinar em que possa incorrer. Se os bens da sociedade não cobrirem as dívidas, responderão os sócios pelo saldo, na proporção em que participem das perdas sociais, salvo cláusula de responsabilidade solidaria;

Parágrafo único - Nas procurações outorgadas pelos clientes a Sociedade, os sócios serão nomeados individualmente. Os respectivos instrumentos de mandato deverão conter o número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil de cada advogado.

CLÁUSULA SÉTIMA (ADMINISTRAÇÃO). A administração dos negócios sociais cabe ao socio DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE, que usa o título de "Socio- Administrador".

Parágrafo 1º - É absolutamente vedado, sendo nulo e ineficaz em relação a Sociedade, o uso da razão social para fins e objetivos estranhos atividades e interesses sociais, inclusive prestação de avais, fianças e outros atos gratuitos, mesmo que em benefícios dos próprios sócios.

Parágrafo 2º - Serão atribuídos "pró-labore" mensais fixados por decisão dos sócios, na forma disposta no parágrafo 6º da cláusula oitava.

Parágrafo 3º - Os sócios terão o dever de lealdade entre si, em todas as operações relativas a Sociedade, e cada um deles prestar contas aos demais sócios.

CLÁUSULA OITAVA (REUNIÃO DE SÓCIOS). AS deliberações dos sócios serão tomadas em





reunião, obedecidas as regras dispostas nesta cláusula.

Parágrafo 1º - A reunião será dispensada quando todos os sócios decidirem, por matéria objeto da deliberação.

Parágrafo 2º - As reuniões serão realizadas sempre que necessário e deverão ser convocados por Sócio Administrador ou por sócios representando, no mínimo, 1/5 (um quinto) do capital social.

Parágrafo 3º - A convocação para a reunião dos sócios será feita por escrito, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

Parágrafo 4º - As formalidades de convocação serão dispensadas quando todos os sócios comparecerem ou declararem, por escrito, estar ciente do local, data, hora e ordem do dia.

Parágrafo 5º - A reunião será instalada mediante a presença dos sócios representados a maioria do Capital social, em primeira convocação, ou por qualquer um, nas demais convocações.

Parágrafo 6º - As deliberações serão tomadas por maioria do capital social, salvo nas hipóteses em que as normas aplicáveis prevejam quórum mais elevado.

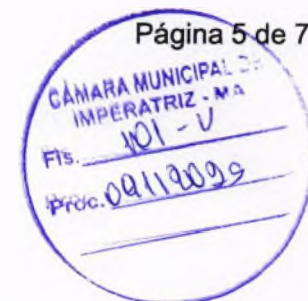
Parágrafo 7º - As deliberações tomadas em conformidade com este Contrato Social e com a legislação aplicável vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes.

CLÁUSULA NONA (CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS). Os sócios não poderão ceder e/ou transferir, total ou parcialmente, suas quotas no capital social, ou seu direito de preferência na subscrição de novas quotas, a terceiros estranhos a Sociedade, sem o consentimento expresso de todos os demais sócios.

Parágrafo Único - A cessão total ou parcial de quotas deverá operar-se por intermédio de alteração aprovada pela maioria do capital social.

CLÁUSULA DECIMA (RESULTADOS PATRIMONIAIS). O exercício social corresponde ao ano civil. Ao final de cada exercício, levar-se-á balanço patrimonial da Sociedade e se apurará os resultados.

Parágrafo 1º - Os eventuais lucros serão distribuídos entre os sócios proporcionalmente as contribuições de cada um para o resultado, conforme for deliberado pela maioria dos sócios, na



forma disposta no parágrafo 6º da cláusula oitava.

Parágrafo 2º - Os prejuízos porventura havidos serão transferidos aos exercícios seguintes, observadas as disposições legais, e suportados pelos sócios, proporcionalmente as suas respectivas participações no capital social.

Parágrafo 3º - A sociedade pode levantar balanços relativos a períodos inferiores ao exercício social, incluindo balanços mensais, e distribuir resultados aos sócios com base neles.

Parágrafo 4º - Os sócios não poderão advogar individualmente, sem que os honorários auferidos revertam em benefício da Sociedade.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA (RETIRADA DE SÓCIO). O socio que desejar se retirar da Sociedade deverá manifestar sua intenção, por meio de carta protocolada ou notificação extrajudicial.

Parágrafo 1º - A apuração dos haveres do sócio retirante deverá ser realizada com fundamento em balanço especial, com data-base na data do recebimento pela Sociedade da comunicação de retirada, e deverá considerar o valor atual dos ativos da Sociedade.

Parágrafo 2º - Os haveres do socio retirante deverão ser pagos pela Sociedade em 6 (seis) prestações mensais, com a primeira parcela vencendo em 60 (sessenta) dias da data da comunicação da retirada.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA (CONTINUAÇÃO DA SOCIEDADE).

A sociedade não será dissolvida pela retirada ou morte de qualquer um dos sócios.

Parágrafo único - Em caso de morte de um dos sócios caberá aos sócios remanescentes decidirem sobre a continuação da Sociedade com o herdeiro ou herdeiros do socio falecido, desde que cumpram com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis. Aplica-se aos herdeiros do sócio falecido que não ingressarem na Sociedade as regras de apuração e pagamento de haveres de socio retirante, previstas na cláusula anterior.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA (EXCLUSÃO DE SÓCIOS). E facultada a exclusão de sócios, por maioria do capital social, nos termos de art. 4º, caput a apuração e pagamento dos haveres de

socio excluído deverão seguir o mesmo procedimento aplicável ao socio retirante



CLÁUSULA DECIMA QUARTA (ARBITRAGEM). Qualquer controvérsia ou sócios, relativa a Sociedade deverá ser submetida arbitragem, perante a Câmara Arbitragem da OAB/MA, na cidade de São Luís (MA), de acordo com as regras daquele órgão, vigentes na data submissão do pedido de arbitragem.

Parágrafo único - Para as demais questões oriundas deste contrato fica eleito, com exclusão de qualquer outro, o foro da cidade de São Luís (MA).

CLÁUSULA DECIMA QUINTA (DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO). Os sócios, DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE, JOAO DA SILVA SANTIAGO FILHO, LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES e JARDEL ADRIANO VILARINHO DA SILVA, declaram, sob as penas da lei, que não participam de nenhuma outra sociedade de advogados inscrita nesta seccional e que não estão incursos em nenhuma penalidade que os impeçam de participar desta Sociedade.

§ 1º - O socio DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE, em razão do exercício do cargo de Procurador do Município de São Luís, está impedido de atuar contra esta Fazenda Pública, nos termos do inc. 1º do art. 30 da Lei 8.906/94.

§ 2º - O sócio Jardel Adriano Vilarinho da Silva, em razão do exercício do cargo de Auditor Estadual de Controle Externo, está impedido de atuar contra a Fazenda Pública Estadual e perante o Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, nos termos do inc. 1º do art. 30 da Lei 8.906/94 e do §1º, art. 117 da Lei nº 8.258, de junho de 2005.

São Luís, 12 de março de 2024.

DANIEL DE FARIA JERÔNIMO LEITE
OAB/MA 5.991

LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES
OAB / MA 6.542

JOÃO DA SILVA SANTIAGO FILHO
OAB / MA 2.690

JARDEL ADRIANO VILARINHO DA SILVA
OAB / MA 17.194



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

Página 7 de 7



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
07496729353	JOAO DA SILVA SANTIAGO FILHO
65130138368	JARDEL ADRIANO VILARINHO DA SILVA
79958893304	DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE
83877827349	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES



CERTIFICO O REGISTRO EM 16/03/2024 09:46 SOB N° 20240001780.
PROTOCOLO: EM 14/03/2024.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12403789101. NÚMERO DE REGISTRO: OABMA192.
DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS

GUSTAVO MAMEDE LOPES DE SOUZA
SECRETÁRIO-GERAL
SÃO LUÍS, 16/03/2024
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 09.181.344/0001-19
Razão Social: DANIEL LEITE E ADVOGADOS ASSOCIADOS
Endereço: R DAS JUCARAS 04 QDA 44 / JARDIM RENASCENCA / SAO LUIS / MA / 65075-230

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 27/10/2025 a 25/11/2025

Certificação Número: 2025102704521607001708

Informação obtida em 28/10/2025 15:04:51

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Nº Certidão: 088825/25

Data da Certidão: 22/09/2025 09:20:54

CPF/CNPJ CONSULTADO: 09181344000119

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156 da lei nº 2.231 de 29/12/1962, substanciado pelos, 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 21/12/2025.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:
<http://portal.sefaz.ma.gov.br/>, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
CERTIDÃO NEGATIVA
Número da Certidão: 00012181632025

Validade: 17/02/2026



Certificamos que até a presente data não consta débito fiscal relativo a pessoa jurídica, descrita abaixo, reserva-se o direito de a fazenda municipal cobrar dívidas posteriormente comprovadas, hipótese prevista nos artigos 80 e 146, da lei 6.289, de 28/12/2017 do código tributário municipal.
#baixaempr

DADOS DA PESSOA JURÍDICA	
CNPJ: 09.181.344/0001-19	Inscrição Municipal: 62370009
Razão Social: DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS	
ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL	
691170100 – SERVICOS ADVOCATICIOS	
ENDEREÇO DE LOCALIZACAO	
Logradouro: RUA DAS JUCARAS	
Número: 4	Complemento: QDA 44
Bairro: RENASCENCA I	
Município: SÃO LUIS – MA	CEP: 65075230

A presente certidão, sem conter rasuras, tem sua eficácia até a data de validade acima informada, tendo sido lavrada em São Luís (MA), em **20 de outubro de 2025 as 11:02**, sob o código de autenticidade nº **B330EE1416446B5B42AE9E52A8E43B9C**.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na Internet, em
<https://stm.semfaz.saoluis.ma.gov.br/validacaocertidao>.

"NÃO É VÁLIDA A CERTIDÃO QUE CONTIVER EMENDAS, RASURAS OU ENTRELINHAS."



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 09.181.344/0001-19

Certidão nº: 46836502/2025

Expedição: 13/08/2025, às 14:40:20

Validade: 09/02/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 09.181.344/0001-19, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS
CNPJ: 09.181.344/0001-19

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:07:12 do dia 13/08/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 09/02/2026.

Código de controle da certidão: **10AC.B1AF.ABB9.5517**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO ESTADUAL - PRIMEIRO GRAU
FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Data emissão: 06/10/2025

Nº da certidão: 12503486258

Data de validade: 06/12/2025

Código de Validação: 3751cbd71d

NOME: DANIEL LEITE E ADVOGADOS ASSOCIADOS

CNPJ: 09.181.344/0001-19

Os dados dos documentos constantes nessa certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc.)

Certifico que NADA CONSTA nos registros de distribuição do 1º GRAU DE JURISDIÇÃO do Poder Judiciário do Estado do Maranhão sobre ocorrência de ações de pedido de Falência, Concordata e Recuperação Judicial distribuída(s) que esteja(m) em tramitação em face da pessoa acima identificada.

A Certidão de Falência, Concordata e Recuperação Judicial contempla ações de Falência, Recuperação Judicial/Extrajudicial e Insolvência Civil.

Observações:

- a) Os dados do(a) solicitante acima informado são de sua responsabilidade, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário;
- b) A validade desta certidão é de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão;
- c) Esta certidão é válida apenas para maiores de 18 anos;
- d) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Maranhão - www.tjma.jus.br - menu - Certidão Estadual, utilizando o código de validação acima identificado;
- e) Fonte da pesquisa: sistema PJE (1º grau);



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO



Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 18/08/2025 15:50:58

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS**
CNPJ: **09.181.344/0001-19**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAIOSES
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ N.º 06.450.191/0001-70

CONTRATO DE INEXIGIBILIDADE N.º 20250328001/2025

INEXIGIBILIDADE N.º 014/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 202503054/2025 - CPL/PMA

CONTRATO DE INEXIGIBILIDADE QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAIOSES/MA E A EMPRESA DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS.

Por este instrumento particular, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAIOSES/MA**, ente de direito público, situada na Rua Sete de Setembro, s/nº, Centro - CEP n.º 65.570-000, na cidade de Araiões/MA, inscrita no CNPJ (MF) sob n.º 06.450.191/0001-70, neste ato, representada pelo Prefeito Municipal o Sr. **JOÃO CÂNDIDO CARVALHO NETO**, portador da carteira de identidade n.º 038633252009-9 SESP/MA e inscrito no CPF sob o n.º 099.155.913-49, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.181.344/0001-19, sediado(a) na Rua das Juçaras, n.º04, Quadra 44, Jardim Renascença, na cidade de São Luís/MA, neste ato representado(a) por **DANIEL DE FARIA JERÔNIMO LEITE**, inscrito no CPF n.º 799.588.933-04, portador da OAB/MA 5991, tendo como e-mail para correspondência eletrônica dandara@danielleiteadvogados.com, doravante designado **CONTRATADO**, tendo em vista o que consta no **PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 202503054/2025 - CPL/PMA**, em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da modalidade **INEXIGIBILIDADE N.º 014/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **contratação de serviços de assessoria jurídica no âmbito judicial e tributárias para atender as necessidades do município de Araiões/MA**, nas condições estabelecidas no Termo de Reterência.

1.2. O valor do presente Contrato é de **R\$ 360.000,00 (Trezentos e sessenta mil reais)**, em conformidade com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, conforme quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VL UNIT	VL TOTAL
1	Contratação de serviços de assessoria jurídica no âmbito judicial e tributárias para atender as necessidades do município de Araiões/MA.	MÊS	12	R\$ 30.000,00	R\$ 360.000,00

VALOR TOTAL DE R\$ 360.000,00 (TREZENTOS E SESSENTA MIL REAIS)

DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA:

BANCO DO BRASIL

Ag: 2953-x

c/c: 39371-1

1.2.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÍOSES
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ N.º 06.450.191/0001-70

objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

- 1.3.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 1.3.1.** O Termo de Referência;
 - 1.3.2.** O Aviso de Contratação Direta;
 - 1.3.3.** A Proposta do contratado;
 - 1.3.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1.** A vigência da contratação terá início a partir da data de sua assinatura com início em **28/03/2025** até **28/03/2026**, condicionada sua eficácia após a publicação do seu extrato na imprensa oficial.
- 2.2.** A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.3.** O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – SUBCONTRATAÇÃO

- 3.1.** É vedada a Subcontratação desta Contratação.

CLÁUSULA QUARTA - PAGAMENTO

- 4.1.** O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE

- 5.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de **01 (um) ano** contado da data da celebração do instrumento contratual.
- 5.2.** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IGPM-IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 5.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 5.4.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 5.5.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAIOSES
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ N.º 06.450.191/0001-70

5.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

5.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

5.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

6.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

6.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

6.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

6.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

6.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

6.7. Cientificar o órgão de representação judicial da CONTRATANTE para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

6.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

6.9. A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

6.10. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

6.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

6.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAIOSES
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ N.º 06.450.191/0001-70

- 7.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 7.2. Entregar o objeto nas condições estabelecidas neste edital;
- 7.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);
- 7.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 7.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 7.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 7.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 7.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
 - d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;
 - e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 7.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 7.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 7.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 7.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAIOSES
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ N.º 06.450.191/0001-70

7.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

7.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

7.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

7.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

7.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

7.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

7.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

7.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

7.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

7.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA OITAVA- GARANTIA DE EXECUÇÃO

8.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA NONA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAIOSES
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ N.º 06.450.191/0001-70

serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei n.º 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

IV. Multa: Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 20% (vinte por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

9.3. O atraso superior a 60 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n.º 14.133, de 2021.

- a) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 10.1, de 5% a 20% do valor do Contrato.
- b) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 10.1, de 5% a 20% do valor do Contrato.
- c) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 10.1, a multa será de 5% a 20% do valor do Contrato.
- d) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 10.1, a multa será de 5% a 20% do valor do Contrato.

9.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei n.º 14.133, de 2021)

9.4.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

9.4.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei n.º 14.133, de 2021).

9.4.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

9.4.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAIOSES
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ N.º 06.450.191/0001-70

contratar.

9.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei n.º 14.133, de 2021):

- a)** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b)** as peculiaridades do caso concreto;
- c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d)** os danos que dela provierem para o Contratante;
- e)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n.º 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n.º 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

9.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei n.º 14.133, de 2021).

9.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei n.º 14.133, de 2021).

9.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n.º 14.133/21.

9.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

10.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

10.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

10.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a)** ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- b)** poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAIOSES
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ N.º 06.450.191/0001-70**

10.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n.º 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

10.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

10.4. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

10.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

10.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.5.3. Indenizações e multas.

10.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

10.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

02 PODER EXECUTIVO

02 02 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE ARAIOSES

04 Administração

04 122 Administração Geral

04 122 0203 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04 122 0203 2005 0000 MANUT. E FUNCIONAMENTO DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa JURÍDICA

02 PODER EXECUTIVO

02 04 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE ARAIOSES

04 Administração

04 122 Administração Geral

04 122 0204 SECRETARIA DE FINANÇAS

04 122 0203 2005 0000 MANUT. E FUNC. DA SEC. MUNICIPAL DE FINANÇAS

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa JURÍDICA

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAIOSES
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ N.º 06.450.191/0001-70



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

12.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e a manifestação da procuradoria do município;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.

13.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n.º 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n.º 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1. Fica eleito O foro da Comarca de Araiões no Estado do Maranhão, será o competente para dirimir dúvidas ou pendências resultantes deste Contrato.

15.2. E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Araiões/MA, 28 de março de 2025.

JOAO CANDIDO CARVALHO
NETO:09915591349

Assinado de forma digital por JOAO
CANDIDO CARVALHO
NETO:09915591349
Dados: 2025.03.28 12:02:04 -03'00'

JOÃO CÂNDIDO CARVALHO NETO
CPF n.º 099.155.913-49
Prefeito da cidade de Araiões/MA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAIOSES/MA



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAIOSES
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ N.º 06.450.191/0001-70

DANIEL DE FARIA
JERONIMO LEITE

Assinado de forma digital por
DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE
Dados: 2025.03.28 14:26:59 -03'00'

DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS
CNPJ n.º 49.162.710/0001-07
Representante Legal: Daniel de Faria Jerônimo Leite
OAB/MA 5991
CPF n.º 799.588.933-04

TESTEMUNHA:
CPF:

TESTEMUNHA:
CPF:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAIOSES
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ N.º 06.450.191/0001-70

CONTRATO DE INEXIGIBILIDADE N.º 20250328001/2025

INEXIGIBILIDADE N.º 014/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 202503054/2025 - CPL/PMA

CONTRATO DE INEXIGIBILIDADE QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAIOSES/MA E A EMPRESA DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS.

Por este instrumento particular, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAIOSES/MA**, ente de direito público, situada na Rua Sete de Setembro, s/nº, Centro - CEP n.º 65.570-000, na cidade de Araiões/MA, inscrita no CNPJ (MF) sob n.º 06.450.191/0001-70, neste ato, representada pelo Prefeito Municipal o Sr. **JOÃO CÂNDIDO CARVALHO NETO**, portador da carteira de identidade n.º 038633252009-9 SESP/MA e inscrito no CPF sob o n.º 099.155.913-49, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 09.181.344/0001-19, sediado(a) na Rua das Juçaras, n.º 04, Quadra 44, Jardim Renascença, na cidade de São Luís/MA, neste ato representado(a) por **DANIEL DE FARIA JERÔNIMO LEITE**, inscrito no CPF n.º 799.588.933-04, portador da OAB/MA 5991, tendo como e-mail para correspondência eletrônica dandara@danielleiteadvogados.com, doravante designado **CONTRATADO**, tendo em vista o que consta no **PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 202503054/2025 - CPL/PMA**, em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da modalidade **INEXIGIBILIDADE N.º 014/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **contratação de serviços de assessoria jurídica no âmbito judicial e tributárias para atender as necessidades do município de Araiões/MA**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. O valor do presente Contrato é de **R\$ 360.000,00 (Trezentos e sessenta mil reais)**, em conformidade com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, conforme quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VL UNIT	VL TOTAL
1	Contratação de serviços de assessoria jurídica no âmbito judicial e tributárias para atender as necessidades do município de Araiões/MA.	MÊS	12	R\$ 30.000,00	R\$ 360.000,00
VALOR TOTAL DE R\$ 360.000,00 (TREZENTOS E SESSENTA MIL REAIS)					

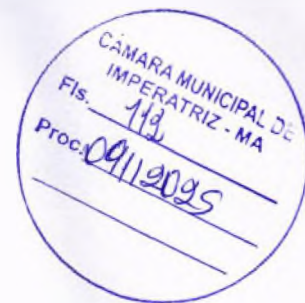
DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA:

BANCO DO BRASIL

Ag: 2953-x

c/c: 39371-1

1.2.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAIOSES
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ N.º 06.450.191/0001-70

objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

- 1.3.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 1.3.1.** O Termo de Referência;
 - 1.3.2.** O Aviso de Contratação Direta;
 - 1.3.3.** A Proposta do contratado;
 - 1.3.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1.** A vigência da contratação terá início a partir da data de sua assinatura com início em **28/03/2025** até **28/03/2026**, condicionada sua eficácia após a publicação do seu extrato na imprensa oficial.
- 2.2.** A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.3.** O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – SUBCONTRATAÇÃO

- 3.1.** É vedada a Subcontratação desta Contratação.

CLÁUSULA QUARTA - PAGAMENTO

- 4.1.** O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE

- 5.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de **01 (um) ano** contado da data da celebração do instrumento contratual.
- 5.2.** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IGPM-IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 5.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 5.4.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 5.5.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAIOSES
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ N.º 06.450.191/0001-70

5.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

5.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

5.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

6.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

6.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

6.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

6.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

6.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

6.7. Cientificar o órgão de representação judicial da **CONTRATANTE** para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

6.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

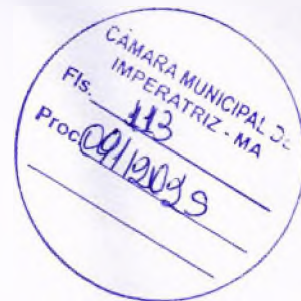
6.9. A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

6.10. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

6.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

6.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAIOSES
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ N.º 06.450.191/0001-70

- 7.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 7.2. Entregar o objeto nas condições estabelecidas neste edital;
- 7.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);
- 7.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 7.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 7.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 7.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 7.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
 - d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;
 - e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 7.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 7.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 7.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 7.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAIOSES
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ N.º 06.450.191/0001-70

7.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

7.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

7.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

7.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

7.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

7.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

7.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

7.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

7.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

7.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA OITAVA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

8.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA NONA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAIOSES
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ N.º 06.450.191/0001-70

serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei n.º 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

IV. Multa: Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 20% (vinte por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

9.3. O atraso superior a 60 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n.º 14.133, de 2021.

- a) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 10.1, de 5% a 20% do valor do Contrato.
- b) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 10.1, de 5% a 20% do valor do Contrato.
- c) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 10.1, a multa será de 5% a 20% do valor do Contrato.
- d) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 10.1, a multa será de 5% a 20% do valor do Contrato.

9.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei n.º 14.133, de 2021)

9.4.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

9.4.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei n.º 14.133, de 2021).

9.4.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

9.4.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAIOSES
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ N.º 06.450.191/0001-70

contratar.

9.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei n.º 14.133, de 2021):

- a)** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b)** as peculiaridades do caso concreto;
- c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d)** os danos que dela provierem para o Contratante;
- e)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n.º 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n.º 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

9.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei n.º 14.133, de 2021).

9.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei n.º 14.133, de 2021).

9.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n.º 14.133/21.

9.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

10.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

10.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

10.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a)** ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- b)** poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAIOSES
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ N.º 06.450.191/0001-70

10.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n.º 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

10.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

10.4. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

10.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

10.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.5.3. Indenizações e multas.

10.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

10.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

02 PODER EXECUTIVO

02 02 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE ARAIOSES

04 Administração

04 122 Administração Geral

04 122 0203 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04 122 0203 2005 0000 MANUT. E FUNCIONAMENTO DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa JURÍDICA

02 PODER EXECUTIVO

02 04 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE ARAIOSES

04 Administração

04 122 Administração Geral

04 122 0204 SECRETARIA DE FINANÇAS

04 122 0203 2005 0000 MANUT. E FUNC. DA SEC. MUNICIPAL DE FINANÇAS

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa JURÍDICA

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAIOSES
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ N.º 06.450.191/0001-70

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

12.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e a manifestação da procuradoria do município;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.

13.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n.º 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n.º 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - FORO

15.1. Fica eleito O foro da Comarca de Araiões no Estado do Maranhão, será o competente para dirimir dúvidas ou pendências resultantes deste Contrato.

15.2. E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Araiões/MA, 28 de março de 2025.

JOAO CANDIDO CARVALHO
NETO:09915591349

Assinado de forma digital por JOAO
CANDIDO CARVALHO
NETO:09915591349
Dados: 2025.03.28 12:02:04 -03'00'

JOÃO CÂNDIDO CARVALHO NETO
CPF n.º 099.155.913-49
Prefeito da cidade de Araiões/MA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAIOSES/MA



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAIOSES
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ N.º 06.450.191/0001-70

DANIEL DE FARIA
JERONIMO LEITE

Assinado de forma digital por
DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE
Dados: 2025.03.28 14:26:59 -03'00'

DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS
CNPJ n.º 49.162.710/0001-07
Representante Legal: Daniel de Faria Jerônimo Leite
OAB/MA 5991
CPF n.º 799.588.933-04

TESTEMUNHA:
CPF:

TESTEMUNHA:
CPF:



CONTRATO Nº42/2024
PROCESSO Nº262/2024

TERMO DE CONTRATO DE COMPRA, QUE FAZEM ENTRE SI O CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO MARANHÃO – COREN/MA E DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS PARA CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADVOCACIA, ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA PARA ATUAR EXCLUSIVAMENTE JUNTO AO SETOR DE LICITAÇÃO.

O **CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO MARANHÃO – COREN/MA**, por intermédio do Setor de Licitações e Compras, com sede na cidade de São Luís/MA, à Rua Carutapera, nº 03, Jardim Renascença, CEP: 65.075-690, tel.: (98)3194-4200, e-mail: gestaocontratos@corenma.gov.br no CNPJ sob o n.º 06.272.868/0001-27, neste ato representado por sua Presidente Interina a Sra. **TELCIANE MARTINS FEITOSA RIOS**, enfermeira, brasileira, portadora do RG n.º 0283482220049, CPF n.º ***.213.***-06, residente nesta capital, e por sua Tesoureira a Sra. **NELCIANE MESQUITA PINHEIRO**, técnica de enfermagem, brasileira, portadora do RG n.º 0262585220032, CPF n.º ***.214.***-90, residente nesta capital, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 09.181.344/0001-19, sediado(a) na Rua das Juçaras, n.º 04, Quadra 44, Jardim Renascença I, CEP: 65.075-230, São Luís/MA, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. Daniel de Faria Jeronimo Leite, portador da OAB n.º 5991, e CPF n.º ***.588.***-04, tendo em vista o que consta no **Processo nº262/2024**, em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 2021 e da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 75, de 2021, **RESOLVEM** celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Inexigibilidade de Licitação n.º 005/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a **CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADVOCACIA, ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA PARA ATUAR EXCLUSIVAMENTE JUNTO AO SETOR DE LICITAÇÃO.**



2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo do presente contrato é de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura deste termo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. Pela contratação de prestação de serviços de advocacia, assessoria e consultoria jurídica para atuar exclusivamente junto ao setor de licitação, o COREN-MA pagará à CONTRATADA, o valor global de R\$ 180.000,00 (Cento e Oitenta Mil Reais) conforme ordem de serviço.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentaria própria, prevista no orçamento do Coren/MA, para o exercício de 2024, na classificação abaixo.

Elemento de Despesa: 6.2.2.1.1.01.33.90.039.001–SERVIÇOS TERCEIRIZADOS–PESSOAS JURÍDICAS.

Nota de Empenho nº: 880/2024.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em favor da Contratada através de transferência bancária até 15(quinze) dias consecutivos após a entrega do documento de cobrança a administração do COREN-MA e o atesto da nota fiscal pelo FISCAL do contrato.

5.2. As notas fiscais deverão vir acompanhadas de comprovante de regularidade (certidão negativa) perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante e comprovante de regularidade (certidão negativa) perante a Seguridade Social (INSS), inclusive relativa ao Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS).

5.3. Caso a CONTRATADA goze de algum benefício fiscal, esta ficará responsável pela apresentação de documentação hábil, ou, no caso de optante pelo SIMPLES NACIONAL (Lei Complementar nº 123/2006), pela entrega de declaração. Após apresentada a referida comprovação, a CONTRATADA ficará responsável por comunicar ao COREN-MA qualquer alteração posterior na situação declarada a qualquer tempo, durante a execução do contrato.

5.4. Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará com o pagamento pendente até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus ao CONTRATANTE.



5.5. Se, por qualquer motivo alheio à vontade do CONTRATANTE, for paralisada a prestação do serviço, o período correspondente não gerará obrigação de pagamento.

5.6. No caso de pendência de liquidação de obrigações pela CONTRATADA, em virtude de penalidades impostas, a CONTRATANTE poderá descontar de eventuais faturas devidas ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

6. CLÁUSULA SEXTA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

6.1. As condições de garantia serão exigidas conforme Termo de Referência.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - FISCALIZAÇÃO

7.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

8.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

8.1.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da Contratada:

a. Indicar, quando da retirada da nota de empenho, o endereço, telefone fixo, celular de contato do escritório de representação em São Luís/MA, ou da sede da empresa, qualquer que seja seu endereço;

b. Executar o objeto de acordo com as condições, prazo, especificações qualitativos e quantitativos estipulados no Termo de Referência;

c. Prestar todos os esclarecimentos e informações que forem solicitados pelo Contratante, de forma clara, concisa e lógica, atendendo de imediato às reclamações;

d. Levar, imediatamente, ao conhecimento do fiscal do contrato do Contratante, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis;

e. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante fornecimento do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante;

f. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes



de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação;

g. Manter todas as condições de habilitação e qualificação, que ensejaram sua contratação, inclusive quanto à qualificação econômico-financeira;

h. Arcar com todos os encargos sociais e trabalhistas, previstos na legislação vigente, e de quaisquer outros em decorrência da sua condição de empregadora, no que diz respeito aos seus colaboradores;

i. Cumprir rigorosamente os prazos estipulados no Termo de Referência e seus Anexos,

8.2 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

8.2.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações do Contratante,

a. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Termo de Referência e seus Anexos;

b. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas deste termo de referência e dos termos de sua proposta;

c. Exercer o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

d. Notificar a Contratada por escrito de quaisquer ocorrências relacionadas à execução do objeto, fixando prazo para a sua correção;

e. Rejeitar, no todo ou em parte, o(s) objeto(s) fora da especificação ou com problemas;

f. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas, de acordo com os serviços prestados.

9. CLAUSULA NONA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

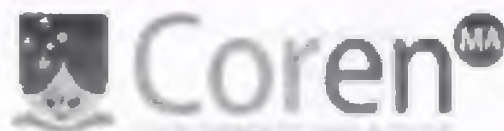
9.1. As sanções referentes a execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência.

10. CLAUSULA DÉCIMA – RESCISÃO



158
None

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES



12.1. Os casos de alteração serão disciplinados pelos artigos 124 a 132, 134 e 136 da Lei n.º 14.133/2021.

12.2. O CONTRATADO fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

12.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1. É eleito o Foro da Justiça Federal – Seção Judiciária Maranhão para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei n.º 14.133/21. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 2 (Duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

São Luís, 10 de julho de 2024.

Telciane Martins Feltosa Rios
Presidente Interina
COREN-MA 136.133-EM

CONTRATANTE

Presidente Interina COREN-MA

CONTRATANTE

Tesoureira do COREN-MA

DANIEL DE FARIA JERONIMO
LEITE: 79958893304

Assinado de forma digital por DANIEL
DE FARIA JERONIMO LEITE: 79958893304
Dados: 2024.07.11 13:11:42 -03'00'

CONTRATADA

DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS

**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJARI
GABINETE DA PREFEITURA**

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA



Cajari

É o povo / CAMARA MUNICIPAL DE
IMPERATRIZ - MA

Fls. 119 - V

Proc. 04110035

Atestamos, para fins de prova, e com base no art.30 da Lei 8.666/1993, aptidão de desempenho e atestado de execução, que a Firma DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS, CNPJ 09.181.344/0001-19, com sede na Rua das Juçaras, 04, Qd 44, Renascença I, São Luís-MA, CEP 65075-230, neste ato representado pelo(a) Sr(a). DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE, residente na Rua dos Curiós, Qd 13, Lote 17, Ponta do Farol, São Luís- MA, CEP 65000-000, portador do(a) CPF 799.588.933-04, prestou serviços ao MUNICÍPIO DE CAJARI/MA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 06.469.837 /0001-60, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Constancio Alessanco Coelho De Souza, os serviços Consultoria jurídica, que não se enquadram, pela sua natureza, dentre que não se enquadrem dentre os trabalhos rotineiramente prestados pelo corpo permanente, no âmbito da Administração Pública Municipal para atender as necessidades do Município de Cajari pelo prazo de 12 (doze) meses, referente ao Contrato nº 062/2021 assinado em 27 de maio de 2021, oriundo do processo administrativo 014/2021 e da Tomada de Preços nº 005/2021.

Registramos, ainda, que as prestações dos serviços acima referidos apresentaram bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Cajari/Ma, 10 de março de 2022.

MUNICÍPIO DE CAJARI
Constancio Alessanco Coelho De Souza
Prefeito Municipal

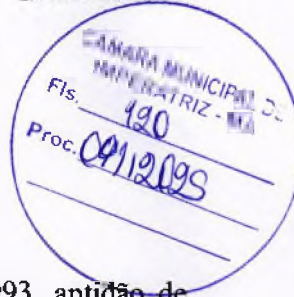
Avenida Senador Vitorino Freire, 513 - Centro - Cep: 65210-000

Certifico e dou fé que a presente fotocópia é reprodução fiel do original que me foi apresentada. Poder Judiciário
- TJMA Selo: AUTENT022003UBJNGACAM4RFTN63
Escrivente: LARISSA MARIA RODRIGUES FERREIRA
Data/Hora: 28/03/2022 16:04:44 Emolumentos: R\$ 6,14,
FERC: R\$0,15, FADEP: R\$0,30, FEMP: R\$ 0,20 Valor
Total: R\$6,69
Consulte a validade deste selo em:
<https://seio.tjma.jus.br>





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO DO MEARIM
CNPJ Nº 01.612.345/0001-69
PODER EXECUTIVO



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para fins de prova, e com base no art.30 da Lei 8.666/1993, aptidão de desempenho e atestado de execução, que a Firma DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS, CNPJ 09.181.344/0001-19, com sede na Rua das Juçaras, 04, Qd 44, Renascença I, São Luís-MA, CEP 65075-230, neste ato representado pelo(a) Sr(a). DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE, residente na Rua dos Curiós, Qd 13, Lote 17, Ponta do Farol, São Luís- MA, CEP 65000-000, portador do(a) CPF 799.588.933-04, prestou serviços ao MUNICÍPIO DE BERNARDO MEARIM/MA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 01.612.345/0001-69 neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Arlindo de Moura Xavier Junior, os serviços Consultoria jurídica, que não se enquadram, pela sua natureza, dentre que não se enquadrem dentre os trabalhos rotineiramente prestados pelo corpo permanente, no âmbito da Administração Pública Municipal para atender as necessidades do Município de Bernardo do Mearim pelo prazo de 12 (doze) meses, referente ao Contrato nº 010/2021 assinado em 12 de abril 2021, oriundo da Tomada de Preços nº 005/2021.

Registramos, ainda, que as prestações dos serviços acima referidos apresentaram bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Bernardo Mearim - Ma, 20 de março de 2022.

ARLINDO DE MOURA
XAVIER
JUNIOR:65630009400
Assinado de forma digital por
ARLINDO DE MOURA XAVIER
JUNIOR:65630009400
Dados: 2022.03.23 10:13:18 -03'00'

MUNICÍPIO DE BERNARDO MEARIM
Arlindo de Moura Xavier Junior
Prefeito Municipal



Av. Manoel Matias, s/n – Centro- CEP: 65.723-000 – Bernardo do Mearim – MA
e-mail: prefeituramunicipalbernardo@gmail.com



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPÉ GRANDE
CNPJ: 06.323.208/0001-28
Rua São Francisco, s/n, centro - Igarapé Grande - MA



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, a pedido da interessada e para fins de prova, com base no art.30 da Lei 8.666/1993, aptidão de desempenho e atestado de execução, que a Firma DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS, CNPJ 09.181.344/0001-19, com sede na Rua das Juçaras, 04, Qd 44, Renascença I, São Luís-MA, CEP 65075-230, , neste ato representado pelo(a) Sr(a). DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE, residente na Rua dos Curiós, Qd 13, Lote 17, Ponta do Farol, São Luís- MA, CEP 65000-000, portador do(a) CPF 799.588.933-04, prestou serviços ao MUNICÍPIO DE IGARAPÉ GRANDE/MA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 06.323.208/0001-28 neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Erlanio Xavier, os serviços de Assessoria e Consultoria Jurídica para atividades que envolvem as demandas do município pelo prazo de 12 (doze) meses, referente ao Contrato nº 027/2017/PMIG assinado em 03 de março de 2017, oriundo da Tomada de Preços nº 004/2017.

Registramos, ainda, que as prestações dos serviços acima referidos apresentaram bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Igarapé Grande/Ma, 20 de março de 2022.



MUNICÍPIO DE IGARAPÉ GRANDE

Erlanio Xavier
Prefeito Municipal



5º Tabelionato de Notas de São Luís - MA
Gustavo Dal Molin de Oliveira - Tabelião
São Luís, 25/03/2022 14:40:49 Susana 8615

AUTENTICAÇÃO
Conferido e arquivado conforme original autenticado. Dou fé.
São Luís, 25/03/2022 14:40:49 Susana 8615

PODER JUDICIÁRIO - TJMA
Susana Maria Silva Belo - Escrevente

Selo: AUTENT156794126HOSCEKJAE8313 - Ato: 13.18
Emolumentos e taxas: R\$5,69 Total: R\$5,69
Consulte a validade deste selo no site: https://selo.tjma.jus.br



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDA DO NORTE

Av. Comércio, 183 – Centro – CEP: 65495-000
CNPJ: 12.553.806/0001-96



CONTRATO Nº INEX-002-2025

CONTRATAÇÃO DE ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE ASSESSORIA JURIDICA NO AMBITO JUDICIAL E TRIBUTÁRIO, EM APOIO AS ATIVIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDA DO NORTE/MA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDA DO NORTE, E O ESCRITÓRIO DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS, CNPJ Nº. 09.181.344/0001-19.

O Município de Miranda do Norte - MA, através da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, inscrita no CNPJ nº. 12.553.806/0001-96, com sede na Rua do Comércio, 183, Centro, CEP 65495-000, Miranda do Norte - MA, neste ato representada pelo Sr. **Saulo Rennan da Silva Mendes, Secretário Municipal de Administração e Finanças - SEMAF**, portador do CPF nº 034.755.273-08, nomeado através da Portaria N.º 113/2024GP, doravante denominado representante da **CONTRATANTE**, o Escritório **DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº. 09.181.344/0001-19, com sede na Rua das Juçaras, Nº 04, Quadra 44 – Jardim Renascença - São Luís/MA, neste ato representado pelo sócio/administrador Sr. **Daniel de Faria Jeronimo Leite**, brasileiro, casado, advogado (OAB/MA nº. 5991), RG nº. 59007796-1 SSP-MA e CPF nº. 799.588.933-04, têm, entre si, ajustado o presente Termo de **Contrato nº 002-2025**, decorrente da Inexigibilidade de Licitação nº 002/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas e com base na Lei (74 da Lei nº 14.133/2021).

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a Contratação de Escritório de Advocacia para Prestação de Serviços Contínuos de Assessoria Jurídica no Âmbito judicial e tributário, em apoio as atividades da Prefeitura Municipal de Miranda do Norte - MA, conforme especificações estabelecidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS CONTRATUAIS

Integram o presente Contrato, independentemente de transcrição, o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 002/2025 e a Proposta de Preços da CONTRATADA.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDA DO NORTE

Av. Comércio, 183 – Centro – CEP: 65495-000
CNPJ: 12.553.806/0001-96

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor global deste Contrato é de **R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais)**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A quantificação do contrato se dará conforme planilha abaixo:

OBJETO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO
Prestação dos serviços técnicos especializados, sob forma de patrocínio judicial sem caráter de exclusividade, preferencialmente em segundo grau e instância especial ou extraordinária, abrangendo, todos os atos e adoção de providências necessárias a defesa dos interesses do município, bem como serviços de assessoria jurídica especializada nas atividades que envolvam planejamento fiscal, arrecadação, atualização, constituição, lançamento, e cobrança de crédito tributário, incluindo consultoria às atividades de auditoria, de levantamento e recuperação de ativos fiscais, assessoria na inscrição de dívida ativa e na emissão de documentos próprios de controle de arrecadação, diversos ramos do direito, com exceção de assessoria em licitação, controle, trabalhista e dos processos acompanhados diretamente pela procuradoria municipal.	UNID.	12 MESES	R\$ 40.000,00

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e quaisquer outras necessárias ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária

0203 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO e FINANÇAS	
03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO e FINANÇAS	
04.122.0002.2103.0000	Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal
3.3.90.35.00	Serviços de Consultoria

Rua do Comércio, 183– Centro. Cep: 65.495-000
Miranda do Norte – Maranhão



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDA DO NORTE

Av. Comércio, 183 – Centro – CEP: 65495-000
CNPJ: 12.553.806/0001-96



3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
--------------	--

CLÁUSULA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do (74 da Lei nº 14.133/2021), sendo a CONTRATADA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

A vigência do CONTRATO será por 12 (doze) meses, contado a partir da data de sua assinatura

PARÁGRAFO ÚNICO: Por se tratar de serviços contínuos, a vigência do presente contrato poderá ser prorrogada sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, em observância aos ditames insculpidos no art. 107, da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

O presente contrato não poderá ser objeto de subcontratação, no todo ou em parte.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada pela Secretaria Municipal de Administração, designando um servidor como fiscal, que anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização.

PARÁGRAFO ÚNICO – A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, imperfeições técnicas, vícios ou emprego inadequado ou de qualidade inferior, e na ocorrência destes, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE, em até 30 (trinta) dias após o fornecimento, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, cabendo ao servidor responsável atestar as notas fiscais que deverão ser emitidas em 02 (duas) vias.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDA DO NORTE

Av. Comércio, 183 – Centro – CEP: 65495-000
CNPJ: 12.553.806/0001-96



PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE, diretamente na Conta Corrente da CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os preços avençados em decorrência do presente contrato, não serão reajustados no período de no mínimo um ano.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caso os pagamentos sejam efetuados após o prazo estabelecido no caput desta cláusula, a CONTRATANTE se obriga a pagar multa diária de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, até o limite de 10% (dez por cento), desde que para tanto não tenha concorrido à empresa.

PARÁGRAFO QUARTO - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, pelo descumprimento deste contrato, sem que isso gere direito ao reajustamento do preço ou correção monetária.

PARÁGRAFO QUINTO - Fica o contratado obrigado a manter durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

As obrigações da Contratada obedeceram ao previsto no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

As obrigações da Contratante obedeceram ao previsto no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

As sanções são aquelas previstas no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DA RESCISÃO

O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

I - Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas da Lei nº 14.133/2021), sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência;

II - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS COMUNICAÇÕES

Qualquer comunicação entre as partes a respeito do presente Contrato, só produzirá efeitos legais se processada por escrito, mediante protocolo ou outro



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDA DO NORTE

Av. Comércio, 183 – Centro – CEP: 65495-000
CNPJ: 12.553.806/0001-96



meio de registro, que comprove a sua efetivação, não sendo consideradas comunicações verbais.

CLÁUULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

Na forma da Lei nº 14.133/2021, o contrato será publicado na imprensa oficial.

CLÁUULA DÉCIMA SEXTA - DA VINCULAÇÃO

O presente Contrato se vincula ao Termo de Referência e à proposta da Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o foro de Itapecuru – Mirim/MA, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, perante 02 (duas) testemunhas que também os subscrevem.

Miranda do Norte/MA, 23 de janeiro de 2025.

SAULO
RENNAN DA
SILVA
MENDES:0347552730
Data: 2025.01.23
10:46:28-03'00"

Assinado digitalmente
por SAULO RENNNAN
DA SILVA
MENDES 0347552730

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDA DO NORTE

Saulo Rennan da Silva Mendes
Secretário de Administração e Finanças
Contratante

DANIEL DE FARIA
JERONIMO LEITE
DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS
Daniel de Faria Jeronimo Leite
CPF nº. 799.588.933-04
sócio/administrador
Contratada

Assinado de forma digital por
DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE
Dados: 2025.01.23 11:11:48 -03'00"

TESTEMUNHAS:

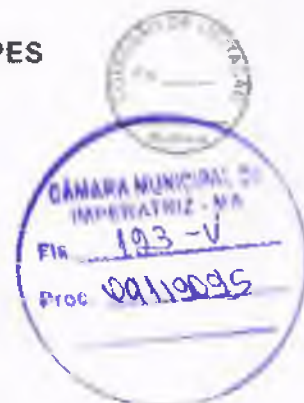
CPF Nº

CPF Nº

Rua do Comércio, 183– Centro. Cep: 65.495-000
Miranda do Norte – Maranhão



Estado do Maranhão
GOVERNO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DOS LOPES
Prefeitura Municipal de Santo Antonio dos Lopes



TERMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 20250055
PROCESSO Nº 581/2025

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 20250055
, QUE FAZEM ENTRE SI A Prefeitura Municipal de Santo Antônio dos
Lopes, POR INTERMÉDIO DO (A) PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO
ANTÔNIO DOS LOPES E A EMPRESA DANIEL LEITE & ADVOGADOS
ASSOCIADOS, PARA O FIM QUE NELE INDICA.

Pelo presente instrumento de Contrato, de um lado o Município de SANTO ANTÔNIO DOS LOPES, através do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DOS LOPES, CNPJ-MF, Nº 06.172.720/0001-10, denominado daqui por diante de CONTRATANTE, representado neste ato pelo(a) Sr.(a) LUANA TRABULSI NAPOLEÃO MENDONÇA CASTRO, Sec.Mun.de Planej. e Administração, e do outro lado DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS, CNPJ/CPF CNPJ 09.181.344/0001-19, com sede na RUA DAS JUÇARAS, Nº 04, QUADRA 44, JARDIM DAS RENA, São Luis-MA, de agora em diante denominada CONTRATADA(O), neste ato representado pelo(a) Sr(a) DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE, portador do (a) CPF 799.588.933-04, de acordo com a INEXIGIBILIDADE, nº 10.2025 - INEX, Processo nº 581/2025, em conformidade com o que preceitua a Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, sujeitando-se os CONTRATANTES às suas normas e às cláusulas e condições a seguir ajustadas:

CLAUSULA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1.1. O presente Contrato tem como fundamento a INEXIGIBILIDADE, nº 10.2025 - INEX, devidamente ratificada pelo Ordenador de Despesas da PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DOS LOPES/MA Sr. LUANA TRABULSI NAPOLEÃO MENDONÇA CASTRO, Sec.Mun.de Planej. e Administração, ao fim assinado, parte integrante deste Termo Contratual, independente de transcrição, conforme previsto art. 74, III, alínea "e", combinado com o parágrafo único do art. 72 da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações posteriores bem como no Artigo 25º da Lei Federal 14.039, de 17 de agosto de 2020, bem como nos documentos juntados nos autos e no parecer jurídico constante nos autos do processo.

CLAUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. O presente contrato tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ASSESSORIA E CONSULTORIA VOLTADA PARA A ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DAS DEMANDAS JUDICIAIS E TRIBUTARIAS DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DOS LOPES - MA.

CLAUSULA TERCEIRA - DOS VALORES, FORMA DE PAGAMENTO E REGIME DE EXECUÇÃO



Estado do Maranhão
GOVERNO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DOS LOPES
Prefeitura Municipal de Santo Antonio dos Lopes



3.1. Pela realização dos serviços elencados neste processo, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADA o valor de R\$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais) Mensais, ao custo Anual de: 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).

Parágrafo único: Quando o patrocínio judicial ou extrajudicial promovido pelo CONTRATADA redundar em benefício econômico ao município CONTRATANTE seja a que título for, o CONTRATADA fará jus ao valor correspondente a 18% (dezoito) por cento do benefício econômico auferido pelo **MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DOS LOPES/MA** cujo pagamento dar-se-á na forma do recebimento ou mesmo quando da exclusão do débito ou cobrança indevida sofrida, ressalvados as verbas cuja a destinação é vinculada constitucional ou legalmente.

3.1.1. A CONTRATADA compromete-se a fornecer todas as informações necessárias à propositura das medidas judiciais descritas neste contrato/Projeto Básico, bem como adimplir as despesas de viagem (transporte, estadia e alimentação), para a prática de atos processuais pertinentes ao objeto deste contrato (quando necessárias), gastos de postagem ou remessa junto à ECT, cópias reprográficas e autenticações, pagamento de perito contábil e/ou assistente técnico, ou quaisquer valores cujo dispêndio tome-se necessário no curso da lide, desde que autorizadas previamente por seu representante legal.

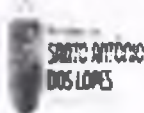
3.1.2. Eventual sucumbência da parte adversária por verba honorária, qualquer que seja a respectiva fixação, pertencerá ao prestador dos serviços advocatícios, que poderá proceder livremente à cobrança e recebimento da mesma, em seu proveito exclusivo.

3.1.3. No caso de êxito da demanda proposta e devidos a partir do momento em que forem disponibilizados os valores em favor do Município CONTRATANTE, de forma total ou em parcelas, mediante a expedição de precatório ou alvará judicial a ser recebido pessoalmente pelo Prefeito Municipal ou a quem esse indicar mediante procuração pública, fica expressamente consignado que o percentual equivalente aos honorários advocatícios (caput) será pago diretamente à CONTRATADA, por dedução da quantia a ser recebida pelo constituinte e a ser desmembrada pelo Juiz na forma do § 4º do art. 22 da Lei nº 8.906/94, independentemente dos honorários sucumbenciais fixados judicialmente.

3.1.4. No valor acima está incluído todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.1.5 O presente instrumento é válido e eficaz para a aplicação do disposto no § 4.º do art. 22 e dos arts 23 e 24 todos da Lei nº 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil), bem assim na forma do art. 22 da Resolução 168/2011 de 14.05.2009 do Conselho da Justiça Federal, ou qualquer outra norma que venha regulamentar o destaque de honorários contratuais no âmbito do Poder Judiciário, sendo autorizado o destaque dos honorários advocatícios.

3.2. Por ocasião da realização dos serviços o CONTRATADA deverá apresentar recibo em 02 (duas) vias



Estado do Maranhão
GOVERNO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DOS LOPES
Prefeitura Municipal de Santo Antônio dos Lopes



e a respectiva Nota Fiscal. A Fatura e Nota Fiscal deverão ser emitidas em nome da PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DOS LOPES/MA.

3.3. O pagamento fica condicionado, à satisfação de todas as condições estabelecidas em contrato e da comprovação de regularidade para com os encargos previdenciários, trabalhistas e fiscais

3.3.1. Deverá vir acompanhada a fatura da nota fiscal os seguintes documentos:

- a). Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e a Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, na forma da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014: **(observado o que dispõe o art. 3º, parágrafo único da EC nº. 106, promulgada em 7 de maio de 2020)**
- b). A comprovação de regularidade para com a Fazenda Estadual deverá ser feita através de Certidão Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Estadual;
- c). A comprovação de regularidade para com a Fazenda Municipal deverá ser feita através de Certidão Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Municipal;
- d). Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, através de apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS;
- e). Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa.

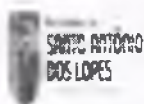
3.4. Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

3.5. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

3.6. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

3.7. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto a regularidade fiscal e trabalhista.

3.8. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de



Estado do Maranhão
GOVERNO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DOS LOPES
Prefeitura Municipal de Santo Antonio dos Lopes



economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

3.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

3.10. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

3.11. **REGIME DE EXECUÇÃO.** O Regime de execução será indireta em empreitada por preço unitário.

CLAUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

4.1. A Contratada deverá prestar os serviços de acordo com o que prescreve as especificações deste Projeto Básico, em conformidade ainda com o teor da Minuta do Instrumento Contratual e em observância aos ditames da Lei Federal nº 14.133/21, independentemente de transcrição.

4.2. Disponibilizar para a prestação dos serviços somente profissionais devidamente qualificados para a prestação dos serviços objeto desta licitação, objetivando lograr êxito e segurança, avocando para si toda a responsabilidade de forma a resguardar o Município de eventuais prejuízos decorrentes de qualquer demanda judicial.

4.3. Manter sob sua guarda e total responsabilidade eventuais documentos disponibilizados pelo Município.

4.4. Prestar os serviços de Assessoria Jurídica em observância à ética profissional instituída pela Ordem dos Advogados do Brasil, avocando para si total responsabilidade quanto ao ajuizamento e eventuais ações bem como acompanhamento do andamento dos processos judiciais em que for constituído como procurador para o fim.

4.5. Prestar de Consultoria Jurídica em suas instalações (Quando necessário) durante o expediente normal e sem limite de consultas objetivando dirimir dúvidas suscitadas por servidores do Município de Santo Antônio Dos Lopes/MA.

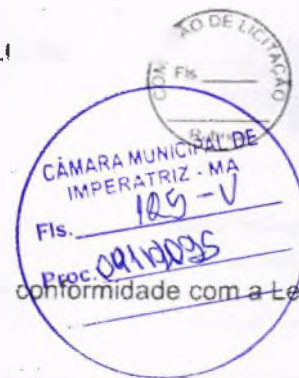
4.5.1. As eventuais consultas formuladas por servidores municipais, objetivando elucidar dúvidas, poderá ser efetuada informalmente via telefone ou pessoalmente, ou através e-mails, ou correspondência durante o expediente normal de funcionamento da Prefeitura, sem limite de quantidade.

4.6. Repassar em tempo hábil ao Município informações que julgar necessárias dentre elas para providências de pagamento de emolumentos ou taxas em tempo hábil.

4.7. Independentemente da fiscalização feita pela Contratante, a contratada é a única e exclusiva responsável por danos e prejuízos que vier a causar ao Contratante ou a terceiros, em decorrência da



Estado do Maranhão
GOVERNO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DOS LOPES
Prefeitura Municipal de Santo Antônio dos Lopes



execução dos serviços, sem quaisquer ônus para o Município Contratante.

4.8. Aceitar as supressões e acréscimos desta licitação, objeto de contrato, em conformidade com a Lei 14.133/21

4.9. A contratada se submete as obrigações quanto a propriedade, seguranças prevista no Projeto Básico.

4.10. Pagar seus empregados no prazo previsto em lei, sendo, também, de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços CONTRATADA e inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho, etc, ficando excluída qualquer solidariedade da Prefeitura Municipal de SANTO ANTÔNIO DOS LOPES/MA por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da CONTRATADA com referência às suas obrigações, não se transfere a Prefeitura Municipal de Santo Antônio Dos Lopes/MA.

4.11. Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente a pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do CONTRATO.

4.12. Responder, pecuniariamente, por todos os danos e/ou prejuízos que forem causados à União, Estado, Município ou terceiros, decorrentes da prestação dos serviços.

4.13. Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente.

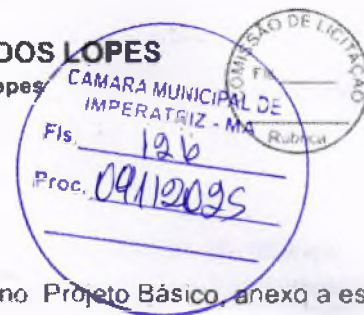
4.14. A CONTRATADA compromete-se a fornecer todas as informações necessárias à propositura das medidas judiciais descritas neste processo, bem como adimplir as despesas de viagem (transporte, estadia e alimentação), para a prática de atos processuais pertinentes ao objeto deste contrato (quando necessárias), gastos de postagem ou remessa junto à ECT, cópias reprográficas e autenticações, pagamento de perito contábil e/ou assistente técnico, ou quaisquer valores cujo dispêndio torne-se necessário no curso da lide, desde que autorizadas previamente por seu representante legal.

4.15. Eventual sucumbência da parte adversária por verba honorária, qualquer que seja a respectiva fixação, pertencerá ao prestador dos serviços advocatícios, que poderá proceder livremente à cobrança e recebimento da mesma, em seu proveito exclusivo.

4.16. No caso de êxito da demanda proposta e devidos a partir do momento em que forem disponibilizados os valores em favor do Município CONTRATANTE, de forma total ou em parcelas, mediante a expedição de precatório ou alvará judicial a ser recebido pelo Município ou a quem esse indicar mediante procuração pública, fica expressamente consignado que o percentual equivalente aos honorários advocatícios (caput) será pago diretamente à CONTRATADA, por dedução da quantia a ser recebida pelo constituinte e a ser desmembrada pelo Juiz na forma do § 4º do art. 22 da Lei nº 8.906/94, independentemente dos honorários



Estado do Maranhão
GOVERNO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DOS LOPES
Prefeitura Municipal de Santo Antonio dos Lopes



sucumbenciais fixados judicialmente

4.17. Executar os serviços de acordo com as especificações constantes no Projeto Básico, anexo a este processo.

CLAUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

5.1. A Contratante se obriga a proporcionar ao(à) CONTRATADA (a) todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes desse instrumento, consoante estabelece a Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores.

5.2. Solicitar a execução do objeto à CONTRATADA através da emissão de Ordem de Serviço.

5.3. Constituir servidor devidamente habilitado para acompanhamento da execução do contrato administrativo conforme estabelece a Lei nº 14.133/21.

5.4. Comunicar ao(à) CONTRATADA (a) toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.

5.5. Providenciar os pagamentos ao(à) CONTRATADA (a) à vista das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pelo Setor Competente.

5.6. Notificar extrajudicialmente a futura Contratada e aplicar as sanções legais em decorrência do declínio na qualidade dos serviços, e/ou em decorrência de fatos supervenientes propensos a gerar prejuízos financeiros à Administração Pública.

5.7. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento e nas demais cominações legais

5.8. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o fornecimento dos serviços.

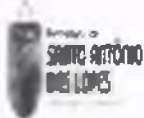
5.9. Acompanhar, controlar e avaliar os serviços prestados observando os padrões de qualidade, através da unidade responsável pela gestão do contrato.

5.10. Prestar à Contratada, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias à prestação dos serviços.

5.11. Atestar as faturas e relatórios correspondentes à prestação de serviços, por intermédio do servidor competente.

5.12. Quando houver encerramento do contrato, ainda deverão ser pagos os honorários referentes a continuidade do contrato.

CLASUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:



Estado do Maranhão
GOVERNO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO
Prefeitura Municipal de Santo Antônio dos



4.1 Executar os serviços de acordo com as especificações constar processo.

este

CLAUSULA SÉTIMA - DA SEGURANÇA E DO SIGILO

7.1. A CONTRATADA será responsável pela segurança, guarda, manutenção e integridade dos dados, programas e procedimentos físicos de armazenamento e transporte das informações existentes ou geradas durante a execução dos serviços, em conformidade com a legislação vigente.

7.2. Guardar o mais absoluto sigilo em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza a que venham tomar conhecimento, respondendo administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e/ou incorreta ou descuidada utilização

CLAUSULA OITAVA - DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. Os serviços de consultoria, assessoria e acompanhamento, poderão ser prestados nas instalações da contratante e no escritório da contratada, ou em outro local, de acordo com a necessidade, interesse e conveniência da Contratante, com vistas a assegurar as condições imprescindíveis e específicas da execução dos serviços. Devendo toda e qualquer orientação técnica ser dada somente por profissionais devidamente habilitados

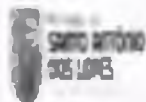
CLAUSULA NONA - DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

9.1. A Contratante e a Contratada, por si e por seus colaboradores, obrigam-se, a atuar no presente Contrato em conformidade com a Legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física ("Titular") identificada ou identificável ("Dados Pessoais") e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria

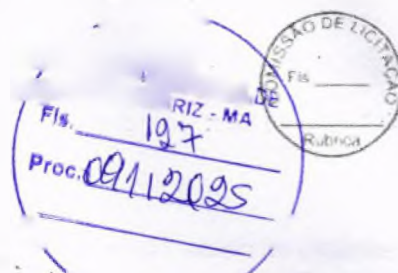
9.2. A Contratante e a Contratada, incluindo todos os seus colaboradores, comprometem-se a tratar todos os Dados Pessoais como confidenciais, exceto se já eram de conhecimento público sem qualquer contribuição da Contratada, ainda que este Contrato venha a ser resolvido e independentemente dos motivos que derem causa ao seu término ou resolução.

9.3. A Contratante e a Contratada deverão manter registro das operações de tratamento de Dados Pessoais que realizar, bem como implementar medidas, técnicas e organizacionais necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda, a alteração, a comunicação ou difusão ou o acesso não autorizado, além de garantir que o ambiente (seja ele físico ou lógico) utilizado por ela para o tratamento de Dados Pessoais sejam estruturados de forma a atender os requisitos de segurança, aos padrões de boas práticas e de governança e aos princípios gerais previstos em Lei e às demais normas regulamentares aplicáveis.

9.4. O MUNICÍPIO não autoriza a usar, compartilhar ou comercializar quaisquer eventuais elementos de Dados, produtos ou subprodutos que se originem, ou sejam criados, a partir do tratamento de Dados



Estado do Maranhão
GOVERNO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do



estabelecido por este contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E VII

31

10.1. O prazo de execução do(s) serviço(s) objeto desta contratação sedará a partir da data da assinatura do contrato pelo **período de 12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado por vontade das partes ou com a continuidade das ações decorrentes dos objetos desse contrato, até que se esgotem todas as tramitações cabíveis referente ao objeto desta licitação, em especial até o trânsito em julgado da ação e consequente recebimento da quantia que o município faz Jus.

10.1.2. O contrato terá um prazo de vigência a partir da data da assinatura do contrato pelo **período de 12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado por vontade das partes ou com a continuidade das ações decorrentes dos objetos desse contrato, até que se esgotem todas as tramitações cabíveis referente ao objeto desta licitação, em especial até o trânsito em julgado da ação e consequente recebimento da quantia que o município faz Jus, na forma do art. 105 c/c o art. 94 ambos da Lei nº 14.133/2021.

10.1.3. A prorrogação de que trata este subitem é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADA.

10.1.4. O Serviço é enquadrado como continuado tendo em vista a essencialidade dos serviços jurídicos, uma vez que o direito Tributário e Direito Administrativo versa de ramo específico, e assume papel Fundamental.

10.2. O prazo para iniciar a execução dos serviços será de 05 (cinco) dias, contados da Assinatura do Contrato, sendo que, a contratada deverá assinar o contrato no prazo máximo de 05 (Cinco) dias após a notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FONTE DE RECURSOS

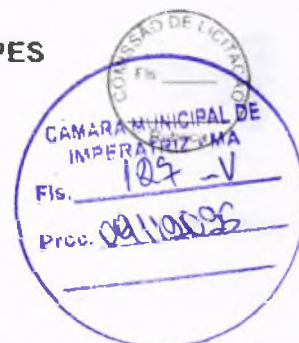
11.1. As despesas contratuais correrão por conta da verba do orçamento do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DOS LOPES, na dotação orçamentária Exercício 2025 Atividade 0301 041220037.2.006 Mant. e Func. da Sec. de Planejamento e Administração, Classificação econômica 3.3.90.35.00 Serviços de consultoria, ficando o saldo pertinente aos demais exercícios a ser empenhado oportunamente, à conta dos respectivos orçamentos, caso seja necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO REAJUSTAMENTO, REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E REGIME DE EXECUÇÃO

12.1. O preço do contrato poderá ser reajustado, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado a partir da data limite para apresentação da proposta. O índice de reajuste será o IGP-M/FGV – Índice Geral de Preços do Mercado. Em caso de renovação do contrato, o índice de preços a ser utilizado para reajustamento desses serviços, caso o prazo de duração seja igual ou superior a um ano, será o IGP-M da Fundação Getúlio Vargas - FGV ou qualquer outro que vier a ser adotado subsidiariamente ou em



Estado do Maranhão
GOVERNO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DOS LOPES
Prefeitura Municipal de Santo Antônio dos Lopes



substituição ao citado índice.

12.1.1. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

12.1.2. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

12.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

12.3. O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da CONTRATADA.

12.4. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do CONTRATADA e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma da Lei Federal n.º 14.133/21.

12.5. REGIME DE EXECUÇÃO: O Regime de execução será indireta em empreitada por preço unitário.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à Contratada, as seguintes sanções:

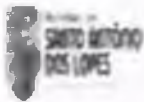
a) Advertência,

b) Multa

b.1) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor de sua proposta, em caso de recusa da licitante vencedora em assinar o contrato dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação feita pela Contratante;

b.2) Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso na execução dos serviços, até o limite de 30 (trinta) dias;

b.3) Multa de 2% (dois por cento) cumulativos sobre o valor da parcela não cumprida do Contrato e rescisão do pacto, a critério da Secretaria de competência, em caso de atraso dos serviços superior a 30 (trinta) dias.



Estado do Maranhão
GOVERNO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DOS LOPES
Prefeitura Municipal de Santo Antônio dos Lopes



b.3) Os valores das multas referidas nestas cláusulas serão descontada mediante subtração a ser efetuada em qualquer fatura de crédito em seu favor, a ser emitida pela Secretaria de competência, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

c) Suspensão Temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que a contratante promova a sua reabilitação.

e) Será ainda imputada a contratada multa ou punição no caso que couber por falha da (s) eventual (is) subcontratada(s) na prestação dos serviços.

13.2. Pela inexecução parcial do objeto a Contratada estará sujeita à multa compensatória de 10% (dez por cento), incidente sobre a parcela em atraso e, pela inexecução total do objeto estará sujeita à multa compensatória de 10% (dez por cento) do valor global ora ajustado, além da perda das cauções e demais garantias prestadas (caso seja exigido no processo), em ambos os casos. Poderão, também, ser aplicadas, conjuntamente, as multas moratórias as quais serão autônomas, conquanto a aplicação delas não exclui a das compensatórias, sendo independentes e cumulativas. Nos casos de prejuízos excedentes aos valores das multas, desde que causados por culpa da Contratada, a Administração poderá cobrar indenização correspondente ao efetivo prejuízo. A incidência de quaisquer das multas moratórias previstas neste instrumento não eximirá a Contratada da obrigação de efetuar os reparos e correções necessários na obra.

13.3. A contratada reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista na Lei n 14.133/21.

CLAÚSULA DÉCIMA QUARTA - DAS RESCISÕES CONTRATUAIS E DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO EM CASO DE RESCISÃO

14.1. A rescisão contratual poderá ser:

14.2. Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados na Lei n 14.133/21;

14.3. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

14.4. Em caso de rescisão prevista na Lei n 14.133/21, sem que haja culpa do CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

14.5. O CONTRATANTE poderá rescindir o presente contrato mediante distrato entre as partes, não se exonerando, porém, das obrigações totais assumidas quanto aos honorários advocatícios.



Estado do Maranhão
GOVERNO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO I
Prefeitura Municipal de Santo Antônio dos Lopes



14.6. Caso seja determinada a revogação do mandato conferido a CONTRATADA s. sem justa causa, os honorários advocatícios segunda, o qual incidirá sobre todos os benefícios financeiros decorrentes da:

14.7. As rescisões contratuais obedecerão ao contraditório e ampla defesa

14.8. Nos casos de rescisão previstos neste contrato, a Administração, adotará as seguintes providências

14.8.1 Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local que se encontrar.

14.8.2 Ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários a sua continuidade;

14.8.3 Execução da garantia contratual, para ressarcimento à Administração e dos valores das multas e indenizações a ela devidos; e

14.8.4. Retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados à Administração, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, nos termos da legislação.

CLAÚSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

15.1. Os recursos cabíveis serão processados de acordo com o que estabelece a Lei n 14.133/21 e suas alterações

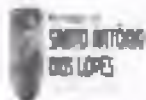
15.2. Os recursos deverão ser interpostos mediante petição devidamente arrazoada e subscrita pelo representante legal da recorrente dirigida à Comissão de Contratação da Prefeitura Municipal.

15.3. Os recursos serão protocolados na Prefeitura Municipal e encaminhados à Comissão de Contratação e Ordenador de Despesas de Competência.

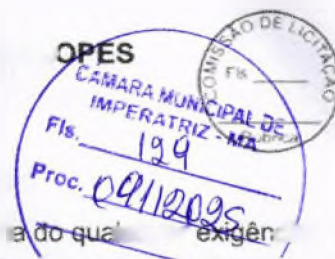
CLAÚSULA DÉCIMA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO DO(S) CONTRATO(S)

16.1. O acompanhamento e a fiscalização do objeto desta Licitação serão exercidos por meio de um representante (denominado Fiscal), designados pela CONTRATANTE, aos quais compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução do objeto, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, e os quais de tudo darão ciência à CONTRATADA, conforme determina a legislação.

16.2. Não obstante ser a CONTRATADA a única e exclusiva responsável pela execução do objeto, a CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização.



Estado do Maranhão
GOVERNO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO D
Prefeitura Municipal de Santo Antônio dos Lo



16.3 Cabe à CONTRATADA atender prontamente e dentro do prazo estipulado pelo Fiscal ou do substituto inerentes ao objeto desta licitação, sem que disponha de recursos extras para a CONTRATANTE, não implicando essa atividade de acompanhamento a qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da CONTRATADA, que é total em relação ao objeto desta licitação, inclusive perante terceiros, respondendo a mesma por qualquer falta, omissão, problema, irregularidade ou desconformidade observada na execução do ajuste.

16.4. A atividade de fiscalização não resultará, tampouco, e em nenhuma hipótese, em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, prepostos e/ou assistentes.

16.5 As decisões e providências que ultrapassem a competência do Fiscal do contrato serão encaminhadas à autoridade competente da CONTRATANTE para adoção das medidas convenientes.

CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. Fica eleito o foro da Comarca de Santo Antônio dos Lopes, Estado do Maranhão, para dirimir toda e qualquer controvérsia oriunda do presente, que não possa ser resolvida pela via administrativa, renunciando-se, desde já, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por estarem acertados as partes, firmam o presente instrumento contratual em 02 (dois) vias para que possa produzir os efeitos legais.

ANTÔNIO DOS LOPES - MA, 24 de Março de 2025

[Assinatura]
SEC. MUN. PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
CNPJ(MF) 06.172.720/0001-10
CONTRATANTE

DANIEL DE FARIA
JERONIMO LEITE
DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS
CNPJ 09.181.344/0001-19
CONTRATADO(A)

Assinado de forma digital por
DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE
Dados: 2025.03.25 13:52:32 -03'00'

ATUAÇÃO JURÍDICA – PROCESSOS EM INSTÂNCIA SUPERIOR
LICITANTE: DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS

Superior Tribunal de Justiça - STJ



	PROCESSO	Ação	PARTE	TRIBUNAL DE ORIGEM
1	00004962420168100031	AREsp 1732249/MA	AGRAVANTE:MUNICÍPIO DE CHAPADINHAAGRAVADO:BENEDITA DO NASCIMENTO DE SOUZA	TJMA
2	00003966920168100031	AREsp 1732231/MA	AGRAVANTE:MUNICÍPIO DE CHAPADINHAAGRAVADO:BENEDITA DO NASCIMENTO DE SOUZA	TJMA
3	00002891020148100091	REsp 1882463/MA	RECORRENTE:MUNICIPIO DE AXIXARECORRIDO:EVERALDO FREITAS OLIVEIRARECORRIDO:LUIS AUGUSTO CANTANHEDE FREITAS	TJMA
4	00001936220068100127	AREsp 1643232/MA	AGRAVANTE:MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS GONZAGA DO MARANHÃOAGRAVADO:ROSIMAR SILVA ALMEIDAAGRAVADO:JOSEANE RAMOS DE ABREU	TJMA
5	00433921720128100001	AREsp 1616847/MA	AGRAVANTE:LIMP FORT - ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA AGRAVADO:S G P	TJMA
6	00001924220168100090	AREsp 1578740/MA	AGRAVANTE:MUNICÍPIO DE HUMBERTO DE CAMPOSAGRAVADO:JF CONSTRUÇOES E SERVICOS LTDA	TJMA
7	00004648620118100130	AREsp 1485252/MA	AGRAVANTE:ENCIZA ENGENHARIA MECANICA LTDA - MEAGRAVADO:FRANCISCO JERONIMO NASCIMENTO DOS SANTOSREPR. POR:FRANCINALDO AMADO DOS SANTOSAGRAVADO:RAQUEL LUCIA COELHO AMADO	TJMA
8	00000626420148100044	AREsp 1457076/MA	AGRAVANTE:KARLA BATISTA CABRAL SOUZAAGRAVADO:MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	TJMA
9	08108397120181000000	SLS 2471/MA	REQUERENTE:MUNICIPIO DE MORROS - CAMARA MUNICIPALREQUERIDO:TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO	TJMA
10	08108397120181000000	SLS 2470/MA	REQUERENTE:MUNICIPIO DE MORROS - CAMARA MUNICIPALREQUERIDO:TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO	TJMA



			MARANHAO INTERES: FABIO LUIS SANTOS LISBOA	
11	00007540220148100129	REsp 1780513/MA	RECORRENTE: CONSTRUTORA CENTRO SUL LTDA. RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	TJMA
12	00072181920068100001	REsp 1695329/MA	RECORRENTE: MINERADORA ITAMIRIM INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI. RECORRIDO: E MELLO	TJMA
13	00002304220048100036	AREsp 1146732/MA	AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE ESTREITO. AGRAVADO: FRAMIEL SILVA VIANA	TJMA
14	00002182820138100128	AREsp 1146679/MA	AGRAVANTE: MUNICIPIO DE SAO MATEUS DO MARANHÃO. AGRAVADO: ARYANNE CRISTINE SOUZA CALDAS	TJMA
15	00006899620118100101	AREsp 11211092/MA	AGRAVANTE: MUNICIPIO DE MONÇÃO. AGRAVADO: TEREZA GORETH FURTADO ROCHA	TJMA
16	00010792820138100091	AREsp 1078598/MA	AGRAVANTE: MUNICIPIO DE AXIXÁ. AGRAVADO: JOSE RAIMUNDO BRANDAO SANTOS. AGRAVADO: JAIRON PEREIRA ANDRADE	TJMA
17	00007237120118100101	AREsp 1075617/MA	AGRAVANTE: MUNICIPIO DE MONÇÃO. AGRAVADO: SELMA ANTONIA PINHEIRO DA COSTA	TJMA
18	00025387620158100000	AREsp 1074205/MA	AGRAVANTE: MUNICIPIO DE MONÇÃO. AGRAVADO: MARIA DE JESUS RAMOS PEREIRA	TJMA
19	00000304920138100091	AREsp 1071434/MA	AGRAVANTE: MUNICIPIO DE AXIXÁ. AGRAVADO: MIRIAN CONCEICAO SANTOS SOUSA. AGRAVADO: ANAIR DE JESUS BORRALHO SANTOS	TJMA
20	00006166320148100055	AREsp 1044792/MA	AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE TURILÂNDIA. AGRAVADO: MOISÉS DA SILVA FEITOSA	TJMA

Comprovação da prática forense em 2º grau, retirado através de pesquisa junto ao PJE 2º Grau Maranhão, em demandas Tributárias e Direito Público:

Processo Características	Órgão julgador	Autuado em	Classe judicial	Polo ativo	Polo passivo	Última moviment.
0800825-25.2018.8.10.0001)	Gabinete Des. Marcelo Carvalho Silva	02/03/2021	APELAÇÃO CÍVEL	WILLIAM NEGREIROS SOARES e outros (1)	1 ZONA DE REGISTRO DE IMOVEIS DE SAO LUIS/MA	Recebidos os auto
0800731-14.2019.8.10.0140	Gabinete Des. Kleber Costa Carvalho	02/02/2021	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	DÍDIMA COELHO	WILNA RODRIGUE S JARDIM	Publicado Decisão (expediente) em 12/03/2021
0833148-49.2019.8.10.0001	Gabinete Des. Raimundo José Barros de Sousa	01/02/2021	APELAÇÃO CÍVEL	AV BRASIL COMERCIAL EIRELI - EPP	Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Capital	Decorrido prazo de Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Capital em 19/02/2021 23:59:59.
0819119-60.2020.8.10.0000	Gabinete Des. Antonio Guerreiro Junior	22/12/2020	PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO À APELAÇÃO	ENCIZA ENGENHARIA CIVIL LTDA	ESTADO DO MARANHÃO e outros (1)	Decorrido prazo de ENCIZA ENGENHARIA CIVIL LTDA em 16/03/2021 23:59:59.
0816319-59.2020.8.10.0000	Gabinete Des. Raimundo José Barros de Sousa	04/11/2020	AGRAVO DE INSTRUMENTO	MSC INCORPORACAO E ADMINISTRACAO DE IMOVEIS LTDA	ANTONIO OLIVEIRA JUNIOR e outros (16)	Pedido de inclusão em pauta virtual
0000163-46.2010.8.10.0140	Gabinete Des. Marcelino Chaves Everton	03/11/2020	APELAÇÃO CÍVEL	MUNICIPIO DE VITORIA DO MEARIM	COMPANHIA ENERGETICA DO MARANHÃO-CEMAR	Redistribuído por encaminhamento em razão de Determinação judicial
0800666-19.2019.8.10.0140	Gabinete Des. Cleones Carvalho Cunha	03/11/2020	REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL	LUCIENE CORREA SAMPAIO	DIDIMA MARIA CORREA COELHO	Conclusos ao relator ou relator substituto
0813205-15.2020.8.10.0000	Gabinete Des. Antonio Guerreiro Junior	16/09/2020	AGRAVO DE INSTRUMENTO	Fazenda Pública do Município de São Luis	MEIRE LUCIA DIAS NUNES	Conclusos ao relator ou relator substituto

0828264-45.2017.8.10.0001	Gabinete Des. Cleones Carvalho Cunha	02/09/2020	APELAÇÃO CÍVEL	JOSE RAIMUNDO PINHEIRO NETO	SIMONE DO SOCORRO DA SILVA LOPES e outros (3)	Publicado Acórdão (expediente) em 09/03/2021
0035161-93.2015.8.10.0001	Gabinete Desª. Maria Francisca Gualberto de Galiza	14/08/2020	APELAÇÃO CÍVEL	TARCISO ALVES GOMES	PAULO ROBERTO SOUSA VELOSO	Redistribuí do por encaminhamento em razão de Determinação judicial
0805363-78.2020.8.10.0001	Gabinete Desª. Ângela Maria Moraes Salazar	06/08/2020	APELAÇÃO CÍVEL	ABDON JOSE MURAD JUNIOR e outros (1)	ERONILDES DO NASCIMENTO BARROS LIMA	Decorrido prazo de ESTADO DO MARANHÃO - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA em 03/12/2020 23:59:59.
0809483-70.2020.8.10.0000	Gabinete Desª. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes	20/07/2020	AGRAVO DE INSTRUMENTO	ESTADO DO PARÁ	RAFAELLE DE MORAES MOREIRA SOARES	Juntada de malote digital
0809483-70.2020.8.10.0000	Gabinete Desª. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes	20/07/2020	AGRAVO DE INSTRUMENTO	ESTADO DO PARÁ	RAFAELLE DE MORAES MOREIRA SOARES	Juntada de malote digital
0808925-98.2020.8.10.0000	Gabinete Des. Marcelino Chaves Everton	14/07/2020	AÇÃO RESCISÓRIA	MUNICÍPIO DE ANAPURUS	JEANE ALVES RODRIGUES	Publicado Decisão (expediente) em 02/03/2021
0808919-91.2020.8.10.0000	Gabinete Desª. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes	14/07/2020	AÇÃO RESCISÓRIA	MUNICÍPIO DE ANAPURUS	HEVYLLA GLAUCIA GONCALVES SIMOES MENDES	Decorrido prazo de HEVYLLA GLAUCIA GONCALVES SIMOES MENDES em 29/01/2021 23:59:59.
0800981-68.2019.8.10.0036	Gabinete Desª. Anildes de Jesus B. Chaves Cruz	19/06/2020	APELAÇÃO CÍVEL	IVANEIDE SANTOS GOMES	MUNICÍPIO DE ESTREITO	Juntada de recurso extraordinário (212)

0802667-40.2018.8.10.0001	Gabinete Des. Antonio Guerreiro Junior	17/06/2020	APELAÇÃO CÍVEL	RICARDO DA SILVA GONCALVES	JOSE REINALDO DIAS MACHADO	Decorrido prazo de JOSE REINALDO DIAS MACHADO em 09/03/2021 23:59:59.
0800829-20.2019.8.10.0036 18/05/2020 Decorrido prazo de MUNICIPIO DE ESTREITO em 08/03/2021 23:59:59.	Gabinete Des. Jorge Rachid Mubárack Maluf	18/05/2020	APELAÇÃO CÍVEL	GILSENIA DA SILVA SANTOS	MUNICIPIO DE ESTREITO	Decorrido prazo de MUNICIPIO DE ESTREITO em 08/03/2021 23:59:59.
0805457-29.2020.8.10.0000	Gabinete Des ^a . Maria das Graças de Castro Duarte Mendes	14/05/2020	AGRAVO DE INSTRUMENTO	Ministério Público do Estado do Maranhão	JOSE MARIA DA ROCHA TORRES e outros (1)	Juntada de agravo interno cível (1208)
0804163-39.2020.8.10.0000	Gabinete Des ^a . Anildes de Jesus B. Chaves Cruz	20/04/2020	AGRAVO DE INSTRUMENTO	ESTADO DO MARANHÃO	ASSOCIACAO DOS PRODUTORES DE SOJA E MILHO DO ESTADO DO MARANHÃO - APROSOJA/MA	Juntada de petição
0802110-45.2018.8.10.0036	Gabinete do Presidente do Tribunal de Justiça na Coordenação de Recursos Constitucionais	13/04/2020	APELAÇÃO CÍVEL	DULCE SILVA MILHOMEM	MUNICIPIO DE ESTREITO	Expedição de Comunicação eletrônica.
0800580-69.2019.8.10.0036	Gabinete Des ^a . Maria das Graças de Castro Duarte Mendes	13/04/2020	APELAÇÃO CÍVEL	LUCINETE MARINHO CUNHA PAIXAO	MUNICIPIO DE ESTREITO	Conclusos ao relator ou relator substituto
0801005-96.2019.8.10.0036	Gabinete do Presidente do Tribunal de	08/04/2020	APELAÇÃO CÍVEL	EUDILAMA R MARINHO DA COSTA	MUNICIPIO DE ESTREITO	Expedição de Comunicação eletrônica.

	Justiça na Coordenação de Recursos Constitucionais					
0801039- 71.2019.8. 10.0036	Gabinete do Presidente do Tribunal de Justiça na Coordenação de Recursos Constitucionais	08/04/ 2020	APELAÇÃO CÍVEL	ANGELA MARCIA ROCHA DA SILVA	MUNICIPIO DE ESTREITO	Expedição de Comunicação eletrônica
0801584- 44.2019.8. 10.0036	Gabinete Des. Nelma Celeste S. S. Sarney Costa	06/04/ 2020	APELAÇÃO CÍVEL	ANTONIO SOUSA BRITO	MUNICIPIO DE ESTREITO	Decorrido prazo de MUNICIPIO DE ESTREITO em 27/10/2020 23:59:59.
0802079- 25.2018.8. 10.0036	Gabinete e Des. Nelma Celeste S. S. Sarney Costa	02/04/ 2020	APELAÇÃO CÍVEL	DINER VIEIRA DE SOUSA	MUNICIPIO DE ESTREITO	Juntada de petição
0800541- 72.2019.8. 10.0036	Gabinete e Des. Luiz Gonzaga Almeida Filho	02/04/ 2020	APELAÇÃO CÍVEL	MARIA DE JESUS CONCEICA O DA SILVA	MUNICIPIO DE ESTREITO	Baixa Definitiva
0802022- 07.2018.8. 10.0036	Gabinete Des. Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe	02/04/ 2020	APELAÇÃO CÍVEL	KEILA LIMA COELHO	MUNICIPIO DE ESTREITO	Decorrido prazo de MUNICIPIO DE ESTREITO em 08/03/2021 23:59:59.
0801972- 78.2018.8. 10.0036)	Gabinete Des. Anildes de Jesus B. Chaves Cruz	02/04/ 2020	APELAÇÃO CÍVEL	CLEILMA MENEZES FERREIRA	MUNICIPIO DE ESTREITO	Juntada de recurso extraordinário (212)
0800811- 96.2019.8. 10.0036	Gabinete Des. Anildes de Jesus B. Chaves Cruz	02/04/ 2020	APELAÇÃO CÍVEL	LIGIA SOUSA DA COSTA	MUNICIPIO DE ESTREITO	Juntada de recurso extraordinário (212)
0001165- 23.2015.8. 10.0125	Gabinete Des. Anildes de Jesus B. Chaves Cruz	30/03/ 2020	REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL	MARIA DA CONCEICA O LIMA MARTINS	MUNICIPIO DE SAO JOAO BATISTA	Baixa Definitiva
0803273- 03.2020.8. 10.0000	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	26/03/2020	AGRAVO DE INSTRUMENTO	DIMENSAO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI - ME	Ministério Público Estadual	Arquivado Definitivamente
0803257- 49.2020.8. 10.0000	Gabinete Des. Anildes de	26/03/ 2020	AGRAVO DE INSTRUMENTO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BOM JARDIM	FRANCISCO ALVES DE ARAÚJO E	Decorrido prazo de DIMENSAO DISTRIBU

	Jesus B. Chaves Cruz				OUTROS e outros (11)	IDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI - ME em 03/02/2021 23:59:59
0800994-67.2019.8.10.0036	Gabinete Des. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes	25/03/2020	APELAÇÃO CÍVEL	MARIA DE JESUS DA SILVA COSTA	MUNICIPIO DE ESTREITO	Conclusos ao relator ou relator substituto
0802225-09.2020.8.10.0000	Gabinete Des. José Jorge Figueire do dos Anjos	05/03/2020	AGRAVO DE INSTRUMENTO	ESTADO DO MARANHÃO	CELIA MARIA DOS SANTOS RODRIGUES e outros (3)	Conclusos ao relator ou relator substituto
0007842-24.2013.8.10.0001	Gabinete Des. Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe	17/02/2020	APELAÇÃO CÍVEL	WAGNER CARLOS SILVA	NORPLAN CONSTRUÇÃO E PLANEJAMENTO S/A e outros (3)	Conclusos ao relator ou relator substituto
0801393-73.2020.8.10.0000	Gabinete do Presidente do Tribunal de Justiça na Coordenação de Recursos Constitucionais	12/02/2020	AGRAVO DE INSTRUMENTO	FERROVIA NORTE SUL S/A	MUNICIPIO DE PORTO FRANCO	Expedição de Comunicação eletrônica.
0800931-19.2020.8.10.0000	Gabinete Des. Marcelino Chaves Everton	04/02/2020	AGRAVO DE INSTRUMENTO	UNIMED SEGUROS SAUDE S/A	ANILDES DE JESUS BERNARDES CHAVES CRUZ e outros (2)	Expedição de Comunicação eletrônica
0801012-88.2019.8.10.0036	Gabinete do Presidente do Tribunal de Justiça na Coordenação de Recursos Constitucionais	30/01/2020	APELAÇÃO CÍVEL	JOANACI FERREIRA DE SA BARBOSA	MUNICIPIO DE ESTREITO	Expedição de Comunicação eletrônica.
0802342-65.2018.8.10.0001	Gabinete Des. Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe	29/01/2020	APELAÇÃO CÍVEL	ANA HELENA LOBATO JINKINGS PAVAO	CEUMA ASSOCIAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	Redistribuí do por prevenção em razão de modificação da competência
0801141-93.2019.8.10.0036	Gabinete Des. Luiz Gonzaga Almeida Filho	28/01/2020	APELAÇÃO CÍVEL	CLEONILDE AGUIAR DE BARROS	MUNICIPIO DE ESTREITO	Expedição de Comunicação eletrônica.

0801175-68.2019.8.10.0036	Gabinete Des. Raimundo José Barros de Sousa	22/01/2020	APELAÇÃO CÍVEL	IRLANA GOMES DA PAIXAO CUNHA	MUNICIPIO DE ESTREITO	Juntada de petição
0800024-44.2020.8.10.0000	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	03/01/2020	AGRAVO DE INSTRUMENTO	Município de Porto Franco	DIOCESE DE CAROLINA	Decorrido prazo de DIOCESE DE CAROLINA em 12/03/2021 23:59:59
0811940-12.2019.8.10.0000 O	Gabinete Des. Vicente de Paula Gomes de Castro	19/12/2019	DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE	ESTADO DO MARANHA O - PROCURADORIA GERAL DA JUSTICA	MUNICIPIO DE OLINDA NOVA DO MARANHA	Conclusos ao relator ou relator substituto
0811319-15.2019.8.10.0000	Gabinete Des. Raimundo José Barros de Sousa	05/12/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	Município de Porto Franco	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	Juntada de petição
0811293-17.2019.8.10.0000	Gabinete Des. Antonio Guerreiro Junior	04/12/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	Município de Porto Franco	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	Arquivado Definitivamente
0840496-89.2017.8.10.0001	Gabinete do Presidente do Tribunal de Justiça na Coordenação de Recursos Constitucionais	02/12/2019	APELAÇÃO CÍVEL	AMERICA COMERCIO E SERVICOS LTDA e outros (1)	WALTER MARQUES CRUZ	Conclusos para decisão
0810933-82.2019.8.10.0000	Gabinete Des. José Gonçalo de Sousa Filho	28/11/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	LUIS CELSO RANGRAB	LUIZ BERTON e outros (4)	Juntada de cópia de decisão
0810898-25.2019.8.10.0000	Gabinete Des.ª Maria das Graças de Castro Duarte Mendes	27/11/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	Município de Porto Franco	DANIEL DOS SANTOS SILVA REGIO	Juntada de parecer do ministério público
0800833-57.2019.8.10.0036	Gabinete do Presidente do Tribunal de Justiça na Coordenação de Recursos Constitucionais	18/11/2019	APELAÇÃO CÍVEL	ANA RITA DA SILVA BRANDAO	MUNICIPIO DE ESTREITO	Expedição de Comunicação eletrônica.
0810281-65.2019.8.10.0000	Gabinete Des. José de Ribamar Castro	11/11/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	MUNICIPIO DE ANAPURUS	ARYVELTO MIRANDA SILVA	Juntada de certidão

0802198-83.2018.8.10.0036	Gabinete Des. Antonio Guerreiro Junior	25/10/2019	APELAÇÃO CÍVEL	ELZENITA FERREIRA RODRIGUES	MUNICIPIO DE ESTREITO	Incluído em pauta para 23/03/2021 15:00:00 Sala Virtual - 2ª Câmara Cível.
0809672-82.2019.8.10.0000	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	21/10/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	GIOVANA TEIXEIRA DO BONFIM MARTINS e outros (4)	ESTADO DO MARANHÃO	Conclusos ao relator ou relator substituto
0802034-21.2018.8.10.0036	Gabinete Des. José de Ribamar Castro	10/10/2019	APELAÇÃO CÍVEL	NATALIA LOPES DOS SANTOS	MUNICIPIO DE ESTREITO	Baixa Definitiva
0808182-25.2019.8.10.0000	Gabinete Des.ª. Ângela Maria Moraes Salazar	13/09/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	Município de Porto Franco	ANTONIO DE SOUSA MACIEL FILHO	Arquivado Definitivamente
0808072-26.2019.8.10.0000	Gabinete do Presidente do Tribunal de Justiça na Coordenação de Recursos Constitucionais	10/09/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	RODRIGO ARAUJO DE OLIVEIRA	MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL	Arquivado Definitivamente
0801406-32.2018.8.10.0036	Gabinete Des. Raimundo José Barros de Sousa	02/09/2019	APELAÇÃO CÍVEL	SUELY CARNEIRO LOPES	MUNICIPIO DE ESTREITO	Juntada de petição
0800444-72.2019.8.10.0036	Gabinete do Presidente do Tribunal de Justiça na Coordenação de Recursos Constitucionais	21/08/2019	APELAÇÃO CÍVEL	IVANE FERREIRA MARINHO SOUZA	MUNICIPIO DE ESTREITO	Recurso Especial não admitido
0800471-55.2019.8.10.0036	Gabinete do Presidente do Tribunal de Justiça na Coordenação de Recursos Constitucionais	21/08/2019	APELAÇÃO CÍVEL	WANDERLEIA SILVA DE OLIVEIRA	MUNICIPIO DE ESTREITO	Juntada de certidão de encaminhamento a instância superior
0800432-58.2019.8.10.0036	Gabinete Des. Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe	21/08/2019	APELAÇÃO CÍVEL	MARIA DE JESUS DA SILVA COSTA	MUNICIPIO DE ESTREITO	Baixa Definitiva

0807248-67.2019.8.10.0000	Gabinete do Presidente do Tribunal de Justiça	20/08/2019	SUSPENSÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA	Município de Porto Franco	JUIZ DE DIREITO DA 1 VARA DE PORTO FRANCO	Arquivado Definitivamente
0801799-54.2018.8.10.0036.	Gabinete do Presidente do Tribunal de Justiça na Coordenação de Recursos Constitucionais	19/08/2019	APELAÇÃO CÍVEL	IRENILDE DE BRITO AIRES	MUNICIPIO DE ESTREITO	Expedição de Comunicação eletrônica
0800383-17.2019.8.10.0036	Gabinete Des. Raimundo José Barros de Sousa	16/08/2019	APELAÇÃO CÍVEL	SUSANNA SIMONELL E DE SANTANA SANTOS	MUNICIPIO DE ESTREITO	Juntada de petição
0806722-03.2019.8.10.0000	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	08/08/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	ARILSON SANTOS DE ANDRADE e outros (5)	MUNICIPIO DE BOM LUGAR - CAMARA MUNICIPAL e outros (6)	Arquivado Definitivamente
0806205-95.2019.8.10.0000	Gabinete do Presidente do Tribunal de Justiça na Coordenação de Recursos Constitucionais	24/07/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	Município de Porto Franco	MARIA RICARTE DE SOUSA	Publicado Intimação em 02/02/2021
0806169-53.2019.8.10.0000	Gabinete Des. Antonio Guerreiro Junior	23/07/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	Município de Porto Franco	JOANA DARC PEREIRA DE SOUZA	Arquivado Definitivamente
0804669-49.2019.8.10.0000	Gabinete Des. José de Ribamar Castro	04/06/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	ESTADO DO MARANHÃO	SUPRITECH COMERCIO E SERVICOS LTDA	Arquivado Definitivamente
0804083-12.2019.8.10.0000	Gabinete Des. Antonio Guerreiro Junior	17/05/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	MUNICIPIO DE ANAPURUS	MATEUS RODRIGUES MONTELES	Arquivado Definitivamente
0804080-57.2019.8.10.0000	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	17/05/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	MUNICIPIO DE ANAPURUS	EDUARDO MAGALHAES ARAUJO	Arquivado Definitivamente
0803950-67.2019.8.10.0000	Gabinete Des. Antonio Guerreiro Junior	14/05/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	MUNICIPIO DE ANAPURUS	JACQUELIN E DOS SANTOS COELHO	Arquivado Definitivamente

0803947-15.2019.8.10.0000	Gabinete Des. Paulo Sérgio Velten Pereira	14/05/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	MUNICIPIO DE ANAPURUS	RENATO LUIZ RIBEIRO OLIVEIRA	Arquivado Definitivamente
0803946-30.2019.8.10.0000	Gabinete Des. Jaime Ferreira de Araújo	14/05/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	MUNICIPIO DE ANAPURUS	BRIGIDA LIMA DE OLIVEIRA	Arquivado Definitivamente
0803945-45.2019.8.10.0000	Gabinete Des.ª. Ângela Maria Moraes Salazar	14/05/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	MUNICIPIO DE ANAPURUS	DAVID LUIS DE CARVALHO	Decorrido prazo de MUNICIPIO DE ANAPURUS em 19/07/2019 23:59:59
0803943-75.2019.8.10.0000	Gabinete do Presidente do Tribunal de Justiça na Coordenação de Recursos Constitucionais	14/05/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	MUNICIPIO DE ANAPURUS	FRANCISCO DAS CHAGAS GALENO MACHADO	Decorrido prazo de MUNICIPIO DE ANAPURUS em 08/07/2020 23:59:59.
0803942-90.2019.8.10.0000	Gabinete Des. Antonio Guerreiro Junior	14/05/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	MUNICIPIO DE ANAPURUS	SAMIA MARIA SOUSA MARQUES	Arquivado Definitivamente
0803674-36.2019.8.10.0000	Gabinete Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto	06/05/2019	CORREIÇÃO PARCIAL CÍVEL	Ministério Público do Estado do Maranhão	Juíza de Direito da 1ª Vara da Comarca de Santa Inês	Arquivado Definitivamente
0803607-71.2019.8.10.0000	Gabinete Des. José Bernardo Silva Rodrigues	03/05/2019	HABEAS CORPUS CRIMINAL	JANILSON SANTOS CORREA	JUIZA DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE VIANA MARANHÃO	Arquivado Definitivamente
0803093-21.2019.8.10.0000	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	11/04/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	IONEL TEIXEIRA GOMES FERREIRA JUNIOR e outros(4)	ESTADO DO MARANHÃO - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	Conclusos ao relator ou relator substituto
0803092-36.2019.8.10.0000	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	11/04/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	MARIA IRENE RABELO PEREIRA e outros (6)	ESTADO DO MARANHÃO - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	Arquivado Definitivamente
0802730-34.2019.8.10.0000	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	01/04/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	AGAMENO N SAMPAIO DE MELO e outros (4)	CAMARA MUNICIPAL DE BOM LUGAR e outros (6)	Arquivado Definitivamente

0801881-62.2019.8.10.0000	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	01/03/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	MUNICIPIO DE ANAPURUS	KEILE SIMOES SOUZA	Decorrido prazo de KEILE SIMOES SOUZA em 12/03/2021 23:59:59.
0801868-63.2019.8.10.0000	Gabinete do Presidente do Tribunal de Justiça na Coordenação de Recursos Constitucionais	01/03/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	MUNICIPIO DE ANAPURUS	MAYANNE CALDAS MONTELES	Arquivado Definitivamente
0801815-82.2019.8.10.0000.	Gabinete do Presidente do Tribunal de Justiça na Coordenação de Recursos Constitucionais	28/02/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	MUNICIPIO DE ANAPURUS	FRANCISCA LEILA OLIVEIRA LIMA	Decorrido prazo de MUNICIPIO DE ANAPURUS em 03/08/2020 23:59:59
0800904-70.2019.8.10.0000	Gabinete Des. Marcelo Carvalho Silva	05/02/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	PRISCILA FERNANDA COSTA E SILVA DOS REIS e outros (1)	CONDOMINIO EDIFICIO CENTRO COMERCIAL DE SAO LUIS	Conclusos ao relator ou relator substituto
0000020-11.2018.8.10.0000	Gabinete do Presidente do Tribunal de Justiça na Coordenação de Recursos Constitucionais	17/12/2018	PETIÇÃO CRIMINAL	RODRIGO ARAUJO DE OLIVEIRA	ESTADO DO MARANHÃO - PROCURADORIA GERAL DA JUSTICA	Remetidos os Autos (outros motivos) para Coordenação de Recursos Constitucionais
0000522-22.2016.8.10.0031	Gabinete do Presidente do Tribunal de Justiça na Coordenação de Recursos Constitucionais	26/11/2018	APELAÇÃO CÍVEL	EDSON DA SILVA DE SOUZA	MUNICIPIO DE CHAPADINHA	Remetidos os Autos (outros motivos) para a instância de origem
0003880-65.2016.8.10.0040	Gabinete do Presidente do Tribunal de Justiça na Coordenação de Recursos Constitucionais	16/10/2018	APELAÇÃO CÍVEL	BANCO DA AMAZONIA SA	R.R. MAIA COMERCIO E CONSULTORIA LTDA - ME	Remetidos os Autos (outros motivos para Coordenação de Recursos Constitucionais)
0000496-24.2016.8.10.0031	Gabinete do Presidente do Tribunal de Justiça na	27/09/2018	APELAÇÃO CÍVEL	AURILENE VIANA DA COSTA	MUNICIPIO DE CHAPADINHA	Juntada de termo

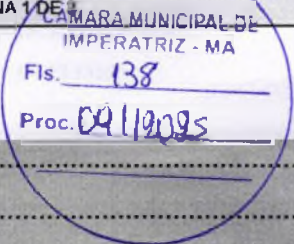
	Coordenação de Recursos Constitucionais					
0807688-97.2018.8.10.0000	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	06/09/2018	AGRAVO DE INSTRUMENTO	DANIEL ARAGAO DE ALBUQUERQUE FILHO e outros (2)	RICARDO DA SILVA GONCALVES e outros (1)	Publicado Acórdão (expediente) em 16/03/2021
0807423-95.2018.8.10.0000	Gabinete Des. Marcelino Chaves Everton	29/08/2018	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SEBASTIAO TORRES MADEIRA	ESTADO DO MARANHÃO	Juntada de parecer do ministério público
0806842-80.2018.8.10.0000	Gabinete Des. Vicente de Paula Gomes de Castro	14/08/2018	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	AURICEA MARIA DA SILVA FREIRE	CORREGEDOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO	Arquivado Definitivamente
0806596-84.2018.8.10.0000	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	06/08/2018	AGRAVO DE INSTRUMENTO	MUNICIPIO DE NOVA OLINDA DO MARANHÃO	ESTADO DO MARANHÃO e outros (1)	Arquivado Definitivamente
0806478-11.2018.8.10.0000	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	02/08/2018	AGRAVO DE INSTRUMENTO	AGRONEGOCIO E EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS LTDA - EPP	ESTADO DO MARANHÃO	Publicado Acórdão (expediente) em 05/03/2021
0806418-38.2018.8.10.0000	Gabinete Des. Kleber Costa Carvalho	31/07/2018	AGRAVO DE INSTRUMENTO	KARLA DANIELLE CALDAS ALVES	Gilmar Moreira Silva e Outros; Invasores	Arquivado Definitivamente
0848809-39.2017.8.10.0001	Gabinete Des. Luiz Gonzaga Almeida Filho	31/07/2018	APELAÇÃO CÍVEL	ESTADO DO MARANHÃO	ANTONIO ROBERTO SANTOS JUNIOR	Baixa Definitiva
0804354-55.2018.8.10.0000	Gabinete Des. Ângela Maria Moraes Salazar	21/05/2018	AGRAVO DE INSTRUMENTO	LAILSON FERNANDES CARDOSO	Ministério Público do Estado do Maranhão	Decorrido prazo de Ministério Público do Estado do Maranhão em 21/10/2020 23:59:59.
0804092-08.2018.8.10.0000	Gabinete Des. Paulo Sérgio Velten Pereira	14/05/2018	AGRAVO DE INSTRUMENTO	PAULO FRANCISCO DE ALBUQUERQUE e outros (1)	JAIR APARECIDO YAMAMOTO e outros (4)	Arquivado Definitivamente
0003216-18.2009.8.10.0060	Gabinete do Presidente do Tribunal de	23/04/2018	APELAÇÃO CRIMINAL	MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL	JOSE ANTUNES DE	Remetidos os Autos (outros motivos) para

	Justiça na Coordenação de Recursos Constitucionais				MACEDO JUNIOR	Coordenação de Recursos Constitucionais
0802147- 83.2018.8. 10.0000 s	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	23/03/ 2018	AGRAVO DE INSTRUMENTO	ESTADO DO MARANHA O e outros (1)	AGRONELO - AGRONEGO CIO E EMPREEN- DIMENTOS INDUSTRIA IS LTDA - EPP	Publicado Acórdão (expediente) em 05/03/2021
0801631- 63.2018.8. 10.0000	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	07/03/ 2018	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	SUPRITECH COMERCIO E SERVICOS LTDA	SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO	Arquivado Definitiva- mente
0800895- 45.2018.8. 10.0000	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	08/02/ 2018	AGRAVO DE INSTRUMENTO	FILIPPE MARINHO MOURA	GUSTAVO MADEIRA DE MELO e outros (1)	Arquivado Definitiva- mente
0004758- 76.2017.8. 10.0000	Gabinete do Presidente do Tribunal de Justiça na Coordenação de Recursos Constitucionais	01/11/ 2017	PROCEDIMENT O INVESTIGATÓ- RIO CRIMINAL (PIC-MP)	MINISTERIO PÚBLICO	RODRIGO ARAUJO DE OLIVEIRA e outros (7)	Remetidos os Autos (outros motivos) para Coordenação de Recursos Constitucionais
0805635- 80.2017.8. 10.0000	Gabinete Des. Jaime Ferreira de Araújo	23/10/ 2017	RECLAMAÇÃO	VALE S.A.	CAFE TOCANTINO LTDA	Decorrido prazo de VALE S.A. em 03/02/2021 23:59:59.
0805566- 48.2017.8. 10.0000	Gabinete Des. Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe	20/10/ 2017	AGRAVO DE INSTRUMENTO	RITA DE CASSIA FERRAZ FRAZAO	OCEANOS INVESTIME- NTOS IMOBILIARI- OS LTDA - EPP	Decorrido prazo de OCEANOS INVESTI- MENTOS IMOBILIARI- OS LTDA - EPP em 11/12/2020 23:59:59.
0805250- 35.2017.8. 10.0000	Gabinete Des. Jaime Ferreira de Araújo	17/10/ 2017	AGRAVO DE INSTRUMENTO	VALE S.A.	CAFÉ TOCANTINO LTDA	Decorrido prazo de CAFÉ TOCANTINO LTDA em 11/02/2021 23:59:59.
0803699- 94.2017.8. 10.0040	Gabinete Des. Jaime Ferreira de Araújo	11/10/ 2017	APELAÇÃO CÍVEL	MUNICIPIO DE VILA NOVA DOS MARTIRIOS	WELLINGTON DE SOUSA PINTO	Conclusos para despacho

0805077-11.2017.8.10.0000	Gabinete Des. José de Ribamar Castro	10/10/2017	AGRAVO DE INSTRUMENTO	ANTONIO FAUSTO SILVA	ASSOCIAC AO FOLCLORICA, CULTURAL E BENEFICENTE ORIENT	Arquivado Definitivamente
0000649-25.2013.8.10.0108	Gabinete do Presidente do Tribunal de Justiça na Coordenação de Recursos Constitucionais	06/09/2017	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL DO MARANHÃO	HENRIQUE CALDEIRA SALGADO e outros (2)	Remetidos os Autos (outros motivos) para Coordenação de Recursos Constitucionais
0803640-32.2017.8.10.0000	Gabinete Des. Jorge Rachid Mubárack Maluf	30/08/2017	AGRAVO DE INSTRUMENTO	PIPES EMPREENDIMENTOS LTDA	MUNICIPIO DE CAROLINA	Arquivado Definitivamente
0803334-63.2017.8.10.0000	Gabinete Des. José de Ribamar Castro	18/08/2017	AGRAVO DE INSTRUMENTO	WELKER CARLOS ROLIM	OCEANOS INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - EPP	Arquivado Definitivamente
0802473-77.2017.8.10.0000	Gabinete Des. Jorge Rachid Mubárack Maluf	24/07/2017	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	KAMILLY BORSOI BARROS	DESEMBARGADOR VICENTE DE PAULA GOMES DE CASTRO	Arquivado Definitivamente
0802394-98.2017.8.10.0000	Gabinete Des. Vicente de Paula Gomes de Castro	20/07/2017	DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE	PREFEITO MUNICIPAL DE CAROLINA - ERIVELTON TEIXEIRA NEVES	MUNICIPIO DE CAROLINA - CAMARA MUNICIPAL	Arquivado Definitivamente
0802377-62.2017.8.10.0000	Gabinete Des ^a . Nelma Celeste S. S. Sarney Costa	19/07/2017	AGRAVO DE INSTRUMENTO	DARCI ANTONIO CAMERA e outros (5)	BANCO PAN S.A.	Arquivado Definitivamente
0028539-03.2012.8.10.0001	Gabinete do Presidente do Tribunal de Justiça na Coordenação de Recursos Constitucionais	30/06/2017	APELAÇÃO CÍVEL	TELEMAR NORTE LESTE S/A e outros (1)	VIACOM NEXT GENERATION COMUNICACAO LTDA - EPP e outros (1)	Remetidos os Autos (outros motivos) para Coordenação de Recursos Constitucionais
0801803-39.2017.8.10.0000	Gabinete Des. Jaime Ferreira de Araújo	19/06/2017	AGRAVO DE INSTRUMENTO	JOSE HENRIQUE DE ARAUJO SILVA	MUNICIPIO DE MONCAO	Decorrido prazo de MUNICIPIO DE MONCAO

						em 28/05/2019 23:59:59
0801200-63.2017.8.10.0000	Gabinete Des. Cleonice Silva Freire	27/04/2017	AGRAVO DE INSTRUMENTO	RAFAELLA MARINHO MOURA e outros (3)	MINISTERIO PÚBLICO ESTADUAL	Deliberado em Sessão - Retirado
0801125-24.2017.8.10.0000	Gabinete Des. Cleonice Silva Freire	23/04/2017	AGRAVO DE INSTRUMENTO	MUNICIPIO DE VITORIA DO MEARIM	MARE CIMENTO LTDA	Arquivado Definitivamente
0801064-66.2017.8.10.0000	Gabinete Des. Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe	17/04/2017	AGRAVO DE INSTRUMENTO	MUNICIPIO DE PORTO FRANCO	SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCACAO BASICA DAS REDES PUBLICAS ESTADUAL E MUNICIPAIS DO ESTADO DO MARANHÃO	Arquivado Definitivamente
0800994-49.2017.8.10.0000	Gabinete Des. Nelma Celeste S. S. Sarney Costa	07/04/2017	AGRAVO DE INSTRUMENTO	ASSOCIACAO AO OBJETIVO DE ENSINO SUPERIOR - ASSOBE	NATHALIA FONSECA MELONIO	Arquivado Definitivamente
0800831-69.2017.8.10.0000	Gabinete Des. Jaime Ferreira de Araújo	24/03/2017	AGRAVO DE INSTRUMENTO	ESTADO DO MARANHÃO	SUPRITECH COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME	Conclusos para decisão
0800615-11.2017.8.10.0000	Gabinete Des. Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe	01/03/2017	AGRAVO DE INSTRUMENTO	Espólio de João Luiz Alves Ferraz e Teresinha de Jesus Moreira Ferraz representado pela inventariante Rita de Cássia Ferraz Frazão	OCEANOS INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - EPP e outros (1)	Decorrido prazo de Espólio de João Luiz Alves Ferraz e Teresinha de Jesus Moreira Ferraz representado pela inventariante Rita de Cássia Ferraz Frazão em 25/01/2021 23:59:59.
0800942-87.2016.8.10.0000	Gabinete Des. Marcelino Chaves Everton	18/11/2016	AGRAVO DE INSTRUMENTO	MIRELLA BRITO ROSA e outros (3)	AURINO DA ROCHA LUZ	Decorrido prazo de AURINO DA ROCHA LUZ em

						04/03/2021 23:59:59.
0800396- 32.2016.8. 10.0000	Gabinete Des. Paulo Sérgio Velten Pereira	13/09/ 2016	AGRAVO DE INSTRUMENTO	BRDESCO SAUDE S/A	RAIMUNDO NONATO LIMA SANTOS JUNIOR	Arquivado Definitiva mente
0800390- 25.2016.8. 10.0000	Gabinete Des. Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe	12/09/ 2016	AGRAVO DE INSTRUMENTO	Espólio de João Luiz Alves Ferraz e Teresinha de Jesus Moreira Ferraz, representado pela Inventariante Rita de Cássia Ferraz Frazão	OCEANOS INVESTIME NTOS IMOBILIARI OS LTDA - EPP	Arquivado Definitiva mente
0002415- 61.2004.8. 10.0001	Gabinete do Presidente do Tribunal de Justiça na Coordenação de Recursos Constitucionais	29/09/ 2015	APELAÇÃO CÍVEL	TELEMAR NORTE LESTE S/A	COMUNICA TIVA PROPAGAN DA PROMOCA O E TELEMAR ETING LTDA - ME	Remetidos os Autos (outros motivos) para Coordenação de Recursos Constitucionais
0001416- 27.2014.8. 10.0044..	Gabinete do Presidente do Tribunal de Justiça na Coordenação de Recursos Constitucionais	22/09/ 2015	APELAÇÃO CÍVEL	SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A	MUNICIPIO DE VILA NOVA DOS MARTÍRIOS	Expedição de Outros documentos



SUMÁRIO

PORTARIA Nº 055/2025/-GAB.....	1
PORTARIA Nº 056/2025/-GAB.....	1
PORTARIA Nº 057/2025/-GAB.....	1
PORTARIA Nº 058/2025/-GAB.....	1
PORTARIA Nº 059/2025/-GAB.....	2

PORTARIA Nº 055/2025/-GAB

O PREFEITO MUNICIPAL DE JENIPAPO DOS VIEIRAS, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e constitucionais,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, **MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA FONTENELLE**, portador(a) do CPF nº 611.266.873-40, para exercer o cargo de **ASSESSOR(A)** Lotado na Secretaria Municipal De Administração e Finanças, da Prefeitura Municipal de Jenipapo dos Vieiras/MA

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JENIPAPO DOS VIEIRAS, ESTADO DO MARANHÃO, EM 07 DE JANEIRO DE 2025.

ARNÓBIO DE ALMEIDA MARTINS

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 056/2025/-GAB

O PREFEITO MUNICIPAL DE JENIPAPO DOS VIEIRAS, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e constitucionais,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, **ATAYLANE SILVA DE SOUSA**, portador(a) do CPF nº 615.052.283-01, para exercer o cargo de **ASSESSOR(A)** Lotado na Secretaria Municipal De Administração e Finanças, da Prefeitura Municipal de Jenipapo dos Vieiras/MA

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JENIPAPO DOS VIEIRAS, ESTADO DO MARANHÃO, EM 07 DE JANEIRO DE 2025.

ARNÓBIO DE ALMEIDA MARTINS

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 057/2025/-GAB

O PREFEITO MUNICIPAL DE JENIPAPO DOS VIEIRAS, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e constitucionais,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, **CAMILLA CAROLLINE SANTOS FROES**, portador(a) do CPF nº 035.254.023-09, para exercer o cargo de **ASSESSOR(A)** Lotado na Secretaria Municipal De Administração e Finanças, da Prefeitura Municipal de Jenipapo dos Vieiras/MA

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JENIPAPO DOS VIEIRAS, ESTADO DO MARANHÃO, EM 07 DE JANEIRO DE 2025.

ARNÓBIO DE ALMEIDA MARTINS

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 058/2025/-GAB

O PREFEITO MUNICIPAL DE JENIPAPO DOS VIEIRAS, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e constitucionais,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, **ERICK RAFAEL DE NAZARÉ FERREIRA**, portador(a) do CPF nº 073.367.853-01, para exercer o cargo de **ASSESSOR(A)** Lotado na Secretaria Municipal De Administração e Finanças, da Prefeitura Municipal de Jenipapo dos Vieiras/MA

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO PREFEITURA MUNICIPAL DE JENIPAPO DOS VIEIRAS - MA
É GARANTIDA A AUTENTICIDADE DESTES DIÁRIO, DESDE QUE ACESSADO PELO ENDEREÇO:

<https://transparencia.jenipapodosvieiras.ma.gov.br/diario>

CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: ad399ce47c8c91668f7e68ca887b0092a7cc2d0a

PARA VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE, LEIA O QR CODE AO LADO



Art. 2º Esta portaria entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JENIPAPO DOS VIEIRAS, ESTADO DO MARANHÃO, EM 07 DE JANEIRO DE 2025.

ARNÓBIO DE ALMEIDA MARTINS

PREFEITO MUNICIPAL



PORTARIA Nº 059/2025/-GAB

O PREFEITO MUNICIPAL DE JENIPAPO DOS VIEIRAS, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e constitucionais,

R E S O L V E

Art. 1º Nomear, **LUCIANA AGUIAR BATISTA SILVA**, portador(a) do CPF nº 002.847.093-10, para exercer o cargo de **ASSESSOR(A)** Lotado na Secretaria Municipal De Administração e Finanças, da Prefeitura Municipal de Jenipapo dos Vieiras/MA

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JENIPAPO DOS VIEIRAS, ESTADO DO MARANHÃO, EM 07 DE JANEIRO DE 2025.

ARNÓBIO DE ALMEIDA MARTINS

PREFEITO MUNICIPAL





ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE JENIPAPO DOS VIEIRAS - MA

DIÁRIO OFICIAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ILKA ANDRÉIA LIMA CHAVES

PREFEITURA MUNICIPAL DE JENIPAPO DOS VIEIRAS - AVENIDA JULIA VIEIRA , CENTRO

JENIPAPO DOS VIEIRAS - MA, CEP: 65962-000

Email: diario@jenipapodosvieiras.ma.gov.br

Telefone: (99)98434-5581

IRIANA LIMA TEIXEIRA

COORDENADORA DO DIÁRIO

ARNOBIO ALMEIDA MARTINS

PREFEITO MUNICIPAL

Carimbo de Tempo : 23/01/2025 10:34:06

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO PREFEITURA MUNICIPAL DE JENIPAPO DOS VIEIRAS - MA
É GARANTIDA A AUTENTICIDADE DESTES DIÁRIO, DESDE QUE ACESSADO PELO ENDEREÇO:
<https://transparencia.jenipapodosvieiras.ma.gov.br/diario>
CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: ad399ce47c8c91668f7e68ca887b0092a7cc2d0a
PARA VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE, LEIA O QR CODE AO LADO





Certificamos que

Maria Eduarda de Oliveira Fontenelle

(611.266.873-40) concluiu

Curso OAB 2ª Fase Trabalho 39º Exame

conduzido por **Ceisc** nos dias

18 de Novembro de 2023 a 21 de Janeiro de 2024

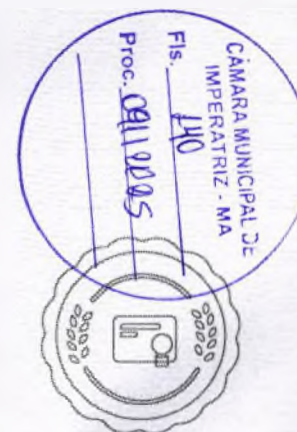
totalizando **160 horas.**



Código Digital de Aferição de
Autenticidade: 2FT3111861140. A
autenticidade do certificado pode ser
realizada por meio do envio do CDAA
para atendimento@ceisc.com.br ou
pela utilização do QR Code.

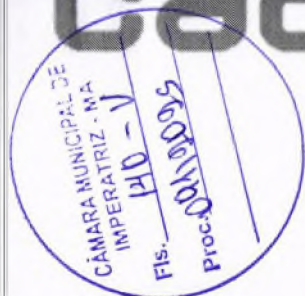
Jessica Hentschke

Daniele Rathke



CADP

**CENTRO DE
APROFUNDAMENTO
E DESENVOLVIMENTO
PROFISSIONAL**



O coordenador do **Centro de Aprofundamento e Desenvolvimento Profissional – CADP** confere a

MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA FONTENELLE

Certificado de conclusão do curso de **Curso de Formação Profissional em Contratos (online)**

com **24 horas** online, no período de **18 de Outubro de 2022 a 26 de Janeiro de 2023**.

Rio de Janeiro / RJ, 27 de Janeiro de 2023

CADP - CENTRO DE APROFUNDAMENTO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Pablo Galvão Marano

Coordenador Acadêmico



MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA FONTENELLE

ADVOGADA, OAB/MA N° 29.799

(98) 98728-4321

eduardaftnll@gmail.com



FORMAÇÃO

Direito 2024
Bacharelado - Universidade Ceuma
Pós-graduação em Direito e
Processo do Trabalho
Em andamento
Pós-graduação em Direito
Civil e Processo Civil
Em andamento

IDIOMAS

Português nativo
Inglês avançado

CURSOS RELEVANTES

- Curso de Iniciação à Advocacia - Oratória, Gestão de Escritório, Precificação, Branding Jurídico e Marketing Jurídico (CJA/OAB-MA)
- Curso de Formação Profissional em Contratos (CACP);

CONQUISTAS

- Atua destaque na graduação: integrante no rol de melhores discentes da Universidade Ceuma em 2021, 2022, 2023 e 2024;
- Coeficiente de rendimento acadêmico: 9,11

PERFIL PROFISSIONAL

Advogada. Habilidades com os meios processuais eletrônicos, com facilidade de adaptação. Proativa, bom relacionamento interpessoal, honestidade, transparência, organização e compromisso, visando sempre a qualificação e o aperfeiçoamento profissional. Habilidades verbais e escritas, proficiente em coordenação de compromissos e reuniões, experiência em softwares de gerenciamento de agendas e ferramentas de Inteligência Artificial.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Estagiária voluntária - Veras Advogados (março de 2022)

- Confecção de peças jurídicas e elaboração de relatórios processuais.

Estagiária voluntária - Bruno Guimarães Advocacia e Consultoria (abril de 2022 a setembro de 2022)

- Confecção de peças jurídicas nas áreas Cível, Consumidor e Família, manuseio e protocolo no sistema PJe.

Estagiária remunerada - Alfredo Goes Advogados (setembro de 2022 a fevereiro de 2024)

- Confecção de peças jurídicas nas áreas Trabalhista e Empresarial;
- Controle de processos por meio de planilhas no Excel e relatórios pormenorizados para apresentação aos clientes;
- Comunicação direta com clientes para explicar procedimentos, andamentos processuais, discutir e enviar minutas contratuais etc.;
- Elaboração de notificações extrajudiciais, circulares, comunicados de suspensão/advertência na esfera trabalhista, termos de rescisão de contratos, defesas administrativas etc.;
- Manuseio diário do sistema PJe.;
- Elaboração e revisão de contratos;
- Diligências por meio do Balcão Virtual.

Estagiária e Advogada - Daniel Leite e Advogados Associados (fevereiro de 2024 - atual)

- Confecção de peças jurídicas nas áreas de Direito Municipal, Administrativo, Cível e Eleitoral;
- Elaboração de relatórios, resumos processuais, pareceres etc.;
- Discussão de processos, participação em reuniões, diligências etc.



RUA JOSUÉ MONTELLO, Nº 01, RENASCENÇA II, MA
CIDADE: SÃO LUÍS-MA, CEP: 65075-120
CNPJ: 23.689.763/0003-59



CERTIDÃO ESPECÍFICA Nº 667962/2025

Certificamos para os devidos fins, que **MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA FONTENELLE**, sob o RA **011822**, Brasileiro(a), natural de **São Luís - MA**, nascido(a) em **20 de setembro de 2002**, filho(a) de **VERALÚCIA NUNES DE OLIVEIRA FONTENELLE** e **ERICKSSON FONTENELLE DE OLIVEIRA**, colou grau em **20 de dezembro de 2024**, no Curso Superior de **DIREITO** no turno **MATUTINO**, sendo-lhe conferido o grau de **BACHARELA EM DIREITO**.

Certificamos, ainda, que o diploma está em trâmite de expedição e registro, através da solicitação nº **667931**.

São Luís - MA, 13 de março de 2025.

GRUPO EDUCACIONAL
CEUMA

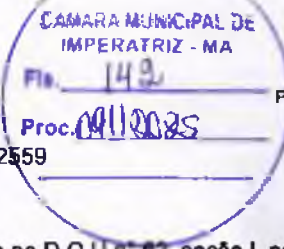


Atenção, agora a certidão dispensa a assinatura da secretaria ou da coordenação. Para verificar a autenticidade deste documento use o QRCode ao lado, ou acesse valida.ceuma.br e informe o identificador **95fb0630-caed-40c3-a992-10ca0f1c5a7b**.
Válido por noventa dias após a data de emissão.



UNIVERSIDADE CEUMA - UNICEUMA - 823
CEUMA ASSOCIAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR - 2559
CNPJ: 23.689.763/0003-59
CREDENCIAMENTO

Credenciada pela Portaria Ministerial nº 239, de 27 de março de 2012. Publicada no D.O.U nº 82, seção I, página 40, de 29/03/2012.



Página: 1/5

HISTÓRICO ESCOLAR

Nome do Aluno: MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA FONTENELLE

RA
011822

Identidade: 0452889920120 Org. Emissor: SSP Nascimento: 20/09/2002 Estado: MA Nacionalidade: Brasileira
C.P.F.: 61126687340 Título Eleitoral: 080219741180 Zona: 003 Seção: 0275
Doc. Militar: Org. Emissor: Circunsc.: Data:

Estudo de 2º Grau: CENTRO DE ENSINO "MANOEL BECKMAN"

Local: SÃO LUIS - MA

Disciplinas: MATEMÁTICA FÍSICA QUÍMICA BIOLOGIA HISTÓRIA GEOGRAFIA PORTUGUÊS REDAÇÃO INGLÊS

Curso: DIREITO - 17088

Reconhecimento do Curso/Portaria: 387

D.O.U.: 14/08/2024

Habilitação: BACHARELADO EM DIREITO

Carga Horária: 3700 h

Data de Ingresso: 2020/1 Forma de Ingresso: Vagas Novas - ENEM - PROUNI Classificação: 999

Nº Processo: 667931 Livro: 270 Folha: 171 Registro: 171 Série:

Conclusão do Curso: 17/12/2024 Data da Colação de Grau: 20/12/2024 Expedição do Diploma: 19/02/2025

Grau Conferido: BACHARELA EM DIREITO

Representante Legal: CRISTINA NITZ DA CRUZ

Período	Código	Disciplina	Ano	Semestre	Carga Horária	Média	Situação	Docente	Titulação
1	007554.060	METODOLOGIA CIENTÍFICA	2020	1	60	9.00	Aprovado	MARCIA VALERIA MELO E SILVA	Mestre
	007602.060	CIÊNCIA POLÍTICA	2020	1	60	10.00	Aprovado	EDITH MARIA BARBOSA RAMOS	Doutor
	007685.060	PSICOLOGIA GERAL E JURÍDICA	2020	1	60	6.50	Aprovado	FRANCISCA MORAIS DA SILVEIRA	Doutor
	007686.060	ANTROPOLOGIA JURÍDICA	2020	1	60	6.00	Aprovado	KARLA SUZY ANDRADE PITOMBEIRA	Mestre
	008343.060	TEORIA DO DIREITO	2020	1	60	6.25	Aprovado	CLARA TEREZA BARROS LÉDA CARVALHO	Especialista
2	000301.060	TEORIA GERAL DO PROCESSO	2020	2	60	6.25	Aprovado	MARJORIE EVELYN MARANHÃO SILVA	Mestre
	006428.060	HISTÓRIA DO DIREITO	2020	2	60	7.00	Aprovado	ANDRÉ LUIZ PEREIRA VIEGAS	Especialista
	007667.060	FILOSOFIA GERAL E JURÍDICA	2020	2	60	6.50	Aprovado	KARLA SUZY ANDRADE PITOMBEIRA	Mestre
	007688.060	SOCIOLOGIA GERAL E JURÍDICA	2020	2	60	6.50	Aprovado	DEBORA DE OLIVEIRA BEZERRA DE ARAÚJO	Mestre
	007689.060	DIREITO PENAL I	2020	2	60	6.25	Aprovado	THAYARA SILVA CASTELO BRANCO	Doutor
	007690.060	DIREITO CIVIL I	2020	2	60	6.50	Aprovado	JAQUELINE PRAZERES DE SENA LOPES	Mestre
3	005165.060	ECONOMIA	2021	1	60	8.50	Aprovado	DANILO JOSE MENEZES PEREIRA	Especialista
	007691.060	DIREITO CONSTITUCIONAL I	2021	1	60	6.00	Aprovado	EDITH MARIA BARBOSA RAMOS	Doutor
	007692.060	DIREITO PENAL II	2021	1	60	10.00	Aprovado	ROBERTO MONGELOS WALLIM JUNIOR	Especialista
	007693.060	DIREITO CIVIL II	2021	1	60	10.00	Aprovado	MARCIO ANTONIO PINTO DE ALMEIDA FILHO	Especialista
	007694.060	DIREITO PROCESSUAL CIVIL I	2021	1	60	6.50	Aprovado	MARJORIE EVELYN MARANHÃO SILVA	Mestre
	007696.060	DIREITO DO TRABALHO I	2021	1	60	10.00	Aprovado	JOSE MARTINS COSTA NETO	Especialista
4	007695.060	DIREITO CONSTITUCIONAL II	2021	2	60	6.00	Aprovado	EDITH MARIA BARBOSA RAMOS	Doutor
	007697.060	DIREITO PENAL III	2021	2	60	6.25	Aprovado	ROBERTO MONGELOS WALLIM JUNIOR	Especialista
	007698.060	DIREITO CIVIL III	2021	2	60	6.50	Aprovado	BIANCA MARIA MARQUES RIBEIRO VASCONCELOS	Especialista
	007699.060	DIREITO PROCESSUAL CIVIL II	2021	2	60	6.50	Aprovado	HERALDO ELIAS NOGUEIRA MUNES	Mestre
	007900.060	DIREITO DO TRABALHO II	2021	2	60	7.00	Aprovado	MELIO ARAÚJO DE LIMA	Especialista
	008007.060	DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO DOSSO E DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	2021	2	60	6.00	Aprovado	BIANCA MARIA MARQUES RIBEIRO VASCONCELOS	Especialista

UNICEUMA - RENASCENÇA

RUA JOSUÉ MONTELO, Nº 01, RENASCENÇA II, SÃO LUIS, CEP: 65075-120

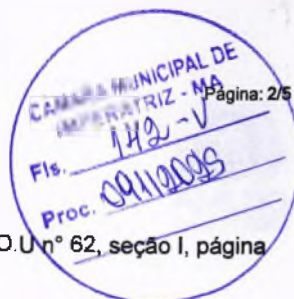


Atenção, agora o histórico dispensa a assinatura da secretaria ou da coordenação. Para verificar a autenticidade deste documento, use o QRCode ao lado ou acesse valida.grupoceuma.com.br e informe o identificador **ab9c894d-d66e-471e-bbba-c16cc817e3b3**.
Válido por noventa dias após a data de emissão.



UNIVERSIDADE CEUMA - UNICEUMA - 823
CEUMA ASSOCIAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR - 2559
CNPJ: 23.689.763/0003-59
CREDENCIAMENTO

Credenciada pela Portaria Ministerial nº 239, de 27 de março de 2012. Publicada no D.O.U nº 62, seção I, página 40, de 29/03/2012.



HISTÓRICO ESCOLAR

Nome do Aluno: MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA FONTENELLE

RA
011822

Período	Código	Disciplina	Ano	Semestre	Carga Horária	Nota	Situação	Docente	Finalidade
5	007601.060	DIREITO PENAL IV	2022	1	60	9,50	Aprovado	SERGIO DENYS NASCIMENTO JACOME	Especialista
	007903.060	DIREITO CIVIL IV	2022	1	60	9,00	Aprovado	MILTON RICARDO LUSO GALADO	Especialista
	007604.060	DIREITO PROCESSUAL CIVIL III	2022	1	60	10,00	Aprovado	ANA PAULA GALVÃO MELLO	Mestre
	008540.060	DIREITO CONSTITUCIONAL II	2022	1	60	8,75	Aprovado	ANA CARLA DE MELO ALMEIDA	Mestre
	009524.060	DIREITO ELEITORAL E PARTIDÁRIO	2022	1	60	9,00	Aprovado	JACQUELINE PRAZERES DE SENA LOPES	Mestre
6	009525.060	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	2022	1	60	8,50	Aprovado	BRANCA MARIA MARQUES RIBEIRO VASCONCELOS	Especialista
	007606.060	DIREITO PROCESSUAL PENAL I	2022	2	60	9,50	Aprovado	SERGIO DENYS NASCIMENTO JACOME	Especialista
	007609.060	DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV	2022	2	60	8,75	Aprovado	HERALDO ELIAS NOGUEIRA NUNES	Mestre
	007613.060	DIREITO ADMINISTRATIVO I	2022	2	60	8,50	Aprovado	ALESSANDRA ANCHETA MOREIRA LIMA DE AGUIAR	Especialista
	007618.060	DIREITO EMPRESARIAL I	2022	2	60	10,00	Aprovado	CLAUDSON GOMES SANTOS	Mestre
7	008526.060	DIREITO CIVIL V	2022	2	60	10,00	Aprovado	VIVIAN RENATA GOMES CAMARGO	Especialista
	008527.060	DIREITO PORTUÁRIO	2022	2	60	10,00	Aprovado	AMANDA SILVA MADUREIRA	Docente
	001526.060	DIREITO DO CONSUMIDOR	2023	1	60	9,00	Aprovado	JOSE CALDAS GOMES JUNIOR	Mestre
	007611.060	DIREITO PROCESSUAL PENAL II	2023	1	60	7,50	Aprovado	THEMIS ALEXSANDRA SANTOS BEZERRA EUNA	Mestre
	007612.060	DIREITO CIVIL VI	2023	1	60	9,50	Aprovado	JOSEDA FRAGA COSTA CARVALHO	Docente
8	007617.060	DIREITO ADMINISTRATIVO II	2023	1	60	7,25	Aprovado	PEDRO LEANDRO LIMA MARINHO	Especialista
	007625.060	DIREITO EMPRESARIAL II	2023	1	60	10,00	Aprovado	CLAUDSON GOMES SANTOS	Mestre
	008528.060	FORMAS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	2023	1	60	8,50	Aprovado	JACQUELINE PRAZERES DE SENA LOPES	Mestre
	007619.060	DIREITO PROCESSUAL PENAL III	2023	2	60	9,50	Aprovado	THIAGO ALLUSON CARDOSO DE JESUS	Docente
	008539.060	DIREITO PREVIDENCIÁRIO	2023	2	60	10,00	Aprovado	DEBORA MARIA NORMANDO GALVET	Especialista
9	008770.060	ESTAGIO SUPERVISIONADO I (PRÁTICA SIMULADA CONSTITUCIONAL/PROCESSO CONSTITUCIONAL)	2023	2	60	9,75	Aprovado	EDSON BARBOSA DE MIRANDA NETTO	Mestre
	008771.060	ESTAGIO SUPERVISIONADO II (PRÁTICA SIMULADA CIVIL/PROCESSO CIVIL)	2023	2	60	9,75	Aprovado	DANILLO MACHADO PINHEIRO CARVALHO LIMA	Docente
	008772.060	ESTAGIO SUPERVISIONADO III (PRÁTICA REAL I)	2023	2	60	9,00	Aprovado	MARIA JOSE CARVALHO DE SOUSA MACHADO	Mestre
	008530.060	ÉTICA GERAL E PROFISSIONAL	2023	2	60	10,00	Aprovado	JACQUELINE PRAZERES DE SENA LOPES	Mestre
	007920.060	DIREITO TRIBUTÁRIO	2024	1	60	8,00	Aprovado	JOSE SAMUEL DE MIRANDA MELO	Mestre
10	008773.060	ESTAGIO SUPERVISIONADO IV (PRÁTICA SIMULADA PENAL/PROCESSUAL PENAL)	2024	1	60	9,50	Aprovado	THIAGO ALLUSON CARDOSO DE JESUS	Docente
	008774.060	ESTAGIO SUPERVISIONADO V (PRÁTICA SIMULADA TRABALHO/PROCESSUAL DO TRABALHO)	2024	1	60	9,50	Aprovado	ANALISSA BARROS PINHEIRO	Mestre
	008775.060	ESTAGIO SUPERVISIONADO VI (PRÁTICA REAL II)	2024	1	60	10,00	Aprovado	AMANDA SILVA MADUREIRA	Docente
	008529.060	TEMAS INTEGRADORES	2024	1	60	8,00	Aprovado	FABIO MENDONÇA SANTIAGO	Mestre
	009529.060	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	2024	1	40	10,00	Aprovado	AMANDA SILVA MADUREIRA	Docente
11	003924.060	DIREITO INTERNACIONAL	2024	2	40	8,75	Aprovado	FABIO MENDONÇA SANTIAGO	Mestre
	008518.060	ESTAGIO SUPERVISIONADO VII - TRIBUTÁRIO	2024	2	60	9,75	Aprovado	CALEBE BRITO RAMOS	Especialista
	008519.060	ESTAGIO SUPERVISIONADO VIII - ADMINISTRATIVO	2024	2	60	8,75	Aprovado	DIOGO GUAGLIARDO MEVES	Docente
	008520.060	ESTAGIO SUPERVISIONADO IX - PRÁTICA REAL III	2024	2	60	9,00	Aprovado	BARBARA PEREIRA DE MIRANDA	Mestre
	008522.060	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	2024	2	40	10,00	Aprovado	MARCIA VALERIA MELO E SILVA	Mestre
	011831.060	DIREITOS HUMANOS	2024	2	40	8,50	Aprovado	EDITH MARIA BARBOSA RAMOS	Docente

UNICEUMA - RENASCENÇA

RUA JOSUÉ MONTELLO, Nº 01, RENASCENÇA II, SÃO LUÍS, CEP: 65075-120



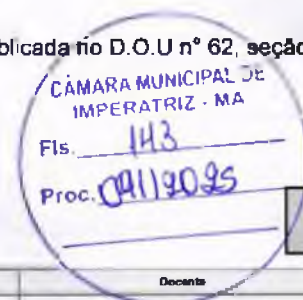
Atenção, agora o histórico dispensa a assinatura da secretaria ou da coordenação. Para verificar a autenticidade deste documento, use o QRCode ao lado ou acesse valida.grupoceuma.com.br e informe o identificador **ab9c894d-de6e-471e-bbba-c16cc817e3b3**.
Válido por noventa dias após a data de emissão.



UNIVERSIDADE CEUMA - UNICEUMA - 823
CEUMA ASSOCIAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR - 2559
CNPJ: 23.689.763/0003-59
CREDENCIAMENTO

Credenciada pela Portaria Ministerial nº 239, de 27 de março de 2012. Publicada no D.O.U nº 62, seção I, página 40, de 29/03/2012.

HISTÓRICO ESCOLAR



RA
011822

Nome do Aluno: MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA FONTENELLE

Período	Código	Disciplina	Ano	Semestre	Carga Horária	Média	Situação	Docente	Título
10	011833-040	DIREITO AMBIENTAL E AGRÁRIO	2024	2	40	10.00	Aprovado	DIOGO DE ALMEIDA VIANA DOS SANTOS	Doutor
Carga Horária Complementar Exigida:									200

Legenda:

RA: Registro Acadêmico; Rep. por Faltas: Reprovado por Faltas; Aprov. Estudos: Aproveitamento de Estudos

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

ATIVIDADES DE ENSINO - DIREITO - 10008

Data Inicial	Data Final	Descrição	Carga Horária
01/10/2024	15/10/2024	CURSO LIBRAS - UEMA	15
04/10/2024	21/10/2024	CURSO INGLÊS INSTRUMENTAL - HOSPEDAGEM	15

Carga Horária Ativ. Complementar: 30

ATIVIDADES DE PESQUISA - DIREITO - 10008

Data Inicial	Data Final	Descrição	Carga Horária
25/08/2021	25/08/2021	SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA	5

Carga Horária Ativ. Complementar: 5

UNICEUMA - RENASCENÇA

RUA JOSUÉ MONTELO, Nº 01, RENASCENÇA II, SÃO LUÍS, CEP: 65075-120



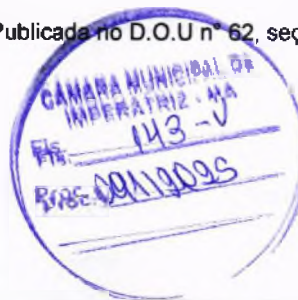
Atenção, agora o histórico dispensa a assinatura da secretaria ou da coordenação. Para verificar a autenticidade deste documento, use o QRCode ao lado ou acesse valida.grupoceuma.com.br e informe o identificador **ab9c894d-da6a-471e-bbba-c16cc817e3b3**.
Válido por noventa dias após a data de emissão.



UNIVERSIDADE CEUMA - UNICEUMA - 823
CEUMA ASSOCIAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR - 2559
CNPJ: 23.689.763/0003-59
CREDENCIAMENTO

Credenciada pela Portaria Ministerial nº 239, de 27 de março de 2012. Publicada no D.O.U nº 62, seção I, página 40, de 29/03/2012.

HISTÓRICO ESCOLAR



RA
011822

Nome do Aluno: MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA FONTENELLE

ATIVIDADES DE EXTENSÃO - DIREITO - 10008

Data Inicial	Data Final	Descrição	Carga Horária
24/09/2020	03/10/2020	EVENTO CRIMINOLOGIA	15
11/06/2021	12/08/2021	I CONGRESSO NACIONAL INEJCRISE DEMOCRÁTICA	10
26/08/2021	26/08/2021	I CICLO DE CAPACITAÇÃO CMA LANÇAMENTO DO EBOOKS CMA TALKS	8
28/08/2021	28/08/2021	OLIMPIADA DA SEMANA DA EXECUÇÃO PENAL	8
18/10/2021	18/10/2021	CURSO DIREITO NA REAL A RESPONSABILIDADE DOS ESCRITÓRIOS	2
25/10/2021	28/10/2021	CONGRESSO DE DIREITOS HUMANOS E VULNERABILIDADE E XII SEMANA	10
23/11/2021	24/11/2021	I CONFERÊNCIA NOVENO NEGRO	10
28/03/2022	31/03/2022	CURSO INICIAÇÃO À ADVOCACIA	16
11/05/2022	12/05/2022	CURSO TEMAS ATUAIS DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL	2
23/05/2022	24/05/2022	CURSO PRÁTICA DE AUDIÊNCIA TRABALHISTA CIVIL E CRIMINAL	10
16/06/2022	16/06/2022	I CICLO DE PALESTRA PARA CONSCIENTIZAÇÃO	3
18/10/2022	18/10/2022	CURSO FOMENTANDO UMA CULTURA DE COMPLIANCE	3
31/03/2023	31/03/2023	PARTICIPOU HAPPY HOUR EM FAMÍLIA DIREITO DAS FAMÍLIAS	2
18/11/2023	21/01/2024	CURSO OAB 2ª FASE TRABALHO 3º EXAME	10
12/04/2024	13/04/2024	XII ENCONTRO NACIONAL DE DIREITO	20
15/04/2024	15/04/2024	CURSO DE DIREITO DO CONSUMIDOR NA PRÁTICA DOS JUÍZADOS	20
17/04/2024	17/04/2024	I CONGRESSO DE DIREITO NOVOS CAMINHOS	20

Carga Horária Ativ. Complementar: 165

Total Ativ. Complementar: 200

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Artigo: DEMISSÃO POR JUSTA CAUSA E O PRINCÍPIO DA IMEDIATIDADE: IMPACTOS DA APLICAÇÃO TARDIA DA PENALIDADE NA RESCISÃO CONTRATUAL POR INICIATIVA DO EMPREGADOR SOB A ÓTICA DA JURISPRUDÊNCIA DO TST - 10.00 - Aprovado

Carga Horária Total				Coeficiente de Rendimento do Aluno
ATIVIDADE	CARGA HORÁRIA			
	EXIGIDA	CURSADA	A CURSAR	
COMPONENTES CURRICULARES	3.500	3.500	0	9,13
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	200	200	0	
TOTAL	3.700	3.700	0	

APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

Disciplina Destino	Disciplina Origem	Instituição de Origem
--------------------	-------------------	-----------------------

UNICEUMA - RENASCENÇA

RUA JOSUÉ MONTELO, Nº 01, RENASCENÇA II, SÃO LUÍS, CEP: 65075-120



Atenção, agora o histórico dispensa a assinatura da secretaria ou da coordenação. Para verificar a autenticidade deste documento, use o QRCode ao lado ou acesse valida.grupoceuma.com.br e informe o identificador **ab9c894d-d66e-471e-bbba-c16cc817e3b3**.
Válido por noventa dias após a data de emissão.

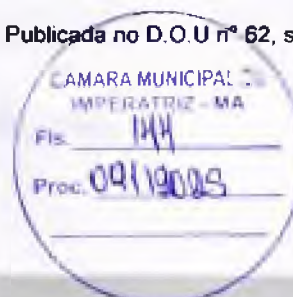


UNIVERSIDADE CEUMA - UNICEUMA - 823
CEUMA ASSOCIAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR - 2559
CNPJ: 23.689.763/0003-59

CREDENCIAMENTO

Credenciada pela Portaria Ministerial nº 239, de 27 de março de 2012. Publicada no D.O.U nº 62, seção I, página 40, de 29/03/2012.

HISTÓRICO ESCOLAR



RA
011822

Nome do Aluno: MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA FONTENELLE

APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

Disciplina Destino	Disciplina Origem	Instituição de Origem
--------------------	-------------------	-----------------------

REGISTRO ENADE – COMPONENTE CURRICULAR OBRIGATÓRIO

2024 - Estudante não habilitado ao ENADE em razão do calendário do ciclo avaliativo. Conforme Portaria Nº 611, de 27 de junho de 2024.
2023 - Estudante não habilitado ao ENADE em razão do calendário do ciclo avaliativo. Conforme Portaria nº 124, de 31 de janeiro de 2023.
2022 - Estudante não habilitado ao ENADE em razão do calendário do ciclo avaliativo. Conforme Portaria nº 41, de 20 de janeiro de 2022.
2021 - ESTUDANTE NÃO HABILITADO AO ENADE EM RAZÃO DO CALENDÁRIO DO CICLO AVALIATIVO
2020 - Estudante não habilitado ao ENADE em razão do calendário do ciclo avaliativo. PORTARIA Nº 14, DE 3 DE JANEIRO DE 2020, de 6 de março de 2020.

TOP 5 - PROGRAMA DE PREMIAÇÃO DOS MELHORES DISCENTES

RESOLUÇÃO CEPE nº 054 - A / 2012

Período Letivo	Colocação
2024/1	2º MELHOR DA SUA TURMA
2023/2	4º MELHOR DA SUA TURMA
2023/1	3º MELHOR DA SUA TURMA
2022/2	1º MELHOR DA SUA TURMA
2022/1	4º MELHOR DA SUA TURMA
2021/1	1º MELHOR DA SUA TURMA

UNICEUMA - RENASCENÇA

RUA JOSUÉ MONTELO, Nº 01, RENASCENÇA II, SÃO LUÍS, CEP: 65075-120



Atenção, agora o histórico dispensa a assinatura da secretaria ou da coordenação. Para verificar a autenticidade deste documento, use o QRCode ao lado ou acesse valida.grupocceuma.com.br e informe o identificador **ab9c894d-de6e-471e-bbba-c16cc817e3b3**.
Válido por noventa dias após a data de emissão.



UNIVERSIDADE CEUMA
RUA JOSUÉ MONTELLO, Nº 01, RENASCENÇA II, MA
CIDADE: SÃO LUÍS-MA, CEP: 65075-120
CNPJ: 23.689.763/0003-59



DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO ACADÊMICA

Declaramos, para os devidos fins, que **MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA FONTENELLE**, sob o RA **011822**, colou grau em **20 de dezembro de 2024**, no Curso de **DIREITO** no turno **MATUTINO**, sendo-lhe conferido o grau de **BACHARELA EM DIREITO**.

São Luís - MA, 13 de março de 2025.

GRUPO EDUCACIONAL
CEUMA



Atenção, agora a declaração dispensa a assinatura da secretaria ou da coordenação. Para verificar a autenticidade deste documento, use o QRCode ao lado ou acesse valida.grupoceuma.com.br e informe o identificador **99b47fab-6a77-4118-a887-b49fd57157ec**.

Válido por noventa dias após a data de emissão.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DO MARANHÃO
IDENTIDADE DE ADVOGADA

NOME

MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA FONTENELLE

FILIAÇÃO

ERICKSSON FONTENELLE DE OLIVEIRA
VERA LUCIA NUNES DE OLIVEIRA FONTENELLE

NATURALIDADE

SÃO LUÍS-MA

DATA DE NASCIMENTO

20/09/2002

RG

0452889920120 - SSP/MA

CPF

611.266.873-40

VIA

EXPEDIDO EM

01 11/02/2025

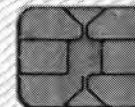
KAIO VYCTOR SARAIVA CRUZ
PRESIDENTE

INSCRIÇÃO
29799

TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 19729505



OAB



ASSINATURA DO PORTADOR

Maria Eduarda de O. Fontenelle

OBSERVAÇÕES



Scanned with
CamScanner

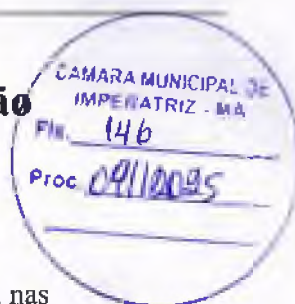
Scanned with
CamScanner



Adoção das cláusulas gerais é maior mudança na legislação

31 de março de 2005, 15h02

Por Luis Eduardo Franco Bouéres



O novo Código Civil Brasileiro retrata, sem sombra de dúvida, uma mudança substancial nas regras das relações de cunho privado em nosso país. Há uma efetiva modificação no enfoque do Direito Civil, que deixa para trás o cunho individualista das suas regras, trazendo à baila, conceitos outrora ignorados nas relações interindividuais. Mais do que isso houve, por certo, uma significativa mudança de forma na exposição das disciplinas do Direito Civil, passando, da ultrapassada técnica das situações-tipo, para o modelo das cláusulas gerais.

Tais modificações estão presentes, de início, na Parte Geral da referida codificação, que disciplina genericamente a Parte Especial do mesmo. Destarte, como não poderia ser diferente, a disciplina de Direito das Obrigações, bem como todo restante de Parte Especial do código, sofrem influência destas mutações recentes.

Em que pese o fato de o Direito Obrigacional ser o ramo do Direito Civil menos suscetível a mutações sociais (1), há que se considerar que da reforma civilista, surgiram novos parâmetros interpretativos das relações obrigacionais.

Primeiramente, a adoção de novos princípios norteadores, como o da Socialidade, que traz consigo a determinação de que as relações não devam mais ser vistas como de interesse apenas interpessoal dos indivíduos vinculados à obrigação, mas de toda a sociedade, em virtude de valores de bem comum, fazendo com que, o princípio da autonomia da vontade seja relativizado, como por exemplo, nas relações contratuais, onde, hodiernamente, há marcante intervencionismo estatal.

Por este prisma, é também da reforma, a adoção do princípio da eticidade, que traz consigo a idéia da essencialidade da boa-fé objetiva das relações, sem a qual o negócio jurídico padece de irregularidade.

Há também, como disciplina da nova civilística, o princípio da operabilidade, buscando trazer uma maior efetividade das regras do Código Civil.

Tais modificações, relacionadas aos princípios mencionados, são melhores compreendidas se examinados pontualmente, alguns de seus exemplos.

Inicialmente, no que tange à socialização, preliminarmente especulou-se que havia surgido uma espécie de crise dos contratos, haja vista que a autonomia da vontade plena, perde espaço para a relação contratual voltada à realidade social dos envolvidos na relação negocial.

Por certo, não há uma crise em si, mas apenas uma modificação do prisma fundamental da relação obrigacional-contratual, qual seja, a vontade. Não há mais vontade livre e irrestrita das partes para contratarem da forma que entenderem.

Há um marcante intervencionismo estatal, por vezes com a edição de leis específicas, provocando a tendência do que se vem a chamar de “Império dos Contratos Standard”, ou seja, fórmulas contratuais preestabelecidas para adesão ou não dos interessados.(2)



Nunca é bastante lembrar que, conforme disposição do artigo 104, do Código Civil, a validade do negócio jurídico requer, além de agente capaz e objeto lícito, a forma prescrita ou não defesa em lei. Isto significa que as relações contratuais ficam adstritas aos limites impostos pelo legislador, que produz, cada vez mais, regras de cunho social, como por exemplo, o Código Brasileiro de Defesa do Consumidor.(3)

No que tange ao princípio da eticidade, o novo código reserva importância fundamental à boa fé, conforme já mencionado anteriormente. Vê-se exemplo disso, em vários dispositivos concernentes à parte geral e ao direito obrigacional da referida codificação, como no artigo 113, onde há previsão de que os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé; e ainda, por exemplo, no artigo 311, que dispõe que é autorizado a receber o pagamento o portador da quitação, por haver aí a presunção da boa-fé dos agentes.

Por fim, acerca da operabilidade, há que se mencionar que por certo é a vertente mais modificadora da sistemática do novo código. Tanto é assim, que muda a própria disposição da parte do Direito das Obrigações como primeiro Livro da Parte Especial, diversamente do que ocorria no Código de 1916 (Livro III da Parte Especial), por ser de melhor aceitação lógica, pois os diversos ramos do Direito Civil dependem de prévio conhecimento de conceitos da teoria do Direito Obrigacional, bem como, de sua ordenação legislativa.(4)

Por outro lado, a operabilidade também se faz presente na adoção inovadora de dispositivos tendentes à auto-tutela, quais sejam, por exemplo, os artigos 249, parágrafo único, e 251, parágrafo único. Tais artigos visam a uma proteção de urgência contra o perecimento de direitos, trazendo eficácia das determinações legais, de forma imediata.(5)

Por fim, a mudança que se demonstra mais acentuada na legislação civil, é a adoção das cláusulas gerais.

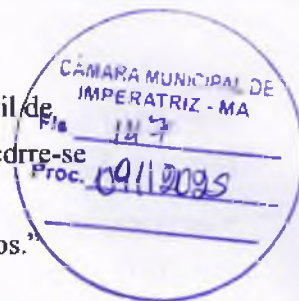
O uso das cláusulas gerais se dá, sobretudo, em face de uma nova abordagem interpretativa das disposições novas da legislação, bem como das já existentes no ordenamento. Não é somente a produção de preceitos genéricos, mas também o uso da interpretação sistemática dos artigos já existentes, como cláusula geral, dando ao intérprete, a liberdade maior de adequação da norma ao caso concreto.

Essa mudança de enfoque, também é tendência anterior ao Código Civil de 2002, tendência esta que relega ao passado a regulamentação casuística, através de dispositivos de situação-tipo, onde o legislador tentava, como se possível fosse, regular todas as situações possíveis da realidade social.

A notável lição de TEPEDINO(6) demonstra a adoção das cláusulas gerais, como modelo anterior à nova codificação civil, sendo uma tendência da nova civilística, como segue:

“... ainda no que tange à técnica interpretativa, não pode o operador manter-se apegado à necessidade de regulamentação casuística, já que o legislador vem alterando a sua forma de legislar, preferindo justamente as cláusulas gerais, como ocorre repetidas vezes na Constituição, no Código de Defesa do Consumidor, no Estatuto da Criança e do Adolescente, e

mesmo no Código Civil de 2002. Acostumado ao estilo linear e elegante do Código Civil de 1916, no qual todas as situações-tipo eram previstas pormenorizada e detalhadamente, corre-se o risco de relegar à ineficácia as cláusulas gerais — não só aquelas introduzidas na Constituição, mas as inúmeras normas com a mesma técnica de que se valem os estatutos.”



Ante ao exposto, verifica-se que, mesmo sendo a parte obrigacional do Código de 2002, a que menos alterações legislativas sofreu, deve ser a mesma, interpretada sistematicamente com relação à Parte Geral, bem como a todo restante do Código, sobretudo pelo fato de que o direito obrigacional é, em verdade, uma espécie de “Parte Geral do Direito Contratual”, composta de preceitos genéricos com relação à atividade negocial. Daí a importância das cláusulas gerais, em prol da operabilidade do Código, mais sensível às realidades de cada caso.

Explicados alguns pontos das modificações introduzidas na Parte Geral do Código Civil de 2002, bem como seus reflexos na Parte Obrigacional do mesmo Código, ainda longe de ter exaurido o tema, mesmo porque este não foi o fito deste texto, resta aguardar o posicionamento jurisprudencial e doutrinário, ainda escassos, acerca da influência dos três princípios apontados supra, na nova sistemática do Direito Civil.

Notas de rodapé

1- AZEVEDO, Álvaro Villaça. Teoria Geral das Obrigações: Responsabilidade Civil / Álvaro Villaça de Azevedo.-10. ed. — São Paulo: Atlas, 2004. — (Curso de Direito Civil), pág. 26.

2- TARTUCE, Flávio. Novo Direito Civil: Obrigações / Flávio Tartuce; instrucional designer: Daniela Erani Monteiro Will — Palhoça: UNISULVirtual, 2004, p. 303.

3- O Código do Consumidor (Lei nº 8.078/90), por ser logicamente anterior ao novo Código Civil, demonstra a existência anterior da tendência legislativa de socialização das regras de interesse privado. Em verdade, o ápice desta tendência, se dá com a promulgação de Constituição Federal de 1988, o que levou grande parte da doutrina, a falar em constitucionalização do Direito Civil.

4- GAGLIANO, Pablo Stolze. Novo Curso de Direito Civil. / Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho. — São Paulo: Saraiva, 2003, p 13 e 14.

5- A auto-tutela prevista em tais artigos, não é concessão estatal absoluta aos particulares para que os mesmos ajam da maneira que entenderem. Há, por certo, a necessidade de presença de urgência, e caso fique comprovada existência de abuso de direito, o agente responderá por tal abuso.

6- TEPEDINO, Gustavo. Temas de Direito Civil / Gustavo Tepedino. 3ª edição atualizada. — Rio de Janeiro: Renovar, 2004, p. 18 e 19.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Álvaro Villaça. Teoria Geral das Obrigações: Responsabilidade Civil / Álvaro Villaça de Azevedo.-10. ed. — São Paulo: Atlas, 2004. — (Curso de Direito Civil).

BRASIL, Novo Código Civil. — Exposição de Motivos e Texto Sancionado. Brasília: Editora do Senado Federal, 2004.

GAGLIANO, Pablo Stolze. Novo Curso de Direito Civil. / Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho. — São Paulo: Saraiva, 2003.

TARTUCE, Flávio. Novo Direito Civil: Obrigações / Flávio Tartuce; instrucional designer: Daniela Erani Monteiro Will — Palhoça: UNISULVirtual, 2004.

TEPEDINO, Gustavo. Temas de Direito Civil / Gustavo Tepedino. 3ª edição atualizada. — de Janeiro: Renovar, 2004.





Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO



ATO - 2442014
(relativo ao Processo 66542014)
Código de validação: 50EFEC9012

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Exonerar, a pedido, LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES, matrícula n.º 144873, do cargo em comissão de Assessor Técnico de Desembargador, símbolo CDGA, do Gabinete da Exma. Sra. Des. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes.

PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁCQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 05 de fevereiro de 2014.

Desembargadora CLEONICE SILVA FREIRE
Presidente do Tribunal de Justiça

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 05/02/2014 16:41 (CLEONICE SILVA FREIRE)



Superior Tribunal de Justiça



CERTIDÃO JUDICIAL DE EXERCÍCIO DA ADVOCACIA

O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, com base nos seus registros processuais eletrônicos, acessados no dia e hora abaixo referidos

CERTIFICA

constar processo(s), figurando como advogado(a) "LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES" inscrito(a) na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional MA, sob o nº 006542, 246 processo(s) listado(s) a seguir: REsp 825182/MA (2006/0044547-6) autuado em 20/03/2006, REsp 992045/MA (2007/0227569-5) autuado em 01/10/2007, REsp 1019402/MA (2007/0308873-0) autuado em 11/01/2008, Ag 1043293/MA (2008/0088521-5) autuado em 02/05/2008, Ag 1061139/MA (2008/0127486-1) autuado em 25/06/2008, SLS 1126/MA (2009/0187906-7) autuado em 23/09/2009, AREsp 697954/MA (2015/0091753-5) autuado em 08/05/2015, AREsp 885688/MA (2016/0068668-2) autuado em 31/03/2016, AREsp 942631/MA (2016/0168253-5) autuado em 13/06/2016, EREsp 1615395/MA (2016/0191258-2) autuado em 25/05/2018, REsp 1621013/MA (2016/0219956-9) autuado em 15/08/2016, AREsp 977266/MA (2016/0232411-7) autuado em 25/08/2016, REsp 1627510/MA (2016/0248741-4) autuado em 14/09/2016, REsp 1642769/MA (2016/0318289-8) autuado em 07/12/2016, AREsp 1057696/MA (2017/0035005-5) autuado em 17/02/2017, REsp 1674905/MA (2017/0130895-8) autuado em 08/06/2017, AREsp 1130894/MA (2017/0169022-5) autuado em 19/07/2017, AREsp 1145798/MA (2017/0189392-9) autuado em 18/08/2017, AREsp 1146679/MA (2017/0191132-5) autuado em 21/08/2017, AREsp 1162749/MA (2017/0209854-4) autuado em 12/09/2017, REsp 1695329/MA (2017/0215761-9) autuado em 12/09/2017, AREsp 1178681/MA (2017/0251788-0) autuado em 29/09/2017, SLS 2338/MA (2018/0002399-8) autuado em 10/01/2018, AREsp 1356188/MA (2018/0224918-6) autuado em 31/08/2018, REsp 1780513/MA (2018/0302061-2) autuado em 13/11/2018, SLS 2470/MA (2018/0347719-1) autuado em 30/12/2018, SLS 2471/MA (2018/0347739-3) autuado em 31/12/2018, AREsp 1434220/MA (2019/0015836-0) autuado em 28/01/2019, AREsp 1457076/MA (2019/0046516-0) autuado em 07/03/2019, AREsp 1467871/MA (2019/0079366-9) autuado em 25/03/2019, AREsp 1485252/MA (2019/0102738-2) autuado em 25/04/2019, AREsp 1490763/MA (2019/0112754-3) autuado em 03/05/2019, AREsp 1595471/MA (2019/0296134-8) autuado em 02/10/2019, REsp 1850635/MA (2019/0354153-3) autuado em 26/11/2019, AREsp 1655889/MA (2020/0021292-6) autuado em 04/02/2020, AREsp 1687224/MA (2020/0078850-0) autuado em 01/04/2020, SLS 2832/MA (2020/0298326-1) autuado em 11/11/2020, SLS 2834/MA (2020/0298327-3) autuado em 11/11/2020, AREsp 1792386/MA



Superior Tribunal de Justiça



(2020/0309548-9) autuado em 24/11/2020, AREsp 1802387/MA (2020/0324230-5) autuado em 10/12/2020, TP 3362/MA (2021/0115490-0) autuado em 19/04/2021, REsp 1937334/MA (2021/0139384-0) autuado em 07/05/2021, AREsp 1902726/MA (2021/0153096-0) autuado em 08/06/2021, TP 3458/MA (2021/0174741-3) autuado em 07/06/2021, AREsp 1929315/MA (2021/0201170-4) autuado em 15/07/2021, SLS 2976/MA (2021/0236015-5) autuado em 26/07/2021, AREsp 1949684/MA (2021/0237007-5) autuado em 16/08/2021, REsp 1970161/MA (2021/0340630-5) autuado em 10/11/2021, AREsp 205207/MA (2021/0363097-9) autuado em 06/12/2021, AREsp 2033316/MA (2021/0390561-3) autuado em 15/12/2021, AREsp 2040877/MA (2022/0004235-2) autuado em 13/01/2022, AREsp 2089215/MA (2022/0075144-5) autuado em 21/03/2022, AREsp 2105682/MA (2022/0105018-2) autuado em 18/04/2022, AREsp 2119541/MA (2022/0128752-7) autuado em 07/05/2022, AREsp 2118453/MA (2022/0130335-6) autuado em 05/05/2022, AREsp 2123852/MA (2022/0136321-1) autuado em 13/05/2022, AREsp 2123884/MA (2022/0136372-8) autuado em 13/05/2022, AREsp 2127340/MA (2022/0142027-5) autuado em 18/05/2022, AREsp 2134263/MA (2022/0153440-0) autuado em 26/05/2022, AREsp 2152112/MA (2022/0182499-3) autuado em 22/06/2022, AREsp 2163496/MA (2022/0206740-0) autuado em 06/07/2022, REsp 2015802/MA (2022/0228441-5) autuado em 26/07/2022, AREsp 2178868/MA (2022/0234699-8) autuado em 01/08/2022, AREsp 2179306/MA (2022/0235274-1) autuado em 01/08/2022, AREsp 2184266/MA (2022/0244458-2) autuado em 09/08/2022, AREsp 2185611/MA (2022/0247280-6) autuado em 11/08/2022, AREsp 2188634/MA (2022/0253436-6) autuado em 17/08/2022, AREsp 2191135/MA (2022/0257224-4) autuado em 22/08/2022, AREsp 2197006/MA (2022/0266556-4) autuado em 30/08/2022, AREsp 2192941/MA (2022/0267092-7) autuado em 24/08/2022, AREsp 2194551/MA (2022/0268844-9) autuado em 26/08/2022, AREsp 2201552/MA (2022/0277028-8) autuado em 05/09/2022, AREsp 2211275/MA (2022/0292851-0) autuado em 20/09/2022, AREsp 2222578/MA (2022/0313966-0) autuado em 05/10/2022, AREsp 2229528/MA (2022/0326561-6) autuado em 13/10/2022, AREsp 2230241/MA (2022/0327850-5) autuado em 14/10/2022, AREsp 2232132/MA (2022/0331340-6) autuado em 18/10/2022, AREsp 2241372/MA (2022/0346648-8) autuado em 03/11/2022, AREsp 2242591/MA (2022/0352616-9) autuado em 06/11/2022, AREsp 2252196/MA (2022/0367679-2) autuado em 18/11/2022, AREsp 2256142/MA (2022/0373291-4) autuado em 24/11/2022, AREsp 2257574/MA (2022/0377815-2) autuado em 25/11/2022, AREsp 2270300/MA (2022/0400113-1) autuado em 15/12/2022, AREsp 2275953/MA (2023/0005172-3) autuado em 16/01/2023, AREsp 2282435/MA (2023/0017081-5) autuado em 30/01/2023, AREsp 2292307/MA (2023/0034138-2) autuado em 14/02/2023, AREsp 2299068/MA (2023/0045693-3) autuado em 23/02/2023, AREsp 2299623/MA (2023/0049652-7)



Superior Tribunal de Justiça



autuado em 24/02/2023, AREsp 2304839/MA (2023/0055033-5) autuado em 03/03/2023, REsp 2094955/MA (2023/0059122-0) autuado em 08/03/2023, AREsp 2308619/MA (2023/0059987-0) autuado em 08/03/2023, AREsp 2308877/MA (2023/0060301-3) autuado em 09/03/2023, AREsp 2308895/MA (2023/0060324-0) autuado em 09/03/2023, AREsp 2311262/MA (2023/0061799-6) autuado em 13/03/2023, AREsp 2310852/MA (2023/0064619-2) autuado em 13/03/2023, AREsp 2314470/MA (2023/0072878-4) autuado em 16/03/2023, AREsp 2317842/MA (2023/0080734-7) autuado em 21/03/2023, AREsp 2325383/MA (2023/0080778-8) autuado em 31/03/2023, AREsp 2317986/MA (2023/0080997-4) autuado em 21/03/2023, AREsp 2318006/MA (2023/0081027-1) autuado em 21/03/2023, AREsp 2318026/MA (2023/0081057-4) autuado em 21/03/2023, AREsp 2317455/MA (2023/0081343-0) autuado em 21/03/2023, AREsp 2317886/MA (2023/0081980-8) autuado em 21/03/2023, AREsp 2317781/MA (2023/0081981-0) autuado em 21/03/2023, AREsp 2317778/MA (2023/0081983-3) autuado em 21/03/2023, AREsp 2317807/MA (2023/0082006-5) autuado em 21/03/2023, AREsp 2327372/MA (2023/0089859-1) autuado em 03/04/2023, AREsp 2324289/MA (2023/0089892-2) autuado em 29/03/2023, AREsp 2335871/MA (2023/0102372-3) autuado em 19/04/2023, AREsp 2337920/MA (2023/0109246-0) autuado em 20/04/2023, AREsp 2350863/MA (2023/0127122-1) autuado em 06/05/2023, AREsp 2350910/MA (2023/0127379-5) autuado em 06/05/2023, AREsp 2350989/MA (2023/0128353-0) autuado em 06/05/2023, AREsp 2350996/MA (2023/0128355-3) autuado em 06/05/2023, AREsp 2350991/MA (2023/0128356-5) autuado em 06/05/2023, AREsp 2357667/MA (2023/0145816-3) autuado em 15/05/2023, AREsp 2358532/MA (2023/0147290-5) autuado em 16/05/2023, REsp 2073563/MA (2023/0154743-1) autuado em 22/05/2023, AREsp 2370236/MA (2023/0170912-7) autuado em 27/05/2023, AREsp 2370988/MA (2023/0170914-0) autuado em 29/05/2023, AREsp 2370451/MA (2023/0173499-8) autuado em 27/05/2023, AREsp 2370546/MA (2023/0173957-1) autuado em 28/05/2023, AREsp 2389944/MA (2023/0194873-8) autuado em 20/06/2023, AREsp 2385507/MA (2023/0199775-0) autuado em 14/06/2023, AREsp 2385789/MA (2023/0200115-8) autuado em 14/06/2023, AREsp 2386434/MA (2023/0200750-1) autuado em 15/06/2023, AREsp 2395439/MA (2023/0219571-0) autuado em 26/06/2023, AREsp 2410297/MA (2023/0235182-4) autuado em 18/07/2023, AREsp 2421667/MA (2023/0255677-6) autuado em 02/08/2023, AREsp 2423452/MA (2023/0260364-5) autuado em 04/08/2023, AREsp 2428415/MA (2023/0271703-4) autuado em 10/08/2023, AREsp 2428774/MA (2023/0273219-0) autuado em 10/08/2023, AREsp 2448325/MA (2023/0277437-3) autuado em 04/09/2023, AREsp 2425405/MA (2023/0279457-0) autuado em 07/08/2023, AREsp 2430966/MA (2023/0280847-2) autuado em 15/08/2023, AREsp 2453186/MA (2023/0282206-2) autuado em 11/09/2023, AREsp 2431612/MA



Superior Tribunal de Justiça



(2023/0282649-4) autuado em 15/08/2023, AREsp 2438072/MA (2023/0293812-9) autuado em 23/08/2023, AREsp 2438671/MA (2023/0295716-2) autuado em 23/08/2023, AREsp 2438677/MA (2023/0295726-3) autuado em 23/08/2023, AREsp 2438682/MA (2023/0295729-9) autuado em 23/08/2023, AREsp 2438681/MA (2023/0295731-5) autuado em 23/08/2023, AREsp 2438747/MA (2023/0295816-0) autuado em 23/08/2023, AREsp 2438812/MA (2023/0295982-8) autuado em 23/08/2023, REsp 2122274/MA (2023/0296554-3) autuado em 24/08/2023, AREsp 2443017/MA (2023/0301028-9) autuado em 30/08/2023, AREsp 2464717/MA (2023/0302674-2) autuado em 26/09/2023, REsp 2113549/MA (2023/0303046-1) autuado em 31/08/2023, AREsp 2448821/MA (2023/0309268-7) autuado em 05/09/2023, AREsp 2448824/MA (2023/0309282-8) autuado em 05/09/2023, AREsp 2450178/MA (2023/0313373-0) autuado em 06/09/2023, REsp 2120625/MA (2023/0329454-8) autuado em 25/10/2023, AREsp 2475195/MA (2023/0330357-6) autuado em 09/10/2023, AREsp 2477855/MA (2023/0347556-8) autuado em 11/10/2023, AREsp 2495906/MA (2023/0352616-2) autuado em 16/10/2023, AREsp 2481120/MA (2023/0357077-7) autuado em 05/10/2023, AREsp 2496813/MA (2023/0359481-4) autuado em 09/11/2023, AREsp 2498067/MA (2023/0371306-2) autuado em 19/10/2023, AREsp 2500981/MA (2023/0384720-4) autuado em 25/10/2023, AREsp 2495907/MA (2023/0398117-2) autuado em 08/11/2023, AREsp 2506968/MA (2023/0404059-0) autuado em 22/11/2023, AREsp 2506971/MA (2023/0404204-3) autuado em 22/11/2023, AREsp 2507129/MA (2023/0405549-8) autuado em 22/11/2023, AREsp 2503836/MA (2023/0418901-0) autuado em 19/11/2023, AREsp 2503851/MA (2023/0419222-4) autuado em 20/11/2023, AREsp 2504194/MA (2023/0419299-3) autuado em 20/11/2023, AREsp 2510971/MA (2023/0419304-4) autuado em 27/11/2023, AREsp 2511007/MA (2023/0419313-3) autuado em 27/11/2023, AREsp 2528701/MA (2023/0419330-0) autuado em 14/12/2023, AREsp 2512071/MA (2023/0422281-3) autuado em 28/11/2023, AREsp 2539864/MA (2023/0422447-7) autuado em 14/01/2024, AREsp 2513690/MA (2023/0424426-8) autuado em 29/11/2023, AREsp 2522378/MA (2023/0439725-3) autuado em 07/12/2023, AREsp 2522403/MA (2023/0439734-2) autuado em 07/12/2023, AREsp 2522384/MA (2023/0439735-4) autuado em 07/12/2023, AREsp 2518968/MA (2023/0439736-6) autuado em 05/12/2023, AREsp 2524158/MA (2023/0445168-0) autuado em 11/12/2023, AREsp 2522164/MA (2023/0445181-0) autuado em 07/12/2023, AREsp 2525252/MA (2023/0449598-5) autuado em 12/12/2023, TutCautAnt 292/RJ (2023/0451792-9) autuado em 12/12/2023, AREsp 2547864/MA (2024/0011416-0) autuado em 25/01/2024, AREsp 2553583/MA (2024/0019568-5) autuado em 01/02/2024, AREsp 2567280/MA (2024/0044479-2) autuado em 20/02/2024, AREsp 2574758/MA (2024/0057858-0) autuado em 28/02/2024, AREsp 2582164/MA (2024/0071565-0) autuado em 06/03/2024, AREsp



Superior Tribunal de Justiça



2602320/MA (2024/0076498-6) , AREsp 2591255/MA (2024/0083017-9) autuado em 18/03/2024, REsp 2129563/MA (2024/0084022-8) autuado em 13/03/2024, AREsp 2593945/MA (2024/0092095-1) autuado em 20/03/2024, AREsp 2595683/MA (2024/0092993-1) autuado em 22/03/2024, AREsp 2600518/MA (2024/0093838-4) , AREsp 2604000/MA (2024/0100320-4) , AREsp 2603303/MA (2024/0116544-0) autuado em 11/04/2024, AREsp 2610102/MA (2024/0119129-6) autuado em 17/04/2024, AREsp 2610113/MA (2024/0119160-3) autuado em 17/04/2024, AREsp 2613646/MA (2024/0125680-3) autuado em 19/04/2024, AREsp 2633853/MA (2024/0125884-7) autuado em 09/05/2024, Rcl 47340/MA (2024/0127762-8) autuado em 12/04/2024, AREsp 2620532/MA (2024/0134348-9) autuado em 25/04/2024, AREsp 2623565/MA (2024/0140948-5) autuado em 29/04/2024, AREsp 2623602/MA (2024/0140959-8) autuado em 29/04/2024, AREsp 2625354/MA (2024/0146192-7) autuado em 30/04/2024, REsp 2167187/MA (2024/0152872-0) autuado em 07/05/2024, AREsp 2625380/MA (2024/0154977-1) autuado em 30/04/2024, AREsp 2641699/MA (2024/0173775-7) autuado em 16/05/2024, AREsp 2652422/MA (2024/0182239-9) autuado em 27/05/2024, AREsp 2653339/MA (2024/0182683-5) autuado em 28/05/2024, AREsp 2653384/MA (2024/0183311-8) autuado em 28/05/2024, AREsp 2660937/MA (2024/0199230-0) autuado em 06/06/2024, AREsp 2663757/MA (2024/0208147-6) autuado em 10/06/2024, AREsp 2664597/MA (2024/0209584-4) autuado em 11/06/2024, AREsp 2664596/MA (2024/0209586-8) autuado em 11/06/2024, AREsp 2670040/MA (2024/0218827-8) autuado em 17/06/2024, AREsp 2670049/MA (2024/0218892-5) autuado em 17/06/2024, AREsp 2670051/MA (2024/0218893-7) autuado em 17/06/2024, AREsp 2670203/MA (2024/0218937-7) autuado em 18/06/2024, AREsp 2680441/MA (2024/0237079-6) autuado em 01/07/2024, AREsp 2691939/MA (2024/0256908-7) autuado em 15/07/2024, AREsp 2708778/MA (2024/0287143-2) autuado em 02/08/2024, AREsp 2714070/MA (2024/0294920-5) autuado em 07/08/2024, AREsp 2718172/MA (2024/0300231-0) autuado em 12/08/2024, AREsp 2723733/MA (2024/0305769-4) autuado em 19/08/2024, AREsp 2723282/MA (2024/0306884-2) autuado em 19/08/2024, AREsp 2730709/MA (2024/0319668-0) autuado em 26/08/2024, AREsp 2735876/MA (2024/0329084-1) autuado em 02/09/2024, AREsp 2738999/MA (2024/0335255-4) autuado em 05/09/2024, AREsp 2744770/MA (2024/0342592-1) autuado em 12/09/2024, AREsp 2743802/MA (2024/0344993-0) autuado em 11/09/2024, AREsp 2749499/MA (2024/0355035-9) autuado em 18/09/2024, AREsp 2750407/MA (2024/0357035-3) autuado em 19/09/2024, AREsp 2752217/MA (2024/0357573-4) autuado em 23/09/2024, AREsp 2761713/MA (2024/0376699-0) autuado em 07/10/2024, AREsp 2782359/MA (2024/0403922-5) autuado em 04/11/2024, AREsp 2788849/MA (2024/0419865-6) autuado em 12/11/2024, AREsp 2793793/MA (2024/0429596-2) autuado em 19/11/2024, AREsp



Superior Tribunal de Justiça



2795414/MA (2024/0430037-9) autuado em 22/11/2024, AREsp 2803902/MA (2024/0449068-5) autuado em 03/12/2024, AREsp 2805426/MA (2024/0452219-4) autuado em 04/12/2024, AREsp 2813258/MA (2024/0468982-5) autuado em 12/12/2024, AREsp 2815455/MA (2024/0471874-5) autuado em 13/12/2024, AREsp 2821424/MA (2024/0482583-3) autuado em 19/12/2024, AREsp 2824596/MA (2025/0002522-7) autuado em 09/01/2025, AREsp 2839840/MA (2025/0019826-6) autuado em 28/01/2025, AREsp 2840273/MA (2025/0019914-0) autuado em 28/01/2025, AREsp 2848470/MA (2025/0035076-9) autuado em 07/02/2025, AREsp 2849756/MA (2025/0035252-6) autuado em 10/02/2025.

Observações:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade de quem solicitou a certidão, devendo a titularidade ser conferida pela pessoa interessada e destinatária.
- b) A certidão será emitida conforme as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, a pessoa interessada deverá requerer atualização ao órgão julgador.
- c) Os resultados da pesquisa não contemplam os processos com publicidade restrita.

Certidão gerada via internet com validade de noventa dias corridos.

Esta certidão pode ser validada no site do STJ com os seguintes dados:

Número da Certidão: **3787520**

Código de Segurança: **8F19.B754.237B.1126**

Data de geração: **12 de março de 2025, às 22:43:41**



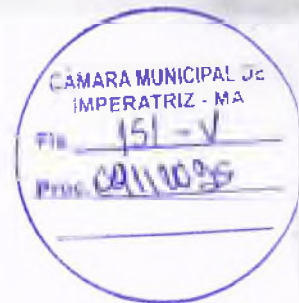
ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

CNPJ: 06.293.120/0001-00

Avenida dos Franceses, s/n – Vila Palmeira – São Luís/MA

CEP: 65.036.901


Fone: (098) 3089-2024



CERTIDÃO

Certificamos, para os devidos fins, que **LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES**, exerceu neste Órgão, o cargo em comissão de Assessor Jurídico, Símbolo DAS-1, no período compreendido entre 08.02. a 01.10.2007, tendo assim desempenhado suas funções com zelo e dedicação.

São Luís, 31 de janeiro de 2013.


MARIA DAS GRAÇAS OLIVEIRA REIS CORRÊA
Chefe da Divisão de Gestão de Recursos Humanos
DETRAN-MA



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU**

Data emissão: 12/03/2025
Data de validade: 12/05/2025

Nº da certidão: 12500046591
Código de Validação: 652c3e0d28

NOME: Luís Eduardo Franco Bouéres
CPF: 838.778.273-49
OAB: 6542
DATA INICIAL: 12/03/2003
DATA FIM: 12/03/2025

Os dados dos documentos constantes nessa certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc.)

Certifico que consta nos registros de distribuição do Primeiro Grau do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, que o(a) advogado(a) Luis Eduardo Franco Boueres, OAB MA No 6542 CPF 838.778.273-49, está vinculado(a) como advogado(a) de parte requerente e/ou requerida nos processos abaixo:

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
1	0833455-03.2019.8.10.0001	14/08/2019	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
2	0800930-05.2019.8.10.0021	14/08/2019	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	JUIZADO ESPECIAL DO TRÂNSITO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
3	0805556-43.2019.8.10.0029	17/08/2019	RETIFICAÇÃO DE REGISTRO DE IMÓVEL	CAXIAS	1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAXIAS	TRAMITANDO
4	0834440-69.2019.8.10.0001	20/08/2019	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
5	0806075-18.2019.8.10.0029	17/09/2019	RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL	CAXIAS	1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAXIAS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU**

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
6	0839116-60.2019.8.10.0001	20/09/2019	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
7	0801989-26.2019.8.10.0054	17/10/2019	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	PRESIDENTE DUTRA	1ª VARA DA COMARCA DE PRESIDENTE DUTRA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
8	0802627-52.2019.8.10.0024	28/10/2019	MONITÓRIA	BACABAL	1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BACABAL	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
9	0802631-89.2019.8.10.0024	28/10/2019	MONITÓRIA	BACABAL	1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BACABAL	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
10	0802092-33.2019.8.10.0054	08/11/2019	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	PRESIDENTE DUTRA	1ª VARA DA COMARCA DE PRESIDENTE DUTRA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
11	0802410-92.2019.8.10.0061	26/11/2019	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	TRAMITANDO
12	0802427-31.2019.8.10.0061	02/12/2019	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
13	0803424-50.2019.8.10.0049	17/12/2019	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	PAÇO DO LUMIAR	1ª VARA DO TERMO JUDICIÁRIO DE PAÇO DO LUMIAR	TRAMITANDO
14	0800018-10.2020.8.10.0106	15/01/2020	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	PASSAGEM FRANCA	VARA ÚNICA DA COMARCA DE PASSAGEM FRANCA	TRAMITANDO
15	0000442-06.2014.8.10.0071	27/01/2020	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	BACURI	VARA ÚNICA DA COMARCA DE BACURI	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
16	0000441-34.2016.8.10.0044	10/02/2020	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	IMPERATRIZ	1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE IMPERATRIZ	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
17	0801604-26.2020.8.10.0060	08/04/2020	AÇÃO POPULAR	TIMON	VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TIMON	JULGADO
18	0800211-25.2020.8.10.0106	10/04/2020	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	PASSAGEM FRANCA	VARA ÚNICA DA COMARCA DE PASSAGEM FRANCA	TRAMITANDO
19	0800224-24.2020.8.10.0106	23/04/2020	DIVÓRCIO LITIGIOSO	PASSAGEM FRANCA	VARA ÚNICA DA COMARCA DE PASSAGEM FRANCA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
20	0814744-13.2020.8.10.0001	19/05/2020	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
21	0816509-19.2020.8.10.0001	10/06/2020	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO
22	0009401-16.2004.8.10.0006	23/04/2004	Procedimento do Juizado Especial Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1º JUIZADO ESPECIAL DAS RELAÇÕES DO CONSUMO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
23	0001755-33.2005.8.10.0001	26/01/2005	CLASSE NÃO DEFINIDA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	5ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
24	0820988-55.2020.8.10.0001	21/07/2020	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	12ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
25	0800716-65.2020.8.10.0025	27/07/2020	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	BACABAL	JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE BACABAL	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
26	0800364-58.2020.8.10.0106	06/08/2020	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	PASSAGEM FRANCA	VARA ÚNICA DA COMARCA DE PASSAGEM FRANCA	TRAMITANDO
27	0823837-97.2020.8.10.0001	13/08/2020	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
28	0801465-47.2020.8.10.0069	27/08/2020	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	ARAIOSES	1ª VARA DA COMARCA DE ARAIOSES	JULGADO
29	0801574-61.2020.8.10.0069	08/09/2020	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	ARAIOSES	1ª VARA DA COMARCA DE ARAIOSES	JULGADO
30	0812376-11.2020.8.10.0040	14/09/2020	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA	VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
31	0800961-05.2020.8.10.0081	12/10/2020	INTERDITO PROIBITÓRIO	CAROLINA	VARA ÚNICA DA COMARCA DE CAROLINA	TRAMITANDO
32	0000077-67.2020.8.10.0094	29/10/2020	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	LORETO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE LORETO	TRAMITANDO





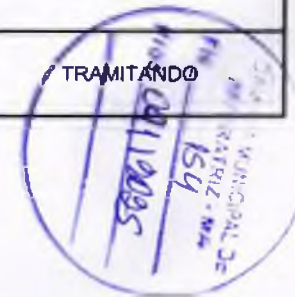
**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU**

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
33	0000081-07.2020.8.10.0094	29/10/2020	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	LORETO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE LORETO	TRAMITANDO
34	0000079-37.2020.8.10.0094	29/10/2020	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	LORETO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE LORETO	JULGADO
35	0000078-52.2020.8.10.0094	29/10/2020	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	LORETO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE LORETO	JULGADO
36	0001081-19.2005.8.10.0013	27/09/2005	Procedimento do Juizado Especial Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	8º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
37	0021801-43.2005.8.10.0001	22/11/2005	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	9ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
38	0023918-07.2005.8.10.0001	20/12/2005	CLASSE NÃO DEFINIDA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
39	0001195-57.2006.8.10.0001	25/01/2006	Liquidação Provisória de Sentença pelo Procedimento Comum	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
40	0001379-13.2006.8.10.0001	27/01/2006	CLASSE NÃO DEFINIDA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	5ª VARA CRIMINAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
41	0003011-74.2006.8.10.0001	22/02/2006	Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
42	0009449-19.2006.8.10.0001	24/05/2006	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	SUSPENSO
43	0000886-97.2006.8.10.0013	14/06/2006	Procedimento do Juizado Especial Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	8º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
44	0001543-92.2006.8.10.0060	21/07/2006	CLASSE NÃO DEFINIDA	TIMON	VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE TIMON	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
45	0021883-40.2006.8.10.0001	28/08/2006	Execução de Título Extrajudicial contra a Fazenda Pública	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
46	0022730-42.2006.8.10.0001	06/09/2006	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	7ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
47	0000082-89.2020.8.10.0094	29/10/2020	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	LORETO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE LORETO	TRAMITANDO
48	0000083-74.2020.8.10.0094	29/10/2020	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	LORETO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE LORETO	TRAMITANDO
49	0000084-59.2020.8.10.0094	29/10/2020	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	LORETO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE LORETO	JULGADO
50	0800548-50.2020.8.10.0094	09/11/2020	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	LORETO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE LORETO	JULGADO
51	0800552-87.2020.8.10.0094	09/11/2020	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	LORETO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE LORETO	SUSPENSO
52	0800554-57.2020.8.10.0094	09/11/2020	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	LORETO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE LORETO	TRAMITANDO
53	0800558-94.2020.8.10.0094	10/11/2020	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	LORETO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE LORETO	JULGADO
54	0800559-79.2020.8.10.0094	10/11/2020	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	LORETO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE LORETO	TRAMITANDO
55	0800560-64.2020.8.10.0094	10/11/2020	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	LORETO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE LORETO	TRAMITANDO





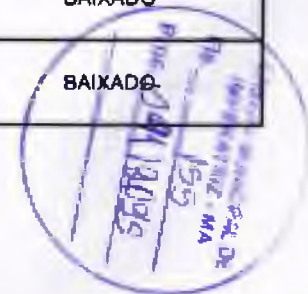
**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU**

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
56	0840123-53.2020.8.10.0001	09/12/2020	MONITÓRIA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	5ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
57	0842064-38.2020.8.10.0001	24/12/2020	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	10ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
58	0800133-94.2021.8.10.0106	24/02/2021	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	PASSAGEM FRANCA	VARA ÚNICA DA COMARCA DE PASSAGEM FRANCA	TRAMITANDO
59	0000336-02.2006.8.10.0111	26/09/2006	Execução de Título Extrajudicial contra a Fazenda Pública	PIO XII	VARA ÚNICA DA COMARCA DE PIO XII	BAIXADO
60	0000350-83.2006.8.10.0111	28/09/2006	Ação Penal - Procedimento Ordinário	PIO XII	VARA ÚNICA DA COMARCA DE PIO XII	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
61	0028748-79.2006.8.10.0001	17/11/2006	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
62	0029300-44.2006.8.10.0001	22/11/2006	Busca e Apreensão	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
63	0030286-95.2006.8.10.0001	30/11/2006	CLASSE NÃO DEFINIDA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	8ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
64	0000446-06.2007.8.10.0001	11/01/2007	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
65	0000029-14.2007.8.10.0111	01/02/2007	Ação Penal - Procedimento Ordinário	PIO XII	VARA ÚNICA DA COMARCA DE PIO XII	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
66	0007449-12.2007.8.10.0001	30/03/2007	CLASSE NÃO DEFINIDA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
67	0008665-08.2007.8.10.0001	13/04/2007	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
68	0011624-49.2007.8.10.0001	17/05/2007	CLASSE NÃO DEFINIDA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
69	0016346-29.2007.8.10.0001	10/07/2007	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
70	0800192-10.2021.8.10.0130	01/03/2021	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO VICENTE FÉRRER	VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO VICENTE FÉRRER	TRAMITANDO
71	0003050-71.2013.8.10.0051	04/03/2021	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	PEDREIRAS	1ª VARA DA COMARCA DE PEDREIRAS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
72	0803202-41.2021.8.10.0040	06/03/2021	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	IMPERATRIZ	1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE IMPERATRIZ	JULGADO
73	0802376-52.2021.8.10.0060	12/04/2021	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	TIMON	VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TIMON	TRAMITANDO
74	0822101-10.2021.8.10.0001	02/06/2021	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	10ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
75	0000956-04.2007.8.10.0006	31/08/2007	Procedimento do Juizado Especial Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1º JUIZADO ESPECIAL DAS RELAÇÕES DO CONSUMO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
76	0022369-88.2007.8.10.0001	25/09/2007	CLASSE NÃO DEFINIDA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	4ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
77	0023916-66.2007.8.10.0001	16/10/2007	CLASSE NÃO DEFINIDA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	9ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
78	0028165-60.2007.8.10.0001	12/12/2007	CLASSE NÃO DEFINIDA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
79	0002568-55.2008.8.10.0001	25/01/2008	Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
80	0000131-05.2008.8.10.0013	30/01/2008	Procedimento do Juizado Especial Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	8º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
81	0000130-20.2008.8.10.0013	30/01/2008	Procedimento do Juizado Especial Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	8º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
82	0003889-28.2008.8.10.0001	14/02/2008	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
83	0006066-62.2008.8.10.0001	10/03/2008	Cumprimento de sentença	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
84	0011803-46.2008.8.10.0001	05/05/2008	CLASSE NÃO DEFINIDA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	4ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
85	0001085-51.2008.8.10.0013	25/07/2008	Procedimento do Juizado Especial Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	8º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
86	0029326-71.2008.8.10.0001	07/11/2008	Ação Penal - Procedimento Ordinário	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	7ª VARA CRIMINAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
87	0033141-76.2008.8.10.0001	12/12/2008	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	5ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
88	0017425-72.2009.8.10.0001	17/06/2009	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	4ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
89	0800968-07.2021.8.10.0131	06/07/2021	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	SENADOR LA ROCQUE	VARA ÚNICA DA COMARCA DE SENADOR LA ROCQUE	JULGADO
90	0800849-87.2021.8.10.0085	26/07/2021	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	OLHO D'ÁGUA DAS CUNHÃS	VARA ÚNICA DA COMARCA DE OLHO D'ÁGUA DAS CUNHÃS	TRAMITANDO
91	0801661-07.2021.8.10.0061	11/08/2021	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	TRAMITANDO
92	0800784-11.2021.8.10.0112	01/09/2021	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	POÇÃO DE PEDRAS	VARA ÚNICA DA COMARCA DE POÇÃO DE PEDRAS	TRAMITANDO
93	0801685-63.2021.8.10.0084	10/09/2021	PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA	CURURUPU	VARA ÚNICA DA COMARCA DE CURURUPU	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
94	0017425-72.2009.8.10.0001	17/06/2009	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	4ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
95	0000016-45.2009.8.10.0143	26/08/2009	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	MORROS	VARA ÚNICA DA COMARCA DE MORROS	JULGADO
96	0000386-23.2009.8.10.0111	20/10/2009	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	PIO XII	VARA ÚNICA DA COMARCA DE PIO XII	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
97	0000163-46.2010.8.10.0140	05/07/2010	MONITÓRIA	VITÓRIA DO MEARIM	VARA ÚNICA DE VITORIA DO MEARIM	JULGADO
98	0017024-05.2011.8.10.0001	25/04/2011	EMBARGOS À EXECUÇÃO	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	7ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
99	0024766-47.2012.8.10.0001	25/06/2012	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
100	0000018-72.2013.8.10.0111	24/01/2013	Execução da Pena	PIO XII	VARA ÚNICA DA COMARCA DE PIO XII	BAIXADO
101	0024417-10.2013.8.10.0001	14/06/2013	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
102	0000720-27.2013.8.10.0108	01/08/2013	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	PINDARÉ-MIRIM	VARA ÚNICA DA COMARCA DE PINDARÉ MIRIM	JULGADO
103	0037231-54.2013.8.10.0001	02/09/2013	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
104	0001591-29.2013.8.10.0085	25/11/2013	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	DOM PEDRO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE DOM PEDRO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
105	0001147-41.2012.8.10.0049	04/02/2014	Ação Civil Pública	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
106	0000180-56.2014.8.10.0071	12/02/2014	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	BACURI	VARA ÚNICA DA COMARCA DE BACURI	JULGADO





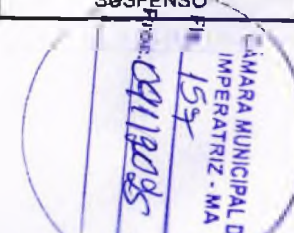
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
107	0000305-90.2014.8.10.0049	25/02/2014	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	PAÇO DO LUMIAR	1ª VARA DO TERMO JUDICIÁRIO DE PAÇO DO LUMIAR	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
108	0013151-89.2014.8.10.0001	27/03/2014	NOTIFICAÇÃO	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	4ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
109	0800875-31.2021.8.10.0103	18/11/2021	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	OLHO D'ÁGUA DAS CUNHÃS	VARA ÚNICA DA COMARCA DE OLHO D'ÁGUA DAS CUNHÃS	TRAMITANDO
110	0802176-38.2021.8.10.0127	09/12/2021	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	VARA AGRÁRIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
111	0000997-78.2014.8.10.0085	18/02/2022	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	DOM PEDRO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE DOM PEDRO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
112	0002667-41.2014.8.10.0057	28/05/2014	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SANTA LUZIA	1ª VARA DA COMARCA DE SANTA LUZIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
113	0025964-51.2014.8.10.0001	12/06/2014	Impugnação ao Valor da Causa Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	16ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
114	0028151-32.2014.8.10.0001	01/07/2014	Cautelar Inominada	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	16ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
115	0034325-57.2014.8.10.0001	06/08/2014	Reintegração / Manutenção de Posse	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	4ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
116	0047023-95.2014.8.10.0001	10/10/2014	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
117	0056187-84.2014.8.10.0001	26/11/2014	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
118	0000232-34.2015.8.10.0001	06/01/2015	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
119	0870442-33.2022.8.10.0001	13/12/2022	PEDIDO DE BUSCA E APREENSÃO CRIMINAL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	VARA ESPECIAL COLEGIADA DOS CRIMES ORGANIZADOS DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	SUSPENSO
120	0801148-48.2022.8.10.0079	18/12/2022	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	CÂNDIDO MENDES	VARA ÚNICA DA COMARCA DE CÂNDIDO MENDES	TRAMITANDO



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
121	0800358-24.2023.8.10.0081	21/03/2023	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	VARA AGRÁRIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
122	0800714-42.2023.8.10.0138	04/04/2023	INQUÉRITO POLICIAL	URBANO SANTOS	VARA ÚNICA DA COMARCA DE URBANO SANTOS	JULGADO
123	0800876-33.2023.8.10.0107	05/05/2023	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	PASTOS BONS	VARA ÚNICA DA COMARCA DE PASTOS BONS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
124	0830852-15.2023.8.10.0001	22/05/2023	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	SUSPENSO
125	0800792-19.2023.8.10.0079	18/09/2023	TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE	CÂNDIDO MENDES	VARA ÚNICA DA COMARCA DE CÂNDIDO MENDES	TRAMITANDO
126	0865372-98.2023.8.10.0001	25/10/2023	RECLAMAÇÃO PRÉ-PROCESSUAL	SÃO LUÍS	2º CEJUSC DE SÃO LUÍS - RUA DO EGITO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
127	0000450-33.2015.8.10.0140	28/04/2015	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	VITÓRIA DO MEARIM	VARA ÚNICA DE VITÓRIA DO MEARIM	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
128	0026717-71.2015.8.10.0001	17/06/2015	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
129	0804631-02.2023.8.10.0031	13/11/2023	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	CHAPADINHA	1ª VARA DA COMARCA DE CHAPADINHA	TRAMITANDO
130	0872510-19.2023.8.10.0001	23/11/2023	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	VARA ESPECIAL COLEGIADA DOS CRIMES ORGANIZADOS DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO
131	0802757-38.2024.8.10.0001	18/01/2024	MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA (LEI MARIA DA PENHA) - CRIMINAL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA ESPECIAL DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
132	0800038-11.2024.8.10.0122	22/01/2024	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO	TRAMITANDO
133	0801532-29.2024.8.10.0115	17/04/2024	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	ROSÁRIO	1ª VARA DA COMARCA DE ROSÁRIO	SUSPENSO





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU**

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
134	0825523-85.2024.8.10.0001	02/05/2024	PEDIDO DE BUSCA E APREENSÃO CRIMINAL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	VARA ESPECIAL COLEGIADA DOS CRIMES ORGANIZADOS DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
135	0851120-56.2024.8.10.0001	22/07/2024	TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	14ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO
136	0002833-11.2015.8.10.0034	02/10/2015	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	CODÓ	3ª VARA DA COMARCA DE CODÓ	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
137	0000842-39.2015.8.10.0118	11/11/2015	Interdito Proibitório	SANTA RITA	VARA ÚNICA DA COMARCA DE SANTA RITA	BAIXADO
138	0000161-05.2016.8.10.0331	05/01/2016	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	CHAPADINHA	1ª VARA DA COMARCA DE CHAPADINHA	JULGADO
139	0803828-82.2024.8.10.0031	02/08/2024	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	CHAPADINHA	1ª VARA DA COMARCA DE CHAPADINHA	TRAMITANDO
140	0804510-37.2024.8.10.0031	13/09/2024	TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE	CHAPADINHA	1ª VARA DA COMARCA DE CHAPADINHA	TRAMITANDO
141	0801894-13.2024.8.10.0121	31/10/2024	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO BERNARDO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO BERNARDO	TRAMITANDO
142	0800115-25.2025.8.10.0109	18/01/2025	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	PAULO RAMOS	VARA ÚNICA DA COMARCA DE PAULO RAMOS	TRAMITANDO
143	0008690-83.2016.8.10.0040	06/07/2016	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	IMPERATRIZ	2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE IMPERATRIZ	JULGADO
144	0000866-35.2016.8.10.0085	18/07/2016	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	DOM PEDRO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE DOM PEDRO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
145	0801130-43.2017.8.10.0001	16/01/2017	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	SUSPENSO
146	0000258-30.2017.8.10.0076	13/02/2017	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	BREJO	1ª VARA DA COMARCA DE BREJO	JULGADO



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
147	0001301-37.2017.8.10.0032	14/03/2017	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	COELHO NETO	1ª VARA DA COMARCA DE COELHO NETO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
148	0001659-39.2017.8.10.0052	06/06/2017	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	PINHEIRO	1ª VARA DA COMARCA DE PINHEIRO	TRAMITANDO
149	0034325-57.2014.8.10.0001	16/08/2017	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	MORROS	VARA ÚNICA DA COMARCA DE MORROS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
150	0834833-62.2017.8.10.0001	21/09/2017	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	13ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
151	0840496-89.2017.8.10.0001	24/10/2017	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	10ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
152	0846752-48.2017.8.10.0001	05/12/2017	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	5ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	SUSPENSO
153	0847931-17.2017.8.10.0001	12/12/2017	EMBARGOS À EXECUÇÃO	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	9ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
154	0807731-31.2018.8.10.0001	28/02/2018	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
155	0808503-91.2018.8.10.0001	06/03/2018	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
156	0811245-89.2018.8.10.0001	23/03/2018	CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE DECISÃO	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	5ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
157	0000202-89.2018.8.10.0034	04/04/2018	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	CODÓ	2ª VARA DA COMARCA DE CODÓ	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
158	0816547-02.2018.8.10.0001	24/04/2018	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	SUSPENSO
159	0006741-73.2018.8.10.0001	28/05/2018	RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	VARA ESPECIAL COLEGIADA DOS CRIMES ORGANIZADOS DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU**

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
160	0829131-04.2018.8.10.0001	29/06/2018	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	15ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	DISTRIBUIÇÃO CANCELADA
161	0007035-02.2016.8.10.0000	05/07/2018	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	VARA ESPECIAL COLEGIADA DOS CRIMES ORGANIZADOS DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO
162	0801365-71.2018.8.10.0034	16/08/2018	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	CODÓ	1ª VARA DA COMARCA DE CODÓ	JULGADO
163	0803613-29.2018.8.10.0060	21/09/2018	AÇÃO POPULAR	TIMON	VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TIMON	SUSPENSO
164	0851469-65.2018.8.10.0001	04/10/2018	SEPARAÇÃO CONTENCIOSA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	3ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
165	0858795-20.2018.8.10.0001	09/11/2018	DIVÓRCIO CONSENSUAL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	DISTRIBUIÇÃO CANCELADA
166	0863139-07.2018.8.10.0001	06/12/2018	DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO CUMULADO COM COBRANÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	5ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
167	0000024-21.2019.8.10.0127	17/01/2019	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	VARA AGRÁRIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
168	0800155-64.2019.8.10.0061	28/01/2019	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	TRAMITANDO
169	0804489-30.2019.8.10.0001	31/01/2019	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
170	0800711-63.2019.8.10.0062	14/03/2019	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	VITORINO FREIRE	1ª VARA DA COMARCA DE VITORINO FREIRE	JULGADO
171	0802310-43.2019.8.10.0060	02/05/2019	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	TIMON	VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TIMON	TRAMITANDO



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
172	0818947-52.2019.8.10.0001	07/05/2019	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	7ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
173	0800937-06.2019.8.10.0115	13/05/2019	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	ROSÁRIO	1ª VARA DA COMARCA DE ROSÁRIO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
174	0801212-35.2019.8.10.0056	17/05/2019	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	SANTA INÊS	1ª VARA DA COMARCA DE SANTA INÊS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
175	0824189-89.2019.8.10.0001	13/06/2019	BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	11ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
176	0807850-74.2019.8.10.0027	12/07/2019	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	BARRA DO CORDA	1ª VARA DA COMARCA DE BARRA DO CORDA	SUSPENSO
177	0801578-80.2019.8.10.0054	26/07/2019	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	PRESIDENTE DUTRA	1ª VARA DA COMARCA DE PRESIDENTE DUTRA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
178	0803989-78.2019.8.10.0060	12/08/2019	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	TIMON	VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TIMON	SUSPENSO
179	0800767-56.2019.8.10.0140	19/09/2019	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	VITÓRIA DO MEARIM	VARA ÚNICA DE VITÓRIA DO MEARIM	JULGADO
180	0803075-17.2019.8.10.0059	08/10/2019	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
181	0007210-71.2008.8.10.0001	24/10/2019	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	4ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
182	0802628-37.2019.8.10.0024	28/10/2019	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	BACABAL	1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BACABAL	JULGADO
183	0803027-88.2019.8.10.0049	01/11/2019	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	PAÇO DO LUMIAR	1ª VARA DO TERMO JUDICIÁRIO DE PAÇO DO LUMIAR	TRAMITANDO





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU**

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
184	0802411-77.2019.8.10.0061	26/11/2019	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	TRAMITANDO
185	0849382-09.2019.8.10.0001	28/11/2019	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA	ESTADUAL E MUNICIPAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS
186	0852506-97.2019.8.10.0001	19/12/2019	TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	11ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
187	0800299-34.2020.8.10.0148	03/02/2020	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	CODÓ	JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE CODÓ	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
188	0800192-18.2020.8.10.0074	13/03/2020	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	BOM JARDIM	VARA ÚNICA DA COMARCA DE BOM JARDIM	SUSPENSO
189	0800210-40.2020.8.10.0106	09/04/2020	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	PASSAGEM FRANCA	VARA ÚNICA DA COMARCA DE PASSAGEM FRANCA	TRAMITANDO
190	0800214-77.2020.8.10.0106	15/04/2020	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	PASSAGEM FRANCA	VARA ÚNICA DA COMARCA DE PASSAGEM FRANCA	TRAMITANDO
191	0800845-59.2020.8.10.0061	08/05/2020	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
192	0800275-35.2020.8.10.0106	29/05/2020	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	PASSAGEM FRANCA	VARA ÚNICA DA COMARCA DE PASSAGEM FRANCA	TRAMITANDO
193	0000029-76.2004.8.10.0092	30/01/2004	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	IGARAPÉ GRANDE	VARA ÚNICA DA COMARCA DE IGARAPÉ GRANDE	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
194	0012085-26.2004.8.10.0001	12/07/2004	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
195	0820987-70.2020.8.10.0001	21/07/2020	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	12ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
196	0820990-25.2020.8.10.0001	21/07/2020	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	12ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
197	0800360-21.2020.8.10.0106	04/08/2020	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	PASSAGEM FRANCA	VARA ÚNICA DA COMARCA DE PASSAGEM FRANCA	TRAMITANDO
198	0000080-22.2020.8.10.0094	29/10/2020	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	LORETO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE LORETO	TRAMITANDO
199	0000074-15.2020.8.10.0094	29/10/2020	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	LORETO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE LORETO	TRAMITANDO
200	0014796-67.2005.8.10.0001	10/08/2005	CLASSE NÃO DEFINIDA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
201	0019742-82.2005.8.10.0001	20/10/2005	Ação Civil de Improbidade Administrativa	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
202	0022215-41.2005.8.10.0001	28/11/2005	Cumprimento de sentença	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	8ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
203	0000966-97.2006.8.10.0001	23/01/2006	CLASSE NÃO DEFINIDA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	3ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
204	0001378-28.2006.8.10.0001	27/01/2006	CLASSE NÃO DEFINIDA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	5ª VARA CRIMINAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
205	0000228-85.2006.8.10.0009	06/02/2006	Procedimento do Juizado Especial Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
206	0006231-80.2006.8.10.0001	11/04/2006	CLASSE NÃO DEFINIDA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
207	0000577-97.2006.8.10.0006	02/06/2006	Procedimento do Juizado Especial Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1º JUIZADO ESPECIAL DAS RELAÇÕES DO CONSUMO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU**

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
208	0000677-22.2006.8.10.0010	07/07/2006	Procedimento do Juizado Especial Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	11º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
209	0018152-36.2006.8.10.0001	04/08/2006	CLASSE NÃO DEFINIDA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
210	0021970-93.2006.8.10.0001	29/08/2006	Execução de Título Extrajudicial contra a Fazenda Pública	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
211	0000076-82.2020.8.10.0094	29/10/2020	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	LORETO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE LORETO	TRAMITANDO
212	0000075-97.2020.8.10.0094	29/10/2020	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	LORETO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE LORETO	JULGADO
213	0835245-85.2020.8.10.0001	06/11/2020	MONITORIA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	11ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
214	0800551-05.2020.8.10.0094	09/11/2020	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	LORETO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE LORETO	TRAMITANDO
215	0800553-72.2020.8.10.0094	09/11/2020	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	LORETO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE LORETO	TRAMITANDO
216	0800557-12.2020.8.10.0094	10/11/2020	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	LORETO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE LORETO	JULGADO
217	0000337-84.2006.8.10.0111	26/09/2006	Ação Penal - Procedimento Ordinário	PIO XII	VARA ÚNICA DA COMARCA DE PIO XII	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
218	0000352-53.2006.8.10.0111	28/09/2006	Cumprimento de sentença	PIO XII	VARA ÚNICA DA COMARCA DE PIO XII	BAIXADO
219	0026429-41.2006.8.10.0001	23/10/2006	CLASSE NÃO DEFINIDA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
220	0029809-72.2006.8.10.0001	28/11/2006	CLASSE NÃO DEFINIDA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
221	0030469-66.2006.8.10.0001	01/12/2006	CLASSE NÃO DEFINIDA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
222	0000860-04.2007.8.10.0001	19/01/2007	CLASSE NÃO DEFINIDA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
223	0000107-08.2007.8.10.0111	14/03/2007	Ação Civil de Improbidade Administrativa	PIO XII	VARA ÚNICA DA COMARCA DE PIO XII	BAIXADO
224	0007510-67.2007.8.10.0001	30/03/2007	CLASSE NÃO DEFINIDA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
225	0011387-15.2007.8.10.0001	15/05/2007	Cumprimento de sentença	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
226	0016100-33.2007.8.10.0001	06/07/2007	Execução de Título Extrajudicial contra a Fazenda Pública	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	4ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
227	0001354-27.2007.8.10.0013	12/07/2007	Procedimento do Juizado Especial Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	8º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
228	0808670-06.2021.8.10.0001	05/03/2021	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	10ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
229	0800422-65.2021.8.10.0061	09/03/2021	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
230	0000708-93.2014.8.10.0070	22/04/2021	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	ARARI	VARA ÚNICA DA COMARCA DE ARARI	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
231	0804160-64.2021.8.10.0060	15/06/2021	PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL (PIC-MP)	TIMON	1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE TIMON	SUSPENSO
232	0021106-21.2007.8.10.0001	10/09/2007	Embargos à Execução Fiscal	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	8ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO





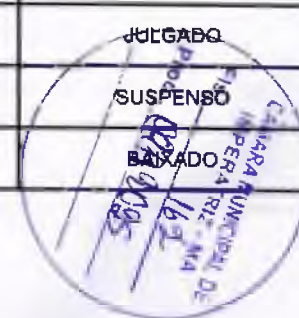
**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU**

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
233	0022612-32.2007.8.10.0001	28/09/2007	INVENTÁRIO	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª VARA DE INTERDIÇÃO E SUCESSÕES:TUTELA	CURATELA E AUSÊNCIA DA COMARCA DE SÃO LUÍS
234	0027592-22.2007.8.10.0001	05/12/2007	CLASSE NÃO DEFINIDA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
235	0006365-39.2008.8.10.0001	12/03/2008	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	8ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
236	0015464-33.2008.8.10.0001	11/06/2008	CLASSE NÃO DEFINIDA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	3ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
237	0024510-49.2008.8.10.0001	18/09/2008	Crimes de Calúnia	Injúria e Difamação de Competência do Juiz Singular	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA CRIMINAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS
238	0032356-17.2008.8.10.0001	04/12/2008	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	7ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
239	0009039-52.2009.8.10.0001	01/04/2009	Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
240	0000325-88.2018.8.10.0066	05/07/2021	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	AMARANTE DO MARANHÃO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE AMARANTE DO MARANHÃO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
241	0801038-24.2021.8.10.0131	19/07/2021	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	SENADOR LA ROCQUE	VARA ÚNICA DA COMARCA DE SENADOR LA ROCQUE	TRAMITANDO
242	0800658-76.2021.8.10.0106	06/08/2021	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	PASSAGEM FRANCA	VARA ÚNICA DA COMARCA DE PASSAGEM FRANCA	TRAMITANDO
243	0801194-27.2021.8.10.0126	08/09/2021	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	BALSAS	1ª VARA DA COMARCA DE BALSAS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
244	0802073-63.2021.8.10.0084	26/10/2021	PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA	CURURUPU	VARA ÚNICA DA COMARCA DE CURURUPU	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
245	0017710-65.2009.8.10.0001	19/06/2009	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
246	0021744-83.2009.8.10.0001	23/07/2009	DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO CUMULADO COM COBRANÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
247	0018386-76.2010.8.10.0001	01/06/2010	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	SUSPENSO
248	0030359-91.2011.8.10.0001	07/07/2011	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª VARA CRIMINAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
249	0001052-84.2012.8.10.0057	11/07/2012	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SANTA LUZIA	1ª VARA DA COMARCA DE SANTA LUZIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
250	0011468-51.2013.8.10.0001	25/03/2013	Ação Civil de Improbidade Administrativa	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
251	0001265-25.2013.8.10.0035	08/07/2013	USUCAPIÃO	COROATÁ	1ª VARA DA COMARCA DE COROATÁ	TRAMITANDO
252	0000394-18.2013.8.10.0092	16/08/2013	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	IGARAPÉ GRANDE	VARA ÚNICA DA COMARCA DE IGARAPÉ GRANDE	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
253	0050025-10.2013.8.10.0001	14/11/2013	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	16ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
254	0802109-73.2021.8.10.0127	29/11/2021	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	VARA AGRÁRIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
255	0800071-43.2022.8.10.0066	26/01/2022	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	AMARANTE DO MARANHÃO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE AMARANTE DO MARANHÃO	JULGADO
256	0803446-70.2022.8.10.0060	02/05/2022	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	TIMON	VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TIMON	SUSPENSO
257	0025696-94.2014.8.10.0001	11/06/2014	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU**

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
258	0028148-77.2014.8.10.0001	01/07/2014	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
259	0028148-77.2014.8.10.0001	01/07/2014	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO
260	0039081-12.2014.8.10.0001	29/08/2014	EMBARGOS À EXECUÇÃO	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
261	0054165-53.2014.8.10.0001	12/11/2014	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	4ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
262	0058658-73.2014.8.10.0001	10/12/2014	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
263	0000004-34.2015.8.10.0074	08/01/2015	Procedimento Comum Cível	BOM JARDIM	VARA ÚNICA DA COMARCA DE BOM JARDIM	BAIXADO
264	0801680-38.2022.8.10.0106	15/12/2022	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	PASSAGEM FRANCA	VARA ÚNICA DA COMARCA DE PASSAGEM FRANCA	TRAMITANDO
265	0800722-92.2023.8.10.0049	14/03/2023	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	PAÇO DO LUMIAR	1ª VARA DO TERMO JUDICIÁRIO DE PAÇO DO LUMIAR	JULGADO
266	0800563-76.2023.8.10.0138	23/03/2023	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	URBANO SANTOS	VARA ÚNICA DA COMARCA DE URBANO SANTOS	TRAMITANDO
267	0800380-07.2023.8.10.0106	23/03/2023	MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA (LEI MARIA DA PENHA) - CRIMINAL	PASSAGEM FRANCA	VARA ÚNICA DA COMARCA DE PASSAGEM FRANCA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
268	0827101-20.2023.8.10.0001	08/05/2023	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
269	0801084-21.2023.8.10.0138	23/05/2023	COMUNICADO DE MANDADO DE PRISÃO	URBANO SANTOS	VARA ÚNICA DA COMARCA DE URBANO SANTOS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
270	0015865-85.2015.8.10.0001	16/04/2015	Ação Civil de Improbidade Administrativa	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
271	0000628-83.2015.8.10.0074	12/06/2015	Mandado de Segurança Cível	BOM JARDIM	VARA ÚNICA DA COMARCA DE BOM JARDIM	BAIXADO
272	0032803-58.2015.8.10.0001	17/07/2015	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
273	0802735-89.2023.8.10.0073	20/11/2023	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	BARREIRINHAS	1ª VARA DA COMARCA DE BARREIRINHAS	JULGADO
274	0800890-49.2024.8.10.0085	19/06/2024	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	DOM PEDRO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE DOM PEDRO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
275	0803648-66.2024.8.10.0031	22/07/2024	TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE	CHAPADINHA	1ª VARA DA COMARCA DE CHAPADINHA	JULGADO
276	0036598-72.2015.8.10.0001	10/08/2015	DESPEJO	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	7ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
277	0000075-50.2013.8.10.0092	29/10/2015	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	IGARAPÉ GRANDE	VARA ÚNICA DA COMARCA DE IGARAPÉ GRANDE	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
278	0803761-20.2024.8.10.0031	29/07/2024	TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE	CHAPADINHA	1ª VARA DA COMARCA DE CHAPADINHA	TRAMITANDO
279	0858199-86.2024.8.10.0001	13/08/2024	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO
280	0801789-91.2024.8.10.0135	03/10/2024	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	TUNTUM	1ª VARA DA COMARCA DE TUNTUM	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
281	0902202-29.2024.8.10.0001	30/12/2024	MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO
282	0813781-29.2025.8.10.0001	14/02/2025	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO
283	0002897-69.2016.8.10.0039	02/09/2016	CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA	LAGO DA PEDRA	1ª VARA DA COMARCA DE LAGO DA PEDRA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
284	0000135-33.2017.8.10.0108	10/02/2017	Ação Penal - Procedimento Ordinário	PINDARÉ-MIRIM	VARA ÚNICA DA COMARCA DE PINDARÉ MIRIM	BAIXADO





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU**

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
285	0000460-07.2017.8.10.0076	13/03/2017	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	BREJO	1ª VARA DA COMARCA DE BREJO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
286	0802061-63.2017.8.10.0060	29/05/2017	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	TIMON	VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TIMON	JULGADO
287	0827373-24.2017.8.10.0001	06/08/2017	IMISSÃO NA POSSE	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	15ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO
288	0001167-40.2017.8.10.0022	24/08/2017	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	AÇAILÂNDIA	1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA AÇAILÂNDIA	JULGADO
289	0002767-61.2017.8.10.0066	24/10/2017	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	AMARANTE DO MARANHÃO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE AMARANTE DO MARANHÃO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
290	0841784-72.2017.8.10.0001	31/10/2017	OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	VARA ESPECIAL DO IDOSO E DOS REGISTROS PÚBLICOS DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
291	0000149-52.2018.8.10.0085	31/01/2018	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	DOM PEDRO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE DOM PEDRO	TRAMITANDO
292	0807738-23.2018.8.10.0001	28/02/2018	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	11ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
293	0000297-23.2018.8.10.0066	08/03/2018	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	AMARANTE DO MARANHÃO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE AMARANTE DO MARANHÃO	JULGADO
294	0000547-76.2018.8.10.0027	13/08/2018	Carta Precatória Criminal	BARRA DO CORDA	1ª VARA DA COMARCA DE BARRA DO CORDA	BAIXADO
295	0801479-10.2018.8.10.0034	29/08/2018	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	CODÓ	1ª VARA DA COMARCA DE CODÓ	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
296	0846776-42.2018.8.10.0001	15/09/2018	RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
297	0861580-15.2018.8.10.0001	27/11/2018	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA	ESTADUAL E MUNICIPAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS
298	0864255-48.2018.8.10.0001	13/12/2018	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
299	0800111-68.2019.8.10.0021	22/01/2019	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	JUIZADO ESPECIAL DO TRÂNSITO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
300	0000102-24.2019.8.10.0027	07/02/2019	Notificação para Explicações	BARRA DO CORDA	2ª VARA DA COMARCA DE BARRA DO CORDA	BAIXADO
301	0001898-31.2019.8.10.0001	13/02/2019	RENOVATÓRIA DE LOCAÇÃO	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	8ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO
302	0816557-12.2019.8.10.0001	18/04/2019	TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE	SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	1ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
303	0819673-26.2019.8.10.0001	13/05/2019	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	5ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
304	0820133-13.2019.8.10.0001	16/05/2019	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	VARA ESPECIAL DO IDOSO E DOS REGISTROS PÚBLICOS DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
305	0801915-32.2019.8.10.0034	21/05/2019	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	CODÓ	1ª VARA DA COMARCA DE CODÓ	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
306	0801259-91.2019.8.10.0061	01/07/2019	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
307	0801803-93.2019.8.10.0024	16/07/2019	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	BACABAL	2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BACABAL	JULGADO





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU**

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
308	0831542-83.2019.8.10.0001	06/08/2019	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO

Observações:

- a) A validade desta consulta é de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova consulta;
- b) A autenticidade desta consulta poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Maranhão - www.tjma.jus.br - menu - Certidão de Prática Forense, utilizando o código de validação acima identificado;
- c) Fonte da pesquisa: sistemas ThemisPG (1º grau), PJE (1º grau), PROJUDI, VEP e SEEU;



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU**

Data emissão: 12/03/2025
Data de validade: 12/04/2025

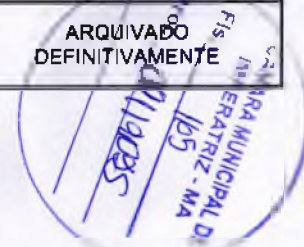
Nº da certidão: 12500046672
Código de Validação: 5392cede3f

NOME: Luís Eduardo Franco Bouéres
CPF: 838.778.273-49
OAB: 6542
DATA INICIAL: 12/03/2003
DATA FIM: 12/03/2025

Os dados dos documentos constantes nessa certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc.)

Certifico que consta nos registros de distribuição do Segundo Grau do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, que o(a) advogado(a) Luis Eduardo Franco Boueres, OAB MA No 6542 CPF 838.778.273-49, está vinculado(a) como advogado(a) de parte requerente e/ou requerida nos processos abaixo:

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
1	0801799-54.2018.8.10.0036	19/08/2019	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
2	0802091-39.2018.8.10.0036	19/08/2019	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Maria Francisca Gualberto de Galiza	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
3	0800471-55.2019.8.10.0036	21/08/2019	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
4	0800444-72.2019.8.10.0036	21/08/2019	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
5	0801886-10.2018.8.10.0036	26/08/2019	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Maria Francisca Gualberto de Galiza	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
6	0004758-76.2017.8.10.0000	28/08/2019	PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL (PIC-MP)	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU**

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
7	0000232-34.2015.8.10.0001	05/09/2019	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
8	0028148-77.2014.8.10.0001	03/10/2019	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
9	0802034-21.2018.8.10.0036	10/10/2019	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José de Ribamar Castro	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
10	0809784-51.2019.8.10.0000	24/10/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Ângela Maria Moraes Salazar	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
11	0810281-65.2019.8.10.0000	11/11/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Luiz de França Belchior Silva	SUSPENSO
12	0002667-41.2014.8.10.0057	26/11/2019	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Luiz Gonzaga Almeida Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
13	0840496-89.2017.8.10.0001	02/12/2019	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
14	0801141-93.2019.8.10.0036	28/01/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
15	0800931-19.2020.8.10.0000	04/02/2020	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Gonçalo de Sousa Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
16	0801295-88.2020.8.10.0000	10/02/2020	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
17	0800938-34.2019.8.10.0036	06/03/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Tyrone José Silva	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
18	0800994-67.2019.8.10.0036	25/03/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
19	0001165-23.2015.8.10.0125	30/03/2020	REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Anildes de Jesus B. Chaves Cruz	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
20	0801972-78.2018.8.10.0036	02/04/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
21	0802079-25.2018.8.10.0036	02/04/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Nelma Celeste S. S. Sarney Costa	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
22	0801005-96.2019.8.10.0036	08/04/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
23	0802110-45.2018.8.10.0036	13/04/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
24	0826271-30.2018.8.10.0001	24/04/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Raimundo José Barros de Sousa	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
25	0806124-15.2020.8.10.0000	25/05/2020	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
26	0800981-68.2019.8.10.0036	19/06/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
27	0002767-81.2017.8.10.0066	21/07/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
28	0002715-85.2017.8.10.0066	22/07/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
29	0810375-76.2020.8.10.0000	03/08/2020	AÇÃO RESCISÓRIA	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Gonçalo de Sousa Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
30	0800932-38.2018.8.10.0076	24/08/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
31	0801032-90.2018.8.10.0076	11/09/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
32	0813133-28.2020.8.10.0000	16/09/2020	HABEAS CORPUS CRIMINAL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
33	0814888-87.2020.8.10.0000	11/10/2020	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Antônio José Vieira Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
34	0815712-46.2020.8.10.0000	23/10/2020	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Marcelo Carvalho Silva	TRAMITANDO
35	0000150-81.2006.8.10.9001	22/08/2006	Recurso Inominado Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL DE SÃO LUÍS	BAIXADO
36	0000163-46.2010.8.10.0140	03/11/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa	JULGADO





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU**

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
37	0800022-11.2018.8.10.0076	10/11/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	JULGADO
38	0801021-61.2018.8.10.0076	12/11/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
39	0800605-48.2020.8.10.0036	23/11/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
40	0800497-19.2020.8.10.0036	26/11/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
41	0800786-94.2018.8.10.0076	20/01/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
42	0800906-40.2018.8.10.0076	20/01/2021	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
43	0800999-03.2018.8.10.0076	03/02/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desº. Nelma Celeste S. S. Sarney Costa	JULGADO
44	0001259-96.2007.8.10.9001	20/08/2007	Mandado de Segurança Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL DE SÃO LUÍS	BAIXADO
45	0003050-71.2013.8.10.0051	04/03/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
46	0001370-34.2017.8.10.0076	11/03/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
47	0804869-85.2021.8.10.0000	25/03/2021	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Antônio José Vieira Filho	JULGADO
48	0805006-67.2021.8.10.0000	29/03/2021	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Gonçalo de Sousa Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
49	0800903-85.2018.8.10.0076	12/04/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
50	0000708-93.2014.8.10.0070	22/04/2021	REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desº. Maria Francisca Gualberto de Galiza	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
51	0001371-20.2015.8.10.0066	23/04/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU**

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
52	0001713-31.2015.8.10.0066	23/04/2021	REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
53	0001939-65.2017.8.10.0066	23/04/2021	REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
54	0001242-15.2015.8.10.0066	26/05/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	JULGADO
55	0001568-65.2016.8.10.0057	14/06/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa	JULGADO
56	0801578-80.2019.8.10.0054	21/06/2021	RECURSO INOMINADO CÍVEL	PRESIDENTE DUTRA	TURMA RECURSAL DA COMARCA DE PRESIDENTE DUTRA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
57	0001650-06.2015.8.10.0066	25/06/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
58	0812771-89.2021.8.10.0000	19/07/2021	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Des. Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
59	0800845-59.2020.8.10.0061	26/07/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
60	0800716-65.2020.8.10.0025	17/08/2021	RECURSO INOMINADO CÍVEL	BACABAL	TURMA RECURSAL DA COMARCA DE BACABAL	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
61	0816762-73.2021.8.10.0000	27/09/2021	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Luiz Gonzaga Almeida Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
62	0001191-04.2015.8.10.0066	08/10/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	JULGADO
63	0000180-56.2014.8.10.0071	14/10/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Kleber Costa Carvalho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
64	0802182-13.2019.8.10.0031	21/10/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Raimundo José Barros de Sousa	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
65	0840123-53.2020.8.10.0001	28/10/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Antônio José Vieira Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
66	0811765-20.2016.8.10.0001	01/11/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Antônio José Vieira Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU**

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
67	0001925-81.2017.8.10.0066	10/11/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
68	0001353-95.2007.8.10.0060	20/06/2011	REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des.ª. Nelma Celeste S. S. Sarney Costa	TRAMITANDO
69	0002756-32.2017.8.10.0066	18/11/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	JULGADO
70	0803409-38.2019.8.10.0031	27/12/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
71	0001704-80.2013.8.10.0085	21/01/2022	APELAÇÃO CRIMINAL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Francisco Ronaldo Maciel Oliveira	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
72	0801198-20.2022.8.10.0000	26/01/2022	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Luiz Gonzaga Almeida Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
73	0801041-27.2017.8.10.0031	17/02/2022	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Josemar Lopes Santos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
74	0000997-78.2014.8.10.0085	18/02/2022	APELAÇÃO CRIMINAL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Vicente de Paula Gomes de Castro	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
75	0002532-94.2017.8.10.0066	25/02/2022	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Raimundo José Barros de Sousa	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
76	0849382-09.2019.8.10.0001	09/05/2022	RECURSO INOMINADO CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª TURMA RECURSAL PERMANENTE DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
77	0001366-95.2015.8.10.0066	07/07/2022	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
78	0815495-32.2022.8.10.0000	04/08/2022	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
79	0000161-05.2016.8.10.0031	18/09/2022	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	JULGADO
80	0000024-21.2019.8.10.0127	17/10/2022	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Antônio José Vieira Filho	TRAMITANDO
81	0801396-95.2021.8.10.0031	26/10/2022	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Gervásio Protásio dos Santos Júnior	TRAMITANDO



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
82	0023721-37.2014.8.10.0001	08/11/2022	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	JULGADO
83	0831542-83.2019.8.10.0001	17/11/2022	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Ângela Maria Moraes Salazar	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
84	0802598-35.2023.8.10.0000	10/02/2023	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Kleber Costa Carvalho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
85	0805320-42.2023.8.10.0000	22/03/2023	PETIÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Loulival de Jesus Serejo Sousa	TRAMITANDO
86	0808344-78.2023.8.10.0000	10/04/2023	PRECATORIO	SÃO LUÍS	COORDENADORIA DE PRECATÓRIOS	TRAMITANDO
87	0808346-48.2023.8.10.0000	10/04/2023	PRECATORIO	SÃO LUÍS	COORDENADORIA DE PRECATÓRIOS	TRAMITANDO
88	0001276-87.2015.8.10.0066	09/05/2023	REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
89	0813807-98.2023.8.10.0000	27/06/2023	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Antônio José Vieira Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
90	0801365-71.2018.8.10.0034	18/08/2023	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Márcia Cristina Coelho Chaves	TRAMITANDO
91	0007529-95.2015.8.10.0000	06/07/2015	PRECATORIO	SÃO LUÍS	COORDENADORIA DE PRECATÓRIOS	TRAMITANDO
92	0842064-38.2020.8.10.0001	21/11/2023	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Juíza Maria do Socorro Mendonça Carneiro	JULGADO
93	0826872-63.2023.8.10.0000	04/12/2023	PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO À APELAÇÃO	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Ângela Maria Moraes Salazar	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
94	0800643-63.2023.8.10.0001	04/12/2023	APELAÇÃO CRIMINAL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	JULGADO
95	0827266-70.2023.8.10.0000	07/12/2023	PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO À APELAÇÃO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Cleones Carvalho Cunha	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
96	0827690-15.2023.8.10.0000	13/12/2023	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Ângela Maria Moraes Salazar	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
97	0802419-67.2024.8.10.0000	09/02/2024	PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO À APELAÇÃO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Cleones Carvalho Cunha	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
98	0805181-56.2024.8.10.0000	13/03/2024	PRECATORIO	SÃO LUÍS	COORDENADORIA DE PRECATORIOS	TRAMITANDO
99	0805484-70.2024.8.10.0000	15/03/2024	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro	TRAMITANDO
100	0002416-52.2016.8.10.0057	16/04/2024	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	JULGADO
101	0811218-02.2024.8.10.0000	14/05/2024	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Márcia Cristina Coelho Chaves	JULGADO
102	0802121-35.2023.8.10.0057	16/05/2024	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Jorge Rachid Mubárrak Maluf	JULGADO
103	0812647-04.2024.8.10.0000	29/05/2024	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Nilo Ribeiro Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
104	0835245-85.2020.8.10.0001	03/07/2024	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	JULGADO
105	0815954-63.2024.8.10.0000	04/07/2024	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro	TRAMITANDO
106	0000075-50.2013.8.10.0092	29/10/2015	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
107	0819642-33.2024.8.10.0000	15/08/2024	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Márcia Cristina Coelho Chaves	TRAMITANDO
108	0058658-73.2014.8.10.0001	22/08/2024	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa	TRAMITANDO
109	0017024-05.2011.8.10.0001	23/08/2024	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Gonçalo de Sousa Filho	TRAMITANDO
110	0800071-43.2022.8.10.0066	10/09/2024	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Kleber Costa Carvalho	JULGADO
111	0822970-68.2024.8.10.0000	20/09/2024	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Ângela Maria Moraes Salazar	TRAMITANDO



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
112	0801574-61.2020.8.10.0069	23/10/2024	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa	TRAMITANDO
113	0801853-15.2022.8.10.0057	22/11/2024	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Cleones Carvalho Cunha	JULGADO
114	0800722-92.2023.8.10.0049	19/02/2025	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Cleones Carvalho Cunha	TRAMITANDO
115	0805646-31.2025.8.10.0000	11/03/2025	PRECATÓRIO	SÃO LUÍS	COORDENADORIA DE PRECATÓRIOS	TRAMITANDO
116	0003689-43.2016.8.10.0000	10/05/2016	PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL (PIC-MP)	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
117	0055476-16.2013.8.10.0001	25/08/2016	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
118	0800615-11.2017.8.10.0000	01/03/2017	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
119	0800831-69.2017.8.10.0000	24/03/2017	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Josemar Lopes Santos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
120	0000305-90.2014.8.10.0049	04/07/2017	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Maria Francisca Gualberto de Galiza	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
121	0805025-15.2017.8.10.0000	09/10/2017	SUSPENSÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
122	0805566-48.2017.8.10.0000	20/10/2017	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Des. Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
123	0805862-70.2017.8.10.0000	31/10/2017	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Marcelino Chaves Everton	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
124	0801294-74.2018.8.10.0000	23/02/2018	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Raimundo José Barros de Sousa	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
125	0801811-79.2018.8.10.0000	14/03/2018	CONFLITO DE COMPETÊNCIA CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU**

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
126	0804354-55.2018.8.10.0000	21/05/2018	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Ângela Maria Moraes Salazar	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
127	0000726-20.2015.8.10.0090	24/05/2018	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
128	0001052-84.2012.8.10.0057	03/09/2018	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
129	0807688-97.2018.8.10.0000	08/09/2018	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
130	0807783-30.2018.8.10.0000	11/09/2018	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Raimundo José Barros de Sousa	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
131	0040590-46.2012.8.10.0001	12/11/2018	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Gervásio Protásio dos Santos Júnior	TRAMITANDO
132	0800904-70.2019.8.10.0000	05/02/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Marcelo Carvalho Silva	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
133	0801881-62.2019.8.10.0000	01/03/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
134	0803092-36.2019.8.10.0000	11/04/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
135	0803881-35.2019.8.10.0000	13/05/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Ângela Maria Moraes Salazar	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
136	0001616-93.2019.8.10.0000	28/06/2019	PRECATORIO	SÃO LUÍS	COORDENADORIA DE PRECATORIOS	TRAMITANDO
137	0002481-83.2017.8.10.0066	08/10/2019	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
138	0809672-82.2019.8.10.0000	21/10/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
139	0802198-83.2018.8.10.0036	25/10/2019	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Antonio Guerreiro Junior	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
140	0000547-50.2008.8.10.0052	21/11/2019	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Ângela Maria Moraes Salazar	JULGADO



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
141	0810933-82.2019.8.10.0000	28/11/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Gonçalo de Sousa Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
142	0000442-06.2014.8.10.0071	27/01/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Raimundo José Barros de Sousa	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
143	0801012-88.2019.8.10.0036	30/01/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
144	0000441-34.2016.8.10.0044	10/02/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Antonio Guerreiro Junior	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
145	0007842-24.2013.8.10.0001	17/02/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
146	0801242-33.2019.8.10.0036	06/03/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Antônio José Vieira Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
147	0803273-03.2020.8.10.0000	26/03/2020	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
148	0800811-96.2019.8.10.0036	02/04/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
149	0800541-72.2019.8.10.0036	02/04/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Márcia Cristina Coelho Chaves	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
150	0801039-71.2019.8.10.0036	08/04/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
151	0800580-69.2019.8.10.0036	13/04/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
152	0805828-83.2020.8.10.0000	18/05/2020	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Marcelo Carvalho Silva	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
153	0800623-06.2019.8.10.0036	16/06/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
154	0808027-85.2020.8.10.0000	25/06/2020	AÇÃO RESCISÓRIA	SÃO LUÍS	Gabinete Juíza Maria do Socorro Mendonça Carneiro	JULGADO
155	0002473-09.2017.8.10.0066	22/07/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	JULGADO





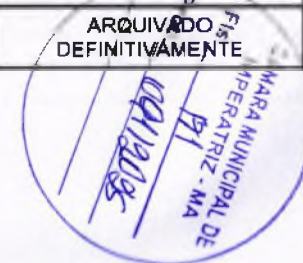
**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU**

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
156	0000297-23.2018.8.10.0066	22/07/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
157	0800033-74.2017.8.10.0076	05/08/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
158	0800862-21.2018.8.10.0076	09/09/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
159	0800567-36.2020.8.10.0036	13/11/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
160	0800530-09.2020.8.10.0036	26/11/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Jose Jorge Figueiredo dos Anjos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
161	0000460-07.2017.8.10.0076	02/12/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
162	0800536-61.2018.8.10.0076	20/01/2021	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
163	0800757-44.2018.8.10.0076	20/01/2021	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
164	0800931-53.2018.8.10.0076	18/02/2021	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
165	0001206-86.2013.8.10.0051	02/03/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Jorge Rachid Mubárack Maluf	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
166	0833455-03.2019.8.10.0001	23/03/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
167	0001591-29.2013.8.10.0085	24/03/2021	APELAÇÃO CRIMINAL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Luiz Oliveira de Almeida	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
168	0864206-07.2018.8.10.0001	12/04/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Márcia Cristina Coelho Chaves	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
169	0002784-97.2017.8.10.0066	14/04/2021	REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
170	0000043-84.2017.8.10.0066	23/04/2021	REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	JULGADO



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
171	0001415-39.2015.8.10.0066	23/04/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
172	0001295-93.2015.8.10.0066	23/04/2021	REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	JULGADO
173	0001631-97.2015.8.10.0066	19/05/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	JULGADO
174	0801989-26.2019.8.10.0054	03/06/2021	RECURSO INOMINADO CÍVEL	PRESIDENTE DUTRA	TURMA RECURSAL DA COMARCA DE PRESIDENTE DUTRA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
175	0001318-39.2015.8.10.0066	18/06/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
176	0004878-63.2009.8.10.9001	08/05/2009	Recurso Inominado Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL DE SÃO LUÍS	BAIXADO
177	0000325-88.2018.8.10.0066	05/07/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
178	0001891-09.2017.8.10.0066	23/07/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
179	0800787-70.2017.8.10.0058	12/08/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Marcelo Carvalho Silva	JULGADO
180	0000531-34.2014.8.10.0037	30/08/2021	APELAÇÃO CRIMINAL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Francisco Ronaldo Maciel Oliveira	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
181	0000450-33.2015.8.10.0140	01/10/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Douglas Ailton Ferreira Amorim	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
182	0001224-97.2016.8.10.0085	25/11/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Antonio Guerreiro Junior	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
183	0800588-52.2022.8.10.0000	18/01/2022	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Luiz Gonzaga Almeida Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
184	0000866-35.2016.8.10.0085	28/01/2022	APELAÇÃO CRIMINAL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Joaquim Figueiredo dos Anjos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
185	0808503-91.2018.8.10.0001	10/02/2022	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Antonio Guerreiro Junior	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE





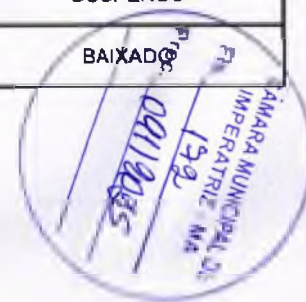
**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU**

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
186	0802786-62.2022.8.10.0000	17/02/2022	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Francisco Ronaldo Maciel Oliveira	TRAMITANDO
187	0803077-62.2022.8.10.0000	21/02/2022	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Luiz Gonzaga Almeida Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
188	0002881-97.2017.8.10.0066	21/04/2022	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
189	0811747-89.2022.8.10.0000	13/06/2022	DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Gervásio Protásio dos Santos Júnior	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
190	0814116-56.2022.8.10.0000	14/07/2022	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
191	0820911-78.2022.8.10.0000	10/10/2022	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Antônio José Vieira Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
192	0821507-62.2022.8.10.0000	19/10/2022	REVISÃO CRIMINAL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
193	0803075-17.2019.8.10.0059	31/10/2022	RECURSO INOMINADO CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª TURMA RECURSAL PERMANENTE DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
194	0823694-43.2022.8.10.0000	22/11/2022	PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO À APELAÇÃO	SÃO LUÍS	Gabinete Juíza Maria do Socorro Mendonça Carneiro	JULGADO
195	0000236-15.2011.8.10.0065	21/03/2023	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	JULGADO
196	0808343-93.2023.8.10.0000	10/04/2023	PRECATÓRIO	SÃO LUÍS	COORDENADORIA DE PRECATÓRIOS	TRAMITANDO
197	0808345-63.2023.8.10.0000	10/04/2023	PRECATÓRIO	SÃO LUÍS	COORDENADORIA DE PRECATÓRIOS	TRAMITANDO
198	0808470-31.2023.8.10.0000	11/04/2023	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Ângela Maria Moraes Salazar	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
199	0802923-79.2022.8.10.0053	12/05/2023	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Kleber Costa Carvalho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
246	0021744-83.2009.8.10.0001	23/07/2009	DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO CUMULADO COM COBRANÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
247	0018386-76.2010.8.10.0001	01/06/2010	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	SUSPENSO
248	0030359-91.2011.8.10.0001	07/07/2011	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª VARA CRIMINAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
249	0001052-84.2012.8.10.0057	11/07/2012	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SANTA LUZIA	1ª VARA DA COMARCA DE SANTA LUZIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
250	0011468-51.2013.8.10.0001	25/03/2013	Ação Civil de Improbidade Administrativa	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
251	0001265-25.2013.8.10.0035	08/07/2013	USUCAPIÃO	COROATÁ	1ª VARA DA COMARCA DE COROATÁ	TRAMITANDO
252	0000394-18.2013.8.10.0092	16/08/2013	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	IGARAPÉ GRANDE	VARA ÚNICA DA COMARCA DE IGARAPÉ GRANDE	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
253	0050025-10.2013.8.10.0001	14/11/2013	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	16ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
254	0802109-73.2021.8.10.0127	29/11/2021	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	VARA AGRÁRIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
255	0800071-43.2022.8.10.0066	26/01/2022	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	AMARANTE DO MARANHÃO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE AMARANTE DO MARANHÃO	JULGADO
256	0803446-70.2022.8.10.0080	02/05/2022	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	TIMON	VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TIMON	SUSPENSO
257	0025696-94.2014.8.10.0001	11/06/2014	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO





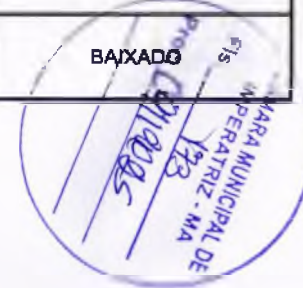
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
258	0028148-77.2014.8.10.0001	01/07/2014	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
259	0028148-77.2014.8.10.0001	01/07/2014	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO
260	0039081-12.2014.8.10.0001	29/08/2014	EMBARGOS À EXECUÇÃO	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
261	0054165-53.2014.8.10.0001	12/11/2014	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	4ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
262	0058658-73.2014.8.10.0001	10/12/2014	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
263	0000004-34.2015.8.10.0074	08/01/2015	Procedimento Comum Cível	BOM JARDIM	VARA ÚNICA DA COMARCA DE BOM JARDIM	BAIXADO
264	0801680-38.2022.8.10.0106	15/12/2022	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	PASSAGEM FRANCA	VARA ÚNICA DA COMARCA DE PASSAGEM FRANCA	TRAMITANDO
265	0800722-92.2023.8.10.0049	14/03/2023	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	PAÇO DO LUMIAR	1ª VARA DO TERMO JUDICIÁRIO DE PAÇO DO LUMIAR	JULGADO
266	0800563-76.2023.8.10.0138	23/03/2023	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	URBANO SANTOS	VARA ÚNICA DA COMARCA DE URBANO SANTOS	TRAMITANDO
267	0800380-07.2023.8.10.0106	23/03/2023	MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA (LEI MARIA DA PENHA) - CRIMINAL	PASSAGEM FRANCA	VARA ÚNICA DA COMARCA DE PASSAGEM FRANCA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
268	0827101-20.2023.8.10.0001	08/05/2023	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
269	0801084-21.2023.8.10.0138	23/05/2023	COMUNICADO DE MANDADO DE PRISÃO	URBANO SANTOS	VARA ÚNICA DA COMARCA DE URBANO SANTOS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
270	0015865-85.2015.8.10.0001	16/04/2015	Ação Civil de Improbidade Administrativa	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
271	0000628-83.2015.8.10.0074	12/06/2015	Mandado de Segurança Cível	BOM JARDIM	VARA ÚNICA DA COMARCA DE BOM JARDIM	BAIXADO
272	0032803-58.2015.8.10.0001	17/07/2015	Procedimento Comum Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	BAIXADO
273	0802735-89.2023.8.10.0073	20/11/2023	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	BARREIRINHAS	1ª VARA DA COMARCA DE BARREIRINHAS	JULGADO
274	0800890-49.2024.8.10.0085	19/06/2024	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	DOM PEDRO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE DOM PEDRO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
275	0803648-66.2024.8.10.0031	22/07/2024	TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE	CHAPADINHA	1ª VARA DA COMARCA DE CHAPADINHA	JULGADO
276	0036598-72.2015.8.10.0001	10/08/2015	DESPEJO	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	7ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
277	0000075-50.2013.8.10.0092	29/10/2015	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	IGARAPÉ GRANDE	VARA ÚNICA DA COMARCA DE IGARAPÉ GRANDE	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
278	0803761-20.2024.8.10.0031	29/07/2024	TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE	CHAPADINHA	1ª VARA DA COMARCA DE CHAPADINHA	TRAMITANDO
279	0858199-86.2024.8.10.0001	13/08/2024	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO
280	0801789-91.2024.8.10.0135	03/10/2024	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	TUNTUM	1ª VARA DA COMARCA DE TUNTUM	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
281	0902202-29.2024.8.10.0001	30/12/2024	MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO
282	0813781-29.2025.8.10.0001	14/02/2025	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO
283	0002897-69.2016.8.10.0039	02/09/2016	CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA	LAGO DA PEDRA	1ª VARA DA COMARCA DE LAGO DA PEDRA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
284	0000135-33.2017.8.10.0108	10/02/2017	Ação Penal - Procedimento Ordinário	PINDARÉ-MIRIM	VARA ÚNICA DA COMARCA DE PINDARÉ MIRIM	BAIXADO





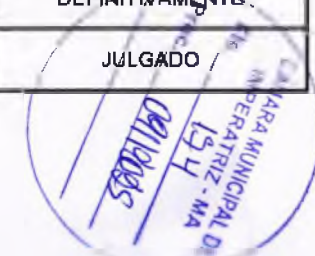
**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU**

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
285	0000460-07.2017.8.10.0076	13/03/2017	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	BREJO	1ª VARA DA COMARCA DE BREJO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
286	0802061-63.2017.8.10.0060	29/05/2017	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	TIMON	VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TIMON	JULGADO
287	0827373-24.2017.8.10.0001	06/08/2017	IMISSÃO NA POSSE	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	15ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO
288	0001167-40.2017.8.10.0022	24/08/2017	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	AÇAILÂNDIA	1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA AÇAILÂNDIA	JULGADO
289	0002767-61.2017.8.10.0066	24/10/2017	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	AMARANTE DO MARANHÃO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE AMARANTE DO MARANHÃO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
290	0841784-72.2017.8.10.0001	31/10/2017	OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	VARA ESPECIAL DO IDOSO E DOS REGISTROS PÚBLICOS DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
291	0000149-52.2018.8.10.0085	31/01/2018	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	DOM PEDRO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE DOM PEDRO	TRAMITANDO
292	0807738-23.2018.8.10.0001	28/02/2018	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	11ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
293	0000297-23.2018.8.10.0066	08/03/2018	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	AMARANTE DO MARANHÃO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE AMARANTE DO MARANHÃO	JULGADO
294	0000547-76.2018.8.10.0027	13/08/2018	Carta Precatória Criminal	BARRA DO CORDA	1ª VARA DA COMARCA DE BARRA DO CORDA	BAIXADO
295	0801479-10.2018.8.10.0034	29/08/2018	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	CODÓ	1ª VARA DA COMARCA DE CODÓ	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
296	0846776-42.2018.8.10.0001	15/09/2018	RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
297	0861580-15.2018.8.10.0001	27/11/2018	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA	ESTADUAL E MUNICIPAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS
298	0864255-48.2018.8.10.0001	13/12/2018	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
299	0800111-68.2019.8.10.0021	22/01/2019	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	JUIZADO ESPECIAL DO TRÂNSITO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
300	0000102-24.2019.8.10.0027	07/02/2019	Notificação para Explicações	BARRA DO CORDA	2ª VARA DA COMARCA DE BARRA DO CORDA	BAIXADO
301	0001898-31.2019.8.10.0001	13/02/2019	RENOVATÓRIA DE LOCAÇÃO	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	8ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO
302	0816557-12.2019.8.10.0001	18/04/2019	TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE	SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	1ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
303	0819673-26.2019.8.10.0001	13/05/2019	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	5ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
304	0820133-13.2019.8.10.0001	16/05/2019	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	VARA ESPECIAL DO IDOSO E DOS REGISTROS PÚBLICOS DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
305	0801915-32.2019.8.10.0034	21/05/2019	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	CODÓ	1ª VARA DA COMARCA DE CODÓ	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
306	0801259-91.2019.8.10.0061	01/07/2019	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
307	0801803-93.2019.8.10.0024	16/07/2019	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	BACABAL	2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BACABAL	JULGADO





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU**

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
308	0831542-83.2019.8.10.0001	06/06/2019	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO

Observações:

- a) A validade desta consulta é de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova consulta;
- b) A autenticidade desta consulta poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Maranhão - www.tjma.jus.br - menu - Certidão de Prática Forense, utilizando o código de validação acima identificado;
- c) Fonte da pesquisa: sistemas ThemisPG (1º grau), PJE (1º grau), PROJUDI, VEP e SEEU;



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU**

Data emissão: 12/03/2025
Data de validade: 12/04/2025

Nº da certidão: 12500046672
Código de Validação: 5392cede3f

NOME: Luis Eduardo Franco Bouéres
CPF: 838.778.273-49
OAB: 6542
DATA INICIAL: 12/03/2003
DATA FIM: 12/03/2025

Os dados dos documentos constantes nessa certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc.)

Certifico que consta nos registros de distribuição do Segundo Grau do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, que o(a) advogado(a) Luis Eduardo Franco Boueres, OAB MA No 6542 CPF 838.778.273-49, está vinculado(a) como advogado(a) de parte requerente e/ou requerida nos processos abaixo:

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
1	0801799-54.2018.8.10.0036	19/08/2019	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
2	0802091-39.2018.8.10.0036	19/08/2019	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des ^a . Maria Francisca Gualberto de Galiza	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
3	0800471-55.2019.8.10.0036	21/08/2019	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
4	0800444-72.2019.8.10.0036	21/08/2019	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
5	0801886-10.2018.8.10.0036	26/08/2019	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des ^a . Maria Francisca Gualberto de Galiza	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
6	0004758-76.2017.8.10.0000	28/08/2019	PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL (PIC-MP)	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE





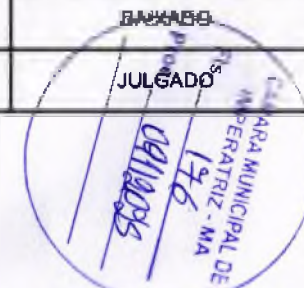
**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU**

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
7	0000232-34.2015.8.10.0001	05/09/2019	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
8	0028148-77.2014.8.10.0001	03/10/2019	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
9	0802034-21.2018.8.10.0036	10/10/2019	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José de Ribamar Castro	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
10	0809784-51.2019.8.10.0000	24/10/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Ângela Maria Moraes Salazar	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
11	0810281-65.2019.8.10.0000	11/11/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Luiz de França Belchior Silva	SUSPENSO
12	0002667-41.2014.8.10.0057	26/11/2019	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Luiz Gonzaga Almeida Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
13	0840496-89.2017.8.10.0001	02/12/2019	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
14	0801141-93.2019.8.10.0036	28/01/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
15	0800931-19.2020.8.10.0000	04/02/2020	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Gonçalo de Sousa Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
16	0801295-88.2020.8.10.0000	10/02/2020	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
17	0800938-34.2019.8.10.0036	06/03/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Tyrone José Silva	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
18	0800994-67.2019.8.10.0036	25/03/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
19	0001165-23.2015.8.10.0125	30/03/2020	REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Anildes de Jesus B. Chaves Cruz	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
20	0801972-78.2018.8.10.0036	02/04/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
21	0802079-25.2018.8.10.0036	02/04/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Nelma Celeste S. S. Sarney Costa	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
22	0801005-96.2019.8.10.0036	08/04/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
23	0802110-45.2018.8.10.0036	13/04/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
24	0826271-30.2018.8.10.0001	24/04/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Raimundo José Barros de Sousa	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
25	0806124-15.2020.8.10.0000	25/05/2020	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
26	0800981-68.2019.8.10.0036	19/06/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
27	0002767-61.2017.8.10.0066	21/07/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
28	0002715-65.2017.8.10.0066	22/07/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
29	0810375-76.2020.8.10.0000	03/08/2020	AÇÃO RESCISÓRIA	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Gonçalo de Sousa Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
30	0800932-38.2018.8.10.0076	24/08/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
31	0801032-90.2018.8.10.0076	11/09/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
32	0813133-28.2020.8.10.0000	16/09/2020	HABEAS CORPUS CRIMINAL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
33	0814888-87.2020.8.10.0000	11/10/2020	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Antônio José Vieira Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
34	0815712-46.2020.8.10.0000	23/10/2020	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Marcelo Carvalho Silva	TRAMITANDO
35	0000150-81.2006.8.10.9001	22/08/2006	Recurso Inominado Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO
36	0000163-46.2010.8.10.0140	03/11/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa	JULGADO





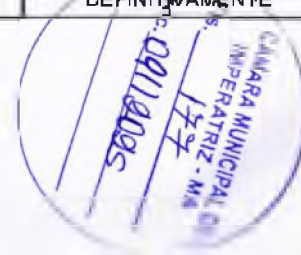
**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU**

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
37	0800022-11.2018.8.10.0076	10/11/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	JULGADO
38	0801021-61.2018.8.10.0076	12/11/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
39	0800605-48.2020.8.10.0036	23/11/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
40	0800497-19.2020.8.10.0036	26/11/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
41	0800786-94.2018.8.10.0076	20/01/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
42	0800906-40.2018.8.10.0076	20/01/2021	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
43	0800999-03.2018.8.10.0076	03/02/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des*. Nelma Celeste S. S. Sarney Costa	JULGADO
44	0001259-96.2007.8.10.9001	20/08/2007	Mandado de Segurança Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL DE SÃO LUÍS	BAIXADO
45	0003050-71.2013.8.10.0051	04/03/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
46	0001370-34.2017.8.10.0076	11/03/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
47	0804869-85.2021.8.10.0000	25/03/2021	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Antônio José Vieira Filho	JULGADO
48	0805006-67.2021.8.10.0000	29/03/2021	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Gonçalo de Sousa Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
49	0800903-85.2018.8.10.0076	12/04/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
50	0000708-93.2014.8.10.0070	22/04/2021	REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des*. Maria Francisca Gualberto de Galiza	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
51	0001371-20.2015.8.10.0066	23/04/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
52	0001713-31.2015.8.10.0066	23/04/2021	REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
53	0001939-65.2017.8.10.0066	23/04/2021	REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
54	0001242-15.2015.8.10.0066	26/05/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	JULGADO
55	0001568-65.2016.8.10.0057	14/06/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa	JULGADO
56	0801578-80.2019.8.10.0054	21/06/2021	RECURSO INOMINADO CÍVEL	PRESIDENTE DUTRA	TURMA RECURSAL DA COMARCA DE PRESIDENTE DUTRA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
57	0001650-06.2015.8.10.0066	25/06/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
58	0812771-89.2021.8.10.0000	19/07/2021	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Des. Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
59	0800845-59.2020.8.10.0061	26/07/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
60	0800716-65.2020.8.10.0025	17/08/2021	RECURSO INOMINADO CÍVEL	BACABAL	TURMA RECURSAL DA COMARCA DE BACABAL	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
61	0816762-73.2021.8.10.0000	27/09/2021	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Luiz Gonzaga Almeida Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
62	0001191-04.2015.8.10.0066	08/10/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	JULGADO
63	0000180-56.2014.8.10.0071	14/10/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Kleber Costa Carvalho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
64	0802182-13.2019.8.10.0031	21/10/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Raimundo José Barros de Sousa	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
65	0840123-53.2020.8.10.0001	28/10/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Antônio José Vieira Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
66	0811765-20.2016.8.10.0001	01/11/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Antônio José Vieira Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU**

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
67	0001925-81.2017.8.10.0066	10/11/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
68	0001353-95.2007.8.10.0060	20/08/2011	REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des.ª Nelma Celeste S. S. Sarney Costa	TRAMITANDO
69	0002756-32.2017.8.10.0066	18/11/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	JULGADO
70	0803409-38.2019.8.10.0031	27/12/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
71	0001704-80.2013.8.10.0085	21/01/2022	APELAÇÃO CRIMINAL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Francisco Ronaldo Maciel Oliveira	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
72	0801198-20.2022.8.10.0000	28/01/2022	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Luiz Gonzaga Almeida Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
73	0801041-27.2017.8.10.0031	17/02/2022	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Josemar Lopes Santos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
74	0000997-78.2014.8.10.0085	18/02/2022	APELAÇÃO CRIMINAL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Vicente de Paula Gomes de Castro	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
75	0002532-94.2017.8.10.0066	25/02/2022	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Raimundo José Barros de Sousa	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
76	0849382-09.2019.8.10.0001	09/05/2022	RECURSO INOMINADO CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª TURMA RECURSAL PERMANENTE DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
77	0001366-95.2015.8.10.0066	07/07/2022	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
78	0815495-32.2022.8.10.0000	04/08/2022	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
79	0000161-05.2016.8.10.0031	16/09/2022	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	JULGADO
80	0000024-21.2019.8.10.0127	17/10/2022	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Antônio José Vieira Filho	TRAMITANDO
81	0801396-95.2021.8.10.0031	26/10/2022	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Gervásio Protásio dos Santos Júnior	TRAMITANDO



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
82	0023721-37.2014.8.10.0001	08/11/2022	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	JULGADO
83	0831542-83.2019.8.10.0001	17/11/2022	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Ângela Maria Moraes Salazar	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
84	0802598-35.2023.8.10.0000	10/02/2023	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Kleber Costa Carvalho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
85	0805320-42.2023.8.10.0000	22/03/2023	PETIÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa	TRAMITANDO
86	0808344-78.2023.8.10.0000	10/04/2023	PRECATÓRIO	SÃO LUÍS	COORDENADORIA DE PRECATÓRIOS	TRAMITANDO
87	0808346-48.2023.8.10.0000	10/04/2023	PRECATÓRIO	SÃO LUÍS	COORDENADORIA DE PRECATÓRIOS	TRAMITANDO
88	0001276-87.2015.8.10.0066	09/05/2023	REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
89	0813807-98.2023.8.10.0000	27/06/2023	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Antônio José Vieira Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
90	0801365-71.2018.8.10.0034	18/08/2023	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Márcia Cristina Coelho Chaves	TRAMITANDO
91	0007529-95.2015.8.10.0000	06/07/2015	PRECATÓRIO	SÃO LUÍS	COORDENADORIA DE PRECATÓRIOS	TRAMITANDO
92	0842064-38.2020.8.10.0001	21/11/2023	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Juíza Maria do Socorro Mendonça Carneiro	JULGADO
93	0826872-63.2023.8.10.0000	04/12/2023	PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO À APELAÇÃO	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Ângela Maria Moraes Salazar	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
94	0800643-63.2023.8.10.0001	04/12/2023	APELAÇÃO CRIMINAL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	JULGADO
95	0827266-70.2023.8.10.0000	07/12/2023	PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO À APELAÇÃO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Cleones Carvalho Cunha	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
96	0827690-15.2023.8.10.0000	13/12/2023	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Ângela Maria Moraes Salazar	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
97	0802419-67.2024.8.10.0000	09/02/2024	PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO A APELAÇÃO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Cleones Carvalho Cunha	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
98	0805181-56.2024.8.10.0000	13/03/2024	PRECATORIO	SÃO LUÍS	COORDENADORIA DE PRECATORIOS	TRAMITANDO
99	0805484-70.2024.8.10.0000	15/03/2024	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro	TRAMITANDO
100	0002416-52.2016.8.10.0057	16/04/2024	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	JULGADO
101	0811218-02.2024.8.10.0000	14/05/2024	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Márcia Cristina Coelho Chaves	JULGADO
102	0802121-35.2023.8.10.0057	16/05/2024	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Jorge Rachid Mubárrack Maluf	JULGADO
103	0812647-04.2024.8.10.0000	29/05/2024	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Nilo Ribeiro Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
104	0835245-85.2020.8.10.0001	03/07/2024	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	JULGADO
105	0815954-63.2024.8.10.0000	04/07/2024	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro	TRAMITANDO
106	0000075-50.2013.8.10.0092	29/10/2015	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
107	0819642-33.2024.8.10.0000	15/08/2024	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Márcia Cristina Coelho Chaves	TRAMITANDO
108	0058658-73.2014.8.10.0001	22/08/2024	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa	TRAMITANDO
109	0017024-05.2011.8.10.0001	23/08/2024	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Gonçalo de Sousa Filho	TRAMITANDO
110	0800071-43.2022.8.10.0066	10/09/2024	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Kleber Costa Carvalho	JULGADO
111	0822970-68.2024.8.10.0000	20/09/2024	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Ângela Maria Moraes Salazar	TRAMITANDO



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
112	0801574-61.2020.8.10.0069	23/10/2024	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa	TRAMITANDO
113	0801853-15.2022.8.10.0057	22/11/2024	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Cleones Carvalho Cunha	JULGADO
114	0800722-92.2023.8.10.0049	19/02/2025	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Cleones Carvalho Cunha	TRAMITANDO
115	0805646-31.2025.8.10.0000	11/03/2025	PRECATÓRIO	SÃO LUÍS	COORDENADORIA DE PRECATÓRIOS	TRAMITANDO
116	0003689-43.2016.8.10.0000	10/05/2016	PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL (PIC-MP)	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
117	0055476-16.2013.8.10.0001	25/08/2016	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
118	0800615-11.2017.8.10.0000	01/03/2017	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
119	0800831-69.2017.8.10.0000	24/03/2017	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Josemar Lopes Santos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
120	0000305-90.2014.8.10.0049	04/07/2017	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Maria Francisca Gualberto de Galiza	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
121	0805025-15.2017.8.10.0000	09/10/2017	SUSPENSÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
122	0805566-48.2017.8.10.0000	20/10/2017	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Des. Ricardo Tadeu Bugarin Dualibe	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
123	0805862-70.2017.8.10.0000	31/10/2017	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Marcelino Chaves Everton	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
124	0801294-74.2018.8.10.0000	23/02/2018	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Raimundo José Barros de Sousa	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
125	0801811-79.2018.8.10.0000	14/03/2018	CONFLITO DE COMPETÊNCIA CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU**

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
126	0804354-55.2018.8.10.0000	21/05/2018	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Ângela Maria Moraes Salazar	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
127	0000726-20.2015.8.10.0090	24/05/2018	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
128	0001052-84.2012.8.10.0057	03/09/2018	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
129	0807688-97.2018.8.10.0000	06/09/2018	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
130	0807783-30.2018.8.10.0000	11/09/2018	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Raimundo José Barros de Sousa	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
131	0040590-46.2012.8.10.0001	12/11/2018	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Gervásio Protásio dos Santos Júnior	TRAMITANDO
132	0800904-70.2019.8.10.0000	05/02/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Marcelo Carvalho Silva	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
133	0801881-62.2019.8.10.0000	01/03/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
134	0803092-36.2019.8.10.0000	11/04/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
135	0803881-35.2019.8.10.0000	13/05/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Ângela Maria Moraes Salazar	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
136	0001616-93.2019.8.10.0000	28/06/2019	PRECATORIO	SÃO LUÍS	COORDENADORIA DE PRECATORIOS	TRAMITANDO
137	0002481-83.2017.8.10.0066	08/10/2019	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
138	0809672-82.2019.8.10.0000	21/10/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
139	0802198-83.2018.8.10.0036	25/10/2019	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Antonio Guerreiro Junior	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
140	0000547-50.2008.8.10.0052	21/11/2019	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Ângela Maria Moraes Salazar	JULGADO



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
141	0810933-82.2019.8.10.0000	28/11/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Gonçalo de Sousa Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
142	0000442-06.2014.8.10.0071	27/01/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Raimundo José Barros de Sousa	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
143	0801012-88.2019.8.10.0036	30/01/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
144	0000441-34.2016.8.10.0044	10/02/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Antonio Guerreiro Junior	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
145	0007842-24.2013.8.10.0001	17/02/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
146	0801242-33.2019.8.10.0036	06/03/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Antônio José Vieira Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
147	0803273-03.2020.8.10.0000	26/03/2020	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
148	0800811-96.2019.8.10.0036	02/04/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
149	0800541-72.2019.8.10.0036	02/04/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Márcia Cristina Coelho Chaves	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
150	0801039-71.2019.8.10.0036	08/04/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
151	0800580-69.2019.8.10.0036	13/04/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
152	0805628-83.2020.8.10.0000	18/05/2020	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Marcelo Carvalho Silva	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
153	0800623-06.2019.8.10.0036	16/06/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
154	0808027-85.2020.8.10.0000	25/06/2020	AÇÃO RESCISÓRIA	SÃO LUÍS	Gabinete Juíza Maria do Socorro Mendonça Carneiro	JULGADO
155	0002473-09.2017.8.10.0066	22/07/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	JULGADO





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU**

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
156	0000297-23.2018.8.10.0066	22/07/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
157	0800033-74.2017.8.10.0076	05/08/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
158	0800862-21.2018.8.10.0076	09/09/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
159	0800567-36.2020.8.10.0036	13/11/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
160	0800530-09.2020.8.10.0036	26/11/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
161	0000460-07.2017.8.10.0076	02/12/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
162	0800536-61.2018.8.10.0076	20/01/2021	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
163	0800757-44.2018.8.10.0076	20/01/2021	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
164	0800931-53.2018.8.10.0076	18/02/2021	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
165	0001208-86.2013.8.10.0051	02/03/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Jorge Rachid Mubárack Maluf	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
166	0833455-03.2019.8.10.0001	23/03/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
167	0001591-29.2013.8.10.0085	24/03/2021	APELAÇÃO CRIMINAL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Luiz Oliveira de Almeida	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
168	0864206-07.2018.8.10.0001	12/04/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Márcia Cristina Coelho Chaves	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
169	0002784-97.2017.8.10.0066	14/04/2021	REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
170	0000043-84.2017.8.10.0066	23/04/2021	REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	JULGADO



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
171	0001415-39.2015.8.10.0066	23/04/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
172	0001295-93.2015.8.10.0066	23/04/2021	REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	JULGADO
173	0001631-97.2015.8.10.0066	19/05/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	JULGADO
174	0801989-26.2019.8.10.0054	03/06/2021	RECURSO INOMINADO CÍVEL	PRESIDENTE DUTRA	TURMA RECURSAL DA COMARCA DE PRESIDENTE DUTRA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
175	0001318-39.2015.8.10.0066	18/06/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
176	0004878-63.2009.8.10.9001	08/05/2009	Recurso Inominado Cível	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL DE SÃO LUÍS	BAIXADO
177	0000325-88.2018.8.10.0066	05/07/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
178	0001891-09.2017.8.10.0066	23/07/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
179	0800787-70.2017.8.10.0058	12/08/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Marcelo Carvalho Silva	JULGADO
180	0000531-34.2014.8.10.0037	30/08/2021	APELAÇÃO CRIMINAL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Francisco Ronaldo Maciel Oliveira	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
181	0000450-33.2015.8.10.0140	01/10/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Douglas Ailton Ferreira Amorim	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
182	0001224-97.2016.8.10.0085	25/11/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Antonio Guerreiro Junior	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
183	0800588-52.2022.8.10.0000	18/01/2022	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Luiz Gonzaga Almeida Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
184	0000866-35.2016.8.10.0085	28/01/2022	APELAÇÃO CRIMINAL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Joaquim Figueiredo dos Anjos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
185	0808503-91.2018.8.10.0001	10/02/2022	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Antonio Guerreiro Junior	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU**

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
186	0802786-62.2022.8.10.0000	17/02/2022	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Francisco Ronaldo Maciel Oliveira	TRAMITANDO
187	0803077-62.2022.8.10.0000	21/02/2022	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Luiz Gonzaga Almeida Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
188	0002881-97.2017.8.10.0066	21/04/2022	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
189	0811747-89.2022.8.10.0000	13/06/2022	DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Gervásio Protásio dos Santos Júnior	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
190	0814116-56.2022.8.10.0000	14/07/2022	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
191	0820911-78.2022.8.10.0000	10/10/2022	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Antônio José Vieira Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
192	0821507-62.2022.8.10.0000	19/10/2022	REVISÃO CRIMINAL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
193	0803075-17.2019.8.10.0059	31/10/2022	RECURSO INOMINADO CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª TURMA RECURSAL PERMANENTE DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
194	0823694-43.2022.8.10.0000	22/11/2022	PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO À APELAÇÃO	SÃO LUÍS	Gabinete Juíza Maria do Socorro Mendonça Carneiro	JULGADO
195	0000236-15.2011.8.10.0065	21/03/2023	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	JULGADO
196	0808343-93.2023.8.10.0000	10/04/2023	PRECATÓRIO	SÃO LUÍS	COORDENADORIA DE PRECATÓRIOS	TRAMITANDO
197	0808345-63.2023.8.10.0000	10/04/2023	PRECATÓRIO	SÃO LUÍS	COORDENADORIA DE PRECATÓRIOS	TRAMITANDO
198	0808470-31.2023.8.10.0000	11/04/2023	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Ângela Maria Moraes Salazar	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
199	0802923-79.2022.8.10.0053	12/05/2023	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Kleber Costa Carvalho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
200	0805307-45.2020.8.10.0001	06/07/2023	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Josemar Lopes Santos	JULGADO
201	0823508-83.2023.8.10.0000	24/10/2023	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Gervásio Protásio dos Santos Júnior	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
202	0824848-62.2023.8.10.0000	08/11/2023	DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Vicente de Paula Gomes de Castro	TRAMITANDO
203	0805754-94.2024.8.10.0000	19/03/2024	AÇÃO RESCISÓRIA	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Ângela Maria Moraes Salazar	TRAMITANDO
204	0810564-15.2024.8.10.0000	08/05/2024	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Gervásio Protásio dos Santos Júnior	JULGADO
205	0802061-63.2017.8.10.0060	15/05/2024	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
206	0812406-30.2024.8.10.0000	27/05/2024	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro	TRAMITANDO
207	0000720-27.2013.8.10.0108	20/06/2024	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Gervásio Protásio dos Santos Júnior	TRAMITANDO
208	0803202-41.2021.8.10.0040	10/07/2024	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Antonio Guerreiro Junior	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
209	0818110-24.2024.8.10.0000	26/07/2024	PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL (PIC-MP)	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Antonio Fernando Bayma Araujo	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
210	0820170-67.2024.8.10.0000	21/08/2024	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Antonio Fernando Bayma Araujo	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
211	0820918-02.2024.8.10.0000	28/08/2024	SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE SENTENÇA	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	JULGADO
212	0803648-66.2024.8.10.0031	19/09/2024	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Cleones Carvalho Cunha	TRAMITANDO





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU**

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
213	0800091-90.2024.8.10.0057	21/10/2024	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Gervásio Protásio dos Santos Júnior	TRAMITANDO
214	0802735-89.2023.8.10.0073	08/11/2024	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Cleones Carvalho Cunha	TRAMITANDO
215	0831530-96.2024.8.10.0000	31/12/2024	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Gervásio Protásio dos Santos Júnior	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
216	0805645-46.2025.8.10.0000	11/03/2025	PRECATÓRIO	SÃO LUÍS	COORDENADORIA DE PRECATÓRIOS	TRAMITANDO
217	0805649-83.2025.8.10.0000	11/03/2025	PRECATÓRIO	SÃO LUÍS	COORDENADORIA DE PRECATÓRIOS	TRAMITANDO
218	0001474-78.2015.8.10.0049	18/07/2016	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	TRAMITANDO
219	0000203-62.2013.8.10.0127	05/09/2016	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	TRAMITANDO
220	0800942-87.2016.8.10.0000	18/11/2016	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Gonçalo de Sousa Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
221	0801064-66.2017.8.10.0000	17/04/2017	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Des. Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
222	0802473-77.2017.8.10.0000	24/07/2017	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Jorge Rachid Mubárack Maluf	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
223	0805250-35.2017.8.10.0000	17/10/2017	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
224	0000394-18.2013.8.10.0092	24/10/2017	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Josemar Lopes Santos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
225	0000258-30.2017.8.10.0076	31/10/2018	REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
226	0810873-46.2018.8.10.0000	18/12/2018	PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO À APELAÇÃO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Paulo Sérgio Velten Pereira	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
227	0801868-63.2019.8.10.0000	01/03/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU**

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
228	0802730-34.2019.8.10.0000	01/04/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
229	0802311-50.2015.8.10.0001	12/04/2019	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
230	0805064-41.2019.8.10.0000	18/06/2019	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
231	0806205-95.2019.8.10.0000	24/07/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Douglas Ailton Ferreira Amorim	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE

Observações:

- a) A validade desta consulta é de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova consulta;
b) A autenticidade desta consulta poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Maranhão - www.tjma.jus.br - menu - Certidão de Prática Forense, utilizando o código de validação acima identificado;
c) Fonte da pesquisa: sistemas ThemisSG (2º grau), PJE (2º grau) e PROJUDI;





Número: 0600503-65.2020.6.00.0000

Classe: LISTA TRÍPLICE

Órgão julgador colegiado: Colegiado do Tribunal Superior Eleitoral

Órgão julgador: STF3 - ocupado pelo Ministro André Mendonça

Última distribuição : 14/05/2020

Valor da causa: R\$ 0,00

Assuntos: Lista Tríplice

Segredo de Justiça? NÃO

Justiça gratuita? NÃO

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? NÃO

Partes	Advogados
DAVI RAFAEL SILVA VERAS (ADVOGADO(A) INDICADO(A))	
	DAVI RAFAEL SILVA VERAS (ADVOGADO)
LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES (ADVOGADO(A) INDICADO(A))	
	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES (ADVOGADO)
CAMILLA ROSE EWERTON FERRO RAMOS (ADVOGADO(A) INDICADO(A))	
	CAMILLA ROSE EWERTON FERRO RAMOS (ADVOGADO)
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO (INTERESSADO)	

Outros participantes	
Procurador Geral Eleitoral (FISCAL DA LEI)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
156898251	11/10/2021 11:39	Acórdão	Acórdão



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

ACÓRDÃO

LISTA TRÍPLICE Nº 0600503-65.2020.6.00.0000 – SÃO LUÍS – MARANHÃO

Relator: Ministro Alexandre de Moraes

Interessado: Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão

Advogada indicada: Camilla Rose Ewerton Ferro Ramos

Advogado indicado: Luis Eduardo Franco Bouéres

Advogado indicado: Davi Rafael Silva Veras

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO (TRE/MA). LISTA TRÍPLICE PARA A ESCOLHA DE JUIZ EFETIVO DA CLASSE JURISTA. REQUISITOS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS PREENCHIDOS. ENCAMINHAMENTO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

1. Nos termos dos arts. 120, § 1º, III, da Constituição Federal e 25, III, do Código Eleitoral, estão presentes os requisitos necessários para a composição de Lista Tríplice com a participação dos advogados indicados, Drs. Camilla Rose Ewerton Ferro Ramos, Luis Eduardo Franco Bouéres e Davi Rafael Silva Veras.

2. Encaminhamento para a apreciação e a nomeação pelo Chefe do Poder Executivo Federal, nos termos do art. 23, XI, do Código Eleitoral.

Acordam os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por unanimidade, em determinar o encaminhamento da Lista Tríplice ao Poder Executivo, nos termos do voto do relator.

Brasília, 23 de setembro de 2021.

MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES – RELATOR

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES: Senhor Presidente, trata-se de Lista Tríplice para o preenchimento da vaga de Juiz Efetivo do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE/MA), decorrente do término do primeiro biênio do Dr. Gustavo Araújo Vilas Boas, ocorrido em 29.5.2020, atualmente composta pela Dra. Camilla Rose Ewerton Ferro Ramos e pelos Drs. Luis Eduardo Franco Bouéres e Davi Rafael Silva Veras (IDs 29181588 e 133956138).



Em sessão plenária ocorrida em 16.3.2021 (ID 118864288), esta CORTE SUPERIOR determinou, por maioria, o retorno dos autos ao Tribunal de origem para substituição de um dos advogados inicialmente indicados, o qual não logrou preencher o requisito da idoneidade moral, em razão da divulgação de vídeos em suas redes sociais, *"mediante o encadeamento de indisfarçáveis e agressivos discursos políticos, pregando o ódio a ideologias contrárias à sua; bem como publicizou mensagens ofensivas e revestidas de animus caluniandi, diffamandi e injuriandi e vídeos insultuosos às Instituições Democráticas – inclusive ao SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – e às outras autoridades públicas"* (ID 130115338). Assentou, oportunamente, o preenchimento dos requisitos pela Dra. Camilla Rose Ewerton Ferro Ramos e pelo Dr. Luís Eduardo Franco Bouéres.

Por ter proferido o voto divergente/vencedor, fui designado para redigir o acórdão, ficando o processo sob a minha relatoria.

Na sequência, em 12.5.2021, o TRE/MA encaminhou ofício ao TSE comunicando a inclusão do Dr. Davi Rafael da Silva Veras no lugar do substituído (ID 34413188).

Após a análise dos documentos apresentados e do cumprimento de diligências pelo indicado, a Assessoria Consultiva (Assec) opinou pela publicação do edital (ID 149590288), o que foi determinado (ID 152893138), conforme o disposto no art. 25, § 3º, do Código Eleitoral.

Publicado o edital no DJe de 27.8.2021 (ID 153072088), não houve impugnação.

É o relatório.

VOTO



O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (relator): Senhor Presidente, trata-se de Lista Tríplíce para o preenchimento da vaga de Juiz Efetivo do TRE/MA, decorrente do término do primeiro biênio do Dr. Gustavo Araújo Vilas Boas. A Lista é, atualmente, composta pela Dra. Camilla Rose Ewerton Ferro Ramos e pelos Drs. Luís Eduardo Franco Bouéres e Davi Rafael Silva Veras.

No caso, esta CORTE SUPERIOR está a se debruçar, pela segunda vez, na análise do presente feito, no qual, na sessão administrativa de 16.3.2021, foi determinada a substituição do segundo indicado, o Dr. Roberto Charles de Menezes Dias, aprovando-se apenas os nomes da Dra. Camilla Rose Ewerton Ferro Ramos e do Dr. Luís Eduardo Franco Bouéres (ID 130115338).

Assim, neste ponto, o exame restringe-se à indicação do Dr. Davi Rafael Silva Veras. Relativamente ao novo advogado, a Lista Tríplíce encontra-se instruída com os documentos exigidos pela Res.-TSE 23.517/2017:

- a) formulário de dados pessoais (ID 148804688);
- b) certidão da OAB/MA atestando: (i) a sua inscrição principal em 11/12/2008 na Seccional do Pará, com a transferência do seu registro para a Seccional do Maranhão em 10/12/2012; e (ii) não estar cumprindo penalidade disciplinar (ID 133956138, fl. 17);
- c) certidões negativas da Justiça Estadual referentes a ações cíveis e criminais (ID 140191238 e ID 133956138, fl. 14);
- d) certidões negativas da Justiça Federal referentes a ações cíveis, criminais e para fins eleitorais (ID 140191288 e ID 133956138, fls. 19 e 20);
- e) certidão de quitação, certidões negativas para crimes eleitorais e filiação partidária, todas da Justiça Eleitoral (ID 133956138, fls. 15-16 e ID 140191338);
- f) certidão emitida pela Defensoria Pública do Estado do Maranhão, comprovando ser o indicado Defensor Público de 2ª Classe, tendo sido nomeado em 4.1.2011, contando, portanto, com mais de 10 anos de efetivo serviço (ID 140191188 e ID 133956138, fl. 24);
- g) documentos comprobatórios da atividade profissional (ID 140191538 e ID 140191438);
- h) *curriculum vitae* (ID 133956138, fls. 7-10).

A Assessoria Consultiva (Assec) assinalou preenchidos os requisitos pelo advogado (ID 149590288), e publicada a presente Lista por edital, conforme o disposto no art. 25, § 3º, do Código Eleitoral, não houve impugnação (153072088).

Em seu parecer, a Assec faz menção à existência de processos envolvendo a Dra. Camilla Rose Ewerton Ferro Ramos (processo 0860482-63.2016.8.10.0001) e o Dr. Luís Eduardo Franco Bouéres (processos 0000441-34.2016.8.10.0044, 060445-40.2014.8.10.0001, 0010174-69.2010.8.10.0000 e 18657-56.2008.8.10.0001). Contudo, todos os feitos mencionados já foram objeto de análise na assentada anterior, tendo esta CORTE



SUPERIOR ELEITORAL decidido que tais fatos não representam mácula à idoneidade moral (ID 130115338): 185-V

CÂMARA MUNICIPAL DE
IMPERATRIZ - MA

Processo 09112025

"A indicada Camilla Rose Ewerton Ferro Ramos apresentou certidão positiva cível da Justiça Estadual do Maranhão e a certidão narrativa respectiva, das quais se extrai que tramita em seu desfavor a **Execução Fiscal nº 0860482-63.2016.8.10.0001**, em que consta como exequente o Estado do Maranhão, referente à cobrança de ICMS no valor de R\$ 45.922,65 (quarenta e cinco mil, novecentos e vinte e dois reais e sessenta e cinco centavos) (ID 31824638 e ID 29182138, p. 5).

Registra-se que a indicada juntou aos autos sentença, datada de 9.6.2020, que declarou a **satisfação da obrigação** e julgou extinta a referida execução, nos termos do art. 924, II, do CPC (ID 31824688). Além disso, em consulta ao andamento processual da referida ação, verifica-se que a sentença **transitou em julgado em 31.7.2020 e que desde então os autos encontram-se arquivados definitivamente**.

[...]

No tocante ao Dr. Luís Eduardo Franco Bouéres, verifica-se que apresentou certidão positiva cível de Segundo Grau do Tribunal de Justiça do Maranhão (ID 29184588), a qual revela que o indicado figura no polo passivo das seguintes demandas: **Apelação Cível nº 0000441-34.2016.8.10.0044, Apelação Cível e Agravo Interno autuados sob o nº 0060445-40.2014.8.10.0001 e Apelação Cível nº 0010174-69.2010.8.10.0000**.

[...]

O indicado apresentou as certidões narrativas (ID 29184588 e ID 34412688) do aludido processo, o qual se refere aos **Embargos à Execução de nº 18657-56.2008.8.10.0001**, no qual o indicado figura como um dos embargados, sendo embargante o Estado do Maranhão. A ação tem por objeto o julgamento de embargos à execução de honorários advocatícios no valor de R\$ 19.456,88 (dezenove mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e oitenta e oito centavos), originários de ação proposta pela Associação dos Humildes Trabalhadores Rurais do Povoado Dois Mil em face do Estado do Maranhão.

[...]

Na espécie, não verifico óbice à indicação de Luís Eduardo Franco Bouéres para compor a presente lista triplíce, notadamente porque a **existência de procedimentos judiciais em trâmite, que versam sobre pagamento de honorários advocatícios ao indicado e sobre recomposição de seus vencimentos**, não afasta a idoneidade moral exigida pelos arts. 120, § 1º, III, da Constituição da República e 25, III, do Código Eleitoral." (Grifei)

Assim, nos termos dos arts. 120, § 1º, III, da Constituição Federal e 25, III, do Código Eleitoral, estão presentes os requisitos necessários para a composição de Lista Triplíce com a participação dos advogados cujos nomes foram aprovados na sessão plenária administrativa de 16/3/2021, Dra. Camilla Rose Ewerton Ferro Ramos e Dr. Luís Eduardo Franco Bouéres, bem como do novo indicado, Dr. Davi Rafael Silva Veras.

Ante o exposto, em razão do atendimento dos requisitos legais pelos indicados, voto pelo encaminhamento da presente Lista Triplíce ao Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 23, XI, do Código Eleitoral, para apreciação e escolha do novo integrante do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão.

É o voto.

EXTRATO DA ATA

LT nº 0600503-65.2020.6.00.0000/MA. Relator: Ministro Alexandre de Moraes. Interessado: Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão. Advogada indicada: Camilla Rose Ewerton Ferro Ramos. Advogado indicado: Luís Eduardo Franco Bouéres. Advogado indicado: Davi Rafael Silva Veras.



Decisão: O Tribunal, por unanimidade, determinou o encaminhamento da Lista Tríplice ao Poder Executivo, nos termos do voto do relator.

Composição: Ministros Luís Roberto Barroso (presidente), Edson Fachin, Alexandre de Moraes, Luis Felipe Salomão, Mauro Campbell Marques, Sérgio Banhos e Carlos Horbach.

Vice-Procurador-Geral Eleitoral: Paulo Gustavo Gonet Branco.

SESSÃO DE 23.9.2021.



Este documento foi gerado pelo usuário 638.***.***-49 em 24/02/2025 17:56:30

Número do documento: 21101111392265500000155597577

<https://pje.tse.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21101111392265500000155597577>

Assinado eletronicamente por: ALEXANDRE DE MORAES - 11/10/2021 11:39:22

Símbolo Isolado de Técnico Parlamentar Especial, do Quadro de Pessoal deste Poder, a partir do dia 1º de fevereiro do ano em curso.

Nº 123/2019, de 07 de fevereiro de 2019, **exonerando** AMARILDO PEREIRA FONSECA, do Cargo em Comissão, Símbolo Isolado de Técnico Parlamentar Especial; JESSICA NAYARA ROCHA ROCHA, do Cargo em Comissão, Símbolo DAS-1 de Assistente Técnico Legislativo, do Quadro de Pessoal deste Poder, a partir do dia 1º de fevereiro do ano em curso.

Nº 124/2019, de 07 de fevereiro de 2019, **nomeando** DIANA CRISTINA MARTINS, para o Cargo em Comissão, Símbolo Isolado de Técnico Parlamentar Especial; SEBASTIÃO AZEVEDO MELO, para o Cargo em Comissão, Símbolo DAS-1 de Assistente Técnico Legislativo, do Quadro de Pessoal deste Poder, a partir do dia 1º de fevereiro do ano em curso.

Nº 125/2019, de 07 de fevereiro de 2019, **nomeando** LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES, ROSINALVA TRINDADE AVELAR, ALINNE PEREIRA CUNHA, WERYSON SILVA PEREIRA, MAILSON NEVES SILVA, BOZONIEL RUAN CURA FREITAS, ROGERIO DA SILVA CANTO COSTA, ALEXANDRINA DA SILVA MENDES, VAGMA SERRA BIRINO e LUCIANE ALMEIDA MARINHO REGO, para o Cargo em Comissão, Símbolo Isolado de Técnico Parlamentar Especial; JEAN CARLOS DE CARVALHO VIEIRA e ARETUSA MAYARA DE SOUSA ALMEIDA, para o Cargo em Comissão, Símbolo DGA de Assessor Especial Legislativo; GILMARA COSTA MENEZES, para o Cargo em Comissão, Símbolo DANS-2 de Assessor Chefe; PAULO RICARDO RODRIGUES PINTO, para o Cargo em Comissão, Símbolo DAS-2 de Assessor Parlamentar Adjunto; GLEICY KARLLA AMORIM FERREIRA, para o Cargo em Comissão, Símbolo DAS-3 de Secretário Executivo, ANTONIO ELIBERTO BARROS MENDES, para o Cargo em Comissão, Símbolo DAI-4 de Motorista, do Quadro de Pessoal deste Poder, a partir do dia 1º de fevereiro do ano em curso.

Nº 129/2019, de 07 de fevereiro de 2019, **nomeando** ALDERICO JOSE COELHO JUNIOR, para o Cargo em Comissão, Símbolo DANS-1 de Assessor Parlamentar; ANTONIO DA SILVA COSTA SOBRINHO, para o Cargo em Comissão, Símbolo DAS-2 de Assessor Parlamentar Adjunto; EMANUEL MATHEUS SILVA TORRES, para o Cargo em Comissão, Símbolo DAS-3 de Secretário Executivo; MARIANA BAIMA LIMA, para o Cargo em Comissão, Símbolo DAI-4 de Oficial de Gabinete, do Quadro de Pessoal deste Poder, a partir do dia 1º de fevereiro do ano em curso.

Nº 130/2019, de 07 de fevereiro de 2019, **exonerando** EDINALDO SOUSA CORREIA, do Cargo em Comissão, Símbolo DANS-1 de Coordenador Parlamentar; MIRELE DE MATOS S. SOARES DE OLIVEIRA, do Cargo em Comissão, Símbolo DGA de Assessor Especial Legislativo; MAYSA HELLEN MENDES FIUZA, do Cargo em Comissão, Símbolo Isolado de Técnico Parlamentar Especial, MARIA DENISE FIUZA DE MORAIS, do Cargo em Comissão, Símbolo DAS-1 de Assistente Técnico Legislativo, FRANCISCA ADELINA ALVES DE MELO, do Cargo em Comissão, Símbolo Isolado de Técnico Parlamentar Especial, do Quadro de Pessoal deste Poder, a partir do dia 1º de fevereiro do ano em curso.

Nº 131/2019, de 07 de fevereiro de 2019, **nomeando** GLACIA DA SILVA DOS SANTOS AMATE, para o Cargo em Comissão, Símbolo DANS-1 de Coordenador Parlamentar; JOÃO EIRILANDIO ANTUNES NECO, para o Cargo em Comissão, Símbolo DGA de Assessor Especial Legislativo; RAIMUNDO NONATO PEREIRA BARBOSA, para o Cargo em Comissão, Símbolo Isolado de Técnico Parlamentar Especial, NAISA HELLEN MENDES FIUZA, para o Cargo em Comissão, Símbolo DAS-1 de Assistente Técnico Legislativo, CYNARA SIQUEIRA COSTA LUNA, para o Cargo em Comissão, Símbolo Isolado de Técnico Parlamentar Especial, do Quadro de Pessoal deste Poder, a partir do dia 1º de fevereiro do ano em curso.



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
PALÁCIO MANUEL BECKMAN
DIÁRIO DA ASSEMBLEIA
PODER LEGISLATIVO

EDITADO PELA DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Registro no cartório de títulos e documentos sob os números 1.780 e 24.950.
Av. Jerônimo de Albuquerque, S/N - Sítio Rangedor - Calhau
Fone (98) 32693701 CEP.: 65071-750 - São Luís - MA
Site: www.al.ma.gov.br - E-mail: diario@al.ma.gov.br

OTHELINO NETO
Presidente

VALNEY DE FREITAS PEREIRA
Diretor Geral

BRÁULIO MARTINS
Diretoria Geral da Mesa

EDWIN JINKINGS RODRIGUES
Diretoria de Comunicação

RAIMUNDO JOÃO LIMA RIBEIRO
Núcleo de Suporte de Plenário

CRISTIANO CACIQUE DE NEW YORK
Núcleo de Diário Legislativo



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COORDENAÇÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO
Ficha Financeiro do Servidor - Ano referência: 2013



PAG. 1

05/02/2014 10:55:48

ORGÃO: J04	MATRÍCULA: 0000144873	SERVIDOR LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	CARGO: ACESSOR TÉCNICO DE DESEMBARGADOR DO GAB. DESA. MARIA DAS GRAÇAS DE CASTRO DUARTE MENDES	FUNÇÃO: ACESSOR TÉCNICO DE DESEMBARGADOR DO GAB. DESA. MARIA DAS GRAÇAS DE CASTRO DUARTE MENDES	ADMISSÃO: 06/01/2010	EXONERAÇÃO:
----------------------	---------------------------------	--	---	--	--------------------------------	--------------------

Cod Verba	Nome Verba	JAN/2013	FEV/2013	MAR/2013	ABR/2013	MAI/2013	JUN/2013	JUL/2013	AGO/2013	SET/2013	OUT/2013	NOV/2013	DEZ/2013	13º/2013	TOTAL
115	DEC. JUDIC. 11,98% C/ PRE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.619,09	1.619,09	1.619,09	-	4.857,27
135	VENCIMENTO CARGO COMISSAO	12.712,75	12.712,75	12.712,75	12.712,75	12.712,75	13.514,92	13.514,92	13.514,92	13.514,92	13.514,92	13.514,92	13.514,92	-	158.168,19
202	DECIMO TERCEIRO SALARIO C	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.134,01	15.134,01
212	FERIAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.044,67	-	5.044,67
216	GPJ PADRÃO ANALISTA INIC.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.069,87	-	-	7.069,87
256	AUXILIO ALIMENTACAO	726,00	726,00	726,00	726,00	726,00	726,00	726,00	726,00	726,00	726,00	726,00	726,00	-	8.712,00
520	BANCO DO BRASIL EMPREST-1	759,41	759,41	759,41	759,41	759,41	759,41	759,41	759,41	759,41	759,41	759,41	759,41	-	9.112,92
624	DESC. ADIANT. 13 SALARIO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.757,46	6.757,46
850	TOTAL VANTAGENS FIXAS	12.712,75	12.712,75	12.712,75	12.712,75	12.712,75	13.514,92	13.514,92	13.514,92	13.514,92	15.134,01	15.134,01	15.134,01	-	163.025,46
880	SALARIO CONTRIBUICAO INSS	12.712,75	12.712,75	12.712,75	12.712,75	12.712,75	13.514,92	13.514,92	13.514,92	13.514,92	15.134,01	15.134,01	15.134,01	-	163.025,46
890	RENDA BRUTA IMPOSTO RENDA	12.712,75	12.712,75	12.712,75	12.712,75	12.712,75	13.514,92	13.514,92	13.514,92	13.514,92	15.134,01	15.134,01	20.178,68	-	168.070,13
896	TOTAL VANTAGENS	13.438,75	13.438,75	13.438,75	13.438,75	13.438,75	14.240,92	14.240,92	14.240,92	14.240,92	15.860,01	22.929,88	20.904,68	15.134,01	198.986,01
897	TOTAL DE DESCONTO	3.796,51	3.796,51	3.796,51	4.220,27	3.796,51	4.017,11	4.017,11	4.017,11	4.017,11	4.462,38	5.615,99	5.849,64	10.460,41	61.863,15
898	LIQUIDO	9.642,24	9.642,24	9.642,24	9.218,48	9.642,24	10.223,81	10.223,81	10.223,81	10.223,81	11.397,63	17.313,89	15.055,04	4.673,60	137.122,86
942	INSS 13 SALARIO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	457,49	457,49
947	IMPOSTO RENDA 13 SALARIO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.245,46	3.245,46
97	IMPOSTO SINDICAL FEDERAL	-	-	-	423,76	-	-	-	-	-	-	-	-	-	423,76
981	INSS	457,49	457,49	457,49	457,49	457,49	457,49	457,49	457,49	457,49	457,49	457,49	457,49	-	5.488,88
985	IMPOSTO DE RENDA NA FONTE	2.579,61	2.579,61	2.579,61	2.579,61	2.579,61	2.800,21	2.800,21	2.800,21	2.800,21	3.245,46	4.399,09	4.632,74	-	36.376,18

Esta ficha financeira foi emitida às 10:55:48 h, do dia 05/02/2014 pelo Página do Servidor, tendo fé pública em todo território nacional. CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 1314.4873.7J04.F0B3. Confirmação da autenticidade no site www.tjma.jus.br.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COORDENAÇÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO

Ficha Financeiro do Servidor - Ano referência: 2014



PAG. 2

05/02/2014 10:55:48

ORGÃO: J04	MATRÍCULA: 0000144873	SERVIDOR: LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	CARGO: ASSESSOR TÉCNICO DE DESEMBARGADOR DO GAB. DESA. MARIA DAS GRAÇAS DE CASTRO DUARTE MENDES	FUNÇÃO: ASSESSOR TÉCNICO DE DESEMBARGADOR DO GAB. DESA. MARIA DAS GRAÇAS DE CASTRO DUARTE MENDES	ADMISSÃO: 06/01/2010	EXONERAÇÃO:
---------------	--------------------------	--	--	---	-------------------------	-------------

Cod. Verba	Nome Verba	JAN/2014	FEV/2014	MAR/2014	ABR/2014	MAI/2014	JUN/2014	JUL/2014	AGO/2014	SET/2014	OUT/2014	NOV/2014	DEZ/2014	13º/2014	TOTAL
115	DEC. JUDIC. 11,98% C/ PRE	1.619,09	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.619,09
135	VENCIMENTO CARGO COMISSAO	13.514,92	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.514,92
256	AUXILIO ALIMENTAÇÃO	726,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	726,00
520	BANCO DO BRASIL EMPREST-1	759,41	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	759,41
850	TOTAL VANTAGENS FIXAS	15.134,01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.134,01
880	SALARIO CONTRIBUICAO INSS	15.134,01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.134,01
890	RENDA BRUTA IMPOSTO RENDA	15.134,01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.134,01
896	TOTAL VANTAGENS	15.860,01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.860,01
897	TOTAL DE DESCONTO	4.445,22	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.445,22
898	LIQUIDO	11.414,79	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.414,79
981	INSS	482,92	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	482,92
985	IMPOSTO DE RENDA NA FONTE	3.202,89	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.202,89

Esta ficha financeira foi emitida às 10:55:48 h, do dia 05/02/2014 pelo Página do Servidor, tendo fé pública em todo território nacional. CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 1314.4873.7J04.F0B3. Confirmação da autenticidade no site www.tjma.jus.br.



ADVOGADO: LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES - OAB/MA nº 6542-A - Processos no 1º Grau

#	PROCESSO
1	0000002-84.2017.6.10.0034
2	0000003-40.2018.6.10.0000
3	0000022-46.2018.6.10.0097
4	0000072-87.2017.6.10.0071
5	0000210-10.2016.6.10.0097
6	0000256-17.2012.6.10.0007
7	0000727-96.2016.6.10.0070
8	0600001-02.2024.6.10.0003
9	0600001-18.2025.6.10.0051
10	0600001-27.2024.6.10.0027
11	0600001-50.2025.6.10.0105
12	0600001-57.2021.6.10.0051
13	0600001-68.2021.6.10.0015
14	0600001-78.2021.6.10.0044
15	0600001-89.2021.6.10.0008
16	0600002-03.2025.6.10.0051
17	0600002-42.2021.6.10.0051
18	0600003-59.2025.6.10.0092
19	0600003-85.2025.6.10.0051
20	0600004-70.2025.6.10.0051
21	0600005-55.2025.6.10.0051
22	0600006-47.2024.6.10.0060
23	0600007-32.2024.6.10.0060
24	0600008-17.2024.6.10.0060
25	0600010-61.2024.6.10.0003
26	0600018-63.2024.6.10.0027
27	0600019-71.2024.6.10.0084
28	0600020-81.2024.6.10.0108
29	0600021-02.2022.6.10.0055
30	0600027-70.2024.6.10.0012
31	0600027-98.2024.6.10.0035
32	0600031-41.2024.6.10.0034
33	0600032-10.2022.6.10.0062
34	0600032-23.2024.6.10.0035
35	0600032-41.2022.6.10.0084
36	0600032-45.2024.6.10.0060
37	0600036-35.2024.6.10.0108
38	0600038-63.2021.6.10.0058
39	0600039-48.2021.6.10.0058
40	0600040-71.2020.6.10.0089
41	0600041-56.2024.6.10.0076
42	0600045-35.2020.6.10.0076
43	0600046-48.2020.6.10.0002
44	0600048-87.2020.6.10.0076
45	0600052-55.2020.6.10.0002
46	0600055-10.2020.6.10.0002
47	0600056-51.2024.6.10.0035
48	0600056-60.2022.6.10.0087
49	0600056-92.2020.6.10.0002
50	0600057-10.2020.6.10.0089
51	0600059-28.2024.6.10.0060
52	0600060-54.2020.6.10.0027
53	0600064-13.2020.6.10.0053
54	0600065-95.2020.6.10.0053
55	0600067-54.2020.6.10.0089
56	0600067-65.2020.6.10.0053



57 0600068-50.2020.6.10.0053
58 0600069-24.2020.6.10.0089
59 0600070-20.2020.6.10.0053
60 0600071-05.2020.6.10.0053
61 0600072-36.2020.6.10.0070
62 0600072-76.2020.6.10.0089
63 0600072-86.2024.6.10.0105
64 0600072-87.2020.6.10.0053
65 0600073-61.2020.6.10.0089
66 0600073-72.2020.6.10.0053
67 0600074-44.2024.6.10.0012
68 0600074-46.2020.6.10.0089
69 0600074-57.2020.6.10.0053
70 0600075-31.2020.6.10.0089
71 0600075-51.2024.6.10.0037
72 0600086-61.2020.6.10.0024
73 0600087-65.2024.6.10.0037
74 0600087-84.2024.6.10.0063
75 0600088-58.2024.6.10.0002
76 0600089-26.2020.6.10.0053
77 0600089-54.2024.6.10.0063
78 0600091-93.2020.6.10.0053
79 0600093-59.2024.6.10.0106
80 0600094-59.2020.6.10.0017
81 0600095-86.2020.6.10.0003
82 0600098-95.2024.6.10.0069
83 0600099-41.2020.6.10.0095
84 0600099-80.2024.6.10.0069
85 0600100-45.2020.6.10.0024
86 0600102-15.2020.6.10.0024
87 0600103-96.2020.6.10.0089
88 0600104-57.2020.6.10.0000
89 0600107-37.2020.6.10.0024
90 0600108-22.2020.6.10.0024
91 0600109-07.2020.6.10.0024
92 0600109-27.2024.6.10.0069
93 0600110-80.2020.6.10.0027
94 0600111-74.2020.6.10.0024
95 0600115-86.2020.6.10.0097
96 0600116-19.2024.6.10.0069
97 0600118-57.2024.6.10.0111
98 0600120-12.2024.6.10.0019
99 0600121-02.2021.6.10.0019
100 0600121-94.2024.6.10.0019
101 0600122-79.2024.6.10.0019
102 0600123-64.2024.6.10.0019
103 0600124-09.2024.6.10.0097
104 0600124-49.2024.6.10.0019
105 0600125-34.2024.6.10.0019
106 0600126-19.2024.6.10.0019
107 0600127-04.2024.6.10.0019
108 0600128-46.2024.6.10.0097
109 0600128-86.2024.6.10.0019
110 0600129-71.2024.6.10.0019
111 0600130-20.2024.6.10.0031
112 0600130-56.2024.6.10.0019
113 0600131-41.2024.6.10.0019
114 0600131-46.2024.6.10.0082



115 0600132-26.2024.6.10.0019
116 0600133-11.2024.6.10.0019
117 0600134-93.2024.6.10.0019
118 0600135-05.2020.6.10.0024
119 0600135-78.2024.6.10.0019
120 0600136-63.2024.6.10.0019
121 0600137-08.2024.6.10.0097
122 0600137-48.2024.6.10.0019
123 0600138-33.2024.6.10.0019
124 0600139-18.2024.6.10.0019
125 0600141-53.2020.6.10.0075
126 0600141-85.2024.6.10.0019
127 0600142-23.2024.6.10.0067
128 0600144-08.2020.6.10.0075
129 0600145-18.2020.6.10.0099
130 0600145-24.2024.6.10.0084
131 0600152-41.2024.6.10.0108
132 0600156-28.2024.6.10.0060
133 0600156-44.2024.6.10.0087
134 0600157-13.2024.6.10.0060
135 0600158-45.2024.6.10.0012
136 0600158-95.2024.6.10.0060
137 0600159-30.2024.6.10.0109
138 0600161-66.2024.6.10.0087
139 0600163-67.2024.6.10.0109
140 0600165-37.2024.6.10.0109
141 0600166-22.2024.6.10.0109
142 0600166-45.2024.6.10.0069
143 0600167-07.2024.6.10.0109
144 0600168-89.2024.6.10.0109
145 0600169-96.2024.6.10.0037
146 0600180-41.2024.6.10.0065
147 0600181-94.2024.6.10.0010
148 0600188-80.2024.6.10.0109
149 0600189-65.2024.6.10.0109
150 0600190-63.2020.6.10.0053
151 0600192-13.2024.6.10.0079
152 0600192-33.2020.6.10.0053
153 0600193-80.2020.6.10.0097
154 0600194-03.2020.6.10.0053
155 0600194-90.2020.6.10.0024
156 0600195-65.2024.6.10.0079
157 0600195-75.2020.6.10.0024
158 0600196-50.2024.6.10.0079
159 0600196-60.2020.6.10.0024
160 0600197-83.2024.6.10.0063
161 0600197-92.2024.6.10.0060
162 0600198-40.2020.6.10.0053
163 0600198-77.2024.6.10.0060
164 0600199-62.2024.6.10.0060
165 0600200-47.2024.6.10.0060
166 0600201-32.2024.6.10.0060
167 0600202-17.2024.6.10.0060
168 0600203-02.2024.6.10.0060
169 0600203-46.2020.6.10.0026
170 0600204-84.2024.6.10.0060
171 0600205-69.2024.6.10.0060
172 0600206-54.2024.6.10.0060



173 0600207-39.2024.6.10.0060
174 0600208-24.2024.6.10.0060
175 0600209-09.2024.6.10.0060
176 0600210-33.2020.6.10.0060
177 0600210-91.2024.6.10.0060
178 0600211-76.2024.6.10.0060
179 0600212-03.2020.6.10.0060
180 0600212-61.2024.6.10.0060
181 0600213-46.2024.6.10.0060
182 0600215-16.2024.6.10.0060
183 0600216-98.2024.6.10.0060
184 0600217-83.2024.6.10.0060
185 0600218-68.2024.6.10.0060
186 0600220-92.2024.6.10.0042
187 0600221-43.2023.6.10.0000
188 0600232-96.2020.6.10.0026
189 0600241-74.2020.6.10.0053
190 0600243-04.2020.6.10.0034
191 0600243-81.2024.6.10.0060
192 0600246-58.2020.6.10.0098
193 0600248-50.2024.6.10.0110
194 0600251-08.2024.6.10.0109
195 0600251-98.2024.6.10.0079
196 0600252-90.2024.6.10.0109
197 0600253-75.2024.6.10.0109
198 0600256-81.2024.6.10.0092
199 0600260-67.2024.6.10.0012
200 0600265-33.2020.6.10.0076
201 0600268-45.2024.6.10.0044
202 0600269-29.2024.6.10.0012
203 0600270-03.2020.6.10.0061
204 0600270-15.2024.6.10.0044
205 0600272-31.2024.6.10.0061
206 0600273-69.2020.6.10.0024
207 0600274-52.2024.6.10.0044
208 0600274-92.2020.6.10.0076
209 0600276-22.2024.6.10.0044
210 0600277-43.2024.6.10.0032
211 0600282-31.2020.6.10.0024
212 0600283-54.2020.6.10.0076
213 0600287-52.2020.6.10.0089
214 0600288-41.2024.6.10.0010
215 0600288-76.2024.6.10.0063
216 0600289-26.2024.6.10.0010
217 0600290-11.2024.6.10.0010
218 0600291-89.2020.6.10.0089
219 0600294-22.2024.6.10.0051
220 0600294-48.2024.6.10.0107
221 0600297-96.2020.6.10.0089
222 0600300-51.2020.6.10.0089
223 0600303-50.2020.6.10.0042
224 0600304-35.2020.6.10.0042
225 0600305-15.2020.6.10.0076
226 0600305-19.2020.6.10.0107
227 0600306-97.2020.6.10.0076
228 0600307-13.2020.6.10.0002
229 0600307-42.2024.6.10.0044
230 0600307-82.2020.6.10.0076

231 0600308-67.2020.6.10.0076
232 0600308-95.2020.6.10.0002
233 0600309-62.2020.6.10.0105
234 0600310-65.2020.6.10.0002
235 0600312-35.2020.6.10.0002
236 0600313-89.2024.6.10.0063
237 0600314-74.2024.6.10.0063
238 0600316-72.2020.6.10.0002
239 0600316-78.2024.6.10.0084
240 0600317-29.2020.6.10.0076
241 0600318-42.2020.6.10.0002
242 0600319-27.2020.6.10.0002
243 0600320-12.2020.6.10.0002
244 0600320-80.2020.6.10.0044
245 0600325-34.2020.6.10.0002
246 0600326-25.2024.6.10.0084
247 0600329-77.2024.6.10.0084
248 0600331-71.2020.6.10.0089
249 0600335-11.2020.6.10.0089
250 0600336-85.2020.6.10.0027
251 0600337-70.2020.6.10.0027
252 0600339-18.2020.6.10.0002
253 0600341-19.2024.6.10.0108
254 0600344-70.2020.6.10.0089
255 0600349-32.2020.6.10.0012
256 0600353-32.2020.6.10.0089
257 0600355-02.2020.6.10.0089
258 0600355-81.2024.6.10.0082
259 0600358-91.2020.6.10.0012
260 0600360-06.2024.6.10.0082
261 0600366-51.2024.6.10.0037
262 0600369-25.2024.6.10.0063
263 0600370-59.2024.6.10.0079
264 0600372-29.2024.6.10.0079
265 0600373-43.2024.6.10.0037
266 0600374-08.2020.6.10.0089
267 0600375-67.2024.6.10.0019
268 0600377-50.2020.6.10.0060
269 0600377-51.2024.6.10.0079
270 0600379-20.2020.6.10.0060
271 0600380-05.2020.6.10.0060
272 0600382-72.2020.6.10.0060
273 0600383-57.2020.6.10.0060
274 0600385-33.2020.6.10.0058
275 0600392-06.2024.6.10.0019
276 0600395-58.2024.6.10.0019
277 0600398-13.2024.6.10.0019
278 0600398-75.2024.6.10.0063
279 0600403-97.2024.6.10.0063
280 0600404-20.2024.6.10.0019
281 0600404-82.2024.6.10.0063
282 0600405-05.2024.6.10.0019
283 0600407-72.2024.6.10.0019
284 0600408-57.2024.6.10.0019
285 0600409-42.2024.6.10.0019
286 0600410-27.2024.6.10.0019
287 0600411-12.2024.6.10.0019
288 0600412-94.2024.6.10.0019





289 0600413-79.2024.6.10.0019
290 0600414-64.2024.6.10.0019
291 0600415-49.2024.6.10.0019
292 0600416-34.2024.6.10.0019
293 0600417-19.2024.6.10.0019
294 0600417-41.2024.6.10.0044
295 0600419-37.2020.6.10.0016
296 0600419-86.2024.6.10.0019
297 0600420-71.2024.6.10.0019
298 0600421-56.2024.6.10.0019
299 0600422-41.2024.6.10.0019
300 0600426-78.2024.6.10.0019
301 0600440-62.2024.6.10.0019
302 0600441-48.2024.6.10.0051
303 0600444-02.2024.6.10.0019
304 0600447-14.2020.6.10.0110
305 0600451-16.2024.6.10.0044
306 0600457-23.2024.6.10.0044
307 0600457-98.2024.6.10.0019
308 0600458-83.2024.6.10.0019
309 0600467-45.2024.6.10.0019
310 0600471-82.2024.6.10.0019
311 0600475-49.2024.6.10.0107
312 0600504-03.2024.6.10.0042
313 0600510-10.2024.6.10.0042
314 0600511-92.2024.6.10.0042
315 0600515-04.2024.6.10.0019
316 0600517-71.2024.6.10.0019
317 0600520-26.2024.6.10.0019
318 0600521-11.2024.6.10.0019
319 0600526-33.2024.6.10.0019
320 0600535-92.2024.6.10.0019
321 0600536-77.2024.6.10.0019
322 0600540-17.2024.6.10.0019
323 0600542-84.2024.6.10.0019
324 0600547-09.2024.6.10.0019
325 0600548-91.2024.6.10.0019
326 0600550-61.2024.6.10.0019
327 0600551-46.2024.6.10.0019
328 0600552-31.2024.6.10.0019
329 0600553-16.2024.6.10.0019
330 0600556-68.2024.6.10.0019
331 0600558-38.2024.6.10.0019
332 0600558-57.2020.6.10.0058
333 0600561-90.2024.6.10.0019
334 0600564-64.2020.6.10.0058
335 0600565-30.2024.6.10.0019
336 0600565-49.2020.6.10.0058
337 0600566-15.2024.6.10.0019
338 0600566-34.2020.6.10.0058
339 0600567-19.2020.6.10.0058
340 0600567-97.2024.6.10.0019
341 0600568-82.2024.6.10.0019
342 0600569-67.2024.6.10.0019
343 0600570-52.2024.6.10.0019
344 0600570-71.2020.6.10.0058
345 0600571-37.2024.6.10.0019
346 0600571-56.2020.6.10.0058

347 0600572-22.2024.6.10.0019
348 0600573-26.2020.6.10.0058
349 0600575-74.2024.6.10.0019
350 0600577-44.2024.6.10.0019
351 0600577-72.2024.6.10.0042
352 0600580-39.2020.6.10.0051
353 0600589-04.2024.6.10.0037
354 0600596-93.2024.6.10.0037
355 0600598-63.2024.6.10.0037
356 0600599-05.2024.6.10.0019
357 0600600-87.2024.6.10.0019
358 0600607-44.2024.6.10.0063
359 0600609-14.2024.6.10.0063
360 0600621-63.2024.6.10.0019
361 0600623-33.2024.6.10.0019
362 0600631-70.2020.6.10.0012
363 0600642-02.2020.6.10.0012
364 0600645-54.2020.6.10.0012
365 0600646-39.2020.6.10.0012
366 0600648-46.2024.6.10.0019
367 0600649-31.2024.6.10.0019
368 0600651-98.2024.6.10.0019
369 0600659-16.2020.6.10.0084
370 0600662-30.2024.6.10.0019
371 0600670-07.2024.6.10.0019
372 0600672-74.2024.6.10.0019
373 0600677-96.2024.6.10.0019
374 0600681-36.2024.6.10.0019
375 0600682-21.2024.6.10.0019
376 0600719-48.2024.6.10.0019
377 0600724-70.2024.6.10.0019
378 0600725-55.2024.6.10.0019
379 0600836-39.2024.6.10.0019
380 0600843-31.2024.6.10.0019
381 0600845-98.2024.6.10.0019
382 0600855-45.2024.6.10.0019
383 0600858-97.2024.6.10.0019
384 0600884-95.2024.6.10.0019
385 0600914-33.2024.6.10.0019
386 0600917-85.2024.6.10.0019
387 0600923-92.2024.6.10.0019
388 0600925-62.2024.6.10.0019
389 0600941-16.2024.6.10.0019
390 0600942-98.2024.6.10.0019
391 0600943-83.2024.6.10.0019
392 0600946-38.2024.6.10.0019
393 0600949-90.2024.6.10.0019
394 0600952-45.2024.6.10.0019
395 0600953-30.2024.6.10.0019
396 0600956-82.2024.6.10.0019
397 0600957-67.2024.6.10.0019
398 0600965-44.2024.6.10.0019
399 0600968-96.2024.6.10.0019
400 0600974-06.2024.6.10.0019
401 0600974-73.2018.6.10.0000
402 0600978-43.2024.6.10.0019
403 0600979-28.2024.6.10.0019
404 0600980-13.2024.6.10.0019



405 0600981-95.2024.6.10.0019
406 0600982-80.2024.6.10.0019
407 0600983-65.2024.6.10.0019
408 0600984-50.2024.6.10.0019
409 0600985-35.2024.6.10.0019
410 0600986-20.2024.6.10.0019
411 0600987-05.2024.6.10.0019
412 0600988-87.2024.6.10.0019
413 0600998-34.2024.6.10.0019
414 0601021-83.2020.6.10.0030
415 0601051-18.2024.6.10.0018
416 0601051-21.2020.6.10.0030
417 0601581-86.2018.6.10.0000
418 0601723-51.2022.6.10.0000



ADVOGADO: LUIS EDUARDO FRANCO BOQUERES - OAB/MA nº 6542-A - Processos no 2º Grau

#	PROCESSO
1	0000002-84.2017.6.10.0034
2	0000032-61.2016.6.10.0000
3	0000053-03.2017.6.10.0000
4	0000072-87.2017.6.10.0071
5	0000210-10.2016.6.10.0097
6	0000256-17.2012.6.10.0007
7	0000727-96.2016.6.10.0070
8	0600001-02.2024.6.10.0003
9	0600001-68.2021.6.10.0015
10	0600001-89.2021.6.10.0008
11	0600002-02.2021.6.10.0032
12	0600002-06.2018.6.10.0000
13	0600002-69.2019.6.10.0000
14	0600003-54.2019.6.10.0000
15	0600003-88.2018.6.10.0000
16	0600010-61.2024.6.10.0003
17	0600011-60.2020.6.10.0076
18	0600015-63.2022.6.10.0000
19	0600018-63.2024.6.10.0027
20	0600019-71.2024.6.10.0084
21	0600020-81.2024.6.10.0108
22	0600025-15.2019.6.10.0000
23	0600026-58.2020.6.10.0034
24	0600027-70.2024.6.10.0012
25	0600031-41.2020.6.10.0047
26	0600031-41.2024.6.10.0034
27	0600032-26.2020.6.10.0047
28	0600038-63.2021.6.10.0058
29	0600039-33.2018.6.10.0000
30	0600039-48.2021.6.10.0058
31	0600040-71.2020.6.10.0089
32	0600043-68.2020.6.10.0075
33	0600044-50.2021.6.10.0000
34	0600045-35.2020.6.10.0076
35	0600046-48.2020.6.10.0002
36	0600048-87.2020.6.10.0076
37	0600050-91.2020.6.10.0000
38	0600054-56.2020.6.10.0024
39	0600056-92.2020.6.10.0002
40	0600057-10.2020.6.10.0089
41	0600060-24.2020.6.10.0037
42	0600060-54.2020.6.10.0027
43	0600063-74.2020.6.10.0070
44	0600067-54.2020.6.10.0089
45	0600069-24.2020.6.10.0089
46	0600072-36.2020.6.10.0070
47	0600073-61.2020.6.10.0089
48	0600074-06.2020.6.10.0070
49	0600074-46.2020.6.10.0089
50	0600074-51.2022.6.10.0000
51	0600075-31.2020.6.10.0089
52	0600075-51.2024.6.10.0037
53	0600076-21.2022.6.10.0000
54	0600077-06.2022.6.10.0000
55	0600078-88.2022.6.10.0000
56	0600081-40.2020.6.10.0056
57	0600086-61.2020.6.10.0024
58	0600087-65.2024.6.10.0037
59	0600088-58.2024.6.10.0002
60	0600093-59.2024.6.10.0106
61	0600094-42.2022.6.10.0000
62	0600094-59.2020.6.10.0017
63	0600095-27.2022.6.10.0000
64	0600099-41.2020.6.10.0095
65	0600099-90.2020.6.10.0111
66	0600100-45.2020.6.10.0024
67	0600102-15.2020.6.10.0024
68	0600103-96.2020.6.10.0089
69	0600104-57.2020.6.10.0000
70	0600106-56.2022.6.10.0000
71	0600107-37.2020.6.10.0024
72	0600108-22.2020.6.10.0024
73	0600109-07.2020.6.10.0024
74	0600109-93.2020.6.10.0060
75	0600110-80.2020.6.10.0027



76 0600111-13.2020.6.10.0012
 77 0600111-74.2020.6.10.0024
 78 0600114-72.2018.6.10.0000
 79 0600118-57.2024.6.10.0111
 80 0600120-12.2024.6.10.0019
 81 0600121-94.2024.6.10.0019
 82 0600122-79.2024.6.10.0019
 83 0600123-64.2024.6.10.0019
 84 0600123-92.2022.6.10.0000
 85 0600124-09.2024.6.10.0097
 86 0600124-49.2024.6.10.0019
 87 0600125-34.2024.6.10.0019
 88 0600125-66.2021.6.10.0010
 89 0600126-19.2024.6.10.0019
 90 0600127-04.2024.6.10.0019
 91 0600127-61.2024.6.10.0097
 92 0600127-72.2020.6.10.0074
 93 0600128-46.2024.6.10.0097
 94 0600128-86.2024.6.10.0019
 95 0600129-26.2024.6.10.0034
 96 0600129-71.2024.6.10.0019
 97 0600130-56.2024.6.10.0019
 98 0600131-41.2024.6.10.0019
 99 0600131-46.2024.6.10.0082
 100 0600132-26.2024.6.10.0019
 101 0600133-11.2024.6.10.0019
 102 0600134-93.2024.6.10.0019
 103 0600135-05.2020.6.10.0024
 104 0600135-78.2024.6.10.0019
 105 0600136-63.2024.6.10.0019
 106 0600137-08.2024.6.10.0097
 107 0600137-48.2024.6.10.0019
 108 0600138-33.2024.6.10.0019
 109 0600138-85.2020.6.10.0047
 110 0600139-18.2024.6.10.0019
 111 0600140-65.2021.6.10.0000
 112 0600140-68.2020.6.10.0075
 113 0600144-08.2020.6.10.0075
 114 0600145-18.2020.6.10.0099
 115 0600145-24.2024.6.10.0084
 116 0600148-42.2021.6.10.0000
 117 0600149-27.2021.6.10.0000
 118 0600156-28.2024.6.10.0060
 119 0600157-13.2024.6.10.0060
 120 0600158-45.2024.6.10.0012
 121 0600158-95.2024.6.10.0060
 122 0600165-78.2021.6.10.0000
 123 0600166-54.2020.6.10.0079
 124 0600166-97.2020.6.10.0000
 125 0600169-96.2024.6.10.0037
 126 0600184-89.2018.6.10.0000
 127 0600189-27.2020.6.10.0070
 128 0600192-13.2024.6.10.0079
 129 0600194-90.2020.6.10.0024
 130 0600195-65.2024.6.10.0079
 131 0600195-75.2020.6.10.0024
 132 0600196-50.2024.6.10.0079
 133 0600196-60.2020.6.10.0024
 134 0600197-83.2024.6.10.0063
 135 0600201-86.2022.6.10.0000
 136 0600203-46.2020.6.10.0026
 137 0600207-93.2022.6.10.0000
 138 0600210-33.2020.6.10.0060
 139 0600211-67.2021.6.10.0000
 140 0600212-03.2020.6.10.0060
 141 0600215-75.2019.6.10.0000
 142 0600218-93.2024.6.10.0084
 143 0600220-92.2024.6.10.0042
 144 0600221-43.2023.6.10.0000
 145 0600222-48.2024.6.10.0079
 146 0600239-40.2018.6.10.0000
 147 0600244-77.2020.6.10.0037
 148 0600246-58.2020.6.10.0098
 149 0600248-50.2024.6.10.0110
 150 0600251-08.2024.6.10.0109
 151 0600251-98.2024.6.10.0079
 152 0600252-90.2024.6.10.0109



153 0600253-75.2024.6.10.0109
 154 0600260-56.2020.6.10.0061
 155 0600262-83.2018.6.10.0000
 156 0600265-33.2020.6.10.0076
 157 0600267-53.2020.6.10.0027
 158 0600268-45.2024.6.10.0044
 159 0600269-29.2024.6.10.0012
 160 0600272-82.2024.6.10.0044
 161 0600273-69.2020.6.10.0024
 162 0600274-52.2024.6.10.0044
 163 0600274-92.2020.6.10.0076
 164 0600277-43.2024.6.10.0032
 165 0600282-31.2020.6.10.0024
 166 0600283-54.2020.6.10.0076
 167 0600284-78.2020.6.10.0063
 168 0600287-52.2020.6.10.0089
 169 0600288-76.2024.6.10.0063
 170 0600291-89.2020.6.10.0089
 171 0600292-07.2020.6.10.0079
 172 0600294-48.2024.6.10.0107
 173 0600295-88.2024.6.10.0024
 174 0600297-96.2020.6.10.0089
 175 0600300-51.2020.6.10.0089
 176 0600300-95.2020.6.10.0042
 177 0600303-50.2020.6.10.0042
 178 0600304-35.2020.6.10.0042
 179 0600304-89.2020.6.10.0024
 180 0600305-19.2020.6.10.0107
 181 0600306-97.2020.6.10.0076
 182 0600307-13.2020.6.10.0002
 183 0600308-67.2020.6.10.0076
 184 0600308-95.2020.6.10.0002
 185 0600309-62.2020.6.10.0105
 186 0600311-66.2020.6.10.0029
 187 0600313-89.2024.6.10.0063
 188 0600314-74.2024.6.10.0063
 189 0600318-42.2020.6.10.0002
 190 0600320-12.2020.6.10.0002
 191 0600332-03.2018.6.10.0000
 192 0600335-11.2020.6.10.0089
 193 0600336-85.2020.6.10.0027
 194 0600341-19.2024.6.10.0108
 195 0600344-59.2019.6.00.0000
 196 0600352-65.2020.6.10.0083
 197 0600358-91.2020.6.10.0012
 198 0600360-06.2024.6.10.0082
 199 0600369-23.2020.6.10.0012
 200 0600369-25.2024.6.10.0063
 201 0600370-59.2024.6.10.0079
 202 0600374-08.2020.6.10.0089
 203 0600377-50.2020.6.10.0060
 204 0600379-20.2020.6.10.0060
 205 0600380-05.2020.6.10.0060
 206 0600380-20.2022.6.10.0000
 207 0600382-72.2020.6.10.0060
 208 0600383-57.2020.6.10.0060
 209 0600385-33.2020.6.10.0058
 210 0600389-79.2022.6.10.0000
 211 0600395-86.2022.6.10.0000
 212 0600396-71.2022.6.10.0000
 213 0600398-41.2022.6.10.0000
 214 0600399-26.2022.6.10.0000
 215 0600404-20.2024.6.10.0019
 216 0600405-05.2024.6.10.0019
 217 0600407-72.2024.6.10.0019
 218 0600408-57.2024.6.10.0019
 219 0600409-42.2024.6.10.0019
 220 0600410-27.2024.6.10.0019
 221 0600411-12.2024.6.10.0019
 222 0600412-94.2024.6.10.0019
 223 0600413-79.2024.6.10.0019
 224 0600414-64.2024.6.10.0019
 225 0600415-49.2024.6.10.0019
 226 0600416-34.2024.6.10.0019
 227 0600416-91.2024.6.10.0000
 228 0600417-19.2024.6.10.0019
 229 0600419-37.2020.6.10.0016





230 0600419-86.2024.6.10.0019
231 0600421-56.2024.6.10.0019
232 0600426-78.2024.6.10.0019
233 0600432-16.2022.6.10.0000
234 0600436-53.2022.6.10.0000
235 0600437-38.2022.6.10.0000
236 0600441-32.2020.6.10.0037
237 0600446-97.2022.6.10.0000
238 0600447-14.2024.6.10.0000
239 0600448-67.2022.6.10.0000
240 0600449-52.2022.6.10.0000
241 0600450-37.2022.6.10.0000
242 0600451-22.2022.6.10.0000
243 0600452-07.2022.6.10.0000
244 0600453-89.2022.6.10.0000
245 0600454-74.2022.6.10.0000
246 0600456-44.2022.6.10.0000
247 0600457-23.2024.6.10.0044
248 0600457-29.2022.6.10.0000
249 0600460-81.2022.6.10.0000
250 0600465-35.2024.6.10.0000
251 0600467-73.2022.6.10.0000
252 0600475-49.2024.6.10.0107
253 0600491-33.2024.6.10.0000
254 0600496-65.2018.6.10.0000
255 0600506-70.2022.6.10.0000
256 0600507-26.2020.6.10.0000
257 0600507-55.2022.6.10.0000
258 0600526-33.2024.6.10.0019
259 0600528-02.2020.6.10.0000
260 0600532-40.2024.6.10.0019
261 0600533-25.2024.6.10.0019
262 0600535-52.2024.6.10.0000
263 0600542-84.2024.6.10.0019
264 0600545-67.2022.6.10.0000
265 0600548-91.2024.6.10.0019
266 0600552-82.2020.6.10.0015
267 0600553-16.2024.6.10.0019
268 0600553-73.2024.6.10.0000
269 0600556-68.2024.6.10.0019
270 0600557-53.2024.6.10.0019
271 0600558-38.2024.6.10.0019
272 0600561-21.2022.6.10.0000
273 0600561-90.2024.6.10.0019
274 0600566-34.2020.6.10.0058
275 0600567-19.2020.6.10.0058
276 0600570-71.2020.6.10.0058
277 0600571-36.2020.6.10.0000
278 0600571-56.2020.6.10.0058
279 0600580-39.2020.6.10.0051
280 0600591-27.2020.6.10.0000
281 0600592-12.2020.6.10.0000
282 0600593-26.2022.6.10.0000
283 0600597-63.2022.6.10.0000
284 0600599-62.2024.6.10.0000
285 0600604-55.2022.6.10.0000
286 0600605-40.2022.6.10.0000
287 0600609-14.2024.6.10.0063
288 0600610-62.2022.6.10.0000
289 0600615-80.2020.6.10.0024
290 0600616-40.2020.6.10.0000
291 0600623-61.2022.6.10.0000
292 0600624-46.2022.6.10.0000
293 0600626-84.2020.6.10.0000
294 0600642-02.2020.6.10.0012
295 0600643-84.2020.6.10.0012
296 0600644-69.2020.6.10.0012
297 0600646-39.2020.6.10.0012
298 0600651-29.2022.6.10.0000
299 0600675-86.2024.6.10.0000
300 0600676-13.2020.6.10.0000
301 0600684-58.2020.6.10.0042
302 0600693-49.2020.6.10.0000
303 0600711-70.2020.6.10.0000
304 0600716-92.2020.6.10.0000
305 0600743-36.2024.6.10.0000
306 0600925-62.2024.6.10.0019

307 0600942-98.2024.6.10.0019
308 0600952-45.2024.6.10.0019
309 0600968-96.2024.6.10.0019
310 0600974-73.2018.6.10.0000
311 0600976-04.2022.6.10.0000
312 0600977-86.2022.6.10.0000
313 0600978-43.2024.6.10.0019
314 0600979-28.2024.6.10.0019
315 0600980-13.2024.6.10.0019
316 0600981-95.2024.6.10.0019
317 0600982-80.2024.6.10.0019
318 0600983-65.2024.6.10.0019
319 0600984-50.2024.6.10.0019
320 0600985-35.2024.6.10.0019
321 0600986-20.2024.6.10.0019
322 0600987-05.2024.6.10.0019
323 0600988-87.2024.6.10.0019
324 0600991-42.2024.6.10.0019
325 0600992-27.2024.6.10.0019
326 0601016-25.2018.6.10.0000
327 0601040-53.2018.6.10.0000
328 0601051-21.2020.6.10.0030
329 0601109-85.2018.6.10.0000
330 0601200-78.2018.6.10.0000
331 0601234-14.2022.6.10.0000
332 0601240-21.2022.6.10.0000
333 0601263-64.2022.6.10.0000
334 0601264-49.2022.6.10.0000
335 0601265-34.2022.6.10.0000
336 0601482-19.2018.6.10.0000
337 0601501-83.2022.6.10.0000
338 0601508-75.2022.6.10.0000
339 0601510-45.2022.6.10.0000
340 0601514-82.2022.6.10.0000
341 0601533-88.2022.6.10.0000
342 0601538-13.2022.6.10.0000
343 0601551-12.2022.6.10.0000
344 0601567-63.2022.6.10.0000
345 0601568-48.2022.6.10.0000
346 0601573-70.2022.6.10.0000
347 0601574-55.2022.6.10.0000
348 0601576-25.2022.6.10.0000
349 0601577-10.2022.6.10.0000
350 0601578-92.2022.6.10.0000
351 0601579-77.2022.6.10.0000
352 0601580-62.2022.6.10.0000
353 0601581-47.2022.6.10.0000
354 0601581-86.2018.6.10.0000
355 0601582-32.2022.6.10.0000
356 0601583-17.2022.6.10.0000
357 0601584-02.2022.6.10.0000
358 0601586-69.2022.6.10.0000
359 0601590-09.2022.6.10.0000
360 0601592-76.2022.6.10.0000
361 0601593-61.2022.6.10.0000
362 0601594-46.2022.6.10.0000
363 0601595-31.2022.6.10.0000
364 0601596-16.2022.6.10.0000
365 0601597-98.2022.6.10.0000
366 0601598-83.2022.6.10.0000
367 0601599-68.2022.6.10.0000
368 0601601-38.2022.6.10.0000
369 0601602-23.2022.6.10.0000
370 0601604-90.2022.6.10.0000
371 0601607-45.2022.6.10.0000
372 0601608-30.2022.6.10.0000
373 0601610-97.2022.6.10.0000
374 0601611-82.2022.6.10.0000
375 0601612-67.2022.6.10.0000
376 0601613-52.2022.6.10.0000
377 0601615-22.2022.6.10.0000
378 0601616-07.2022.6.10.0000
379 0601618-74.2022.6.10.0000
380 0601621-29.2022.6.10.0000
381 0601622-14.2022.6.10.0000
382 0601624-81.2022.6.10.0000
383 0601625-66.2022.6.10.0000



384 0601626-51.2022.6.10.0000
385 0601627-36.2022.6.10.0000
386 0601633-43.2022.6.10.0000
387 0601635-13.2022.6.10.0000
388 0601636-95.2022.6.10.0000
389 0601642-05.2022.6.10.0000
390 0601645-57.2022.6.10.0000
391 0601646-42.2022.6.10.0000
392 0601649-94.2022.6.10.0000
393 0601650-79.2022.6.10.0000
394 0601651-64.2022.6.10.0000
395 0601654-19.2022.6.10.0000
396 0601656-86.2022.6.10.0000
397 0601657-71.2022.6.10.0000
398 0601659-41.2022.6.10.0000
399 0601668-03.2022.6.10.0000
400 0601669-85.2022.6.10.0000
401 0601670-70.2022.6.10.0000
402 0601672-40.2022.6.10.0000
403 0601673-25.2022.6.10.0000
404 0601676-77.2022.6.10.0000
405 0601681-02.2022.6.10.0000
406 0601682-84.2022.6.10.0000
407 0601683-69.2022.6.10.0000
408 0601693-16.2022.6.10.0000
409 0601700-08.2022.6.10.0000
410 0601705-30.2022.6.10.0000
411 0601708-82.2022.6.10.0000
412 0601709-09.2018.6.10.0000
413 0601709-67.2022.6.10.0000
414 0601715-74.2022.6.10.0000
415 0601716-59.2022.6.10.0000
416 0601717-44.2022.6.10.0000
417 0601723-51.2022.6.10.0000
418 0601728-73.2022.6.10.0000
419 0601731-28.2022.6.10.0000
420 0601737-74.2018.6.10.0000
421 0601751-58.2018.6.10.0000
422 0601753-28.2018.6.10.0000
423 0601771-49.2018.6.10.0000
424 0601772-34.2018.6.10.0000
425 0601786-76.2022.6.10.0000
426 0601796-62.2018.6.10.0000
427 0601817-38.2018.6.10.0000
428 0601817-96.2022.6.10.0000
429 0601822-60.2018.6.10.0000
430 0601834-74.2018.6.10.0000
431 0601836-44.2018.6.10.0000
432 0601869-34.2018.6.10.0000
433 0601870-19.2018.6.10.0000
434 0601871-04.2018.6.10.0000
435 0601874-56.2018.6.10.0000
436 0601875-41.2018.6.10.0000
437 0601889-83.2022.6.10.0000
438 0601911-83.2018.6.10.0000
439 0601912-68.2018.6.10.0000
440 0601914-38.2018.6.10.0000
441 0601916-08.2018.6.10.0000
442 0601917-90.2018.6.10.0000
443 0601925-67.2018.6.10.0000
444 0601926-52.2018.6.10.0000
445 0601930-89.2018.6.10.0000
446 0601938-66.2018.6.10.0000
447 0601945-58.2018.6.10.0000
448 0601959-42.2018.6.10.0000
449 0601998-97.2022.6.10.0000
450 0602002-76.2018.6.10.0000
451 0602009-29.2022.6.10.0000
452 0602028-74.2018.6.10.0000
453 0602038-21.2018.6.10.0000
454 0602039-06.2018.6.10.0000
455 0602139-58.2018.6.10.0000
456 0602188-60.2022.6.10.0000
457 0602195-52.2022.6.10.0000
458 0602245-78.2022.6.10.0000
459 0602249-18.2022.6.10.0000
460 0602282-47.2018.6.10.0000



461 0602430-19.2022.6.10.0000
462 0602447-55.2022.6.10.0000
463 0602579-15.2022.6.10.0000
464 0602580-97.2022.6.10.0000
465 0602581-82.2022.6.10.0000
466 0602583-52.2022.6.10.0000
467 0602590-44.2022.6.10.0000
468 0602594-81.2022.6.10.0000
469 0602597-36.2022.6.10.0000
470 0602603-43.2022.6.10.0000
471 0602604-28.2022.6.10.0000
472 0602605-13.2022.6.10.0000
473 0602606-95.2022.6.10.0000
474 0602614-72.2022.6.10.0000
475 0602618-12.2022.6.10.0000
476 0602619-94.2022.6.10.0000
477 0602624-19.2022.6.10.0000
478 0602625-04.2022.6.10.0000
479 0602630-26.2022.6.10.0000
480 0602631-11.2022.6.10.0000
481 0602633-78.2022.6.10.0000
482 0602641-55.2022.6.10.0000
483 0602653-69.2022.6.10.0000
484 0602660-61.2022.6.10.0000
485 0602668-38.2022.6.10.0000
486 0602669-23.2022.6.10.0000
487 0602687-44.2022.6.10.0000
488 0602691-81.2022.6.10.0000
489 0602693-51.2022.6.10.0000
490 0602694-36.2022.6.10.0000
491 0602697-88.2022.6.10.0000
492 0602701-28.2022.6.10.0000
493 0602703-95.2022.6.10.0000
494 0602705-65.2022.6.10.0000
495 0602712-57.2022.6.10.0000
496 0602713-42.2022.6.10.0000
497 0602714-27.2022.6.10.0000
498 0602715-12.2022.6.10.0000
499 0602716-94.2022.6.10.0000
500 0602717-79.2022.6.10.0000
501 0602718-64.2022.6.10.0000
502 0602720-34.2022.6.10.0000
503 0602725-56.2022.6.10.0000
504 0602733-33.2022.6.10.0000
505 0602734-18.2022.6.10.0000
506 0602737-70.2022.6.10.0000
507 0602741-10.2022.6.10.0000
508 0602745-47.2022.6.10.0000
509 0602746-32.2022.6.10.0000
510 0602747-17.2022.6.10.0000
511 0602753-24.2022.6.10.0000
512 0602786-14.2022.6.10.0000
513 0602791-36.2022.6.10.0000
514 0602801-80.2022.6.10.0000
515 0602807-87.2022.6.10.0000
516 0602949-91.2022.6.10.0000
517 0602954-16.2022.6.10.0000
518 0602955-98.2022.6.10.0000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

Relatório: Lista de Processos por Advogado

Data de geração: 26/02/2025

Parâmetros utilizados:

Advogado Parte: LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES - OAB Nº 6.542

Protocolo	Processo	Advogado	Tipo parte
18.435/2015	CART-3878	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE
143.596/2012	AIME-46146	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO
144.765/2012	AIME-46231	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO
14.862/2014	CART-962	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE
98.507/2012	RP-25447	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTADO
139.540/2012	RE-30033	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTADO
144.611/2012	RE-121091	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REQUERENTE
7/2017	RP-150	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTADO
12.540/2014	RCAND-27573	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	CANDIDATO
12.949/2014	RCAND-51817	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	IMPUGNADO(S)
25.787/2014	RP-216717	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
20.747/2014	RP-188309	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTADO(S)
24961/2008	RE-5467	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
23.915/2009	RCED-139593	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
59.693/2008	RE-6762	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
45.620/2008	RE-6970	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
144.611/2012	RE-121091	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
143.231/2012	AJE-23918	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
102.966/2016	PC-38420	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
93.291/2016	RP-29186	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
32.113/2017	RE-7287	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
30.338/2008	RE-6331	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
11.488/2009	RCED-271	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
6.300.518/2008	RE-7014	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)



95.904/2012	RE-39221	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
84.972/2012	AIJE-23727	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
104.649/2012	AIJE-40520	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
134.068/2012	RE-39442	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
91.009/2016	AIJE-29184	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
97.870/2016	AIJE-29734	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
18.278/2014	PC-144835	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REQUERENTE(S)
22.165/2014	PC-196103	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REQUERENTE(S)
18.287/2014	PC-145794	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REQUERENTE(S)
25.900/2014	MS-217069	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	IMPETRANTE(S)
3.823/2008	EXC-81	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EXCIPIENTE(S)
15033/2006	RP-4094	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
9825/2007	RP-4572	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
11.792/2014	RP-12155	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
25.786/2014	RP-216462	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
26.935/2014	RP-222520	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
24957/2008	RE-5471	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
23.470/2008	RE-5476	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
31.037/2008	RE-6395	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
32.779/2008	RE-6425	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
107.208/2016	PC-43191	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
39.660/2008	RE-6594	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
1.651/2009	RE-6892	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
41.965/2008	RE-6910	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
141.576/2012	RP-140828	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
98.507/2012	RP-25447	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
18573/2007	PET-4225	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REQUERENTE(S)
48.695/2009	AC-509	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REQUERIDO(S)



18.464/2007	AIJE-3307	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REQUERIDO(S)
6.064/2014	PET-3062	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REQUERIDO(S)
39.013/2009	MS-594	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	IMPETRANTE(S)
26.875/2013	MS-7418	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	LITISCONSORTE(S)
19.455/2006	RP-4328	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
20507/2006	RP-4476	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
22.472/2014	RP-194027	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTADO(S)
13.380/2014	RCAND-78234	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	IMPUGNANTE(S)
14.248/2014	RP-100669	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
27.168/2014	AIJE-222435	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
33.959/2008	RE-6464	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
118.932/2012	PC-82029	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
111.447/2016	PC-66108	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
144.765/2012	AIME-46231	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
102.606/2016	RP-16161	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
111.326/2016	PC-67844	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
143.596/2012	AIME-46146	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
32.420/2008	RE-6433	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
31.038/2008	RE-6397	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
33.961/2008	RE-6466	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
105.633/2012	AIJE-66243	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
34.664/2014	AIME-8635	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
99.435/2016	AIJE-49968	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
99.256/2016	AIJE-49616	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
105.068/2012	RE-41042	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
70.026/2012	RE-41988	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
19288/2006	PET-3975	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REQUERENTE(S)
24.696/2014	PET-211958	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REQUERIDO(S)



18322/2006	MS-438	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	IMPETRANTE(S)
6253/2008	MS-462	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	IMPETRANTE(S)
16.076/2009	MS-579	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	IMPETRANTE(S)
29265/2008	AC-442	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	IMPETRADO(S)
1.989/2008	EXC-79	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EXCIPIENTE(S)
3.301/2010	RE-91955	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	LITISCONSORTE(S)
16623/2006	RP-4163	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
31.895/2008	RE-6420	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
25.488/2014	AIJE-215163	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
25.481/2014	RP-214726	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
25.785/2014	RP-216547	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
14.250/2014	RP-100839	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
23471/2008	RE-5468	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
34.461/2008	RE-6455	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
39.994/2008	RE-6815	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
33.961/2008	RE-6466	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
30402/2008	RE-6355	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
40.762/2015	PET-13335	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
118.944/2012	PC-81859	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
127.973/2012	AIJE-36892	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
132.509/2016	AIJE-80176	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
111.227/2016	PC-67407	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
133.822/2016	RE-284	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
49.950/2009	RE-2460	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
11.489/2009	RE-6982	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
141.854/2012	AIJE-100017	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
394/2013	RE-215	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
89.415/2016	RE-28917	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)

116.496/2012	RE-96585	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
144.765/2012	AIME-46231	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
10.531/2014	AC-9035	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REQUERENTE(S)
12.538/2014	AC-78319	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REQUERENTE(S)
31.869/2014	AC-232050	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REQUERENTE(S)
18.422/2014	PC-155142	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REQUERENTE(S)
21.714/2014	MS-190567	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	IMPETRANTE(S)
21.715/2014	MS-190652	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	LITISCONSORTE(S)
21.228/2006	AIJE-3303	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTADO(S)
95.226/2012	RE-25192	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	ASSISTENTE(S)
17.750/2014	RP-126819	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
25.752/2014	RP-216632	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
26.124/2014	RP-218368	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
14.247/2014	RP-100584	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
27.055/2014	RP-222095	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTADO(S)
22.532/2014	RP-194294	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTADO(S)
26.608/2014	AIJE-219752	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTADO(S)
24958/2008	RE-5469	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
27.669/2008	RE-5824	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
33.962/2008	RE-6467	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
126.406/2012	RE-90260	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
122.453/2012	PC-27086	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
18.811/2011	RE-18740	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
121.580/2012	PC-89653	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
23.083/2008	RE-5238	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
979/2013	AIME-141	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
30.372/2008	RE-6284	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
30.442/2008	RE-6349	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)



31.037/2008	RE-6395	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
143.538/2012	RCED-100709	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
104.970/2012	AIJE-80467	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
100.025/2016	RE-50575	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
98.627/2012	RP-12494	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
99.661/2016	AIJE-50138	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
98.261/2016	AIJE-49531	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
91.950/2012	AIJE-72843	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
86.066/2016	AIJE-28747	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
133.822/2016	RE-284	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
17.496/2014	PC-124488	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REQUERENTE(S)
34618/2008	AC-449	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REQUERIDO(S)
21.552/2014	MS-190737	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	IMPETRANTE(S)
18861/2006	RP-4312	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
27.139/2009	RP-4680	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
16.251/2006	AIJE-3290	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTADO(S)
12.312/2014	RP-13284	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
23.661/2014	RP-202950	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
25.482/2014	RP-214811	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
20.211/2014	RP-185286	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTADO(S)
28.573/2008	RE-6032	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
3.687/2007	25-4596	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
30.337/2008	RE-6327	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
33.960/2008	RE-6465	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
5.988/2009	RCED-255	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
40.509/2008	RE-6607	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
143.991/2012	RCED-38309	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
7/2017	RP-150	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)

42.644/2013	RE-12881	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
20511/2006	PET-4032	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REQUERENTE(S)
17.637/2014	PC-129417	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REQUERENTE(S)
33994/2008	AC-447	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REQUERIDO(S)
26.139/2014	MS-218453	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	IMPETRANTE(S)
30.366/2009	MS-589	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	LITISCONSORTE(S)
22.456/2009	RP-4593	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
12.315/2014	RP-13539	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
25.111/2014	RP-213342	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
25.480/2014	RP-214641	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
14.249/2014	RP-100754	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
11.032/2014	RP-9812	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTADO(S)
24959/2008	RE-5470	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
24960/2008	RE-5466	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
30.609/2008	RE-6384	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
30.907/2008	RE-6396	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
12.659/2009	RCED-274	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
39.883/2008	RE-6621	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
97.139/2012	RE-39658	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
70.025/2012	RE-41806	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
143.545/2012	RCED-100891	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
143.544/2012	RCED-100624	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
64.269/2016	RCAND-7866	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
141.855/2012	AIJE-100102	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
100.807/2012	RP-40180	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
99.659/2016	RE-50308	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
104.650/2012	AIJE-40605	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
91.879/2012	RE-50598	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)



70.633/2016	AIJE-16936	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
19289/2006	PET-3976	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REQUERENTE(S)
46.986/2015	PET-17669	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REQUERENTE(S)
24.705/2014	AC-210222	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REQUERENTE(S)
3927/2008	EXC-82	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EXCIPIENTE(S)
7831/2006	28-1017	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	INTERESSADO(S)
20549/2006	RP-4484	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
20671/2006	RP-4490	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
16079/2006	RP-4123	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
30.005/2009	RP-4681	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
8974/2006	RP-3904	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTADO(S)
6.327/2006	RP-3884	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTADO(S)
25.377/2006	AIME-32	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REU(S)
11.791/2014	RP-12070	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
21.258/2014	RP-189183	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTADO(S)
25.747/2014	RP-215770	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTADO(S)
34.460/2008	RE-6454	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
34.462/2008	RE-6456	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
143.591/2012	PET-59168	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
144.974/2012	AIME-52735	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
362/2013	RCED-222	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
125.864/2012	RE-69561	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
6.929/2007	25-4641	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
610.935/2008	RE-950441626	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
65.987/2008	RCED-269	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
97.140/2012	AIJE-39488	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
99.434/2016	AIJE-49883	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
99.658/2016	AIJE-50223	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)



99.255/2016	AIJE-49798	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
85.339/2016	RE-28662	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
143.596/2012	AIME-46146	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
113.901/2016	RE-21010	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
9.551/2017	PC-5303	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REQUERENTE(S)
6.145/2014	PET-3147	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REQUERIDO(S)
26.376/2014	PET-223042	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REQUERIDO(S)
13684/2007	MS-453	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	IMPETRANTE(S)
6257/2008	MS-463	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	IMPETRANTE(S)
2.598/2015	MS-3805	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	IMPETRANTE(S)
1.990/2008	EXC-80	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EXCIPIENTE(S)
5044/2008	EXC-83	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EXCIPIENTE(S)
7756/2006	28-751	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	INTERESSADO(S)
102.079/2016	MS-24397	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	LITISCONSORTE(S)
18.943/2006	RP-4317	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
8.601/2007	RP-4567	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
4.201/2006	RP-3859	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTADO(S)
9.739/2014	AC-7481	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	ASSISTENTE(S)
12.317/2014	RP-13624	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	REPRESENTANTE(S)
16.933/2014	RP-100754	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
14.993/2018	RE-50660	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
10054/2006	29-3854	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
18.301/2010	RE-91955	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
28.999/2010	RCAND-312894	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
7.845/2018	RE-29186	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
16.430/2014	RE-100102	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
15.658/2018	RE-16161	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
33.938/2016	RE-46146	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	AGRAVADO(S)



15.945/2014	RP-100669	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
7.894/2015	RE-23918	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
3.935/2010	RP-4593	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGADO(S)
8.509/2015	RE-66243	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGADO(S)
47.691/2015	RE-46146	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGADO(S)
104.271/2016	RE-7866	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGADO(S)
32.530/2009	MS-585	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	LITISCONSORTE(S)
14.598/2014	RCAND-78234	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	IMPUGNANTE(S)
15.657/2014	RP-100839	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
7.850/2018	RE-29186	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
11.079/2015	PC-129417	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
17.166/2018	RE-72796	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
28.746/2014	RE-100017	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
33.800/2015	RE-40520	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
20.449/2014	RCAND-27573	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
14.546/2018	RE-284	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
24.470/2009	RCED-271	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	AGRAVANTE(S)
37.645/2011	RCED-139593	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	AGRAVADO(S)
14.447/2011	RCED-139593	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	AGRAVADO(S)
9.512/2014	RCED-100891	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
9.513/2014	RCED-100709	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
47.698/2015	RE-46146	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
9.239/2018	RE-50660	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
4.615/2016	RE-39442	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
2.596/2015	RE-69731	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGADO(S)
7.365/2018	RE-80176	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGADO(S)
17675/2006	29-4039	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
12.333/2014	RCED-100891	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)



12.332/2014	RCED-100709	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
12.337/2014	RCED-100624	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
29.362/2016	RE-18740	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
2.362/2019	RE-29734	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
24.311/2016	RE-46231	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
12.490/2018	RE-80176	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
23.240/2015	RE-40520	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
18.170/2014	RCAND-27573	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
13418/2007	AIJE-3303	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	AGRAVANTE(S)
33.270/2014	AIJE-219752	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	AGRAVANTE(S)
22.215/2014	MS-190737	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	AGRAVANTE(S)
22528/2006	RP-4320	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	AGRAVADO(S)
26.032/2010	RE-91955	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	AGRAVADO(S)
16124/2006	29-4027	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
1.985/2016	RE-82029	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
48.375/2009	RP-4681	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGADO(S)
18.134/2014	RCAND-27573	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGADO(S)
3.043/2018	RE-29186	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGADO(S)
15.791/2014	RE-100017	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGADO(S)
41.902/2009	MS-585	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	LITISCONSORTE(S)
28.555/2014	RP-100669	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
70.263/2016	RP-9812	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
24.734/2014	RP-202950	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
11.676/2018	RE-29734	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
15.333/2018	RE-28662	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
12.216/2014	RP-4531	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
132.957/2016	RE-7866	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
10.247/2015	RE-6970	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)



11.368/2008	EXC-79	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	AGRAVANTE(S)
32.371/2014	RE-12881	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	AGRAVANTE(S)
30.415/2016	RE-46231	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	AGRAVADO(S)
33.605/2009	RE-6982	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
19.112/2014	RP-4531	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
3.081/2018	RE-29186	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
17.165/2018	RE-72796	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
19.871/2011	RCED-139593	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGADO(S)
10.824/2018	RE-16161	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGADO(S)
9.696/2018	RE-284	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGADO(S)
11.369/2008	EXC-80	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
759/2015	RP-185286	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
48.541/2015	RE-8635	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
48.715/2015	RE-39442	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
16125/2006	29-4028	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
20510/2006	29-4312	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
25453/2008	RE-5238	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
3.944/2010	RP-4592	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
47.697/2015	RE-46231	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
35394/2008	RE-6349	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGADO(S)
33.865/2014	PC-196103	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGADO(S)
2.666/2015	RE-69731	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGADO(S)
2.529/2015	RE-23918	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGADO(S)
40/2018	RE-49531	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGADO(S)
9.423/2019	RE-72796	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGADO(S)
25.535/2014	RP-189183	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
15130/2008	RP-4561	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
34973/2008	RE-5476	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)



43511/2008	RE-6349	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
21.488/2016	RE-39442	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
24.312/2016	RE-46146	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
16.503/2014	RCAND-27573	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
11.367/2008	EXC-81	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	AGRAVANTE(S)
11.212/2014	RCED-38309	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	AGRAVANTE(S)
3.075/2015	RP-185286	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	AGRAVANTE(S)
1.658/2019	RE-28662	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	AGRAVANTE(S)
512/2019	RE-72796	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	AGRAVANTE(S)
30.512/2014	RE-100017	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	AGRAVADO(S)
2.363/2019	RE-16161	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	AGRAVADO(S)
14527/2007	RP-4545	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
17.297/2014	RCAND-51817	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
15.274/2019	RE-7287	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
47.692/2015	RE-46231	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGADO(S)
11.524/2019	RE-25617	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGADO(S)
13.108/2019	RE-25617	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGADO(S)
19.288/2014	RCAND-51817	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
19.109/2014	RP-100669	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
23.825/2014	RP-4531	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
7.278/2010	RP-4680	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
7.850/2018	RE-29186	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
19.533/2014	RP-100754	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
28.982/2014	RE-100102	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
19814/2006	RP-4156	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	AGRAVANTE(S)
7.791/2014	RCED-100891	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	AGRAVANTE(S)
25.476/2014	MS-190737	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	AGRAVADO(S)
30.511/2014	RE-100102	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	AGRAVADO(S)



2.282/2019	RE-80176	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	AGRAVADO(S)
7.790/2014	RCED-100709	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
47.067/2015	RE-82029	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
6.573/2018	RE-28662	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
47.072/2015	RE-89653	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
3.906/2016	RE-8635	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
9.944/2019	RE-72796	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
14.744/2014	RE-100102	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGADO(S)
13.107/2019	RE-25617	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGADO(S)
7.610/2014	RCED-38309	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
28.445/2014	RP-214811	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
20.560/2014	RCAND-27573	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
25.536/2014	RP-189183	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRENTE(S)
10209/2006	29-3906	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
28.605/2011	RCED-139593	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
18.655/2015	RE-66243	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
32.350/2014	RP-188309	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
8.157/2018	RE-49531	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
7.893/2015	RE-23918	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
314/2016	RE-8635	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
1.542/2019	RE-150	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	RECORRIDO(S)
1814/2007	AIJE-3303	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	AGRAVANTE(S)
22526/2006	RP-3884	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	AGRAVANTE(S)
7.788/2014	RCED-100624	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	AGRAVANTE(S)
2.899/2019	RE-50660	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	AGRAVANTE(S)
22.890/2008	RP-4561	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	AGRAVADO(S)
11.734/2018	RE-29186	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	AGRAVADO(S)
7.400/2019	RE-150	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	AGRAVADO(S)

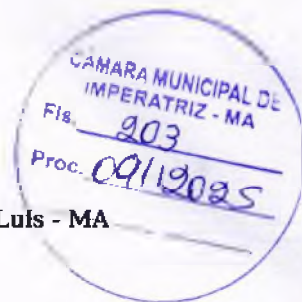


4.750/2014	RCED-38309	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
9.514/2014	RCED-100624	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
47.696/2015	RE-25447	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
7.369/2018	RE-29734	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
15.131/2016	RE-18740	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
25.029/2014	RP-100669	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGANTE(S)
16.553/2014	RCAND-27573	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGADO(S)
17.334/2014	RCAND-78234	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGADO(S)
11.727/2018	RE-150	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGADO(S)
9.088/2019	RE-72796	LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES	EMBARGADO(S)
Protocolo	Processo	Advogado	Tipo parte
98.261/2016	AIJE-49531	LUIS EDUARDO FRANCO BOUÉRES	REPRESENTADO
19.870/2016	PC-3261	LUIS EDUARDO FRANCO BOUÉRES	REQUERENTE(S)
24/2017	RE-1542	LUIS EDUARDO FRANCO BOUÉRES	RECORRENTE(S)
111.643/2016	PC-65331	LUIS EDUARDO FRANCO BOUÉRES	RECORRENTE(S)
111.853/2016	PC-64202	LUIS EDUARDO FRANCO BOUÉRES	RECORRENTE(S)
111.449/2016	PC-66023	LUIS EDUARDO FRANCO BOUÉRES	RECORRENTE(S)
15.940/2019	PC-3261	LUIS EDUARDO FRANCO BOUÉRES	EMBARGANTE(S)
Total geral: 405			



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

AV. SENADOR VITORINO FREIRE - Bairro AREINHA - CEP 65010917 - São Luís - MA



CERTIDÃO

CERTIFICO que, revendo o Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos - SADP, bem como o Processo Judicial Eletrônico - PJE, verificou-se que o Dr. LUÍS EDUARDO FRANCO BOUÈRES - OAB/MA 6.542 - atuou como advogado, neste Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, em 405 (quatro centos e cinco) processos físicos e 936 (novecentos e trinta e seis) processos eletrônicos, entre os anos de 2006 a 2025, conforme detalhado no relatório que vai acompanhado desta certidão. Para constar, eu, Leticia Silva Portela, matrícula 30990079, lavrei a presente certidão, em 26/02/2025. O referido é verdade e dou fé.



Documento assinado eletronicamente por LETÍCIA SILVA PORTELA, Chefe de Seção, em 26/02/2025, às 19:10, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ma.jus.br/autenticar> informando o código verificador 2414776 e o código CRC 6F616D4E.

0002023-42.2025.6.27.8000|2414776v3

Luís Eduardo Franco Bouéres

Rua das Juçaras, Quadra 44, Casa 04 – Renascença I, São Luís (MA).
CEP 65075-230.

luiseduardo@danielleiteadvogados.com
Fone: (98) 3235-5687



Advogado com 16 (dezesesseis) anos de experiência atuando em questões de Direito Empresarial, Direito Eleitoral e Direito Administrativo, com enfoque específico na área do Direito Municipal.

Formação

- Graduado em Direito pelo Centro Universitário do Maranhão – UNICEUMA em 2002;
- Advogado militante desde 2003 (OAB/MA sob o nº. 6.542);
- Pós-graduado em Direito Civil *lato sensu* pela Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL, em 2005;
- Pós-graduando em Direito Processual Civil pela Faculdade Ibmecc SP e em Direito Eleitoral pela PUC Minas.

Experiência

- Assessor Jurídico da extinta Gerência Regional de Articulação e Desenvolvimento da Região do Muniim e Lençóis Maranhenses, com sede no Município de Rosário (MA), entre os anos de 2003 e 2004;
- Advogado do escritório Daniel Leite & Advogados Associados entre 2005 e 2009 e, novamente, em 2014;
- Atuação nas áreas de consultoria e representação judicial de sociedades empresárias, de Municípios, em questões envolvendo licitações, celebração e execução de convênios e contratos administrativos, além da representação judicial e consultoria a agentes políticos;
- Exerceu a função de Chefe da Assessoria Jurídica do DETRAN (MA), em 2007;
- Assessor de Desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão entre 2010 e 2014;
- Assessor Parlamentar na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão em 2019.

Atividades adicionais

- Membro palestrante da Feira do Empreendedor 2005 no SEBRAE/MA, discutindo temas relativos ao Direito do Consumidor;
- Autor do artigo “Código Civil: A adoção de cláusulas gerais é a maior mudança na legislação”, publicado no site Consultor Jurídico em 31 de março de 2005 - <<http://www.conjur.com.br/static/text/33864,1>> - e no Jornal da Paraíba, coluna semanal “Escrevendo Direito”, veiculada na edição de 08 de abril de 2005.

Outras informações

- Curso “As Licitações: Processos e Procedimentos”, realizado em março de 2004, pela Escola de Governo do Maranhão (EGMA);
- Curso “Licitações & Contratos – Novas Soluções para Velhos Problemas” ministrado por Jorge Ulisses Jacoby Fernandes em Fortaleza (CE), no mês de junho de 2007;
- Seminário sobre Improbidade Administrativa na CNM – Confederação Nacional dos Municípios em maio de 2019.

São Luís (MA) – Junho de 2019



OBJETIVO

Assessora/Advogada

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Advogada - Instituto de Previdência Social Municipal - IPAM - São Luís/MA

Período: 2023 - 2025

- Responsável pela análise e elaboração de pareceres de aposentadorias, pensões, isenções de imposto de renda.
- Responsável por elaboração de contestações, impugnações, recursos. Domínio do protocolo das petições no sistema PJE, SISPREV, EDOC, CONECTA.
- Pesquisas, seleção e processamento de legislação, doutrina e jurisprudência. Atendimento humanizado pessoal e telefônico aos servidores e pensionistas.
- Consultoria jurídica ao instituto, elaboração de despachos, recepcionar autoridades e demais pessoas que se dirigirem a assessoria jurídica e/ou gabinete.

Assessora Técnica - Secretaria Municipal de Comunicação - SECOM, São Luís/MA

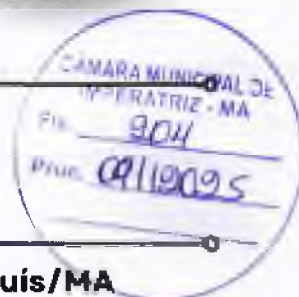
Período: 03/2023 a 11/2023

- Responsável pela análise e assessoramento Interno e externo dos servidores, instrução processual interna, elaboração de Justificativas, Minutas e Contratos, despachos, prestação de auxílio ao Secretário, realização de planejamento anual, organização, supervisão e controle das atividades administrativas do gabinete, realização de intermediação de informações entre a Administração e os Órgãos de controle interno e externo, recepcionar advogados, autoridade e demais pessoas que se dirijam à Administração.

Coordenadora de Contratos - Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social - SEMCAS, São Luís/MA

Período: 11/2022 a 02/2023

- Responsável pela Superintendência de Administração na ausência do gestor, gestão e liderança da equipe do setor, Análise dos processos de contratações em conformidade com a Lei, elaboração de Termos e Ofícios, atendimento humanizado à população.



Analista - Secretaria Municipal de Administração - SEMAD, São Luís/MA

Período: 06/2022 a 10/2022

- Responsável pela análise dos processos, elaboração de ofício, despachos, intermediação De trânsito de informações, tanto judiciais quando no Tribunal de Contas (TCE/MA), providenciar e intermediar soluções relativas ao gabinete, repassar instruções a equipe, entre outras atividades.



Analista - Secretaria Municipal de Informação e Tecnologia - SEMIT, São Luís/MA

Período: 02/2022 a 05/2022

- Responsável pela análise dos processos de contratações, elaboração de Termo de Referência, Cotações, elaboração de Mapa de apuração, Análise de Mercado, Termos de Ratificações, extratos de contratos com portaria dos fiscais, SINC Contrata, gestão e controle de processo.

Assessora Técnica Especial - Câmara Municipal de São Luís/MA

Período: 01/2021 a 01/2022

- Responsável pelo assessoramento do gabinete, gestão de pessoas, Análise de Projeto Lei, Instrução e Acompanhamento de Emendas, Acompanhamento nas ações governamentais, recepcionar novos servidores, bem como autoridades, advogados e demais pessoas que se dirijam ao gabinete.

Analista Jurídica - Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca - SAGRIMA, São Luís - MA

Período: 2016 a 2019.

- Responsável pela Análise dos processos de contratações, convênios estaduais e federais e Termos de Fomento. análise de prestação de contas de convênios e termos de fomento, realização de atendimentos e de gestão de pessoal, análise de ofícios de promotoria, procuradoria, do Tribunal de Justiça e Tribunal de Contas, bem como a elaboração de ofícios de respostas, entre outros.

Estagiária no Escritório de Advocacia Ana Carolina Paiva - Fone: (98) 99993-0304 - São Luís/MA

Período: 01/2016 à 01/2017

- Responsável por elaborar petições iniciais na área Consumidor e Cível, acompanhamento em audiências una e de conciliação, controle dos processos, consulta no PJE, dentre outras atividades relacionadas a advocacia.

FORMAÇÃO ACADÊMICA

Graduada em Direito pelo UNICEUMA/MA
Advogada Inscrita na OAB/MA 22453



FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

- Pós Graduação em Direito Previdenciário e Trabalhista - Concluso
- Curso de formação para Assessores de Promotoria pelo Instituto Inprática - Concluso
- Curso de formação para Assessores de Juiz com ênfase nas áreas Cíveis, Criminais e Fazenda Pública - Cursando.
- Curso Prático Nova Lei de Licitações nº 14.133/21 - Instituto Rui Barbosa - Cursando;
- Curso Prático de Dispensa e Inexigibiliade - Prf. Matheus Carvalho (06 horas);
- Curso Prático de Dispensa e Inexigibiliade - Zênite (20 horas);
- Curso de Noções Gerais da Nova Lei de Licitações nº 14.133/21 - TCE/PR - (02 horas);

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

- Conhecimento em Pacote Office e Internet;
- Organização;
- Proativa;
- Resiliência;
- Disponibilidade para viagens



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL 3º IMPERIAL
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME
KARLA HATLAIX LINSOK CA SILVA

Nº
22453

ASSINATURA
ANTONIO CARLOS ALMEIDA DA S-LIA
ROSETE LISBOA DA SILVA

DATA DE ASSINATURA
22/01/2024

LOCAL
SÃO LUIZ - MA

DATA DE EMISSÃO
22/01/2024

Nº
0270420620040 - SSP-MA

DATA DE VALIDADE
257.412.243-50

ASSINATURA DO PRESIDENTE
21/01/2024

TEM FE PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 18474009

USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE ECPF PARA TODOS OS FINS LEGAIS
Nº 13 0114-00 5 000000

SAB

DATA DE EMISSÃO
22/01/2024

DATA DE VALIDADE
257.412.243-50



Superior Tribunal de Justiça



CERTIDÃO JUDICIAL DE EXERCÍCIO DA ADVOCACIA

O **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, com base nos seus registros processuais eletrônicos, acessados no dia e hora abaixo referidos

CERTIFICA

constar processo(s), figurando como advogado(a) "LARISSA CRISTINA NOGUEIRA DE MELO DA SILVA SANTOS" inscrito(a) na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional MA, sob o nº 019913, 24 processo(s) listado(s) a seguir: AREsp 1687224/MA (2020/0078850-0) autuado em 01/04/2020, REsp 1907020/MA (2020/0309729-5) autuado em 23/11/2020, EREsp 1991989/MA (2021/0323123-8) autuado em 27/05/2022, AREsp 2001543/MA (2021/0326016-6) autuado em 25/10/2021, AREsp 2025207/MA (2021/0363097-9) autuado em 06/12/2021, AREsp 2034641/MA (2021/0377594-0) autuado em 16/12/2021, AREsp 2080491/MA (2022/0058370-6) autuado em 09/03/2022, AREsp 2119541/MA (2022/0128752-7) autuado em 07/05/2022, AREsp 2118453/MA (2022/0130335-6) autuado em 05/05/2022, AREsp 2163496/MA (2022/0206740-0) autuado em 06/07/2022, AREsp 2211275/MA (2022/0292851-0) autuado em 20/09/2022, AREsp 2215256/MA (2022/0300882-8) autuado em 25/09/2022, AREsp 2241372/MA (2022/0346648-8) autuado em 03/11/2022, AREsp 2242591/MA (2022/0352616-9) autuado em 06/11/2022, AREsp 2306446/MA (2023/0056888-1) autuado em 06/03/2023, REsp 2073563/MA (2023/0154743-1) autuado em 22/05/2023, AREsp 2410297/MA (2023/0235182-4) autuado em 18/07/2023, AREsp 2421667/MA (2023/0255677-6) autuado em 02/08/2023, AREsp 2453186/MA (2023/0282206-2) autuado em 11/09/2023, AREsp 2477855/MA (2023/0347556-8) autuado em 11/10/2023, AREsp 2467922/MA (2023/0352614-9) autuado em 29/09/2023, AREsp 2496813/MA (2023/0359481-4) autuado em 09/11/2023, AREsp 2540506/MA (2023/0452028-3) autuado em 15/01/2024, AREsp 2777613/MA (2024/0405805-5) autuado em 25/10/2024.

Observações:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade de quem solicitou a certidão, devendo a titularidade ser conferida pela pessoa interessada e destinatária.
- b) A certidão será emitida conforme as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, a pessoa interessada deverá requerer atualização ao órgão julgador.
- c) Os resultados da pesquisa não contemplam os processos com publicidade restrita.



Superior Tribunal de Justiça



Certidão gerada via internet com validade de noventa dias corridos.

Esta certidão pode ser validada no site do STJ com os seguintes dados:

Número da Certidão: **3786171**

Código de Segurança: **373D.8635.24A0.1EFF**

Data de geração: **12 de março de 2025, às 10:09:05**



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

Data emissão: 12/03/2025
Data de validade: 12/05/2025

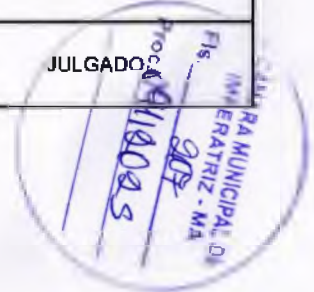
Nº da certidão: 12500045196
Código de Validação: bff1a07475

NOME: LARISSA CRISTINA NOGUEIRA DE MELO DA SILVA SANTOS
CPF: 036.003.093-90
OAB: 19913
DATA INICIAL: 20/12/2018
DATA FIM: 12/03/2025

Os dados dos documentos constantes nessa certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc.)

Certifico que consta nos registros de distribuição do Primeiro Grau do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, que o(a) advogado(a) LARISSA CRISTINA NOGUEIRA DE MELO DA SILVA SANTOS, OAB MA No 19913 CPF 036.003.093-90, está vinculado(a) como advogado(a) de parte requerente e/ou requerida nos processos abaixo:

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
1	0801419-95.2021.8.10.0013	25/11/2021	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	8º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
2	0802820-11.2021.8.10.0117	16/12/2021	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SANTA QUITÉRIA	VARA ÚNICA DA COMARCA DE SANTA QUITÉRIA	TRAMITANDO
3	0800788-56.2022.8.10.0001	10/01/2022	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
4	0803015-19.2022.8.10.0001	24/01/2022	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO
5	0800719-41.2022.8.10.0060	02/02/2022	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	TIMON	2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TIMON	JULGADO





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU**

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
6	0809901-34.2022.8.10.0001	02/03/2022	AÇÃO POPULAR	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
7	0822485-36.2022.8.10.0001	29/04/2022	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	11ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
8	0801973-39.2022.8.10.0031	06/05/2022	TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE	CHAPADINHA	1ª VARA DA COMARCA DE CHAPADINHA	TRAMITANDO
9	0840596-68.2022.8.10.0001	20/07/2022	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	9ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
10	0860138-72.2022.8.10.0001	20/10/2022	INTERDIÇÃO/CURATELA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA DE INTERDIÇÃO E SUCESSÕES:TUTELA	CURATELA E AUSÊNCIAS DA COMARCA DE SÃO LUÍS
11	0804946-64.2022.8.10.0031	01/12/2022	EXECUÇÃO FISCAL	CHAPADINHA	1ª VARA DA COMARCA DE CHAPADINHA	TRAMITANDO
12	0800023-76.2023.8.10.0025	16/01/2023	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	BACABAL	JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE BACABAL	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
13	0800299-88.2023.8.10.0096	27/02/2023	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	MARACAÇUMÉ	1ª VARA DA COMARCA DE MARACAÇUMÉ	TRAMITANDO
14	0800548-84.2023.8.10.0081	20/04/2023	TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE	CAROLINA	VARA ÚNICA DA COMARCA DE CAROLINA	TRAMITANDO
15	0802573-41.2023.8.10.0026	23/05/2023	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	BALSAS	2ª VARA DA COMARCA DE BALSAS	TRAMITANDO
16	0801532-78.2023.8.10.0013	12/07/2023	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	8º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO
17	0843325-33.2023.8.10.0001	17/07/2023	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	14ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
18	0801177-32.2023.8.10.0025	15/09/2023	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	BACABAL	JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE BACABAL	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
19	0807415-70.2023.8.10.0024	26/09/2023	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	SANTA INÊS	1ª VARA DA COMARCA DE SANTA INÊS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
20	0876793-85.2023.8.10.0001	11/12/2023	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	13ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO
21	0800536-13.2024.8.10.0024	28/01/2024	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	BACABAL	2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BACABAL	TRAMITANDO
22	0815791-80.2024.8.10.0001	19/03/2024	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	5ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
23	0822942-97.2024.8.10.0001	19/04/2024	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	VARA AGRÁRIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO
24	0803005-11.2024.8.10.0031	14/06/2024	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	CHAPADINHA	2ª VARA DA COMARCA DE CHAPADINHA	TRAMITANDO
25	0881138-60.2024.8.10.0001	24/10/2024	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	11ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO
26	0902165-02.2024.8.10.0001	30/12/2024	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO
27	0800022-76.2019.8.10.0140	11/01/2019	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	VITÓRIA DO MEARIM	VARA ÚNICA DE VITÓRIA DO MEARIM	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
28	0802450-60.2019.8.10.0001	21/01/2019	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	4ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
29	0800400-59.2019.8.10.0034	29/01/2019	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	CODÓ	2ª VARA DA COMARCA DE CODÓ	TRAMITANDO
30	0804489-30.2019.8.10.0001	31/01/2019	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
31	0805459-30.2019.8.10.0001	06/02/2019	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
32	0001898-31.2019.8.10.0001	13/02/2019	RENOVATÓRIA DE LOCAÇÃO	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	8ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO





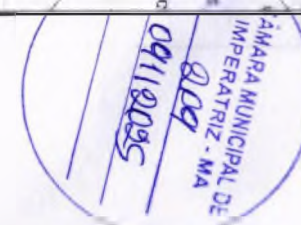
**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU**

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
33	0810196-76.2019.8.10.0001	07/03/2019	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	3ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
34	0811865-67.2019.8.10.0001	18/03/2019	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	SUSPENSO
35	0800343-14.2019.8.10.0140	06/04/2019	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	VITÓRIA DO MEARIM	VARA ÚNICA DE VITORIA DO MEARIM	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
36	0800789-10.2019.8.10.0013	26/04/2019	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	8º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
37	0821445-24.2019.8.10.0001	23/05/2019	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO
38	0809275-97.2019.8.10.0040	29/06/2019	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	IMPERATRIZ	3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE IMPERATRIZ	JULGADO
39	0801166-78.2019.8.10.0013	04/07/2019	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	8º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
40	0828109-71.2019.8.10.0001	12/07/2019	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	5ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
41	0802268-81.2019.8.10.0031	29/07/2019	PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA	CHAPADINHA	2ª VARA DA COMARCA DE CHAPADINHA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
42	0805556-43.2019.8.10.0029	17/08/2019	RETIFICAÇÃO DE REGISTRO DE IMÓVEL	CAXIAS	1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAXIAS	TRAMITANDO
43	0802061-28.2019.8.10.0049	22/08/2019	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	PAÇO DO LUMIAR	2ª VARA DO TERMO JUDICIÁRIO DE PAÇO DO LUMIAR	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
44	0801979-73.2019.8.10.0056	06/09/2019	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	SANTA INÊS	1ª VARA DA COMARCA DE SANTA INÊS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
45	0837207-80.2019.8.10.0001	09/09/2019	ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	4ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
46	0806075-18.2019.8.10.0029	17/09/2019	RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL	CAXIAS	1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAXIAS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
47	0801687-23.2019.8.10.0013	25/09/2019	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	8º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
48	0801989-26.2019.8.10.0054	17/10/2019	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	PRESIDENTE DUTRA	1ª VARA DA COMARCA DE PRESIDENTE DUTRA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
49	0802627-52.2019.8.10.0024	28/10/2019	MONITÓRIA	BACABAL	1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BACABAL	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
50	0802631-89.2019.8.10.0024	28/10/2019	MONITÓRIA	BACABAL	1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BACABAL	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
51	0802092-33.2019.8.10.0054	08/11/2019	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	PRESIDENTE DUTRA	1ª VARA DA COMARCA DE PRESIDENTE DUTRA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
52	0801225-42.2019.8.10.0021	18/11/2019	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	JUIZADO ESPECIAL DO TRÂNSITO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
53	0848237-15.2019.8.10.0001	21/11/2019	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	13ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
54	0801998-14.2019.8.10.0013	21/11/2019	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	8º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
55	0849382-09.2019.8.10.0001	28/11/2019	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA	ESTADUAL E MUNICIPAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS
56	0800220-75.2020.8.10.0012	29/01/2020	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	7º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU**

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
57	0800299-34.2020.8.10.0148	03/02/2020	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	CODÓ	JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE CODÓ	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
58	0800403-46.2020.8.10.0012	14/02/2020	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	7º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
59	0800342-07.2020.8.10.0039	19/02/2020	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	LAGO DA PEDRA	1ª VARA DA COMARCA DE LAGO DA PEDRA	JULGADO
60	0814744-13.2020.8.10.0001	19/05/2020	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
61	0806763-10.2020.8.10.0040	05/06/2020	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	IMPERATRIZ	4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE IMPERATRIZ	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
62	0816510-04.2020.8.10.0001	10/06/2020	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO
63	0819612-34.2020.8.10.0001	13/07/2020	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	13ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
64	0800365-10.2020.8.10.0117	22/07/2020	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SANTA QUITÉRIA	VARA ÚNICA DA COMARCA DE SANTA QUITÉRIA	JULGADO
65	0823837-97.2020.8.10.0001	13/08/2020	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
66	0800521-79.2020.8.10.0090	28/09/2020	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	HUMBERTO DE CAMPOS	VARA ÚNICA DA COMARCA DE HUMBERTO DE CAMPOS	TRAMITANDO
67	0830027-76.2020.8.10.0001	30/09/2020	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	SUSPENSO
68	0831211-67.2020.8.10.0001	08/10/2020	OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	VARA ESPECIAL DO IDOSO E DOS REGISTROS PÚBLICOS DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
69	0832259-61.2020.8.10.0001	16/10/2020	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	5ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
70	0801035-84.2020.8.10.0008	21/11/2020	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	3º JUIZADO ESPECIAL DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
71	0842064-38.2020.8.10.0001	24/12/2020	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	10ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
72	0800403-45.2021.8.10.0001	07/01/2021	INTERDITO PROIBITÓRIO	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	14ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
73	0800120-98.2021.8.10.0008	02/02/2021	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	3º JUIZADO ESPECIAL DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
74	0804194-22.2021.8.10.0001	04/02/2021	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	5ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
75	0800192-10.2021.8.10.0130	01/03/2021	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO VICENTE FÉRRER	VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO VICENTE FÉRRER	TRAMITANDO
76	0800376-29.2021.8.10.0012	05/03/2021	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	7º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
77	0800454-17.2021.8.10.0014	19/03/2021	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	9º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
78	0816991-30.2021.8.10.0001	05/05/2021	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
79	0817002-59.2021.8.10.0001	05/05/2021	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
80	0817172-31.2021.8.10.0001	06/05/2021	INVENTÁRIO	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1º VARA DE INTERDIÇÃO E SUCESSÕES:TUTELA	CURATELA E AUSÊNCIA DA COMARCA DE SÃO LUÍS
81	0801866-50.2021.8.10.0024	05/06/2021	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	BACABAL	1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BACABAL	TRAMITANDO
82	0829123-22.2021.8.10.0001	14/07/2021	AVERIGUAÇÃO DE PATERNIDADE	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	3ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE





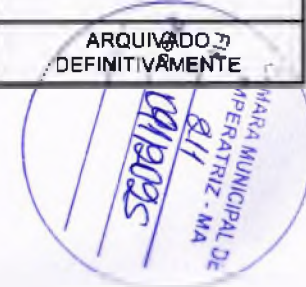
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
83	0801018-60.2021.8.10.0025	27/07/2021	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	BACABAL	JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE BACABAL	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
84	0800880-17.2021.8.10.0018	27/07/2021	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	12º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
85	0834066-82.2021.8.10.0001	09/08/2021	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
86	0839912-80.2021.8.10.0001	10/09/2021	TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE	PRESIDENTE DUTRA	1ª VARA DA COMARCA DE PRESIDENTE DUTRA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
87	0803476-53.2021.8.10.0024	21/09/2021	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	BACABAL	1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BACABAL	TRAMITANDO
88	0844207-63.2021.8.10.0001	01/10/2021	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	VARA ESPECIAL DO IDOSO E DOS REGISTROS PÚBLICOS DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
89	0845715-44.2021.8.10.0001	08/10/2021	MONITÓRIA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
90	0800926-28.2021.8.10.0140	20/10/2021	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	VITÓRIA DO MEARIM	VARA ÚNICA DE VITÓRIA DO MEARIM	TRAMITANDO
91	0848367-34.2021.8.10.0001	21/10/2021	RECLAMAÇÃO PRÉ-PROCESSUAL	SÃO LUÍS	CENTRAL DE VIDEOCONFERÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
92	0802125-83.2021.8.10.0076	21/10/2021	INTERDITO PROIBITÓRIO	SANTA QUITÉRIA	VARA ÚNICA DA COMARCA DE SANTA QUITÉRIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
93	0802017-52.2021.8.10.0012	11/11/2021	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	7º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
94	0809927-32.2022.8.10.0001	02/03/2022	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	15ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
95	0800633-17.2022.8.10.0013	25/04/2022	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	8º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
96	0826323-84.2022.8.10.0001	17/05/2022	AÇÃO POPULAR	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	SUSPENSO
97	0855722-61.2022.8.10.0001	28/09/2022	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	SUSPENSO
98	0870903-05.2022.8.10.0001	14/12/2022	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	4ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
99	0803480-71.2023.8.10.0040	09/02/2023	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA	IMPERATRIZ	1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE IMPERATRIZ	TRAMITANDO
100	0801210-63.2023.8.10.0076	28/02/2023	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	BREJO	1ª VARA DA COMARCA DE BREJO	TRAMITANDO
101	0823783-29.2023.8.10.0001	24/04/2023	IMISSÃO NA POSSE	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	8ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO
102	0800935-12.2023.8.10.0013	03/05/2023	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	8º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
103	0842511-21.2023.8.10.0001	13/07/2023	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO
104	0846351-39.2023.8.10.0001	02/08/2023	INTERDIÇÃO/CURATELA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA DE INTERDIÇÃO E SUCESSÕES:TUTELA	CURATELA E AUSÊNCIAS DA COMARCA DE SÃO LUÍS
105	0807866-95.2023.8.10.0024	10/10/2023	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	BACABAL	2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BACABAL	JULGADO
106	0800038-11.2024.8.10.0122	22/01/2024	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO	TRAMITANDO
107	0801113-67.2024.8.10.0031	13/03/2024	TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE	CHAPADINHA	2ª VARA DA COMARCA DE CHAPADINHA	TRAMITANDO
108	0801304-15.2024.8.10.0031	25/03/2024	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	VARA AGRÁRIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE





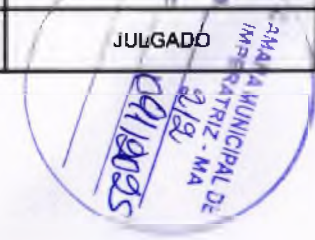
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
109	0803758-86.2024.8.10.0024	23/05/2024	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	SANTA INÊS	1ª VARA DA COMARCA DE SANTA INÊS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
110	0848837-60.2024.8.10.0001	15/07/2024	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO
111	0801967-40.2024.8.10.0135	31/10/2024	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	TUNTUM	1ª VARA DA COMARCA DE TUNTUM	TRAMITANDO
112	0800021-91.2019.8.10.0140	11/01/2019	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	VITÓRIA DO MEARIM	VARA ÚNICA DE VITORIA DO MEARIM	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
113	0807119-59.2019.8.10.0001	14/02/2019	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
114	0811992-05.2019.8.10.0001	18/03/2019	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO
115	0800395-10.2019.8.10.0140	24/04/2019	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	VITÓRIA DO MEARIM	VARA ÚNICA DE VITORIA DO MEARIM	TRAMITANDO
116	0819673-26.2019.8.10.0001	13/05/2019	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	5ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
117	0820133-13.2019.8.10.0001	16/05/2019	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	VARA ESPECIAL DO IDOSO E DOS REGISTROS PÚBLICOS DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
118	0801259-91.2019.8.10.0061	01/07/2019	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	VIANA	1ª VARA DA COMARCA DE VIANA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
119	0827476-60.2019.8.10.0001	09/07/2019	TUTELA ANTECIPADA ANTEREDENTE	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
120	0801578-80.2019.8.10.0054	26/07/2019	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	PRESIDENTE DUTRA	1ª VARA DA COMARCA DE PRESIDENTE DUTRA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
121	0833148-49.2019.8.10.0001	13/08/2019	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	8ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
122	0834440-69.2019.8.10.0001	20/08/2019	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
123	0801512-29.2019.8.10.0013	26/08/2019	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	8º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
124	0800746-46.2019.8.10.0119	13/09/2019	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	SANTO ANTÔNIO DOS LOPEZ	VARA ÚNICA DA COMARCA DE SANTO ANTÔNIO DOS LOPEZ	JULGADO
125	0806094-24.2019.8.10.0029	18/09/2019	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	CAXIAS	1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAXIAS	TRAMITANDO
126	0801877-57.2019.8.10.0054	24/09/2019	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	PRESIDENTE DUTRA	1ª VARA DA COMARCA DE PRESIDENTE DUTRA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
127	0803075-17.2019.8.10.0059	08/10/2019	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
128	0802628-37.2019.8.10.0024	28/10/2019	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	BACABAL	1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BACABAL	JULGADO
129	0844907-10.2019.8.10.0001	30/10/2019	INVENTÁRIO	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª VARA DE INTERDIÇÃO E SUCESSÕES TUTELA	CURATELA E AUSÊNCIA DA COMARCA DE SÃO LUÍS
130	0801009-84.2019.8.10.0117	22/12/2019	RETIFICAÇÃO DE REGISTRO DE IMÓVEL	SANTA QUITÉRIA	VARA ÚNICA DA COMARCA DE SANTA QUITÉRIA	TRAMITANDO
131	0800323-25.2020.8.10.0031	29/01/2020	CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	CHAPADINHA	1ª VARA DA COMARCA DE CHAPADINHA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
132	0800289-04.2020.8.10.0014	10/02/2020	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	9º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
133	0800321-59.2020.8.10.0062	17/02/2020	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	VITORINO FREIRE	1ª VARA DA COMARCA DE VITORINO FREIRE	JULGADO





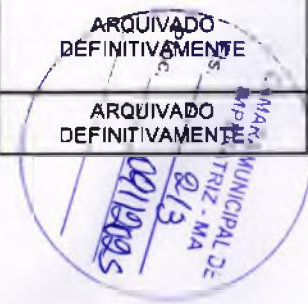
**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU**

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
134	0800260-60.2020.8.10.0108	04/03/2020	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
135	0815954-02.2020.8.10.0001	03/06/2020	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
136	0806822-95.2020.8.10.0040	08/06/2020	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	IMPERATRIZ	2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE IMPERATRIZ	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
137	0819138-63.2020.8.10.0001	08/07/2020	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	12ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
138	0819720-63.2020.8.10.0001	14/07/2020	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	9ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
139	0800716-65.2020.8.10.0025	27/07/2020	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	BACABAL	JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE BACABAL	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
140	0801220-10.2020.8.10.0013	27/08/2020	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	8º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
141	0801677-45.2020.8.10.0012	30/09/2020	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	7º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
142	0800961-05.2020.8.10.0081	12/10/2020	INTERDITO PROIBITÓRIO	CAROLINA	VARA ÚNICA DA COMARCA DE CAROLINA	TRAMITANDO
143	0800269-97.2020.8.10.0083	22/10/2020	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	CEDRAL	VARA ÚNICA DA COMARCA DE CEDRAL	JULGADO
144	0836407-18.2020.8.10.0001	12/11/2020	EMBARGOS DE TERCEIRO CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
145	0837876-02.2020.8.10.0001	23/11/2020	INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	14ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
146	0800401-75.2021.8.10.0001	07/01/2021	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	14ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
147	0802414-47.2021.8.10.0001	25/01/2021	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
148	0800737-48.2021.8.10.0076	04/06/2021	INTERDITO PROIBITÓRIO	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	VARA AGRÁRIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
149	0801201-35.2021.8.10.0153	05/07/2021	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	14º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
150	0801017-75.2021.8.10.0025	27/07/2021	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	BACABAL	JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE BACABAL	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
151	0801595-48.2021.8.10.0151	27/07/2021	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	SANTA INÊS	JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE SANTA INÊS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
152	0803783-83.2021.8.10.0031	27/07/2021	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	CHAPADINHA	2ª VARA DA COMARCA DE CHAPADINHA	TRAMITANDO
153	0837392-50.2021.8.10.0001	26/08/2021	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	4ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO
154	0842034-66.2021.8.10.0001	21/09/2021	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	7ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
155	0803316-29.2021.8.10.0056	21/09/2021	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SANTA INÊS	1ª VARA DA COMARCA DE SANTA INÊS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
156	0844526-31.2021.8.10.0001	03/10/2021	RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	VARA ESPECIAL DO IDOSO E DOS REGISTROS PÚBLICOS DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
157	0845769-10.2021.8.10.0001	08/10/2021	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU**

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
158	0802119-76.2021.8.10.0076	21/10/2021	INTERDITO PROIBITÓRIO	BREJO	1ª VARA DA COMARCA DE BREJO	TRAMITANDO
159	0849815-42.2021.8.10.0001	27/10/2021	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	8ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO
160	0852193-68.2021.8.10.0001	09/11/2021	RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	VARA ESPECIAL DO IDOSO E DOS REGISTROS PÚBLICOS DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE

Observações:

- a) A validade desta consulta é de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova consulta;
- b) A autenticidade desta consulta poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Maranhão - www.tjma.jus.br - menu - Certidão de Prática Forense, utilizando o código de validação acima identificado;
- c) Fonte da pesquisa: sistemas ThemisPG (1º grau), PJE (1º grau), PROJUDI, VEP e SEEU;



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU

Data emissão: 12/03/2025
Data de validade: 12/04/2025

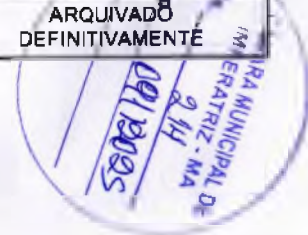
Nº da certidão: 12500045358
Código de Validação: 7ba99e7350

NOME: LARISSA CRISTINA NOGUEIRA DE MELO DA SILVA SANTOS
CPF: 036.003.093-90
OAB: 19913
DATA INICIAL: 20/12/2018
DATA FIM: 12/03/2025

Os dados dos documentos constantes nessa certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc.)

Certifico que consta nos registros de distribuição do Segundo Grau do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, que o(a) advogado(a) LARISSA CRISTINA NOGUEIRA DE MELO DA SILVA SANTOS, OAB MA No 19913 CPF 036.003.093-90, está vinculado(a) como advogado(a) de parte requerente e/ou requerida nos processos abaixo:

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
1	0801677-45.2020.8.10.0012	16/11/2021	RECURSO INOMINADO CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª TURMA RECURSAL PERMANENTE DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
2	0800120-98.2021.8.10.0008	10/12/2021	RECURSO INOMINADO CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª TURMA RECURSAL PERMANENTE DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
3	0822279-59.2021.8.10.0000	18/12/2021	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa	JULGADO
4	0801265-82.2022.8.10.0000	31/01/2022	PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO À APELAÇÃO	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Nelma Celeste S. S. Sarney Costa	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
5	0808503-91.2018.8.10.0001	10/02/2022	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Antonio Guerreiro Junior	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU**

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
6	0804363-75.2022.8.10.0000	10/03/2022	PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO A APELAÇÃO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
7	0804859-07.2022.8.10.0000	17/03/2022	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Luiz Gonzaga Almeida Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
8	0807278-97.2022.8.10.0000	11/04/2022	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Antônio José Vieira Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
9	0849382-09.2019.8.10.0001	09/05/2022	RECURSO INOMINADO CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª TURMA RECURSAL PERMANENTE DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
10	0811005-64.2022.8.10.0000	02/06/2022	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Antônio José Vieira Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
11	0812649-42.2022.8.10.0000	24/06/2022	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
12	0800021-91.2019.8.10.0140	20/07/2022	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
13	0814831-98.2022.8.10.0000	25/07/2022	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des.ª Nelma Celeste S. S. Sarney Costa	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
14	0800321-59.2020.8.10.0062	08/08/2022	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Luiz de França Belchior Silva	JULGADO
15	0800022-76.2019.8.10.0140	28/09/2022	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des.ª Maria Francisca Gualberto de Galiza	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
16	0822046-28.2022.8.10.0000	26/10/2022	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Jorge Rachid Mubárack Maluf	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
17	0824905-17.2022.8.10.0000	07/12/2022	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Antônio José Vieira Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
18	0801833-64.2023.8.10.0000	02/02/2023	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Antônio José Vieira Filho	TRAMITANDO
19	0802258-91.2023.8.10.0000	07/02/2023	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Marcelo Carvalho Silva	JULGADO



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
20	0801794-45.2021.8.10.0127	20/03/2023	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Maria Francisca Gualberto de Galiza	JULGADO
21	0800788-56.2022.8.10.0001	31/03/2023	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa	TRAMITANDO
22	0810112-12.2018.8.10.0001	03/04/2023	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa	TRAMITANDO
23	0810944-72.2023.8.10.0000	18/05/2023	PRECATÓRIO	SÃO LUÍS	COORDENADORIA DE PRECATÓRIOS	TRAMITANDO
24	0810945-57.2023.8.10.0000	18/05/2023	PRECATÓRIO	SÃO LUÍS	COORDENADORIA DE PRECATÓRIOS	TRAMITANDO
25	0009282-89.2012.8.10.0001	27/06/2023	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
26	0814766-69.2023.8.10.0000	10/07/2023	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Raimundo José Barros de Sousa	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
27	0814770-09.2023.8.10.0000	10/07/2023	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Raimundo José Barros de Sousa	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
28	0814772-76.2023.8.10.0000	10/07/2023	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Raimundo José Barros de Sousa	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
29	0814775-31.2023.8.10.0000	10/07/2023	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Raimundo José Barros de Sousa	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
30	0814777-98.2023.8.10.0000	10/07/2023	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Raimundo José Barros de Sousa	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
31	0814778-83.2023.8.10.0000	10/07/2023	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Raimundo José Barros de Sousa	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
32	0814780-53.2023.8.10.0000	10/07/2023	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Raimundo José Barros de Sousa	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
33	0800891-62.2022.8.10.0066	19/07/2023	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Marcelo Carvalho Silva	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
34	0816974-26.2023.8.10.0000	08/08/2023	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Gervásio Protásio dos Santos Júnior	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE





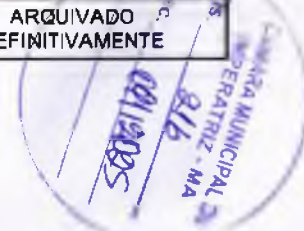
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
35	0819875-64.2023.8.10.0000	13/09/2023	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
36	0842064-38.2020.8.10.0001	21/11/2023	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Juíza Maria do Socorro Mendonça Carneiro	JULGADO
37	0827892-89.2023.8.10.0000	15/12/2023	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
38	0805757-49.2024.8.10.0000	19/03/2024	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro	TRAMITANDO
39	0807182-14.2024.8.10.0000	01/04/2024	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Cleones Carvalho Cunha	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
40	0809011-30.2024.8.10.0000	16/04/2024	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Maria Francisca Gualberto de Galiza	TRAMITANDO
41	0870903-05.2022.8.10.0001	26/04/2024	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Oriana Gomes	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
42	0800719-41.2022.8.10.0060	24/05/2024	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Luiz de França Belchior Silva	TRAMITANDO
43	0805459-30.2019.8.10.0001	13/06/2024	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Cleones Carvalho Cunha	JULGADO
44	0801944-35.2018.8.10.0061	26/06/2024	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Cleones Carvalho Cunha	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
45	0818489-62.2024.8.10.0000	30/07/2024	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Des. Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe	TRAMITANDO
46	0810026-31.2024.8.10.0001	14/10/2024	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Ângela Maria Moraes Salazar	JULGADO
47	0854816-71.2022.8.10.0001	29/10/2024	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Marcelo Carvalho Silva	JULGADO
48	0800403-45.2021.8.10.0001	06/11/2024	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Raimundo José Barros de Sousa	TRAMITANDO



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
49	0800590-17.2025.8.10.0000	15/01/2025	SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE SENTENÇA	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
50	0803185-86.2025.8.10.0000	11/02/2025	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Raimundo José Barros de Sousa	TRAMITANDO
51	0800642-23.2019.8.10.0000	29/01/2019	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Kleber Costa Carvalho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
52	0802311-50.2015.8.10.0001	12/04/2019	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
53	0806732-47.2019.8.10.0000	08/08/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Luiz Gonzaga Almeida Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
54	0000232-34.2015.8.10.0001	05/09/2019	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
55	0811506-23.2019.8.10.0000	09/12/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des.ª Angela Maria Moraes Salazar	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
56	0007842-24.2013.8.10.0001	17/02/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
57	0826271-30.2018.8.10.0001	24/04/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Raimundo José Barros de Sousa	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
58	0805161-07.2020.8.10.0000	09/05/2020	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Cleones Carvalho Cunha	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
59	0805464-21.2020.8.10.0000	14/05/2020	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Joaquim Figueiredo dos Anjos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
60	0801687-23.2019.8.10.0013	28/05/2020	RECURSO INOMINADO CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª TURMA RECURSAL PERMANENTE DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
61	0807101-07.2020.8.10.0000	08/06/2020	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José de Ribamar Castro	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
62	0800033-74.2017.8.10.0076	05/08/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU**

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
63	0800932-38.2018.8.10.0076	24/08/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
64	0811845-45.2020.8.10.0000	26/08/2020	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
65	0812322-68.2020.8.10.0000	02/09/2020	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Marcelo Carvalho Silva	JULGADO
66	0812669-04.2020.8.10.0000	09/09/2020	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Cleones Carvalho Cunha	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
67	0816669-47.2020.8.10.0000	10/11/2020	AÇÃO RESCISÓRIA	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
68	0800022-11.2018.8.10.0076	10/11/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	JULGADO
69	0800786-94.2018.8.10.0076	20/01/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
70	0800757-44.2018.8.10.0076	20/01/2021	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
71	0800999-03.2018.8.10.0076	03/02/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Nelma Celeste S. S. Sarney Costa	JULGADO
72	0802252-55.2021.8.10.0000	11/02/2021	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
73	0800931-53.2018.8.10.0076	18/02/2021	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
74	0001370-34.2017.8.10.0076	11/03/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
75	0800903-85.2018.8.10.0076	12/04/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
76	0800789-10.2019.8.10.0013	06/05/2021	RECURSO INOMINADO CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª TURMA RECURSAL PERMANENTE DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
77	0809617-63.2021.8.10.0000	01/06/2021	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Nelma Celeste S. S. Sarney Costa	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
78	0801578-80.2019.8.10.0054	21/06/2021	RECURSO INOMINADO CÍVEL	PRESIDENTE DUTRA	TURMA RECURSAL DA COMARCA DE PRESIDENTE DUTRA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
79	0812701-72.2021.8.10.0000	19/07/2021	AÇÃO RESCISÓRIA	SÃO LUÍS	Gabinete Juíza Maria do Socorro Mendonça Carneiro	TRAMITANDO
80	0819138-63.2020.8.10.0001	27/07/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des.ª Maria das Graças de Castro Duarte Mendes	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
81	0800716-65.2020.8.10.0025	17/08/2021	RECURSO INOMINADO CÍVEL	BACABAL	TURMA RECURSAL DA COMARCA DE BACABAL	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
82	0814917-06.2021.8.10.0000	26/08/2021	PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO À APELAÇÃO	SÃO LUÍS	Gabinete Juíza Maria do Socorro Mendonça Carneiro	SUSPENSO
83	0816459-59.2021.8.10.0000	22/09/2021	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Raimundo Moraes Bogéa	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
84	0810196-76.2019.8.10.0001	21/10/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des.ª Ângela Maria Moraes Salazar	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
85	0811765-20.2016.8.10.0001	01/11/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Antônio José Vieira Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
86	0801201-35.2021.8.10.0153	05/11/2021	RECURSO INOMINADO CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª TURMA RECURSAL PERMANENTE DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
87	0000678-93.2022.8.10.0000	17/03/2022	PRECATÓRIO	SÃO LUÍS	COORDENADORIA DE PRECATÓRIOS	TRAMITANDO
88	0805509-54.2022.8.10.0000	24/03/2022	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Jorge Rachid Mubárack Maluf	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
89	0808127-69.2022.8.10.0000	22/04/2022	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Des. Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
90	0809932-57.2022.8.10.0000	18/05/2022	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	JULGADO
91	0800343-14.2019.8.10.0140	26/05/2022	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Luiz Gonzaga Almeida Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
92	0800746-46.2019.8.10.0119	21/06/2022	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Nelma Celeste S. S. Sarney Costa	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
93	0813572-68.2022.8.10.0000	07/07/2022	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
94	0815238-07.2022.8.10.0000	01/08/2022	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Raimundo Moraes Bogéa	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
95	0817093-21.2022.8.10.0000	22/08/2022	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Antônio José Vieira Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
96	0820911-78.2022.8.10.0000	10/10/2022	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Antônio José Vieira Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
97	0803075-17.2019.8.10.0059	31/10/2022	RECURSO INOMINADO CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª TURMA RECURSAL PERMANENTE DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
98	0825521-89.2022.8.10.0000	18/12/2022	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Antonio Guerreiro Junior	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
99	0803697-40.2023.8.10.0000	27/02/2023	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Raimundo José Barros de Sousa	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
100	0824886-47.2018.8.10.0001	22/03/2023	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Nelma Celeste S. S. Sarney Costa	TRAMITANDO
101	0801419-96.2021.8.10.0013	28/03/2023	RECURSO INOMINADO CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª TURMA RECURSAL PERMANENTE DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
102	0810040-52.2023.8.10.0000	06/05/2023	TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Marcelo Carvalho Silva	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
103	0802019-08.2017.8.10.0062	26/06/2023	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Márcia Cristina Coelho Chaves	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
104	0814765-84.2023.8.10.0000	10/07/2023	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Raimundo José Barros de Sousa	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
105	0814768-39.2023.8.10.0000	10/07/2023	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Raimundo José Barros de Sousa	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
106	0814771-91.2023.8.10.0000	10/07/2023	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Raimundo José Barros de Sousa	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
107	0814773-61.2023.8.10.0000	10/07/2023	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Raimundo José Barros de Sousa	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
108	0801365-71.2018.8.10.0034	18/08/2023	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Márcia Cristina Coelho Chaves	TRAMITANDO
109	0003201-78.2014.8.10.0026	16/10/2023	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	JULGADO
110	0825656-67.2023.8.10.0000	20/11/2023	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Tyrone José Silva	TRAMITANDO
111	0832259-61.2020.8.10.0001	12/12/2023	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Raimundo José Barros de Sousa	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
112	0803246-78.2024.8.10.0000	21/02/2024	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Márcia Cristina Coelho Chaves	JULGADO
113	0806150-71.2024.8.10.0000	21/03/2024	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro	TRAMITANDO
114	0807655-97.2024.8.10.0000	03/04/2024	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Marcelo Carvalho Silva	TRAMITANDO
115	0809210-52.2024.8.10.0000	18/04/2024	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
116	0800737-48.2021.8.10.0076	27/05/2024	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Antônio José Vieira Filho	TRAMITANDO
117	0822485-36.2022.8.10.0001	25/06/2024	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Luiz de França Belchior Silva	TRAMITANDO
118	0835245-85.2020.8.10.0001	03/07/2024	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	JULGADO
119	0017024-05.2011.8.10.0001	23/08/2024	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Gonçalo de Sousa Filho	TRAMITANDO
120	0825286-54.2024.8.10.0000	17/10/2024	PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO À APELAÇÃO	SÃO LUÍS	Gabinete Juíza Maria do Socorro Mendonça Carneiro	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
121	0800401-75.2021.8.10.0001	05/11/2024	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Raimundo José Barros de Sousa	TRAMITANDO
122	0829713-94.2024.8.10.0000	06/12/2024	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Gonçalo de Sousa Filho	TRAMITANDO
123	0853902-17.2016.8.10.0001	21/01/2025	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Ângela Maria Moraes Salazar	TRAMITANDO
124	0805123-19.2025.8.10.0000	06/03/2025	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Márcia Cristina Coelho Chaves	TRAMITANDO
125	0802244-49.2019.8.10.0000	16/03/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Antonio Guerreiro Junior	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
126	0804669-49.2019.8.10.0000	04/06/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José de Ribamar Castro	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
127	0028148-77.2014.8.10.0001	03/10/2019	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
128	0809318-57.2019.8.10.0000	11/10/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Nelma Celeste S. S. Sarney Costa	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
129	0802651-21.2020.8.10.0000	13/03/2020	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José de Ribamar Castro	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
130	0805160-22.2020.8.10.0000	09/05/2020	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
131	0801032-90.2018.8.10.0076	11/09/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
132	0800289-04.2020.8.10.0014	22/09/2020	RECURSO INOMINADO CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª TURMA RECURSAL PERMANENTE DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
133	0801021-61.2018.8.10.0076	12/11/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
134	0800536-61.2018.8.10.0076	20/01/2021	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
135	0833148-49.2019.8.10.0001	01/02/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Raimundo José Barros de Sousa	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
136	0802289-82.2021.8.10.0000	11/02/2021	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Kleber Costa Carvalho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
137	0800825-25.2018.8.10.0001	02/03/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Marcelo Carvalho Silva	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
138	0815954-02.2020.8.10.0001	19/03/2021	REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des.ª Maria das Graças de Castro Duarte Mendes	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
139	0807119-59.2019.8.10.0001	30/04/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José de Ribamar Castro	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
140	0809811-56.2021.8.10.0000	01/06/2021	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Jorge Rachid Mubárrack Maluf	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
141	0801989-26.2019.8.10.0054	03/06/2021	RECURSO INOMINADO CÍVEL	PRESIDENTE DUTRA	TURMA RECURSAL DA COMARCA DE PRESIDENTE DUTRA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
142	0801588-61.2018.8.10.0054	30/06/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
143	0800454-17.2021.8.10.0014	14/07/2021	RECURSO INOMINADO CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	1ª TURMA RECURSAL PERMANENTE DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
144	0814159-27.2021.8.10.0000	13/08/2021	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Antonio Guerreiro Junior	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
145	0801700-56.2019.8.10.0034	20/08/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
146	0839534-66.2017.8.10.0001	21/09/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
147	0806179-02.2016.8.10.0001	06/10/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	JULGADO
148	0001063-58.2014.8.10.0085	22/10/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Josemar Lopes Santos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU**

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
149	0801166-78.2019.8.10.0013	04/11/2021	RECURSO INOMINADO CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª TURMA RECURSAL PERMANENTE DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE

Observações:

- a) A validade desta consulta é de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova consulta;
- b) A autenticidade desta consulta poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Maranhão - www.tjma.jus.br - menu - Certidão de Prática Forense, utilizando o código de validação acima identificado;
- c) Fonte da pesquisa: sistemas ThemisSG (2º grau), FJE (2º grau) e PROJUDI;

Larissa Cristina Nogueira de Melo da Silva SantosRua das Juçaras, Quadra 44, Casa 04 – Renascença I, São Luís/MA
CEP 65075-230mariana@danielleiteadvogados.com
Fone (98) 3235-5687**Advogada com 6 (seis) anos de experiência atuando em questões de Direito e Processo Civil, Empresarial, Registros Públicos e Agronegócio.**

Formação	<ul style="list-style-type: none">▪ Graduada em Direito pela Universidade de Ensino Superior Dom Bosco – UNDB em 2018.2;▪ Advogada atuante desde dezembro/2018 (OAB/MA nº 19.913);▪ Pós-Graduada em Direito Empresarial – PUC-RS (Curso Lato Sensu).
Experiência	<ul style="list-style-type: none">▪ Advogada do escritório Daniel Leite & Advogados Associados desde dezembro/2018 até os dias atuais;▪ Representação de investidores do agronegócio judicialmente e administrativamente;▪ Representação de empresas judicialmente e administrativamente;▪ Prestação de consultoria e assessoria jurídica a 1ª Zona de Registro de Imóveis de São Luís/MA pelo período de dezembro de 2018 a agosto de 2020;▪ Prestação de consultoria e assessoria jurídica ao 3º Ofício Extrajudicial de Imperatriz/MA pelo período de dezembro de 2018 até os dias atuais;▪ Procuradora do Instituto de Previdência de Vitória do Mearim pelo período de 2019 a 2022.
Atividades	<ul style="list-style-type: none">▪ Atuação no Direito Empresarial voltada à assessoria preventiva para empresas de diversos segmentos, auxiliando na mitigação de riscos e na conformidade com normas regulatórias, contratuais e societárias. Além da atuação estratégica na prevenção de litígios, com experiência na representação de clientes em demandas administrativas, junto a órgãos reguladores e entidades públicas, bem como em processos judiciais, abrangendo questões societárias, contratuais e regulatórias;▪ Atuação no Direito do Agronegócio, prestando assessoria preventiva a produtores rurais, cooperativas, empresas do setor e investidores, com foco na mitigação de riscos contratuais, regulatórios e ambientais. Atuando na esfera administrativa, representando clientes perante órgãos reguladores e órgãos ambientais, além de atuar na defesa de interesses em processos judiciais, abrangendo disputas contratuais, questões fundiárias, tributárias, ambientais e de responsabilidade civil;▪ Consultoria e Assessoria Jurídica desenvolvida para Serventias Extrajudiciais, em demandas administrativas junto a Corregedoria do Estado do Maranhão e ao Conselho Nacional de Justiça, assim como em demandas judiciais.▪ Elaboração de pareceres jurídicos;▪ Consultoria em geral.

**Outras
informações**

- Conhecimento em sistemas jurídicos e ferramentas digitais (PJF, E-Proc, E-SAJ);
- Inglês fluente;
- Participação no XXVICONPEDI com apresentação artigo científico “Estabilização das tutelas provisórias antecipadas requeridas em caráter antecedente” (novembro/2017);
- Participação no curso “O novo código de processo civil: o novo processo de conhecimento”, realizado pelo instituto IMADEC (junho/2015);
- Participação na VI Jornada Brasileira de Ciências Cíveis e Criminais, realizada pelo instituto IMADEC (outubro/2014);
- Participação no VI Encontro Nacional de Direito Público e Privado, realizado pelo instituto IMADEC (abril/2014);
- Participação de Grupo de Pesquisa “Estudo ao Direito Processual Civil” orientada pelo Professor Christian Barros e Roberto Almeida (agosto/2015 a dezembro/2016);
- Participação do Grupo de Pesquisa “Processo civil Moderno: atuação do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão”, orientada pelo Professor Carlos Anderson (fevereiro/2017 a fevereiro/2018);
- Participação de Grupo de Pesquisa “Regulação dos Setores Estratégicos no Mercado do Estado do Maranhão” orientada pelo Professor Thiago Fernandes e Rayana Arraes (fevereiro/2016 a agosto/2017);

São Luís (MA), fevereiro de 2025





ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DO MARANHÃO
IDENTIDADE DE ADVOGADA

NOME

LARISSA CRISTINA NOGUEIRA DE MELO DA
SILVA SANTOS

FILIAÇÃO

LUIS CESAR DA SILVA SANTOS FILHO
ALINE NOGUEIRA DE MELO DA SILVA SANTOS

NATURALIDADE

SÃO LUÍS-MA

DATA DE NASCIMENTO

13/03/1996

RG

0313064920060 - SSPMA

CPF 036.003.093-90

DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS

VIA EXPEDIDO EM

SIM

01 04/01/2019

THIAGO ROBERTO MORAIS DÍAZ
PRESIDENTE

INSCRIÇÃO:

10013

Scanned with
CamScanner

TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

15252350

USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei n° 8.906/94)



ASSINATURA DO PORTADOR

Larissa Nogueira de Melo



OBSERVAÇÕES

Scanned with
CamScanner





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

ATO Nº 11

Nomeia servidor em Cargo de
Comissão da Secretaria do Tribunal.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela alínea e do inciso I do art. 96 da Constituição Federal, combinado com o inciso XXII do art. 18 do Regimento Interno deste Tribunal,

RESOLVE:

NOMEAR o servidor LUANN DE MATOS OLIVEIRA SOARES para o Cargo em Comissão, CJ-3, de Assessor Chefe da Corregedoria Regional Eleitoral.

Este Ato tem efeitos a partir da sua assinatura .

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO, em 25 de maio de 2020.

Desembargador TYRONE JOSÉ SILVA

Presidente



Documento assinado eletronicamente por **TYRONE JOSÉ SILVA, Presidente**, em 25/05/2020, às 19:29, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ma.jus.br/autenticar> informando o código verificador 1262221 e o código CRC 84B19BC4.

0009155-29.2020.6.27.8000|1262221v4



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO



ATO Nº 21

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela alínea e do inciso I do art. 96 da Constituição Federal, combinado com o inciso XXII do art. 18 do Regimento Interno deste Tribunal,

RESOLVE:

NOMEAR o servidor **LUANN DE MATOS OLIVEIRA SOARES**, para o Cargo em Comissão CJ-4, de Diretor-Geral.

Este Ato entra em vigor na data de sua assinatura.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO, em 1º de março de 2021.

Des. JOSÉ JOAQUIM FIGUEIREDO DOS ANJOS
Presidente



Documento assinado eletronicamente por José Joaquim Figueiredo dos Anjos, Presidente, em 01/03/2021, às 19:08, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf-ma.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1394318** e o código CRC **92F4801A**.

0001675-63.2021.6.27.8000 1394318v4



**Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO**



ATO - 10662017

Código de validação: 47AB80D9D5

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Nomear LUANN DE MATOS OLIVEIRA SOARES, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Gabinete da Presidência, símbolo CDGA.

PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁCQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 15 de dezembro de 2017.

**Desembargador JOSÉ JOAQUIM FIGUEIREDO DOS ANJOS
Presidente do Tribunal de Justiça
Matrícula 16519**

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 18/12/2017 12:55 (JOSÉ JOAQUIM FIGUEIREDO DOS ANJOS)





DECLARAÇÃO



Curso Portaria nº 84 de 16 de fevereiro de 2016 - MEC.

Declaramos para os devidos fins que LUANN DE MATOS OLIVEIRA SOARES, registro acadêmico nº 24102011, encontra-se regularmente MATRICULADO(A) no turno PRESENCIAL do curso de PÓS-GRADUAÇÃO LLM - DIREITO PENAL ECONÔMICO.

O curso tem duração de 3 semestres letivos, sendo o último semestre dedicado a elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso referente à disciplina Introdução à Redação Científica, com carga horária total de 434 horas.

Início do semestre letivo: 01/01/2024

Término do semestre letivo: 31/07/2024

Brasília - DF, 12 de março de 2025.

Francisco Schertel Ferreira Mendes
Diretor do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa de Brasília

Central de Relacionamento do IDP

Autentique aqui: <https://www.idp.edu.br/autenticacao>

Código de autenticação: bbe43a80-2ceb-4d37-8187-506c5bde5688

SGAS Quadra 607 - Módulo 49
Via L2 Sul Brasília - DF
CEP 70.200-670

(61) 3535 6565



DECLARAÇÃO DE MATRÍCULA


Declaramos, para os devidos fins, que **Luann de Matos Oliveira Soa. ...**, CPF nº 048.385.883-80, é aluno regularmente matriculado(a) no curso **Pós-Graduação Plus: Direito Penal e Processo Penal Aplicados + Execução Penal**, com carga horária total de **400 horas**, promovido no período de **18 de setembro de 2023** com conclusão em **12 de março de 2025**, pela **EBRADI – Escola Brasileira de Direito** e pela **Pró-reitora de Pós-Graduação, AMC Serviços Educacionais LTDA.**, inscrita sob o CNPJ nº 43.045.772/0001-52, com filial na Rua Taquari, 546, Mooca, CEP 03166-000 – São Paulo/SP, mantenedora da Universidade São Judas Tadeu, certificadora dos cursos da EBRADI. Para fins de direito, que o curso obedece a todas as disposições da Resolução CNE/CES nº 1, de 06 de abril de 2018 e na Nota Técnica CGLNRS/DPR/SERES/MEC nº 388/2013, estando em total conformidade com a regulamentação aplicável para o nível e para a modalidade de ensino.

São Paulo 12 de março de 2025.

AMC SERVIÇOS EDUCACIONAIS LTDA.
Unidade Mooca
CNPJ Nº 43.045.772/0001-52

Dr. João Batista Pacheco Antunes – Diretor Acadêmico

430045.772/0001-52
UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU
EBRADI – Escola Brasileira de Direito
Rua Taquari, 546 - Prédio Reitoria - Mooca
Cep: 03166-000
São Paulo - SP

Carlos Lopes  REITORIA - SP

Acadêmico- EBRADI





DECLARAÇÃO

Curso Portaria nº 84 de 16 de fevereiro de 2016 - MEC.

Declaramos para os devidos fins que LUANN DE MATOS OLIVEIRA SOARES, registro acadêmico nº 24102011, encontra-se regularmente MATRICULADO(A) no turno PRESENCIAL do curso de PÓS-GRADUAÇÃO LLM - DIREITO PENAL ECONÔMICO.

O curso tem duração de 3 semestres letivos, sendo o último semestre dedicado a elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso referente à disciplina Introdução à Redação Científica, com carga horária total de 434 horas.

Início do semestre letivo: 01/07/2024

Término do semestre letivo: 31/12/2024

Brasília - DF, 12 de março de 2025.

Francisco Schertel Ferreira Mendes
Diretor do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa de Brasília

Central de Relacionamento do IDP

Autentique aqui <https://www.idp.edu.br/autenticacao>

Código de autenticação: d4c30f5d-0157-4bed-bf87-f4f632af631a

SGAS Quadra 607 - Módulo 49
Via L2 Sul, Brasília - DF
CEP 70.200-670

(61) 3535-6565



Luann de Matos Oliveira Soares

Rua das Juçaras, Quadra 44, Casa 04 – Renascença I, São Luís (MA).
CEP 65075-230

luannmatos2@gmail.com Fone (98) 3235-5687

Advogado com experiência atuando em questões de Direito Penal e Processo Penal, Direito Eleitoral e Direito Administrativo, com enfoque específico na área do Direito Municipal, além de experiência em gestão pública.

Formação

- ➔ Graduado em Direito pelo Centro Universitário do Maranhão – UNICEUMA;
- ➔ Advogado atuante desde 2022 (OAB/MA sob o n°. 24.599);
- ➔ Pós-graduado em Direito em Direito Eleitoral pelo Instituto Imadec;
- ➔ Pós-graduando em Direito Público pelo Instituto Imadec;
- ➔ Pós-graduando em Direito Penal e Processo Penal + Execução Penal pelo EBRADI – Escola Brasileira de Direito;
- ➔ Pós-graduando em Direito Penal Econômico pelo IDP – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa.

Experiência

- ➔ Secretário Executivo de Desembargador TJ/MA;
- ➔ Chefe de Gabinete da Presidência do TJ/MA;
- ➔ Assessor Chefe da Corregedoria do TRE/MA;
- ➔ Diretor-Geral do TRE/MA;
- ➔ Advogado do escritório Daniel Leite & Advogados Associados.

São Luís (MA) – Março de 2025



Fis. 226







Superior Tribunal de Justiça

CERTIDÃO JUDICIAL DE EXERCÍCIO DA ADVOCACIA

O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, com base nos seus registros processuais eletrônicos, acessados no dia e hora abaixo referidos

CERTIFICA

constar processo(s), figurando como advogado(a) "MARIANA PEREIRA NINA" inscrito(a) na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional MA, sob o nº 013051, 62 processo(s) listado(s) a seguir: AREsp 645382/MA (2014/0345009-4) autuado em 28/01/2015, AREsp 670334/MA (2015/0041926-2) autuado em 10/03/2015, AREsp 670523/MA (2015/0045749-2) autuado em 11/03/2015, AREsp 672025/MA (2015/0046183-3) autuado em 13/03/2015, AREsp 672204/MA (2015/0046756-5) autuado em 13/03/2015, AREsp 680832/MA (2015/0056149-7) autuado em 31/03/2015, AREsp 703875/MA (2015/0080732-8) autuado em 14/05/2015, AREsp 694844/MA (2015/0084007-6) autuado em 05/05/2015, AREsp 696073/MA (2015/0085782-9) autuado em 06/05/2015, AREsp 704070/MA (2015/0091796-4) autuado em 14/05/2015, REsp 1531774/MA (2015/0112792-9) autuado em 16/05/2015, AREsp 709361/MA (2015/0118468-6) autuado em 20/05/2015, REsp 1534619/DF (2015/0123504-1) autuado em 01/06/2015, AREsp 717377/MA (2015/0123620-4) autuado em 01/06/2015, AREsp 719330/MA (2015/0124247-3) autuado em 03/06/2015, AREsp 731331/MA (2015/0147779-5) autuado em 26/06/2015, AREsp 731180/MA (2015/0148678-2) autuado em 25/06/2015, AREsp 731605/MA (2015/0148916-8) autuado em 26/06/2015, AREsp 800197/MA (2015/0265910-3) autuado em 21/10/2015, AREsp 802393/MA (2015/0269411-3) autuado em 23/10/2015, AREsp 804840/MA (2015/0272164-4) autuado em 27/10/2015, AREsp 802799/MA (2015/0272426-9) autuado em 23/10/2015, AREsp 805725/MA (2015/0275022-0) autuado em 28/10/2015, AREsp 805847/MA (2015/0277033-8) autuado em 28/10/2015, AREsp 813544/MA (2015/0279679-6) autuado em 11/11/2015, AREsp 812856/MA (2015/0288352-6) autuado em 10/11/2015, AREsp 856690/MA (2016/0032717-1) autuado em 22/02/2016, AREsp 856726/MA (2016/0032771-6) autuado em 22/02/2016, AREsp 857796/MA (2016/0032889-0) autuado em 23/02/2016, AREsp 863842/MA (2016/0032900-4) autuado em 02/03/2016, REsp 1586994/MA (2016/0048353-5) autuado em 10/03/2016, AREsp 901645/MA (2016/0095278-8) autuado em 25/04/2016, REsp 1612842/MA (2016/0180851-5) autuado em 24/06/2016, REsp 1612777/MA (2016/0180897-0) autuado em 24/06/2016, AREsp 963194/MA (2016/0206599-7) autuado em 25/07/2016, AREsp 969554/MA (2016/0218310-8) autuado em 12/08/2016, AREsp 970194/MA (2016/0220466-0) autuado em 15/08/2016, REsp 1622324/MA (2016/0224525-1) autuado em 19/08/2016, AREsp 987822/MA



Superior Tribunal de Justiça



(2016/0250648-7) autuado em 16/09/2016, AREsp 987920/MA (2016/0250830-8) autuado em 16/09/2016, AREsp 995834/MA (2016/0264489-1) autuado em 30/09/2016, AREsp 998750/MA (2016/0269194-5) autuado em 06/10/2016, AREsp 1000546/MA (2016/0272844-3) autuado em 10/10/2016, AREsp 1013625/MA (2016/0295054-3) autuado em 09/11/2016, AREsp 1016710/MA (2016/0300447-2) autuado em 16/11/2016, AREsp 1022568/MA (2016/0310573-2) autuado em 28/11/2016, REsp 1642769/MA (2016/0318289-8) autuado em 07/12/2016, REsp 1660910/MA (2017/0052351-8) autuado em 22/03/2017, AREsp 1146732/MA (2017/0191252-5) autuado em 21/08/2017, AREsp 1174757/MA (2017/0242438-1) autuado em 26/09/2017, AREsp 1212955/MA (2017/0306489-7) autuado em 30/11/2017, EAREsp 1245482/MA (2018/0029227-3) autuado em 29/05/2019, AREsp 1260190/MA (2018/0054301-1) autuado em 12/03/2018, REsp 1740000/MA (2018/0108604-4) autuado em 11/05/2018, AREsp 1327499/MA (2018/0176182-7) autuado em 24/07/2018, AREsp 1356188/MA (2018/0224918-6) autuado em 31/08/2018, AREsp 1499776/MA (2019/0136792-5) autuado em 16/05/2019, AREsp 1578740/MA (2019/0266319-2) autuado em 09/09/2019, EAREsp 1912952/MA (2020/0341650-0) autuado em 12/09/2023, AREsp 1844843/MA (2021/0055066-6) autuado em 08/03/2021, AREsp 1931677/MA (2021/0205791-6) autuado em 19/07/2021, SS 3328/MA (2021/0234424-2) autuado em 23/07/2021.

Observações:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade de quem solicitou a certidão, devendo a titularidade ser conferida pela pessoa interessada e destinatária.
- b) A certidão será emitida conforme as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, a pessoa interessada deverá requerer atualização ao órgão julgador.
- c) Os resultados da pesquisa não contemplam os processos com publicidade restrita.

Certidão gerada via internet com validade de noventa dias corridos.

Esta certidão pode ser validada no site do STJ com os seguintes dados:

Número da Certidão: **3785687**

Código de Segurança: **2EBA.1FC7.5C46.7973**

Data de geração: **11 de março de 2025, às 18:42:42**



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU**

Data emissão: 11/03/2025
Data de validade: 11/05/2025

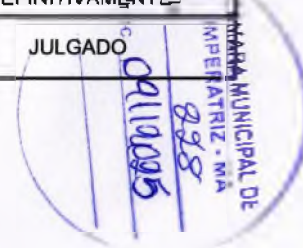
Nº da certidão: 12500044548
Código de Validação: 6a41ab7e67

NOME: MARIANA PEREIRA NINA
CPF: 035.200.013-90
OAB: 13051
DATA INICIAL: 11/03/2018
DATA FIM: 11/03/2025

Os dados dos documentos constantes nessa certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc.)

Certifico que consta nos registros de distribuição do Primeiro Grau do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, que o(a) advogado(a) MARIANA PEREIRA NINA, OAB MA No 13051 CPF 035.200.013-90, está vinculado(a) como advogado(a) de parte requerente e/ou requerida nos processos abaixo:

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
1	0811245-89.2018.8.10.0001	23/03/2018	CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE DECISÃO	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	5ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
2	0840997-09.2018.8.10.0001	23/08/2018	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	7ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
3	0844322-89.2018.8.10.0001	05/09/2018	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	7ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
4	0845440-03.2018.8.10.0001	11/09/2018	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	7ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
5	0003880-65.2016.8.10.0040	16/10/2018	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	IMPERATRIZ	3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE IMPERATRIZ	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
6	0807426-13.2019.8.10.0001	15/02/2019	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO





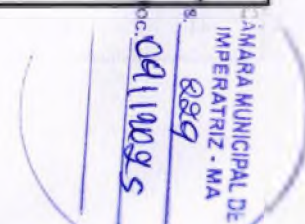
**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU**

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
7	0800872-16.2019.8.10.0081	22/05/2019	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	CAROLINA	VARA ÚNICA DA COMARCA DE CAROLINA	TRAMITANDO
8	0000327-19.2013.8.10.0071	25/06/2019	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	BACURI	VARA ÚNICA DA COMARCA DE BACURI	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
9	0800714-25.2019.8.10.0092	27/08/2019	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	IGARAPÉ GRANDE	VARA ÚNICA DA COMARCA DE IGARAPÉ GRANDE	TRAMITANDO
10	0000709-10.2014.8.10.0125	03/09/2019	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	SÃO JOÃO BATISTA	VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO JOÃO BATISTA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
11	0800731-14.2019.8.10.0140	06/09/2019	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	VITÓRIA DO MEARIM	VARA ÚNICA DE VITORIA DO MEARIM	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
12	0800767-56.2019.8.10.0140	19/09/2019	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	VITÓRIA DO MEARIM	VARA ÚNICA DE VITORIA DO MEARIM	JULGADO
13	0800193-27.2019.8.10.0142	17/10/2019	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	OLINDA NOVA DO MARANHÃO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE OLINDA NOVA DO MARANHÃO	JULGADO
14	0801669-89.2019.8.10.0081	06/12/2019	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	CAROLINA	VARA ÚNICA DA COMARCA DE CAROLINA	TRAMITANDO
15	0000442-06.2014.8.10.0071	27/01/2020	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	BACURI	VARA ÚNICA DA COMARCA DE BACURI	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
16	0800356-76.2020.8.10.0140	16/06/2020	TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE	VITÓRIA DO MEARIM	VARA ÚNICA DE VITORIA DO MEARIM	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
17	0000078-52.2020.8.10.0094	29/10/2020	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	LORETO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE LORETO	JULGADO
18	0800548-50.2020.8.10.0094	09/11/2020	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	LORETO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE LORETO	JULGADO



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
19	0800552-87.2020.8.10.0094	09/11/2020	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	LORETO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE LORETO	SUSPENSO
20	0800557-12.2020.8.10.0094	10/11/2020	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	LORETO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE LORETO	JULGADO
21	0800560-64.2020.8.10.0094	10/11/2020	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	LORETO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE LORETO	TRAMITANDO
22	0820622-79.2021.8.10.0001	26/05/2021	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
23	0857555-51.2021.8.10.0001	02/12/2021	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
24	0802649-97.2021.8.10.0038	21/12/2021	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	JOÃO LISBOA	1ª VARA DA COMARCA DE JOÃO LISBOA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
25	0861287-40.2021.8.10.0001	23/12/2021	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	4ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	REMETIDO AO TJ
26	0801192-94.2022.8.10.0070	13/12/2022	REPRESENTAÇÃO CRIMINAL/NOTÍCIA DE CRIME	ARARI	VARA ÚNICA DA COMARCA DE ARARI	REMETIDO AO TJ
27	0800221-75.2023.8.10.0070	13/02/2023	REPRESENTAÇÃO CRIMINAL/NOTÍCIA DE CRIME	ARARI	VARA ÚNICA DA COMARCA DE ARARI	TRAMITANDO
28	0800192-21.2023.8.10.0136	17/03/2023	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	TURIAÇU	VARA ÚNICA DA COMARCA DE TURIAÇU	JULGADO
29	0800510-08.2023.8.10.0070	08/05/2023	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	ARARI	VARA ÚNICA DA COMARCA DE ARARI	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
30	0800989-35.2023.8.10.0091	18/07/2023	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	ICATU	VARA ÚNICA DA COMARCA DE ICATU	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE





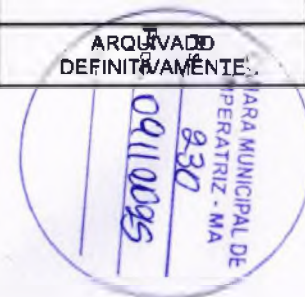
**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU**

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
31	0853102-42.2023.8.10.0001	30/08/2023	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	7ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO
32	0870882-92.2023.8.10.0001	16/11/2023	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	3ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO
33	0878164-84.2023.8.10.0001	15/12/2023	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	3ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO
34	0878649-84.2023.8.10.0001	18/12/2023	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	7ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO
35	0800536-13.2024.8.10.0024	28/01/2024	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	BACABAL	2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BACABAL	TRAMITANDO
36	0800129-63.2024.8.10.0070	07/02/2024	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	ARARI	VARA ÚNICA DA COMARCA DE ARARI	TRAMITANDO
37	0815791-80.2024.8.10.0001	19/03/2024	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	5ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
38	0804320-11.2024.8.10.0052	05/11/2024	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	PINHEIRO	1ª VARA DA COMARCA DE PINHEIRO	TRAMITANDO
39	0800172-25.2025.8.10.0115	27/01/2025	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	ROSÁRIO	1ª VARA DA COMARCA DE ROSÁRIO	TRAMITANDO
40	0866312-39.2018.8.10.0001	31/12/2018	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
41	0818947-52.2019.8.10.0001	07/05/2019	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	7ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
42	0800666-19.2019.8.10.0140	01/08/2019	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	VITÓRIA DO MEARIM	VARA ÚNICA DE VITÓRIA DO MEARIM	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
43	0800716-92.2019.8.10.0092	27/08/2019	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	IGARAPÉ GRANDE	VARA ÚNICA DA COMARCA DE IGARAPÉ GRANDE	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
44	0800672-25.2019.8.10.0108	05/09/2019	EMBARGOS À EXECUÇÃO	PINDARÉ-MIRIM	VARA ÚNICA DA COMARCA DE PINDARÉ MIRIM	TRAMITANDO



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
45	0837679-81.2019.8.10.0001	11/09/2019	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	2ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
46	0800842-94.2019.8.10.0108	03/10/2019	EMBARGOS À EXECUÇÃO	PINDARÉ-MIRIM	VARA ÚNICA DA COMARCA DE PINDARÉ MIRIM	TRAMITANDO
47	0000648-93.2017.8.10.0142	20/11/2019	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	OLINDA NOVA DO MARANHÃO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE OLINDA NOVA DO MARANHÃO	TRAMITANDO
48	0000015-82.2020.8.10.0108	13/01/2020	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	PINDARÉ-MIRIM	VARA ÚNICA DA COMARCA DE PINDARÉ MIRIM	JULGADO
49	0000649-05.2014.8.10.0071	10/03/2020	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	BACURI	VARA ÚNICA DA COMARCA DE BACURI	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
50	0800536-75.2020.8.10.0081	06/07/2020	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	CAROLINA	VARA ÚNICA DA COMARCA DE CAROLINA	TRAMITANDO
51	0000075-97.2020.8.10.0094	29/10/2020	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	LORETO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE LORETO	JULGADO
52	0800551-05.2020.8.10.0094	09/11/2020	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	LORETO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE LORETO	TRAMITANDO
53	0800554-57.2020.8.10.0094	09/11/2020	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	LORETO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE LORETO	TRAMITANDO
54	0800558-94.2020.8.10.0094	10/11/2020	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	LORETO	VARA ÚNICA DA COMARCA DE LORETO	JULGADO
55	0815842-96.2021.8.10.0001	28/04/2021	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	JULGADO
56	0833231-94.2021.8.10.0001	04/08/2021	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	6ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO PRIMEIRO GRAU**

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
57	0802648-15.2021.8.10.0038	21/12/2021	REPRESENTAÇÃO CRIMINAL/NOTÍCIA DE CRIME	JOÃO LISBOA	2ª VARA DA COMARCA DE JOÃO LISBOA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
58	0800666-94.2022.8.10.0081	17/05/2022	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	CAROLINA	VARA ÚNICA DA COMARCA DE CAROLINA	TRAMITANDO
59	0845004-05.2022.8.10.0001	10/08/2022	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	14ª VARA CÍVEL DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
60	0800256-24.2024.8.10.0127	16/02/2024	TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE	SÃO LUÍS GONZAGA DO MARANHÃO	VARA ÚNICA DE SÃO LUÍS GONZAGA DO MARANHÃO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
61	0800677-25.2024.8.10.0091	10/05/2024	REPRESENTAÇÃO CRIMINAL/NOTÍCIA DE CRIME	ICATU	VARA ÚNICA DA COMARCA DE ICATU	TRAMITANDO
62	0866093-16.2024.8.10.0001	09/09/2024	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL	3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	TRAMITANDO

Observações:

- a) A validade desta consulta é de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova consulta;
- b) A autenticidade desta consulta poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Maranhão - www.tjma.jus.br - menu - Certidão de Prática Forense, utilizando o código de validação acima identificado;
- c) Fonte da pesquisa: sistemas ThemisPG (1º grau), PJE (1º grau), PROJUDI, VEP e SEEU;



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU**

Data emissão: 11/03/2025
Data de validade: 11/04/2025

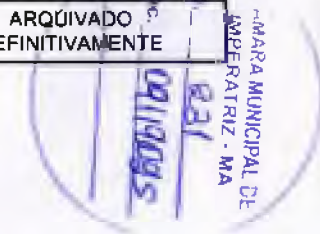
Nº da certidão: 12500044971
Código de Validação: 6f2cfe5f8

NOME: MARIANA PEREIRA NINA
CPF: 035.200.013-90
OAB: 13051
DATA INICIAL: 11/03/2014
DATA FIM: 11/03/2025

Os dados dos documentos constantes nessa certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc.)

Certifico que consta nos registros de distribuição do Segundo Grau do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, que o(a) advogado(a) MARIANA PEREIRA NINA, OAB MA No 13051 CPF 035.200.013-90, está vinculado(a) como advogado(a) de parte requerente e/ou requerida nos processos abaixo:

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
1	0805862-70.2017.8.10.0000	31/10/2017	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Marcelino Chaves Everton	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
2	0800941-34.2018.8.10.0000	09/02/2018	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Anídes de Jesus B. Chaves Cruz	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
3	0802716-84.2018.8.10.0000	09/04/2018	DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
4	0802996-55.2018.8.10.0000	14/04/2018	TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
5	0803682-47.2018.8.10.0000	02/05/2018	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Marcelino Chaves Everton	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
6	0803683-32.2018.8.10.0000	02/05/2018	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Luiz Gonzaga Almeida Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU**

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
7	0802031-11.2017.8.10.0001	14/05/2018	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
8	0804732-11.2018.8.10.0000	04/06/2018	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Luiz Gonzaga Almeida Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
9	0807986-89.2018.8.10.0000	17/09/2018	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Ângela Maria Moraes Salazar	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
10	0808610-41.2018.8.10.0000	05/10/2018	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Marcelino Chaves Everton	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
11	0809607-24.2018.8.10.0000	07/11/2018	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
12	0000522-22.2016.8.10.0031	26/11/2018	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
13	0800976-57.2019.8.10.0000	06/02/2019	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Raimundo José Barros de Sousa	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
14	0802327-65.2019.8.10.0000	19/03/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Maria Francisca Gualberto de Galiza	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
15	0802578-83.2019.8.10.0000	26/03/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
16	0000327-19.2013.8.10.0071	25/06/2019	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Luiz Gonzaga Almeida Filho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
17	0000709-10.2014.8.10.0125	03/09/2019	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
18	0000648-93.2017.8.10.0142	20/11/2019	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José de Ribamar Castro	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
19	0802342-65.2018.8.10.0001	29/01/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Des. Ricardo Tadeu Bugarin Duallibe	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
20	0000649-05.2014.8.10.0071	10/03/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Anides de Jesus B. Chaves Cruz	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
21	0845148-52.2017.8.10.0001	03/04/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Jorge Rachid Mubárack Maluf	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
22	0805684-19.2020.8.10.0000	19/05/2020	PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO À APELAÇÃO	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Maria Francisca Gualberto de Galiza	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
23	0844322-89.2018.8.10.0001	22/07/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
24	0807426-13.2019.8.10.0001	21/08/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Maria Francisca Gualberto de Galiza	TRAMITANDO
25	0000163-46.2010.8.10.0140	03/11/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa	JULGADO
26	0000018-27.2015.8.10.0071	05/03/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Maria Francisca Gualberto de Galiza	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
27	0807491-40.2021.8.10.0000	05/05/2021	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Kleber Costa Carvalho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
28	0811726-50.2021.8.10.0000	01/07/2021	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Kleber Costa Carvalho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
29	0812821-18.2021.8.10.0000	20/07/2021	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Marcelo Carvalho Silva	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
30	0813317-47.2021.8.10.0000	29/07/2021	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José de Ribamar Castro	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
31	0000450-33.2015.8.10.0140	01/10/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Douglas Ailton Ferreira Amorim	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
32	0000180-56.2014.8.10.0071	14/10/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Kleber Costa Carvalho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
33	0822270-97.2021.8.10.0000	18/12/2021	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Nelma Celeste S. S. Sarney Costa	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
34	0800446-48.2022.8.10.0000	13/01/2022	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Francisco Ronaldo Maciel Oliveira	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
35	0800716-92.2019.8.10.0092	22/04/2022	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Josemar Lopes Santos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
36	0861287-40.2021.8.10.0001	28/02/2023	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des ^a . Nelma Celeste S. S. Sarney Costa	TRAMITANDO
37	0805052-85.2023.8.10.0000	17/03/2023	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Josemar Lopes Santos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
38	0013296-87.2010.8.10.0001	06/07/2023	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Kleber Costa Carvalho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
39	0818146-03.2023.8.10.0000	23/08/2023	PRECATÓRIO	SÃO LUÍS	COORDENADORIA DE PRECATÓRIOS	TRAMITANDO
40	0803055-33.2024.8.10.0000	19/02/2024	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Gervásio Protásio dos Santos Júnior	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
41	0845004-05.2022.8.10.0001	22/02/2024	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des ^a . Oriana Gomes	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
42	0805033-45.2024.8.10.0000	12/03/2024	SUSPENSÃO DE SEGURANÇA CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
43	0805181-56.2024.8.10.0000	13/03/2024	PRECATÓRIO	SÃO LUÍS	COORDENADORIA DE PRECATÓRIOS	TRAMITANDO
44	0805297-62.2024.8.10.0000	14/03/2024	PRECATÓRIO	SÃO LUÍS	COORDENADORIA DE PRECATÓRIOS	TRAMITANDO
45	0805616-30.2024.8.10.0000	18/03/2024	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des ^a . Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro	TRAMITANDO
46	0810560-75.2024.8.10.0000	08/05/2024	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Josemar Lopes Santos	JULGADO
47	0810564-15.2024.8.10.0000	08/05/2024	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Gervásio Protásio dos Santos Júnior	JULGADO
48	0857555-51.2021.8.10.0001	18/10/2024	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Kleber Costa Carvalho	JULGADO
49	0000015-82.2020.8.10.0108	18/11/2024	REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Gervásio Protásio dos Santos Júnior	TRAMITANDO
50	0828833-05.2024.8.10.0000	27/11/2024	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa	TRAMITANDO



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
51	0000432-26.2006.8.10.0108	18/05/2017	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Maria Francisca Gualberto de Galiza	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
52	0803918-96.2018.8.10.0000	09/05/2018	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Anildes de Jesus B. Chaves Cruz	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
53	0807488-90.2018.8.10.0000	31/08/2018	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Ângela Maria Moraes Salazar	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
54	0806639-18.2018.8.10.0001	28/09/2018	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Ângela Maria Moraes Salazar	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
55	0003880-65.2016.8.10.0040	16/10/2018	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
56	0809608-09.2018.8.10.0000	07/11/2018	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Kleber Costa Carvalho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
57	0811117-72.2018.8.10.0000	27/12/2018	TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
58	0801240-74.2019.8.10.0000	11/02/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Antonio Guerreiro Junior	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
59	0802367-47.2019.8.10.0000	20/03/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
60	0803012-72.2019.8.10.0000	09/04/2019	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
61	0837288-34.2016.8.10.0001	30/07/2019	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Marcelo Carvalho Silva	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
62	0810050-38.2019.8.10.0000	04/11/2019	PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO À APELAÇÃO	SÃO LUÍS	Des. Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
63	0000442-06.2014.8.10.0071	27/01/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Raimundo José Barros de Sousa	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
64	0000304-78.2018.8.10.0142	31/01/2020	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
65	0001165-23.2015.8.10.0125	30/03/2020	REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des ^a . Anídes de Jesus B. Chaves Cruz	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
66	0805464-21.2020.8.10.0000	14/05/2020	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Joaquim Figueiredo dos Anjos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
67	0806460-19.2020.8.10.0000	29/05/2020	PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO À APELAÇÃO	SÃO LUÍS	Gabinete Des ^a . Maria Francisca Gualberto de Galiza	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
68	0800666-19.2019.8.10.0140	03/11/2020	REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Cleones Carvalho Cunha	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
69	0800731-14.2019.8.10.0140	02/02/2021	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Kleber Costa Carvalho	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
70	0818947-52.2019.8.10.0001	05/05/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Douglas Alirton Ferreira Amorim	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
71	0833037-70.2016.8.10.0001	13/05/2021	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
72	0811727-35.2021.8.10.0000	01/07/2021	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Antonio Guerreiro Junior	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
73	0819457-63.2022.8.10.0000	19/09/2022	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Jorge Rachid Mubárack Maluf	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
74	0845440-03.2018.8.10.0001	22/03/2023	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa	TRAMITANDO
75	0813986-32.2023.8.10.0000	29/06/2023	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Jorge Rachid Mubárack Maluf	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
76	0802930-65.2024.8.10.0000	17/02/2024	PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO À APELAÇÃO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Cleones Carvalho Cunha	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
77	0803427-79.2024.8.10.0000	22/02/2024	SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE SENTENÇA	SÃO LUÍS	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
78	0804141-39.2024.8.10.0000	01/03/2024	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Gervásio Protásio dos Santos Júnior	TRAMITANDO



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO PRÁTICA FORENSE NO SEGUNDO GRAU

#	Número Único	Data da Distribuição	Tipo de Ação	Comarca	Unidade Judicial	Situação
79	0805166-87.2024.8.10.0000	13/03/2024	MEDIDAS INVESTIGATÓRIAS SOBRE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS	SÃO LUÍS	Gabinete Juiz Raimundo Nonato Neris Ferreira	TRAMITANDO
80	0805431-89.2024.8.10.0000	15/03/2024	REVISÃO CRIMINAL	SÃO LUÍS	Gabinete do Quinto Constitucional OAB - Juiz em respondência Dr. Talvick Afonso Atta de Freitas (SDCR)	TRAMITANDO
81	0810563-30.2024.8.10.0000	08/05/2024	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Josemar Lopes Santos	JULGADO
82	0800192-21.2023.8.10.0136	28/05/2024	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Cleones Carvalho Cunha	JULGADO
83	0801192-94.2022.8.10.0070	12/11/2024	APELAÇÃO CRIMINAL	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Francisco Ronaldo Maciel Oliveira	TRAMITANDO
84	0828150-65.2024.8.10.0000	21/11/2024	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Gervásio Protásio dos Santos Júnior	JULGADO
85	0000203-62.2013.8.10.0127	05/09/2016	APELAÇÃO CÍVEL	SÃO LUÍS	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	TRAMITANDO
86	0800908-15.2016.8.10.0000	14/11/2016	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Des. Paulo Sérgio Velten Pereira	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
87	0801785-18.2017.8.10.0000	14/06/2017	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SÃO LUÍS	Gabinete Desª. Cleonice Silva Freire	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE

Observações:

- a) A validade desta consulta é de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova consulta;
- b) A autenticidade desta consulta poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Maranhão - www.tjma.jus.br - menu - Certidão de Prática Forense, utilizando o código de validação acima identificado;
- c) Fonte da pesquisa: sistemas ThemisSG (2º grau), PJE (2º grau) e PROJUDI;





Mariana Pereira Nina

Rua das Juçaras, Quadra 44, Casa 04 – Renascença I, São Luís/MA
CEP 65075-230

mariana@danielleiteadvogados.com
Fone (98) 3235-5687



Advogada com 11 (onze) anos de experiência atuando em questões de Direito Administrativo, Direito Eleitoral e Direito Processual Civil, com enfoque na área do Direito Municipal.

Formação	<ul style="list-style-type: none">▪ Graduada em Direito pela Universidade de Ensino Superior Dom Bosco – UNDB em 2013.2;▪ Advogada atuante desde abril/2014 (OAB/MA nº 13.051);▪ Pós-Graduada em Direito Eleitoral - PUCMinas (Curso Lato Sensu).
Experiência	<ul style="list-style-type: none">▪ Advogada do escritório Daniel Leite & Advogados Associados desde abril/2014 até os dias atuais;▪ Representação de municípios judicialmente e administrativamente;▪ Conselheira Estadual da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Maranhão (Gestão 2022/2024);▪ Analista Técnica Jurídica do Município de Igarapé Grande de nov/2022 a 2023;▪ Assessora Jurídica do Município de São Bernardo/MA de abril/2024 a agosto/2024;
Atividades	<ul style="list-style-type: none">▪ Atuação nas áreas de consultoria e representação judicial de Municípios, em questões envolvendo licitações, celebração e execução de convênios e contratos administrativos, trato de servidores públicos, processos administrativos e análise de projetos de lei, decretos e atos administrativos, além da representação judicial e consultoria a agentes políticos;▪ Assessoria Jurídica nas eleições municipais (2016, 2020 e 2024);▪ Assessoria Jurídica nas eleições gerais (2018 e 2022);▪ Coordenadoria Jurídica de campanha ao cargo de Senador (2018);▪ Coordenadoria Jurídica de campanha ao cargo de Governador (2022);▪ Elaboração de pareceres jurídicos;▪ Consultoria em geral.
Outras informações	<ul style="list-style-type: none">▪ Conhecimento em sistemas jurídicos e ferramentas digitais (PJE, E-Proc, E-SAJ);▪ Inglês nível avançado;▪ IV Jornada brasileira de ciências cíveis e criminais (setembro/2012);▪ V Jornada brasileira de ciências cíveis e criminais (setembro/2013);▪ Participação no XVI – Fórum Brasileiro de Contratação e Gestão Pública em Brasília/DF (2018);▪ Congresso Nacional de Direito Eleitoral - Democracia, Eleições Municipais e Pandemia – TRE/MA (2020).

São Luís (MA), fevereiro de 2025

CÂMARA MUNICIPAL DE
IMPERATRIZ - MA
Fls. 235 - V
Proc. 09410025

SUMÁRIO

Descrição

Página

Decreto GPMIG nº 110/2022 1

Decreto GPMIG nº 110/2022

O PREFEITO MUNICIPAL DE IGARAPÉ GRANDE, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 74, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Igarapé Grande;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Senhora **MARIANA PEREIRA NINA**, portadora do CPF nº 035.200.013-90, para exercer o Cargo em Comissão de Analista Técnico Jurídico junto à Procuradoria Geral do Município de Igarapé Grande/MA.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Igarapé Grande-MA, 01 de novembro de 2022.

ERLANIO FURTADO LUNA XAVIER

Prefeito Municipal





ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE IGARAPÉ GRANDE - MA

DIÁRIO OFICIAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPÉ GRANDE - RUA SÃO FRANCISCO, S/NºR, CENTRO
IGARAPÉ GRANDE, CEP: 65720-000
Email: diario@igarapegrande.ma.gov.br
Telefone: (98)32102-601

WABSTER P. KRAUSE
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO
REINALDO CASTRO
INPLUSIONADOR DE ARQUIVOS
ERLANIO LUNA XAVIER
PREFEITO MUNICIPAL

Carimbo de Tempo : 01/11/2022 09:35:52

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPÉ GRANDE - MA
É GARANTIDA A AUTENTICIDADE DESTES DIÁRIOS, DESDE QUE ACESSADO PELO ENDEREÇO:
<http://igarapegrande.ma.gov.br/transparencia/diario>
CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 971cb2089532c4fc63a0f399c66006dcb58d8c2f
PARA VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE, LEIA O QR CODE AO LADO





ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO
PODER EXECUTIVO
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL



PORTARIA Nº 760, DE 10 DE ABRIL DE 2024.

"Dispõe sobre a nomeação para o Cargo em Comissão, de Assessor Jurídico, da Procuradoria Geral do Município; e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições constitucionais e na forma prevista no art. 95, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e na forma do que dispõe a Lei Complementar nº 14, de 31 de março de 2022,

RESOLVE:

Art. 1º. **NOMEAR**, para o Cargo em Comissão de Assessor Jurídico-DANS, da Procuradoria Geral do Município, a Sra. MARIANA PEREIRA NINA, OAB/MA Nº 13.051, CPF nº ***.***.113-90.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo os seus efeitos retroativos a 05 de abril de 2024.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardo – MA, em 10 de abril de 2024.


JOÃO IGOR VIEIRA CARVALHO
PREFEITO MUNICIPAL

Certidão de Publicação

Certifico que a Portaria nº 760/2024, foi publicada conforme artigo 147, IX, da Constituição do Estado do Maranhão; artigo 92, da Lei Orgânica do Município e art. 4, I, da Lei Ordinária Municipal nº 723, de 23 de janeiro de 2017, em 10/04/2024.

NARA LETYICIA
ROCHA
TOMAZ:60695962345

Assinado de forma digital
por NARA LETYICIA ROCHA
TOMAZ:60695962345
Data: 2024.04.10 17:04:54

Secr. Int. Mun. De Gestão
Portaria nº 756/2024



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Conselho Seccional do Maranhão

Telefones: 2107-5454 e-mail: comissao.eleitoral@oabma.org.br

CONSELHO SECCIONAL MARANHÃO

KAIO VYCTOR SARAIVA CRUZ, OAB/MA 12.011 – **PRESIDENTE**

TATIANA MARIA PEREIRA COSTA, OAB/MA 9.094 – **VICE PRESIDENTE**, GUSTAVO MAMEDE

LOPES DE SOUSA, OAB/MA 6.359 – **SECRETÁRIO GERAL**

VANDIR BERNARDINO BEZERRA FIALHO JR, OAB/MA 5.177 – **SECRETÁRIO ADJUNTO**

MARIANA GOMES BARREDO, OAB/MA 15.876 – **TESOUREIRA**

CONSELHO FEDERAL TITULAR:

THIAGO ROBERTO MORAIS DIAZ - OAB/MA 7.614,

DANIEL BLUMER PEREIRA DE ALMEIDA - OAB/MA 6.072,

ANA KAROLINA SOUSA DE CARVALHO NUNES - OAB/MA 11.829.

CONSELHO FEDERAL SUPLENTE:

FERNANDA BEATRIZ ALMEIDA CASTRO - OAB/MA 12.334-A,

CHARLES HENRIQUE MIGUEZ DIAS - OAB/MA 4.790,

CACILDA PEREIRA MARTINS - OAB/MA 6.655.

CONSELHO SECCIONAL TITULAR:

LUISA DO NASCIMENTO BUENO LIMA - OAB/MA 10.092,

KAREN LOPES DA SILVA ACHAAR COSTA - OAB/MA 11.165,

ERIK EMANOEL SILVA MORAES - OAB/MA 19.356,

STELA MARTINS CHAVES ANICACIO - OAB/MA 5.810,

FRANCISCA MARLUCIA DE MESQUITA CARNEIRO VIANA - OAB/MA 3.384,

ITALO CARDOSO LIMA E SILVA - OAB/MA 6.683,

FRANCISCA MEIRE SILVA SOUSA - OAB/MA 9.929,

FRANCINEIDE NOUGUEIRA CAMDEIRA - OAB/MA 16.375,

JOSÉ DE RIBAMAR OLIVEIRA CARVALHO, OAB/MA 3.349,

KARINE PERE DA SILVA SARMENTO - OAB/MA 8.428,

EVANDRO COSTA PEREIRA - OAB/MA 9.172,

MARIO DOS REIS COELHO JUNIOR - OAB/MA 18.792,

ERIVELTON LAGO - OAB/MA 4.690,

JEZANIAS DO REGO MONTEIRO - OAB/MA 4.161,

MARINEL DUTRA DE MATOS - OAB/MA 7.517,

MAURO HENRIQUE FERREIRA GONCALVES SILVA - OAB/MA 7.930,

MICHAEL ECEIZA NUNE - OAB/MA 7.619,

SANDRA GONCALVES MACEDO - OAB/MA 5.514-A,

GUILHERME HENRIQUE GUIMARAES OLIVEIRA - OAB/MA 15.897-A,

JOAO BISPO SEREJO FILHO - OAB/MA 9.737,

VALDENIO NOGUEIRA CAMINHA - OAB/MA 5.835,

ANTONIO EDUARDO SILVA MENDES - OAB/MA 7.371,

CAMILA ARAUJO MARTINS - OAB/MA 14.749,

LUCIANA SARNEY ALVES DE ARAUJO COSTA GOMES - OAB/MA 13.980,

AMANDA ALMEIDA WAQUIM - OAB/MA 10.686,

ANNE KAROLE SILVA FONTENELLE DE BRITTO - OAB/MA 5.127,



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Conselho Seccional do Maranhão

Telefones: 2107-5454 e-mail:comissão.eleitoral@oabma.org.br

TAYANE MARTINS ALMEIDA OLIVEIRA - OAB/MA 12.446,
CLAUDIA FERREIRA FONTINHAS NOGUEIRA DA CRUZ - OAB/MA 17.686,
DANILO SILVA DA CANHOTA - OAB/MA 10.126,
LUCIMARY SANTOS PINTO - OAB/MA 14.319.

CONSELHO SECCIONAL SUPLÊNCIA:

SKARLATH HOHARA ALMEIDA DA SILVA - OAB/MA 18.079,
FERNANDO LUCAS LIMA DA SILVA - OAB/MA 19.077,
CARLOS ALUISIO DE OLIVEIRA VIANA, OAB/MA 9.555,
LUCAS DE SOUZA GAMA - OAB/MA 10.307,
ROMARIO RICARDO REIS SOARES - OAB/MA 13.608,
MARIA AUCIMERE SOARES FLORENTINO - OAB/MA 5.224,
NATHUSA DE FATIMA TORRES CHAVES - OAB/MA 8.032,
ALBA MARIA D'ALMEIDA LINS - OAB/MA 4.211,
ANTONIO REIS DA SILVA, OAB/MA 6.671-A,
JAILTON SOARES ALMEIDA - OAB/MA 9.809,
ELMARY MACHADO TORRES NETO - OAB/MA 9.395,
ISAAC FEITOSA DA SILVA - OAB/MA 11.437,
LALLESK ROLIM MESQUITA - OAB/MA 16.794,
FRANCISCO DE ASSIS DE ASSUNCAO MORAIS FILHO - OAB/MA 11.418-A,
EMANUELY ABREU LIMA LOBO - OAB/MA 15.699,
FELIPE VIDIGAL CANTANHEDE - OAB/MA 8.209,
IDAELCIO SOUSA MENDONCA JUNIOR - OAB/MA 8.929,
RAIMUNDO EVERARDO RODRIGUES JUNIOR - OAB/MA 7.553,
SERGIO ROBERTO ARANHA PINHEIRO - OAB/MA 7.554,
SERGIO FELIPE DE MELO SILVA - OAB/MA 19.390,
MARIANA PEREIRA NINA - OAB/MA 13.051,
ISABEL SIMONE CLARK MARTINS - OAB/MA 12879-A,
FABIANA DE MELO RODRIGUES - OAB/MA 9.565,
ANA CARINA SARAIVA CASTRO - OAB/MA 15.899,
MARIA DA GLORIA COSTA GONCALVES DE SOUSA AQUINO - OAB/MA 6399-A,
MILLA CRISTINA MARTINS DE OLIVEIRA - OAB/MA 8.576,
MARUZZA LESSANDRA FONSECA TEIXEIRA - OAB/MA 11.810,
PATRICIA GOMES SANTIAGO - OAB/MA 15.881,
PABLO SAVIGNY DI MARANHÃO VIEIRA MADEIRA - OAB/MA 12.895,
DANIEL LOPES PIRES XAVIER TORRES - OAB/MA 20.721-A,
MARCIA HADAD TRINTA - OAB/MA 18.248,
CAROLINE BARBOSA ALVES - OAB/MA 22.954,
LUIZ AUGUSTO BONFIM NETO SEGUNDO - OAB/MA 11.449,
SONIA MARIA LOPES COELHO - OAB/MA 3.811.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Conselho Seccional do Maranhão

Telefones: 2107-5454 e-mail:comissão.eleitoral@oabma.org.br



CAIXA DE ASSISTENCIA DOS ADVOGADOS:

IVALDO CORREA PRADO FILHO, OAB/MA 11.542 – **PRESIDENTE**,
ALYNNA SILVA DE ALMEIDA, OAB/MA 12.594 – **VICE PRESIDENTE**,
MARIANA FAGUNDES SERRA, OAB/MA 12.352 – **SECRETÁRIA GERAL**,
ERICA DA SILVA CARIOLANO, OAB/MA 11.433 – **SECRETÁRIA ADJUNTA**,
ANTONIO MARCOS ALVES MATOS, OAB/MA 8.753 – **TESOUREIRO**

CAIXA DE ASSISTENCIA DOS ADVOGADOS – SUPLENTE:

POLYANA CAROLINA CIRQUEIRA BARATA - OAB/MA 11.649
EMERSON DE MACEDO GALVAO - OAB/MA 12.370
FERNANDO DA SILVA FURTADO - OAB/MA 10.990.

SUBSECÃO DE ACAILANDIA-MA

FILIFE FRANCISCO SANTOS DE ANDRADE, OAB/MA 10.318 – **PRESIDENTE**,
GABRIELA CECILIA PEREIRA NOLASCO, OAB/MA 15.556 – **VICE PRESIDENTE**,
ERIK VANESSA DA SILVA CHAVES, OAB/MA 16.605 – **SECRETÁRIA GERAL**,
MICHELINÉ DIAS XAVIER, OAB/MA 12.274 – **SECRETÁRIA GERAL ADJUNTA**, UBALDO CARLOS
NOVAES SILVA FILHO, OAB/MA 16.109 – **TESOUREIRO**.

CONSELHEIROS TITULARES:

JOSE ANTONIO BRAGA SEIXAS JUNIOR - OAB/MA 10.666,
ISRAEL DE OLIVEIRA E SILVA - OAB/MA 7.092,
RAIMUNDINHA LUCAS DE ANDRADE - OAB/MA 17.822,
WELLINGTON NASCIMENTO ALVES SANTOS - OAB/MA 18.960,
LUIA KAROLINE LIMA SANTIAGO - OAB/MA 17.407.

CONSELHEIROS SUPLENTE:

CLEBER SILVA SANTOS - OAB/MA 14.506,
CHIARA RENATA DIAS REIS - OAB/MA 19.255,
DIEGO ARMANDO GUIMARAES LOBATO - OAB/MA 16.078.

SUBSECÃO DE BACABAL-MA

ANDREIA DA SILVA FURTADO, OAB/MA 6.491, **PRESIDENTE**
GILBERTO JUNIOR SOUSA LACERDA, OAB/MA 8.105 -**VICE-PRESIDENTE**
VALMIR HENRIQUE GARCIA ARRAES, OAB/MA 8.551 - **SECRETÁRIO-GERAL**
ADMIR DA SILVA LIMA - OAB/MA 15.331 - **SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO**
JAQUELINE MONTEIRO SILVA, OAB/MA 12.564 -**TESOUREIRA**.

CONSELHEIROS TITULARES:

RHAFISA CINTRA UCHOA MARANHÃO - OAB/MA 7.743
DINARA CONCEICAO OLIVEIRA CARVALHO - OAB/MA 13.403
GILSON AREA LEO LIMA - OAB/MA 4.232



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Conselho Seccional do Maranhão

Telefones: 2107-5454 e-mail: comissão.eleitoral@oabma.org.br

ANTONIO VILMARIO DE OLIVEIRA - OAB/MA 5.475-A
JOSE DE RIBAMAR VIANA - OAB/MA 8.521
MARIZE HENRIQUE SANTANA - OAB/MA 18.590
LUANA COSTA OLIVEIRA LUSTOZA - OAB/MA 9.592-A
APOLIANA PEREIRA COSTA MEDEIROS - OAB/MA 11.466
JURACI GOMES BANDEIRA - OAB/MA 3.457
CARLOS ANDRE MARQUES DA COSTA - OAB/MA 14.759
CÉLIA REGINA DA SILVA OLIVEIRA SANTOS - OAB/MA 15.380
RAYENNE DALFRAN FERNANDES - OAB/MA 11.580
RODOLPHO MAGNO POLICARPO CAVALCANTI - OAB/MA 12.730.

CONSELHEIROS SUPLENTES:

PAULA DA SILVA SANTOS - OAB/MA 18.798
SAMILLE SILVA ARAÚJO - OAB/MA 15.887
RAIMUNDA ARAUJO DA COSTA - OAB/MA 19.445
SEBASTIÃO MOREIRA MARANHÃO JUNIOR, OAB/MA 11.65
MÁRCIO LIMA SILVA - OAB/MA 13.052
JAMES HENRIQUE MARTINS - OAB/MA 16.869.

SUSECÃO DE BALSAS-MA

HELCRISIA DE JESUS ALVES SOUSA, OAB/MA 7.857 – **PRESIDENTE**
GERSON AKIHIRO KURAMOTO, OAB/MA 6.759 – **VICE PRESIDENTE**
EVANUSIA BARROS FERREIRA, OAB/MA 11.867 – **SECRETARIA GERAL**
RENATA DA SILVA SOUZA, OAB/MA 15.978 – **SECRETÁRIA GERAL ADJUNTA**
CRISTIANO REGO COELHO, OAB/MA – **TESOUREIRO.**

CONSELHEIROS TITULARES:

EDILSON ROCHA RIBEIRO, OAB/MA 4.969
LILLIAN MARTINS QUEIROZ, OAB/MA 14.878
ABYSONN LOPES DE OLIVEIRA, OAB/MA 22.985
AGNALDO COELHO DE ASSIS, OAB/MA 12.120
RAYSSA MARIA QUEIROZ CAPUCHINHO, OAB/MA 17.468
PATRÍCIA PONTES DO NASCIMENTO, OAB/MA 16.893
ILANY CARDOSO DOS SANTOS, OAB/MA 14.658
DEIVID MARTINS DE SAMPAIO, OAB/MA 10137-A
MIDJIE KELLI DA SILVA PASSOS, OAB/MA 18.002
ECKSON MASCARENHAS BATISTA, OAB/MA 9.501.

CONSELHEIROS SUPLENTES:

ERISVAN DE SOUSA SILVA, OAB/MA 18.420
ERIKA MARIA FERREIRA DE OLIVEIRA, OAB/MA 16.989
SAMARA DA CONCEIÇÃO LEITE, OAB/MA 11.855
LUCEANDRO GUIMARAES LOPES, OAB/MA 9.822
GEORGIO MIRANDA MAIA, OAB/MA 10.796.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Conselho Seccional do Maranhão

Telefones: 2107-5454 e-mail: comissão.eleitoral@oabma.org.br

SUBSECÃO DE BARRA DO CORDA-MA

FERNANDO LIMA SOUSA - OAB/MA 6.318 – **PRESIDENTE**
MARIA GILNETES NASCIMENTO - OAB/MA 6.764 – **VICE PRESIDENTE**
KEDMA CRISTINA RODRIGUES DE LIMA - OAB/MA 9.924 – **SECRETÁRIA GERAL**
EMILLY DANIELLY GOMES ARAUJO - OAB/MA 15.391 – **SECRETÁRIA GERAL**
ADJUNTA,
PEDRO WYLKLEN LIMA DE ALMEIDA - OAB/MA 22.381 – **TESOUREIRO.**

SUBSECÃO DE BARREIRINHAS-MA

MARCIA MILENA CORREA NUNES, OAB/MA 14.345 – **PRESIDENTE**
RAFIZA SODRE BUHANTEN, OAB/MA 14.408 – **VICE PRESIDENTE**
AIRTON PAULO DE AQUINO SILVA, OAB/MA – **SECRETÁRIO GERAL**
KELSON VERAS SILVA, OAB/MA 11.256 – **SECRETÁRIO GERAL ADJUNTO**
WALLECE PEREIRA DA ROCHA, OAB/MA 12.453 – **TESOUREIRO.**

SUBSECÃO DE CAXIAS-MA

AMANDA GLAUCA CHAVES MESQUITA, OAB/MA 14.711 – **PRESIDENTE**
ERINALDO FERREIRA DA SILVA, OAB/MA 9.396 – **VICE PRESIDENTE**
ANGELA FRANCISCA RODRIGUES DE SOUSA, OAB/MA 11.143 – **SECRETÁRIA GERAL**
MAURICIO DA SILVA LIMA, OAB/MA 16.231 – **SECRETÁRIO GERAL ADJUNTO**
EMILIA EVANGELINA SILVA MACHADO, OAB/MA 10.460 – **TESOUREIRA.**

CONSELHEIROS TITULARES:

TACITA PEREIRA RIOS - OAB/MA 10.943
MADSON LUIZ SILVA CARVALHO - OAB/MA 10.518
MALBA TAHAN LIMA SANTOS - OAB/MA 12.393
FRANK AGUIAR RODRIGUES - OAB/MA 10.232.

CONSELHEIROS SUPLENTE:

VICTOR AUGUSTO SALAZAR DE SOUSA - OAB/MA 17.236
NADIA CLEOCIANE FERREIRA SOUZA - OAB/MA 11.282.

SUBSECÃO DE CHAPADINHA-MA

LOURIVAL SOARES DA SILVA FILHO, OAB/MA 19.073 – **PRESIDENTE**, OBERDAN GALVÃO DA SILVA, OAB/MA 11.348 – **VICE-PRESIDENTE**, MEUSEANA ALMEIDA DOS REIS, OAB/MA 6.657 – **SECRETÁRIO GERAL**, GILMARA LIMA DE ALMEIDA, OAB/MA 6.782 – **SECRETÁRIO GERAL**, ROGÉRIO MONTEIRO CASTELO BRANCO, OAB/MA 15.473 – **TESOUREIRO.**

CONSELHEIROS TITULARES:

AUDESON OLIVEIRA COSTA - OAB/MA 11.417, RODRIGO MENDES SOUZA BARROS - OAB/MA 19.388, FRANCISCO PESTANA GOMES DE SOUSA JUNIOR - OAB/MA 3.917, JOSÉ RAIMUNDO SILVA



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Conselho Seccional do Maranhão

Telefones: 2107-5454 e-mail: comissão.eleitoral@oabma.org.br

CARNEIRO - OAB/MA 11.968, LUCIANO DE CARVALHO PEREIRA - OAB/MA 5.328, NORMA SOUZA DA SILVA - OAB/MA 12.991, TATIANA MOREIRA DE AGUIAR MORAES - OAB/MA 9.306, PATRÍCIA FORMIGA DOS SANTOS ANDRADE - OAB/MA 13.486.

CONSELHEIROS SUPLENTE:

ANNE KAROLLYNNE MUNIZ ROCHA - OAB/MA 19.191, NATÁLIA DOS SANTOS MENESES - OAB/MA 17.058, ROSIVAN DA COSTA SOUSA - OAB/MA 9.711, BRUNA LIMA SILVA - OAB/MA 13.395, FERNANDA MARTINS FIGUEIREDO ATTEM - OAB/MA 17.786.

SUBSECÃO DE CODO-MA

HOMULLO BUZAR DOS SANTOS, OAB/MA 12.799 – **PRESIDENTE**

DENISE MIRANDA RODRIGUES, OAB/MA 12.882 – **VICE PRESIDENTE**

NOELSON FRANCISCO COSTA PEREIRA LIMA FILHO, OAB/MA 12.882 – **SECRETÁRIO GERAL**

FERNANDA RITHYELLY PEREIRA RODRIGUES, OAB/MA 13.281 – **SECRETÁRIA GERAL ADJUNTA**

JOSE ANTONIO BARROS FILHO, OAB/MA 11.419 – **TESOUREIRA.**

CONSELHEIROS TITULARES:

GLEYSON ROBERT CANTANHEDE PAIVA FRAZAO - OAB/MA 18.370

CONSELHEIROS SUPLENTE:

LEANNA MARIA SERENO MARANHÃO AZEVEDO - OAB/MA 12.050

JAIRA LUCIA DE SOUSA RODRIGUES - OAB/MA 17.213

ANTONIO JOSE OLIVEIRA DE CARVALHO JUNIOR - OAB/MA 18.262

FLOR DE MARIA ARAUJO MIRANDA - OAB/MA 14.632.

SUBSECÃO DE ESTREITO-MA

ROBERTO ARAUJO DE OLIVEIRA - OAB/MA 7.495- **PRESIDENTE**

ALESSANDRA CRISTIANE DE SOUZA BALEEIRO - OAB/MA 12.241-A **VICE-PRESIDENTE,**

REINALDO RODRIGUES ANDRADE - OAB/MA 15.099-A **SECRETÁRIO GERAL**

LUCAS VASCONCELOS LACERDA DE PAULA - OAB/MA 14.553- **SECRETÁRIO GERAL ADJUNTO**

NATHALIA BORGES - OAB/MA 15.041 – **TESOUREIRA.**

CONSELHO SECCIONAL:

WALTER ALVES ANDRADE NETO - OAB/MA 7.047

KEILA ALVES DE SOUSA FONSECA - OAB/MA 7.742-A

VAGNO DOS SANTOS SILVA - OAB/MA 16.676-A

LAIS SOUSA FARIA - OAB/MA 17.814

VICTORIA VIANA MIRANDA - OAB/MA 19.546

LUIS GUSTAVO SILVA CARVALHO - OAB/MA 10.276

THAIS SANTOS MARINHO - OAB/MA 21.286.

SUBSECÃO DE GRAJAU-MA



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Conselho Seccional do Maranhão

Telefones: 2107-5454 e-mail: comissão.eleitoral@oabma.org.br

SUELY LOPES SILVA, OAB/MA 3.454, **PRESIDENTE**
BENY PINHEIRO DA SILVA SARAIVA FILHO, OAB/MA 4.902, **VICE PRESIDENTE**
DANILO COSTA SILVA, OAB/MA 14.113, **SECRETÁRIO GERAL**
JOSE JOAQUIM DA SILVA REIS, OAB/MA 9.719, **SECRETÁRIO GERAL ADJUNTO**
LUCIANA DE SOUZA RAMOS, OAB/MA 9.769, **TESOUREIRA.**

CONSELHEIROS TITULARES:

ADMIEL GOMES NETO - OAB/MA 6.311
KARLA RIBEIRO MATOS - OAB/MA 13.739
JOAO BATISTA SANTOS GUARA - OAB/MA 2.565
LUSILENE SANTOS REIS - OAB/MA 19.764.

CONSELHEIROS SUPLENTE:

JUAREZ SANTANA DOS SANTOS - OAB/MA 11.735
CLAUDIA VIANA SCHREINER CHAVES - OAB/MA 11.864
JESSICA OLIVEIRA DE MORAES - OAB/MA 18.524.

SUBSEÇÃO DE IMPERATRIZ-MA, CHAPA 31 "UNIDOS PELA ADVOCACIA"

BRUNO GUILHERME DA SILVA OLIVEIRA, OAB/MA 8.064-A – **PRESIDENTE**
THAIS ALEXANDRA LOPES DOS SANTOS, OAB/MA 6.376 – **VICE – PRESIDENTE**
GUILHERME HENRIQUE CHAVES DE ALMEIDA, OAB/MA 13.587 – **SECRETÁRIO GERAL**
ALANA CARLOS FERREIRA DUARTE, OAB/MA 16.070 – **SECRETÁRIA GERAL ADJUNTA**
JEFFERSON FERRAZ VASCONCELOS, OAB/MA 8.597 – **TESOUREIRO.**

CONSELHEIROS TITULARES:

LINDOMAR SILVA DE SOUSA - OAB/MA 12.474
ANTÔNIO ALVES DE SOUZA JÚNIOR - OAB/MA 8.609
EDUARDO SOARES BUTKOWSKY - OAB/MA 13.237
JOSÉ SOUSA AMÂNCIO - OAB/MA 16.613
RONALDO JORGE FERREIRA COSTA - OAB/MA 17.423
JOSÉ SALES RIBEIRO JÚNIOR - OAB/MA 9.503
FABRÍCIO ALVES DE SOUSA - OAB/MA 14.514
LUÍS GOMES LIMA JÚNIOR - OAB/MA 8.599
ELISÂNGELA CONCEIÇÃO SILVA - OAB/MA 5.424
KARLA ARAÚJO SILVA, OAB/MA 15.032
KELMA SOCORRO COSTA SALES, OAB/MA 16.088
ANNE HARLLE LIMA DA SILVA MORAES, OAB/MA 8.591
SUELLEN KASSYANNE SOUSA LIMA ARAÚJO, OAB/MA 13.915.

CONSELHEIROS SUPLENTE:

JOSE ILDETRONE RODRIGUES, OAB/MA 14.545
THALLYANE BARROS CASTRO LUCENA, OAB/MA 13.523
SOYAN CYNTHIAN DE AQUINO SOUSA MOREIRA, OAB/MA 14.582
SARA HELLEN SILVA MARTINS, OAB/MA 19.541
MARIA MARCILEIA RIBEIRO GUIDA, OAB/MA 12.921



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Conselho Seccional do Maranhão

Telefones: 2107-5454 e-mail: comissão.eleitoral@oabma.org.br



VERA GERMANA GOMES VIANA MARINHO OLIVEIRA - OAB/MA 11.486.

SUBSECÃO DE PEDREIRAS-MA

EDUARDO DIAS FERRO, OAB/MA 12.010 – **PRESIDENTE**

BIANCA VIEIRA DE SOUSA MELO, OAB/MA 12.335 – **VICE PRESIDENTE**

MARIA DE JESUS LUCENA DE OLIVEIRA, OAB/MA 12.113 – **SECRETÁRIA GERAL**

JOSE RIBAMAR FERNANDES COSTA JUNIOR, OAB/MA 12.337 – **SECRETÁRIO GERAL ADJUNTA**

TALYSON DE MEDEIROS MELO, OAB/MA 12.722 – **TESOUREIRO**

SUBSECÃO DE PINHEIRO-MA

RUTTERRAN SOUZA MARTINS, OAB/MA 9.157 – **PRESIDENTE**

GRACILANDIA DE CARVALHO FROZ, OAB/MA 11.234 – **VICE PRESIDENTE**

BENTO VIEIRA SOBRINHO, OAB/MA 14.065 – **SECRETÁRIO GERAL**

FABIANNE RIANNY GONZAGA SERRAO, OAB/MA 13.698 – **SECRETÁRIA GERAL ADJUNTA**

MARIA LAURIANNE MORAES DIAS, OAB/MA 12.525 – **TESOUREIRA**.

CONSELHEIROS TITULARES:

LAUA CAMPOS QUEIROZ - OAB/MA 17.930

JOSE DE ALENCAR MACEDO ALVES - OAB/MA 2.621

FERNANDO CAMPOS DE AS - OAB/MA 12.901

NEMUEL MAYCON SERRA LINDOSO - OAB/MA 9.913

TIAGO LIMA DE BRITO - OAB/MA 17.947

ANDRESSA MORAES DE ALMEIDA - OAB/MA 10.739

IDEILRES ALVES DA SILVA - OAB/MA 15.352

NATHALLY DOS ANJOS PEREIRA DE OLIVEIRA - OAB/MA 14.935

PAMELA SUEN FONSECA MINEIRO PEREIRA - OAB/MA 18.441.

CONSELHEIROS SUPLEMENTARES:

JULIETTE TAINA CAMPOS CASTRO - OAB/MA 11.635

JOELMA GOMES COSTA SILVA - OAB/MA 11.029

MARIA IVONE SANTOS SILVA OLIVEIRA - OAB/MA 6.641-A

SUELI PEREIRA DIAS - OAB/MA 6.834

FABIO COSTA PINTO - OAB/MA 9.227

GUILHERME LOPES NOGUEIRA ALMEIDA - OAB/MA 11.411-A

JOSE ANTONIO SANTOS VILELA - OAB/MA 13.427

ANTONIO CARLOS RODRIGUES VIANA - OAB/MA 5.358.

SUBSECÃO DE PRESIDENTE DUTRA-MA

EDER DA SILVA LIMA, OAB/MA 8.451 – **PRESIDENTE**

CARLOS EDUARDO ARAUJO DE CARVALHO, OAB/MA 8.419 – **VICE PRESIDENTE**



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Conselho Seccional do Maranhão

Telefones: 2107-5454 e-mail:comissão.eleitoral@oabma.org.br

LETICIA GOMES GONCALVES, OAB/MA 11.265 - **SECRETÁRIA GERAL**
BRUNO CARVALHO DOS SANTOS, OAB/MA 11.498 - **SECRETÁRIO GERAL ADJUNTO**
NAYARA OLIVEIRA XAVIER, OAB/MA 16.550 – **TESOUREIRO.**

CONSELHEIROS TITULARES:

LUCIANNY ALVES COSTA - OAB/MA 12.438
DANNILO COSSE SILVA - OAB/MA 11.578
ISADORA LUIZA SARAIVA LINHARES TEXEIRA - OAB/MA 16.319
KASSYO JOSE COSTA LIMA - OAB/MA 13.648.

CONSELHEIROS SUPLENTE:

CELSO AUGUSTO RIBEIRO FURTADO JUNIOR - OAB/MA 10.349
INDIRA REGINA MORAES LIMA SOARES - OAB/MA 11.761-A
ANNA CAROLINE DA SILVA SILVA - OAB/MA 19.404-A
KEWERTON LUNA FERREIRA DE SOUZA - OAB/MA 17.240
JOELMA RAMOS TORRES - OAB/MA 14.247.

SUBSEÇÃO DE SANTA INES-MA

ERRICO EZEQUIEL FINIZOLA CAETANO - OAB/MA 9.403-A – **PRESIDENT**
FLAVIA RIBEIRO BRITO RODRIGUES - OAB/MA 7.418 – **VICE PRESIDENTE**
FERNANDA VENTURA BANDEIRA - OAB/MA 16.188 – **SECRETÁRIA GERAL**
FRANCINETE DE MELO RODRIGUES - OAB/MA 13.356 – **SECRETÁRIA GERAL ADJUNTA**
HILTON JOVITA DE SOUSA FILHO - OAB/MA 18.119 – **TESOUREIRO.**

CONSELHEIROS TITULARES:

AUGUSTO CARLOS BATALHA COSTA - OAB/MA 17.143
ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA FILHO - OAB/MA 8.007
EDINEY VAZ CONCEICAO - OAB/MA 13.343
KASSIO JORGE DE CARVALHO GUILHON ROSA - OAB/MA 12.087
MARIA LUCIA DA SILVA VERA BARROS - OAB/MA 16.440
LUANA DIOGO LIBERATO - OAB/MA 16.156
LUANNA CRISTHYNA SILVEIRA COSTA SILVA - OAB/MA 11.266
JANICE LEITE ARAUJO - OAB/MA 13.421.

CONSELHEIROS SUPLENTE:

HAROLDO CLAUDIO DOS SANTOS DIAS - OAB/MA 6.362
ELIEDERSON SOUZA DOS SANTOS - OAB/MA 9.506
FABRICIO DA COSTA CARDOSO - OAB/MA 19.358
MASIELI BRANDAO LOPES - OAB/MA 9.772
POLYANA ANDRADE DA SILVA - OAB/MA 13.487
THALYTA MARIA LOPES DE CASTRO LIMA - OAB/MA 17.720
SIMONE RODRIGUES DE SOUZA - OAB/MA 13.172
JOSE RORIZ NETO - OAB/MA 15.233.

SUBSECAO DE SÃO JOAO DOS PATOS-MA, CHAPA 25 "ORDEM EM PROGRESSO"



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Conselho Seccional do Maranhão

Telefones: 2107-5454 e-mail: comissão.eleitoral@oabma.org.br

LAISA CHRISTHIANY DA SILVA RIBEIRO - OAB/MA 5.335 – PRESIDENTE
ALLYSSON CARVALHO CRUZ BRITO - OAB/MA 12.700-A VICE PRESIDENTE
RAYZA GRAZIELLE TEIXEIRA AIRES DOS SANTOS - OAB/MA 14.966 – SECRETÁRIA GERAL
JOSIVALDO NOBERTO DE LIRA - OAB/MA 12.638-A – SECRETÁRIO GERAL ADJUNTO
FERNANDA FERNANDES GUIMARAES - OAB/MA 10.552 – TESOUREIRA.

CONSELHEIROS TITULARES:

EURISBETH ARAUJO SILVA BARBOSA - OAB/MA 16.995
LUCIA DINIZ GONCALO DE SOUSA - OAB/MA 22.860-A
VERONICA DA SILVA CARDOSO - OAB/MA 21.512
HILDENGUEDSON RIBEIRO DIAS - OAB/MA 18.706
VINICIUS CORTEZ BARROSO - OAB/MA 17.199-A
LUIZ FELIPE DA SILVA FREITAS - OAB/MA 20.611-A
GULLIT VINICIUS SILVA BARROS - OAB/MA 14.814.

SUBSECÃO DE TIMON-MA

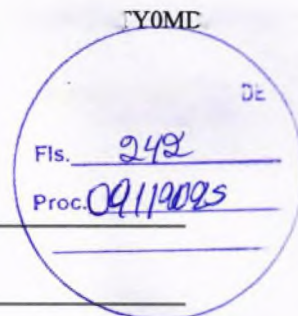
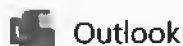
RAFAEL MILHOMEM DE SOUSA, OAB/MA 13.960, PRESIDENTE
SARAESSE DE LIMA ARAUJO, OAB/MA 22.917, VICE PRESIDENTE
EDUARDO LOIOLA DA SILVA, OAB/MA 11.773-A, SECRETÁRIO GERAL
JAYRON PEREIRA DOS SANTOS, OAB/MA 17.573-A, SECRETÁRIO GERAL ADJUNTO
ELENICY PEREIRA BATISTA, OAB/MA 12.264, TESOUREIRA.

CONSELHEIROS TITULARES:

LUCAS PADUA OLIVEIRA - OAB/MA 12.262-A
MARCELO MARTINS DA SILVA - OAB/MA 19510-A
ALEXANDRE DA COSTA SILVA BARBOSA - OAB/MA 11.109-A
MAURICIO ALVES DA SILVA - OAB/MA 23.005-A
MONICA FERREIRA DE SOUSA MENEZES - OAB/MA 23.003-A
RAYANE CARNEIRO DE SOUZA - OAB/MA 17.952-A
CLAUDIA ELIEZA GOMES RIBEIRO - OAB/MA 18.688
PATRICIA BARBOSA ARAUJO DOS SANTOS - OAB/MA 20.261-A
AMANDA GABRIELLE DO NASCIMENTO SANTOS - OAB/MA 22.475-A.

CONSELHEIROS SUPLENTES:

DAIANE RIBEIRO COSTA - OAB/MA 17.204
KATEUINNY DE OLIVEIRA DE SOUSA - OAB/MA 18.482
ORMELIA MACEDO ANTUNES DE MENEZES - OAB/MA 17.895-A
PAULA TERESA MEDEIROS CASTRO - OAB/MA 17.232
FLUIMAN FERNANDES DE SOUZA - OAB/MA 12.986-A
RONALDO PEINHEIRO DE MOURA - OAB/MA 17.198-A
THIAGO ADRIANO OLIVEIRA SANTOS GUIMARAES - OAB/MA 19.618-A
DARIO SERGIO MAURIZ DE GALIZA - OAB/MA 22.656-A.



Notificação de matrícula processada

De PUC Minas Virtual <ead.secpos@pucminas.br>

Data Sex, 08/03/2019 14:38

Para mariananina_14@hotmail.com <mariananina_14@hotmail.com>

Estimado (a) Aluno (a),

A PUC Minas Virtual informa que sua matrícula para o curso Direito Eleitoral foi realizada com sucesso.

Seus dados para acesso ao "SGA Alunos" e "CANVAS", tal como outras informações necessárias para o início do curso serão enviadas em breve.

Desde já agradecemos a atenção e nos colocamos a disposição para prestar maiores informações através da nossa Central de Atendimentos pelo telefone (31) 3319-4444.

Muito obrigado por escolher a PUC Minas!

Secretaria Acadêmica

Núcleo de Educação a Distância

PUC Minas Virtual



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL DO MARANHÃO
IDENTIDADE DE ADVOGADO

INSCRIÇÃO: 13051

NOME:
MARIANA PEREIRA NINA

FILIAÇÃO:
HERACLITO NINA
JUCÉLIA APARECIDA PEREIRA NINA

NATURALIDADE:
SANTOS-SP

DATA DO REGISTRO:
15/08/1990

RG:
0200106428493 - SSP

CPF:
055.208.013-30

DATA DE EXPIRAÇÃO DO REGISTRO:
01/03/2020

DECLARAÇÃO DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE:
NÃO DECLARADO

MÁRIO DE ANDRÉ NACENHA
PRESIDENTE

TEM FE PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 11799460

USO OBSERVADO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(ART. 1º DA LEI Nº 8.950/94)

OPORTUNIDADE DE EXERCÍCIO

ASSINATURA

RESERVAÇÃO





RODRIGO REIS COSTA
Advogado, OAB/MA 17.300

Contato: (98) 98160-5338/ (98) 98561-1558 | rodrigo-r.c@hotmail.com

FORMAÇÃO ACADEMICA

- Bacharel em Direito pela Faculdade Estácio de São Luís/MA - Colação de grau em 12/04/2017.
- Especialização em Direito Eleitoral pela Escola Superior de Advocacia do Maranhão (ESA/OABMA), em andamento.
- Especialização em Advocacia Municipal e Gestão Pública pela Escola Superior de Advocacia do Maranhão (ESA/OABMA), em andamento.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS

- **Daniel Leite Advogados Associados**
- **Cargo:** Advogado
- **Período:** a partir de abril de 2017;

Atividades: Atuando na área de Direito Público Municipal em defesa dos municípios clientes do escritório, elaborando peças processuais, pareceres consultivos, realizando atendimento e assessoramento aos procuradores municipais, secretários e prefeitos; realização de audiências (conciliação, instrução e julgamento) no âmbito administrativo e contencioso judicial; inclusive em órgãos de controle como Tribunais de Contas. Atuando também no âmbito do Direito Eleitoral nas Eleições de 2020, 2022 e 2024.

- **Município de Amarante do Maranhão - MA**
- **Cargo:** Procurador Geral do Município
- **Período:** fevereiro de 2023 a maio de 2024; julho de 2024 a dezembro de 2024

Atividades desenvolvidas: Consultoria e assessoramento jurídico e técnico-legislativo do Poder Executivo; representação do município judicial e extrajudicialmente; elaborar, redigir, estudar e examinar anteprojeto de lei, decretos e regulamentos, assim como elaborar minutas de contratos, escrituras, convênios e de quaisquer atos jurídicos; regularização de atos administrativos, execução de atividades compatíveis conferidas por Lei e regulamentos municipais, agindo sempre sob a égide dos princípios da legalidade, moralidade e da indisponibilidade dos interesses públicos.

Município de São Pedro da Água Branca – MA

Cargo: Procurador Geral do Município
Período: maio de 2024 até junho de 2024

Atividades desenvolvidas: : Consultoria e assessoramento jurídico e técnico-

legislativo do Poder Executivo; representação do município judicial e extrajudicialmente; regularização de atos administrativos, execução de atividades compatíveis conferidas por Lei e regulamentos municipais, agindo sempre sob a égide dos princípios da legalidade, moralidade e da indisponibilidade dos interesses públicos.

Município de Alto Alegre do Pindaré - MA

Cargo: Assessor Jurídico - Advogado

Período: janeiro de 2021 a janeiro de 2023.

Atividades desenvolvidas: Elaborar pareceres jurídicos fundamentados; opinar, previamente, sobre a legalidade de atos administrativos; elaborar e revisar documentos legais; realizar pesquisas e análises jurídicas; garantir a conformidade legal; acompanhar processos judiciais e administrativos



PORTARIA

PORTARIA Nº 084/2024 – Nomeação do Sr. RODRIGO REIS COSTA para o Cargo de Procurador do Município de São Pedro da Água Branca/MA.

DE NOMEAÇÃO PARA O CARGO DE
PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE SÃO
PEDRO DA ÁGUA BRANCA/MA.

MARÍLIA GONÇALVES DE OLIVEIRA,
Prefeita Municipal de São Pedro da Água
Branca, no uso de suas atribuições constitucionais
e legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr. RODRIGO REIS COSTA, brasileiro, portador do RG nº. 0261579620031 SESP/MA e do CPF nº. 057.070.883-42, para o cargo de PROCURADOR, lotado na Procuradoria-Geral do Município, com subordinação técnica administrativa à Secretaria Municipal de Administração desta Prefeitura de São Pedro da Água Branca/MA, a partir do dia 20 de maio de 2024.

Art. 2º. Revoga-se as disposições em contrário.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

São Pedro da Água Branca/MA, Gabinete da Prefeita, 20 de maio de 2024.

MARÍLIA GONÇALVES DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
CONTROLADOR GERAL
Código identificador: \$oSZ5bpMYgn

Secretaria de Infra Estrutura

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 059/2024, assinado em 08/04/2024.

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de combustível para atender as demandas da administração pública. Processo Administrativo nº 023/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 005/2022. CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Serviços Urbanos, CNPJ nº 01.613.956/0001-21, CONTRATADO: R J ERICEIRA COMBUSTIVES LTDA, CNPJ nº 22.962.786/0001-60. Valor Global: R\$ 296.028,600 (duzentos e noventa e seis mil, vinte e oito reais e sessenta centavos). Vigência Inicial: 8 de Abril de 2024. Vigência Final: 8 de Julho de 2024. Marília Gonçalves de Oliveira . São Pedro da Água Branca - MA, 8 de Abril de 2024.

Publicado por:

CONTROLADOR GERAL

Código identificador: jvijzddgbd20240527130535

AVISO DE LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA -
ELETRÔNICO Nº 006/2024.

A Prefeitura Municipal de São Pedro da Água Branca – MA, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações posteriores, da Lei Complementar n.º 123/2006 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, licitação na modalidade Concorrência - Eletrônica, do tipo Menor Preço Global, objetivando seleção da proposta mais vantajosa visando o registro de preços para eventual e futura contratação de empresa para execução de serviços de execução de obra de artes (bueiros) em diversos trechos do município de São Pedro da Água Branca-MA , para atender as demandas da secretaria municipal de obras, transportes e serviços urbanos, conforme especificações, quantidades e condições contidas no projeto básico descrito no edital e seus anexos. A sessão será realizada através do Portal de Compras Públicas, pelo endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, com data de abertura agendada para 12 de junho de 2024 às 13:00. O



GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA

VANDERLY

GOMES MIRANDA PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por: Guilherme Viana Carvalho

Código identificador: u43wgoi4gtz20230131140101



Dispõe sobre exoneração de servidor

GABINETE DO PREFEITO PORTARIA Nº 007/2023 - GAP. 30 DE JANEIRO DE 2023. O Prefeito Municipal de AMARANTE DO MARANHÃO, Estado do Maranhão, VANDERLY GOMES MIRANDA, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO decisão liminar em caráter de urgência, proferida nos autos do Processo de nº 0800098-26.2022.8.10.0066, RESOLVE: Art. 1º. Exonerar o Sr. LEÃO III DA SILVA BATALHA, portador da CI/RG nº 034428892007-2 SSP MA e do CPF/MF nº 028.362.683-88, da função que exercia em cargo comissionado de: Procurador Geral do Município, junto à Procuradoria do Município, devendo assim ser considerado a partir desta data. Art. 2º. Esta portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário. Art. 3º. Publique-se no local de costume. Dê-se ciência e cumpra-se. GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE AMARANTE DO MARANHÃO, AOS 30 DIAS DE JANEIRO DE 2023.

____ VANDERLY GOMES MIRANDA PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por: Guilherme Viana Carvalho

Código identificador: kuaguofly20230131140127

Dispõe sobre nomeação de servidor em cargo comissionado

GABINETE DO PREFEITO PORTARIA Nº 008/2023 - GAP. 31 DE JANEIRO DE 2023. O Prefeito Municipal de AMARANTE DO MARANHÃO, Estado do Maranhão, VANDERLY GOMES MIRANDA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE: Art. 1º. Nomear, RODRIGO REIS COSTA, portador da CI/RG nº 26157962003-1 SSP MA e do CPF/MF nº 057.070.883-42, para exercer o cargo de: Procurador Geral do Município, junto à Procuradoria do Município, devendo assim ser considerado a partir desta data. Art. 2º. Esta portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 021/2021-GAP. Art. 3º. Publique-se no local de costume. Dê-se ciência e cumpra-se. GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE AMARANTE DO MARANHÃO, AOS 31 DIAS DE JANEIRO DE 2023.





MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ

01.612.832/0001-21

Av. João XXXIII, s/n - Centro
Estado do Maranhão

AMARJ
IMPEI
Fls. 246
Proc. 09/12035

PORTARIA N° 037/2021

Em 04 de janeiro de 2021.

NOMEIA ADVOGADO DO MUNICÍPIO.

FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO, Prefeito Municipal de Alto Alegre do Pindaré, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, nos termos da Lei Municipal 155/2014, o Senhor **RODRIGO REIS COSTA**, RG 0261579620031/SESP-MA, CPF nº 057.070.883-42, OAB nº 17300, para exercer o Cargo em Comissão de ADVOGADO, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Em 04 de janeiro de 2021.

Francisco Dantas Ribeiro Filho
FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO
Prefeito Municipal

Certidão de Publicação

Certifico para os devidos fins nos termos da Lei Orgânica Municipal e da Lei nº 114/2011 de 15/05/2018, que a presente Portaria foi publicada no Quadro de Avisos da Prefeitura em 04 de janeiro de 2021 e no Diário Oficial do Município, D.O.M.

Marcelo Coêlho Sousa

Secretário Municipal de Administração e Finanças

ESPECIALIZAÇÃO EM ADVOCACIA MUNICIPAL E GESTÃO PÚBLICA



DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que se fizerem necessários que o(a) **RODRIGO** n.º **05707088342**, MATRÍCULA n.º **24005139**, está devidamente matriculado(a) no curso de **ADVOCACIA MUNICIPAL E GESTÃO PÚBLICA**, que teve início em 08 de março de 2024, com previsão de término em março de 2025, em nível de Pós-Graduação Lato Sensu com carga horária total de 360h/a, disciplinada como educação superior nos termos do art. 44, inciso III da Lei de diretrizes e bases da educação nacional (lei 9394/96, promovido e executado Inter institucionalmente pela **Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Maranhão - OAB/MA**, através da **Escola Superior de Advocacia do Maranhão - ESA/MA**, em convênio com a **SVT FACULDADE**.

São Luís, 12 de março de 2025.

Silvio Carlos Leite Mesquita
Diretor-Geral da ESA-OAB/MA



FORTE
FACULDADE



FACULDADE

ESA



ESPECIALIZAÇÃO EM ADVOCACIA ELEITORAL



DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que se fizerem necessários que o(a) **RODRIGO REIS COSTA**, CPF nº **05707088342**, MATRÍCULA nº **23004096**, está devidamente matriculado(a) no curso de **ESPECIALIZAÇÃO EM ADVOCACIA ELEITORAL**, que teve início em 07 de julho de 2023, com previsão de término em março de 2025, em nível de Pós-Graduação Lato Sensu com carga horária total de 360h/a, disciplinada como educação superior nos termos do art. 44, inciso III da Lei de diretrizes e bases da educação nacional (lei 9394/96, promovido e executado Inter institucionalmente pela **Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Maranhão - OAB/MA**, através da **Escola Superior de Advocacia do Maranhão - ESA/MA**, em convênio com a **SVT FACULDADE**.

São Luís, 12 de março de 2025.

Silvio Carlos Leite Mesquita
Diretor-Geral da ESA-OAB/MA



MUNICIPAL DE
MA
248
2009



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DO MARANHÃO
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME
RICARDO REIS COSTA

17300

SERIEÇÃO
RAIMUNDO EULI PEREIRA COSTA
MARIA REGINA DOS SANTOS REIS

NACIONALIDADE
SANTA INÊS-MA

DATA DE NASCIMENTO
05/08/1993

RG
281579620031 - SSP

CNPJ
057.070.893-42

DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS
NÃO DECLARADO

VIA EXPEDIENTE
27/04/2017

THIAGO ROBERTO MORAIS DIAZ
PRESIDENTE



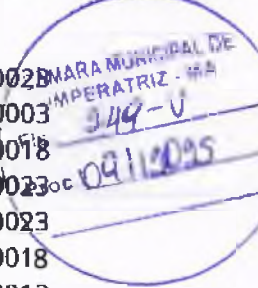
**Poder Judiciário Federal**

Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região

Código de verificação: 76.017.737.208**CERTIDÃO ELETRÔNICA DE ADVOGADO**

Certifica-se, conforme pesquisa no Sistema de Processo Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe) no Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, que até a presente data **CONSTAM** as seguintes 245 ações trabalhistas neste Tribunal Regional com habilitação de THAYRID GADELHA LOUREIRO, inscrição OAB-MA Nº 0013963, OAB-MA Nº 13963:

0016013-31.2025.5.16.0001	0016127-40.2021.5.16.0023	0016266-26.2024.5.16.0010
0016016-72.2024.5.16.0016	0016128-05.2023.5.16.0007	0016267-11.2024.5.16.0010
0016020-11.2021.5.16.0018	0016128-25.2021.5.16.0023	0016271-29.2021.5.16.0018
0016022-78.2021.5.16.0018	0016129-10.2021.5.16.0023	0016273-18.2024.5.16.0010
0016023-63.2021.5.16.0018	0016140-85.2024.5.16.0006	0016274-66.2021.5.16.0023
0016033-73.2022.5.16.0018	0016142-42.2021.5.16.0012	0016278-20.2022.5.16.0007
0016042-31.2023.5.16.0008	0016143-72.2022.5.16.0018	0016280-87.2022.5.16.0007
0016042-50.2013.5.16.0018	0016153-38.2021.5.16.0023	0016281-10.2020.5.16.0018
0016043-20.2022.5.16.0018	0016153-71.2021.5.16.0012	0016281-72.2022.5.16.0007
0016047-76.2021.5.16.0023	0016153-75.2020.5.16.0022	0016282-57.2022.5.16.0007
0016047-95.2024.5.16.0015	0016154-23.2021.5.16.0023	0016284-48.2023.5.16.0021
0016048-61.2021.5.16.0023	0016155-08.2021.5.16.0023	0016285-38.2024.5.16.0008
0016049-46.2021.5.16.0023	0016166-37.2021.5.16.0023	0016293-71.2022.5.16.0012
0016050-12.2022.5.16.0018	0016167-55.2021.5.16.0012	0016296-42.2021.5.16.0018
0016050-31.2021.5.16.0023	0016173-67.2018.5.16.0012	0016306-52.2022.5.16.0018
0016051-16.2021.5.16.0023	0016180-36.2021.5.16.0018	0016306-71.2016.5.16.0015
0016052-53.2020.5.16.0017	0016182-06.2021.5.16.0018	0016310-11.2021.5.16.0023
0016052-98.2021.5.16.0023	0016183-67.2020.5.16.0004	0016314-81.2021.5.16.0012
0016053-83.2021.5.16.0023	0016187-91.2022.5.16.0018	0016314-92.2023.5.16.0018
0016062-78.2021.5.16.0012	0016190-64.2022.5.16.0012	0016315-83.2023.5.16.0016
0016066-18.2021.5.16.0012	0016190-80.2021.5.16.0018	0016316-51.2021.5.16.0012
0016067-03.2021.5.16.0012	0016196-53.2022.5.16.0018	0016320-55.2021.5.16.0023
0016069-18.2022.5.16.0018	0016198-57.2021.5.16.0018	0016321-40.2021.5.16.0023
0016083-65.2023.5.16.0018	0016210-37.2022.5.16.0018	0016325-92.2021.5.16.0018
0016084-74.2023.5.16.0010	0016214-11.2021.5.16.0018	0016326-77.2021.5.16.0018
0016088-58.2021.5.16.0018	0016215-93.2021.5.16.0018	0016336-24.2021.5.16.0018
0016089-43.2021.5.16.0018	0016225-40.2021.5.16.0018	0016338-28.2020.5.16.0018
0016095-34.2022.5.16.0012	0016228-15.2023.5.16.0021	0016349-72.2024.5.16.0000
0016097-05.2021.5.16.0023	0016229-77.2021.5.16.0018	0016349-76.2023.5.16.0010
0016097-43.2018.5.16.0012	0016230-62.2021.5.16.0018	0016366-10.2022.5.16.0023
0016098-87.2021.5.16.0023	0016236-97.2024.5.16.0007	0016366-25.2022.5.16.0018
0016099-21.2024.5.16.0006	0016238-68.2023.5.16.0018	0016378-73.2021.5.16.0018
0016100-24.2025.5.16.0021	0016241-76.2021.5.16.0023	0016379-49.2021.5.16.0021
0016101-57.2021.5.16.0018	0016246-97.2022.5.16.0012	0016395-12.2021.5.16.0018
0016102-27.2021.5.16.0023	0016247-92.2025.5.16.0007	0016395-47.2023.5.16.0016
0016102-42.2021.5.16.0018	0016248-77.2025.5.16.0007	0016397-64.2021.5.16.0023
0016103-12.2021.5.16.0023	0016249-19.2022.5.16.0023	0016397-79.2021.5.16.0018
0016103-27.2021.5.16.0018	0016249-62.2025.5.16.0007	0016398-49.2021.5.16.0023
0016104-94.2021.5.16.0023	0016257-63.2021.5.16.0012	0016404-56.2020.5.16.0002
0016110-47.2024.5.16.0007	0016260-18.2021.5.16.0012	0016406-24.2024.5.16.0022
0016114-74.2021.5.16.0012	0016262-86.2024.5.16.0010	0016409-30.2020.5.16.0018
0016116-55.2023.5.16.0018	0016263-03.2022.5.16.0023	0016433-93.2022.5.16.0016



0016435-76.2021.5.16.0023	0016658-84.2024.5.16.0003	0016992-34.2019.5.16.0023
0016436-61.2021.5.16.0023	0016661-62.2022.5.16.0018	0017010-76.2023.5.16.0003
0016438-31.2021.5.16.0023	0016664-35.2022.5.16.0012	0017029-13.2018.5.16.0018
0016451-63.2021.5.16.0012	0016664-69.2021.5.16.0012	0017056-10.2020.5.16.0023
0016452-48.2021.5.16.0012	0016681-53.2022.5.16.0018	0017057-29.2019.5.16.0023
0016453-33.2021.5.16.0012	0016687-60.2022.5.16.0018	0017062-03.2018.5.16.0018
0016460-07.2021.5.16.0018	0016688-45.2022.5.16.0018	0017070-32.2017.5.16.0012
0016465-86.2017.5.16.0012	0016689-30.2022.5.16.0018	0017173-43.2016.5.16.0022
0016478-67.2017.5.16.0018	0016690-15.2022.5.16.0018	0017192-44.2019.5.16.0022
0016485-20.2021.5.16.0018	0016695-56.2021.5.16.0023	0017193-88.2016.5.16.0004
0016486-39.2020.5.16.0018	0016706-18.2016.5.16.0005	0017212-28.2024.5.16.0000
0016486-68.2022.5.16.0018	0016714-95.2021.5.16.0012	0017227-59.2023.5.16.0023
0016491-22.2024.5.16.0018	0016715-07.2021.5.16.0004	0017258-58.2018.5.16.0022
0016493-94.2021.5.16.0018	0016716-32.2021.5.16.0023	0017269-37.2024.5.16.0003
0016509-28.2023.5.16.0002	0016732-82.2022.5.16.0012	0017272-26.2023.5.16.0003
0016521-90.2024.5.16.0007	0016741-32.2022.5.16.0016	0017335-34.2017.5.16.0012
0016525-30.2024.5.16.0007	0016742-63.2021.5.16.0012	0017378-91.2024.5.16.0022
0016538-83.2021.5.16.0023	0016743-48.2021.5.16.0012	0017592-30.2015.5.16.0012
0016539-68.2021.5.16.0023	0016762-21.2021.5.16.0023	0017680-78.2023.5.16.0015
0016545-21.2024.5.16.0007	0016766-16.2024.5.16.0003	0017720-57.2023.5.16.0016
0016545-41.2022.5.16.0023	0016771-36.2023.5.16.0015	0017724-97.2023.5.16.0015
0016547-60.2021.5.16.0018	0016775-20.2021.5.16.0023	0017725-90.2024.5.16.0001
0016553-67.2021.5.16.0018	0016778-47.2017.5.16.0012	0017761-63.2023.5.16.0003
0016566-07.2023.5.16.0015	0016780-44.2017.5.16.0003	0017762-48.2023.5.16.0003
0016575-05.2023.5.16.0003	0016795-40.2023.5.16.0023	0017870-83.2023.5.16.0001
0016579-82.2023.5.16.0022	0016795-74.2022.5.16.0023	0017947-83.2023.5.16.0004
0016585-37.2023.5.16.0007	0016797-14.2021.5.16.0012	0017962-52.2023.5.16.0004
0016591-59.2019.5.16.0015	0016846-55.2021.5.16.0012	0018019-70.2023.5.16.0004
0016598-71.2021.5.16.0018	0016847-40.2021.5.16.0012	0018043-76.2024.5.16.0000
0016599-56.2021.5.16.0018	0016853-47.2021.5.16.0012	0018045-15.2016.5.16.0004
0016600-41.2021.5.16.0018	0016858-35.2022.5.16.0012	0018077-79.2023.5.16.0002
0016610-69.2022.5.16.0012	0016875-72.2021.5.16.0023	0018211-15.2023.5.16.0000
0016618-76.2023.5.16.0023	0016876-57.2021.5.16.0023	0018304-61.2017.5.16.0008
0016622-19.2023.5.16.0022	0016890-93.2024.5.16.0004	0018660-36.2024.5.16.0000
0016641-28.2023.5.16.0021	0016911-94.2023.5.16.0007	0018912-47.2017.5.16.0012
0016643-95.2023.5.16.0021	0016917-13.2023.5.16.0004	0019094-97.2017.5.16.0023
0016649-05.2023.5.16.0021	0016924-93.2023.5.16.0007	0019106-47.2017.5.16.0012
0016651-06.2021.5.16.0001	0016927-68.2021.5.16.0023	0020700-97.2011.5.16.0015
0016654-46.2017.5.16.0018	0016933-20.2016.5.16.0001	0041000-90.2005.5.16.0015
0016655-12.2023.5.16.0021	0016939-62.2023.5.16.0007	

Para verificar a autenticidade desta certidão, acesse o seguinte endereço eletrônico: <https://pje.trt16.jus.br/certidoes/>

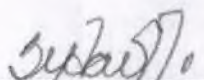
Certidão emitida em 11/03/2025 às 18:47


CERTIFICADO

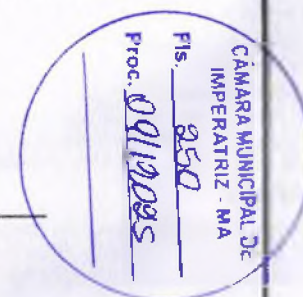
Certificamos que

Thayrid Gadelha Loureiro

Concluiu o **Curso de Formação de Agente de Contratação/ Pregoeiro de acordo com a nova Lei de Licitação n. 14.133/2021 com prática no Sistema Comprasnet para Pregão**, nos dias 16 a 18 de agosto de 2021 em São Luís-MA, com carga horária de 24 horas.


Wanderley Araújo Loureiro
Diretor Administrativo


Dr. Saulo Alves David
Instrutor



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

NOVA LEI DE LICITAÇÃO, LEI 14.133/2021

fase interna de licitação: Quem está vinculado à nova Lei e quando a entra vigor? Quais leis foram/serão alteradas e revogadas? Licitação concomitante do regime da Lei nº 8.666/1993 ou da nova Lei? Como proceder e escolher?

as Modalidades de Licitação: Pregão, Concorrência, Concurso, diálogo, Diálogo competitivo-novidade, o rito procedimental do pregão e concorrência, A novidade da inversão das fases, Modos de Disputa aberto, fechado, aberto e fechado, Orçamento Estimado e Sigiloso.

pos de licitação: Menor preço, melhor técnica ou conteúdo artístico, menor preço e o Maior retorno econômico.

nova figura do agente de contratação: O agente de contratação e equipe de contratação (Quem é e o que faz), a gestão por competência e definição do servidor para atuar nas diferentes etapas do ciclo de contratação, O Plano de Capacitação dos Agentes de Contratação, responsabilidades dos agentes de contratação, Os agentes públicos e requisitos, Observância da segregação de funções.

Edital de Licitação: Prazos de publicidades, meios de publicidades como Portal nacional de contratações públicas (PNCP), e Sites eletrônicos e outros meios.

a contratação direta: Processo de Contratação Direta, exigibilidade de Licitação e a Dispensa de Licitação e a futura dispensa eletrônica.

os instrumentos auxiliares: Instrumentos Auxiliares e seus procedimentos, Credenciamento, Pré-qualificação, Procedimentos de manifestação de Interesse, Sistema de Registro de Preços-SRP, Registro Cadastral

fase externa: Critérios de julgamento, menor preço, maior desconto, melhor técnica ou conteúdo artístico, maior lance, maior retorno econômico (novidade), prova de qualidade (novidade), Apresentação das propostas, Julgamento e a (In) Exequibilidade das Propostas, possibilidade de diligência, Direito de Preferência das ME/EPPs, julgamento e habilitação jurídica, técnica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, encerramento da licitação e suas nuances Fase cursal e homologação do processo.

sistema de registro de preço e suas principais alterações: Principais alterações sobre o sistema do registro de preços tais como: o prazo de registro de preço para obras, a possibilidade de vigência da ata por até dois anos (art. 83), c) e admitir o SRP para hipóteses de contratação direta, a estipulação em edital de quantidades mínimas e interação de preços.

contrato administrativo e suas principais alterações: Contratos Administrativos e Sua Formalização Duração dos contratos – alterações e novidades da nova Lei, Garantia dos contratos e seguro-garantia – Novidades, Sanções – Novidades

OPREGÃO

conceitos e Características do pregão: Bens e serviços comuns, cronograma, Súmula 257 do TCU, serviços comuns de engenharia, características do pregão, inversão das fases, negociação, renovação

da proposta, concentração de atos únicos na sessão, uniterreconhecibilidade, formas de operacionalização.

Responsáveis pela condução do certame: Pregoeiro, características e exigências, responsabilidade, atribuições, é dever do pregoeiro elaborar e assinar o edital? Princípio da segregação de funções, período de investidura, boas práticas na condução do certame presencial e eletrônico, Equipe de apoio e sua designação, atribuições, eventuais hipóteses de responsabilidade da equipe de apoio.

A fase interna do pregão: Artigo 14º do decreto 10.024/2019 Elaboração do estudo técnico preliminar e do termo de referência e aprovação pela autoridade competente, Elaboração do edital contendo as seguintes informações: Critérios de julgamento e a aceitação das propostas, Modo de disputa e quando necessário, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, Definição das exigências de habilitação, Sanções aplicáveis.

O Edital e questões específicas: O que é um edital de licitação, funções desempenhadas pelo edital, valor máximo e valor referencial no edital, obrigatoriedade ou não da publicação do valor no edital, principais posicionamentos jurisprudenciais sobre o tema, Artigo 15º do decreto 10.024/2019, análise jurídica no edital

A fase externa do pregão: Ordem de acontecimentos da sessão, da publicidade do edital, regras para a publicação do edital de acordo com o decreto 10.024/2019, Impugnação ao edital, competência para julgar a impugnação, boas práticas nas questões de impugnação ao edital, prazo para impugnações e respostas às impugnações, efeitos da impugnação, pedidos de esclarecimentos, prazos de pedidos e respostas aos esclarecimentos, efeitos vinculantes aos pedidos, manifestação do TCU sobre os pedidos de esclarecimentos, Regras de preferência e tratamento diferenciado insculpidos na LC 123/2006 - LC 147/2014, LC 155/2016 e decreto 8.538/2015, repercussão na fase de julgamento das propostas "empate ficto" repercussão na fase de habilitação, outros benefícios previstos, manifestação do TCU sobre diligências para a comprovação dos benefícios, Habilitação na licitação, habilitação Jurídica, habilitação técnica, habilitação econômico-financeira.

Recurso administrativo: Prazo para a manifestação da intenção do recurso, prazo para a apresentação das razões recursais, prazo para a apresentação da contra razão, da classificação final do recurso, efeitos do recurso, requisitos de admissibilidade, principais manifestações do TCU sobre os requisitos de admissibilidade, boas práticas na condução do recurso administrativo, decadência do direito recursal, decisão do recurso.

As demais alterações trazidas pelo decreto 10.024/2019: Transferências voluntárias da União, Adoção do SicaF em sede de transferências voluntárias, envio da habilitação concomitante com a proposta, Prazo para envio de proposta e documentos complementares, Modos de disputa, aberto, aberto e fechado, intervalo mínimo de lances monetário ou percentual e etc.

DO PREGÃO NO SISTEMA COMPRASGOVERNAMENTAIS/COMPRASNET

Visão Fornecedor

Consulta a pregões agendados, em andamento, e realizados=> Consulta às atas dos pregões=> Aviso de licitação=> Captação/Coleta de editais=> Consulta de vigência de ata de registro de preço=> Cotação eletrônica=> Envio, consulta, alteração e exclusão de propostas=> Visualização de impugnações, esclarecimentos e avisos=> Etapa de lances=> Procedimentos e negociações no pregão

eletrônico=> Acompanhamento de aceitação, habilitação e admissibilidade=> Registro da intenção de recurso, => Encerramento da sessão pública e consulta a Ata => Recursos e contrarrazões - Acompanhamento => Visualização das telas ambiente pregoeiro e fornecedor

Visão Governo

Acesso ao sistema=> Credenciamento ao sistema=> Inclusão e Consulta a Intenção de Registro de Preço-IRP=> catmat e catser => Inclusão do aviso de licitação e agendamento do pregão eletrônico=> Transferência do edital=> Cadastrar equipe de apoio=> Alterar membros da equipe de apoio=> Vincular equipe do pregão=> Incluir impugnações/Esclarecimentos e Avisos=> Sessão Pública do pregão eletrônico Análise de proposta/Fases de Lances/Visualizando propostas/Declarações/Consultar Declaração ME/EPP/Cooperativa por pregão/Suspensão do pregão/Reabrir pregão/Aceitar propostas/Chat/ Habilitar fornecedor/Juízo de admissibilidade/Encerramento da sessão pública=> Adjudicação=> Homologação=> Cadastro Reserva.

DO SICAF 100% Digital (Visão Fornecedor e Visão Governo atualizado pela IN 03/2018)

Modulos. I- Credenciamento, II- Habilitação Jurídica, III- Regularidade Fiscal Federal.

IV- Regularidade: Fiscal Estadual/Municipal, V- Qualificação Técnica, VI- Qualificação Econômica-Financeira, Consulta parametrizada e Registro de penalidades.

DA COTAÇÃO ELETRÔNICA NO SISTEMA COMPRASGOVERNAMENTAIS/COMPRASNET

Visão do Governo

Procedimentos da dispensa eletrônica=> Como cadastrar uma Dispensa Eletrônica=> Como operar o sistema de Dispensa Eletrônica=> Procedimentos na fase de negociação após a fase de lances=> Procedimentos para a habilitação=> Adjudicação e Homologação=> Peculiaridades do Sistema.

Visão do Fornecedor

Como cadastrar proposta=> Como enviar lances=> Peculiaridades do Sistema=> Desistência de proposta=> Acompanhamento após a fase de lance na cotação eletrônica=> Responsabilidade das empresas ao participarem da Cotação Eletrônica.

CARGA HORÁRIA: 24 HORAS

[Handwritten signature]

FSB
CONVULSION



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1º dia (01 de junho de 2015)

- Credenciamento e entrega de material
- Licitação: abordagem constitucional, legislação aplicável, opção pela centralização e código do Estado do Maranhão
Palestrante: Francisco Baptista
- Modalidades: características, diferenças e enquadramento
Palestrante: Adriano Mendonça
- Preparação da licitação: etapas da instrução processual
Palestrante: Adriano Mendonça
- Projeto básico e termo de referência a partir da apresentação e análise de modelos propostos
Palestrante: Francisco Freitas

2º dia (02 de junho de 2015)

- Elaboração de edital e de seus anexos a partir da apresentação e análise de modelos propostos
Palestrante: Francisco Freitas
- Operacionalização da licitação: publicação do aviso, fase de impugnação aos termos do edital e a sessão pública
Palestrante: Adriano Mendonça
- Simulação de uma sessão pública a partir da aplicação e análise de roteiro proposto
Palestrante: Adriano Mendonça
- Registro cadastral, a licitação para registro de preços e as contratações por parte dos órgãos participantes
Palestrante: Adriano Mendonça

3º dia (03 de junho de 2015)

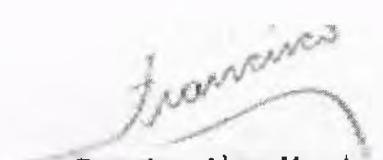
- Contratação por Adesão, a Ata de Registro de Preços, a Pré-qualificação e o Credenciamento
Palestrante: Adriano Mendonça
- Hipóteses de Dispensa e Inexigibilidade de Licitação
Palestrante: Adriano Mendonça
- Instrução do Processo de Contratação Direta
Palestrante: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
- Aplicação de Penalidades -Video Palestra
Palestrante: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
- Procedimentos de Aplicação de Penalidades
Palestrante: Adriano Mendonça
- Encerramento
Francisco Baptista


I ENCONTRO MARANHENSE de Licitações e Contratos

CERTIFICADO


O Tribunal de Contas da União, a Controladoria Geral da União e o Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, por meio da Escola Superior de Controle Externo, certificam que THAYRID GADELHA LOUREIRO, participou do I ENCONTRO MARANHENSE DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, realizado em São Luís-MA, no período de 28 a 29/04/2014, com carga horária de 16 horas.


São Luís(MA), 29/04/2014


Francisco Alves Moreira
Chefe da CGU-Regional MA


Alexandre Walraven
Secretário de Controle Externo


Edmar Serra Cutrim
Presidente TCE/MA


Controladoria-Geral do
Município de São Luís

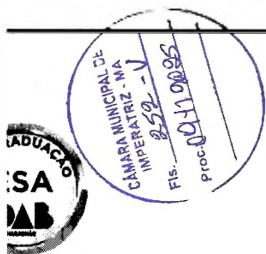

TRIBUNAL DE CONTAS




Escola Superior de Controle Externo




BRASIL
2013-2016



FORTE
E AO SEU LADO

ESA



FACULDADE

A OAB capacitando a advocacia.



CERTIFICADO DE PÓS-GRADUAÇÃO


O Presidente da SVT Faculdade de Ensino Superior, no uso de suas atribuições, confere o título de Especialista a

THAYRID GADELHA LOUREIRO

Pela conclusão do Curso de Advocacia Trabalhista e Previdenciária em nível de Pós-Graduação mediante a obtenção de aproveitamento e frequência, bem como o cumprimento da resolução CNE/CES nº 1, de 06/04/2008 em vigência. Para que o (a) acadêmico (a) possa usufruir de todos os direitos e prerrogativas legais, é emitido o presente certificado de Especialista.

São Luís, 05 de Junho de 2024


SERGIO VICOR TAMER
Presidente da SVT Faculdade


THAYRID GADELHA LOUREIRO
Especialista


KAIO VYCTOR SARAIVA
Presidente da OAB-MA

HISTÓRICO

PROFESSOR	MATÉRIA	NOTA	FREQ.
GREICY MANDELLI MOREIRA	SEGURIDADE SOCIAL	10	100%
JAQUELINE PRAZERES SENA	METODOLOGIA I	8	100%
JULIANA DE OLIVEIRA XAVIER RIBEIRO	PLANEJAMENTO PREVIDENCIÁRIO	10	100%
JOSE CALDAS GOIS JÚNIOR	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	10	100%
THIAGO LUIS DE OLIVEIRA ALBUQUERQUE	REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	10	100%
ALEX SANDRO LIAL SERTÃO	REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (SERVIDORES PÚBLICOS/FEDERAIS) E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	10	100%
RODOLFO MÁRIO VEIGA PAMPLONA FILHO	DIREITO DO TRABALHO NA CF/88	8	100%
ELVIO FLAVIO DE FREITAS LEONARDI	FINANCIAMENTO E CUSTEIO DE SEGURIDADE SOCIAL	10	100%
JAQUELINE ALVES DA SILVA DEMETRIO	DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO	10	100%
JHON KENNEDY TEIXEIRA LISBINO	PROCESSO JUDICIAL PREVIDENCIÁRIO	10	100%
LIGIA RODRIGUES BRITO DRUMM	SEGURADO ESPECIAL E SEUS BENEFÍCIOS	10	100%
MARIA MELO DE PAULA	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	10	100%
MARCELE ROBERTA PIZZATTO	PROCESSO ADMINISTRATIVO PREVIDENCIÁRIO	10	100%
DENISE DE FÁTIMA GOMES DE FIGUEIREDO SOARES FARIAS	DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	8	100%
ANDREA TERESA MARTINS LOBATO	DIDÁTICA DO ENSINO JURÍDICO SUPERIOR	8	100%
PAULO RAIMUNDO LIMA RALIN	PRÁTICA EM ADVOCACIA TRABALHISTA	10	100%
Orientador: WANDERSON CARLOS MEDEIROS ABREU	TCC - TEMA: SÚMULA Nº 1 DO TRT DA 16ª REGIÃO E SUA CONTRARIEDADE À JURISPRUDÊNCIA DO TST	10	-

IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO

Matrícula: 21032261

RG: 2002010000000

CLARA K. RODRIGUES DE BRITO

Secretária Acadêmica

São Luís, 15 de Abril de 2024

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Instituição: SVT Faculdade de Ensino Superior – SVT

Curso: Advocacia Trabalhista e Previdenciária Carga horária: 455 h/a

Nível do curso: Especialização Lato sensu Área do curso: Direito

Início da turma: 18/08/2021 Duração: 18 meses

Regulamentação: Resolução nº 1, de 6/04/2018

CAMARA MUNICIPAL DE
 IMPERATRIZ - MA
 Fls. 253
 Proc. 091/2025



COMISSÃO DE DIREITOS
DIFUSOS E COLETIVOS

HOMENAGEM



A Comissão de Direitos Difusos e Coletivos da
Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Maranhão Homenageia o (a) advogado (a):

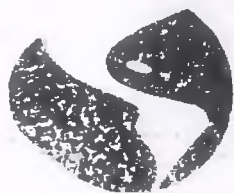
THAYRID GADELHA LOUREIRO

pelos seus relevantes serviços prestados à advocacia no triênio
de 2016/2018, como Secretária Geral-Adjunta desta Comissão.

São Luís (MA), 21 de dezembro de 2018.

Marinel Dutra De Matos
Marinel Dutra De Matos
Presidente da Comissão de Direitos Difusos e Coletivos

Thiago Roberto Moraes Diaz
Thiago Roberto Moraes Diaz
Presidente OAB MA



BID

Banco Interamericano
de Desarrollo

INDES

Instituto Interamericano para el
Desarrollo Económico y Social

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

THAYRID GADELHA LOUREIRO

por su participación em el

WORKSHOP PM4R

de programa de certificación

Gerenciamento de projetos para resultados (PM4R)

2018 - 24 HORAS ACREDITADAS

Juan Cristóbal Bonnefoy
Jefe del INDES





ESPECIALIZAÇÃO EM ADVOCACIA MUNICIPAL E GESTÃO PÚBLICA



DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que se fizerem necessários que o(a) **THAYRID GADELHA LOUREIRO**, CPF nº **01841682365**, MATRÍCULA nº **24005152**, está devidamente matriculado(a) no curso de **ADVOCACIA MUNICIPAL E GESTÃO PÚBLICA**, que teve início em 08 de março de 2024, com previsão de término em março de 2025, em nível de Pós-Graduação Lato Sensu com carga horária total de 360h/a, disciplinada como educação superior nos termos do art. 44, inciso III da Lei de diretrizes e bases da educação nacional (Lei 9394/96, promovido e executado Inter institucionalmente pela **Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Maranhão - OAB/MA**, através da **Escola Superior de Advocacia do Maranhão - ESA/MA**, em convênio com a **SVT FACULDADE**.

São Luís, 12 de março de 2025.

Silvio Carlos Leite Mesquita
Diretor-Geral da ESA-OAB/MA



FORTE
E AO SEU LADO



FACULDADE

ESA



CONSÓRCIO
INTERMUNICIPAL
MULTIMODAL



PORTARIA Nº 002, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2024.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIMODAL – CIM, no uso das atribuições que lhe conferem o Estatuto do CIM e

CONSIDERANDO que o cargo em comissão ou função de confiança ser de livre nomeação e exoneração

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR o Senhor **THAYRID GADELHA LOUREIRO**, portador do C.P.F. nº 018.416.823-65, para exercer o cargo de **GERENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, PARCERIAS E CONVÊNIOS (DAS OG2)** do CIM, devendo assim ser considerado a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

DÊ CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIMODAL – CIM, ESTADO DO MARANHÃO, AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO.

FRANCISCO DANTAS RIBEIRO Assinado de forma digital por FRANCISCO
FILHO:12576131387 DANTAS RIBEIRO FILHO:12576131387
Dados: 2024.02.01 08:04:54 -03'00'

FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO
Presidente do CIM

<p>USO OBRIGATÓRIO IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS (Art. 13 da Lei n° 8.906/94)</p>	TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL		09314905
	 <p>ASSINATURA DO PORTADOR</p> 	 	<p>OBSERVAÇÕES</p>
			

	<h1>ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL</h1>	
	<h2>CONSELHO SECCIONAL DO MARANHÃO</h2> <h3>IDENTIDADE DE ADVOGADO</h3>	
<p>INSCRIÇÃO</p> <p>13953</p>	<p>TEÓFILO GADELHA LOUREIRO</p>	
	<p>ANTÔNIO JOSIMÉ DE MELO LOUREIRO EDEUSA GADELHA LOUREIRO</p>	
	<p>NATURALIDADE</p> <p>INDEPENDÊNCIA - CE</p>	<p>DATA DE NASCIMENTO</p> <p>08/10/1928</p>
	<p>RG</p> <p>2002009143041 - SSP</p>	<p>CPF</p> <p>018.476.023-66</p>
	<p>STATUS DE QUANTO A TITULO</p> <p>NÃO DECLARADO</p>	<p>DATA DE EXPIRAÇÃO DO TITULO</p> <p>01/10/2018</p>
	<p>MARIO DE ANDRADE MACIEIRA PRESIDENTE</p>	



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Número da Nota

00003610

Data e Hora da Emissão

04/08/2025 17:47:58

Código de Verificação

3E7D F603 63F4 6788 42BC 0F05 17A3 D060

CERTIFICADO

183025809212417

**PRESTADOR DE SERVIÇOS**Nome / Razão Social: **DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS**CPF / CNPJ: **09.181.344/0001-19**Inscrição Municipal: **62370009**Endereço: **R DAS JUCARAS 4 QDA 44 - BAIRRO RENASCENÇA I - CEP: 65075230**Município: **SAO LUIS**UF: **MA**Email: **m.domingas@yahoo.com.br**Telefone: **(98) 32311721****TOMADOR DE SERVIÇOS**Nome / Razão Social: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO**CPF/CNPJ: **41.479.569/0001-69**

Inscrição Municipal:

Endereço: **R RUA URBANO SANTOS N° 970 0 - BAIRRO CENTRO - CEP: 65150000**Município: **ROSARIO**UF: **MA**Email: **semfaz@rosario.ma.gov.br**Telefone: **(98) 21065066****DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Descrição REFERENTE A 6ª FATURA DO CONTRATO Nº 140689/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 019/2025, RELATIVO A SERVIÇOS DE APOIO JURÍDICO PRESTADOS. EMPRESA ISENTA DE RETENÇÃO DE ISS POR TER RECOLHIMENTO DIFERENCIADO ISS FIXO.

Tipo do Item	Item	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
TRIBUTÁVEL	ADVOCACIA		30.000,00	30.000,00

PIS (0,6500%):

R\$ 195,00

COFINS (3,0000%):

R\$ 900,00

INSS (0,0000%):

R\$ 0,00

IR (1,5000%):

R\$ 450,00

CSLL (1,0000%):

R\$ 300,00

VALOR TOTAL DA NOTA = R\$ 30.000,00

Valor Total Composição:	Valor Total Deduções:	Base Cálculo:	Aliquota:	Valor ISS:
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 30.000,00	0,00%	R\$ 0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES

Descrição NBS:

Local de Incidência Imposto:

Estabelecimento do Prestador

Tributação: **TRIBUTÁVEL FIXO**

Mês de

08/2025

Local de Prestação do

SAO LUIS / MA

Recolhimento:

PRÓPRIO

Atividade:

691170100 - SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS

Serviço:

1714 - ADVOCACIA



PREFEITURA DE SÃO LUÍS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Número da Nota

00003586

Data e Hora da Emissão

07/07/2025 11:08:23

Código de Verificação

77B7-167D-00A7-8FF8-B56D-18C8-00B1-515E

CERTIFICADO

202025009220403



CAMARA MUNICIPAL DE
IMPERATRIZ - MA

257

Proc. 001/2025

Telefone: (98) 32311721

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Nome / Razão Social: DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS

CPF / CNPJ: 09.181.344/0001-19

Inscrição Municipal: 62370009

Endereço: R DAS JUCARAS 4 QDA 44 - BAIRRO RENASCENCA I - CEP: 65075230

Município: SAO LUIS

UF: MA

Email: m.domingas@yahoo.com.br

Telefone: (98) 32311721

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome / Razão Social: PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO

CPF/CNPJ: 41.479.569/0001-69

Inscrição Municipal:

Endereço: R RUA URBANO SANTOS N° 970 0 - BAIRRO CENTRO - CEP: 65150000

Município: ROSARIO

UF: MA

Email: semfaz@rosario.ma.gov.br

Telefone: (98) 21065066

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

Descrição REFERENTE A 5ª FATURA DO CONTRATO N° 140866/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 010/2025, RELATIVO A SERVIÇOS DE ASSESSORIA JURÍDICA PRESTADAS EMPRESA ISENTA DE RETENÇÃO DE ISS POR VER RECOLHIMENTO DIFERENCIADO ISS FIXO

Tipo do Item	Item	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
TRIBUTÁVEL	ADVOCACIA	1	30.000,00	30.000,00

PIS (0,6500%):

R\$ 195,00

COFINS (3,0000%):

R\$ 900,00

INSS (0,0000%):

R\$ 0,00

IR (1,5000%):

R\$ 450,00

CSLL (1,0000%):

R\$ 300,00

VALOR TOTAL DA NOTA = R\$ 30.000,00

Valor Total Composição:

R\$ 0,00

Valor Total Deduções:

R\$ 0,00

Base Cálculo:

R\$ 30.000,00

Alíquota:

0,00%

Valor ISS:

R\$ 0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES

Descrição NBS:

Local de Incidência imposto:

Estabelecimento do Prestador

Tributação: TRIBUTÁVEL FIXO

Mês de

07/2025

Local de Prestação do

SAO LUIS / MA

Recolhimento:

PRÓPRIO

Atividade:

691170100 - SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS

Serviço:

1714 - ADVOCACIA

Descrição NBS:			
Local de Incidência Imposto:	Estabelecimento do Prestador	Tributação:	TRIBUTÁVEL FIXO
Local de Prestação do	SÃO LUIS / MA	Mês de	08/2025
Recolhimento:	PRÓPRIO		
Atividade:	691170100 - SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS		
Serviço:	1714 - ADVOCACIA		

1714 - ADVOCACIA.



PREFEITURA DE SÃO LUÍS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Número da Nota

00003600

Data e Hora da Emissão

23/07/2025 15:27:39

Código de Verificação

7386 F2F8 C2A2 8256 675F F8CA 4A50 818A

CERTIFICADO

1020250092169714



PRESTADOR DE SERVIÇOS

Nome / Razão Social: DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS

CPF / CNPJ: 09.181.344/0001-19

Inscrição Municipal: 62370009

Endereço: R DAS JUCARAS 4 QDA 44 - BAIRRO RENASCENÇA I - CEP: 65075230

Município: SAO LUIS

UF: MA

Email: m.domingas@yahoo.com.br

Telefone: (98) 32211721

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome / Razão Social: PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDA DO NORTE

CPF/CNPJ: 12.553.806/0001-96

Inscrição Municipal:

Endereço: RUA DO COMÉRCIO, N°183-MIRANDA DO NORTE -MA 0 - BAIRRO CENTRO - CEP: 65495000

Município: MIRANDA DO NORTE

UF: MA

Email: semaf.pmmn@gmail.com

Telefone: (98)

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

Descrição REFERENTE A SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS. 6ª PARCELA (JULHO/2025) DO CONTRATO Nº INEX-002-2025. EMPRESA ISENTA DE RETENÇÃO DE ISS POR TER RECOLHIMENTO DIFERENCIADO - ISS FIXO.

Tipo do Item	Item	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
TRIBUTÁVEL	ADVOCACIA		40.000,00	40.000,00

PIS (0,6500%):

R\$ 260,00

COFINS (3,0000%):

R\$ 1.200,00

INSS (0,0000%):

R\$ 0,00

IR (1,5000%):

R\$ 600,00

CSLL (1,0000%):

R\$ 400,00

VALOR TOTAL DA NOTA = R\$ 40.000,00

Valor Total Composição:

R\$ 0,00

Valor Total Deduções:

R\$ 0,00

Base Cálculo:

R\$ 40.000,00

Alíquota:

0,00%

Valor ISS:

R\$ 0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES

Descrição NRS:

Local de Incidência Imposto: Estabelecimento do Prestador

Tributação: TRIBUTÁVEL FIXO

Mês de

07/2025

Local de Prestação do

PRÓPRIO

Recolhimento:

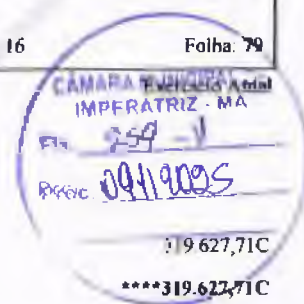
Atividade: 691170100 - SERVICOS ADVOCATICIOS

Serviço: 1714 - ADVOCACIA.

Descrição	Classificação	Exercício Atual
Ativo (5)		
Circulante (10)		
Disponível (15)		
Banco conta movimento (30)	1-1-01-02	341.017,02D
Aplicações (50)	1-1-01-03	7.957.717,96D
=Disponível		**8.298.734,98D
Clientes (85)		
Recebimentos Pessoa Física e Jurídica (90)	1-1-04-01	468.355,03D
=Clientes		****468.355,03D
Adiantamento (115)		
Adiantamentos a Funcionários (130)	1-1-05-02	13.335,72D
=Adiantamento		*****13.335,72D
=T o t a l - Circulante		**8.780.425,73D
Ativo Não Circulante (370)		
Imobilizado (435)		
Informática (475)	1-2-03-04	37.836,83D
Móveis e utensílios (485)	1-2-03-05	95.402,21D
=Imobilizado		****133.239,04D
=T o t a l - Ativo Não Circulante		****133.239,04D
=T o t a l - Ativo		**8.913.664,77D

Certifico que o Balanço Patrimonial referente ao exercício de 2024 foi devidamente registrado na OAB/MA sob o número 192, em conformidade com o disposto no Art. 9º do Provimento nº 112/2006, do Estatuto da OAB, vigente desde 24 de maio de 2007.

Descrição	Classificação	
Passivo (680)		
Circulante (685)		
Fornecedores (765)		
Pessoa Física e Pessoa Jurídica (770)	2-1-03-01	319.627,71C
=Fornecedores		****319.627,71C
Tributos e Contribuições (790)		
Tributos e Contribuições (795)	2-1-05-01	760.041,73C
Retenções de Imposto e Contribuições (840)	2-1-05-02	195,50C
Parcelamento de Tributos e Contribuições (885)	2-1-05-03	15.946,19C
=Tributos e Contribuições		****776.183,42C
Obrigações com Pessoal (930)		
Salários (935)	2-1-06-01	19.618,50C
Honorários (980)	2-1-06-04	11.738,41C
Décimo Terceiro Salário (1005)	2-1-06-06	776,00C
=Obrigações com Pessoal		*****32.132,91C
Credores (1055)		
Credores diversos (1060)	2-1-08-01	82.197,70C
=Credores		*****82.197,70C
Provisões (1095)		
Provisões (1100)	2-1-10-01	7.899,63C
=Provisões		*****7.899,63C
=T o t a l - Circulante		**1.218.041,37C
Patrimônio líquido (1170)		
Reservas (1195)		
Capital Social (3408)	2-3-02-07	40.000,00C
=Reservas		*****40.000,00C
Resultado do Exercício Acumulado (1325)		
Resultado do Exercício (1330)	2-3-03-01	7.655.623,40C
=Resultado do Exercício Acumulado		**7.655.623,40C
=T o t a l - Patrimônio líquido		**7.695.623,40C
=T o t a l - Passivo		**8.913.664,77C



Certifico que o Balanço Patrimonial referente ao exercício de 2024 foi devidamente registrado na OAB/MA sob o número 192, em conformidade com o disposto no Art. 9º do Provimento nº 112/2006, do Estatuto da OAB, vigente desde 24 de maio de 2007.

Descrição	Classificação	Conta	
Receita			
Receita Bruta Vendas e Serviços			
Receita sobre Serviços			
Receita de serviços	3-1-02-01	1430	9.883.310,90C
=Receita sobre Serviços			**7.883.310,90C
=T o t a l - Receita Bruta Vendas e Serviços			**7.883.310,90C
Dedução de receita			
Dedução de receita sobre vendas			
Dedução da Receita	3-2-01-01	1450	1.430.086,82D
=Dedução de receita sobre vendas			**1.430.086,82D
Dedução de receita sobre serviços			
Dedução da Receita	3-2-02-01	1485	6.067,83D
=Dedução de receita sobre serviços			*****6.067,83D
=T o t a l - Dedução de receita			**1.436.154,65D
=T o t a l - Receita			**6.447.156,25C
Despesas			
Despesas			
Despesas com Pessoal			
Despesas com Gestores/Diretoria	4-3-01-01	1835	35.261,25D
Despesas com Empregados	4-3-01-02	1880	201.362,36D
Despesas com Encargos Sociais	4-3-01-04	1955	69.493,78D
Despesas com Transporte de Empregados	4-3-01-07	1995	9.174,00D
Outras Despesas com Pessoal	4-3-01-08	2010	154.407,81D
=Despesas com Pessoal			****469.699,20D
Despesas com Localização e Funcionamento			
Despesas com Localização e Manutenção	4-3-03-01	2075	362.283,58D
Despesas com Expediente	4-3-03-02	2115	5.623,36C
Despesas com Comunicação	4-3-03-04	2170	24.942,00D
Despesas com Seguros	4-3-03-06	2210	25.632,35C
=Despesas com Localização e Funcionamento			****355.969,87D
=T o t a l - Despesas			****825.669,07D
=T o t a l - Despesas			****825.669,07D

RESULTADO DO EXERCÍCIO

RECEITAS-----> 6.447.156,25C



Descrição	Classificação	Conta	Exercício Atual
DESPESAS + CUSTO----->	825 669,07D		
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO: ***5 621.487,18			

CÂMARA MUNICIPAL DE
IMPERATRIZ - MA

Fls. 260 - V

Data: 09/12/2024

Certifico que o Balanço Patrimonial referente ao exercício de 2024 foi devidamente registrado na OAB/MA sob o número 192, em conformidade com o disposto no Art. 9º do Provimento nº 112/2006, do Estatuto da OAB, vigente desde 24 de maio de 2007.

ÍNDICES CONTÁBEIS - 2024

DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS

Rua das Juçaras, 04, Quadra 44 - Renascença, São Luís (MA), CEP: 65075-230

CNPJ: 9.181.344/0001-19 I.M.: 62370009

FOLHA 82



ÍNDICES DE LIQUIDEZ

ILG = $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{A. Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{P. Exigível a Longo Prazo}} \geq 1$

$$\text{ILG} = \frac{8.780.425,73 + 0}{1.218.041,73 + 0,00} = 7,21$$

ILC = $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1$

$$\text{ILC} = \frac{8.780.425,73}{1.218.041,73} = 7,21$$

ISG = $\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a longo prazo}} \geq 1$

$$\text{ISG} = \frac{8.913.664,77}{1.218.041,73 + -} = 7,32$$

IET = $\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a longo prazo}}{\text{Ativo total}} \leq 0,60$

$$\text{IET} = \frac{1.218.041,73}{8.913.664,77} = 0,14$$

São Luís (MA), 31 de dezembro de 2024.

DANIEL DE FARIA
JERONIMO LEITE:
79958893304

Digitamente assinado por DANIEL DE FARIA
JERONIMO LEITE 79958893304
EM OBRIG. DO CP-BRASIL
OU=20874625000191 CN=Secretaria de
Registro Federal do Brasil - RJ B OU=RS B
e=CPE-A1, OU=CN BRASIL
OU=presenca CN=DANIEL DE FARIA
JERONIMO LEITE 79958893304
Razão Social e autor deste arquivo
Localização
Data 2025-05-23 10:35:38

Daniel de Faria Jerônimo Leite
Sócio-administrador
CPF: 799.588.933-04

NATHALIA DE
SOUSA RAMOS:
01861769348

Digitamente assinado por NATHALIA DE
SOUSA RAMOS 01861769348
EM OBRIG. DO CP-BRASIL
OU=20874625000191 CN=Secretaria de
Registro Federal do Brasil - RJ B OU=RS B
e=CPE-A1, OU=CN BRASIL
OU=presenca CN=NATHALIA DE SOUSA
RAMOS 01861769348
Razão Social e autor deste arquivo
Localização
Data 2025-05-23 10:34:48

Nathalia de Sousa Ramos
Contadora - CRC nº 012218/O - MA

Certifico que o Balanço Patrimonial referente ao exercício de 2024 foi devidamente registrado na OAB/MA sob o número 192, em conformidade com o disposto no Art. 9º do Provimento nº 112/2006, do Estatuto da OAB, vigente desde 24 de maio de 2007.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

CÂMARA MUNICIPAL DE
IMPERATRIZ - MA

261-V

Proc. 09112025

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Daniel Leite & Advogados Associados é uma sociedade simples pura, com sede e foro na cidade de São Luís/MA, tendo como objeto social Construção de edifícios, com início de atividades em 24/05/2007.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**3.1) Aplicações Financeiras**

O saldo das aplicações financeiras da empresa finalizou com um valor total de R\$ 7.957.717,96 (dois milhões e setecentos e quarenta e seis mil e setenta e quatro reais e setenta e três centavos).

3.2) Direitos e obrigações

Estão demonstrados pelos valores históricos, acrescidos das correspondentes variações monetárias e encargos financeiros, observando o regime de competência;

3.3) Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição que totaliza o valor de R\$ 133.239,04 (cento e trinta e três mil e duzentos e trinta e nove reais e quatro centavos).

3.4) Ajuste de avaliação patrimonial

A empresa nunca efetuou ajuste de avaliação patrimonial.

3.5) Investimentos em empresas coligadas e controladas

A empresa não participa do capital social de outras sociedades.

3.6) Impostos Federais

A empresa está no regime do Lucro Presumido e contabiliza os encargos tributários pelo regime de competência.

4) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A empresa não conta com passivo, relacionado à empréstimos e financiamentos, junto a instituições financeiras nacionais.

5) RESPONSABILIDADES E CONTINGÊNCIAS

Não há passivo contingente registrado contabilmente, tendo em vista que os administradores da empresa, escudados em opinião de seus consultores e advogados, não apontam contingências de quaisquer naturezas.



6) CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), dividido em 40.000,00 (quarenta mil) quotas de R\$ 1,00 (um real), totalmente integralizado, apresentando a seguinte composição:

Daniel de Faria Jerônimo Leite – 76%
Luís Eduardo Franco Bouéres – 16%
João da Silva Santiago Filho – 5%
Jardel Adriano Vilarinho da Silva – 3%

7) PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

Não existem registros de propriedade para investimento.

8) EVENTOS SUBSEQUENTES

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

São Luís, 31 de dezembro de 2024

DANIEL DE FARIA
JERONIMO LEITE:
79958893304

Assinado eletronicamente pelo(a) DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE em 31/12/2024 às 10:35:50
CPF: 799.588.933-04
Data: 2025-05-23 10:35:50

DANIEL DE FARIA JERÔNIMO LEITE
Sócio Administrador – CPF: 799.588.933-04

NATHALIA DE
SOUSA RAMOS:
01881769348

Assinado eletronicamente por NATHALIA DE SOUSA RAMOS em 31/12/2024 às 10:35:50
CPF: 018.817.693-48
Data: 2025-05-23 10:35:50

NATHALIA DE SOUSA RAMOS
Contador - CRC: 012218/O - MA
CPF: 018.817.693-48

Certifico que o Balanço Patrimonial referente ao exercício de 2024 foi devidamente registrado na OAB/MA sob o número 192, em conformidade com o disposto no Art. 9º do Provimento nº 112/2006, do Estatuto da OAB, vigente desde 24 de maio de 2007.





Documento(s) assinado(s) eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, mediante o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, *caput*, do Decreto nº 8539, de 8 de outubro de 2015.

ID#11385111

Balanço patrimonial averbado/certificado - pags. 1-7



Documento assinado eletronicamente por **ELIANE RODRIGUES MACEDO**, em 23/05/2025, às 13:57. **DANIEL BLUME PEREIRA DE ALMEIDA**, em 26/05/2025, às 17:54. A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://validador.oab.org.br>, informando o código **1138-5111-6D**.





CERTIDÃO

Certifico, que o Balanço Patrimonial referente no exercício de **2024** da sociedade denominada **"DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS"** CNPJ 09.181.344/0001-19 inscrita no Conselho Seccional sob número da **OAB 192** desde **24 de maio de 2007**, foi registrado e arquivado nesta Seccional, conforme **Protocolo nº10.0000.2025.007838-1 ID#11385111**, na forma do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (EAOAB), Regulamento Geral e Provimento nº 112/2006. Por ser expressão da verdade lavro a presente certidão, que vai assinada por **DANIEL BLUME**, Secretário-Geral da **Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Maranhão**.

COMISSÃO DE SOCIEDADES

Central de Atendimento: (98) 2107-5454 / 2107-5429

E-mail: sociedade@oabma.org.br

WhatsApp: 98 99161-1092

Endereço Sede OAB

Proc. 10.0000.2025.007838-1 - ID#11385733 - Página 1 de 1.





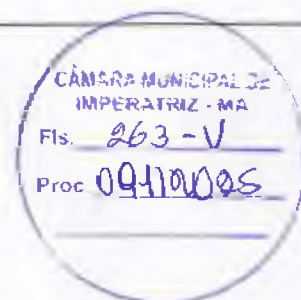
Documento(s) assinado(s) eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, mediante o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, *caput*, do Decreto nº 8539, de 8 de outubro de 2015.

ID#11385733

Certidão de balanço patrimonial - pags. 1-1



Documento assinado eletronicamente por **ELIANE RODRIGUES MACEDO**, em 23/05/2025, às 14:26. **DANIEL BLUME PEREIRA DE ALMEIDA**, em 26/05/2025, às 17:54. A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://validador.oab.org.br>, informando o código **1138-5733-66**.



Folha: 000001



L i v r o D i á r i o N r o . : 000016

T e r m o d e A b e r t u r a

Contém o presente Livro Mercantil de 000086 (oitenta e seis) folhas numeradas Automaticamente por Processamento de Dados de 000001(um) a 000086 (oitenta e seis), que servirá de Livro Diário Nro. 000016 da empresa abaixo qualificada para Lançamentos no período de 01/01/2024 a 31/12/2024:

Razão Social: DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS

Endereço: RUA DAS JUCARAS, 04, QUADRA 44

Bairro: RENASCENÇA

Cidade / UF: SAO LUIS / MA

Cep: 65075230

CNPJ/CEI: 09.181.344/0001-19

Inscr.Municipal: 62370009

Registro na OAB/MA: 192

Data Registro: 24/05/2007

SAO LUIS / MA, 01 de Janeiro de 2024

DANIEL DE FARIA
JERONIMO LEITE:
79958893304

DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE
Sócio-Administrador - CPF: 799.588.933-04
OAB/MA: 5.991

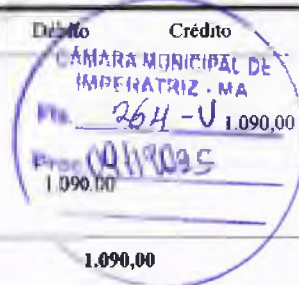
NATHALIA DE
SOUSA RAMOS
01881769348

NATHALIA DE SOUSA RAMOS
Contador - CRC: 012218/O - MA
CPF: 018.817.693-48

TERMO DE ABERTURA

Certifico que o presente Livro Diário nº 000016, referente ao exercício de 2024, composto por 086 (oitenta e seis) folhas eletrônicas numeradas sequencialmente de 000001 a 000086, da sociedade "DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS", devidamente registrada nesta Seccional sob o nº 192, em conformidade com o disposto no art. 9º do Provimento nº 112/2006 do Estatuto da

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
01 de janeiro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35		
Total do Dia:			1.090,00	1.090,00



05 de janeiro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		721,76
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.254,21
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.134,80
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		718,77
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		169,18
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Outras Despesas	2110		16.250,00
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	721,76	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.254,21	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.134,80	
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Outras Despesas	35	16.250,00	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	718,77	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	169,18	
Total do Dia:			20.248,72	20.248,72

08 de janeiro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Energia	2095		826,73
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Energia	35	826,73	
Total do Dia:			826,73	826,73

10 de janeiro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		383,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.204,65
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		972,95
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	383,00	

*** A Transportar

383,00

2.560,60



Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
			383,00	2.560,60
	*** Transporte			
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.204,65	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	972,95	
Total do Dia:			2.560,60	2.560,60

12 de janeiro de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Energia	2095		264,14
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Energia	2095		150,08
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Energia	35	264,14	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Energia	35	150,08	
Total do Dia:			414,22	414,22

15 de janeiro de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Outras Despesas	2110		2.015,18
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		76,11
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Outras Despesas	35	2.015,18	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	76,11	
Total do Dia:			2.091,29	2.091,29

18 de janeiro de 2024

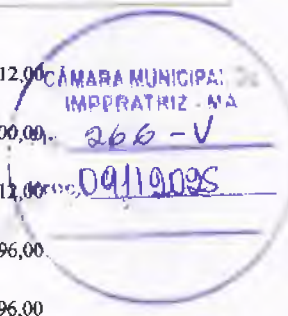
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Plano de saúde empresarial BRADESCO	3394		11.258,86
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Água	2095		348,84
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Água	2095		348,84
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Vale Transporte	2000		3.000,00
(2000) Vale Transporte [4-3-01-07-01]	Vale Transporte	35	3.000,00	
(3394) Plano de saúde empresarial BRADESCO [4-3-01-08-03]	Plano de saúde empresarial BRADESCO	35	11.258,86	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Água	35	348,84	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Água	35	348,84	

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
		Total do Dia:	14.956,54	14.956,54
19 de janeiro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Previdência Social	1960		
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		165,82
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		207,51
(1960) Previdência Social [4-3-01-04-01]	Previdência Social	35	5.775,71	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	165,82	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	207,51	
		Total do Dia:	6.149,04	6.149,04
25 de janeiro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	PIS	1470		2.509,52
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	COFINS	1475		11.582,40
(1470) PIS [3-2-01-01-04]	PIS	35	2.509,52	
(1475) COFINS [3-2-01-01-05]	COFINS	35	11.582,40	
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		706,62
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	706,62	
		Total do Dia:	14.798,54	14.798,54
31 de janeiro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Prestação de Serviços Advocaticios	3380	344.490,00	
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	CSLL	3457		74.455,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	IRPJ 4ºT 2023	3464		225.889,44
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <01/2024>	940		1.412,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <01/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <01/2024>	940		3.000,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	IRRF <01/2024> PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA	845		27,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <01/2024>	825		240,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <01/2024>	940		1.412,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de RAIMUNDA ALDENIRA SERRA	825		112,96
		*** A Transportar:	344.490,00	306.661,36

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
	*** Transporte		344.490,00	306.661,36
02-01]	BARROS <01/2024>			
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de MARCIO DA SILVA CABRAL <01/2024>	825		159,68
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <01/2024>	940		1.996,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <01/2024>	825		159,68
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <01/2024>	940		1.996,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <01/2024>	940		3.000,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	IRRF <01/2024> ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL	845		27,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <01/2024>	825		240,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <01/2024>	940		1.412,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de NILBERTH MENDES COELHO <01/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <01/2024>	940		1.306,10
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <01/2024>	940		1.306,10
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <01/2024>	940		1.837,54
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <01/2024>	940		1.837,54
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <01/2024>	940		2.714,19
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <01/2024>	940		1.430,18
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <01/2024>	940		2.714,19
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pro labore JOAO DA SILVA SANTIAGO FILHO <01/2024>	985		1.780,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pro labore DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE <01/2024>	985		1.256,68
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <01/2024>	35	112,96	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <01/2024>	35	240,00	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <01/2024>	35	112,96	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de MARCIO DA SILVA CABRAL <01/2024>	35	159,68	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <01/2024>	35	159,68	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <01/2024>	35	240,00	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de NILBERTH MENDES COELHO <01/2024>	35	112,96	
(845) Imposto de Renda Retido na Fonte - de Funcionários [2-1-05-02-01]	IRRF <01/2024> PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA	35	27,00	
(845) Imposto de Renda Retido na Fonte - de Funcionários [2-1-05-02-01]	IRRF <01/2024> ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL	35	27,00	
	*** A Transportar:		345.682,24	331.947,20



Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
*** Transporte			345.682,24	331.947,20
01]				
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <01/2024>	35	1.412,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <01/2024>	35	3.000,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <01/2024>	35	1.412,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <01/2024>	35	1.996,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <01/2024>	35	1.996,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <01/2024>	35	3.000,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <01/2024>	35	1.412,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <01/2024>	35	1.306,10	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <01/2024>	35	1.306,10	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <01/2024>	35	1.837,54	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <01/2024>	35	1.837,54	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <01/2024>	35	2.714,19	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <01/2024>	35	1.430,18	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <01/2024>	35	2.714,19	
(985) Honorários a Pagar [2-1-06-04-01]	Pro labore JOAO DA SILVA SANTIAGO FILHO <01/2024>	35	1.780,00	
(985) Honorários a Pagar [2-1-06-04-01]	Pro labore DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE <01/2024>	35	1.256,68	
(3380) Prestação de Serviços Advocatícios [3-1-02-01-02]	Prestação de Serviços Advocatícios	35		344.490,00
(3457) CSLL [3-2-01-01-06]	CSLL	35	74.455,00	
(3464) IRPJ [3-2-01-01-07]	IRPJ 4ºT 2023	35	225.889,44	
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	APLICAÇÃO	55		292.357,47
(35) Banco do Brasil S/A [1-1-01-02-01]	RESGATE	55	1.045.169,53	
(55) Banco do Brasil S/A [1-1-01-03-01]	APLICAÇÃO	35	292.357,47	
(55) Banco do Brasil S/A [1-1-01-03-01]	RESGATE	35		1.045.169,53
Total do Dia:			2.013.964,20	2.013.964,20



Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
01 de fevereiro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condominio	2090		1.090,00
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condominio	35		1.090,00
Total do Dia:			1.090,00	1.090,00

05 de fevereiro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condominio	2090		721,76
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condominio	2090		1.254,21
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Energia	2095		742,69
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		704,46
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		165,82
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Outras Despesas	2110		16.250,00
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condominio	35	721,76	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condominio	35	1.254,21	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Energia	35	742,69	
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Outras Despesas	35	16.250,00	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	704,46	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	165,82	
Total do Dia:			19.838,94	19.838,94

07 de fevereiro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condominio	2090		1.158,24
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condominio	35	1.158,24	
Total do Dia:			1.158,24	1.158,24

09 de fevereiro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Energia	2095		249,65
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Energia	35	249,65	



Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
		Total do Dia:	249,65	249,65
10 de fevereiro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condominio	2090		400,69
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condominio	2090		1.204,14
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condominio	2090		972,95
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condominio	35	400,69	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condominio	35	1.204,14	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condominio	35	972,95	
		Total do Dia:	2.577,78	2.577,78
15 de fevereiro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Outras Despesas	2110		2.015,18
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		72,53
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Outras Despesas	35	2.015,18	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	72,53	
		Total do Dia:	2.087,71	2.087,71
18 de fevereiro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Plano de saúde empresarial BRADESCO	3394		11.258,86
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Água	2095		348,84
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Água	2095		348,84
(3394) Plano de saúde empresarial BRADESCO [4-3-01-08-03]	Plano de saúde empresarial BRADESCO	35	11.258,86	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Água	35	348,84	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Água	35	348,84	
		Total do Dia:	11.956,54	11.956,54
19 de fevereiro de 2024				
*** A Transportar:			11.956,54	11.956,54

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
*** Transporte			11.956,54	11.956,54
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		207,51
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		165,82
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	207,51	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	165,82	
Total do Dia:			373,33	373,33
20 de fevereiro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Previdência Social	1960		5 881,83
(1960) Previdência Social [4-3-01-04-01]	Previdência Social	35	5 881,83	
Total do Dia:			5.881,83	5.881,83
21 de fevereiro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Vale Transporte	2000		579,00
(2000) Vale Transporte [4-3-01-07-01]	Vale Transporte	35	579,00	
Total do Dia:			579,00	579,00
23 de fevereiro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	COFINS	1475		10 334,70
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	PIS	1470		2.239,19
(1470) PIS [3-2-01-01-04]	PIS	35	2.239,19	
(1475) COFINS [3-2-01-01-05]	COFINS	35	10.334,70	
Total do Dia:			12.573,89	12.573,89
25 de fevereiro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		706,62
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	706,62	
Total do Dia:			706,62	706,62



Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
29 de fevereiro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Prestação de Serviços Advocaticios	3380		
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <02/2024>	940		1.996,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <02/2024>	825		240,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	IRRF <02/2024> ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL	845		13,20
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <02/2024>	940		3.000,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <02/2024>	940		1.412,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de NILBERTH MENDES COELHO <02/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <02/2024>	940		1.306,10
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <02/2024>	940		1.306,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <02/2024>	940		1.837,54
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <02/2024>	940		1.837,54
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <02/2024>	940		2.727,99
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <02/2024>	940		1.430,18
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <02/2024>	940		2.727,99
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pro labore JOAO DA SILVA SANTIAGO FILHO <02/2024>	985		1.780,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pro labore DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE <02/2024>	985		1.256,68
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <02/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <02/2024>	940		1.412,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	IRRF <02/2024> PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA	845		13,20
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <02/2024>	825		240,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <02/2024>	940		3.000,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <02/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <02/2024>	940		1.412,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <02/2024>	940		1.996,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de MARCIO DA SILVA CABRAL <02/2024>	825		159,68
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <02/2024>	825		159,68
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <02/2024>	35	240,00	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de NILBERTH MENDES COELHO <02/2024>	35	112,96	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO	35	112,96	

*** A Transportar:

715.960,26

31.602,76



Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
	*** Transporte		715.960,26	31.602,76
06]	SILVA <02/2024>			
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <02/2024>	35	240,00	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <02/2024>	35	112,96	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de MARCIO DA SILVA CABRAL <02/2024>	35	159,68	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <02/2024>	35	159,68	
(845) Imposto de Renda Retido na Fonte - de Funcionários [2-1-05-02-01]	IRRF <02/2024> ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL	35	13,20	
(845) Imposto de Renda Retido na Fonte - de Funcionários [2-1-05-02-01]	IRRF <02/2024> PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA	35	13,20	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <02/2024>	35	1.996,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <02/2024>	35	3.000,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <02/2024>	35	1.412,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <02/2024>	35	1.306,10	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <02/2024>	35	1.306,10	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <02/2024>	35	1.837,54	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <02/2024>	35	1.837,54	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <02/2024>	35	2.727,99	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <02/2024>	35	1.430,18	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <02/2024>	35	2.727,99	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <02/2024>	35	1.412,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <02/2024>	35	3.000,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <02/2024>	35	1.412,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <02/2024>	35	1.996,00	
(985) Honorários a Pagar [2-1-06-04-01]	Pro labore JOAO DA SILVA SANTIAGO FILHO <02/2024>	35	1.780,00	
(985) Honorários a Pagar [2-1-06-04-01]	Pro labore DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE <02/2024>	35	1.256,68	
(3380) Prestação de Serviços Advocatícios [3-1-02-01-02]	Prestação de Serviços Advocatícios	35		715.494,34
(35) Banco do Brasil S/A [1-1-01-02-01]	APLICAÇÃO	55		523.320,97
(35) Banco do Brasil S/A [1-1-01-02-01]	RESGATE	55	485.215,70	
(55) Banco do Brasil S/A [1-1-01-03-01]	APLICAÇÃO	35	523.320,97	
(55) Banco do Brasil S/A [1-1-01-03-01]	RESGATE	35		485.215,70
	*** A Transportar:		1.755.633,77	1.755.633,77

CÂMARA MUNICIPAL DE
IMPERATRIZ - MA

Fls. 269

Proc. 091.19035



Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
	*** Transporte		1.755.633,77	1.755.633,77

03-01]

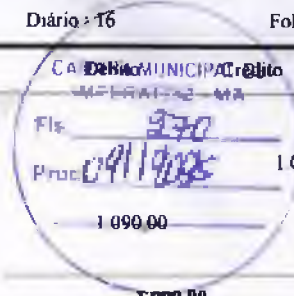
Total do Dia:

1.755.633,77

1.755.633,77

CÂMARA MUNICIPAL DE
IMPERATRIZ - MA
Fls. 269 - V
Proc. 09170025

Conta	Histórico	C/P		
01 de março de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condominio	2090		
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condominio	35		
Total do Dia:			1.090,00	1.090,00



05 de março de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condominio	2090		721,76
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condominio	2090		1.254,21
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Energia	2095		736,17
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condominio	2090		1.134,80
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		704,46
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		165,82
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Outras Despesas	2110		16.250,00
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condominio	35	721,76	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condominio	35	1.254,21	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condominio	35	1.134,80	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Energia	35	736,17	
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Outras Despesas	35	16.250,00	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	704,46	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	165,82	
Total do Dia:			20.967,22	20.967,22

10 de março de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condominio	2090		400,69
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condominio	2090		1.195,43
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condominio	2090		972,95
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condominio	35	400,69	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condominio	35	1.195,43	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condominio	35	972,95	

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
		Total do Dia:	2.569,07	2.569,07
11 de março de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Energia	2095		247,55
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Energia	2095		586,96
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Energia	35	247,55	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Energia	35	586,96	
		Total do Dia:	834,51	834,51
12 de março de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Imposto Sobre Serviços - ISS	1500		550,46
(1500) Imposto Sobre Serviços - ISS [3-2-02-01-03]	Imposto Sobre Serviços - ISS	35	550,46	
		Total do Dia:	550,46	550,46
15 de março de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Outras Despesas	2110		2.015,18
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Vale Transporte	2000		384,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		73,58
(2000) Vale Transporte [4-3-01-07-01]	Vale Transporte	35	384,00	
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Outras Despesas	35	2.015,18	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	73,58	
		Total do Dia:	2.472,76	2.472,76
18 de março de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Plano de saúde empresarial BRADESCO	3394		11.258,86
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Água	2095		348,84
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Água	2095		348,84
(3394) Plano de saúde empresarial BRADESCO [4-3-01-08-03]	Plano de saúde empresarial BRADESCO	35	11.258,86	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Água	35	348,84	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Água	35	348,84	
		*** A Transportar	11.956,54	11.956,54

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
	*** Transporte		11.956,54	11.956,54
04]				
	Total do Dia:			
19 de março de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		207,51
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		165,82
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	207,51	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	165,82	
	Total do Dia:		373,33	373,33
20 de março de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Previdência Social	1960		5.854,23
(1960) Previdência Social [4-3-01-04-01]	Previdência Social	35	5.854,23	
	Total do Dia:		5.854,23	5.854,23
25 de março de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A [1-1-01-02-01]	PIS	1470		4.650,71
(35) Banco do Brasil S/A [1-1-01-02-01]	COFINS	1475		21.464,83
(1470) PIS [3-2-01-01-04]	PIS	35	4.650,71	
(1475) COFINS [3-2-01-01-05]	COFINS	35	21.464,83	
(35) Banco do Brasil S/A [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		720,44
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	720,44	
	Total do Dia:		26.835,98	26.835,98
31 de março de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A [1-1-01-02-01]	Prestação de Serviços Advocaticios	3380	1.574.288,56	
(35) Banco do Brasil S/A [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <03/2024>	940		1.412,00
(35) Banco do Brasil S/A [1-1-01-02-01]	Pagamento de CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <03/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A [1-1-01-02-01]	Pagamento de PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <03/2024>	825		240,00
	*** A Transportar		1.574.288,56	1.764,96



Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
*** Transporte			1.574.288,56	1.764,96
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <03/2024>	940		3.000,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	IRRF <03/2024> PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA	845		13,20
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <03/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <03/2024>	940		1.412,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <03/2024>	940		1.996,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de MARCIO DA SILVA CABRAL <03/2024>	825		159,68
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <03/2024>	940		1.996,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <03/2024>	825		159,68
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <03/2024>	825		240,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <03/2024>	940		3.000,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	IRRF <03/2024> ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL	845		13,20
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <03/2024>	940		1.412,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de NILBERTH MENDES COELHO <03/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <03/2024>	940		1.306,10
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <03/2024>	940		1.306,10
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <03/2024>	940		1.837,54
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <03/2024>	940		1.837,54
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <03/2024>	940		2.727,99
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <03/2024>	940		1.430,16
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <03/2024>	940		2.727,99
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pro labore JOAO DA SILVA SANTIAGO FILHO <03/2024>	985		1.780,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pro labore DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE <03/2024>	985		1.256,68
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <03/2024>	35	112,96	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <03/2024>	35	240,00	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <03/2024>	35	112,96	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de MARCIO DA SILVA CABRAL <03/2024>	35	159,68	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <03/2024>	35	159,68	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <03/2024>	35	240,00	
*** A Transportar:			1.575.313,84	31.602,76

Conta	Histórico	C/P	Debito	Crédito
	*** Transporte		1.575.313,84	31.602,76
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de NILBERTH MENDES COELHO <03/2024>	35	112,96	
(845) Imposto de Renda Retido na Fonte - de Funcionários [2-1-05-02-01]	IRRF <03/2024> PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA	35		
(845) Imposto de Renda Retido na Fonte - de Funcionários [2-1-05-02-01]	IRRF <03/2024> ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL	35	13,20	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <03/2024>	35	1.412,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <03/2024>	35	3.000,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <03/2024>	35	1.412,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <03/2024>	35	1.996,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <03/2024>	35	1.996,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <03/2024>	35	3.000,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <03/2024>	35	1.412,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <03/2024>	35	1.306,10	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <03/2024>	35	1.306,10	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <03/2024>	35	1.837,54	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <03/2024>	35	1.837,54	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <03/2024>	35	2.727,99	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <03/2024>	35	1.430,18	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <03/2024>	35	2.727,99	
(985) Honorários a Pagar [2-1-06-04-01]	Pro labore JOAO DA SILVA SANTIAGO FILHO <03/2024>	35	1.780,00	
(985) Honorários a Pagar [2-1-06-04-01]	Pro labore DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE <03/2024>	35	1.256,68	
(3380) Prestação de Serviços Advocaticios [3-1-02-01-02]	Prestação de Serviços Advocaticios	35		1.574.288,56
(35) Banco do Brasil S/A [1-1-01-02-01]	APLICAÇÃO	55		2.280.390,38
(35) Banco do Brasil S/A [1-1-01-02-01]	RESGATE	55	1.897.215,37	
(55) Banco do Brasil S/A [1-1-01-03-01]	APLICAÇÃO	35	2.280.390,38	
(55) Banco do Brasil S/A [1-1-01-03-01]	RESGATE	35		1.897.215,37
(1335) Lucros/Superávits Apurados [2-3-03-01-01]	SalDOS	2800		2.138.215,15
(3380) Prestação de Serviços Advocaticios [3-1-02-01-02]	SalDOS	2800	2.634.272,90	
(1470) PIS [3-2-01-01-04]	SalDOS	2800		9.399,42
(1475) COFINS [3-2-01-01-05]	SalDOS	2800		43.381,93
	*** A Transportar:		8.417.769,97	7.974.493,57

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
*** Transporte			8.417.769,97	7.974.493,57
(3457) CSLL [3-2-01-01-06]	Saldos	2800		74.455,00
(3464) IRPJ [3-2-01-01-07]	Saldos	2800		225.889,44
(1500) Imposto Sobre Serviços - ISS [3-2-02-01-03]	Saldos	2800		550,46
(1960) Previdência Social [4-3-01-04-01]	Saldos	2800		17.511,77
(2000) Vale Transporte [4-3-01-07-01]	Saldos	2800		3.963,00
(3394) Plano de saúde empresarial BRADESCO [4-3-01-08-03]	Saldos	2800		33.776,58
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Saldos	2800		20.333,20
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Saldos	2800		5.897,01
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Saldos	2800		54.795,54
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Saldos	2800		6.104,40
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	3457	74.455,00	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	1470	9.399,42	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	1475	43.381,93	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	1500	550,46	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	1960	17.511,77	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	2090	20.333,20	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	2110	54.795,54	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	2095	5.897,01	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	3380		2.634.272,90
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	2000	3.963,00	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	2180	6.104,40	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	3464	225.889,44	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	3394	33.776,58	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	1335	2.138.215,15	
Total do Dia			11.052.042,87	11.052.042,87

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
01 de abril de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.090,00
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.090,00	
Total do Dia:			1.090,00	1.090,00
04 de abril de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Energia	2095		710,30
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Energia	35	710,30	
Total do Dia:			710,30	710,30
05 de abril de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		721,76
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.254,21
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.134,80
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		165,82
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Outras Despesas	2110		16.250,00
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	721,76	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.254,21	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.134,80	
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Outras Despesas	35	16.250,00	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	165,82	
Total do Dia:			19.526,59	19.526,59
10 de abril de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		400,69
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.206,26
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		972,95
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	400,69	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.206,26	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	972,95	



Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
		Total do Dia:	2.579,90	2.579,90
11 de abril de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A [1-1-01-02-01]	Energia	2095		237,55
(35) Banco do Brasil S/A [1-1-01-02-01]	Energia	2095		1.850,95
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Energia	35	237,55	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Energia	35	1.850,95	
		Total do Dia:	2.088,50	2.088,50
12 de abril de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A [1-1-01-02-01]	Imposto Sobre Serviços - ISS	1500		550,46
(1500) Imposto Sobre Serviços - ISS [3-2-02-01-03]	Imposto Sobre Serviços - ISS	35	550,46	
		Total do Dia:	550,46	550,46
15 de abril de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A [1-1-01-02-01]	Outras Despesas	2110		2.015,18
(35) Banco do Brasil S/A [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		73,58
(35) Banco do Brasil S/A [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		718,27
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Outras Despesas	35	2.015,18	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	73,58	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	718,27	
		Total do Dia:	2.807,03	2.807,03
16 de abril de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A [1-1-01-02-01]	Vale Transporte	2000		579,00
(2000) Vale Transporte [4-3-01-07-01]	Vale Transporte	35	579,00	
		Total do Dia:	579,00	579,00
18 de abril de 2024				
		*** A Transportar:	579,00	579,00



Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
*** Transporte			579,00	579,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Plano de saúde empresarial BRADESCO	3394		11.258,86
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Água	2095		348,84
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Água	2095		348,84
(3394) Plano de saúde empresarial BRADESCO [4-3-01-08-03]	Plano de saúde empresarial BRADESCO	35	11.258,86	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Água	35	348,84	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Água	35	348,84	
Total do Dia:			11.956,54	11.956,54
19 de abril de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Previdência Social	1960		5.854,23
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		207,51
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		165,82
(1960) Previdência Social [4-3-01-04-01]	Previdência Social	35	5.854,23	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	207,51	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	165,82	
Total do Dia:			6.227,56	6.227,56
25 de abril de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	COFINS	1475		47.228,66
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	PIS	1470		10.232,88
(1470) PIS [3-2-01-01-04]	PIS	35	10.232,88	
(1475) COFINS [3-2-01-01-05]	COFINS	35	47.228,66	
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		720,44
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	720,44	
Total do Dia:			58.181,98	58.181,98
30 de abril de 2024				
*** A Transportar:			58.181,98	58.181,98

Conta	Histórico	C/T	Débito	Crédito
*** Transporte			58.181,98	58.181,98
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Prestação de Serviços Advocaticios	3380	1.025.106,22	
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	IRPJ 1ºT 2025	3464		204.741,83
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	CSLL 1ºT 2025	3457		75.167,06
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <04/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <04/2024>	940		1.412,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <04/2024>	825		240,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	IRRF <04/2024> PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA	845		13,20
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <04/2024>	940		3.000,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <04/2024>	940		1.412,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <04/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <04/2024>	940		1.996,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de MARCIO DA SILVA CABRAL <04/2024>	825		159,68
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <04/2024>	825		159,68
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <04/2024>	940		1.996,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <04/2024>	940		3.000,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <04/2024>	825		240,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	IRRF <04/2024> ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL	845		13,20
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <04/2024>	940		1.412,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de NILBERTH MENDES COELHO <04/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <04/2024>	940		1.306,10
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <04/2024>	940		1.306,10
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <04/2024>	940		1.837,54
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <04/2024>	940		1.837,54
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <04/2024>	940		2.727,99
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <04/2024>	940		1.430,18
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <04/2024>	940		2.727,99
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pro labore JOAO DA SILVA SANTIAGO FILHO <04/2024>	985		1.780,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pro labore DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE <04/2024>	985		1.256,68
*** A Transportar:			1.083.288,20	370.393,63



Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
*** Transporte			1 083.288,20	370.393,63
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <04/2024>	35	112,96	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <04/2024>	35	240,00	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <04/2024>	35	112,96	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de MARCIO DA SILVA CABRAL <04/2024>	35	159,68	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <04/2024>	35	159,68	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <04/2024>	35	240,00	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de NILBERTH MENDES COELHO <04/2024>	35	112,96	
(845) Imposto de Renda Retido na Fonte - de Funcionários [2-1-05-02-01]	IRRF <04/2024> PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA	35	13,20	
(845) Imposto de Renda Retido na Fonte - de Funcionários [2-1-05-02-01]	IRRF <04/2024> ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL	35	13,20	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <04/2024>	35	1.412,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <04/2024>	35	3.000,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <04/2024>	35	1.412,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <04/2024>	35	1.996,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <04/2024>	35	1.996,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <04/2024>	35	3.000,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <04/2024>	35	1.412,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <04/2024>	35	1.306,10	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <04/2024>	35	1.306,10	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <04/2024>	35	1.837,54	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <04/2024>	35	1.837,54	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <04/2024>	35	2.727,99	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <04/2024>	35	1.430,18	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <04/2024>	35	2.727,99	
(985) Honorários a Pagar [2-1-06-04-01]	Pro labore JOAO DA SILVA SANTIAGO FILHO <04/2024>	35	1.780,00	
(985) Honorários a Pagar [2-1-06-04-01]	Pro labore DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE <04/2024>	35	1.256,68	
(3380) Prestação de Serviços Advocaticios [3-1-02-01-02]	Prestação de Serviços Advocaticios	35		1.025.106,22
(3457) CSLL [3-2-01-01-06]	CSLL 1ºT 2025	35	75.867,06	
(3464) IRPJ [3-2-01-01-07]	IRPJ 1ºT 2025	35	204.741,83	
*** A Transportar:			1 395.499,85	1 395.499,85

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
			1.395.499,85	1.395.499,85
	*** Transporte			
(35) Banco do Brasil S/A [1-1-01-02-01]	APLICAÇÃO	55		1.423.785,15
(35) Banco do Brasil S/A [1-1-01-02-01]	RESGATE	55	967.835,18	
(55) Banco do Brasil S/A [1-1-01-03-01]	APLICAÇÃO	35	1.423.785,15	
(55) Banco do Brasil S/A [1-1-01-03-01]	RESGATE	35		967.835,18
Total do Dia			3.728.938,20	3.728.938,20

Conta	Histórico	C/P	Debitos	Credito
01 de maio de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35		
Total do Dia:			1.193,97	1.193,97

05 de maio de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.145,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.254,21
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.134,80
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		718,27
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		165,82
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Outras Despesas	2110		16.250,00
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.145,00	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.254,21	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.134,80	
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Outras Despesas	35	16.250,00	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	718,27	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	165,82	
Total do Dia:			20.668,10	20.668,10

06 de maio de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Energia	2095		731,52
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Energia	35	731,52	
Total do Dia:			731,52	731,52

10 de maio de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		400,69
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.233,17
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		972,65
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	400,69	

*** A Transportar:

400,69

2.606,51



Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
	*** Transporte		400,69	2.606,51
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.233,17	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	972,65	
Total do Dia:			2.606,51	2.606,51

CÂMARA MUNICIPAL DE
IMPERATRIZ - MA
R\$ 246 V
RICE 09/11/2025

13 de maio de 2024

(35) Banco do Brasil S/A [1-1-01-02-01]	Imposto Sobre Serviços - ISS	1500		550,46
(1500) Imposto Sobre Serviços - ISS [3-2-02-01-03]	Imposto Sobre Serviços - ISS	35	550,46	
(35) Banco do Brasil S/A [1-1-01-02-01]	Energia	2095		261,53
(35) Banco do Brasil S/A [1-1-01-02-01]	Energia	2095		157,39
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Energia	35	261,53	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Energia	35	157,39	
Total do Dia:			969,38	969,38

15 de maio de 2024

(35) Banco do Brasil S/A [1-1-01-02-01]	Outras Despesas	2110		2.015,18
(35) Banco do Brasil S/A [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		75,50
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Outras Despesas	35	2.015,18	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	75,50	
Total do Dia:			2.090,68	2.090,68

18 de maio de 2024

(35) Banco do Brasil S/A [1-1-01-02-01]	Plano de saúde empresarial BRADESCO	3394		11.258,86
(35) Banco do Brasil S/A [1-1-01-02-01]	Água	2095		348,84
(35) Banco do Brasil S/A [1-1-01-02-01]	Água	2095		348,84
(3394) Plano de saúde empresarial BRADESCO [4-3-01-08-03]	Plano de saúde empresarial BRADESCO	35	11.258,86	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Água	35	348,84	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Água	35	348,84	



Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
		Total do Dia:	11.956,54	11.956,54
19 de maio de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		207,51
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		165,82
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	207,51	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	165,82	
		Total do Dia:	373,33	373,33
20 de maio de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Previdência Social	1960		5.854,23
(1960) Previdência Social [4-3-01-04-01]	Previdência Social	35	5.854,23	
		Total do Dia:	5.854,23	5.854,23
24 de maio de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	COFINS	1475		30.753,19
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	PIS	1470		6.663,19
(1470) PIS [3-2-01-01-04]	PIS	35	6.663,19	
(1475) COFINS [3-2-01-01-05]	COFINS	35	30.753,19	
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Vale Transporte	2000		386,00
(2000) Vale Transporte [4-3-01-07-01]	Vale Transporte	35	386,00	
		Total do Dia:	37.802,38	37.802,38
25 de maio de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		760,43
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	760,43	
		Total do Dia:	760,43	760,43
28 de maio de 2024				
		*** A Transportar:	760,43	760,43



Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
	*** Transporte		760,43	760,43
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Vale Transporte	2000		193,00
(2000) Vale Transporte [4-3-01-07-01]	Vale Transporte	35		
Total do Dia				



31 de maio de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Prestação de Serviços Advocatórios	3380	1.286.841,78	
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <05/2024>	940		1.412,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <05/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <05/2024>	940		3.000,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <05/2024>	825		240,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	IRRF <05/2024> PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA	845		13,20
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <05/2024>	940		1.412,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <05/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <05/2024>	940		1.996,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de MARCIO DA SILVA CABRAL <05/2024>	825		159,68
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <05/2024>	825		159,68
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <05/2024>	940		1.996,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <05/2024>	825		240,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	IRRF <05/2024> ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL	845		13,2
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <05/2024>	940		3.000,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <05/2024>	940		1.412,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de NILBERTH MENDES COELHO <05/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <05/2024>	940		1.306,10
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <05/2024>	940		1.306,10
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <05/2024>	940		1.837,54
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <05/2024>	940		1.837,54
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <05/2024>	940		2.727,99
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <05/2024>	940		1.430,18

*** A Transportar

1.286.841,78

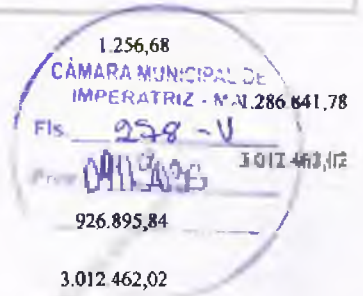
25.838,09



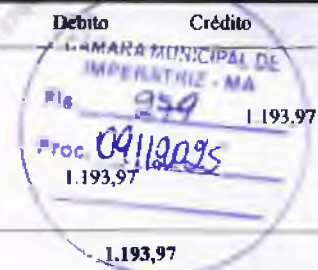
Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
	*** Transporte		1.286.841,78	25.838,09
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <05/2024>	940		2.727,99
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pro labore JOAO DA SILVA SANTIAGO FILHO <05/2024>	985		1.780,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pro labore DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE <05/2024>	985		1.256,68
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <05/2024>	35	112,96	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <05/2024>	35	240,00	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <05/2024>	35	112,96	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de MARCIO DA SILVA CABRAL <05/2024>	35	159,68	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <05/2024>	35	159,68	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <05/2024>	35	240,00	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de NILBERTH MENDES COELHO <05/2024>	35	112,96	
(845) Imposto de Renda Retido na Fonte - de Funcionários [2-1-05-02-01]	IRRF <05/2024> PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA	35	13,20	
(845) Imposto de Renda Retido na Fonte - de Funcionários [2-1-05-02-01]	IRRF <05/2024> ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL	35	13,20	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <05/2024>	35	1.412,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <05/2024>	35	3.000,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <05/2024>	35	1.412,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <05/2024>	35	1.996,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <05/2024>	35	1.996,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <05/2024>	35	3.000,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <05/2024>	35	1.412,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <05/2024>	35	1.306,10	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <05/2024>	35	1.306,10	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <05/2024>	35	1.837,54	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <05/2024>	35	1.837,54	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <05/2024>	35	2.727,99	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <05/2024>	35	1.430,18	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <05/2024>	35	2.727,99	
(985) Honorários a Pagar [2-1-06-04-01]	Pro labore JOAO DA SILVA SANTIAGO FILHO <05/2024>	35	1.780,00	
	*** A Transportar:		1.317.187,86	31.602,76



Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
	*** Transporte		1 317 187,86	31 602,76
(985) Honorários a Pagar [2-1-06-04-01]	Pro labore DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE <05/2024>	35	1 256,68	
(3380) Prestação de Serviços Advocaticios [3-1-02-01-02]	Prestação de Serviços Advocaticios	35		
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	APLICAÇÃO	55		
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	RESGATE	55	926.895,84	
(55) Banco do Brasil S/A [1-1-01-03-01]	APLICAÇÃO	35	3.012 462,02	
(55) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-03-01]	RESGATE	35		926 895,84
Total do Dia			5.257.802,40	5.257.802,40



Conta	Histórico	C/P	Debito	Crédito
01 de junho de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.193,97
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.193,97	
Total do Dia			1.193,97	1.193,97
05 de junho de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.145,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.145,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.254,21
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Energia	2095		997,65
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.134,80
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		718,27
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		165,82
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Outras Despesas	2110		16.250,00
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.145,00	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.145,00	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.254,21	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.134,80	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Energia	35	997,65	
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Outras Despesas	35	16.250,00	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	718,27	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	165,82	
Total do Dia			22.810,75	22.810,75
10 de junho de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		400,69
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.219,67
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		972,65
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	400,69	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.219,67	
*** A Transportar			1.620,36	2.593,01



Conta	Histórico	C/P	Debito	Crédito
		*** Transporte	1.620,36	2.593,01
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	972,65	
Total do Dia:			2.593,01	2.593,01
11 de junho de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Energia	2095		272,80
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Energia	2095		163,75
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Energia	35	272,80	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Energia	35	163,75	
Total do Dia:			436,55	436,55
12 de junho de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Imposto Sobre Serviços - ISS	1500		550,46
(1500) Imposto Sobre Serviços - ISS [3-2-02-01-03]	Imposto Sobre Serviços - ISS	35	550,46	
Total do Dia:			550,46	550,46
15 de junho de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Outras Despesas	2110		2.015,18
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		73,58
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Outras Despesas	35	2.015,18	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	73,58	
Total do Dia:			2.088,76	2.088,76
18 de junho de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Plano de saúde empresarial BRADESCO	3394		13.618,68
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Água	2095		248,84
(3394) Plano de saúde empresarial BRADESCO [4-3-01-08-03]	Plano de saúde empresarial BRADESCO	35	13.618,68	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Água	35	248,84	



Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
		Total do Dia:	13.867,52	13.867,52
19 de junho de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		207,51
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		165,82
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	207,51	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	165,82	
		Total do Dia:	373,33	373,33
20 de junho de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Água	2095		348,84
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Previdência Social	1960		5.854,23
(1960) Previdência Social [4-3-01-04-01]	Previdência Social	35	5.854,23	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Água	35	348,84	
		Total do Dia:	6.203,07	6.203,07
21 de junho de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Vale Transporte	2000		579,00
(2000) Vale Transporte [4-3-01-07-01]	Vale Transporte	35	579,00	
		Total do Dia:	579,00	579,00
25 de junho de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		720,44
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	720,44	
		Total do Dia:	720,44	720,44
26 de junho de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	COFINS	1475		38.732,64
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	PIS	1470		8.392,07
(1470) PIS [3-2-01-01-04]	PIS	35	8.392,07	
*** A Transportar:			8.392,07	47.124,71



Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
	*** Transporte		8.392,07	47.124,71
(1475) COFINS [3-2-01-01-05]	COFINS	35	38.732,64	280 - V
Total do Dia:			47.124,71	47.124,71

30 de junho de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Prestação de Serviços Advocaticios	3380	370.640,00	
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <06/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <06/2024>	940		1.412,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <06/2024>	940		3.000,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <06/2024>	825		240,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	IRRF <06/2024> PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA	845		13,20
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <06/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <06/2024>	940		1.412,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <06/2024>	940		1.996,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de MARCIO DA SILVA CABRAL <06/2024>	825		159,68
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <06/2024>	825		159,68
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <06/2024>	940		1.996,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	IRRF <06/2024> ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL	845		13,20
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <06/2024>	825		240,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <06/2024>	940		3.000,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <06/2024>	940		1.412,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de NILBERTH MENDES COELHO <06/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <06/2024>	940		1.306,10
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <06/2024>	940		1.306,10
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <06/2024>	940		1.837,54
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <06/2024>	940		1.837,54
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <06/2024>	940		2.727,99
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <06/2024>	940		1.430,18
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <06/2024>	940		2.727,99

*** A Transportar:

370.640,00

28.566,08

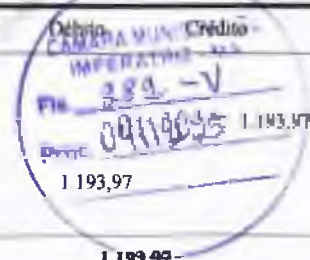
Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
	*** Transporte		370.640,00	28.566,08
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pro labore JOAO DA SILVA SANTIAGO FILHO <06/2024>	985		1.780,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pro labore DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE <06/2024>	985		1.256,68
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <06/2024>	35	112,96	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <06/2024>	35	240,00	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <06/2024>	35	112,96	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de MARCIO DA SILVA CABRAL <06/2024>	35	159,68	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <06/2024>	35	159,68	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <06/2024>	35	240,00	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de NILBERTH MENDES COELHO <06/2024>	35	112,96	
(845) Imposto de Renda Retido na Fonte - de Funcionários [2-1-05-02-01]	IRRF <06/2024> PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA	35	13,20	
(845) Imposto de Renda Retido na Fonte - de Funcionários [2-1-05-02-01]	IRRF <06/2024> ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL	35	13,20	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <06/2024>	35	1.412,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <06/2024>	35	3.000,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <06/2024>	35	1.412,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <06/2024>	35	1.996,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <06/2024>	35	1.996,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <06/2024>	35	3.000,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <06/2024>	35	1.412,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <06/2024>	35	1.306,10	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <06/2024>	35	1.306,10	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <06/2024>	35	1.837,54	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <06/2024>	35	1.837,54	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <06/2024>	35	2.727,99	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <06/2024>	35	1.430,18	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <06/2024>	35	2.727,99	
(985) Honorários a Pagar [2-1-06-04-01]	Pro labore JOAO DA SILVA SANTIAGO FILHO <06/2024>	35	1.780,00	
(985) Honorários a Pagar [2-1-06-04-01]	Pro labore DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE <06/2024>	35	1.256,68	
	*** A Transportar:		402.242,76	31.602,76

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
*** Transporte			402.242,76	31.602,76
(3380) Prestação de Serviços Advocatícios [3-1-02-01-02]	Prestação de Serviços Advocatícios	35		370.640,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	APLICAÇÃO	55		5.328.417,75
(55) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-03-01]	APLICAÇÃO	35		
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	RESGATE	55		
(55) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-03-01]	RESGATE	35		2.205.054,47
(1335) Lucros/Superávits Apurados [2-3-03-01-01]	Saldos	2800		2.111.939,61
(3380) Prestação de Serviços Advocatícios [3-1-02-01-02]	Saldos	2800	2.682.588,00	
(1470) PIS [3-2-01-01-04]	Saldos	2800		25.288,14
(1475) COFINS [3-2-01-01-05]	Saldos	2800		116.714,45
(3457) CSLL [3-2-01-01-06]	Saldos	2800		75.867,06
(3464) IRPJ [3-2-01-01-07]	Saldos	2800		204.741,83
(1500) Imposto Sobre Serviços - ISS [3-2-02-01-03]	Saldos	2800		1.651,38
(1960) Previdência Social [4-3-01-04-01]	Saldos	2800		17.562,69
(2000) Vale Transporte [4-3-01-07-01]	Saldos	2800		1.737,00
(3394) Plano de saúde empresarial BRADESCO [4-3-01-08-03]	Saldos	2800		36.136,40
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Saldos	2800		22.581,15
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Saldos	2800		7.376,48
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Saldos	2800		54.795,54
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Saldos	2800		6.196,23
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	3457	75.867,06	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	1470	25.288,14	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	1475	116.714,49	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	1500	1.651,38	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	1960	17.562,69	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	2090	22.581,15	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	2110	54.795,54	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	2095	7.376,48	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	3380		2.682.588,00
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	2000	1.737,00	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	2180	6.196,23	
*** A Transportar			10.948.073,14	13.300.890,98

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
		*** Transporte	10.948.073,14	13.300.890,98
01-01-01}				
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Sal dos	3464	204.741,13	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Sal dos	3394	36.136,40	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Sal dos	1335	2.111.939,61	
Total do Dia:			13.300.890,98	13.300.890,98



Conta	Histórico	C/P	
01 de julho de 2024			
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	
Total do Dia:			1.193,97



04 de julho de 2024			
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Energia	2095	784,78
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Energia	35	784,78
Total do Dia:			784,78

05 de julho de 2024			
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090	1.145,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090	1.145,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090	1.254,21
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090	1.638,28
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180	718,27
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180	165,82
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Outras Despesas	2110	16.250,00
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.145,00
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.145,00
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.254,21
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.638,28
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Outras Despesas	35	16.250,00
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	718,27
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	165,82
Total do Dia:			22.316,58

10 de julho de 2024			
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090	3.240,75
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090	450,69

*** A Transportar:

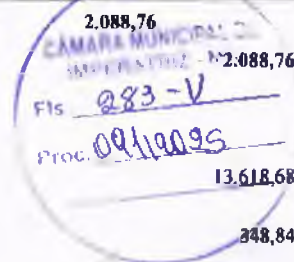
3.691,44



Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
*** Transporte				3.691,44
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condominio	2090		1.222,51
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condominio	2090		972,95
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Energia	2095		269,02
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Energia	2095		150,02
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condominio	35	3.240,75	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condominio	35	450,69	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condominio	35	1.222,51	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condominio	35	972,95	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Energia	35	269,02	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Energia	35	150,02	
Total do Dia:			6.305,94	6.305,94
12 de julho de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Imposto Sobre Serviços - ISS	1500		550,46
(1500) Imposto Sobre Serviços - ISS [3-2-02-01-03]	Imposto Sobre Serviços - ISS	35	550,46	
Total do Dia:			550,46	550,46
13 de julho de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Vale Transporte	2000		579,00
(2000) Vale Transporte [4-3-01-07-01]	Vale Transporte	35	579,00	
Total do Dia:			579,00	579,00
15 de julho de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Outras Despesas	2110		2.015,18
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		73,58
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Outras Despesas	35	2.015,18	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	73,58	



Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
Total do Dia			2.088,76	
				2.088,76
18 de julho de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Plano de saúde empresarial BRADESCO	3394		13.618,68
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Água	2095		348,84
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Água	2095		248,84
(3394) Plano de saúde empresarial BRADESCO [4-3-01-08-03]	Plano de saúde empresarial BRADESCO	35	13.618,68	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Água	35	348,84	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Água	35	248,84	
Total do Dia			14.216,36	14.216,36
19 de julho de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Previdência Social	1960		5.854,23
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		207,51
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		165,82
(1960) Previdência Social [4-3-01-04-01]	Previdência Social	35	5.854,23	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	207,51	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	165,82	
Total do Dia			6.227,56	6.227,56
25 de julho de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	PIS	1470		2.409,16
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	COFINS	1475		11.119,20
(1470) PIS [3-2-01-01-04]	PIS	35	2.409,16	
(1475) COFINS [3-2-01-01-05]	COFINS	35	11.119,20	
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		720,44
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	720,44	
Total do Dia			14.248,80	14.248,80



Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
31 de julho de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Prestação de Serviços Advocaticios	3380	412.930,00	
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	CSLL 2ºT 2024	3457		
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	IRPJ 2ºT 2024	3464		208.607,04
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <07/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <07/2024>	940		1.412,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <07/2024>	940		3.000,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <07/2024>	825		240,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	IRRF <07/2024> PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA	845		13,20
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <07/2024>	940		1.412,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <07/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <07/2024>	940		1.996,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de MARCIO DA SILVA CABRAL <07/2024>	825		159,68
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <07/2024>	940		1.996,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <07/2024>	825		159,68
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <07/2024>	940		3.000,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <07/2024>	825		240,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	IRRF <07/2024> ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL	845		13,20
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <07/2024>	940		1.412,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de NILBERTH MENDES COELHO <07/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <07/2024>	940		1.306,10
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <07/2024>	940		1.306,10
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <07/2024>	940		1.837,54
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <07/2024>	940		1.837,54
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <07/2024>	940		2.727,99
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <07/2024>	940		1.430,18
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <07/2024>	940		2.727,99
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pro labore JOAO DA SILVA SANTIAGO FILHO <07/2024>	985		1.780,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pro labore DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE <07/2024>	985		1.256,68
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-	Pagamento de CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO	35	112,96	

*** A Transportar

413.042,96

317.468,33



Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
	*** Transporte		413.042,96	317.468,33
06]	SILVA <07/2024>			
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <07/2024>	35	240,00	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <07/2024>	35	112,96	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de MARCIO DA SILVA CABRAL <07/2024>	35	159,68	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <07/2024>	35	159,68	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <07/2024>	35	240,00	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de NILBERTH MENDES COELHO <07/2024>	35	112,96	
(845) Imposto de Renda Retido na Fonte - de Funcionários [2-1-05-02-01]	IRRF <07/2024> PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA	35	13,20	
(845) Imposto de Renda Retido na Fonte - de Funcionários [2-1-05-02-01]	IRRF <07/2024> ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL	35	13,20	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <07/2024>	35	1.412,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <07/2024>	35	3.000,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <07/2024>	35	1.412,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <07/2024>	35	1.996,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <07/2024>	35	1.996,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <07/2024>	35	3.000,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <07/2024>	35	1.412,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <07/2024>	35	1.306,10	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <07/2024>	35	1.306,10	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <07/2024>	35	1.837,54	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <07/2024>	35	1.837,54	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <07/2024>	35	2.727,99	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <07/2024>	35	1.430,18	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <07/2024>	35	2.727,99	
(985) Honorários a Pagar [2-1-06-04-01]	Pro labore JOAO DA SILVA SANTIAGO FILHO <07/2024>	35	1.780,00	
(985) Honorários a Pagar [2-1-06-04-01]	Pro labore DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE <07/2024>	35	1.256,68	
(3380) Prestação de Serviços Advocatícios [3-1-02-01-02]	Prestação de Serviços Advocatícios	35		412.930,00
(3457) CSLL [3-2-01-01-06]	CSLL 2ºT 2024	35	77.258,53	
(3464) IRPJ [3-2-01-01-07]	IRPJ 2ºT 2024	35	208.607,04	
	*** A Transportar:		730.398,33	730.398,33

CÂMARA MUNICIPAL
IMPERATRIZ

Fls. 284-V

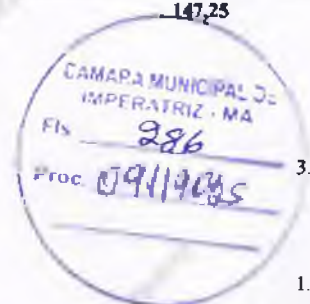
Proc. 09110095

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
	*** Transporte		730.398,33	730.398,33
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	APLICAÇÃO	55		6.920.876,93
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	RESGATE	55	1.907.016,58	
(55) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-03-01]	APLICAÇÃO	35	6.920.876,93	
(55) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-03-01]	RESGATE	35		1.907.016,58
Total do Dia:			9.558.291,84	9.558.291,84



Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
01 de agosto de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35		
Total do Dia:			1.193,97	1.193,97
05 de agosto de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.145,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.145,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.254,21
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.638,28
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Energia	2095		571,80
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Outras Despesas	2110		912,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		724,59
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		167,28
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Outras Despesas	2110		16.250,00
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.145,00	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.145,00	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.254,21	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.638,28	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Energia	35	571,80	
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Outras Despesas	35	912,00	
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Outras Despesas	35	16.250,00	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	724,59	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	167,28	
Total do Dia:			23.808,16	23.808,16
09 de agosto de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Energia	2095		147,25
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Energia	35	147,25	

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
Total do Dia:			147,25	147,25
10 de agosto de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		3.240,75
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		450,69
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.206,76
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		972,95
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	3.240,75	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	450,69	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.206,76	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	972,95	
Total do Dia:			5.871,15	5.871,15
12 de agosto de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Imposto Sobre Serviços - ISS	1500		550,46
(1500) Imposto Sobre Serviços - ISS [3-2-02-01-03]	Imposto Sobre Serviços - ISS	35	550,46	
Total do Dia:			550,46	550,46
13 de agosto de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Vale Transporte	2000		579,00
(2000) Vale Transporte [4-3-01-07-01]	Vale Transporte	35	579,00	
Total do Dia:			579,00	579,00
15 de agosto de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Outras Despesas	2110		2.015,18
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		73,58
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Outras Despesas	35	2.015,18	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	73,58	



Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
		Total do Dia:	2.088,76	2.088,76
18 de agosto de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Plano de saúde empresarial BRADESCO	3394		14.175,63
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Água	2095		348,84
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Água	2095		348,84
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Energia	2095		281,13
(3394) Plano de saúde empresarial BRADESCO [4-3-01-08-03]	Plano de saúde empresarial BRADESCO	35	14.175,63	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Água	35	348,84	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Água	35	348,84	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Energia	35	281,13	
		Total do Dia:	15.154,44	15.154,44
19 de agosto de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		209,34
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		167,28
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	209,34	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	167,28	
		Total do Dia:	376,62	376,62
20 de agosto de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Previdência Social	1960		5.854,23
(1960) Previdência Social [4-3-01-04-01]	Previdência Social	35	5.854,23	
		Total do Dia:	5.854,23	5.854,23
23 de agosto de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	COFINS	1475		12.387,90
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	PIS	1470		2.684,05
(1470) PIS [3-2-01-01-04]	PIS	35	2.684,05	
(1475) COFINS [3-2-01-01-05]	COFINS	35	12.387,90	



Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
		Total do Dia:	15.071,95	15.071,95
25 de agosto de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	720,44	
		Total do Dia:	720,44	720,44
31 de agosto de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Prestação de Serviços Advocaticios	3380	329.140,00	
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <08/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <08/2024>	940		1.412,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <08/2024>	940		3.000,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	IRRF <08/2024> PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA	845		13,20
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <08/2024>	825		240,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <08/2024>	940		1.412,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <08/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de MARCIO DA SILVA CABRAL <08/2024>	825		159,68
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <08/2024>	940		1.996,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <08/2024>	825		159,68
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <08/2024>	940		1.996,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <08/2024>	825		240,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	IRRF <08/2024> ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL	845		13,20
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <08/2024>	940		3.000,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <08/2024>	940		1.412,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de NILBERTH MENDES COELHO <08/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <08/2024>	940		1.306,10
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <08/2024>	940		1.306,10
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <08/2024>	940		1.837,54
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <08/2024>	940		1.837,54
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS	940		2.727,99
*** A Transportar			329.140,00	24.407,91



Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
	*** Transporte		329.140,00	24.407,91
02-01]	AMARAL <08/2024>			
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <08/2024>	940		1.430,18
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <08/2024>	940		2.727,99
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pro labore JOAO DA SILVA SANTIAGO FILHO <08/2024>	985		1.780,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pro labore DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE <08/2024>	985		1.256,68
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <08/2024>	35	112,96	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <08/2024>	35	240,00	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <08/2024>	35	112,96	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de MARCIO DA SILVA CABRAL <08/2024>	35	159,68	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <08/2024>	35	159,68	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <08/2024>	35	240,00	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de NILBERTH MENDES COELHO <08/2024>	35	112,96	
(845) Imposto de Renda Retido na Fonte - de Funcionários [2-1-05-02-01]	IRRF <08/2024> PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA	35	13,20	
(845) Imposto de Renda Retido na Fonte - de Funcionários [2-1-05-02-01]	IRRF <08/2024> ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL	35	13,20	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <08/2024>	35	1.412,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <08/2024>	35	3.000,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <08/2024>	35	1.412,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <08/2024>	35	1.996,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <08/2024>	35	1.996,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <08/2024>	35	3.000,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <08/2024>	35	1.412,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <08/2024>	35	1.306,10	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <08/2024>	35	1.306,10	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <08/2024>	35	1.837,54	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <08/2024>	35	1.837,54	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <08/2024>	35	2.727,99	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <08/2024>	35	1.430,18	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA	35	2.727,99	

*** A Transportar:

357.706,08

31.602,76



Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
	*** Transporte		357.706,08	31.809,76
01]	FONSECA <08/2024>			
(985) Honorários a Pagar [2-1-06-04-01]	Pro labore JOAO DA SILVA SANTIAGO FILHO <08/2024>	35	1.780,00	
(985) Honorários a Pagar [2-1-06-04-01]	Pro labore DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE <08/2024>	35	1.256,68	
(3380) Prestação de Serviços Advocaticios [3-1-02-01-02]	Prestação de Serviços Advocaticios	35		329.140,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	APLICAÇÃO	55		787.011,37
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	RESGATE	55	6.691.855,83	
(55) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-03-01]	APLICAÇÃO	35	787.011,37	
(55) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-03-01]	RESGATE	35		6.691.855,83
Total do Dia:			7.839.609,96	7.839.609,96

Conta	Histórico	C/P	Debito	Crédito
01 de setembro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.193,97
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.193,97	
Total do Dia:			1.193,97	1.193,97

05 de setembro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.145,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.145,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.254,21
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.638,28
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Luz	2095		654,82
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Outras Despesas	2110		912,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Outras Despesas	2110		16.250,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		167,28
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		724,59
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.145,00	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.145,00	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.254,21	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.638,28	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Luz	35	654,82	
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Outras Despesas	35	912,00	
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Outras Despesas	35	16.250,00	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	167,28	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	724,59	
Total do Dia:			23.891,18	23.891,18

10 de setembro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		3.240,75
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		450,69
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.209,02

*** A Transportar

4.900,46



Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
*** Transporte				4.900,46
(35) Banco do Brasil S/A [1-1-01-02-01]	Condominio	2090		981,06
(2090) Condominios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condominio	35	3.240,75	
(2090) Condominios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condominio	35	450,69	
(2090) Condominios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condominio	35	1.209,02	
(2090) Condominios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condominio	35	981,06	
Total do Dia:			5.881,52	5.881,52
11 de setembro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Luz	2095		157,36
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Luz	35	157,36	
Total do Dia:			157,36	157,36
12 de setembro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Imposto Sobre Serviços - ISS	1500		550,46
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <09/2024>	940		2.111,99
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários NILBERTH MENDES COELHO <09/2024>	35	2.111,99	
(1500) Imposto Sobre Serviços - ISS [3-2-02-01-03]	Imposto Sobre Serviços - ISS	35	550,46	
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Luz	2095		296,20
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Luz	35	296,20	
Total do Dia:			2.958,65	2.958,65
14 de setembro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Vale Transporte	2000		579,00
(2000) Vale Transporte [4-3-01-07-01]	Vale Transporte	35	579,00	
Total do Dia:			579,00	579,00
15 de setembro de 2024				
*** A Transportar:			579,00	579,00

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
	*** Transporte		579,00	579,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Outras Despesas	2110		2.015,18
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		75,05
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Outras Despesas	35		
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	75,05	
Total do Dia:			2.090,23	2.090,23

18 de setembro de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Plano de saúde empresarial BRADESCO	3394		14.175,63
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Água	2095		348,84
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Água	2095		348,84
(3394) Plano de saúde empresarial BRADESCO [4-3-01-08-03]	Plano de saúde empresarial BRADESCO	35	14.175,63	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Água	35	348,84	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Água	35	348,84	
Total do Dia:			14.873,31	14.873,31

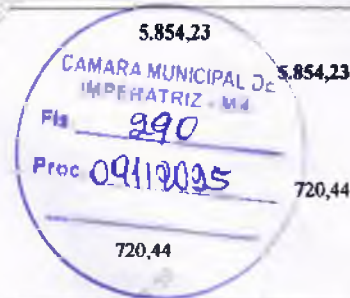
19 de setembro de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		167,28
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		209,34
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		209,34
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	167,28	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	209,34	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	209,34	
Total do Dia:			585,96	585,96

20 de setembro de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Previdência Social	1960		5.854,23
(1960) Previdência Social [4-3-01-04-01]	Previdência Social	35	5.854,23	

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
Total do Dia:			5.854,23	5.854,23
25 de setembro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	720,44	
Total do Dia:			720,44	720,44
30 de setembro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A [1-1-01-02-01]	Prestação de Serviços Advocaticios	3380	251.240,00	
(35) Banco do Brasil S/A [1-1-01-02-01]	COFINS	1475		10.037,12
(35) Banco do Brasil S/A [1-1-01-02-01]	PIS	1470		2.174,71
(35) Banco do Brasil S/A [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <09/2024>	940		1.412,00
(35) Banco do Brasil S/A [1-1-01-02-01]	Pagamento de CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <09/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A [1-1-01-02-01]	Pagamento de PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <09/2024>	825		240,00
(35) Banco do Brasil S/A [1-1-01-02-01]	IRRF <09/2024> PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA	845		13,20
(35) Banco do Brasil S/A [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <09/2024>	940		3.000,00
(35) Banco do Brasil S/A [1-1-01-02-01]	Pagamento de RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <09/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <09/2024>	940		1.412,00
(35) Banco do Brasil S/A [1-1-01-02-01]	Pagamento de MARCIO DA SILVA CABRAL <09/2024>	825		159,68
(35) Banco do Brasil S/A [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <09/2024>	940		1.996,00
(35) Banco do Brasil S/A [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <09/2024>	940		1.996,00
(35) Banco do Brasil S/A [1-1-01-02-01]	Pagamento de DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <09/2024>	825		159,68
(35) Banco do Brasil S/A [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <09/2024>	940		3.000,00
(35) Banco do Brasil S/A [1-1-01-02-01]	Pagamento de ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <09/2024>	825		240,00
(35) Banco do Brasil S/A [1-1-01-02-01]	IRRF <09/2024> ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL	845		13,20
(35) Banco do Brasil S/A [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <09/2024>	940		1.306,10
(35) Banco do Brasil S/A [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <09/2024>	940		1.306,10
(35) Banco do Brasil S/A [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <09/2024>	940		1.837,54
(35) Banco do Brasil S/A [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <09/2024>	940		1.837,54
(35) Banco do Brasil S/A [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS	940		2.727,99
*** A Transportar			251.240,00	35.094,78



Conta	Histórico	C/P	Débito	Credito
	*** Transporte		251.240,00	35.094,78
02-01]	AMARAL <09/2024>			
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <09/2024>	940		2.727,99
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pro labore JOAO DA SILVA SANTIAGO FILHO <09/2024>	985		1.780,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pro labore DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE <09/2024>	985		1.256,68
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <09/2024>	35	112,96	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <09/2024>	35	240,00	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <09/2024>	35	112,96	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de MARCIO DA SILVA CABRAL <09/2024>	35	159,68	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <09/2024>	35	159,68	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <09/2024>	35	240,00	
(845) Imposto de Renda Retido na Fonte - de Funcionários [2-1-05-02-01]	IRRF <09/2024> PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA	35	13,20	
(845) Imposto de Renda Retido na Fonte - de Funcionários [2-1-05-02-01]	IRRF <09/2024> ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL	35	13,20	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <09/2024>	35	1.412,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <09/2024>	35	3.000,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <09/2024>	35	1.412,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <09/2024>	35	1.996,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <09/2024>	35	1.996,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <09/2024>	35	3.000,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <09/2024>	35	1.306,10	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <09/2024>	35	1.306,10	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <09/2024>	35	1.837,54	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <09/2024>	35	1.837,54	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <09/2024>	35	2.727,99	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <09/2024>	35	2.727,99	
(985) Honorários a Pagar [2-1-06-04-01]	Pro labore JOAO DA SILVA SANTIAGO FILHO <09/2024>	35	1.780,00	
(985) Honorários a Pagar [2-1-06-04-01]	Pro labore DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE <09/2024>	35	1.256,68	
(3380) Prestação de Serviços Advocatícios [3-1-02-01-02]	Prestação de Serviços Advocatícios	35		251.240,00
(1470) PIS [3-2-01-01-04]	PIS	35	2.174,71	

*** A Transportar:

282.062,33

292.099,45



Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
*** Transporte			282.062,33	292.099,45
(1475) COFINS [3-2-01-01-05]	COFINS	35	10.037,12	
(35) Banco do Brasil S/A [1-1-01-02-01]	APLICAÇÃO	55		960.273,65
(35) Banco do Brasil S/A [1-1-01-02-01]	RESGATE	55	785.933,29	
(55) Banco do Brasil S/A [1-1-01-03-01]	APLICAÇÃO	35	960.273,65	
(55) Banco do Brasil S/A [1-1-01-03-01]	RESGATE	35		785.933,29
(1335) Lucros/Superávits Apurados [2-3-03-01-01]	Saldos	2800		498.630,10
(3380) Prestação de Serviços Advocaticios [3-1-02-01-02]	Saldos	2800	993.310,00	
(1470) PIS [3-2-01-01-04]	Saldos	2800		7.267,92
(1475) COFINS [3-2-01-01-05]	Saldos	2800		33.544,22
(3457) CSLL [3-2-01-01-06]	Saldos	2800		77.258,53
(3464) IRPJ [3-2-01-01-07]	Saldos	2800		208.607,04
(1500) Imposto Sobre Serviços - ISS [3-2-02-01-03]	Saldos	2800		1.651,38
(1960) Previdência Social [4-3-01-04-01]	Saldos	2800		17.562,69
(2000) Vale Transporte [4-3-01-07-01]	Saldos	2800		1.737,00
(3394) Plano de saúde empresarial BRADESCO [4-3-01-08-03]	Saldos	2800		41.969,94
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Saldos	2800		36.768,95
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Saldos	2800		5.305,42
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Saldos	2800		56.619,54
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Saldos	2800		6.387,27
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	3457	77.258,53	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	1470	7.267,92	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	1475	33.544,22	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	1500	1.651,38	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	1960	17.562,69	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	2090	36.768,95	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	2110	56.619,54	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	2095	5.305,42	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	3380		993.310,00
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	2000	1.737,00	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	2180	6.387,27	
*** A Transportar:			3.275.719,31	4.024.926,39



Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
		*** Transporte	3.275.719,31	4.024.926,39
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	3464	208.607,04	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	3394	41.969,94	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	1335	498.630,10	
Total do Dia:			4.024.926,39	4.024.926,39

CAMARA MUNICIPAL
IMPERATRIZ - MA

29/09 - V

09/10/2024



Conta	Histórico	C/P		
01 de outubro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condominio	2090		
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condominio	35		
Total do Dia:			1.193,97	1.193,97
04 de outubro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Luz	2095		673,68
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Luz	35	673,68	
Total do Dia:			673,68	673,68
05 de outubro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condominio	2090		1.145,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condominio	2090		1.145,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condominio	2090		1.254,21
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condominio	2090		1.638,28
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Outras Despesas	2110		912,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Outras Despesas	2110		16.250,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		724,59
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		167,28
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condominio	35	1.145,00	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condominio	35	1.145,00	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condominio	35	1.254,21	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condominio	35	1.638,28	
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Outras Despesas	35	912,00	
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Outras Despesas	35	16.250,00	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	724,59	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	167,28	
Total do Dia:			23.236,36	23.236,36



Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
10 de outubro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		3.240,75
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		400,69
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.197,80
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.046,23
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	3.240,75	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	400,69	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.197,80	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.046,23	
Total do Dia:			5.885,47	5.885,47
11 de outubro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Luz	2095		275,58
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Luz	2095		151,63
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Luz	35	275,58	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Luz	35	151,63	
Total do Dia:			427,21	427,21
12 de outubro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Vale Transporte	2000		579,00
(2000) Vale Transporte [4-3-01-07-01]	Vale Transporte	35	579,00	
Total do Dia:			579,00	579,00
14 de outubro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Imposto Sobre Serviços - ISS	1500		550,46
(1500) Imposto Sobre Serviços - ISS [3-2-02-01-03]	Imposto Sobre Serviços - ISS	35	550,46	
Total do Dia:			550,46	550,46
15 de outubro de 2024				
*** A Transportar:			550,46	550,46



Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
	*** Transporte		550,46	550,46
(35) Banco do Brasil S/A [1-1-01-02-01]	Outras Despesas	2110		2.015,18
(35) Banco do Brasil S/A [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		74,80
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Outras Despesas	35	2.015,18	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	74,80	
Total do Dia:			2.089,98	2.089,98

18 de outubro de 2024

(35) Banco do Brasil S/A [1-1-01-02-01]	Plano de saúde empresarial BRADESCO	3394		14.175,63
(35) Banco do Brasil S/A [1-1-01-02-01]	Água	2095		348,84
(35) Banco do Brasil S/A [1-1-01-02-01]	Água	2095		348,84
(35) Banco do Brasil S/A [1-1-01-02-01]	Previdência Social	1960		5.854,51
(1960) Previdência Social [4-3-01-04-01]	Previdência Social	35	5.854,51	
(3394) Plano de saúde empresarial BRADESCO [4-3-01-08-03]	Plano de saúde empresarial BRADESCO	35	14.175,63	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Água	35	348,84	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Água	35	348,84	
Total do Dia:			20.727,82	20.727,82

19 de outubro de 2024

(35) Banco do Brasil S/A [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		209,34
(35) Banco do Brasil S/A [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		167,28
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	209,34	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	167,28	
Total do Dia:			376,62	376,62

25 de outubro de 2024

(35) Banco do Brasil S/A [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		734,54
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	734,54	

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
		Total do Dia:	734,54	734,54
30 de outubro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	PIS	1470		
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	COFINS	1475		
(1470) PIS [3-2-01-01-04]	PIS	35	1.649,22	
(1475) COFINS [3-2-01-01-05]	COFINS	35	7.537,20	
		Total do Dia:	9.186,42	9.186,42
31 de outubro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Prestação de Serviços Advocaticios	3380	446.450,00	
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	CSLL 3ºT 2024	3457		28.607,33
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	IRPJ 3ºT 2024	3464		73.464,80
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <10/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <10/2024>	940		1.412,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <10/2024>	940		3.000,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <10/2024>	825		240,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	IRRF <10/2024> PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA	845		13,20
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <10/2024>	940		1.412,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <10/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de MARCIO DA SILVA CABRAL <10/2024>	825		159,68
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <10/2024>	940		1.996,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <10/2024>	825		159,68
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <10/2024>	940		1.996,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <10/2024>	940		3.000,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <10/2024>	825		240,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	IRRF <10/2024> ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL	845		13,20
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <10/2024>	940		1.306,10
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <10/2024>	940		1.306,10
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <10/2024>	940		1.837,54
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES	940		1.837,54
		*** A Transportar:	446.450,00	122.227,09



Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
*** Transporte			446.450,00	122.227,09
02-01]	LOBATO <10/2024>			
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <10/2024>	940		2.727,99
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <10/2024>	940		2.727,99
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pro labore JOAO DA SILVA SANTIAGO FILHO <10/2024>	985		1.780,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pro labore DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE <10/2024>	985		1.256,68
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <10/2024>	35	112,96	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <10/2024>	35	240,00	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <10/2024>	35	112,96	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de MARCIO DA SILVA CABRAL <10/2024>	35	159,68	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <10/2024>	35	159,68	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <10/2024>	35	240,00	
(845) Imposto de Renda Retido na Fonte - de Funcionários [2-1-05-02-01]	IRRF <10/2024> PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA	35	13,20	
(845) Imposto de Renda Retido na Fonte - de Funcionários [2-1-05-02-01]	IRRF <10/2024> ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL	35	13,20	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <10/2024>	35	1.412,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <10/2024>	35	3.000,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <10/2024>	35	1.412,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <10/2024>	35	1.996,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <10/2024>	35	1.996,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <10/2024>	35	3.000,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <10/2024>	35	1.306,10	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <10/2024>	35	1.306,10	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <10/2024>	35	1.837,54	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <10/2024>	35	1.837,54	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <10/2024>	35	2.727,99	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <10/2024>	35	2.727,99	
(985) Honorários a Pagar [2-1-06-04-01]	Pro labore JOAO DA SILVA SANTIAGO FILHO <10/2024>	35	1.780,00	
(985) Honorários a Pagar [2-1-06-04-01]	Pro labore DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE <10/2024>	35	1.256,68	
(3380) Prestação de Serviços	Prestação de Serviços Advocaticios	35		446.450,00
*** A Transportar:			475.097,62	577.169,75



Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
	*** Transporte		475.007,62	577.169,75
Advocaticios [3-1-02-01-02]				
(3457) CSLL [3-2-01-01-06]	CSLL 3ºT 2024		28.607,33	
(3464) IRPJ [3-2-01-01-07]	IRPJ 3ºT 2024	35	73.464,80	
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	APLICAÇÃO	55		638.553,87
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	RESGATE	55	419.983,13	
(55) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-03-01]	APLICAÇÃO	35	638.553,87	
(55) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-03-01]	RESGATE	35		419.983,13
Total do Dia			1.635.706,75	1.635.706,75

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
01 de novembro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.193,97
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35		
Total do Dia:			1.193,97	1.193,97

05 de novembro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.145,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.145,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.254,21
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		1.463,69
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Outras Despesas	2110		16.250,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		741,97
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		167,28
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.145,00	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.145,00	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.254,21	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.463,69	
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Outras Despesas	35	16.250,00	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	741,97	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	167,28	
Total do Dia:			22.167,15	22.167,15

10 de novembro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		3.240,75
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condomínio	2090		400,69
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	3.240,75	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	400,69	
Total do Dia:			3.641,44	3.641,44



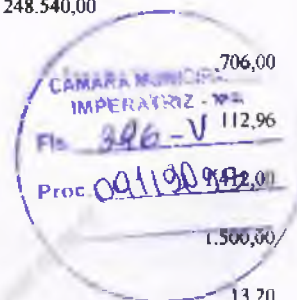
Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
11 de novembro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Luz	2095		299,79
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Luz	2095		163,33
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Luz	35	299,79	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Luz	35	163,33	
Total do Dia:			463,12	463,12
12 de novembro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Imposto Sobre Serviços - ISS	1500		550,46
(1500) Imposto Sobre Serviços - ISS [3-2-02-01-03]	Imposto Sobre Serviços - ISS	35	550,46	
Total do Dia:			550,46	550,46
13 de novembro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condominio	2090		1.237,22
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condominio	2090		1.049,41
(2090) Condominios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condominio	35	1.237,22	
(2090) Condominios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condominio	35	1.049,41	
Total do Dia:			2.286,63	2.286,63
15 de novembro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Outras Despesas	2110		2.015,18
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Outras Despesas	2110		912,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		75,30
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Outras Despesas	35	2.015,18	
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Outras Despesas	35	912,00	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	75,30	
Total do Dia:			3.002,48	3.002,48
18 de novembro de 2024				
*** A Transportar:			3.002,48	3.002,48



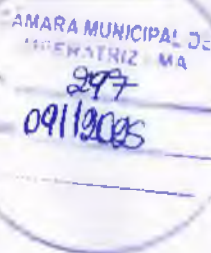
Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
*** Transporte			3.002,48	3.002,48
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Plano de saúde empresarial BRADESCO	3394		14.173,63
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Água	2095		348,84
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Água	2095		348,84
(3394) Plano de saúde empresarial BRADESCO [4-3-01-08-03]	Plano de saúde empresarial BRADESCO	35	14.173,63	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Água	35	348,84	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Água	35	348,84	
Total do Dia:			14.871,31	14.871,31
19 de novembro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Previdência Social	1960		5.501,06
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		209,34
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		167,28
(1960) Previdência Social [4-3-01-04-01]	Previdência Social	35	5.501,06	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	209,34	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	167,28	
Total do Dia:			5.877,68	5.877,68
20 de novembro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Vale Transporte	2000		579,00
(2000) Vale Transporte [4-3-01-07-01]	Vale Transporte	35	579,00	
Total do Dia:			579,00	579,00
25 de novembro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		734,54
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	734,54	
Total do Dia:			734,54	734,54



Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
30 de novembro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Prestação de Serviços Advocatícios	3380	248.540,00	
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de <11/2024> CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA	1010		706,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <11/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <11/2024>	940		
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de <11/2024> PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA	1010		1.500,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	IRRF <11/2024> PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA	845		13,20
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <11/2024>	940		3.000,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <11/2024>	825		240,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de <11/2024> RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS	1010		706,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <11/2024>	940		1.412,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <11/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de <11/2024> MARCIO DA SILVA CABRAL	1010		998,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de MARCIO DA SILVA CABRAL <11/2024>	825		159,68
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <11/2024>	940		1.996,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de <11/2024> DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO	1010		998,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <11/2024>	825		159,68
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <11/2024>	940		1.996,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de <11/2024> ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL	1010		1.500,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <11/2024>	825		240,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <11/2024>	940		3.000,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	IRRF <11/2024> ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL	845		13,20
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <11/2024>	940		2.012,10
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <11/2024>	940		2.012,10
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <11/2024>	940		2.835,54
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <11/2024>	940		2.835,54
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <11/2024>	940		4.227,99
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <11/2024>	940		4.227,99
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pro labore JOAO DA SILVA SANTIAGO FILHO <11/2024>	985		1.780,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pro labore DANIEL DE FARJA JERONIMO LEITE	985		1.256,68
*** A Transportar			248.540,00	41.463,62



Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
	*** Transporte		248.540,00	41.463,62
02-01]	<11/2024>			
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <11/2024>	35	112,96	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <11/2024>	35	240,00	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <11/2024>	35	112,96	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de MARCIO DA SILVA CABRAL <11/2024>	35	159,68	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <11/2024>	35	159,68	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <11/2024>	35	240,00	
(845) Imposto de Renda Retido na Fonte - de Funcionários [2-1-05-02-01]	IRRF <11/2024> PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA	35	13,20	
(845) Imposto de Renda Retido na Fonte - de Funcionários [2-1-05-02-01]	IRRF <11/2024> ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL	35	13,20	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <11/2024>	35	1.412,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <11/2024>	35	3.000,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <11/2024>	35	1.412,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <11/2024>	35	1.996,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <11/2024>	35	1.996,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <11/2024>	35	3.000,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <11/2024>	35	2.012,10	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <11/2024>	35	2.012,10	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <11/2024>	35	2.835,54	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <11/2024>	35	2.835,54	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <11/2024>	35	4.227,99	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <11/2024>	35	4.227,99	
(985) Honorários a Pagar [2-1-06-04-01]	Pro labore JOAO DA SILVA SANTIAGO FILHO <11/2024>	35	1.780,00	
(985) Honorários a Pagar [2-1-06-04-01]	Pro labore DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE <11/2024>	35	1.256,68	
(1010) Décimo Terceiro Salário a Pagar [2-1-06-06-01]	Pagamento de <11/2024> CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA	35	706,00	
(1010) Décimo Terceiro Salário a Pagar [2-1-06-06-01]	Pagamento de <11/2024> PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA	35	1.500,00	
(1010) Décimo Terceiro Salário a Pagar [2-1-06-06-01]	Pagamento de <11/2024> RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS	35	706,00	
(1010) Décimo Terceiro Salário a Pagar [2-1-06-06-01]	Pagamento de <11/2024> MARCIO DA SILVA CABRAL	35	998,00	
(1010) Décimo Terceiro Salário a Pagar [2-1-06-06-01]	Pagamento de <11/2024> DANDARA FLAVIA ALVES	35	998,00	
	*** A Transportar:		288.503,62	41.463,62



Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
	*** Transporte		288.503,62	4.463,62
Pagar [2-1-06-06-01]	LOBATO			
(1010) Décimo Terceiro Salário a Pagar [2-1-06-06-01]	Pagamento de <11/2024> ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL	35		
(3380) Prestação de Serviços Advocaticios [3-1-02-01-02]	Prestação de Serviços Advocaticios	35		
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	APLICAÇÃO	55		490.426,01
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	RESGATE	55	594.602,71	
(55) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-03-01]	APLICAÇÃO	35	490.426,01	
(55) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-03-01]	RESGATE	35		594.602,71
Total do Dia			1.375.032,34	1.375.032,34



Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
01 de dezembro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A [1-1-01-02-01]	Condominio	2090		1.193,97
(2090) Condominios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condominio	35		
Total do Dia:			1.193,97	1.193,97
05 de dezembro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condominio	2090		1.145,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condominio	2090		1.145,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condominio	2090		1.254,21
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condominio	2090		1.213,90
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Outras Despesas	2110		912,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Outras Despesas	2110		16.250,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		724,59
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		167,28
(2090) Condominios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condominio	35	1.145,00	
(2090) Condominios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condominio	35	1.145,00	
(2090) Condominios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condominio	35	1.254,21	
(2090) Condominios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condominio	35	1.213,90	
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Outras Despesas	35	912,00	
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Outras Despesas	35	16.250,00	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	724,59	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	167,28	
Total do Dia:			22.811,98	22.811,98
10 de dezembro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condominio	2090		3.240,75
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condominio	2090		400,69
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condominio	2090		1.205,45
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Condominio	2090		1.014,31
(2090) Condominios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condominio	35	3.240,75	
*** A Transportar:			3.240,75	5.861,20



Conta	Historico	C/P	Débito	Crédito
		*** Transporte	3.240,75	5.861,20
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	400,69	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.205,45	
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Condomínio	35	1.014,31	
Total do Dia:			5.861,20	5.861,20

11 de dezembro de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Luz	2095		270,49
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Luz	2095		146,52
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Luz	35	270,49	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Luz	35	146,52	
Total do Dia:			417,01	417,01

15 de dezembro de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Outras Despesas	2110		2.015,18
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		76,22
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Outras Despesas	35	2.015,18	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	76,22	
Total do Dia:			2.091,40	2.091,40

16 de dezembro de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	COFINS	1475		14.455,59
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	PIS	1470		3.132,04
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Imposto Sobre Serviços - ISS	1500		563,23
(1470) PIS [3-2-01-01-04]	PIS	35	3.132,04	
(1475) COFINS [3-2-01-01-05]	COFINS	35	14.455,59	
(1500) Imposto Sobre Serviços - ISS [3-2-02-01-03]	Imposto Sobre Serviços - ISS	35	563,23	
Total do Dia:			18.150,86	18.150,86

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
18 de dezembro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Plano de saúde empresarial BRADESCO	3394		14.175,63
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Água	2095		348,84
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Água	2095		348,84
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Vale Transporte	2000		579,00
(2000) Vale Transporte [4-3-01-07-01]	Vale Transporte	35	579,00	
(3394) Plano de saúde empresarial BRADESCO [4-3-01-08-03]	Plano de saúde empresarial BRADESCO	35	14.175,63	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Água	35	348,84	
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Água	35	348,84	
Total do Dia:			15.452,31	15.452,31
19 de dezembro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		167,28
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		209,34
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	167,28	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	209,34	
Total do Dia:			376,62	376,62
20 de dezembro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <12/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <12/2024>	825		240,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	IRRF PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <12/2024>	845		13,20
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <12/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de MARCIO DA SILVA CABRAL <12/2024>	825		159,68
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <12/2024>	825		159,68
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	IRRF ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <12/2024>	845		13,20
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <12/2024>	825		240,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <12/2024>	940		600,10
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <12/2024>	940		600,10
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <12/2024>	940		839,54
*** A Transportar:				3.091,42



Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
*** Transporte				3.091,42
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <12/2024>	940		839,54
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <12/2024>	940		1.227,99
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <12/2024>	940		1.227,99
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <12/2024>	35	112,96	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <12/2024>	35	240,00	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <12/2024>	35	112,96	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de MARCIO DA SILVA CABRAL <12/2024>	35	159,68	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <12/2024>	35	159,68	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <12/2024>	35	240,00	
(845) Imposto de Renda Retido na Fonte - de Funcionários [2-1-05-02-01]	IRRF PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <12/2024>	35	13,20	
(845) Imposto de Renda Retido na Fonte - de Funcionários [2-1-05-02-01]	IRRF ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <12/2024>	35	13,20	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <12/2024>	35	600,10	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <12/2024>	35	600,10	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <12/2024>	35	839,54	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <12/2024>	35	839,54	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <12/2024>	35	1.227,99	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <12/2024>	35	1.227,99	
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Previdência Social	1960		5.501,06
(1960) Previdência Social [4-3-01-04-01]	Previdência Social	35	5.501,06	
Total do Dia:			11.888,00	11.888,00

24 de dezembro de 2024

(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	PIS	1470		1.615,51
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Imposto Sobre Serviços - ISS	1500		550,46
(1470) PIS [3-2-01-01-04]	PIS	35	1.615,51	
(1500) Imposto Sobre Serviços - ISS [3-2-02-01-03]	Imposto Sobre Serviços - ISS	35	550,46	

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
Total do Dia:			2.165,97	2.165,97
25 de dezembro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Telefone	2180		735,85
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Telefone	35	735,85	
Total do Dia:			735,85	735,85
30 de dezembro de 2024				
(145) Décimo Terceiro Salário [1-1-05-02-03]	Décimo terceiro Salário	1010	4.562,36	
(1010) Décimo Terceiro Salário a Pagar [2-1-06-06-01]	Décimo terceiro Salário	145		4.562,36
Total do Dia:			4.562,36	4.562,36
31 de dezembro de 2024				
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Prestação de Serviços Advocaticios	3380	878.150,00	
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <12/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <12/2024>	940		1.412,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	IRRF <12/2024> PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA	845		13,20
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <12/2024>	825		240,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <12/2024>	940		3.000,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <12/2024>	825		112,96
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <12/2024>	940		1.412,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de MARCIO DA SILVA CABRAL <12/2024>	825		159,68
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <12/2024>	940		1.996,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <12/2024>	825		159,68
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <12/2024>	940		1.996,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <12/2024>	940		3.000,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <12/2024>	825		240,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	IRRF <12/2024> ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL	845		13,20
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <12/2024>	940		1.306,10
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA	940		1.306,10
*** A Transportar:			878.150,00	16.479,88



Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
*** Transporte			878.150,00	16.479,88
02-01]	BARROS <12/2024>			
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <12/2024>	940		1.837,54
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <12/2024>	940		1.837,54
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <12/2024>	940		2.727,99
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <12/2024>	940		2.727,99
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pro labore JOAO DA SILVA SANTIAGO FILHO <12/2024>	985		1.780,00
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Pro labore DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE <12/2024>	985		1.256,68
(800) Imposto de Renda Pessoa Juridica - IRPJ [2-1-05-01-01]	IRPJ	3464		119.851,20
(805) Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido -CSLL [2-1-05-01-02]	CSLL	3457		45.306,4
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <12/2024>	35	112,96	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <12/2024>	35	240,00	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <12/2024>	35	112,96	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de MARCIO DA SILVA CABRAL <12/2024>	35	159,68	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <12/2024>	35	159,68	
(825) FGTS a Recolher [2-1-05-01-06]	Pagamento de ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <12/2024>	35	240,00	
(830) COFINS e PIS / PASEP [2-1-05-01-07]	COFINS	1475		5.707,98
(830) COFINS e PIS / PASEP [2-1-05-01-07]	PIS	1470		26.344,50
(845) Imposto de Renda Retido na Fonte - de Funcionários [2-1-05-02-01]	IRRF <12/2024> PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA	35	13,20	
(845) Imposto de Renda Retido na Fonte - de Funcionários [2-1-05-02-01]	IRRF <12/2024> ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL	35	13,20	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <12/2024>	35	1.412,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <12/2024>	35	3.000,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <12/2024>	35	1.412,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL <12/2024>	35	1.996,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <12/2024>	35	1.996,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <12/2024>	35	3.000,00	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários CLEMILDA DAS MERCES RIBEIRO SILVA <12/2024>	35	1.306,10	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários RAIMUNDA ALDENIRA SERRA BARROS <12/2024>	35	1.306,10	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários MARCIO DA SILVA CABRAL	35	1.837,54	
*** A Transportar:			896.467,42	225.857,73

Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
*** Transporte			896.467,42	225.857,73
01]	<12/2024>			
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários DANDARA FLAVIA ALVES LOBATO <12/2024>	35	1.837,54	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários ANA BEATRIZ DANTAS AMARAL <12/2024>	35	2.727,99	
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Pagamento de salários PRISCILA BETANIA ALMEIDA FONSECA <12/2024>	35	2.727,99	
(985) Honorários a Pagar [2-1-06-04-01]	Pro labore JOAO DA SILVA SANTIAGO FILHO <12/2024>	35	1.780,00	
(985) Honorários a Pagar [2-1-06-04-01]	Pro labore DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE <12/2024>	35	1.256,68	
(3380) Prestação de Serviços Advocaticios [3-1-02-01-02]	Prestação de Serviços Advocaticios	35		878.150,00
(1470) PIS [3-2-01-01-04]	PIS	830	26.344,50	
(1475) COFINS [3-2-01-01-05]	COFINS	830	5.707,98	
(3457) CSLL [3-2-01-01-06]	CSLL	805	45.306,43	
(3464) IRPJ [3-2-01-01-07]	IRPJ	800	119.851,20	
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	APLICAÇÃO	55		1.068.156,85
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	RESGATE	55	587.611,56	
(55) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-03-01]	APLICAÇÃO	35	1.068.156,85	
(55) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-03-01]	RESGATE	35		587.611,56
(985) Honorários a Pagar [2-1-06-04-01]	Honorários a Pagar	1840		35.261,25
(1840) Honorários de Diretoria [4-3-01-01-01]	Honorários a Pagar	985	35.261,25	
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Imposto Sobre Serviços Retido na Fonte	855	512,30	
(95) Duplicatas a receber [1-1-04-01-01]	Fornecedores de Serviços	780	154.265,36	
(480) Equipamentos de Processamento - Hardware [1-2-03-04-01]	Material de Informática	2904	5.623,36	
(490) Móveis e Utensílios [1-2-03-05-01]	Bens Móveis	2225	25.632,35	
(780) Fornecedores de Serviços [2-1-03-01-02]	Fornecedores de Serviços	95		154.265,36
(855) Imposto Sobre Serviços Retido na Fonte [2-1-05-02-03]	Imposto Sobre Serviços Retido na Fonte	35		512,30
(940) Salários a Pagar [2-1-06-01-01]	Salários e Ordenados	1885		201.362,36
(1885) Salários e Ordenados [4-3-01-02-01]	Salários e Ordenados	940	201.362,36	
(2904) Material de Informática [4-3-03-02-06]	Material de Informática	480		5.623,36
(2225) Bens Móveis [4-3-03-06-03]	Bens Móveis	490		25.632,35
(1335) Lucros/Superávits Apurados [2-3-03-01-01]	Saldos	2800		872.702,32
(3380) Prestação de Serviços Advocaticios [3-1-02-01-02]	Saldos	2800	1.573.140,00	
(1470) PIS [3-2-01-01-04]	Saldos	2800		32.741,27

*** A Transportar:

4.755.573,12

4.087.876,71



Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
*** Transporte			4.755.573,12	4.087.876,71
(1475) COFINS [3-2-01-01-05]	Saldos	2800		27.700,77
(3457) CSLI [3-2-01-01-06]	Saldos	2800		73.913,76
(3464) IRPJ [3-2-01-01-07]	Saldos	2800		193.316,00
(1500) Imposto Sobre Serviços - ISS [3-2-02-01-03]	Saldos	2800		2.214,61
(1840) Honorários de Diretoria [4-3-01-01-01]	Saldos	2800		35.261,25
(1885) Salários e Ordenados [4-3-01-02-01]	Saldos	2800		201.362,36
(1960) Previdência Social [4-3-01-04-01]	Saldos	2800		16.856,63
(2000) Vale Transporte [4-3-01-07-01]	Saldos	2800		1.737,00
(3394) Plano de saúde empresarial BRADESCO [4-3-01-08-03]	Saldos	2800		42.524,89
(2090) Condomínios e Taxas [4-3-03-01-03]	Saldos	2800		36.205,15
(2095) Água, Luz e Gás [4-3-03-01-04]	Saldos	2800		4.074,06
(2110) Outras Despesas [4-3-03-01-07]	Saldos	2800		57.531,54
(2904) Material de Informática [4-3-03-02-06]	Saldos	2800	5.623,36	
(2180) Telefone e Telegramas [4-3-03-04-02]	Saldos	2800		6.254,10
(2225) Bens Móveis [4-3-03-06-03]	Saldos	2800	25.632,35	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	3457	73.913,76	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	1470	32.741,27	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	1475	27.700,77	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	1500	2.214,61	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	1840	35.261,25	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	1885	201.362,36	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	1960	16.856,63	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	2090	36.205,15	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	2225		25.632,35
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	2110	57.531,54	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	2095	4.074,06	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	3380		1.573.140,00
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	2000	1.737,00	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	2180	6.254,10	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	3464	193.316,00	
*** A Transportar			5.475.997,33	6.385.601,18



Conta	Histórico	C/P	Débito	Crédito
		*** Transporte	5 475.997,33	6 385 601,18
01-01-01]				
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	3394	42 524,89	
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	2904		5 623,36
(2800) Resultado do exercício [5-1-01-01-01]	Saldos	1335	872.702,32	
(35) Banco do Brasil S/A. [1-1-01-02-01]	Dividendos Antecipados	1345		3.600.000,00
(1345) Dividendos Antecipados [2-3-03-01-03]	Dividendos Antecipados	35	3 600 000,00	
Total do Dia			9.991.224,54	9.991.224,54



Descrição	Classificação	Exercício Atual
Ativo (5)		
Circulante (10)		
Disponível (15)		
Banco conta movimento (30)	1-1-01-02	341.017,02D
Aplicações (50)	1-1-01-03	7.957.717,96D
=Disponível		**8.298.734,98D
Clientes (85)		
Recebimentos Pessoa Física e Juridica (90)	1-1-04-01	468.355,03D
=Clientes		****468.355,03D
Adiantamento (115)		
Adiantamentos a Funcionários (130)	1-1-05-02	13.335,72D
=Adiantamento		*****13.335,72D
=T o t a l - Circulante		**8.780.425,73D
Ativo Não Circulante (370)		
Imobilizado (435)		
Informática (475)	1-2-03-04	37.836,83D
Móveis e utensílios (485)	1-2-03-05	95.402,21D
=Imobilizado		****133.239,04D
=T o t a l - Ativo Não Circulante		****133.239,04D
=T o t a l - Ativo		**8.913.664,77D



Descrição	Classificação	Exercício Atual
Passivo (680)		
Circulante (685)		
Fornecedores (765)		
Pessoa Física e Pessoa Jurídica (770)	2-1-03-01	319.627,71C
=Fornecedores		****319.627,71C
Tributos e Contribuições (790)		
Tributos e Contribuições (795)	2-1-05-01	760.041,73C
Retenções de Imposto e Contribuições (840)	2-1-05-02	195,50C
Parcelamento de Tributos e Contribuições (885)	2-1-05-03	15.946,19C
=Tributos e Contribuições		****776.183,42C
Obrigações com Pessoal (930)		
Salários (935)	2-1-06-01	19.618,50C
Honorários (980)	2-1-06-04	11.738,41C
Décimo Terceiro Salário (1005)	2-1-06-06	776,00C
=Obrigações com Pessoal		*****32.132,91C
Credores (1055)		
Credores diversos (1060)	2-1-08-01	82.197,70C
=Credores		*****82.197,70C
Provisões (1095)		
Provisões (1100)	2-1-10-01	7.899,63C
=Provisões		*****7.899,63C
=T o t a l - Circulante		**1.218.041,37C
Patrimônio líquido (1170)		
Reservas (1195)		
Capital Social (3408)	2-3-02-07	40.000,00C
=Reservas		*****40.000,00C
Resultado do Exercício Acumulado (1325)		
Resultado do Exercício (1330)	2-3-03-01	7.655.623,40C
=Resultado do Exercício Acumulado		***7.655.623,40C
=T o t a l - Patrimônio líquido		***7.695.623,40C
=T o t a l - Passivo		**8.913.664,77C



Descrição	Classificação	Conta	Exercício Atual
Receita			
Receita Bruta Vendas e Serviços			
Receita sobre Serviços			
Receita de serviços	3-1-02-01	1430	7.883.310,90C
=Receita sobre Serviços			**7.883.310,90C
=T o t a l - Receita Bruta Vendas e Serviços			**7.883.310,90C
Dedução de receita			
Dedução de receita sobre vendas			
Dedução da Receita	3-2-01-01	1450	1.430.086,82D
=Dedução de receita sobre vendas			**1.430.086,82D
Dedução de receita sobre serviços			
Dedução da Receita	3-2-02-01	1485	6.067,83D
=Dedução de receita sobre serviços			*****6.067,83D
=T o t a l - Dedução de receita			**1.436.154,65D
=T o t a l - Receita			**6.447.156,25C
Despesas			
Despesas			
Despesas com Pessoal			
Despesas com Gestores/Diretoria	4-3-01-01	1835	35.261,25D
Despesas com Empregados	4-3-01-02	1880	201.362,36D
Despesas com Encargos Sociais	4-3-01-04	1955	69.493,78D
Despesas com Transporte de Empregados	4-3-01-07	1995	9.174,00D
Outras Despesas com Pessoal	4-3-01-08	2010	154.407,81D
=Despesas com Pessoal			****469.699,20D
Despesas com Localização e Funcionamento			
Despesas com Localização e Manutenção	4-3-03-01	2075	362.283,58D
Despesas com Expediente	4-3-03-02	2115	5.623,36C
Despesas com Comunicação	4-3-03-04	2170	24.942,00D
Despesas com Seguros	4-3-03-06	2210	25.632,35C
=Despesas com Localização e Funcionamento			****355.969,87D
=T o t a l - Despesas			****825.669,07D
=T o t a l - Despesas			****825.669,07D

RESULTADO DO EXERCÍCIO

RECEITAS-----> 6.447.156,25C

Descrição

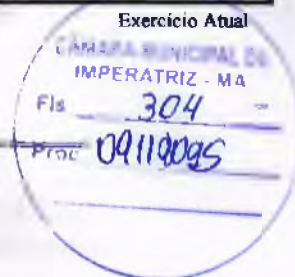
Classificação

Conta

Exercício Atual

DESPESAS + CUSTO → 825.669,07D

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO: ***5.621.487,18



ÍNDICES CONTÁBEIS - 2024
DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS

Rua das Juçaras, 04, Quadra 44 - Renascença, São Luís (MA), CEP: 65075-230
CNPJ: 9.181.344/0001-19 I.M.: 62370009

CÂMARA MUNICIPAL DE
IMPERATRIZ - MA
Fls. 304 - V
Data: 09/11/2025

ÍNDICES DE LIQUIDEZ

ILG = $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{A. Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{P. Exigível a Longo Prazo}} > 1$

ILG = $\frac{8.780.425,73 + 0}{1.218.041,73 + 0,00} = 7,21$

ILC = $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} > 1$

ILC = $\frac{8.780.425,73}{1.218.041,73} = 7,21$

ISG = $\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a longo prazo}} > 1$

ISG = $\frac{8.913.664,77}{1.218.041,73 + -} = 7,32$

IET = $\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a longo prazo}}{\text{Ativo total}} \leq 0,60$

IET = $\frac{1.218.041,73}{8.913.664,77} = 0,14$

São Luís (MA), 31 de dezembro de 2024.

Daniel de Faria Jerônimo Leite
LEITE 7995883304

Daniel de Faria Jerônimo Leite
Sócio-administrador
CPF: 799.588.933-04

NATHALIA DE
SOUSA
RAMOS:
01881769348

Nathalia de Sousa Ramos
Contadora - CRC nº 012218/O - MA



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

**1) CONTEXTO OPERACIONAL**

A Daniel Leite & Advogados Associados é uma sociedade simples pura, com sede na cidade de São Luís/MA, tendo como objeto social Construção de edifícios, etc, de atividades em 24/05/2007.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**3.1) Aplicações Financeiras**

O saldo das aplicações financeiras da empresa finalizou com um valor total de R\$ 7.957.717,96 (dois milhões e setecentos e quarenta e seis mil e setenta e quatro reais e setenta e três centavos).

3.2) Direitos e obrigações

Estão demonstrados pelos valores históricos, acrescidos das correspondentes variações monetárias e encargos financeiros, observando o regime de competência;

3.3) Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição que totaliza o valor de R\$ 133.239,04 (cento e trinta e três mil e duzentos e trinta e nove reais e quatro centavos).

3.4) Ajuste de avaliação patrimonial

A empresa nunca efetuou ajuste de avaliação patrimonial.

3.5) Investimentos em empresas coligadas e controladas

A empresa não participa do capital social de outras sociedades.

3.6) Impostos Federais

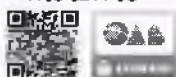
A empresa está no regime do Lucro Presumido e contabiliza os encargos tributários pelo regime de competência.

4) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A empresa não conta com passivo, relacionado à empréstimos e financiamentos, junto a instituições financeiras nacionais.

5) RESPONSABILIDADES E CONTINGÊNCIAS

Não há passivo contingente registrado contabilmente, tendo em vista que os administradores da empresa, escudados em opinião de seus consultores e advogados, não apontam contingências de quaisquer naturezas.



social

social é de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), dividido em 40.000,00
as de R\$ 1,00 (um real), totalmente integralizado, apresentando
:

de Faria Jerônimo Leite – 76%
Luis Eduardo Franco Bouéres – 16%
João da Silva Santiago Filho – 5%
Jardel Adriano Vilarinho da Silva – 3%

7) PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

Não existem registros de propriedade para investimento.

8) EVENTOS SUBSEQUENTES

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

São Luís, 31 de dezembro de 2024

DANIEL DE FARIA
JERONIMO LEITE
79958893304

Assinatura eletrônica de DANIEL DE FARIA
JERONIMO LEITE
CPF: 799.588.933-04
Data: 31/12/2024 17:00:00
Assinatura eletrônica de DANIEL DE FARIA
JERONIMO LEITE
CPF: 799.588.933-04
Data: 31/12/2024 17:00:00

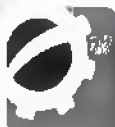
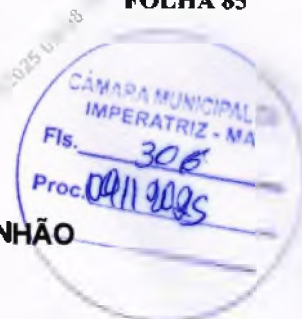
DANIEL DE FARIA JERÔNIMO LEITE
Sócio Administrador – CPF: 799.588.933-04

NATHALIA DE
SOUSA RAMOS:
01881769348

Assinatura eletrônica de NATHALIA DE SOUSA RAMOS
CPF: 018.817.693-48
Data: 31/12/2024 17:00:00
Assinatura eletrônica de NATHALIA DE SOUSA RAMOS
CPF: 018.817.693-48
Data: 31/12/2024 17:00:00

NATHALIA DE SOUSA RAMOS
Contador - CRC: 012218/O - MA
CPF: 018.817.693-48



**CRCMA**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DO MARANHÃO**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO**
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : NATHALIA DE SOUSA RAMOS
REGISTRO..... : MA-012218/O-0
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : ***.817.693-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: MARANHÃO, 23/05/2025 as 17:18:42.

Válido até: 21/08/2025.

Código de Controle: 761393.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCMA.



L i v r o D i á r i o N r o . : 000016

T e r m o d e E n c e r r a m e n t o

Contém o presente Livro Mercantil de 000086 (oitenta e seis) folhas numeradas Automaticamente por Processamento de Dados de 000001(um) a 000086 (oitenta e seis), que servirá de Livro Diário Nro. 000016 da empresa abaixo qualificada para Lançamentos no período de 01/01/2024 a 31/12/2024:

Razão Social: DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS

Endereço: RUA DAS JUCARAS, 04, QUADRA 44

Bairro: RENASCENÇA

Cidade / UF: SAO LUIS / MA

Cep: 65075230

CNPJ/CEI: 09.181.344/0001-19

Inscr.Municipal: 62370009

Registro na OAB/MA: 192

Data Registro: 24/05/2007

SAO LUIS / MA, 31 de Dezembro de 2024

DANIEL DE FARIA
JERONIMO LEITE:
79958893304

Declaro, sob as penas da Lei, que sou o titular da firma mercantil de nome DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrita no CNPJ nº 09.181.344/0001-19, com sede em RUA DAS JUCARAS, 04, QUADRA 44, BARRIO RENASCENÇA, SAO LUIS, MA, CEP 65075-230, e que a mesma encontra-se em plena atividade.

DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE
Sócio-Administrador - CPF: 799.588.933-04
OAB/MA: 5.991

NATHALIA DE
SOUSA RAMOS:
01881769348

Declaro, sob as penas da Lei, que sou o titular da firma mercantil de nome DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrita no CNPJ nº 09.181.344/0001-19, com sede em RUA DAS JUCARAS, 04, QUADRA 44, BARRIO RENASCENÇA, SAO LUIS, MA, CEP 65075-230, e que a mesma encontra-se em plena atividade.

NATHALIA DE SOUSA RAMOS
Contador - CRC: 012218/O - MA
CPF: 018.817.693-48

TERMO DE AENCERRAMENTO

Certifico que o presente Livro Diário nº 000016, referente ao exercício de 2024, composto por 086 (oitenta e seis) folhas eletrônicas numeradas sequencialmente de 000001 a 000086, da sociedade "DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS", devidamente inscrita nesta Seccional sob o nº 192, em conformidade com o disposto no art. 9º do Provimento nº 112/2006 do Estatuto da



Documento(s) assinado(s) eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, mediante o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, *caput*, do Decreto nº 8539, de 8 de outubro de 2015.

ID#11395211

Livros contábeis - pags. 1-86



Documento assinado eletronicamente por **ELIANE RODRIGUES MACEDO**, em 26/05/2025, às 10:06. **DANIEL BLUME PEREIRA DE ALMEIDA**, em 26/05/2025, às 17:54. A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://validador.oab.org.br>, informando o código **1139-5211-9C**.





CERTIDÃO

Certifico que consta do Livro Diário nº 000016, exercício 2024, contendo 000086 folhas a sociedade denominada “**DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS**” sob Protocolo nº 10.0000.2025.007838-1 ID#11395211, desde 25 de maio de 2007 atendendo ao estabelecido no Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (EAOAB) Regulamento Geral e Provimento nº112/2006. Por ser expressão da verdade lavro a presente certidão, que vai assinada por **DANIEL BLUME, Secretário-Geral da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Maranhão.**

COMISSÃO DE SOCIEDADES

Central de Atendimento: (98) 2107-5454 / 2107-5429

E-mail: sociedade@oabma.org.br

WhatsApp: 98 99161-1092

Endereço Sede OAB

Proc. 10.0000.2025.007838-1 - ID#11400874 - Página 1 de 1.





Documento(s) assinado(s) eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, mediante o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8539, de 8 de outubro de 2015.

ID#11400874

Certidão de livros contábeis (diário/razão) - pags. 1-1



Documento assinado eletronicamente por **ELIANE RODRIGUES MACEDO**, em 26/05/2025, às 13:43. **DANIEL BLUME PEREIRA DE ALMEIDA**, em 26/05/2025, às 17:54. A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://validador.oab.org.br>, informando o código **1140-0874-BD**.



Descrição	Classificação	Exercício Atual
Ativo (5)		
Circulante (10)		
Disponível (15)		
Banco conta movimento (30)		
Banco do Brasil S/A. (35)	1-1-01-02-01	235.165,67D
=Banco conta movimento		****235.165,67D
Aplicações (50)		
Banco do Brasil S/A. (55)	1-1-01-03-01	3.068.379,80D
=Aplicações		**3.068.379,80D
=Disponível		**3.303.545,47D
Clientes (85)		
Recebimentos Pessoa Física e Jurídica (90)		
Duplicatas a receber (95)	1-1-04-01-01	148.727,32D
=Recebimentos Pessoa Física e Jurídica		****148.727,32D
=Clientes		****148.727,32D
Adiantamento (115)		
Adiantamentos a Funcionários (130)		
Décimo Terceiro Salário (145)	1-1-05-02-03	5.261,00D
=Adiantamentos a Funcionários		*****5.261,00D
=Adiantamento		*****5.261,00D
=Total - Circulante		**3.457.533,79D
Ativo Não Circulante (370)		
Imobilizado (435)		
Informática (475)		
Equipamentos de Processamento - Hardware (480)	1-2-03-04-01	6.581,11D
=Informática		*****6.581,11D
Móveis e utensílios (485)		
Móveis e Utensílios (490)	1-2-03-05-01	51.110,54D
=Móveis e utensílios		*****51.110,54D
=Imobilizado		*****57.691,65D
=Total - Ativo Não Circulante		*****57.691,65D
=Total - Ativo		**3.515.225,44D

Certifico que o Presente Balanço Patrimonial de Encerramento Em 31 de dezembro de 2022 foi Registrado no Livro C-16, fl.49, conforme prevê o Art.9º do Provimento nº112/2006 do EOAB, desde: 27/04/2023.

Descrição	Classificação	Exercicio Atual
Passivo (680)		
Circulante (685)		
Tributos e Contribuições (790)		
Tributos e Contribuições (795)		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ (800)	2-1-05-01-01	153.892,46C
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido -CSSL (805)	2-1-05-01-02	62.381,82C
Imposto Sobre Serviços - ISS (810)	2-1-05-01-03	362,48C
FGTS a Recolher (825)	2-1-05-01-06	691,15C
COFINS e PIS / PASEP (830)	2-1-05-01-07	24.073,08C
Outros Impostos e Contribuições a Recolher (835)	2-1-05-01-08	16.050,12C
=Tributos e Contribuições		****257.451,11C
Parcelamento de Tributos e Contribuições (885)		
Parcelamento de Tributos e Contribuições (890)	2-1-05-03-01	34.463,36C
Imposto de Renda (895)	2-1-05-03-02	14.482,98C
Contribuições Previdenciárias (920)	2-1-05-03-07	1.736,15C
=Parcelamento de Tributos e Contribuições		*****50.682,49C
=Tributos e Contribuições		****308.133,60C
Obrigações com Pessoal (930)		
Salários (935)		
Salários a Pagar (940)	2-1-06-01-01	84.760,12C
Pró-labore (3422)	2-1-06-01-02	39.404,23C
Autônomo (3429)	2-1-06-01-03	38.000,00C
=Salários		****162.164,35C
Honorários (980)		
Honorários a Pagar (985)	2-1-06-04-01	36.917,32C
=Honorários		*****36.917,32C
Décimo Terceiro Salário (1005)		
Décimo Terceiro Salário a Pagar (1010)	2-1-06-06-01	883,32C
=Décimo Terceiro Salário		*****883,32C
=Obrigações com Pessoal		****199.964,99C
Credores (1055)		
Credores diversos (1060)		
Credores Pessoa Física e Jurídica (1065)	2-1-08-01-01	180.821,06C
=Credores diversos		****180.821,06C
=Credores		****180.821,06C
=T o t a l - Circulante		****688.919,65C
Patrimônio líquido (1170)		
Reservas (1195)		
Capital Social (3408)		
Socio (3415)	2-3-02-07-01	40.000,00C
=Capital Social		*****40.000,00C
=Reservas		*****40.000,00C
Resultado do Exercício Acumulado (1325)		



Descrição	Classificação	Exercício Atual
Resultado do Exercício (1330)		
Lucros/Superávits Apurados (1335)	2-3-03-01-01	17.254.484,37C
Prejuízos/Déficits Apurados (1340)	2-3-03-01-02	4.968.178,58D
Dividendos Antecipados (1345)	2-3-03-01-03	9.500.000,00D
=Resultado do Exercício		**2.786.305,79C
=Resultado do Exercício Acumulado		**2.786.305,79C
=Total - Patrimônio líquido		**2.826.305,79C
=Total - Passivo		**3.515.225,44C

DANIEL DE FARIA
JERONIMO
LEITE:79958893304

Assinado de forma digital por DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE:79958893304
Dados: 2023.04.26 13:09:06 -03'00'

Daniel de Faria Jerônimo Leite
Sócio-administrador
CPF: 799.588.933-04

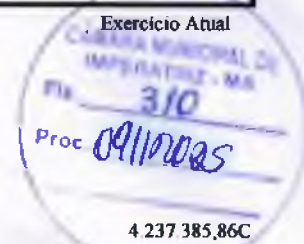
NATHALIA DE
SOLSA
RAMOS:0188176934
8

Assinado de forma digital por NATHALIA DE SOUSA RAMOS:01881769348
Dados: 2023.04.26 13:11:09 -03'00'

Nathalia de Sousa Ramos
Contadora - CRC nº 012218/O - MA

Certifico que o Presente Balanço Patrimonial de Encerramento Em 31 de dezembro de 2022 foi Registrado no Livro C-16, fl.49, conforme prevê o Art 9º do Provimento nº112/2006 do EOAB, desde: 27/04/2023.

Descrição	Classificação	Conta	Exercício Atual
Receita			
Receita Bruta Vendas e Serviços			
Receita sobre Serviços			
Receita de serviços			
Prestação de Serviços Advocaticios	3-1-02-01-02	3380	4.237.385,86C
=Receita de serviços			**4.237.385,86C
=Receita sobre Serviços			**4.237.385,86C
=T o t a l - Receita Bruta Vendas e Serviços			**4.237.385,86C
Dedução de receita			
Dedução de receita sobre vendas			
Dedução da Receita			
PIS	3-2-01-01-04	1470	27.182,69D
COFINS	3-2-01-01-05	1475	125.458,63D
CSLL	3-2-01-01-06	3457	126.890,42D
IRPJ	3-2-01-01-07	3464	330.862,85D
=Dedução da Receita			****610.394,59D
=Dedução de receita sobre vendas			****610.394,59D
Dedução de receita sobre serviços			
Dedução da Receita			
Imposto Sobre Serviços - ISS	3-2-02-01-03	1500	5.963,25D
=Dedução da Receita			*****5.963,25D
=Dedução de receita sobre serviços			*****5.963,25D
=T o t a l - Dedução de receita			****616.357,84D
=T o t a l - Receita			**3.621.028,02C
Despesas			
Custos diretos da produção			
Mão de obra direta			
Pessoal			
Salários e ordenados	4-1-03-01-01	1755	35.436,23D
=Pessoal			*****35.436,23D
=Mão de obra direta			*****35.436,23D
=T o t a l - Custos diretos da produção			*****35.436,23D
Despesas			
Despesas com Pessoal			



Descrição	Classificação	Conta	Exercício Atual
Despesas com Gestores/Diretoria			
Honorários de Diretoria	4-3-01-01-01	1840	11.362,32D
=Despesas com Gestores/Diretoria			*****11.362,32D
Despesas com Empregados			
Salários e Ordenados	4-3-01-02-01	1885	24.536,32D
13º Salário	4-3-01-02-04	1900	38.256,32D
Outras Despesas	4-3-01-02-09	1925	9.000,00D
=Despesas com Empregados			*****71.792,64D
Despesas com Encargos Sociais			
Previdência Social	4-3-01-04-01	1960	50.899,94D
FGTS	4-3-01-04-02	1965	14.125,36D
Outras Despesas	4-3-01-04-03	1970	1.177,28D
=Despesas com Encargos Sociais			*****66.202,58D
Despesas com Transporte de Empregados			
Vale Transporte	4-3-01-07-01	2000	5.341,10D
=Despesas com Transporte de Empregados			*****5.341,10D
Outras Despesas com Pessoal			
Plano de saúde empresarial BRADESCO	4-3-01-08-03	3394	91.492,20D
=Outras Despesas com Pessoal			*****91.492,20D
=Despesas com Pessoal			****246.190,84D
Despesas com Serviços de Terceiros			
Remuneração por Serviços de Terceiros			
Outras Despesas	4-3-02-01-06	2055	65.285,32D
Apcef-Clube	4-3-02-01-10	2946	404,00D
=Remuneração por Serviços de Terceiros			*****65.689,32D
=Despesas com Serviços de Terceiros			*****65.689,32D
Despesas com Localização e Funcionamento			
Despesas com Localização e Manutenção			
Condomínios e Taxas	4-3-03-01-03	2090	62.132,72D
Água, Luz e Gás	4-3-03-01-04	2095	15.821,35D
Outras Despesas	4-3-03-01-07	2110	20.682,34D
=Despesas com Localização e Manutenção			*****98.636,41D
Despesas com Expediente			
Material de Informática	4-3-03-02-06	2904	8.450,20D
=Despesas com Expediente			*****8.450,20D

Descrição	Classificação	Conta	Exercício Atual
Despesas com Comunicação			
Malotes e Correspondências	4-3-03-04-01	2175	58,60D
Telefone e Telegramas	4-3-03-04-02	2180	20.917,71D
=Despesas com Comunicação			*****20.976,31D
Despesas com Seguros	4-3-03-06	2210	0,00D
=Despesas com Localização e Funcionamento			****128.062,92D
=T o t a l - Despesas			****439.943,08D
Tributos			
Tributos			
Contribuições			
PIS/PASEP	4-4-01-02-01	2390	9.856,32D
Outras Contribuições	4-4-01-02-03	2400	118.385,74D
=Contribuições			****128.242,06D
=Tributos			****128.242,06D
=T o t a l - Tributos			****128.242,06D
=T o t a l - Despesas			****603.621,37D

RESULTADO DO EXERCÍCIO

RECEITAS-----> 3.621.028,02C
 DESPESAS + CUSTO-----> 603.621,37D
 LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO: ***3.017.406,65

DANIEL DE FARIA
 JERONIMO
 LEITE:79958893304

Assinado de forma digital por
 DANIEL DE FARIA JERONIMO
 LEITE:79958893304
 Dados: 2023.04.26 13:12:23
 +03'00'

Daniel de Faria Jerônimo Leite
 Sócio-administrador
 CPF: 799.588.933-04

NATHALIA DE
 SOUSA
 RAMOS:01881769
 348

Assinado de forma digital
 por NATHALIA DE SOUSA
 RAMOS:01881769348
 Dados: 2023.04.26
 13:12:55 -03'00'

Nathalia de Sousa Ramos
 Contadora - CRC nº 012218/O - MA

Certifico que o Presente Balanço Patrimonial de Encerramento Em 31 de dezembro de 2022 foi Registrado no Livro C-16, fl.49, conforme prevê o Art.9º do Provimento nº112/2006 do EOAB, desde: 27/04/2023.



ÍNDICES CONTÁBEIS - 2022
DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS

Rua das Juçaras, 04, Quadra 44 - Renascença, São Luís (MA), CEP: 65075-230

CNPJ: 9.181.344/0001-19 I.M.: 62370009

ÍNDICES DE LIQUIDEZ

ILG = Ativo Circulante + A. Realizável a Longo Prazo > 1
Passivo Circulante + P. Exigível a Longo Prazo

$$\text{ILG} = \frac{3.457.533,79 + 0}{180.821,06 + 0,00} = 19,12$$

ILC = Ativo Circulante > 1
Passivo Circulante

$$\text{ILC} = \frac{3.457.533,79}{180.821,06} = 19,12$$

ISG = Ativo Total > 1
Passivo Circulante + Exigível a longo prazo

$$\text{ISG} = \frac{3.515.225,44}{180.821,06 + -} = 19,44$$

IET = Passivo Circulante + Exigível a longo prazo < 0,60
Ativo total

$$\text{IET} = \frac{180.821,06}{3.515.225,44} = 0,05$$

São Luís (MA), 31 de dezembro de 2022.

DANIEL DE FARIA JERONIMO
LEITE: 799588933
04

Assinado de forma digital por DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE: 79958893304
Dados: 2023.04.26 13:13:30 -03'00'

Daniel de Faria Jerônimo Leite
Sócio-administrador
CPF: 799.588.933-04

NATHALIA DE SOUSA
RAMOS: 01881769348
69348

Assinado de forma digital por NATHALIA DE SOUSA RAMOS: 01881769348
Dados: 2023.04.26 13:15:36 -03'00'

Nathalia de Sousa Ramos
Contadora - CRC nº 012218/O - MA

Certifico que o Presente Balanço Patrimonial de Encerramento Em 31 de dezembro de 2022 foi Registrado no Livro C-16, fl.49, conforme prevê o Art.9º do Provimento nº112/2006 do EOAB, desde: 27/04/2023.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Daniel Leite @ Advogados Associados é uma sociedade simples pura, com sede e foro na cidade de São Luís/MA, tendo como objeto social Construção de edifícios, com início de atividades em 24/05/2007.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1) Aplicações Financeiras

O saldo das aplicações financeiras da empresa finalizou com um valor total de R\$ 3.068.379,80 (três milhões e sessenta e oito mil e trezentos e setenta e nove reais e oitenta centavos).

3.2) Direitos e obrigações

Estão demonstrados pelos valores históricos, acrescidos das correspondentes variações monetárias e encargos financeiros, observando o regime de competência;

3.3) Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada calculada que totaliza o valor de R\$ 57.691,65 (cinquenta e sete mil e seiscentos e noventa e um reais e sessenta e cinco centavos).

3.4) Ajuste de avaliação patrimonial

A empresa nunca efetuou ajuste de avaliação patrimonial.

3.5) Investimentos em empresas coligadas e controladas

A empresa não participa do capital social de outras sociedades.

3.6) Impostos Federais

A empresa está no regime do Lucro Presumido e contabiliza os encargos tributários pelo regime de competência.

4) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A empresa não conta com passivo,= relacionado à empréstimos e financiamentos, junto a instituições financeiras nacionais.

5) RESPONSABILIDADES E CONTINGÊNCIAS

Não há passivo contingente registrado contabilmente, tendo em vista que os administradores da empresa, escudados em opinião de seus consultores e advogados, não apontam contingências de quaisquer naturezas.

6) CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), dividido em 40.000,00 (quarenta mil) quotas de R\$ 1,00 (um real), totalmente integralizado, apresentando a seguinte composição:



Daniel de Faria Jerônimo Leite – 86%
João da Silva Santiago Filho – 8%
Luís Eduardo Franco Bouéres – 16%

7) PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

Não existem registros de propriedade para investimento.

8) EVENTOS SUBSEQUENTES

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

São Luís, 31 de dezembro de 2022.

DANIEL DE FARIA
JERONIMO
LEITE:799588933
04

Assinado de forma
digital por DANIEL DE
FARIA JERONIMO
LEITE:79958893304
Dados: 2023.04.26
13:13:55 -03'00'

DANIEL DE FARIA JERÔNIMO LEITE

Sócio Administrador – CPF: 799.588.933-04

NATHALIA DE
SOUSA
RAMOS:0188176934
8

Assinado de forma digital
por NATHALIA DE SOUSA
RAMOS:01881769348
Dados: 2023.04.26
13:14:33 -03'00'

NATHALIA DE SOUSA RAMOS

Contador - CRC: 012218/O - MA

CPF: 018.817.693-48

Certifico que o Presente Balanço Patrimonial de Encerramento Em 31 de dezembro de 2022 foi Registrado no Livro C-16, fl.49, conforme prevê o Art.9º do Provimento nº112/2006 do EOAB, desde: 27/04/2023.

**CRCMA**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DO MARANHÃO**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : NATHALIA DE SOUSA RAMOS
REGISTRO..... : MA-012218/O-0
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : ***.817.693-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: MARANHÃO, 23/04/2023 as 16:27:45.

Válido até: 22/07/2023.

Código de Controle: 476507.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCMA.



Documento(s) assinado(s) eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, mediante o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, *caput*, do Decreto nº 8539, de 8 de outubro de 2015.



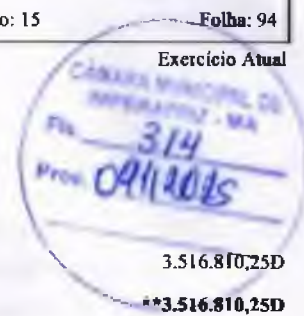
ID#5078940

Documento Inicial - page 1-10

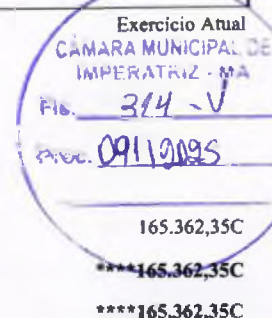


Documento assinado eletronicamente por **GUSTAVO MAMEDE LOPES DE SOUZA**, em 28/04/2023, às 15:21. **ELIANE RODRIGUES MACEDO**, em 28/04/2023, às 15:21. A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://validador.oab.org.br>, informando o código **5078-9408-66**.

Descrição	Classificação	Exercício Atual
Ativo (5)		
Circulante (10)		
Disponível (15)		
Banco conta movimento (30)		
Banco do Brasil S/A. (35)	1-1-01-02-01	3.516.810,25D
=Banco conta movimento		**3.516.810,25D
Aplicações (50)		
Banco do Brasil S/A. (55)	1-1-01-03-01	2.746.074,73D
=Aplicações		**2.746.074,73D
=Disponível		**6.262.884,98D
Clientes (85)		
Recebimentos Pessoa Física e Jurídica (90)		
Duplicatas a receber (95)	1-1-04-01-01	314.089,67D
=Recebimentos Pessoa Física e Jurídica		****314.089,67D
=Clientes		****314.089,67D
Adiantamento (115)		
Adiantamentos a Funcionários (130)		
Décimo Terceiro Salário (145)	1-1-05-02-03	8.773,36D
=Adiantamentos a Funcionários		*****8.773,36D
=Adiantamento		*****8.773,36D
=Total - Circulante		**6.585.748,01D
Ativo Não Circulante (370)		
Imobilizado (435)		
Informática (475)		
Equipamentos de Processamento - Hardware (480)	1-2-03-04-01	32.213,47D
=Informática		*****32.213,47D
Móveis e utensílios (485)		
Móveis e Utensílios (490)	1-2-03-05-01	69.769,86D
=Móveis e utensílios		****69.769,86D
=Imobilizado		****101.983,33D
=Total - Ativo Não Circulante		****101.983,33D
=Total - Ativo		**6.687.731,34D



Descrição	Classificação	
Passivo (680)		
Circulante (685)		
Fornecedores (765)		
Pessoa Física e Pessoa Jurídica (770)		
Fornecedores de Serviços (780)	2-1-03-01-02	165.362,35C
=Pessoa Física e Pessoa Jurídica		****165.362,35C
=Fornecedores		****165.362,35C
Tributos e Contribuições (790)		
Tributos e Contribuições (795)		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ (800)	2-1-05-01-01	379.781,90C
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido -CSSL (805)	2-1-05-01-02	136.836,82C
Imposto Sobre Serviços - ISS (810)	2-1-05-01-03	362,48C
Contribuições Previdenciárias (820)	2-1-05-01-05	1.023,14C
FGTS a Recolher (825)	2-1-05-01-06	691,15C
COFINS e PIS / PASEP (830)	2-1-05-01-07	38.165,00C
Outros Impostos e Contribuições a Recolher (835)	2-1-05-01-08	20.203,45C
=Tributos e Contribuições		****577.063,94C
Retenções de Imposto e Contribuições (840)		
Imposto de Renda Retido na Fonte - de Funcionários (845)	2-1-05-02-01	54,00C
=Retenções de Imposto e Contribuições		*****54,00C
Parcelamento de Tributos e Contribuições (885)		
Parcelamento de Tributos e Contribuições (890)	2-1-05-03-01	7.931,22C
Imposto de Renda (895)	2-1-05-03-02	5.913,62C
Contribuições Previdenciárias (920)	2-1-05-03-07	2.101,35C
=Parcelamento de Tributos e Contribuições		*****15.946,19C
=Tributos e Contribuições		****593.064,13C
Obrigações com Pessoal (930)		
Salários (935)		
Salários a Pagar (940)	2-1-06-01-01	72.128,12C
Pró-labore (3422)	2-1-06-01-02	39.404,23C
Autônomo (3429)	2-1-06-01-03	38.000,00C
=Salários		****149.532,35C
Honorários (980)		
Honorários a Pagar (985)	2-1-06-04-01	12.917,32C
=Honorários		****12.917,32C
Décimo Terceiro Salário (1005)		
Décimo Terceiro Salário a Pagar (1010)	2-1-06-06-01	2.621,64C
=Décimo Terceiro Salário		*****2.621,64C
=Obrigações com Pessoal		****165.071,31C
Credores (1055)		
Credores diversos (1060)		
Credores Pessoa Física e Jurídica (1065)	2-1-08-01-01	82.197,70C
=Credores diversos		****82.197,70C



Descrição	Classificação	Exercício Atual
=Credores		*****82.197,70C
Provisões (1095)		
Provisões (1100)		
Décimo terceiro Salário (1105)	2-1-10-01-01	3.512,36C
Tributos e Contribuições (1115)	2-1-10-01-03	4.387,27C
=Provisões		*****7.899,63C
=Provisões		*****7.899,63C
=T o t a l - Circulante		**1.013.595,12C
Patrimônio líquido (1170)		
Reservas (1195)		
Capital Social (3408)		
Socio (3415)	2-3-02-07-01	40.000,00C
=Capital Social		*****40.000,00C
=Reservas		*****40.000,00C
Resultado do Exercício Acumulado (1325)		
Resultado do Exercício (1330)		
Lucros/Superávits Apurados (1335)	2-3-03-01-01	22.602.314,80C
Prejuízos/Déficits Apurados (1340)	2-3-03-01-02	4.968.178,58D
Dividendos Antecipados (1345)	2-3-03-01-03	12.000.000,00D
=Resultado do Exercício		**5.634.136,22C
=Resultado do Exercício Acumulado		**5.634.136,22C
=T o t a l - Patrimônio líquido		**5.674.136,22C
=T o t a l - Passivo		**6.687.731,34C

**DANIEL DE FARIA
JERONIMO LEITE:
79958893304**

Digitalmente assinado por DANIEL DE FARIA
JERONIMO LEITE: 79958893304
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=39874525000191,
OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil -
RFB, OU=RFB e CPF A1, OU=(EM BRANCO),
OU=presencial, CN=DANIEL DE FARIA
JERONIMO LEITE: 79958893304
Razão: Eu sou o autor deste arquivo
Localização:
Data: 2024-08-21 11:03:08

**NATHALIA
DE SOUSA
RAMOS:
01881769348**

Digitalmente assinado por NATHALIA DE
SOUSA RAMOS: 01881769348
DN: C=BR, O=ICP-Brasil,
OU=39874525000172, OU=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB
e CPF A3, OU=(EM BRANCO),
OU=presencial, CN=NATHALIA DE SOUSA
RAMOS: 01881769348
Razão: Eu sou o autor deste arquivo
Localização:
Data: 2024-08-21 11:04:01

Certifico o Presente Balanco Patrimonial Ano 2023 averbado na OAB/MA, conforme prevê o Art.9º do Provimento nº112/2006 do EOAB, desde: 22/08/2024.

Descrição	Classificação	Conta	
Receita			
Receita Bruta Vendas e Serviços			
Receita sobre Serviços			
Receita de serviços	3-1-02-01	1430	6.605.163,00C
=Receita sobre Serviços			**6.605.163,00C
=T o t a l - Receita Bruta Vendas e Serviços			**6.605.163,00C
Dedução de receita			
Dedução de receita sobre vendas			
Dedução da Receita	3-2-01-01	1450	754.025,18D
=Dedução de receita sobre vendas			****754.025,18D
=T o t a l - Dedução de receita			****754.025,18D
=T o t a l - Receita			**5.851.137,82C
Despesas			
Despesas			
Despesas com Pessoal			
Despesas com Gestores/Diretoria	4-3-01-01	1835	15.768,00D
Despesas com Empregados	4-3-01-02	1880	181.486,32D
Despesas com Encargos Sociais	4-3-01-04	1955	74.789,10D
Despesas com Transporte de Empregados	4-3-01-07	1995	6.494,40D
Outras Despesas com Pessoal	4-3-01-08	2010	124.287,52D
=Despesas com Pessoal			****402.825,34D
Despesas com Localização e Funcionamento			
Despesas com Localização e Manutenção	4-3-03-01	2075	120.146,43D
Despesas com Expediente	4-3-03-02	2115	25.632,36C
Despesas com Comunicação	4-3-03-04	2170	24.627,30D
Despesas com Seguros	4-3-03-06	2210	18.659,32C
=Despesas com Localização e Funcionamento			****100.482,05D
=T o t a l - Despesas			****503.307,39D
=T o t a l - Despesas			****503.307,39D
RESULTADO DO EXERCÍCIO			
RECEITAS—————>	5.851.137,82C		
DESPEAS + CUSTO—————>	503.307,39D		
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO:	***5.347.830,43		

ÍNDICES CONTÁBEIS - 2023

DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS

Rua das Juçaras, 04, Quadra 44 - Renascença, São Luís (MA), CEP: 65075-230

CNPJ: 9.181.344/0001-19 I.M.: 62370009



ÍNDICES DE LIQUIDEZ

ILG = Ativo Circulante + A. Realizável a Longo Prazo > 1
Passivo Circulante + P. Exigível a Longo Prazo

$$\text{ILG} = \frac{6.585.748,01 + 0}{1.013.595,12 + 0,00} = 6,50$$

ILC = Ativo Circulante > 1
Passivo Circulante

$$\text{ILC} = \frac{6.585.748,01}{1.013.595,12} = 6,50$$

ISG = Ativo Total > 1
Passivo Circulante + Exigível a longo prazo

$$\text{ISG} = \frac{6.687.731,34}{1.013.595,12 + -} = 6,60$$

IET = Passivo Circulante + Exigível a longo prazo < 0,60
Ativo total

$$\text{IET} = \frac{1.013.595,12}{6.687.731,34} = 0,15$$

São Luís (MA), 31 de dezembro de 2023.

DANIEL DE FARIA
JERONIMO LEITE
79958893304

Digitamente assinado por DANIEL DE FARIA
 JERONIMO LEITE 79958893304
 DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=30874525000181
 OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil
 RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=(EM BRANCO),
 OU=assinatura, CN=DANIEL DE FARIA
 JERONIMO LEITE 79958893304
 Razão: Eu sou o autor deste arquivo
 Localização:
 Data: 2024-08-21 11:03:19

Daniel de Faria Jerônimo Leite
Sócio-administrador
CPF: 799.588.933-04

NATHALIA DE SOUSA
RAMOS:01881769348

Digitamente assinado por NATHALIA DE
 SOUSA RAMOS 01881769348
 DN: C=BR, O=ICP-Brasil,
 OU=30874525000181, OU=Secretaria da
 Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB
 e-CPF A1, OU=(EM BRANCO),
 OU=assinatura, CN=NATHALIA DE SOUSA
 RAMOS 01881769348
 Razão: Eu sou o autor deste arquivo
 Localização:
 Data: 2024-08-21 11:03:51

Nathalia de Sousa Ramos
Contadora - CRC nº 012218/O - MA

Certifico o Presente Balanço Patrimonial Ano 2023 averbado na OAB/MA, conforme prevê o Art.9º do Provimento nº112/2006 do EOAB, desde: 22/08/2024.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**1) CONTEXTO OPERACIONAL**

A Daniel Leite @ Advogados Associados é uma sociedade simples pura, com sede e foro na cidade de São Luís/MA, tendo como objeto social Construção de edifícios, com início de atividades em 24/05/2007.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**3.1) Aplicações Financeiras**

O saldo das aplicações financeiras da empresa finalizou com um valor total de R\$ 2.746.074,73 (dois milhões e setecentos e quarenta e seis mil e setenta e quatro reais e setenta e três centavos).

3.2) Direitos e obrigações

Estão demonstrados pelos valores históricos, acrescidos das correspondentes variações monetárias e encargos financeiros, observando o regime de competência;

3.3) Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição que totaliza o valor de R\$ 101.983,33 (cento e um mil e novecentos e oitenta e três reais e trinta e três centavos).

3.4) Ajuste de avaliação patrimonial

A empresa nunca efetuou ajuste de avaliação patrimonial.

3.5) Investimentos em empresas coligadas e controladas

A empresa não participa do capital social de outras sociedades.

3.6) Impostos Federais

A empresa está no regime do Lucro Presumido e contabiliza os encargos tributários pelo regime de competência.

4) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A empresa não conta com passivo, relacionado à empréstimos e financiamentos, junto a instituições financeiras nacionais.

5) RESPONSABILIDADES E CONTINGÊNCIAS

Não há passivo contingente registrado contabilmente, tendo em vista que os administradores da empresa, escudados em opinião de seus consultores e advogados, não apontam contingências de quaisquer naturezas.



Documento(s) assinado(s) eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, mediante o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, *caput*, do Decreto nº 8539, de 8 de outubro de 2015.

ID#8663491

Balanco patrimonial - pags. 1-7



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉIA SILVA SANTOS**, em 22/08/2024, às 17:15. **GUSTAVO MAMEDE LOPES DE SOUZA**, em 23/08/2024, às 10:04. A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://validador.oab.org.br>, informando o código **8663-4919-B0**.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL DO MARANHÃO
IDENTIDADE DE ADVOGADO

INSCRIÇÃO: 17194

NOME
JARDEL ADRIANO VILARINHO DA SILVA

FILIAÇÃO
JOSE MENDES DA SILVA

NATURALIDADE
TERESINA-PI

DATA DE NASCIMENTO
14/09/1981

RG
1947927 - SSP/PI

CPF
651.301.383-88

DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS
NÃO

VIA 01 EXPEDIDO EM
18/03/2017

THIAGO ROBERTO MORAIS DIAZ
PRESIDENTE

TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 13928023

USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.906/94)

ASSINATURA DO PORTADOR
Jardel Adriano Vilarinho da Silva

OAB

OBSERVAÇÕES

BARCODE







CÂMARA MUNICIPAL DE
IMPERATRIZ - MA
Fls. 319-V
Proc. 09112096

TEM FE PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 03103686

USO OBRIGATORIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.906/94)


ASSINATURA DO TITULAR
Daniel de Faria Jerônimo Leite



0855544021



 **ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL**
CONSELHO SECCIONAL DO MARANHÃO
IDENTIDADE DE ADVOGADO

6881

NOME
DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE

SIGNATARIO
HELOÍZO JERONIMO LEITE
MARIA ANGELA DE FARIA JERONIMO LEITE

RESIDENCIA
SÃO LUIS-MA

DATA DE NASCIMENTO
10/11/1978

CPF
780.588.927-04

RG
19007786-1 - SSP-MA

PLANO DE CATEGORIA E CATEGORIA
NÃO DECLARADO

VIA
01 30112/2015

MARIO DE ANDRADE MATEIRA
PRESIDENTE



TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 02988270

USO OBRIGATORIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 12 da Lei n.º 8.988/94)



ASSINATURA DO PORTADOR



OBSERVAÇÕES



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DO PARANÁ
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME

LUIS EDUARDO FRANCO BOUÉRES

PAIS

FRANCISCO JORGE DE OLIVEIRA BOUÉRES

MARIA DA CONCEIÇÃO FRANCO BOUÉRES

ESTADO

SÃO LUIS-MA

RG

733671977 - SSPMA

ORGÃO DE EMISSÃO E REGISTRO

NÃO

DATA DE NASCIMENTO

22/03/1980

CPF

838 778 273 46

DATA DE EXERCÍCIO

01/03/07/2004

JOSE CALDAS GÓIS
FRENTE 178



EMPRESA
FÁCIL




Acesso exclusivo dos órgãos
estaduais e municipais

Autenticidade de documentos

DADOS DA CONSULTA

Protocolo:

 240001780

Data do Protocolo:

 14/03/2024

Número de Registro:

 OABMA192

Arquivamento:

 20240001780

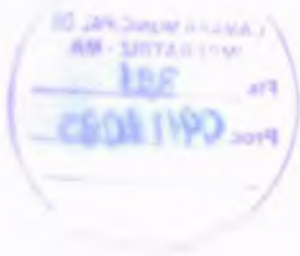
Empresa:

 DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS

Documento(s):

 Contrato

< Voltar



Contato (98) 2106-8500

- Outros contatos

Desenvolvido
por:

ouvidoria@jucema.ma.gov.br

Endereço: Av. Pedro II,
Nº199 - Centro,
São Luís - MA,
65010-450



Histórico do Empregador

O Histórico do Empregador apresenta os registros dos CRF concedidos nos últimos 24 meses, conforme Manual de Orientações Regularidade do Empregador.

Inscrição: 09.181.344/0001-19

Razão social: DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS

Data de Emissão/Leitura	Data de Validade	Número do CRF
15/11/2025	15/11/2025 a 14/12/2025	2025111503351607001746
27/10/2025	27/10/2025 a 25/11/2025	2025102704521607001708
08/10/2025	08/10/2025 a 06/11/2025	2025100822321607001710
19/09/2025	19/09/2025 a 18/10/2025	2025091907281607001752
31/08/2025	31/08/2025 a 29/09/2025	2025083103471607001742
12/08/2025	12/08/2025 a 10/09/2025	2025081205401607001775
24/07/2025	24/07/2025 a 22/08/2025	2025072407461607001794
05/07/2025	05/07/2025 a 03/08/2025	2025070503411607001700
16/06/2025	16/06/2025 a 15/07/2025	2025061606341607001715
28/05/2025	28/05/2025 a 26/06/2025	2025052805291607001793
09/05/2025	09/05/2025 a 07/06/2025	2025050905201607001729
20/04/2025	20/04/2025 a 19/05/2025	2025042003301607001709
01/04/2025	01/04/2025 a 30/04/2025	2025040121591607001746
13/03/2025	13/03/2025 a 11/04/2025	2025031400101607001793
22/02/2025	22/02/2025 a 23/03/2025	2025022203321607001707
03/02/2025	03/02/2025 a 04/03/2025	2025020322241607001715
15/01/2025	15/01/2025 a 13/02/2025	2025011504091607001700
27/12/2024	27/12/2024 a 25/01/2025	2024122705201607001765
08/12/2024	08/12/2024 a 06/01/2025	2024120803061607001755
19/11/2024	19/11/2024 a 18/12/2024	2024111904111607001739
31/10/2024	31/10/2024 a 29/11/2024	2024103109441607001707
12/10/2024	12/10/2024 a 10/11/2024	2024101204001607001738
23/09/2024	23/09/2024 a 22/10/2024	2024092322081607001780
04/09/2024	04/09/2024 a 03/10/2024	2024090408511607001715
16/08/2024	16/08/2024 a 14/09/2024	2024081621491607001767
28/07/2024	28/07/2024 a 26/08/2024	2024072802361607001704
09/07/2024	09/07/2024 a 07/08/2024	2024070907201607001726
20/06/2024	20/06/2024 a 19/07/2024	2024062020241607001751
01/06/2024	01/06/2024 a 30/06/2024	2024060102391607001720
13/05/2024	13/05/2024 a 11/06/2024	2024051306311607001721

**Estado do Maranhão Certidão Negativa de Dívida Ativa**

Secretaria da Fazenda

Resultado da Validação da Certidão Negativa Dívida Ativa de Dívida Ativa

CERTIDÃO VÁLIDA!**Nº da Certidão:** 088825/25**Data de Validade:** 21/12/2025**Data de Emissão:** 22/09/2025 09:20:54**Inscrição Estadual:** 0**CPF/CNPJ:** 09181344000119**Razão Social:**[Nova Consulta](#) [Imprimir](#)

Desenvolvido pela Sefaz/CODF - 2009-2009



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
CERTIDÃO NEGATIVA

Número da Certidão: 00012181632025

Validade: 17/02/2026

CERTIFICADO
102025009211010



Certificamos que até a presente data não consta débito fiscal relativo a pessoa jurídica, descrita abaixo, reserva-se o direito de a fazenda municipal cobrar dívidas posteriormente comprovadas, hipótese prevista nos artigos 80 e 146, da lei 6.289, de 28/12/2017 do código tributário municipal.
#baixaempr

DADOS DA PESSOA JURÍDICA	
CNPJ: 09.181.344/0001-19	Inscrição Municipal: 62370009
Razão Social: DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS	
ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL	
691170100 - SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS	
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO	
Logradouro: RUA DAS JUCARAS	
Número: 4	Complemento: QDA 44
Bairro: RENASCENÇA I	
Município: SÃO LUÍS - MA	CEP: 65075230

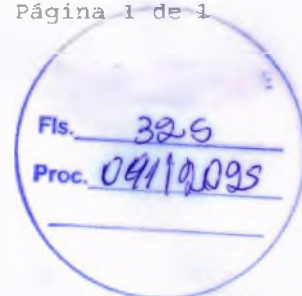
A presente certidão, sem conter rasuras, tem sua eficácia até a data de validade acima informada, tendo sido lavrada em São Luís (MA), em 20 de outubro de 2025 às 11:02, sob o código de autenticidade nº B330EE1416446B5B42AE9E52A8E43B9C.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na Internet, em
<https://stm.semfaz.saoluis.ma.gov.br/validacaocertidao>.

"NÃO É VÁLIDA A CERTIDÃO QUE CONTIVER EMENDAS, RASURAS OU ENTRELINHAS."



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHIS'

Nome: DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 09.181.344/0001-19

Certidão nº: 46836502/2025

Expedição: 13/08/2025, às 14:40:20

Validade: 09/02/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 09.181.344/0001-19, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação...

LOGIN



Poder Judiciário do Estado do Maranhão
Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão
Certidão Estadual - Primeiro Grau
Falência, Concordata e Recuperação Judicial



Data da Emissão: 06/10/2025
Data da Validade: 06/12/2025
Nº do protocolo: 12503486258
Código de Validação: 3751cbd71d

Nome: DANIEL LEITE E ADVOGADOS ASSOCIADOS
CNPJ: 09.181.344/0001-19

Os dados dos documentos constantes nessa certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc.)

Certifico que NADA CONSTA nos registros de distribuição do 1º GRAU DE JURISDIÇÃO do Poder Judiciário do Estado do Maranhão sobre ocorrência de ações de pedido de Falência, Concordata e Recuperação Judicial distribuída(s) que esteja(m) em tramitação em face da pessoa acima identificada.

A Certidão de Falência, Concordata e Recuperação Judicial contempla ações de Falência, Recuperação Judicial/Extrajudicial e Insolvência Civil.

Observações:

- a) Os dados do(a) solicitante acima informado são de sua responsabilidade, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário;
- b) A validade desta certidão é de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão;
- c) Esta certidão é válida apenas para maiores de 18 anos;
- d) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Maranhão - www.tjma.jus.br - menu - Certidão Estadual, utilizando o código de validação acima identificado;
- e) Fonte da pesquisa: sistema PJE (1º grau);



PROPOSTA DE PREÇOS

A CAMARA MUNICIPAL DE
IMPERATRIZ – MA.

Senhores,

A Firma DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS, estabelecida na Rua das Juçaras, nº 04, Quadra 44, Jardim Renascença, São Luís/MA, inscrita no CNPJ nº 09.181.344/0001-19, telefone: (98) 3235-5687, neste ato representado por seu responsável, Daniel de Faria Jerônimo Leite, inscrito no CPF 799.588.933-04, vem pelo presente apresentar e propõe entregar o objeto para **contratação de serviços de consultoria jurídica** para atender as necessidades da Câmara Municipal de Imperatriz - MA

Para realização dos serviços supra referenciados, a estimativa de preço é de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) mensal, com valor global de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais).

Pela presente, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente os da Lei nº 14.333/21.

- e) PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: **90 (noventa) dias.**
- f) LOCAL DO SERVIÇO: **Câmara Municipal de Imperatriz /MA**
- g) CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: **até 30 dias após a execução do serviço.**
- h) DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA: **BANCO DO BRASIL, Ag: 2953-x, c/c: 39371-1 Daniel Leite Advogados Associados.**
- i) INFORMAÇÕES DO REPRESENTANTE DA EMPRESA: **DANIEL DE FARIA JERÔNIMO LEITE, Sócio Administrador, OAB/MA 5991**



m) PRAZO DE EXECUÇÃO: De acordo com a descrição do Termo de Referência.

DECLARO que os valores acima indicados contemplam todos os custos diretos e indiretos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação, incluindo, entre outros tributos, encargos sociais, despesas administrativas, com exceção das despesas de responsabilidade da CONTRATANTE, na forma prevista no edital e no contrato.

São Luís (MA), 06 de novembro de 2025.

**DANIEL DE FARIA
JERONIMO LEITE**

Assinado de forma digital
por DANIEL DE FARIA
JERONIMO LEITE
Dados: 2025.11.06 15:39:13
-03'00'

DANIEL DE FARIA JERÔNIMO LEITE
Sócio-Administrador
OAB/MA 5991
CPF 799.588.933-04



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ



MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº XXXXX/XXXX
INEXIGIBILIDADE Nº 003/2025
PROCESSO Nº 091/2025
ID CONTRATO: XXXXXX

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE
ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE
IMPERATRIZ E A EMPRESA XXXXXXXXXXXX NA
FORMA ABAIXO:

Por este instrumento particular, a CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ/MA inscrita no CNPJ sob o nº 69.555.019/0001-09, neste ato representada pelo Presidente, Sr. XXXXXXXXXXXX, agente político, portador(a) da Cédula de Identidade nº XXXXXXXXXXXX e do CPF nº XXXXXXXXXXXX, a seguir denominada CONTRATANTE, e a empresa XXXXXXXXXXXX, inscrita no C.N.P.J sob o n.º XXXXXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu representante legal, Sr. XXXXXXXXXXXX, portador do RG n.º XXXXXXXXXXXX e CPF n.º XXXXXXXXXXXX, têm, entre si, ajustado o presente CONTRATO Nº XXXXXXXXXXXX, decorrente do Processo de Inexigibilidade nº 003/2025, formalizado nos autos do Processo Administrativo nº 091/2025, submetendo-se às cláusulas e condições abaixo e aos preceitos instituídos na Lei nº 14.133/2021, assim como pelas cláusulas a seguir expressas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de Assessoria e Consultoria Jurídica para atender as necessidades da Câmara Municipal de Imperatriz, nas condições estabelecidas no Processo de Inexigibilidade nº 003/2025.

1.2. Vinculam esta contratação, independente de transcrição:

- 1.2.1. A proposta da Contratada;
- 1.2.2. Termo de Referência;
- 1.2.3. Processo de Inexigibilidade;
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021 na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.



**ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

- 2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.
- 2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
- 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
 - 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
 - 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
 - 2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
 - 2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
- 2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições e conclusão, execução, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. É vedada a contratação parcial ou total do objeto da presente contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxxxx(xxxxxxxxxx).



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias dir decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data da proposta de preços apresentada.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, a atualização do respectivo valor pelo IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, utilizando-se a seguinte fórmula:

$$VA = \frac{VDI}{INI} \times INF, \text{ onde:}$$

VA = Valor Atualizado

VDI = Valor Inicial

INI = IGP-M/FGV na data inicial

INF = IGP-M/FGV na data final

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XVI)

8.1. São obrigações do Contratante, além das previstas no termo de referência:

8.1.1. Emitir a Ordem de Serviços.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

- 8.1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.1.3. Receber o serviço no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no serviço prestado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas, certificando-se de que as soluções propostas sejam as mais adequadas;
- 8.1.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.1.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do serviço, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Câmara Municipal de Imperatriz para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.2.A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.3. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês.
- 8.4. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, quando houver garantia contratual.
- 8.5. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do serviço, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, além das previstas no termo de referência:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do serviço, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

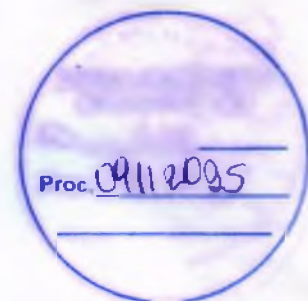
9.8.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.8.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.8.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ



9.8.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.8.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.11. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação;

9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (;

9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

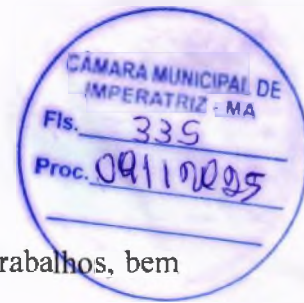
9.18. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.19. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.20. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ



9.21. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.22. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.23. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.5. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.6. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.7. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.8. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.9. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.9.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

10.10. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.11. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da prestação dos serviços da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- d) Multa:

- I. Advertência, que será aplicada por meio de notificação via ofício, mediante contra-recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da Administração;



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

- II. 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor da Nota de Empenho em caso de atraso na execução do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial ou total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- III. 5% (cinco por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, em caso de atraso superior a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial ou total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.
- IV. 15% (quinze por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, em caso de atraso na execução do objeto ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- V. 20% (vinte por cento) sobre o valor da Nota de empenho, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ



c) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92. XIX)

13.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

13.5.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3. Das indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.7. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.7.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.7.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: Câmara Municipal de Imperatriz **Unidade:** Câmara de Imperatriz **Ação Função:** 01 **Subfunção:** 122 **Programa:** 0001 Projeto/Atividade/Oper. Especial: 2-002 01.122.0001.2-002 – **MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES E PROJETOS DA CÂMARA** **Natureza da despesa** 3.3.90.39.00.00 – Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica **Fonte de Recursos:** 500 – Recursos não vinculados de Impostos

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

14.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Imperatriz – MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Imperatriz (MA), xx de xxxxx de 2025.

CONTRATANTE

CONTRATADA



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Processo Administrativo nº 091/2025

Objeto: Contratação de empresa ~~especializada~~ na prestação de serviços continuados de Assessoria e Consultoria Jurídica para atender as necessidades da Câmara Municipal de Imperatriz.

À Procuradoria Geral da Câmara Municipal de Imperatriz

Cuida – se do processo de inexigibilidade de licitação nº 003/2025 (processo nº 091/2025), cujo objeto é a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de Assessoria e Consultoria Jurídica para atender as necessidades da Câmara Municipal de Imperatriz.

I – Da Contratação Direta por Inexigibilidade de Licitação

É cediço que as compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei. Nesse diapasão o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio das licitações, sendo a licitação a regra, portanto de observância obrigatória para a Administração.

O objetivo da licitação é contratar a proposta apta a gerar o melhor resultado, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais.

É através da licitação que a Administração Pública torna isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais.

Para regulamentar o exercício dessa atividade foi criada a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, mais conhecida como Lei de Licitações e Contratos Administrativos, que



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

estabelece as normas gerais para a realização do procedimento licitatório, sendo esta a regra, repete-se.

A aludida Lei trouxe em seu bojo exceções ao princípio constitucional da obrigatoriedade de licitação, elencando os casos que a licitação poderá ocorrer por dispensa ou inexigibilidade, a partir de critérios que a própria norma explicita.

As hipóteses de Dispensa ou de Inexigibilidade de Licitação, encontram-se elencadas nos artigos 74 e 75 da Lei Federal nº 13.133/21 e o processo desse tipo de contratação deverá ser instruído com os documentos elencados no artigo 72 do mesmo diploma legal citado.

In casu, o objeto encontra-se fundamentado no artigo 74, inciso III, alínea c, da Lei Federal nº 14.133/21, conforme justificado nos autos, haja vista que se trata de contratação de fornecedor para assessorias e consultorias técnicas.

II – Da razão da escolha do fornecedor

Diz, o Departamento Administrativo e Atividades Complementares, demandante (fl. 07) que o pedido desta contratação consiste na **prestação de serviços jurídicos de natureza singular e notória especialização**, voltados à orientação institucional, legislativa e administrativa desta Câmara, especialmente em matérias relacionadas ao direito público, controle interno, gestão orçamentária e conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis à Administração Pública.

A complexidade técnica do objeto excede as atribuições rotineiras de consultoria jurídica, exigindo domínio aprofundado e interdisciplinar nas áreas de Direito Legislativo, Administração Pública, Contabilidade Jurídica Pública, Responsabilidade Fiscal e Controle Externo.

Trata-se de **serviços que demandam atuação estratégica, com impacto direto sobre o planejamento institucional e a segurança jurídica dos atos praticados pela Câmara, em especial no que se refere à interlocução com órgãos de controle como o Ministério Público, Tribunais de Contas e Controladorias**. Essa complexidade se acentua diante do fato de a Câmara possuir legislação própria, regulamentações específicas e uma rotina administrativa que exige suporte jurídico contínuo e qualificado.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Embora a Câmara conte com um Procurador Jurídico efetivo, verifica-se que a **estrutura atual não possui capacidade técnica e operacional suficiente para atender à totalidade das demandas institucionais, dada sua complexidade, especialização temática e volume.** As tarefas que se pretende contratar exigem dedicação exclusiva e conhecimento altamente especializado, não sendo adequadamente absorvíveis pela atual estrutura interna, o que caracteriza a inadequação da prestação do serviço pelos quadros permanentes da Casa Legislativa.

Importante destacar que, conforme entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no Tema 309 da Repercussão Geral (RE 656.558), **a existência de Procuradoria Jurídica não constitui, por si só, impedimento para a contratação direta de serviços advocatícios especializados.** O que se exige é a demonstração da real necessidade, da singularidade do objeto, da notória especialização do contratado e da compatibilidade do preço praticado.

Considerando que a equipe do escritório **Daniel Leite & Advogados Associados**, inscrita no CNPJ nº 09.181.344/0001-19, detém notória especialização na prestação de serviços jurídicos voltados à Administração Pública, especialmente no âmbito municipal. **Sua atuação é reconhecida em diversos entes federativos, com ênfase em Câmaras Municipais e Prefeituras**, onde desenvolve trabalhos técnicos em áreas como gestão institucional, planejamento orçamentário, consultoria legislativa, controle interno e assessoramento jurídico estratégico, sempre em conformidade com os marcos legais e jurisprudenciais aplicáveis, o que contribui para a adequada execução do objeto e reforça a notória especialização exigida para a contratação por inexigibilidade, nos termos do art. 74, inciso III, alínea "c", da Lei nº 14.133/2021;

Com **mais de 20 anos de atuação no Estado do Maranhão**, o escritório consolidou-se como referência na advocacia pública, atuando de forma destacada perante a Justiça Estadual, Federal e Eleitoral, em relevantes demandas, administrativas e em defesa de diversos agentes políticos do Estado, o que demonstra sua ampla experiência e credibilidade no cenário jurídico regional.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



O corpo técnico do escritório é composto por profissionais com sólida formação acadêmica e comprovada experiência prática em Direito Público, Direito Administrativo, Direito Financeiro e Legislativo, o que assegura a prestação de serviços especializados com elevado padrão de qualidade e segurança jurídica. **Sua atuação consolidada demonstra aderência plena ao conceito de notória especialização previsto no art. 74, §1º, da Lei nº 14.133/2021**, o qual exige que o contratado apresente reputação firmada com base em desempenho técnico anterior, estudos, publicações e aparelhamento compatível com a complexidade do objeto contratado.

Importante destacar que o próprio STF, ao julgar demanda envolvendo a contratação deste mesmo escritório pela Câmara Municipal de Imperatriz, não identificou qualquer vício ou irregularidade no procedimento, reconhecendo a legitimidade e regularidade da contratação direta por inexigibilidade de licitação, nos moldes exigidos pelo Tema 309 da Repercussão Geral (RE 656.558/SP). Tal precedente reforça a segurança jurídica da presente contratação, bem como a conformidade da escolha com os parâmetros constitucionais e legais que regem a Administração Pública.

Nos termos do entendimento firmado pelo STF, para que seja válida a contratação direta de serviços advocatícios especializados é necessário que estejam demonstrados: (i) a singularidade do objeto, (ii) a notória especialização do contratado, (iii) a inviabilidade de prestação adequada pelos quadros permanentes da Administração, e (iv) a compatibilidade do preço praticado com o valor de mercado. **Todos esses requisitos encontram-se atendidos no presente caso.**

A familiaridade do escritório com a realidade institucional da Câmara Municipal de Imperatriz, somada ao seu histórico de atuação em diversos entes municipais, o torna plenamente qualificado para oferecer soluções jurídicas integradas, alinhadas às normas locais, regulamentos internos e peculiaridades legislativas da Casa Legislativa. Trata-se, portanto, de profissional cuja reputação e especialização técnica conferem o grau de confiança necessário à execução do objeto, conforme exigido pela lei e pela jurisprudência constitucional vigente.

Ainda, quanto a metodologia utilizada, foram feitas pesquisas de mercado, apresentou 3 (quatro) pesquisas de mercado, sendo:



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Pesquisa 1: O valor obtido na pesquisa 01 é proveniente do Primeiro T
Contrato nº 20230405.002.2023 da Câmara Municipal de Imperatriz/MA, perfazendo o
valor unitário mensal de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e valor total, considerando a
vigência contratual de 12 (doze) meses, de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais).

Pesquisa 2: O valor obtido na pesquisa 02 é proveniente do Contrato nº 202503054/2025 -
CPL/PMA da Prefeitura Municipal de Araisos/MA, perfazendo o valor unitário mensal
de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) e valor total, considerando a vigência contratual de 12
(doze) meses, de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).

Pesquisa 3: O valor obtido na pesquisa 03 é proveniente do Contrato nº INEX-002-2025
da Prefeitura Municipal de Miranda do Norte/MA, perfazendo o valor unitário mensal de
R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) e valor total, considerando a vigência contratual de 12
(doze) meses, de R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais).

Nesse ínterim, diante dos preços colhidos na fase preparatória, verificou-se que o
escritório Daniel Leite & Advogados Associados, CNPJ: 09.181.344/0001-19, através da
proposta de preços fornecida fls. 327-328, apresentou a solução mais vantajosa e compatível para
a Administração.

Ademais, quanto da apresentação dos documentos de habilitação, a proponente
demonstrou o cumprimento dos requisitos dispostos no artigo 62 e seguintes da Lei nº
14.133/2021, conforme documentação acostada nas fls. 99-326.

Desse modo, entende-se que a escolha do executante se justifica diante da maior
vantajosidade para a Administração.

III – Da justificativa do preço

Considerando a Pesquisa de preços fls. 35-49, atestando a adequação do preço da
ferramenta, a compatibilidade de preços com os parâmetros do mercado, resta justificado o valor
a ser contratado, estando aparado pelo disposto no artigo 23, § 4º da Lei nº 14.133/21.

Neste enfoque, conforme proposta fornecida fls. 327-328, o valor de R\$ 180.000,00
(cento e oitenta mil reais), ofertado pelo escritório **Daniel Leite & Advogados Associados**,
CNPJ: 09.181.344/0001-19, se mostrou mais vantajoso para a Administração para a contratação
no período de 12 (doze) meses.



**ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**



Desta feita, para a pretendida contratação, justifica-se o preço considerando que a proposta apresentada foi a mais compatível com as necessidades da Administração.

IV – Dos aspectos formais

No tocante aos aspectos formais cumpre ressaltar para a realização de contratação direta por inexigibilidade de licitação, além do enquadramento nos requisitos dispostos no art. 74, inciso III, alínea c, da Lei nº 14.133/21, deverá observar ainda as exigências do artigo 72 da mesma lei, até essa fase os seguintes: documento de oficialização de demanda e , se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos termo de referência, projeto básico ou projeto executivo, estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no artigo 23 da mesma lei; demonstração de compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido, comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária; razão da escolha do contratado e justificativa de preço.

Nos autos estes aspectos se encontram inseridos.

V – Da Minuta do Contrato

É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) do limite estabelecido no artigo 95, §2º da Lei nº 14.133/21.

Desta feita, junta-se neste ato, a minuta do contrato para a futura contratação – em se decidindo a Administração ao final da tramitação destes autos pela sua formalização – para apreciação, e emissão de parecer acerca do seu teor, pela Procuradoria Geral da Câmara Municipal de Imperatriz, quanto a sua aprovação nos termos do artigo 53, § 4º da Lei nº 14.133/21.

VI – Da conclusão



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Pelo exposto, conclui-se que resta caracterizada a hipótese de contratação direta por inexigibilidade de licitação, em razão da escolha da proposta do escritório **Daniel Leite & Advogados Associados**, CNPJ. 09.181.344/0001-19, nos termos do artigo 74, inciso III, alínea c, da Lei nº 14.133/21, para a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de Assessoria e Consultoria Jurídica para atender as necessidades da Câmara Municipal de Imperatriz.


Encaminhe-se os autos a Procuradoria Geral da Câmara Municipal de Imperatriz para exame da legalidade do pretendido no DOD nº 063/2025 DAAC/CMI, fls. 02-05 Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de Assessoria e Consultoria Jurídica para atender as necessidades da Câmara Municipal de Imperatriz e demais documentos, nos termos do artigo 53, § 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

Após, submeta-se Presidência da Câmara Municipal de Imperatriz para prosseguimento do feito.

Imperatriz/MA, 27 de novembro de 2025.

Victor Gabriel Aquino da Silva
Agente de Contratação
Portaria/GRAT/PR nº 076/2024

Ciente em: 27 / 11 / 2025.


Francisco Sávio Costa Silva
Chefe do Departamento de Licitações
Portaria/NOM/PR nº 007/2025



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
PROCURADORIA DA CÂMARA



PARECER JURÍDICO LICITATÓRIO Nº 48/2025

SOLICITANTE: AGENTE DE CONTRATAÇÃO – VICTOR GABRIEL AQUINO DA SILVA

OBJETO: Análise do procedimento licitatório para contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de assessoria e consultoria para atender as necessidades da Câmara Municipal de Imperatriz. Processo Administrativo nº 091/2025

Câmara Municipal de Imperatriz
Gabinete da Presidência
Recebi em 04/12/2025, 10:07
Francisca Fernandes Sousa
Secretaria da Presidência
Matrícula: 0006

I - RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo de inexigibilidade de licitação nº 03/25 (processo nº 091/2025), instruído pelo Departamento Administrativo e Atividades Complementares da Câmara Municipal de Imperatriz/MA, com objetivo de contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de assessoria e consultoria jurídica para atender as necessidades da Câmara Municipal de Imperatriz, nos moldes da demanda oficializada por meio do Documento de Oficialização de Demanda – DOD/DFD nº 63/2025 – DAAC/CMI.

O Processo encaminhado foi numerado com 347 páginas, instruído com os seguintes documentos:

- Documento de Oficialização de Demanda DOD/DFD nº 063/2025 – DAAC/CMI fl. 02/05;
- Ciência da Demanda e Autorização para Prosseguimento do feito pelo Então Presidente da Câmara Municipal de Imperatriz fl. 05;
- Estudo Técnico Preliminar (ETP) nº 036/2025 fls. 06/31;
- Aprovação do Estudo Técnico Preliminar pelo Então Presidente da Câmara Municipal de Imperatriz fl. 31;
- Mapa de Riscos I fl. 32/33;

348-V

09/1/2025



**ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
PROCURADORIA DA CÂMARA**

- Anexo II Pesquisa de Preços fls. 34/61;
- Despacho pela Diretora do Departamento Administrativo e Atividades Complementares solicitando análise da Controladoria Geral da Câmara fl. 62;
- Análise e manifestação técnica pela controladoria da Câmara Municipal de Imperatriz fls.63/66;
- Ofício nº208/20215 pela Diretora do Departamento Administrativo e Atividades Complementares informando que as despesas se encontram em consonância com a LDO, LOA, e PPA fl. 67;
- Despacho pelo presidente da Câmara Municipal de Imperatriz aprovando o ETP fl. 68;
- Ofício pela Diretora do Departamento Administrativo e Atividades Complementares solicitando informações obre a disponibilidade orçamentária fl.69;
- Certidão emitida pela contadoria informando existência de dotação orçamentária fl. 70;
- Ofício pela Diretora do Departamento Administrativo e Atividades Complementares solicitando aprovação do Termo de Referência ao Presidente da Câmara Municipal de Imperatriz informando que as despesas se encontram em consonância com a LDO, LOA, e PPA fl.71;
- Termo de Referência fls. 72/93;
- Despacho do Presidente da Câmara Municipal de Imperatriz aprovando o termo de referência autorizando o procedimento licitatório no valor total de R\$180.000,00 (cento e oitenta mil reais), declarando, ainda, cumprir os incisos I e II do art. 16 da LC nº 101/2000 fls. 94;
- Portaria/nom/pr nº 076/2024 nomeando o servidor Victor Gabriel Aquino da Silva como agente de contratação fl. 95;
- E-mail solicitando documentos de habilitação fls. 96/97;
- Documento de habilitação da empresa Daniel Leite & Advogados Associados fls. 98/326;
- Proposta de preços fls. 327/328;
- Minuta de contrato fl. 329/340;
- Despacho solicitando parecer da procuradoria fl. 341/347.

É o que há de mais relevante para relatar.

Consta nos autos:

- Servidor que elaborou o ETP: Deivon de Aguiar Santos – Assessor do Departamento Administrativo – PORTARIA/GRAT/PR Nº 01/2025;



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
PROCURADORIA DA CÂMARA



- Responsável pela Formalização da Demanda e Conteúdo do Documento Danyelle Walkiria Flor da Conceição – Diretora do Departamento Administrativo e Atividades Complementares – Portaria nº 01/2025;
- Agente de contratação: Victor Gabriel Aquino da Silva, matrícula 01769;
- Fiscal do contrato: Zesielson Ribeiro Sérgio Silva, Portaria/DIV/PR nº 037/2025.

II – DO CARATER OPINATIVO DO PRESENTE PARECER

Inicialmente, cumpre destacar que compete a essa Procuradoria, única e exclusivamente, prestar consultoria, sendo este parecer meramente OPINATIVO, sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos a conveniência e oportunidade da prática dos atos administrativos, que estão reservados à esfera discricionária do administrador público legalmente competente, tampouco examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira, salvo hipóteses teratológicas.

Antes de se adentrar ao mérito do presente parecer é de ser verificado que a condução da análise técnico jurídica é vinculada à atividade prevista legalmente da função da advocacia, em especial conforme disposto na Lei Federal n. 8.906/94, que estabelece o Estatuto da Advocacia e da OAB.

Desta forma, para confecção do presente instrumento, é de ser observada a isenção do profissional e o seu caráter opinativo (Art. 2º, § 3º da Lei referida), corroborado este entendimento pela liberdade administrativa do responsável, gestor, já que este poderá ou não seguir a opinião técnica segundo sua conveniência e finalidade. Reitera-se a liberdade de opinião do profissional, conforme o entendimento jurisprudencial que segue, assim como a desvinculação do profissional à opinião, cabendo ao gestor sua vinculação ou não, conforme sua conveniência.

O presente parecer, por essência, é um instrumento de opinião não passível de vinculação à decisão da administração pública, assim entende a jurisprudência:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. ADVOGADO PARECERISTA. SUPOSTO CRIME EM PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. ART. 89, CAPUT, DA LEI 8.666/93. PLEITO DE TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. CABIMENTO. INEXISTÊNCIA D EINDICAÇÃO DO DOLO NA CONDUTA DO CAUSÍDICO. ORDEM QUE DEVE SER CONCEDIDA. 1. Não se pode deixar de considerar que sendo o ato do



**ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
PROCURADORIA DA CÂMARA**

parecerista um ato opinativo, a manifestação jurídica não se constitui como ato administrativo em si, podendo apenas ser usada como elemento de fundamentação de um ato administrativo posteriormente praticado. 2. Precedente: STF - MS 24.631-6 - DISTRITO FEDERAL - Relator (a): Min. Joaquim Barbosa - Julgamento: 09/08/2007 - Órgão Julgador: Tribunal Pleno - Publicação: DJ 01-02-2008.

Assim, excluindo-se os elementos técnicos e econômicos que embasaram o procedimento, é realizada a presente análise sobre os elementos ou requisitos estritamente jurídicos dos autos. Neste sentido cabe a ressalva técnica que ao gestor público é livre a condução da Administração Pública, subordinando-se, contudo, às vertentes das normas de regência, em especial, os Princípios Constitucionais do Direito Administrativo.

Sem desclassificar a presente peça como opinião técnica quanto à regularidade legal do procedimento, desvinculadas das finalidades que os justificam e tendo por base o próprio procedimento, incluso as declarações, autorizações, determinações e demais atos nele presentes. Cabendo ao gestor proceder aos demais atos conforme sua conveniência.

III - FUNDAMENTAÇÃO

Como bem relatou o agente de contratação no seu requerimento de parecer, fls. 341/347, para realização de contratação direta de serviço de advocacia, como reconhecida pelo Superior Tribunal Federal, um dos requisitos é que seja demonstrada "a real necessidade".

Nos autos consta a afirmação de "que a estrutura atual não possui capacidade técnica e operacional suficiente para atender à totalidade das demandas institucionais, dada sua complexidade, especialização temática e volume".

Contudo, tais afirmações, por si só, sem embasamento não são capazes de demonstrar a real necessidade do órgão, requisito essencial para realização da contratação direta deste tipo de serviço como já ratificado pelo Superior Tribunal Federal.

IV - CONCLUSÃO



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
PROCURADORIA DA CÂMARA



Isso posto, arrimado no acervo fático e normativo apresentado, **OPINA** a Procuradoria da Câmara Municipal de Imperatriz, por este Procurador Legislativo que a esta subscreve, pelo **NÃO PROSSEGUIMENTO** do processo administrativo nº 091/2025, por não preencher os requisitos elencados pelo STF, sob pena de ilegalidade.

O presente parecer é prestado sob o prisma estritamente jurídico, não competindo a essa assessoria jurídica adentrar no mérito da conveniência e oportunidade dos atos praticados pelos gestores públicos, ou mesmo, conferência da validade da documentação apresentada, que deverá ser realizada pelo setor/servidor competente do departamento de licitação.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Imperatriz/MA, 01 de dezembro de 2025.

LUCAS ALVES
MITOURA

Assinado de forma digital por
LUCAS ALVES MITOURA
Dados: 2025.12.04 10:03:52 -03'00'

LUCAS ALVES MITOURA
Procurador Legislativo da Câmara
Municipal de Imperatriz
Matrícula 1535
OAB/MA 16.089
OAB/DF 85.385



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

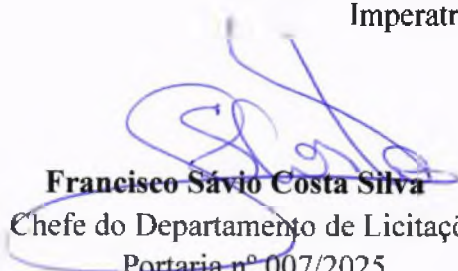


DESPACHO

Cuida-se do processo administrativo nº 091/2025, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de Assessoria e Consultoria Jurídica para atender as necessidades da Câmara Municipal de Imperatriz, proveniente da Contratação Direta por Inexigibilidade nº 003/2025.

Tendo em vista o Parecer Jurídico nº 048/2025 que concluiu pelo parecer contrário à solicitação, encaminham-se os autos ao Presidente da Câmara Municipal de Imperatriz para análise e autorização para contratação direta do procedimento.

Imperatriz/MA, 02 de dezembro de 2025.


Francisco Sávio Costa Silva
Chefe do Departamento de Licitações
Portaria nº 007/2025



**ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 091/2025

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Interessado: Câmara Municipal de Imperatriz

Assunto: Manifestação da Presidência acerca
do Parecer Jurídico Licitatório n.º 48/2025

Processo Administrativo: 091/2025

1. RELATÓRIO

Cuida-se de análise do Parecer Jurídico Licitatório n.º 48/2025, emitido pelo Procurador Legislativo, Dr. Lucas Alves Mitoura, Matrícula Nº 01535, o qual opinou pelo não prosseguimento do procedimento de inexigibilidade de licitação destinado à contratação de escritório especializado para prestação de serviços jurídicos continuados de assessoria e consultoria junto à Câmara Municipal de Imperatriz.

Após exame minucioso dos autos, dos elementos técnicos produzidos pelas unidades internas, e especialmente à luz da jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, passo à manifestação.

2. FUNDAMENTAÇÃO

O parecer emitido pelo Exmo. Procurador Legislativo, como corretamente ressalta o próprio órgão consultivo, possui natureza meramente opinativa, não vinculando a decisão administrativa (Parecer, p. 3).

O STF já decidiu que parecer jurídico não configura ato administrativo, tratando-se de instrumento técnico que auxilia, mas não substitui o juízo de conveniência e oportunidade do gestor, conforme MS 24.631/DF, Rel. Min. Joaquim Barbosa, j. 09/08/2007, citado pelo próprio documento (p. 3 e 4).



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
GABINETE DA PRESIDÊNCIA



Assim, cabe à Presidência, diante de todos os elementos, reconhecer quando há real necessidade administrativa, nos termos do Tema 309 da repercussão geral.

Pois bem.

Apesar da manifestação do Procurador da Câmara Municipal de Imperatriz/MA, pelo não prosseguimento do Processo Administrativo nº 091/2025, sob o argumento de que as justificativas apresentadas não evidenciaram, de forma suficiente, a real necessidade de contratação direta, verifica-se que tal conclusão não se coaduna com os elementos constantes nos autos.

A análise do conjunto probatório revela que a realidade administrativa está amplamente documentada, demonstrando de forma clara e objetiva a pertinência e a necessidade da contratação pretendida. Tal necessidade encontra-se evidenciada, por exemplo, à fl. 07 dos autos do Processo Administrativo nº 091/2025, onde se registra que os serviços jurídicos pretendidos demandam atuação estratégica, com impacto direto sobre o planejamento institucional e sobre a segurança jurídica dos atos administrativos praticados pela Câmara Municipal, especialmente no tocante à interlocução com órgãos de controle, como o Ministério Público, os Tribunais de Contas e as controladorias.

Ainda, conforme se depreende da fl. 28, a escolha do escritório Daniel Leite & Advogados Associados foi fundamentada na sua capacidade de oferecer a solução mais adequada ao interesse público primário, assegurando à Câmara respaldo jurídico qualificado, com atuação estratégica, técnica e segura. Trata-se de escritório com mais de duas décadas de experiência consolidada no Estado do Maranhão, com atuação em todas as instâncias do Poder Judiciário, incluindo causas complexas em tribunais superiores, além de histórico de defesa institucional de agentes políticos e entes públicos, atributos que conferem notória especialização e justificam a opção pela contratação direta, conforme os critérios estabelecidos pelo STF.



**ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**



No mesmo sentido, os documentos constantes às fls. 342 a 346 fundamentam, de forma inequívoca, a real necessidade da presente inexigibilidade de licitação nº 003/2025, deixando evidente o atendimento aos requisitos cumulativos estabelecidos no Tema 309 da Repercussão Geral. A robustez da instrução processual afasta qualquer dúvida quanto à legalidade, razoabilidade e oportunidade da contratação.

Ademais, as exigências fixadas pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal quanto à contratação direta, especialmente no que se refere à motivação, à economicidade e à eficiência, foram devidamente observadas. Ressalte-se que a situação ora analisada guarda perfeita aderência com o histórico de contratações desta Casa Legislativa, sendo inclusive contemplada no precedente vinculante PET 14.601/MA, de 30/09/2025, Rel. Min. Dias Toffoli, no qual se reconheceu a validade de contratações semelhantes, quando presentes os requisitos legais e a devida motivação administrativa.

No referido precedente, o STF assegurou expressamente à Câmara Municipal de Imperatriz a liberdade administrativa para contratar diretamente serviços advocatícios por inexigibilidade, reconhecendo, com caráter vinculante:

- a) que a existência de procurador interno não impede a contratação de escritório quando houver necessidade técnica comprovada;
- b) que serviços jurídicos especializados possuem caráter subjetivo, marcado pelo “toque do especialista”, inviabilizando competição objetiva;
- c) que a avaliação da necessidade e da singularidade é atribuição discricionária do gestor, não podendo ser substituída por órgãos de controle.

Cito trecho do voto: “A simples existência de procuradores municipais não impede, por si só, a contratação direta de advogados qualificados, quando houver real necessidade e singularidade dos serviços, cuja aferição compete ao administrador público.” (PET 14.601/MA, voto do Relator, Min. Dias Toffoli).



**ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**



Além disso, o Supremo ressaltou que: "Não cabe ao Ministério Público ou a qualquer órgão de controle substituir a avaliação administrativa sobre a singularidade dos serviços jurídicos." (PET 14.601/MA).

Da leitura integral da PET 14.601/MA, verifica-se que o STF reconheceu que a Câmara de Imperatriz enfrenta demandas crescentes, complexas e contínuas, demandando estrutura jurídica complementar e atuação em múltiplas frentes simultâneas, contexto idêntico ao presente. Assim, impõe-se o prosseguimento regular do presente processo administrativo, em respeito à legalidade, à jurisprudência consolidada e à autonomia administrativa constitucionalmente assegurada ao Poder Legislativo municipal.

Logo, ao contrário da conclusão firmada no parecer jurídico exarado pelo Exmo. Procurador, verifica-se que os elementos constantes dos autos são claramente suficientes para caracterizar os requisitos necessários para a contratação, requisitos esses que, de forma cumulativa, foram fixados pelo STF.

Frise-se que tal entendimento possui força vinculante e eficácia de coisa julgada, integrando o regime jurídico constitucional da Administração Pública. O STF consolidou que a contratação direta de serviços jurídicos por inexigibilidade de licitação é constitucional, desde que presentes, de forma concomitante, os seguintes requisitos:

- a) Notória especialização do profissional ou escritório contratado;
- b) natureza singular dos serviços a serem prestados;
- c) demonstração da real necessidade da contratação, quando a estrutura interna do ente público se mostrar insuficiente para atender plenamente às demandas;
- d) compatibilidade do preço contratado com os valores de mercado e com a complexidade do serviço envolvido.

Tais exigências encontram-se devidamente atendidas nos autos, tanto pela robusta documentação que instrui o processo quanto pela fundamentação técnica constante na justificativa da autoridade competente. No ponto, observa-se perfeita aderência entre o caso



**ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**



concreto ora analisado e os parâmetros fixados no precedente PET 14.601/MA, em que o STF reafirmou a legalidade e a legitimidade da contratação direta pela Administração Pública municipal em situações idênticas à presente.

Assim, afasta-se qualquer presunção de irregularidade e, ao contrário, confirma-se a compatibilidade do procedimento adotado com os ditames constitucionais, legais e jurisprudenciais aplicáveis à espécie.

Outrossim, observa-se que o parecer jurídico se limita a afirmar, de forma genérica, que as justificativas apresentadas seriam insuficientes, sem, contudo, enfrentar adequadamente o precedente obrigatório firmado no Tema 309 da Repercussão Geral (RE 656.558/SP), nem considerar a realidade processual e operacional vivenciada por esta Casa Legislativa. Tampouco leva em conta o histórico institucional da Câmara Municipal de Imperatriz, cuja complexidade e volume de demandas jurídicas já foram expressamente reconhecidos pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da PET 14.601/MA.

Tal omissão compromete a própria validade do parecer, na medida em que contraria o entendimento consolidado de que a análise sobre a singularidade do serviço e a real necessidade da contratação é matéria de discricionariedade técnica do gestor público, não podendo ser reduzida a um juízo abstrato, genérico ou excessivamente restritivo por parte dos órgãos de controle. Como consignado pelo Ministro Dias Toffoli, relator do referido precedente, “não cabe ao Ministério Público ou a qualquer órgão de controle substituir a avaliação administrativa sobre a singularidade dos serviços jurídicos”.

Dito isto, cumpre destacar a imprescindibilidade da contratação direta ora em análise para a continuidade, eficiência e qualidade das atividades legislativas desempenhadas por esta Câmara Municipal. Pelas suas especificidades institucionais, a Casa enfrenta elevado volume de demandas consultivas legislativas, análises de projetos sob o prisma da constitucionalidade e legalidade, acompanhamento de ações judiciais em múltiplas instâncias, intensa



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
GABINETE DA PRESIDÊNCIA



judicialização das relações administrativas e necessidade de emissão célere de pareceres técnicos, especialmente em contextos decisórios sensíveis.

O próprio STF, ao julgar a PET 14.601/MA, reconheceu expressamente o aumento expressivo da demanda jurídica enfrentada pela Câmara de Imperatriz, ressaltando que tal cenário justifica a contratação de estrutura especializada para dar suporte técnico-jurídico qualificado. Tal quadro não apenas persiste, como se intensificou ao longo de 2025, conforme demonstram os documentos técnicos que instruem o presente processo administrativo, os quais evidenciam o aumento quantitativo e qualitativo das atividades jurídicas demandadas.

Diante de todo o exposto, restando demonstrada de forma clara, fundamentada e documentalmente comprovada a presença dos requisitos exigidos pelo Supremo Tribunal Federal para a contratação direta por inexigibilidade de licitação de serviços advocatícios, tais como: notória especialização, singularidade do objeto, necessidade administrativa concreta e compatibilidade do preço, e considerando ainda o respaldo jurisprudencial consolidado no Tema 309 da Repercussão Geral e no precedente vinculante PET 14.601/MA, impõe-se o reconhecimento da legalidade, legitimidade e oportunidade da presente contratação. Assim, esta Presidência decide pelo prosseguimento regular do Processo Administrativo nº 091/2025 (inexigibilidade de licitação nº 003/2025).

3. CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, este Presidente da Câmara Municipal de Imperatriz, no exercício de sua competência legal e observando os precedentes vinculantes do Supremo Tribunal Federal, decide por não acatar o Parecer Jurídico Licitatório nº 48/2025, pelos seguintes fundamentos:

- A. O parecer jurídico possui natureza meramente opinativa, não vinculando a decisão administrativa, conforme entendimento consolidado no âmbito do STF (MS 24.631/DF);
- B. O entendimento exarado no referido parecer deixou de observar integralmente os parâmetros definidos no Tema 309



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
GABINETE DA PRESIDÊNCIA



da Repercussão Geral (RE 656.558/SP) e na PET 14.601/MA, os quais tratam, de forma específica e vinculante, da contratação direta de serviços advocatícios em contextos idênticos ao da Câmara Municipal de Imperatriz;

- C. A instrução processual comprova, de forma robusta e suficiente, a existência de necessidade administrativa concreta, a singularidade técnica dos serviços demandados e a inadequação da estrutura interna para o atendimento integral das demandas — requisitos cumulativos exigidos pelo STF para a contratação direta por inexigibilidade de licitação;
- D. A contratação do escritório Daniel Leite & Advogados Associados se apresenta juridicamente possível, tecnicamente necessária e institucionalmente imprescindível, assegurando respaldo jurídico qualificado e estratégico às atividades da Casa Legislativa, em consonância com o interesse público primário.

Dessa forma, determino o regular prosseguimento do Processo Administrativo nº 091/2025 (inexigibilidade de licitação nº 003/2025) e a adoção das providências formais subsequentes necessárias à conclusão da contratação.

Imperatriz, Maranhão, 09 de dezembro de 2025.


Adhemar A.

Presidente da

Imperatriz



PETIÇÃO 14.601 MARANHÃO

RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI
REQTE.(S) : DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS
ADV.(A/S) : DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE
REQDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

DECISÃO:

Vistos.

Por meio da presente petição, DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE e DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS apresentam notícia de descumprimento do Tema nº 309 de repercussão geral, com pedido de concessão de tutela provisória de urgência, por ato do Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA), 6ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Imperatriz, que teria instaurado perseguição contra os requerentes em manifesta transgressão à autoridade do precedente constitucional obrigatório.

Alegam os peticionantes que:

“1. O peticionante DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE é sócio administrador do escritório DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS, que foi contratado pela CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ/MA para prestação de serviços especializados técnicos de consultoria jurídica, após regular procedimento de Pregão Eletrônico nº 002/2023, resultando na celebração do Contrato Administrativo nº 20230405.002.2023 (Doc.13), firmado em 05 de abril de 2023, no valor mensal de R\$ 10.900,00 (dez mil e novecentos reais), totalizando R\$ 130.800,00 (cento e trinta mil e oitocentos reais) ao ano.

(...)

3. O contrato administrativo celebrado previa expressamente, em suas Cláusulas Oitava e Décima Segunda, a

possibilidade de prorrogação da vigência e de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, conforme os artigos 57 e 65 da Lei nº 8.666/1993, então vigentes (transição).

4. Durante a execução contratual, observou-se notável expansão das demandas técnicas da Câmara Municipal, com incremento de aproximadamente 100% na produção de pareceres, notas técnicas e estudos legislativos entre 2023 e 2024. Tal aumento ensejou a contratação de novo profissional pelo peticionante, além do reforço presencial junto à Administração Pública, tudo formalmente justificado na Solicitação de Prorrogação de Vigência do Contrato, datada de 25 de março de 2024 (Doc.18).

5. Diante desse novo contexto fático e operacional, a Câmara Municipal, por decisão administrativa motivada e amparada em parecer jurídico (Doc.19), celebrou 1º Termo de Aditivo do Contrato Administrativo nº 20230405.002.2023, em 06 de abril de 2024, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) mensais (Doc.14), totalizando o valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), com as seguintes finalidades: (i) prorrogação da vigência por mais 12 meses, com fulcro no art. 65, I, "b", da Lei nº 8.666/1993; e (ii) recomposição do valor contratual em 37,5%, com fundamento no art. 65, II, "d", da mesma lei. Ambas as medidas estavam expressamente previstas no contrato original, devidamente instruídas e aprovadas.

6. Atendidos todos os requisitos do **Tema 309 da Repercussão Geral (RE 656.558/SP)**, inclusive de forma mais rigorosa que a jurisprudência exige (pois a contratação inicial se deu por licitação), iniciou-se, em 2025, nova tratativa para **contratação direta de serviços advocatícios pela Administração Pública, por inexigibilidade de licitação** (Doc.24), com base nos arts. 13 e 25, inciso II, da Lei nº 8.666/96 (correspondente ao art. 74, inciso III, da Lei nº 14.133/21), com valor mensal projetado de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais),

totalizando R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) ao ano.

7. No entanto, o **Ministério Público Estadual**, de forma prematura, instaurou o **Procedimento nº 000938-509/2025** (Doc.10), baseado em denúncia anônima, oficiando à Câmara para que não celebrasse novo contrato de serviços advocatícios com o suplicante, mediante inexigibilidade de licitação.

8. Ainda mais grave, mesmo com o arquivamento desse primeiro procedimento, reabriu a investigação sob novo número (**Notícia de Fato nº 003773-253/2025**) (Doc.11), **sem fato novo**, com base nas mesmas premissas fáticas – contratação do escritório peticionante, ignorando, inclusive, a **coisa julgada administrativa interna**, e passou a tratar o aditamento contratual como possível ato de improbidade administrativa, sem qualquer imputação de dolo — elemento essencial à tipicidade da conduta, segundo o Tema 309 da repercussão geral do STF (Recurso Extraordinário - RE 656558).

9. No Despacho nº 10028/2025-SEI, datado de 17 de agosto de 2025 e recebido nesta última semana pelo escritório requerente (Doc.21), o parquet propôs ao peticionante e ao ex-presidente da Câmara a celebração de ANPP e ANPC, com imposição de devolução solidária de valores e multa de 50% sobre suposta diferença contratual — **sem perícia, sem demonstração de dano, sem enriquecimento ilícito e, sobretudo, sem indícios de dolo**".

Segundo os peticionantes, a atuação do MPMA ensejou a desestimulação e o impedimento da contratação legítima por inexigibilidade de licitação, a abrupta ruptura do contrato vigente, a inviabilização da continuidade do serviço, o injusto abalo de suas reputações e a criação de instabilidade jurídica, incompatível com a moralidade, a segurança jurídica e a autoridade dos precedentes obrigatórios.



Afirmam que o MPMA ignorou a tese e a **ratio decidendi** do Tema nº 390 "ao tratar um aditamento regular e justificado como se fosse ato doloso de improbidade, e ao transformar hipóteses de inexigibilidade legalmente válidas em eventos suspeitos de má-fé, sem qualquer base fática ou jurídica plausível".

Em resumo, consignam que a persecução instaurada pelo **Parquet**, a partir das Notícias de Fato nº 000938-509/2025 e nº 003773-253/2025, viola diretamente a autoridade da decisão tomada no Tema nº 309, pois: a) ignora a ausência de dolo na conduta; b) despreza a legalidade da inexigibilidade de licitação; c) desconsidera a regularidade do aditivo contratual de 06/04/2024; d) produz efeitos concretos incompatíveis com a autoridade da Suprema Corte.

Pedem a concessão de tutela provisória de urgência para suspender de imediato os efeitos da Notícia de Fato nº 003773-253/2025, em trâmite na 6ª Promotoria de Justiça Especializada de Imperatriz/MA, bem como quaisquer medidas constritivas, negociais ou processuais dela decorrentes, assim como de procedimentos correlatos instaurados pelo Ministério Público do Estado do Maranhão em face dos peticionantes, até o julgamento final do presente requerimento.

Ao final, pedem que seja: a) confirmada a liminar deferida e reconhecida a afronta à autoridade do Tema nº 309 (RE 656.558/SP), determinando-se o trancamento do procedimento ou a nulidade dos efeitos persecutórios decorrentes da Notícia de Fato nº 003773-253/2025, em trâmite na 6ª Promotoria de Justiça Especializada de Imperatriz/MA, ou, subsidiariamente, o seu arquivamento, por afronta à autoridade do precedente vinculante; b) reafirmada a eficácia vinculante da tese fixada para o citado tema de repercussão geral, assegurando-se à Câmara Municipal de Imperatriz/MA a liberdade administrativa de prosseguir em contratação direta por inexigibilidade de licitação dos serviços jurídicos do escritório peticionante, nos termos do tema em questão, sendo vedada a interferência ilegítima de órgãos de controle em afronta ao precedente constitucional obrigatório.



É o breve relatório.

No julgamento do RE nº 656.558/SP, Tema nº 309, de minha relatoria, estiveram em discussão duas questões. Ao apreciar a primeira, o **Supremo Tribunal Federal concluiu que, para a configuração de qualquer ato de improbidade administrativa, o elemento subjetivo dolo é imprescindível.** Nessa toada, assentou a Corte que é inconstitucional a modalidade culposa de improbidade administrativa prevista nos arts. 5º e 10 da Lei nº 8.429/92, em sua redação originária.

Ao votar nesse sentido, aduzi que não se admitem a responsabilidade objetiva nem a simples culpa, ainda que grave, para a configuração dos atos de improbidade administrativa, qualquer que seja a categoria na qual eles se enquadrem.

Consignei que, segundo o dicionário Aulete, improbidade seria “fata de probidade, DESONESTIDADE, IMORALIDADE” ou “perversidade, maldade, ruindade” e, segundo De Plácido e Silva, esse termo revela “a qualidade do homem que não procede bem, por não ser honesto, que age indignamente, por não ter bom caráter, que não atua com decência, por ser amoral”. Também referi que, em termos históricos, o combate à improbidade administrativa relaciona-se com a luta contra as condutas que tinham como motivo a cobiça do agente em enriquecer ilicitamente e eram previstas como crimes (peita, concussão, peculato, corrupção passiva etc.). As ideias de desonestidade, deslealdade e má-fé sempre foram, assim, ínsitas à improbidade administrativa.

Nesse contexto, expressamente registrei que o ato de improbidade administrativa deve ser entendido como um ato violador do princípio constitucional da probidade administrativa, ou seja, aquele em que o agente pratica o ato violando o dever de agir com honestidade. Isso é, o agente improbo atua com desonestidade (ao que se conectam a deslealdade e a má-fé), cuja noção está estreitamente relacionada com o dolo. Acrescentei não ser possível se dizer que um agente, ao ter atuado com negligência, imprudência ou imperícia, agiu de maneira desonesta e registrei que o ato de improbidade administrativa trata-se de conduta que



vai além da imoralidade administrativa.

Corroborando o entendimento, citei doutrinas de José Afonso da Silva, Aristides Junqueira Alvarenga e Mauro Roberto Gomes de Marro e Edilson Pereira Nobre Júnior. Em meio a essas citações, registrei que a presença da boa-fé do agente impede que a ele se atribua ato de improbidade administrativa:

“Trata-se o ato de improbidade administrativa de conduta que vai além da imoralidade administrativa. Aliás, conforme lição de José Afonso da Silva:

‘A probidade administrativa é uma forma de moralidade administrativa que mereceu consideração especial pela Constituição, que pune o ímprobo com a suspensão de direitos políticos (art. 37, § 4º). A probidade administrativa consiste no dever de o ‘funcionário servir a Administração com **honestidade**, procedente no exercício das suas funções, sem aproveitar os poderes ou facilidades delas decorrentes em proveito pessoal ou de outrem a quem queira favorecer’. **O desrespeito a esse dever é que caracteriza a improbidade administrativa. Cuida-se de uma imoralidade administrativa qualificada**’ (grifo nosso).

(...)

Aristides Junqueira Alvarenga, ex-Procurador-Geral da República, no estudo Reflexões sobre improbidade administrativa, ressalta que juristas renomados, como José Afonso da Silva e a professora Weda Zancaner, vinculam a improbidade administrativa à **desonestidade**. Esse é também seu posicionamento. A improbidade administrativa é, nesse sentido, uma espécie de imoralidade administrativa qualificada. Focando na conduta do agente, diz que tal qualificadora

365
091/2025

aproxima, em seu modo de ver, a improbidade do conceito de crime.

Ele ainda destaca a possibilidade de existir imoralidade administrativa sem que o agente público tenha incidido em improbidade administrativa, pela ausência de comportamento desonesto. **E estando desonestidade relacionada com o dolo, não seria possível desvincular a improbidade administrativa, a qual depende da desonestidade, do referido elemento, isso é, o dolo.** Por ser esclarecedor, transcrevo trecho daquele estudo:

(...)

Mauro Roberto Gomes de Matto, também realçando que **improbidade administrativa está intimamente conectada com a desonestidade ou a devassidão**, questiona: ‘como considerar devasso aquele agente público que inconscientemente, sem ser desonesto, comete equívocos?’. De sua óptica, a devassidão ‘caracterizadora da improbidade administrativa, por certo, deverá vir contida na índole da conduta do agente público, ou na vontade de lesar ao erário’. Ele esclarece que, **‘partindo-se do princípio de que o elemento subjetivo da desonestidade, que deságua na improbidade administrativa, é o dolo, não há como estender tal princípio para a culpa’** (grifo nosso).

De acordo com o articulista, é necessária a presença de um mínimo de má-fé para que um ato seja enquadrado como ato de improbidade administrativa. E reitera ele que o escopo do art. 37, § 4º, da Constituição cidadã é **‘responsabilizar e punir o administrador desonesto e não o inábil ou desastrado’** (grifo nosso). Ele ainda lança outro questionamento interessante, focando no art. 10 da Lei de improbidade administrativa: ‘ao praticar ato comissivo ou omissivo sem a intenção de causar prejuízo ao erário, estando convicto de que age de conformidade com a lei, como se falar em improbidade administrativa?’

Tenho, para mim, que, em casos assim, não há como se imputar ao agente as ideias de desonestidade, devassidão ou má-fé. Não há como dizer que ele, estando convicto de que atuava dentro da lei, foi ímprobo. Bem por isso que Mattos ainda destaca que a boa-fé (segundo ele, a conduta isenta do dolo) do agente exclui a improbidade.

Corroborando o entendimento, menciono, ainda doutrina de Edilson Pereira Nobre Júnior. Para ele, que segue a linha de José Afonso da Silva, também a improbidade seria uma imoralidade administrativa qualificada. Nessa toada, destaca que o conceito de improbidade é indissociável da presença de desonestidade. Em suas palavras, 'por es[s]a razão, é imprescindível a vontade deliberada de malferir a ordem jurídica, ou seja, o dolo. A culpa grave não bastaria'. Ele ainda esclarece que vão na mesma direção, além dos doutrinadores já citados, Benedicto Pereira Porto Neto e Pedro Paulo Rezende Porto Filho".

Asseverei que o princípio da proporcionalidade também apontava para o entendimento de que só se configuram atos de improbidade administrativa se presente o dolo.

Nesse contexto, mencionei que as consequências previstas no próprio texto constitucional para o caso de verificação de ato de improbidade administrativa atingem direitos fundamentais do agente ao qual se imputa esse ato. Tendo presente essas consequências, consignei que seria desproporcional tratar conduta de agente sem presença do dolo como ato de improbidade administrativa. E referi que existem outros mecanismos jurídicos menos graves, inclusive na seara civil, mas ainda assim muitíssimo eficazes, para combater a conduta do agente que, não sendo desonesto, atua de maneira inábil, isso é, age com negligência, imprudência ou imperícia, e, nesse contexto, v.g., viola o princípio da moralidade (e não da probidade) ou legalidade administrativa e/ou gera



lesão ao patrimônio público.

No que diz respeito à segunda questão tratada no Tema nº 309, o Tribunal assentou a constitucionalidade dos arts. 13, inciso V, e 25, inciso II, da Lei nº 8.666/93, desde que, na contratação direta de serviços advocatícios pela Administração Pública por inexigibilidade de licitação, além dos critérios já previstos expressamente (necessidade de procedimento administrativo formal; notória especialização profissional; natureza singular do serviço), sejam observados os seguintes requisitos: (i) inadequação da prestação do serviço pelos integrantes do Poder Público; e (ii) cobrança de preço compatível com a responsabilidade profissional exigida pelo caso, observando-se, também, o valor médio cobrado pelo escritório de advocacia contratado em situações similares anteriores.

Em relação à contratação direta de serviços técnicos profissionais especializados de natureza singular e, nesse contexto, à contratação direta de serviços advocatícios com base naqueles dispositivos, assim me pronunciei no julgamento do referido caso:

"Além da hipótese relativa à contratação de fornecedor exclusivo (de que não se cogita na espécie), há outras tantas que também redundam na inviabilidade da competição e, por isso, dão azo à inexigibilidade de licitação pública.

Entre elas, vem à balha a contratação de serviços técnicos profissionais especializados de natureza singular, cuja aferição, reconhecimento, é bastante complexa, dado poder haver pluralidade de pessoas capazes de prestar o serviço almejado pela Administração. No caso, a impossibilidade de haver competição derivaria da falta de critérios objetivos para cotejar os potenciais competidores.

Sabe-se que há serviços de natureza comum cuja prestação exige conhecimento técnico generalizado, o qual pode perfeitamente ser comparado objetivamente numa licitação

pública. Há, contudo, determinados serviços que demandam primor técnico diferenciado, detido por pequena ou individualizada parcela de pessoas, as quais imprimem neles características diferenciadas e pessoais.

Trata-se de serviços cuja especialização requer aporte subjetivo, o denominado **'toque do especialista'**, distinto de um para outro, o qual os qualifica como singular, tendo em vista a inviabilidade de comparar com objetividade a técnica pessoal, a subjetividade, a particular experiência de cada qual dos ditos especialistas, falecendo a possibilidade de competição.

Destaque-se, mais uma vez que, diferentemente da inexigibilidade fundada no reconhecimento de fornecedor exclusivo, nessa hipótese, os serviços enunciados no inciso II do art. 25 da Lei nº 8.666/93 podem ser prestados por vários especialistas. No entanto, todos eles os realizam com traço eminentemente subjetivo, em razão do que a inexigibilidade tem lugar pela falta de critérios objetivos para cotejá-los.

A propósito, adverte Celso Antônio Bandeira de Mello:

'Serviços singulares são os que se revestem de análogas características. De modo geral são singulares todas as produções intelectuais, realizadas isolada ou conjuntamente – por equipe – sempre que o trabalho a ser produzido se defina pela marca pessoal (ou coletiva), expressada em características científicas, técnicas ou artísticas importantes para o preenchimento da necessidade administrativa a ser suprida. Neste quadro cabem os mais variados serviços; uma monografia escrita por experiente jurista; uma intervenção cirúrgica realizada por qualificado cirurgião; uma pesquisa sociológica empreendida por uma equipe de planejamento urbano; um ciclo de conferências efetuado por professores; uma

exibição de orquestra sinfônica; uma perícia técnica sobre o estado de coisas ou das causas que o geraram. Todos esses serviços se singularizam por um estilo ou uma orientação pessoal. **Note-se que a singularidade mencionada não significa que outros não possam realizar o mesmo serviço. Isto é, são singulares, embora não sejam necessariamente únicos'** (Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros. 2002. p. 482).

No mesmo sentido, o jurista Eros Roberto Grau afirma o seguinte:

'Singulares são porque apenas podem ser prestados, de certa maneira e com determinado grau de confiabilidade, por um determinado profissional ou empresa. (...) Ser singular o serviço, isso não significa seja ele necessariamente o único. Outros podem realizá-lo, embora não o possam realizar do mesmo modo e com o mesmo estilo de um determinado profissional ou de uma determinada empresa' (Inexigibilidade de Licitação – serviços técnicos especializados – notória especialização. RDP 99/70).

(...)

Se os serviços elencados no inciso II do art. 25 da Lei nº 8.666/93 são prestados com características subjetivas, conseqüentemente são julgados de modo subjetivo, afastando a objetividade e, com ela, a competitividade, não se justificando a necessidade de instauração da licitação pública.

A inexigibilidade pode, como já referi, se manifestar mesmo que existam vários especialistas aptos a prestar o



serviço pretendido pela Administração, já que todos eles se distinguem por características marcadas pela subjetividade, por suas experiências de cunho particular.

Exatamente por isso a Administração deverá escolher um dos especialistas em detrimento de todos os demais eventualmente existentes.

Nesse processo discricionário, **o gestor público encontra certa liberdade na escolha do especialista que reputar o mais adequado à satisfação da utilidade pretendida com a contratação**, pressupondo-se, pois, a avaliação de conceitos de valor, variáveis em grau maior ou menor, de acordo com a estimativa subjetiva.

A liberdade de escolha, de fato, não é absoluta, mas limitada. **A confiabilidade, conquanto determinada subjetivamente, depende de certos requisitos objetivos, entre os quais sobressaem a experiência do especialista, sua boa reputação, o grau de satisfação obtido em outros contratos, entre outros.**

Dentre os especialistas que preencham esses requisitos objetivos, **o agente administrativo escolherá aquele em que deposita maior confiança**, na medida em que o considere mais apto para satisfazer o interesse público que outros, valendo aí seus traços pessoais, que devem identificar-se com o que pretende a Administração. (...)

(...)

Portanto, na apreciação desses conceitos, afigura-se um juízo de certeza positiva e outro de certeza negativa. Há profissionais que são conhecidos em todo país, cujos estudos são tomados como referência pelos demais que militam na área. Não há dúvida alguma de que esses agregam notória especialização. **Ocorre que, em sentido diametralmente oposto, existem profissionais que não são nem remotamente**



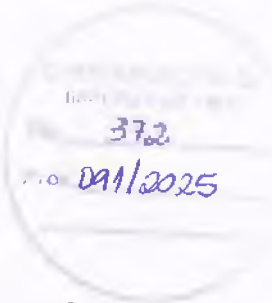
conhecidos; recém-formados, sem experiência alguma, sendo igualmente estreme de dúvida que esses não detêm notória especialização.

Ocorre que, entre um grupo e outro, haverá um terceiro, composto por profissionais nem tão conhecidos quanto os primeiros nem tão desconhecidos quanto os segundos. Trata-se, é certo, da maioria, aqueles que ocupam posição mediana: estão no mercado; possuem alguma experiência, já realizaram alguns estudos, de certa forma são até mesmo conhecidos, mas, igualmente, não podem ser reputados detentores de notória especialização. Note-se que a expressão exige experiência e estudos que vão acima da média, tocante a profissionais realmente destacados.

Nesse ponto, reside a chamada zona de incerteza, em que já não é possível distinguir com exatidão quem detém e quem não detém notória especialização. Aí vige a competência discricionária atribuída ao agente administrativo, que avalia a experiência dos profissionais com margem de liberdade, pelo que é essencial a confiança depositada no contratado.

A questão, então, no caso em julgamento, passa também pela análise, no âmbito territorial, da apuração concreta da reputação profissional da contratada, de modo a qualificá-la, ou não, como portadora de notória especialização. Como adverte Joel de Menezes Niebuhr (op. cit., p. 172):

[H]á profissionais cujos trabalhos são conhecidos em todo país, outros no Estado a que pertencem, e outros apenas no Município. A abrangência territorial da contratação deve ser vista com certa parcimônia, adaptável ao objeto e ao lugar da contratação: por vezes, torna-se conveniente a seleção de um profissional de trato próximo, mais acessível. Isso deve ser fitado com



parcimônia, porque o que realmente importa são os estudos feitos pelo profissional, a experiência anterior dele, os resultados obtidos. O lugar onde o profissional é conhecido deve ser posto em segundo plano, sem que este prevaleça sobre as efetivas realizações dele.’

Ademais, na minha concepção, respeitando aquela dos que têm entendimento distinto, no caso especial da advocacia, dada a série de empecilhos impostos pela essência da profissão, norteadada pela ética profissional, torna-se latente a dificuldade de se proceder ao procedimento licitatório para a contratação desses serviços.

Aliás, dispõe o art. 34, IV, do Estatuto dos Advogados, a Lei nº 8.906/94, que constitui infração disciplinar ‘angariar ou captar causas, com ou sem intervenção de terceiros’.

(...)

No âmbito municipal, em respeito ao objeto do presente recurso extraordinário, alguns aspectos devem ser considerados, não obstante a tese proposta, correspondente à compatibilidade do art. 25, II, da Lei n. 8.666/93, devido ao seu caráter geral, seja aplicável a todos os entes federativos.

Pois bem, a propósito dos serviços advocatícios, não se vislumbra, na Constituição Federal, **primo ictu oculi**, a obrigatoriedade de que, em todo município, seja criada uma procuradoria municipal para a representação judicial, extrajudicial, ou para a atividade de consultoria jurídica, embora tal desiderato fosse o ideal.

Da mesma forma, não vejo impedimento para que determinada municipalidade, vislumbrando a existência de procuradores municipais aptos para o pleno exercício da representação do município, de seus órgãos ou dos entes da



administração direta, ou até mesmo indireta, e para o cumprimento, com eficiência, das atividades de consultoria, possa editar norma a impedir a contratação de advogados privados para o exercício dessas atividades.

Por outro lado, ausente impedimento específico, a simples existência de procuradores municipais concursados não me parece impedimento, por si só, para a contratação de advogados qualificados sob o manto da inexigibilidade de licitação, quando houver real necessidade e preenchidos os requisitos sobre as quais já me referi.

A singularidade da situação pode exigir da municipalidade a contratação de determinado profissional. Isso porque, realizando-se uma interpretação sistemática do regime jurídico, podemos concluir que existem duas condições cumulativas para se aferir a legalidade de uma contratação de serviços advocatícios – para fins de representação processual ou de consultoria - sem prévia licitação, quais sejam: a) a necessidade e a natureza do serviço, sua singularidade ou complexidade, a evidenciar que esses não podem ser normalmente executados pelos profissionais do próprio quadro e, b) o caráter não continuado do serviço específico e singular” (grifo nosso).

Em síntese, ficou claro, no voto condutor do acórdão, que a singularidade dos serviços a serem contratados **não significa que outros não possam realizar os mesmos serviços. Como afirmou o Ministro Eros Grau em obra doutrinária, “[s]ingulares são porque apenas podem ser prestados, de certa maneira e com determinado grau de confiabilidade, por um determinado profissional ou empresa” (Inexigibilidade de Licitação – serviços técnicos especializados – notória especialização. RDP 99/70).**

Nessa toada, consignei que é necessária, na contratação direta de

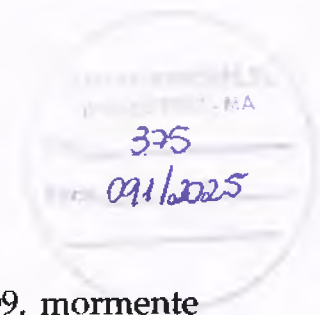


serviços advocatícios com base nos arts. 13 e 25, inciso II, da Lei nº 8.666/96 (correspondente ao art. 74, inciso III, da Lei nº 14.133/21), a avaliação da confiabilidade dos profissionais, de maneira que seja escolhido o especialista que reputar o mais adequado à satisfação da utilidade pretendida com a contratação. Além disso, ressaltei que, não sendo o caso de juízo de certeza positiva ou de certeza negativa, sobressai a competência discricionária do agente administrativo para avaliar a experiência dos profissionais com margem de liberdade, motivo pelo qual é essencial a confiança depositada no contratado.

Também aduzi que inexistente, na Constituição Federal, mandamento de que os municípios criem procuradoria municipal para a representação judicial ou extrajudicial, ou para a atividade de consultoria jurídica. Afora isso, registrei que a eventual existência de procuradoria municipal não é, por si só, fator impeditivo da contratação direta de serviços advocatícios quando houver a real necessidade e forem preenchidos os requisitos pertinentes. É evidente que, na avaliação dessa necessidade, tem peso relevante aquela feita pela própria municipalidade, que conhece intimamente sua própria realidade e as peculiaridades da procuradoria municipal eventualmente existente.

Pois bem. Em relação à Notícia de Fato nº 000938-509/2025 (e-doc. 11), verifica-se que ela foi autuada a partir de denúncia anônima para apuração de eventual irregularidade no procedimento que visava a contratação do escritório Daniel Leite & Advogados Associados para prestação de serviços jurídicos especializados (consultoria jurídica) por inexigibilidade de licitação, nos termos dos arts. 13 e 25, II, da Lei nº 8.666/1993 (atualmente art. 74, III, da Lei nº 14.133/2021). Essa contratação estava prevista no Plano de Contratações Anuais (PCA) da Câmara Municipal de Imperatriz.

Para o MPMA, esse plano não indicaria qual seria o serviço singular a ser prestado pela pessoa jurídica a ser contratada. Por esse motivo, entendeu por bem, conforme a DECISÃO-6ª/PJEITZ-192025 (ID: 22719245; e-doc. 11, p. 25/26) encaminhar recomendação ao Presidente da Câmara



Municipal de Imperatriz para a observância do Tema nº 309, mormente no que diz respeito verificação do requisito da singularidade para a contratação de escritório de advocacia. Foi assim editada a recomendação REC-6ªPJEITZ - 12025 (ID: 22719245; e-doc. 11, p. 23/24).

O Presidente da Câmara Municipal de Imperatriz, por seu turno, apresentou ao **parquet** sua manifestação sobre esse caso. Apontou que não haveria qualquer irregularidade ou improbidade, ressaltando, corretamente, que a tese fixada para o Tema nº 309 não afastaria a contratação em referência por inexigibilidade de licitação. Nesse contexto, afirmou que os serviços advocatícios em referência não podiam “ser desempenhados adequadamente pela própria Câmara e apenas um Procurador Jurídico” e destacou que a contratação ocorreria com base “na expertise dos profissionais, com remuneração justa e compatível com a responsabilidade exigida para o mister”. Indicou, outrossim, que a contratação ainda estava por ser firmada, não sendo possível presumir indevidamente a má-fé.

Como se nota, o MPMA, por meio da precipitada decisão e recomendação em tela, deixou de dar os melhores efeitos à orientação firmada no do Tema nº 309, mormente no que diz respeito à **competência do agente administrativo para, no que diz respeito à singularidade dos serviços prestados pelo escritório de advocacia, avaliar a experiência dos profissionais com margem de liberdade e pode ser neles depositada a confiança necessária e adequada**. Note-se que não cabe ao **parquet** substituir a avaliação feita pelo administrador sobre a singularidade dos serviços advocatícios a serem contratados pela sua própria avaliação.

Avançando, cumpre realçar que, no DESPACHO-6ªPJEITZ-312025 (e-doc. 11, p. 72), não obstante a manifestação do Presidente da Câmara de Municipal de Imperatriz, entendeu por bem o MPMA prorrogar a notícia de fato em comento pelo prazo de 90 dias. Afora isso, determinou a autuação de notícia de fato autônoma com o objetivo de apurar regularidade do Contrato nº 20230405.002.2023, firmado entre a Câmara Municipal de Imperatriz e o escritório de advocacia qualificado nestes

autos, especialmente no que diz respeito ao aditivo para a prorrogação do prazo de validade desse contrato. Essa determinação teria surgido em razão de consulta na qual o próprio MPMA teria verificado que o contrato original teve vigência até 05/04/2024 e o aditivo foi assinado em 06/04/2024, com acréscimo não devidamente justificado de 37,5% no valor original.

Surgiu, assim, a Notícia de Fato nº 003773-253/2025. Mesmo após a prestação de esclarecimentos quanto ao aditivo em questão, o MPMA concluiu que teria havido dolo na celebração do aditivo, caracterizando a conduta tipificada no art. 337-H do CP¹ (crime de modificação ou pagamento irregular em contrato administrativo) e o ato de improbidade administrativa descrito no art. 11, inciso V, da LIA². Foi por conta disso, aliás, que o MPMA oficiou a DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE para que apresentasse manifestação sobre as imputações e informasse se desejaria firmar ANPP e ANCP.

Ocorre que as medidas em questão, tomadas pelo MPMA, violam diretamente a orientação firmada no julgamento do Tema nº 309. Não há qualquer lastro mínimo indicando que os peticionantes atuaram com dolo específico. Note-se que o fato, por si só, de que o aditivo teria sido assinado no dia posterior ao término do contrato original não demonstra qualquer dolo específico dos peticionantes. A bem da verdade, **os autos demonstram a existência de boa-fé dos envolvidos.**

¹ “ **Modificação ou pagamento irregular em contrato administrativo** (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

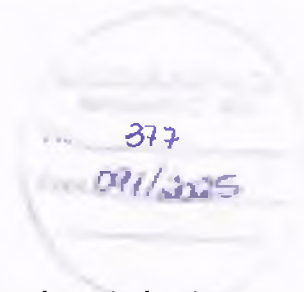
Art. 337-H. Admitir, possibilitar ou dar causa a qualquer modificação ou vantagem, inclusive prorrogação contratual, em favor do contratado, durante a execução dos contratos celebrados com a Administração Pública, sem autorização em lei, no edital da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais, ou, ainda, pagar fatura com preterição da ordem cronológica de sua exigibilidade: (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

Pena - reclusão, de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)”

² “Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por uma das seguintes condutas: (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

(...)

V - frustrar, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de concurso público, de chamamento ou de procedimento licitatório, com vistas à obtenção de benefício próprio, direto ou indireto, ou de terceiros; (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)”



Com efeito, a solicitação de prorrogação de prazo de vigência contratual foi feita pelo sócio-administrador do escritório de advocacia contratado em 24/03/2024, meses antes, portanto, do fim do prazo de vigência do contrato original (e-doc. 19, p. 30). Em 03/04/2024, o Diretor Administrativo da Câmara Municipal de Imperatriz encaminhou ofício ao Presidente daquela Casa Legislativa solicitando que Sua Excelência autorizasse a formalização do 1º Termo de Aditivo do contrato em alusão (Ofício/nº 024/2024) e ofício ao contador solicitando informações sobre a existência de disponibilidade orçamentária para custeio da despesa referente a tal formalização (e-doc. 19, p. 36). No dia em questão, o contador apontou a dotação orçamentária (e-doc. 19, p. 39). Em 04/04/2024, o Presidente da Câmara Municipal de Imperatriz autorizou a formalização do 1º Termo de Aditivo do contrato (e-doc. 19, p. 42). Registre-se que, no citado dia, o Procurador-Geral daquela Casa legislativa proferiu parecer favorável à continuidade do processo de formalização do referido termo. **Todos esses atos, incluindo a expressa autorização do Presidente da Câmara Municipal de Imperatriz para a formalização do termo aditivo, foram praticados, como é evidente, antes do fim da vigência do contrato original. A boa-fé dos envolvidos é notória.**

No que diz respeito ao valor constante do aditivo, também os autos demonstram a boa-fé das pessoas mencionadas. Já naquela solicitação de prorrogação de prazo de vigência contratual (e-doc. 19, p. 31), o sócio-diretor do escritório de advocacia contratado informou que seria necessário ajustar o valor atinente ao contrato com base na garantia do **reequilíbrio econômico-financeiro** dos contratos. Nesse contexto, aduziu que houve aumento na demanda dos serviços, aumento da prestação de serviços in loco perante o Poder Legislativo Municipal, necessidade de contratação de mais profissionais para atuarem nas demandas do órgão e aumento do salário mínimo, com seus reflexos na carga tributária, impactando a manutenção e estrutura de funcionamento.

Compulsando os autos (e-doc. 19, p. 32/35), é possível perceber que



o novo valor era até inferior ao de propostas de preços apresentadas por outros escritórios de advocacia. Acrescente-se que, daquele ofício encaminhado pelo Diretor Administrativo da Câmara Municipal de Imperatriz ao Presidente daquela Casa Legislativa (Ofício/nº 024/2024), constou a justificativa para a formalização do aditivo com reajuste no valor: “o reajuste em questão é necessário para o desempenho das atividades de assessoria e consultoria jurídica devido ao aumento da complexidade, exigindo mais tempo, esforço e recursos como contratação de mais profissionais, como também o aumento no salário mínimo vigente e seus reflexos na carga tributária” (e-doc. 19, p. 36).

A par disso, registre-se que o Procurador-Geral da Câmara Municipal de Imperatriz, naquele parecer favorável à formalização do termo aditivo (e-doc. 19, p. 44), apontou que repactuação seria instrumento para garantir efetividade do equilíbrio econômico-financeiro, garantido constitucionalmente. Convém ainda mencionar a nota explicativa constante do e-doc. 25, na qual o escritório de advocacia contratado descreveu o crescimento na produção de notas técnicas no período entre 2023 e 2024.

Em suma, os autos dão conta de que a persecução conduzida pelo MPMA **carece de lastro mínimo acerca de eventual comportamento doloso por parte dos peticionantes**, não sendo, assim, possível imputar-lhes o crime de modificação ou pagamento irregular em contrato administrativo ou o ato de improbidade administrativa descrito no art. 11, inciso V, da LIA. Dão conta ainda de que **inexistia, naquele processo de contratação por inexigibilidade de licitação, falta de observância quanto ao requisito da singularidade. Julgo, portanto, que houve violação da orientação firmada para o Tema nº 309.**

Ante o exposto, julgo procedente a presente petição para, estendendo os efeitos da decisão proferida no RE nº 656.558/SP, Tema nº 309, determinar o trancamento do procedimento atinente à Notícia de Fato nº 003773-253/2025, em trâmite na 6ª Promotoria de Justiça Especializada de Imperatriz/MA e, reafirmando a eficácia vinculante da

PET 14601 / MA



tese fixada para o citado tema, assegurar à Câmara Municipal de Imperatriz/MA a liberdade administrativa de prosseguir em contratação direta por inexigibilidade de licitação dos serviços jurídicos do escritório peticionante, nos termos do tema de repercussão geral em questão.

Determino que a Secretaria retifique a autuação do feito para que também conste como requerente DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE.

Publique-se.

Brasília, 30 de setembro de 2025.

Ministro DIAS TOFFOLI

Relator

Documento assinado digitalmente



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
GABINETE DA PRESIDÊNCIA



AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA
(Art. 72, VIII, LEI FEDERAL 14.133/21)

DADOS DO PROCESSO	
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO:	091/2025
Nº PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:	003/2025
MODALIDADE:	INEXIGIBILIDADE
OBJETO:	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de Assessoria e Consultoria Jurídica para atender as necessidades da Câmara Municipal de Imperatriz
VALOR ESTIMADO:	R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais)

CONSIDERANDO que a documentação e informações colacionadas aos autos do processo administrativo em epígrafe, e com fundamento no artigo 74, inciso III, alínea c da Lei nº 14.133/2021 - Inexigibilidade – assessoria e consultoria técnica;

CONSIDERANDO restou justificado a razão de escolha do contratado;

CONSIDERANDO ficou demonstrado que os preços praticados pelo contratado são compatíveis com os preços de mercado;

CONSIDERANDO que o contratado cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Termo de Referência, bem como sua Proposta Comercial atende as especificações do objeto pretendido, e;

APROVO o Termo de Referência, Minuta do Contrato, Estudo Técnico Preliminar e Justificativa da Contratação, e;

AUTORIZO a INEXIGIBILIDADE nº 003/2025 para contratação cujo objeto é a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de Assessoria e Consultoria Jurídica para atender as necessidades da Câmara Municipal de Imperatriz, nos termos do artigo 74, inciso III, alínea c da Lei nº 14.133/2021 - Inexigibilidade – assessoria e consultoria técnica, conforme PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 091/2025, cujo contratação deverá ser



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
GABINETE DA PRESIDÊNCIA



celebrada com o escritório **Daniel Leite & Advogados Associados**, CNPJ nº 09.181.344/0001-19, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua das Juçaras, nº 04, Quadra 44, CEP 65.075-230, Bairro Renascença I. São Luís/MA, representada pelo Sr. Daniel de Faria Jerônimo Leite, portador do OAB/MA nº 5991 e inscrita no CPF nº 799.588.933-04. A contratação terá seu valor global no importe de **R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais)**, em conformidade com a proposta apresentada.

Gabinete da Presidência, 16 de dezembro de 2025.

ADHEMAR ALVES DE
FREITAS

JUNIOR:63636018353

Assinada de forma digital por
ADHEMAR ALVES DE FREITAS
JUNIOR:63636018353

Dados: 2025.12.16 13:17:30 -03'00'

Adhemar Alves de Freitas Júnior
Presidente da Câmara Municipal



Comissão Permanente de Licitação

AVISO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA IN 003/2025



AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA

(Art. 72, VIII, LEI FEDERAL 14.133/21)

DADOS DO PROCESSO	
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO:	091/2025
Nº PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:	003/2025
MODALIDADE:	INEXIGIBILIDADE
OBJETO:	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de Assessoria e Consultoria Jurídica para atender as necessidades da Câmara Municipal de Imperatriz
VALOR ESTIMADO:	R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais)

CONSIDERANDO que a documentação e informações colacionadas aos autos do processo administrativo em epígrafe, e com fundamento no artigo 74, inciso III, alínea c da Lei nº 14.133/2021 - Inexigibilidade – assessoria e consultoria técnica;

CONSIDERANDO restou justificado a razão de escolha do contratado;

CONSIDERANDO ficou demonstrado que os preços praticados pelo contratado são compatíveis com os preços de mercado;

CONSIDERANDO que o contratado cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Termo de Referência, bem como sua Proposta Comercial atende as especificações do objeto pretendido, e;

APROVO o Termo de Referência, Minuta do Contrato, Estudo Técnico Preliminar e Justificativa da Contratação, e;

AUTORIZO a INEXIGIBILIDADE nº 003/2025 para contratação cujo objeto é a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de Assessoria e Consultoria Jurídica para atender as necessidades da Câmara Municipal de Imperatriz, nos termos do artigo 74, inciso III, alínea c da Lei nº 14.133/2021 - Inexigibilidade – assessoria e consultoria técnica, conforme PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 091/2025, cujo contratação deverá ser celebrada com o escritório **Daniel Leite & Advogados Associados**, CNPJ nº 09.181.344/0001-19, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua das Juçaras, nº 04, Quadra 44, CEP 65.075-230, Bairro Renascença I. São Luís/MA, representada pelo Sr. Daniel de Faria Jerônimo Leite, portador do OAB/MA nº 5991 e inscrita no CPF nº 799.588.933-04. A contratação terá seu valor global no importe de **R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais)**, em conformidade com a proposta apresentada.



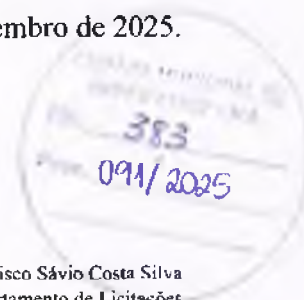


Gabinete da Presidência, 16 de dezembro de 2025.

Adhemar Alves de Freitas Júnior

Presidente da Câmara Municipal

Publicado por: Francisco Sávio Costa Silva
Chefe do Departamento de Licitações
Código identificador: sjeqxb2ydux20251216191231





ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
GABINETE DA PRESIDÊNCIA



Ao Sr.
HEYDER JOHNN DE MENDONÇA AYRES
Contador desta Casa Legislativa

Senhor Contador,

Encaminhe-se os autos ao Departamento de Contabilidade e Finanças, para empenho da despesa referente a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de Assessoria e Consultoria Jurídica para atender as necessidades da Câmara Municipal de Imperatriz, em favor da empresa Daniel Leite & Advogados Associados, inscrita no CNPJ nº 09.181.344/0001-19, no valor total de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais).

Após o empenho, encaminhar os autos ao Departamento de Licitações e Contratos para prosseguimento do feito

Gabinete da Presidência, em 16 de dezembro de 2025.

ADHEMAR ALVES DE
FREITAS
JUNIOR:63636018353

Assinado de forma digital por
ADHEMAR ALVES DE FREITAS
JUNIOR:63636018353
Dados: 2025.12.16 13:18:28 -03'00'

Adhemar Alves de Freitas Júnior
Presidente da Câmara Municipal de Imperatriz



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

Nota de Empenho

CNPJ: 69.555.019/0001-09

Tipo: 01 - EMPENHO A PAGAR		Nº Processo: 326/2025		Exercício: 2025		Nº Empenho: 2025.12350001	
Unidade Orçamentária ou Unidade Administrativa Emissora: 01-CÂMARA DE IMPERATRIZ						Data de emissão: 16/12/2025	
Função:	Subfunção:	Programa:	Tipo - Seq:	Ação			
01	122	0001	2-002	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES E PROJETOS DA CÂMARA			
Subação:	Descrição:						
Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica							
Subelementos (STN/TCs/Conta Contábil): 99 - Outros Serviços de Terceiros, Pessoa Jurídica 3.3.2.3.1.01.00.00.00.0000 - consultoria e assessoria							
Credor: DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS							
CNPJ/CPI:		E-mail:		Importância:		180.000,00	
09.181.344/0001-19							
Endereço: R DAS JUCARAS, 04		Bairro: RENASCENÇA I		Telefone: (98) 2311-721			
Cidade: SAO LUIS		Cep: 65075-230	UF: MA	Tipo do Empenho: 2 - Estimativa			
DESCRIÇÃO: Empenho emitido para ocorrer à Despesa com Contratação de empresa para realização de serviços de Consultoria Jurídica para atender as necessidades da, Administração Pública, Câmara municipal de Imperatriz-MA.							
Domicílio Bancário (Principal)		Tipo		Banco		Variação	
Modalidade Licitação: Pregão eletrônico							
Fonte Recurso do Orçamento: 1 - Orçamento Geral							
Fonte: Grupo/Fonte Descrição Valor 500 Recursos não Vinculados de Impostos 0000 Sem Marcador 180.000,00 Total 180.000,00							
Responsável pela contabilidade: HEYDER JOHNN DE MENDONÇA AYRES CRC - 10809/CRC-10809 - MA Ordenador da despesa: ADHEMAR ALVES DE FREITAS JUNIOR *** 360 183 - ** PRESIDENTE							
Cronograma de Desembolso: Jan. R\$ 0,00 Feb. R\$ 0,00 Mar. R\$ 0,00 Abr. R\$ 0,00 Mai. R\$ 0,00 Jun. R\$ 0,00 Jul. R\$ 0,00 Ago. R\$ 0,00 Set. R\$ 0,00 Out. R\$ 0,00 Nov. R\$ 0,00 Dez. R\$ 180.000,00							



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ



CONTRATO Nº 20251218.IN.003/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 003/2025
PROCESSO Nº 091/2025
ID CONTRATO: IN0032025

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE
ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE
IMPERATRIZ E A EMPRESA DANIEL LEITE &
ADVOGADOS ASSOCIADOS NA FORMA ABAIXO:**

Por este instrumento particular, a CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ/MA inscrita no CNPJ sob o nº 69.555.019/0001-09, neste ato representada por seu Presidente Sr. Adhemar Alves de Freitas Júnior, brasileiro, casado, agente político, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita no C.N.P.J sob o nº 09.181.344/0001-19, com sede na Rua das Juçaras, nº 04, Quadra 44, CEP 65.075-230, Bairro Renascença I. São Luís/MA, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu representante legal, Sr. Daniel de Faria Jerônimo Leite, portador do OAB/MA nº 5991 e inscrita no CPF nº 799.588.933-04, têm, entre si, ajustado o presente CONTRATO Nº 20251218.IN.003/2025, decorrente do Processo de Inexigibilidade nº 003/2025, formalizado nos autos do Processo Administrativo nº 091/2025, submetendo-se às cláusulas e condições abaixo e aos preceitos instituídos na Lei nº 14.133/2021, assim como pelas cláusulas a seguir expressas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de Assessoria e Consultoria Jurídica para atender as necessidades da Câmara Municipal de Imperatriz, nas condições estabelecidas no Processo de Inexigibilidade nº 003/2025.

1.2. Vinculam esta contratação, independente de transcrição:

- 1.2.1. A proposta da Contratada;
- 1.2.2. Termo de Referência;
- 1.2.3. Processo de Inexigibilidade;
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021 na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

- 2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.
- 2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
- 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
 - 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
 - 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
 - 2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
 - 2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
- 2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições e conclusão, execução, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. É vedada a contratação parcial ou total do objeto da presente contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais).



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da proposta de preços apresentada.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, a atualização do respectivo valor pelo IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, utilizando-se a seguinte fórmula:

$$VA = \frac{VDI}{INI} \times INF, \text{ onde:}$$

VA = Valor Atualizado

VDI = Valor Inicial

INI = IGP-M/FGV na data inicial

INF = IGPM/FGV na data final

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XVI)

8.1. São obrigações do Contratante, além das previstas no termo de referência:

8.1.1. Emitir a Ordem de Serviços.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

- 8.1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, --- o contrato e seus anexos;
- 8.1.3. Receber o serviço no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no serviço prestado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas, certificando-se de que as soluções propostas sejam as mais adequadas;
- 8.1.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.1.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do serviço, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Câmara Municipal de Imperatriz para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.2.A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.3. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês.
- 8.4. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, quando houver garantia contratual.
- 8.5. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do serviço, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, além das previstas no termo de referência:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do serviço, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.8.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.8.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.8.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ



9.8.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.8.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.11. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação;

9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (;

9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.18. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.19. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.20. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

9.21. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.22. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.23. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.5. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.6. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.7. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.8. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.9. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.9.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

10.10. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.11. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da prestação dos serviços da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- d) Multa:

- 1. Advertência, que será aplicada por meio de notificação via ofício, mediante contra-recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da Administração;



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

- II. 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor da Nota de Empenho em caso de atraso na execução do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial ou total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- III. 5% (cinco por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, em caso de atraso superior a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial ou total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.
- IV. 15% (quinze por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, em caso de atraso na execução do objeto ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- V. 20% (vinte por cento) sobre o valor da Nota de empenho, em caso de inexecução total da obrigação assumida.
- 12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 12.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 12.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

13.5.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3. Das indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.7. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.7.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.7.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: Câmara Municipal de Imperatriz **Unidade:** Câmara de Imperatriz **Ação Função:** 01 **Subfunção:** 122 **Programa:** 0001 **Projeto/Atividade/Oper. Especial:** 2-002 01.122.0001.2-002 – **MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES E PROJETOS DA CÂMARA** **Natureza da despesa** 3.3.90.39.00.00 – Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica **Fonte de Recursos:** 500 – Recursos não vinculados de Impostos

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Imperatriz – MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Imperatriz (MA), data da assinatura eletrônica.

ADHEMAR ALVES DE
FREITAS
JUNIOR:63636018353

Assinado de forma digital por
ADHEMAR ALVES DE FREITAS
JUNIOR:63636018353
Dados: 2025.12.18 17:05:20 -03'00'

CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

Sr. Adhemar Alves de Freitas Júnior

Presidente

CONTRATANTE

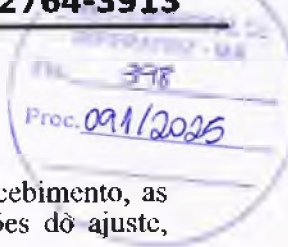
**DANIEL DE FARIA
JERONIMO LEITE**

Assinado de forma digital por
DANIEL DE FARIA JERONIMO LEITE
Dados: 2025.12.18 17:03:12 -03'00'

DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS

Sr. Daniel de Faria Jerônimo Leite

CONTRATADA



11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, **ANEXO AO EDITAL**.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Imperatriz (MA) 17 de dezembro de 2025

Victor Gabriel Aquino da Silva

Agente de Contratação

Órgão Gerenciador

MAX QUALITY COMERCIO LTDA

CNPJ: 42.810.782/0001-74

Irani Maria dos Santos Salgueiro

Publicado por: Francisco Sávio Costa Silva
Chefe do Departamento de Licitações
Código identificador: zvljkvgzzbx20251218171205

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO 20251218.JN.003/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de Assessoria e Consultoria Jurídica para atender as necessidades da Câmara Municipal de Imperatriz. **VALOR TOTAL:** R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) **Órgão:** Câmara Municipal de Imperatriz **Unidade:** Câmara de Imperatriz **Ação** **Função:** 01 **Subfunção:** 122 **Programa:** 0001 **Projeto/Atividade/Oper. Especial:** 2-002 01.122.0001.2-002 – **MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES E PROJETOS DA CÂMARA** **Natureza da despesa** 3.3.90.39.00.00 – Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica **Fonte de Recursos:** 500 – Recursos não vinculados de Impostos. **PARTES:** Câmara Municipal de Imperatriz, representada pelo Sr. Adhemar Alves de Freitas Júnior, pela CONTRATANTE, e o Sr. Daniel de Faria Jerônimo Leite,

Representante Legal da empresa **DANIEL LEITE & ADVOGADOS ASSOCIADOS**, pela CONTRATADA. **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura. **DATA DA ASSINATURA:** 18 de dezembro de 2025. Imperatriz – MA, 18 de dezembro de 2025. **CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ Sr. Adhemar Alves de Freitas Júnior - Presidente**

Publicado por: Francisco Sávio Costa Silva
Chefe do Departamento de Licitações
Código identificador: 8vu9k5zbzxp20251218171241

